



Franck Seguy

A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a
recolonização do Haiti.

Campinas

2014



UNICAMP

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Franck Seguy

A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a
recolonização do Haiti.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas, para
obtenção do Título de Doutor em Sociologia

Este exemplar corresponde à versão final da Tese
defendida pelo aluno FRANCK SEGUY, e orientado
pelo professor Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes

Campinas

2014

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/338

Se39c Seguy, Franck, 1974-
A catástrofe de janeiro de 2010, a "internacional comunitária" e a
recolonização do Haiti. / Franck Seguy. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Ricardo Luiz Coltro Antunes.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia
e Ciências Humanas.

1. Modernismo. 2. Colonialismo. 3. Humanitarismo. 4. Catástrofes naturais -
Haiti . 5. Ocupação militar . 6. Haiti - Condições econômicas. I. Antunes,
Ricardo, 1953-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The disaster of january 2010, the "international communitary" and the
recolonization of Haiti

Palavras-chave em inglês:

Modernity
Colonialism
Humanitarianism
Natural disasters
Military occupation
Haiti - Economic conditions

Área de concentração: Sociologia

Titulação: Doutor em Sociologia

Banca examinadora:

Ricardo Luiz Coltro Antunes [Orientador]
Fernando Antonio Lourenço
Alvaro Gabriel Bianchi Mendez
Maria de Fátima Gomes de Lucena
Fabio Luis Barbosa dos Santos

Data de defesa: 25-03-2014

Programa de Pós-Graduação: Sociologia



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, em sessão pública realizada em 25 de março de 2014, considerou o candidato FRANCK SEGUY aprovado.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes

A handwritten signature in blue ink, appearing to be "R. Coltro", written over a horizontal line.

Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço

A handwritten signature in blue ink, appearing to be "F. Lourenço", written over a horizontal line.

Prof. Dr. Alvaro Gabriel Bianchi Mendez

A handwritten signature in blue ink, appearing to be "A. Mendez", written over a horizontal line.

Prof. Dr. Maria de Fátima Gomes de Lucena

A handwritten signature in blue ink, appearing to be "Maria de Fátima Gomes de Lucena", written over a horizontal line.

Prof. Dr. Fabio Luis Barbosa dos Santos

A handwritten signature in blue ink, appearing to be "F. Barbosa", written over a horizontal line.

Resumo. -

Esta tese apresenta uma análise da formação social haitiana no contexto do terremoto que abalou o país, no dia 12 de janeiro de 2010. Partindo das promessas de reconstrução do país e das políticas implementadas pela Internacional Comunitária, a tese procura mostrar que, na verdade, está vigorando no Haiti atualmente uma realidade de tipo colonial, qual, à luz do que já estava acontecendo no país, deixa tudo encaminhado para que apenas as estruturas cujo papel é administrar essa ordem de condenação à precariedade sejam (re)construídas pela ajuda internacional. Para tal demonstrar, a tese procura desvelar as raízes históricas das relações internacionais no Haiti tentando reconstituir o processo e analisar as condições pelas quais se operou o deslizamento do país na tamanha degradação e desumanização da vida das quais padece hoje. Num segundo momento, a pesquisa busca estudar as raízes ontológico-filosóficas desse estado de coisas, examinando principalmente a categoria de modernidade e seu papel na estruturação da sociedade haitiana, realçando principalmente seu lado camuflado – o lado colonial, explorador, como outra parte constitutiva de seu projeto civilizatório dito emancipador. Desta maneira, o estudo estabelece a participação da chamada Comunidade internacional na construção sócio-histórica da catástrofe de janeiro de 2010 que afundou ainda mais as trabalhadoras e os trabalhadores haitianos na mais desumana precariedade imposta, entretanto, como norma de existência. A partir desse ângulo de visão, é argumentado nesta tese que o desastre de 2010 merece ser inscrito no continuum do que é o Haiti: uma anomalia histórica impensável no âmbito do pensamento moderno/colonial/escravista ocidental, uma vez que o Haiti representa o único exemplo na História de um povo escravizado que rompeu com os seus correntes e forçou pelas armas uma grande potência colonial/moderna a recuar.

Abstract.-

This thesis presents an analysis of the Haitian social formation in the context of the earthquake that rocked the country on January 12, 2010. Based on the promises of reconstruction and the policies implemented by the International Community, the thesis seeks to show that, in fact, is currently in force in Haiti a colonial type of reality, which, in light of what was already happening in the country, lets all routed so that only those structures whose role is to administer this order of condemnation of precariousness may be (re)constructed through international aid. To demonstrate this, the thesis seeks to reveal the historical roots of international relations in Haiti trying to reconstruct the process and analyze the conditions under which has been operated a sliding of the country in such degradation and dehumanization of life which suffers today. In the same purpose, the research seeks to study the ontological-philosophical roots of this state of things, mainly examining the category of modernity and its role in the structuring of Haitian society, particularly highlighting his camouflaged side – the colonial one, explorer, as another constituent part of its civilizing project, called emancipator. Thus, the study establishes the participation of the international community called on the socio-historical construction of the January 2010 disaster that sank even more Haitian workers in the most inhuman precariousness imposed, however, as standard of their existence. From this angle of view, it is argued in this thesis that the 2010 disaster should be entered in the continuum that is Haiti: an unthinkable historical anomaly in the context of modern/colonial/western slavery thought, since Haiti is the only example in history of an enslaved people who broke with his chains and forced by arms a great modern/colonial power to retreat.

Sumário

Introdução.....	23
Pequena crônica da catástrofe.....	24
Metodologia da pesquisa.....	49
 Capítulo 1: O precariado haitiano: a cacofonia da reconstrução.....	59
1.1 A doce escravidão no paraíso dominicano.....	61
1.2 A precariedade, norma do futuro.....	66
1.3 Além do terremoto: o projeto industrialista e a cacofonia da reconstrução/ desenvolvimento do Haiti.....	91
 Capítulo 2: As raízes históricas do precariado haitiano.....	129
2.1 Das origens do subdesenvolvimento no Haiti.....	131
2.2 Na arena das relações internacionais.....	137
2.2.1 Da herança colonial: triunfo do individualismo moderno.....	140
2.2.2 O elemento geopolítico: os primeiros empenhos da recolonização.....	150
2.3 A recolonização normatizando a precariedade.....	153
2.4 As pilhagens imperialistas.....	165
2.4.1 As indenidades.....	165
2.4.2 Os 19 anos da primeira ocupação.....	170
 Capítulo 3: As raízes da desumização no Haiti ou Fundamentos ideológico-filosóficos da precariedade institucionalizada.....	179
3.1 Desvendando a modernidade no Haiti.....	181

3.2	A desumanização: essência da ideologia da modernidade.....	191
3.3	A modernidade/colonialidade e sua força mais significativa: O capitalismo.....	202
3.4	A modernidade e seus desdobramentos no Haiti.....	220

Capítulo 4: A Política do precariado ou A Busca por saídas da precariedade

4.1	Legados do século XIX.....	247
4.2	A saída pelo desenvolvimento de comunidade.....	254
4.3	As metamorfoses do movimento social.....	268
4.4	A opção preferencial pelo proletariado.....	285

Considerações finais.....

297

Bibliografia.....

323

Anexo

1.	Trecho da política geral de Garry Conille.....	339
2.	Leilão público a favor de MOLE ST NICOLAS.....	353
3.	Projeto econômico e social Morne Casse.....	355
4.	O Ministério da Fazenda explicando as expropriações em curso no país.....	359
5.	Exemplo de leis expropriando camponeses em prol do capital transnacional.....	363
6.	Posição da União dos Médicos Haitianos sobre a campanha de vacinação da CODEVI, na zona franca de Ouanaminthe, em março e abril de 2004.....	367
7.	Posição do Ministério do Trabalho dos Estados Unidos (Department of Labor/United States of America) sobre trabalho forçado e sobre Direitos trabalhistas no setor têxtil no Haiti.....	389

8. Contrato de trabalho entre a S&H Global S.A. e os trabalhadores do PIC.....	397
---	-----

*À memória das vítimas fatais do terremoto
Do dia fatídico de 12 de janeiro de 2010
E aos sobreviventes
Aos quais esse terremoto
Trouxe uma segunda catástrofe
Sócio-político-econômica ainda maior*

Agradecimentos

Não é segredo algum que realizar pesquisa acadêmica exige imprescindíveis apoios de vários tipos. No nosso caso, podemos afirmar com alegria que tivemos apoios de muitas pessoas especiais no decorrer dos estudos que deram à luz essa tese. Mesmo não podendo mencionar todas, não há como omitir nomes como Charles-André Udry, grande amigo que, apesar da distância continental, foi um catalisador para o nosso ingresso na Universidade Estadual de Campinas, onde encontramos o quadro institucional necessário para desenvolver a nossa pesquisa. A seu nome, devemos imediatamente associar o de Ricardo Antunes. Não somente, porque tomou sobre si voluntariamente de ser orientador desta tese. Mas também com sua imprescindível ajuda na hora de enfrentar os tramites burocráticos em fevereiro de 2010, isto é, um mês depois do terremoto que abalou o Haiti e que ia nos deixar desamparado em meio ao que já chamamos uma vez de “exílio voluntário transformado em exílio forçado”. Momentos depois, conversando com o próprio Ricardo, tomamos conhecimento da preciosa contribuição do professor Mohamed Habib para que consigamos o mesmo apoio institucional. Isto é, a contribuição destes três nomes para possibilitar o quadro institucional necessário à esta tese merece uma destaque bem maior do que o pobre e limitado português do estrangeiro que somos consegue expressar.

Fátima Lucena, que foi nossa orientadora no mestrado em serviço social pela Universidade Federal de Pernambuco e que participou da nossa banca de doutorado, deu-nos um apoio moral muito sólido entre o terremoto de janeiro e nosso ingresso pela Unicamp, em março de 2010. Igual aos amigos já mencionados em cima, Fátima, para nós, faz parte daqueles modelos de seres humanos que têm se tornado cada vez mais uma raridade neste nosso mundo. O mesmo deve ser dito de Mauricio Gonçalves, amigo indefectível que encontramos pela primeira vez em julho de 2008 por ocasião de um congresso em Minas Gerais. Esteve ao nosso lado não somente em 2010, mas fez a viagem de Recife para Campinas afim de assistir à defesa da tese. Nesta mesma ordem, queremos também deixar registrada uma palavra de gratidão a Renato César e Luciana Nogueira pelo acolhimento que nos deram em 2010 e pela agradável amizade desde então.

Também, não podemos deixar sem uma menção especial a saudável amizade da Clecia Gomes (a Claire) cujas discussões são uma fonte de amadurecimento intelectual e pessoal.

Richener Noël, amigo desde a graduação, fez conosco duas saídas exploradoras nos arredores de Port-au-Prince no momento da pesquisa de campo, em julho e agosto de 2013. Sua disponibilidade para ajudar um amigo merece ser destacada aqui.

Com Djems Olivier tivemos algumas trocas de informações sobre a atuação da internacional comunitária no Haiti, sobretudo as ONGs que foram uteis na redação deste tese. Por mero acaso, por ocasião da pesquisa de campo, viajamos de Porto Príncipe a Cabo Haitiano pelo mesmo avião com Marie Soudnie Rivette que conhecemos desde a graduação na Faculté des Sciences Humaines da Université d'État d'Haïti. A discussão que tivemos, as experiências práticas que nos contou e os documentos que posteriormente nos ajudou a encontrar foram enormemente enriquecedores para ampliar nossa visão sobre o que realmente está acontecendo nos corredores do humanitário no Haiti e do qual esta tese dá conta muito parcialmente.

Do mesmo modo, nossas discussões com Rodeney Ciriús a respeito da formação social haitiana foram frutuosas para a tese.

Edner Fils Décime foi para nós uma fonte constante de informações, de trocas de ideias e de discussões interessantes em vários pontos de vista. Edner, foi sobretudo, um constante incentivo para levarmos a cabo alguns empreendimentos ousados que tínhamos colocado na nossa mira desde o início. É o tipo de companheirismo intelectual do qual alguém precisa para se superar intelectualmente.

Escrever em um idioma estrangeiro é, geralmente, um castigo, uma tortura. Patricia Villen, por sua paixão em ler nossa modestas reflexões, e por seu ânimo na revisão dos nossos textos, contribuiu muito para que se torne cada vez saboroso e delicioso o nosso prazer de escrever em português, nossa doravante segunda língua. Leitora de muitos dos nossos textos, sua recepção para com o nosso pensamento generosamente qualificado por ela de “ensinamentos”, e sua insistência no valor social destes considerados por ela como “novas luzes iluminando novos caminhos” nos encham de alegria ao mesmo tempo em que

nos faz tomar consciência da nossa escolha de ser original, da responsabilidade de ser autêntico sem ser excêntrico.

Agora que estamos redigindo essas linhas, tomamos a plena consciência de como está sendo difícil registrar o carinho das inúmeras pessoas que contribuíram a tornar mais prazeroso a tarefa de produzir esta tese. Digamos isso sinceramente: dois sentimentos percorrem o nosso ser neste exato momento. De um lado, o medo de esquecer alguns nomes. Do outro, a resignação diante do fato de que, de uma maneira ou de outra, esqueceremos alguns que nem por isso mereceriam menos aparecer nesta lista. Seja-nos permitido destacar, no entanto, os colegas do nosso grupo de pesquisa e orientação coordenado pelo querido Ricardo Antunes. Especialmente o Igor, a Livia, o Sávio e a Mariana.

Eu gostaria de pedir perdão a minha querida esposa Michaëlle, e às nossas filhas Lorèn e Helèn, por todas as tensões que a realização deste trabalho ocasionou na nossa convivência de casal, e de família. E por todas as ocasiões em que, embora sempre corporalmente presente em casa, eu era ausente em alguns dos meus deveres mais sagrados. Muita mais que um agradecimento pela energia que me deram, sinto-me no dever de pedir um clamoroso, porém suave perdão!

Haïti, chacun fait son petit marché

Les Américains ont parlé les premiers, dès les premières heures qui ont suivi le séisme. Les Dominicains, nos voisins qui partagent l'île avec Haïti, sont arrivés tout de suite. Sans battre la grosse caisse. Ils font ce qu'ils peuvent. Et engrangent de petits bénéfices qui auront de grandes retombées. La France et le Canada, Cuba et le Venezuela aussi ont accouru. Puis, le reste du monde. Chacun avec sa petite idée pour planter son drapeau, faire tourner les caméras et prendre des photos. Les sauveteurs ont fait un travail admirable. Les médecins aussi. Les militaires, on ne saura jamais leur vraie fonction. Quant à la presse de catastrophe, elle a eu son compte de scoops. Pendant que les râles des mourants et les pleurs des parents se confondaient, la communauté internationale réglait ses comptes. La France tempête contre le contrôle de l'aéroport par les Américains. Le Brésil menace de plier bagage si les USA surclassent ses soldats de la mission de l'ONU. Le président Hugo Chavez et ses alliés dénoncent la mainmise américaine sur le pays au prétexte du désastre. Les Américains mobilisent hommes, matériels, stars et millions pour une opération aux portes de la Floride.

Haiti, cada um faz seu pequeno mercado

Os americanos falaram primeiro, logo nas primeiras horas depois do sismo. Os dominicanos, nossos vizinhos que compartilham a ilha com o Haiti, chegaram logo. Sem pompas. Fazem o seu melhor. E colhem pequenos benefícios que terão grandes impactos. A França e o Canadá, Cuba e a Venezuela também se apressaram. Em seguida, o resto do mundo. Cada um com sua pequena ideia para plantar sua bandeira, girar as câmeras e tirar fotos. As equipes de resgate fizeram um trabalho admirável. Os médicos também. Os militares, nunca saberemos a sua verdadeira função. Quanto à imprensa de catástrofe, teve sua conta de scoops. Enquanto os estertores dos agonizantes e o pranto dos familiares iam se misturando, a comunidade internacional acertava as suas contas. A França protesta contra o controle do aeroporto pelos americanos. O Brasil ameaça fazer as malas se os EUA ultrapassarem seus soldados da missão da ONU. O presidente Hugo Chávez e seus aliados denunciam o total controle americano sobre o país, sob o pretexto do desastre. Os americanos mobilizam homens, materiais, stars e milhões por uma operação às portas da Flórida.

En fait, ici, les Haïtiens ne se soucient guère de toute cette danse peu diplomatique autour de ses [leurs] cadavres. On veut de l'aide. Toutes les aides. Dans tous les domaines. On s'est peu soucié des efforts français pour faire sortir au plus vite le plus d'enfants à adopter. Nullement inquiété des offres sans fard du Canada qui vident le pays de ses ressources humaines les plus qualifiées. On reste sceptique face aux mirages que de nombreux pays africains font miroiter aux amants d'aventure. Encore moins sensible aux réserves de la gauche sud-américaine sur les arrière-pensées d'Obama. Même les enfants volés par des Américains n'a pas fait scandale. Chacun est libre de venir nous aider et d'essayer au passage de tirer ses marrons de nos ruines. C'est une pratique habituelle dans ce pays mille fois conquis, pillé, asservi, contenu, assiégé, assisté. Blessés, exsangues, agonisants, nous ne sommes en mesure de mener aucune bataille. Cela ne veut pas dire que nous n'ayons pas vu, entendu et compris...

Na verdade, aqui, os haitianos não se preocupam nem um pouco de toda essa dança pouco diplomática em torno de seus cadáveres. Querem ajuda. Todas as ajudas. Em todas as áreas. Tem-se preocupado pouco dos esforços franceses para levar para fora mais crianças a adotar o mais rapidamente possível. Nada preocupado das ofertas sem disfarce do Canadá que esvaziam o país dos seus recursos humanos mais qualificados. Permanece-se cético diante das miragens que muitos países africanos fazem brilhar aos olhos dos amantes de aventura. Muito menos sensível às reservas da esquerda sul-americana acerca das segundas intenções de Obama. Até as crianças roubadas pelos americanos não têm causado escândalo. Todo o mundo é livre para vir nos ajudar e tentar de passagem tirar seus marrons de nossas ruínas. É uma prática habitual neste país mil vezes conquistado, pilhado, subjugado, contido, sitiado, assistido. Feridos, espancados, moribundos, somos incapazes de realizar qualquer batalha. Isso não quer dizer que não tenhamos visto, ouvido e entendido ...

Frantz Duval, Le Nouvelliste, 23 février 2010
(Fundado em 1898, Le Nouvelliste é o mais antigo diário haitiano ainda em circulação.)

Introdução .-

*Há demasiado médicos na cabeceira do enfermo
e a maioria desses médicos são economistas.*

*Ricardo Seitenfus,
Representante da OEA
e Chefe do Escritório da mesma no Haiti.
Em entrevista ao jornal suíço
Le Temps, dezembro de 2010.*

Pequena crônica da catástrofe

Na terça-feira do dia 12 de janeiro de 2010, às 16 horas e 53 minutos, um terrível terremoto de 7,2 graus na escala Richter arrasou a região Oeste do Haiti. Porto Príncipe, a capital, e seus contornos, área mais densamente habitada, foram também a principal área abalada. Como de costume no Haiti, a fraqueza institucional combinada com a guerra das estatísticas e os interesses econômico-políticos por trás delas impedirá para sempre saber o balanço real com exatidão. Mas, tanto o governo quanto as instituições internacionais vigentes no Haiti trabalham com o número oficial de 300 000 mortos¹, 300 000 feridos entre os quais 5 000 amputados. Quanto ao balanço das perdas materiais, promete-se demorar anos para ter-se uma avaliação que se aproxima do real. No entanto, O *Plan d'action pour le relèvement et le développement d'Haïti*/Plano de Ação para a Recuperação e o Desenvolvimento o Haiti (PARDN), documento oficial do governo detalhando, em março de 2010, aos seus parceiros internacionais as necessidades a serem atendidas, estimava em “8 bilhões de dólares as perdas e danos”(p. 5) resultando do abalo. Esse número pouco depois foi reavaliado a 11.5 bilhões de dólares. Até hoje, trabalha-se com os seguintes números: “105 000 residências totalmente destruídas e outras 208.000 irreversivelmente danificadas. 1 300 edifícios educacionais, 50 hospitais e centros de saúde desabaram ou são inutilizáveis (...)”. (PARDN, 2010, p.7). Para ter uma noção da proporção desses números e o seu significado social, é bom ressaltar que em março de 2009, a população total do Haiti (27 750 km²) era de 9 923 243 habitantes, dos quais 3 664

¹ Tradicionalmente, o haitiano sempre cultiva grande respeito para com os seus mortos, pois os defuntos continuam fazendo parte da família. Uma das ocasiões para se averiguar essa observação de grande riqueza antropológica é o dia dos mortos, 2 de novembro. Nessas ocasiões, as famílias vão aos cemitérios levando aos mortos presentes e objetos importantes (perfume, joia... até comida) que se sabe que o querido gostava quando vivo. Por isso é que sempre que puder, o haitiano não abandona seu morto. Faz de tudo para enterrá-lo. No número oficial de 300 000 mortos, projetado pela Presidência da República, sem qualquer correspondência a um esforço de identificação dos corpos sepultados em valas comuns, só constam os mortos enterrados pelo governo. Não entram nessa contagem os mortos enterrados pelos familiares nem aqueles que foram abandonados debaixo dos escombros. Desde algum tempo, a tendência é falar genericamente de “mais de 220 000 mortos”. Mas um ou outro número não passa de estimativa e de aproximação que podem estar além ou aquém da quantidade real de pessoas que sucumbiram aos escombros.

620 moravam na região Oeste, onde fica a capital, Porto Príncipe. (IHSI, 2009, p. 11). Quer dizer, os 300 000 mortos representam cerca de 10% da população da região mais atingida.

Dois anos após a catástrofe, admitia-se oficialmente que metade dos edifícios destruídos não estava ainda liberada dos seus escombros (Le Nouvelliste, #38675, vendredi 27 janvier 2012, p. 12). Um ano mais tarde (2013), mesmo balanço: 50% dos escombros ainda permanecem onde estão desde 2010². O governo e as instituições que lucram com a nova indústria de “reconstrução” aberta desde o terremoto, ao contrário do que se podia esperar, não operam a remoção sistemática dos escombros. Só removem os destroços dos edifícios cujos proprietários teriam pagado a cobrança exigida, a qual, às vezes, pode superar 20 000 dólares. Considera-se em 2014, que pelo menos 20% dos escombros estão ainda onde estiveram desde o dia 13 de janeiro de 2010.

Em Porto Príncipe, falava-se de 1,5 milhões de pessoas desabrigadas, nas manhãs do sismo. Isto é, a capital haitiana não passa de uma cidade sacudida, ajoelhada, que, quatro anos depois, não conseguiu ainda se reerguer das suas ruínas. Em 2013, admite-se que 357.785 haitianos continuam em 496 acampamentos. Até este início de 2014, os desabrigados do terremoto estão ainda avaliados em mais de 200 000 pessoas. E quando se leva em conta que se trata de um país submetido seis meses por ano às rigidezes da natureza (furacões, tempestades...)³, toma-se melhor a medida da urgência. A título de ilustração, a delegação da União Europeia no Haiti anunciou em 31 de janeiro que vem disponibilizando 8,5 milhões de euros para financiar 14 projetos de seu Plano de Preparação às Catástrofes (DIPECHO) até final de 2014. Esses projetos a serem implementados em 11 países do Caribe, entre eles o Haiti, ambicionam servir “a reduzir as

² Na véspera do 4º aniversário (10 de janeiro de 2014), Jean-Marie Duval, chefe de uma unidade de gestão de escombros no Ministério das Obras Públicas do Haiti afirma: “Cerca de 80% dos escombros foram removidos. Este é certamente um passo em frente, mas isso também significa que os fundos alocados nessa área estão esgotados. Agora temos de avançar para os fundos de reconstrução. Este é um dos objetivos dos doadores de fundos (...)”. (SCHÜLER, 2014).

³ Faz parte das condições ambientais do Haiti o fato de que todo ano, o país (como toda a região do Caribe) conhece uma estação de ciclones e outras tempestades. Essa estação, sempre regular, vai de primeiro de maio até 30 de novembro. Também, sempre foi de conhecimento público que boa parte do Haiti encontra-se situada sobre uma falha geológica (Falha Enriquillo) capaz de provocar grandes tremores, embora tenha passado séculos sem que ocorra algum terremoto no território do país. Isto é, o Haiti sempre foi uma das sociedades mais expostas e vulneráveis aos desastres naturais, mas ironicamente a problemática da gestão de riscos e desastres naturais ainda não encontra espaço nos currículos escolar e universitário haitianos.

vulnerabilidades da região diante dos riscos naturais que constituem os furacões, as inundações, os terremotos e os tsunamis, e a preparar as comunidades e autoridades a contemplarem eficazmente as situações de urgência” (EU, 2014).

Concomitantemente às imagens de agonias que ocuparam as manchetes das grandes redes mundiais de notícias, e tocaram nas emoções e sensibilidades das pessoas, choveram as promessas de ajuda à reconstrução do Haiti. Os arautos da Internacional Comunitária⁴, prevalecendo-se dos meios de propaganda mais poderosos, proclama ao

⁴ O conceito de **Internacional Comunitária** é uma criação inovadora de Jean Anil Louis-Juste, assassinado por causa da sua militância política poucas horas antes do terremoto de 12 de janeiro de 2010. O professor Louis-Juste formalizou este conceito na sua tese de doutorado, apresentada no programa de pós-graduação em Serviço social da Universidade Federal de Pernambuco, em 2007, com o título: *Internacional Comunitária: ONGs chamadas alternativas e Projeto de livre individualidade. Crítica à parceria enquanto forma de solidariedade de espetáculo no Desenvolvimento de comunidade no Haiti*. O conceito foi criado justamente num estudo a respeito da formação social haitiana para designar as instituições tanto nacionais quanto internacionais e seu complexo ideológico-político chamado de “Comunidade Internacional”, mas cujo papel é derrotar toda luta que procuraria se embasar na Internacional Comunista. É isso que lemos em um texto de 15 de outubro de 2003, onde Louis-Juste, pela primeira vez, condensa o conceito assim:

“A Internacional Comunitária forma o conjunto das organizações e instituições nacionais e internacionais que aplicam a política do capital globalizado sob a forma de especulação financeira. Abrange tanto as instituições da ONU quanto as ONGs locais e estrangeiras que militam contra a associação voluntária dos trabalhadores, das minorias, das mulheres, dos indígenas etc.” (Louis-Juste, 2003a). Isto é, as organizações pequeno-burguesas formadas por universitários e as demais categorias sócio-profissionais, os quais, na sua grande maioria, moram em Porto Príncipe mas intervêm nos meios rurais e/ou suburbanos – longe da sua própria realidade.

Porém, em outro texto publicado dois meses antes, ele já havia caracterizado a Internacional Comunitária assim: “A ditadura comunitária do mercado domina o mundo. Na América, os Estados-Unidos projetam estabelecer até 2005, uma zona de livre comércio do Alaska até a Terra de Fogo (Argentina). A Europa dos 12 já se ampliou e vai engolindo a Europa de Leste e a Europa central a partir de 2004. Na Ásia, o processo de consolidação da ditadura comunitária do mercado é mais tímido, em razão de fortes resistências culturais e políticas que se expressam no nordeste asiático. Instituições do sistema das Nações Unidas como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio aplicam essa política ditatorial ao impor o novo padrão do capital ‘globalizado’; nas regiões periféricas, um banco de desenvolvimento como o BID, está encarregado de dirigir a política educacional que molda as subjetividades necessárias ao prosseguimento do objetivo de reprodução e expansão do capital. A verdade é que a ideologia de comunidade serve como argumento para o controle do coração e da mente dos dominados. A Europa comunitária, a América continental etc. escondem o objetivo do capital em subordinar todas as dimensões da vida do homem a seu benefício. A Internacional Comunitária tem portanto seus próprios órgãos econômicos (FMI, Banco Mundial, OMC e filiais regionais), sua própria instância política (o G-8 que tende a se ampliar) e suas ferramentas ideológicas (meios de comunicação de massa, ONGs etc.). A Assembleia Geral das Nações Unidas e o Conselho de segurança têm defendido politicamente os interesses do capital através de votos e resoluções que permanecem letra morta quando se trata de adormecer a vigilância dos povos em luta. A comunidade Internacional é, portanto, uma falsificação mais ou menos velada da Internacional Comunitária, para melhor legitimar a dominação exercida pelo capital sob o pretexto de desenvolvimento. Quando a guerra de baixa intensidade se revela ineficaz na política de imposição de capitais hegemônicos, a Internacional Comunitária envolve as suas armas mais destrutivas como no Iraque, no Afeganistão, no Haiti etc. Os dois tipos de guerra visam a aniquilação da vocação ontológica do homem em ser o sujeito da sua história”. (Louis-Juste, 2003b)”.

mundo inteiro que vai reerguer o Haiti. Com efeito, logo após o terremoto, a propaganda em torno da reconstrução do Haiti, impõe-se enquanto a nova e mais prospera indústria neste país, transformado em paraíso das Organizações não governamentais (ONGs) nos últimos três decênios. No ano 1987, quando foi criada a Unité de coordination des activités d'ONG (UCAONG), o número total do conjunto de ONGs computadas no território haitiano era ainda abaixo de 1 000 (LOUIS-JUSTE, 2007, p. 106). Já em fevereiro de 2010 (um mês depois do sismo), o então Primeiro-Ministro Jean-Max Bellerive, lançara a seguinte acusação contra os grandes financiadores de ONGs:

São eles que permitem que as ONGs façam o que querem. São eles que não exigem que as ONGs prestem conta ao governo. Toda a força das ONGs vem daqueles que as providenciam em dinheiro. Invés de brigar com 4000 ONGs, número que tem aumentado para 10 000 desde o terremoto, eu prefiro discutir com 10 financiadores principais que oferecem dinheiro a um conjunto de ONGs que criam certo grau de bagunça. (Jean Michel, 2010).

A confissão de impotência por parte de um dirigente político que não manda no seu próprio país não podia ser mais sincera, direta, franca...e reveladora! E justamente revela o que é apontado pelo brasileiro Ricardo Seitenfus, Representante Especial do Secretário Geral da OEA e Chefe do Escritório da mesma instituição no Haiti, no mesmo ano 2010:

O país oferece um campo livre para todas as experiências humanitárias. É inaceitável do ponto de vista moral considerar o Haiti como um laboratório. A reconstrução do Haiti e a promessa de 11 bilhões de dólares que fazemos brilhar inflamam muitos interesses. Parece que um monte de gente veio ao Haiti, não para o Haiti, mas para fazer negócios⁵.

Decorrente disto, adotamos o conceito da Internacional Comunitária no lugar daquela noção de Comunidade Internacional para resgatar o fato de que internamente, essas instituições provêm também de sociedades de classes, profundamente atravessadas por contradições e antagonismos e que externamente, o que essa chamada comunidade internacional consegue de melhor, desde a sua existência, é reproduzir o quadro estrutural hierárquico de subordinação entre países centrais e países periféricos.

⁵ Ver: entrevista a Arnaud Robert / Le Temps - lundi 20 décembre 2010. Todas as referencias a Seitenfus são da mesma fonte.

Parece que até em espaços estratégicos da administração pública haitiana operam pelo menos tantos estrangeiros como haitianos⁶. Às vezes, dentro de escritórios em alguns ministérios do governo, a mesa de trabalho de um relevante funcionário haitiano pode se encontrar no meio de dois tarefeiros estrangeiros. A bordo de um voo Porto Príncipe- Cabo Haitiano, no dia 22 de julho de 2013, uma ex-camarada de graduação, hoje funcionaria de uma organização internacional, contou-nos que foi convidada a participar de uma reunião de ONGs ditas locais. Uma vez chegada ao lugar, ela encontrou trinta e cinco participantes dos quais apenas quatro eram haitianos. Assim, mesmo com a mais generosa boa vontade, não há como escapar da obrigação de levantar questões sobre as tarefas reais desempenhadas pelas missões de cooperação que se revezam no Haiti e que, desde o terremoto de 2010, ali se desdobram.

Entretanto, no dia 19 de outubro de 2010 foi anunciado oficialmente a descoberta da bactéria de cólera⁷, que em pouco tempo, se espalhou através do território haitiano. Três anos mais tarde, são mais de 800 000 pessoas infectadas das quais cerca de 9000 perderam a vida. Ressaltamos que, entre 7 e 25 de novembro de 2010, o epidemiologista francês Renaud Piarroux dirigiu um inquérito no Haiti um mês depois da descoberta na cidade de Mirebalais (Centro), do primeiro caso de cólera pela Brigada medical cubana, em 14 de outubro. O professor Piarroux, especialista do cólera, concluiu sem nenhuma dúvida que a epidemia provém de uma estirpe importada que se espalhou a

⁶ Para ironizar sobre a corrida desenfreada e engarrafada dos *blancs* – sinônimo de (missionários) estrangeiros – no Haiti, profere-se a brincadeira sarcástica de que chegará um dia em que haverá tantos *blancs* em circulação nas ruas haitianas que são eles que perguntarão, surpreendidos: “De onde vem que esse país contém tantos Negros?”. Para entender o sentido humorístico da ironia é preciso saber que o Haiti é um país cuja cerca de 95% da população é negra.

⁷ Kathie Klarreich e Linda Polman jornalistas do *The Nation*, em uma reportagem realizada sobre o Haiti, e publicada na edição de 19 de novembro de 2012, com o título *The NGO Republic of Haiti* (A República ONG do Haiti), observaram que em Porto Príncipe: “Água limpa sempre foi uma raridade nesse país, e essa raridade é justamente a razão pela qual a epidemia [de cólera] se espalhou tão rapidamente. Enquanto isso, dos 175 milhões [de dólares] requisitados pelas Nações Unidas para ajudar a reduzir a epidemia, menos da metade foi dada. Por sua parte, várias ONGs (entre elas a UNICEF, a Cruz Vermelha inglesa e a William J. Clinton Foundation) lutaram contra a epidemia com campanhas visando a informar o público sobre a importância da higiene – e em seguida realojaram haitianos em áreas que tinham nem banheiros nem pias para lavar as mãos. Em agosto de 2011, quase um ano depois da introdução do cólera, apenas 12% das tendas colocadas pelas ONGs tinham pias. E somente 7% dos acampamentos tinham acesso à água limpa de acordo com um censo das Nações Unidas, comparados a 48% em março do ano anterior [2010]. Das 12 000 latrinas necessárias, há apenas 4,579, ou seja, 30% que eram funcionais”. (Klarreich; Polman, 2012). Isto é, um ano depois do terremoto, a situação humanitária, longe de melhorar, havia piorado e muito.

partir da base nepalesa da Minustah cujo um grupo de soldados havia chegado ao Haiti quatro dias antes⁸. Esse batalhão deixou Katmandu (capital do Nepal) duas semanas após a eclosão de uma epidemia de cólera neste país asiático. As conclusões do estudo de Renaud Piarroux foram conferidas por vários outros estudos posteriores que, até hoje, não foram postos em dúvida. Porém, o atual governo diz oficialmente que não vai processar a Organização das Nações Unidas por ter introduzido a epidemia no país.

Como se a decência fosse a maior raridade dos dirigentes haitianos, o ministro das relações exteriores declarou no dia 18 de outubro de 2012, diante da Câmara dos deputados: “O governo haitiano não intervirá perante a Organização das Nações Unidas para obter justiça e reparações” a favor dos mortos e das pessoas hospitalizadas em decorrência da epidemia de cólera introduzida no Haiti pelo batalhão nepalês da MINUSTAH⁹. E a ONU, demasiada feliz pelo comportamento servil do governo haitiano, tem se recusado a reconhecer-se e assumir-se qualquer responsabilidade, nem mesmo moral, na catástrofe. É bom destacar que o representante no Haiti da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 2010, o diplomata Ricardo Seitenfus, concedeu uma entrevista ao jornal suíço, *Le Temps*, no qual ele reconheceu o caso do Haiti como prova do fracasso da ajuda internacional¹⁰.

Para quase todos, a introdução do cólera no Haiti pelas forças da Missão de Estabilização da ONU só pode ser uma falha desatenta, nada intencional. Para esses, é exagero até mera delíria pensar na possibilidade de uma “guerra” epidemiológica ou uma

⁸ As conclusões da enquete do professor Piarroux estão disponíveis no site de *Le Monde* e podem ser acessadas pelo seguinte link: <http://www.monde-diplomatique.fr/carnet/2011-01-12-Haiti>. acesso em 4 de março de 2014.

⁹ Em regra geral, quando um cidadão se encontra vítima de abusos dizendo respeito ao direito internacional, ele espera contar com a defesa de seu governo. No Haiti, o governo é que disse que não vai defender seus cidadãos frente à ONU por ter importado a epidemia no país. Não seria a isso que se dá o nome de Lesa-humanidade? A verdade é que esse governo não representa os haitianos. Tampouco a vida dos milhares de vítimas do cólera não valem nada aos seus olhos. Aliás, o próprio presidente atual disse numa entrevista a uma mídia francesa que o seu governo goza de vida tranquila por duas razões: 1- A ONU e a comunidade internacional estão satisfeita do desempenho do governo; 2- Devido à presença da Minustah no país, a oposição não tem como derrotá-lo em possível golpe de estado. Não são essas afirmações elementos para corroborar a ideia de que o Haiti hoje é uma colônia, não de outro país só, mas do capital transnacional?

¹⁰ A esclarecedora entrevista do professor Seitenfus pode ser encontrada em: Arnaud Robert. «Haïti est la preuve de l'échec de l'aide internationale». Disponível em : http://www.letemps.ch/Page/Uuid/2a1b8ad0-0bb8-11e0-91f4-4e4896afb502/Ha%C3%AFti_est_la_preuve_de_l%C3%A9chec_de_laide_internationale. Acesso em 4 de mar. de 2014.

vontade de dizimar o povo haitiano. Isso não impede que uma minoria de haitianos, mesmo sem voz, recorda que, devido ao alto número de mortos não velados deixados sem enterro, semanas até mesmo meses depois do sismo de 2010, a expectativa geral era a aparição repentina de uma série de epidemias. O que, obviamente, ofereceria mais uma oportunidade de negócios aos gurus do humanitário. Surpreendentemente, entretanto, isso não aconteceu – até que o cólera fora introduzido pela própria ONU. Daí surgiu a hipótese não investigada de que a aparição da epidemia de cólera no Haiti possa ter uma origem criminal e planejada. Apesar de estéril – dada incapacidade econômica e técnica daqueles que a sustentam para levá-la a cabo – essa hipótese não nos parece absurda de modo algum.

Acreditamos que, voluntariamente ou não, as intervenções humanitárias carregam em si todos os germes que cedo ou tarde acabam pervertendo suas possíveis e tão escassas realizações. A nosso humilde juízo, Lyonel Trouillot (2010) acertou quando percebeu que

a ação humanitária carrega consigo essa contradição de que, ao declarar querer atender problemas emergenciais, ela justifica ao mesmo tempo sua própria existência. A ação humanitária não vem somente para ajudar, também vem para comprovar sua necessidade. Torna-se assim impossível ao humanitário pensar seu desaparecimento.

E parece que essa não seria a primeira vez que a ONU importa ou trafega epidemias em países que ocupa e/ou administra¹¹. Num país como o Camboja, o número de pessoas infectadas de AIDS girava em torno de 6000 quando o país foi colocado sob o protetorado da ONU em 1991. De acordo com Kalyanee Mam, cineasta cambojana radicada atualmente nos EUA, já no ano seguinte (1992), o número tinha subido para 20 000 antes de alcançar 90 000 em 1995. Enquanto o país, ainda nos anos 1960, era conhecido como “A Pérola do Oriente” devido especialmente à sua atratividade turística e

¹¹ Queremos lembrar que o cólera foi introduzido no Haiti a partir de matérias fecais de banheiros químicos derramados na região Artibonite dentro do rio do mesmo nome (um dos maiores do país) cuja água é usada pela população local para se lavar e se alimentar (beber e cozinhar). O doutor Daniele Lantagne, integrante do painel especializado da ONU para estudar o caso no Haiti em 2011, concluiu: “Podemos afirmar que a fonte mais provável da introdução da cólera no Haiti era alguém infectado com a cepa de cólera do Nepal e associado com o batalhão das Nações Unidas em Mirebalais”. (Mark Doyle, <http://www.bbc.co.uk/news/world-latin-america-20024400>. Acesso: 26 fev. 2013).

sua indústria próspera, hoje o cambojano comum depende do assistencialismo para sobreviver. A constatação é apenas um pouquinho melhor para as categorias médias:

Os melhores empregos no país, oferecidos pelas ONGs, são concedidos aos cidadãos de países estrangeiros. Como é o caso do Haiti, os cambojanos ocupam as posições subalternas ou de segunda classe. Levando um trem de vida superior à maioria dos cambojanos, os expatriados¹² fazem subir o preço do aluguel e dos produtos alimentares. (CADET, 2011, p. 2).

No Haiti, a mesma observação se aplica. E a indecência talvez se estenda ainda com maior soberba. Na seção “Petites annonces/ Pequenos anúncios” de Le Nouvelliste, doravante único diário do país desde 2010, nós selecionamos aleatoriamente alguns anúncios edificantes, todos publicados em 2011, um ano depois do sismo.

- 1) Quarta-feira 27 de julho, página 21: “Imóvel para alugar em Delmas [...].- Condomínio de seis apartamentos de 1 a 2 quartos, podendo servir de **escritório para ONG ou residência para missionários [de ONGs]**. Mais informações, ligar para [...]”;
- 2) “Grande almoxarifado de 1200m² em Carrefour Marassa (Croix-des-bouquets), avenida principal, incluindo escritório e garagem segura para vários caminhões e carros. **Ideal para ONGs [...]**”. (Le Nouvelliste, #38569, jeudi 11 août 2011, p. 37).
- 3) “For rent. One Bedroom Apartment in Thomassin 38. Fully furnished, Water, Electricity, WI-FI, parking space. For information Please Call [...]”. (Le Nouvelliste, #38578, vendredi 26 août 2011, p. 26).
- 4) “Casas e apartamentos para alugar. - Dois grandes imóveis para alugar em Route Frères, **ideal para ONGs ou supermercado**. Casas mobiliadas para alugar em Belleville, Rua Armand Holly Pacot, Tabarre e Village Théodat. Vários outros apartamentos e casas para alugar e vender em diferentes lugares. Ligar [...]”. (Le Nouvelliste, #38578, vendredi 26 août 2011, p. 26).
- 5) “Apartamentos espaçosos para alugar em Pacot.- Um imóvel de seis apartamentos. Cada apartamento possui dois quartos e dois banheiros. Bairro calmo. Varanda, garagem. \$1000.00 USD. Ligar [...]”. (Le Nouvelliste, #38561, p. 27. Todos os grifos são nossos).

¹² No Camboja esses estrangeiros – europeus na esmagadora maioria – que deixam seus países em busca de melhor opção são chamados **expatriados**. Enquanto o cambojano que deixa o Camboja em busca de uma vida melhor na Europa ou na América do Norte é um **imigrante**. Essas designações são carregadas de fortes pesos semânticos. O imigrante, no geral, é um candidato aos empregos mais precários e degradantes na sua sociedade de acolhimento, enquanto o expatriado é um dominante, um representante de seu país imperialista ou subimperialista numa sociedade periférica. E atua dentro da habitualmente chamada cooperação bi ou multilateral. Por isso, mesmo sem o perceber, o expatriado desempenha um papel altamente político.

Observar-se-á que o terceiro anúncio está diretamente em inglês num país cujos idiomas são o créole e ou francês. Faz-se assim claramente questão de ter a certeza de que a mensagem fluísse sem nenhum ruído: Haitianos afastem-se!¹³ E também é bom destacar que os bairros acima citados são praticamente de classes médias, com exceção de Thomassin e Belleville que costumam ser considerados da burguesia. Como pode esperar que as e os cooperantes da ONU ajudem a oferecer um teto a mais de um milhão de novos desabrigados do terremoto em Porto Príncipe quando a própria presença delas e deles no país ocasiona tamanha inflação nos preços do aluguel? Quando a presença delas e deles incentiva as lojas e supermercados a colocarem os preços em dólar?

Lyonel Trouillot (no mesmo texto acima referido) destaca a atuação desse pessoal humanitário que mora em bairros nobres onde se estima protegido e que vai a um trabalho em favor de uma população com a qual lhe é proibido conversar fora o horário de trabalho, antes de conceder-lhe com muita generosidade:

¹³ Leiamos o que as jornalistas Kathie Klarreich e Linda Polman do The Nation observaram em Porto Príncipe, na reportagem acima citada: “A poucos quilômetros do centro da cidade, encontra-se a Base Logística ou Log Base, o central de negócios das Nações Unidas e seus esforços de reconstrução. Trata-se aqui de outro mundo. Dentro do imenso prédio encontram-se ‘trailers’ novos, carros de golfe e mais banheiros públicos novinhos de que em qualquer lugar no Haiti. (Log Base não está infetada de micróbios, ou cólera!) Vasos de flores alinham-se nos corredores, e umectantes derramam gotas d’água refrescantes no terraço de um restaurante cujo cardápio oferece sushi, arroz jasmim, batatas alemãs, pão de queijo brasileiro, shawarmahalal e sorvete Haagen-Dazs. O dólar americano, e não a gurde haitiana, é a moeda básica aqui. [1 dólar=45 gurdas].

Logo após o terremoto, Log Base tornou-se o centro nevrálgico dos esforços de reconstrução, o lugar onde organizações de ajuda podiam coordenar suas estratégias de reconstrução. Havia mais de 70 reuniões por semana entre as organizações humanitárias e outros membros interessados. Poucos haitianos têm acesso a dentro das paredes, para isso, é preciso documentos de identificação e um convite de alguém de dentro, luxo que poucos têm. E quando eles o têm, é para se darem conta de que as reuniões correm em inglês e não em créole ou francês. Quando um comitê de coordenação das ONGs foi montado em julho de 2010 em Log Base, 60 organizações internacionais votaram, mas dado que não tinha ONGs locais, os haitianos não foram representados.

Bem-vindo à República ONG do Haiti, o frágil Estado nascido em decorrência dos esforços de reconstrução após o terremoto. De um lado estão as milhares de organizações de ajuda que vêm ao Haiti com a totalidade do orçamento da ajuda internacional nas suas contas bancárias (bilhões no total) onde construíram um poderoso Estado paralelo que presta conta a ninguém mais que seus contribuintes e patrões. Do outro lado estão os representantes do povo haitiano, oficiais eleitos, representantes de organizações da sociedade civil, empresários, que permanecem pobres e abandonados por essas ONGs que vêm para socorrê-los. E entre os dois? O povo haitiano, pobre, desempregado, desabrigado e abalado por esses esforços de reconstrução que frequentemente se esquecem de prestar-lhe qualquer ajuda sequer”.

Não se trata apenas dessa jovem mulher que, do seu apartamento numa grande cidade europeia, concebeu um projeto por um país que mal conhece. [...]. Não se trata apenas do preço dos alugueis que não para de subir porque as ONGs pagam bem, e em dólar. Não se trata apenas de concorrência e luta pela visibilidade. Não se trata apenas de uma questão de projetos e programas concebidos no exterior que peritos e especialistas vêm aplicar. Ao lado de tudo isso, ou talvez no meio de tudo isso, há reais serviços prestados, reais socorros, carências imediatas supridas.

Pode-se afirmar aqui, com razão, que a generosidade do escritor Lyonel Trouillot, um dos mais famosos do Haiti no mundo, não procurou disfarçar sua justificada ira, assim como sua ira não diminui sua grande generosidade, a qual se expressa na última frase. Se ambas podem ser questionadas, a sua observação a seguir, no entanto, acerta tão bem no alvo que merece ser ressaltada:

Não há evidências de que a proliferação de ONGs estrangeiras seja mais eficaz¹⁴ no serviço aos haitianos de que um suporte mais modesto em termos de empregos e visibilidade, para os projetos que teriam sido concebidos por haitianos, realizados por haitianos com mecanismos rigorosos de controle por parte dos doadores e parceiros, além de assistência técnica e intelectual estritamente relacionada às áreas em que faltam pessoal e *savoir-faire*. Ao contrário do governo, a sociedade civil haitiana não achou-se em falta de ideias nem de boa vontade à sequência do sismo, faltou-lhe principalmente recursos.

Essas observações e tantas outras do tipo têm despertado em nós o interesse de estudar como o sismo tem oferecido à Internacional Comunitária uma oportunidade de ouro para se reconfigurar e reforçar sua hegemonia no Haiti, afim de melhor assegurar a administração da ordem colonial à qual o Haiti se encontra submetido, reforçando assim a situação dos trabalhadores haitianos como mero precariado. Isto é, ao contrário da megalomania enganadora do *Plan d'action pour le relèvement et le développement d'Haiti*

¹⁴Em se tratando do papel das ONGs no Haiti, o diplomata brasileiro, Ricardo Seitenfus, Representante Especial do Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) e Chefe do Escritório da mesma no Haiti está na posição ideal para saber o que fazem as ONGs dentro do país. Numa entrevista ao jornal suíço *Le Temps*, em dezembro de 2010, ele resume a situação assim: “Desde o terremoto, o Haiti tornou-se uma encruzilhada incontornável. Para os ONGs transnacionais, o Haiti tem-se transformado em um lugar de passagem obrigatória. Eu diria ainda pior que isso: de formação profissional. A faixa etária dos cooperantes que chegaram depois do terremoto é muito baixa; eles desembarcam no Haiti sem nenhuma experiência. Enquanto isso, o Haiti, posso lhe garantir, não é propício aos amadores. Depois do 12 de janeiro, por causa do recrutamento maciço, a qualidade profissional tem diminuído muito. Existe uma relação maléfica ou perversa entre a força das ONGs e a fraqueza do Estado haitiano. Algumas ONGs existem somente por causa do infortúnio haitiano”.

(PARDN, 2010), longe de surgir como “país emergente até 2030” (p.8), quase tudo indica que o Haiti está caminhando nos rumos de uma nova colônia. E isto, na melhor das hipóteses. Pois, na hipótese formulada, em 2012, pelo *National Intelligence Concil*, em 2030, o Haiti se encontrará no 13º posição dos Estados com alto risco de fracasso (falência). O documento da *National Intelligence Concil (Global Trends 2030: Alternative Worlds, 2012)*, cita outro trabalho de pesquisadores da *Sandia National Laboratories*, os quais estão desenvolvendo um Índice de Resiliência Humana (HRI) para fornecer ferramentas que possam ajudar a explorar as ligações entre exigências ecológicas humanas, resiliência humana, e conflito. Sete indicadores são utilizados para calcular o HRI: Taxa de crescimento da população, densidade populacional, ingestão calórica per capita, água doce renovável per capita, terra arável per capita, média de idade e saúde da população (incluindo mortalidade infantil e expectativa de vida). A tabela abaixo lista os países que são projetados para terem um alto risco de instabilidade, conflito, ou algum outro tipo de fracasso em 2030 por causa de sua pobre ecologia humana e resiliência. Nela vê-se o Haiti saltando do nono lugar, em 2008, para o décimo terceiro, em 2030.

Quadro 1. Countries at High Risk of State Failure/

Países com Alto Risco de Falência

Rank	2008	2030
1	Burundi	Somalia
2	Yemen	Burundi
3	Somalia	Yemen
4	Afghanistan	Uganda
5	Uganda	Afghanistan
6	Malawi	Malawi
7	Dem. Rep. of Congo	Dem. Rep. of Congo
8	Kenya	Kenya
9	Haiti	Nigeria
10	Ethiopia	Niger
11	Bangladesh	Pakistan
12	Pakistan	Chad
13	Nigeria	Haiti
14	Niger	Ethiopia
15	Chad	Bangladesh

Fonte: *Global Trends 2030: Alternative Worlds [Sandia National Laboratories]*

Alguns dias depois do sismo, havíamos produzido um primeiro esboço de análise do desastre¹⁵. O objetivo era chamar a atenção sobre os laços estreitos desse desastre aparentemente natural com os acontecimentos sociopolíticos que têm marcado toda a trama histórica do país. A tese defendida na ocasião buscava explicar o terremoto do dia 12 de janeiro como uma construção sócio-histórica. Talvez seja bastante provocante qualificar de sócio-histórico um fenômeno da natureza. A tese avançada é que as 300 000 pessoas mortas no Haiti não perderam as suas vidas por causa do sismo de magnitude 7,2 na escala Richter. O terremoto matou apenas as pessoas que se encontravam dentro dos edifícios ou em seus arredores no momento do desmoronamento. Quem estivesse nas ruas, em terreno aberto, durante aquele fatídico momento, saiu salvo. Um claro exemplo disto: centenas de estudantes da *Faculté des sciences humaines* da *Université d'État d'Haïti* que estavam numa manifestação espontânea em denúncia do assassinato do professor Jn Anil Louis-Juste¹⁶, saíram todos salvos: pois se encontravam longe de edifícios naquela hora funesta.

Nosso esboço de análise consistia em argumentar que, Porto Príncipe, tal como era configurada no momento do terremoto, era um barril de pólvora pronta para explodir pela primeira faísca de fogo. Dito em outras palavras, tratava-se de colocar o acontecimento do dia 12 de janeiro na continuidade das decisões tomadas sobre o Haiti desde sempre pelas potências que o dominam com a cooperação ativa das classes dominantes locais, decisões estas que acabam consagrando o país no pacote dos Estados frágeis.

Os fatos levantados naquela primeira tentativa de análise eram estes:

O Haiti conheceu duas colonizações no início da vigência da modernidade: a espanhola (1492-1697) e a francesa (1697-1803). Uma das consequências de tudo isto é a destruição sistemática de 45% do meio ambiente do país. Até por que muitos monumentos

¹⁵ A análise em questão pode ser conferida em francês no portal da revista política virtual suíça *alencontre.org* com o título *Haïti: Le tremblement de terre du 12 janvier et sa construction socio-historique*. A mesma encontra-se em espanhol no site *anarkist.org* com o título *El terremoto del 12 de enero y su construcción sociohistorica*.

¹⁶ Jn Anil Louis-Juste, professor à l'Université d'État d'Haïti, foi vítima de um assassinato político poucas horas antes do terremoto. Era conhecido como radicalmente contra a ocupação do país. Em várias ocasiões de protestos e levantes populares (contra a Minustah ou pelo reajuste do salário mínimo), costumava ser alvo de procura ativa por parte da Minustah.

históricos na França foram construídos com madeira do Haiti. Quando o Haiti recebeu o nome de “Pérola das Antilhas”, não se tratava de fruto de uma imaginação literária prolífica. Esses louros, o Haiti os conquistou como reconhecimento do volume excepcional de riquezas que a França havia extraído ali. No clássico texto *Les racines du sous-développement en Haïti*, Benoit Joachim resume as primeiras consequências dessa veia aberta da seguinte maneira:

Enquanto a exploração da terra e dos homens na colônia de São Domingos [atual República do Haiti] havia contribuído a enriquecer a burguesia francesa e acelerado o desenvolvimento do capitalismo na metrópole, em contrapartida o povo que sucedeu aos escravos cujo trabalho pesado havia permitido essa acumulação do capital na metrópole, herdou apenas de solos desgastados, superfícies em grande parte carbonizadas, escombros por fim (Joachim, 1979, p. 87).

Isto é, a acumulação primitiva do capital no Haiti possibilitou o desenvolvimento da burguesia francesa e financiou sua revolução. No entanto, a historiografia comprometida com a burguesia não cansa de buscar estabelecer por todos os meios, uma improvável filiação da revolução haitiana com a francesa como se esta teria gerado aquela, enquanto esta historiografia silencia por completo a clara e enorme contribuição dos trabalhadores escravizados haitianos ao desenvolvimento da França.

Se a independência proclamada no dia 1º de janeiro de 1804 tivesse ligado essa veia aberta, esse sangramento, o meio ambiente haitiano teria certamente conseguido se cicatrizar. Mas o Haiti teve que assinar e pagar uma “dívida” não contratada de 150 milhões de francos-ouro para que a França reconhecesse a independência e permitisse o alívio do embargo mundial que estrangulava o Haiti como punição à proclamação da independência. O pagamento desta dívida – avaliada a mais de 21 bilhões de acordo com atualizações feitas em 2003 – deixou no meio ambiente haitiano, marcas iguais às da colonização dos séculos anteriores. As classes possuidoras e dominantes haitianas, pois, não contribuíram nem com um centavo nesse valor. Até por que foi somente a partir do período de ocupação militar norte-americana que foram forçadas a pagar imposto pela primeira vez. Assim, para conseguir o dinheiro, os governos sucessivos puseram em vigor regras que os permitem saquear praticamente a maior parte da produção cafeeira realizada

pelos camponeses e camponesas obrigando-os assim, para sua subsistência, a plantarem em superfícies montanhosas culturas erosivas como milho, batata ou feijão etc. cujo cultivo exige planície. Enquanto isso, essas mesmas classes dominantes, aliadas com suas primas europeias e norte-americanas, se chocavam numa corrida furiosa para explorar a reserva florestal do país. Deixamos a palavra mais uma vez a Benoit Joachim:

O aumento sem precedentes das explorações florestais no Haiti durante século XIX foi destacado por todas as testemunhas. As madeiras de tingimento (campêche, etc.), de marcenaria (mogno), de construção (pinheiro...) se impuseram por seu volume crescente à exportação. Todos os navios que saem dos portos haitianos levavam campêche (madeira vermelha), embora seja como lastro. A variedade “madeira salina”, cujas qualidades tintoriais eram postas em relevância por sua longa imersão de três semanas até dois meses antes de chegar ao porto de embarcação, ia principalmente a Le Havre, enquanto “a madeira de cidade”, de segunda ordem, fora usada na Inglaterra, na Alemanha, nos Estados Unidos. (pp. 202-3).

Mesmo assim, se esse processo tivesse parado por ali, o Haiti certamente não teria sido o que é hoje. Porém, a situação não é tão simples. Enquanto, em 1825, a França escravista, escravocrata, colonial/moderna, das Luzes e dos Direitos humanos exigiu uma compensação em ouro para assinar o alívio das regras do embargo imposto ao país negro por ter conquistado a sua independência, os Estados Unidos esperaram até a década de 1860 antes de conceder esse mesmo gesto simples. A ordem colonial/moderna, da qual estavam se tornando os novos guardiões, não previa espaço para uma república governada por antigos escravizados negros.

Destarte, no momento em que os poderosos abrem o século XX por uma primeira grande guerra (chamada Primeira Guerra Mundial), os Estados unidos, todo-poderosos nas Américas, valendo-se da doutrina Monroe – “A América aos [norte-]americanos”, isto é às classes dominantes dos Estados Unidos – estabelecem a sua primeira ocupação militar no Haiti (1915-1934). Um dos primeiros atos dessa invasão foi o assalto ao Banco Central do Haiti. Toda a reserva de ouro do *Banque de la République d’Haïti* foi saqueada pelos *Marines* (marinheiros) e levada para Washington. Outro ato foi a expulsão de boa parte dos camponeses das suas terras – os mesmos camponeses cujo duro trabalho pagou o rapto francês, mal chamado “dívida da independência”. Esses camponeses

e camponesas foram “embarcados”, como se fosse aos tempos do tráfico negreiro, para as plantações de cana-de-açúcar norte-americanas em Cuba e na República Dominicana. Não por acaso que cerca de 460 000 descendentes haitianos foram recenseados neste país vizinho em 2012. O ocupante tinha decretado: “A mão-de-obra negra é mais rentável e menos custosa”. As terras roubadas aos camponeses foram entregues a companhias norte-americanas que rapidamente as transformaram em desertos; é o caso do Savann Dezole (Gonaïves) onde faleceu a maioria das 3000 vítimas da tempestade tropical Jeanne, em setembro de 2004.

Enquanto a França e os Estados Unidos ocupam o top do ranking dos saqueadores de recursos haitianos, há de destacar que não estão sozinhos. Países como a Inglaterra ou a Alemanha nunca sentiram constrangimento em mandar seus navios de guerra nas águas haitianas, como, por exemplo, na ocasião do “Caso Luders”, conhecido de qualquer estudante secundarista que já estudou em manuais da história haitiana. Luders era um alemão feito preso no Haiti, em 1897, por ter violado as leis do país. Porém, o governo alemão se aproveitou desta oportunidade para mandar seus navios de guerra no porto da capital haitiana e exigir um resgate de 20 000 dólares.

No entanto, o estopim foi aplicado pelo grande vizinho do norte. No início da década de 1980, para ampliar seu mercado, os Estados Unidos haviam escolhido o mercado haitiano como um dos seus quintais prediletos. Ajudados pela cumplicidade sem tamanho da grandonarcho-burguesia¹⁷ haitiana, e seus dirigentes estatais, eles sistemática e simplesmente procederam à eliminação de todo o rebanho suíno dos camponeses e camponesas haitianos. Para entender o alto significado criminoso deste ato, é preciso saber que o porco no Haiti levava na época o apelido de “Kanè Bank Peyizan/ Conta bancária do camponês”. Ao lado da agricultura de subsistência, a criação de porcos era, pois, a principal

¹⁷ A caracterização da burguesia haitiana como uma *grandonarquia* é um legado do pensador Jn Anil Louis-Juste. Essa expressão designa as práticas dos burgueses-grandons chamando a atenção sobre o fato de que a classe dos grandons-burgueses ou dos burgueses-grandons é fundamentalmente um tipo de “família” de pouquíssimas pessoas que controla o essencial da economia nacional. São donos das terras, mas não se envolvem em agricultura capitalista. As suas grandes propriedades são distribuídas em centenas de pequenas parcelas nas quais trabalham os camponeses em locação ou como meeiros. Enquanto isso, suas atividades principais não passam de *import-export* (importação e comercialização de produtos manufatureiros e exportação dos gêneros produzidos pelo campesinato). Essa grandonarquia sempre teve em suas mãos o controle monopolístico de qualquer movimentação econômica e política do Estado – seu patrimônio. O grandon é aquele cujas terras ele “recebe” do Estado em grandes doações – daí a palavra “grandon”.

fonte de sobrevivência nos meios rurais haitianos. Quer dizer, com a matança dos porcos, milhares de camponeses se encontraram de repente drasticamente mais empobrecidos do que já eram. E é exatamente nesta ocasião que o Estado haitiano executou seu contrato com seu homólogo dominicano para providenciar-lhe em forças braçais masculinas devendo servir como cortadores de cana nos bateys, nas plantações de cana da região fronteiriça haitiano-dominicana. Enquanto isso, as empresas norte-americanas que eram apenas 13 em 1966, passaram a 154 em 1981. É justamente neste contexto que a administração norte-americana implementou seu conhecido programa de CBI.

Quadro 2. Algumas cláusulas financeiras do acordo discutido entre os governos haitiano e dominicano em 14 de novembro de 1966 a respeito do fornecimento de 15 000 operários agrícolas haitianos para atuar como cortadores de cana a partir da safra da cana-de-açúcar de 1978-1979:

“Artigo 8: O operário agrícola haitiano contratado pelo Conselho de Estado do Açúcar trabalhará exclusivamente na usina açucareira do Estado dominicano para a qual foi contratado. [...]

Artigo 10: Para compensar os custos decorrentes da contratação dos 15 000 operários agrícolas e seu transporte dos centros de contratação no Haiti até Malpasse, o Conselho de Estado do Açúcar se engaja a dar ao Governo Haitiano a quantia de um milhão duzentos e vinte e cinco mil dólares (S 1 225 000), em moeda americana. [...]

Artigo 13 [...] O Conselho de Estado do Açúcar dará ao Governo Haitiano a quantia de oitenta e cinco mil dólares (S 85 000) para assegurar os custos de transporte dos 15 000 operários haitianos de Malpasse até os centros nos quais haviam sido contratados.

Artigo 14: [...] a Embaixada do Haiti na República Dominicana tem o privilégio de nomear 75 inspetores e 15 supervisores para proteger os operários haitianos.

Artigo 20: O salário normal de cada supervisor será de R.D. S 350 (trezentos e cinquenta dólares) por mês e o salário normal de cada inspetor será de duzentos dólares (R.D. S 200). [...]

Artigo 26: O Conselho de Estado do Açúcar se engaja a pagar ao operário agrícola haitiano para cada tonelada curta de cana a quantia de R.D. 1.35 em moeda dominicana¹⁸. [...]”.

Fonte: Maurice LEMOINE. *Sucre amer: esclaves aujourd'hui dans les Caraïbes*. Paris : Encre, 1981, pp. 287-291

¹⁸Esse contrato foi firmado no dia 14 de outubro de 1978. Para a colheita de 1979-1980, houve algumas modificações:

O artigo 14 **autorizou** o Ministério dos Assuntos Sociais da República do Haiti a designar 5 funcionários e um Representante da OIT (organização internacional do trabalho) a fazer enquetes sobre as condições de trabalho de acordo com o contrato. Mas, eles têm que ter a aprovação do Governo dominicano para realizar as enquetes.

O artigo 15 modificou o número de inspetores e supervisores para 80 e 17 em vez de 75 e 15 respectivamente. No artigo 20, o salário de cada supervisor passa para 385 pesos/mês (em vez de 350); o salário de cada inspetor passa a 220 pesos/mês (em vez de 200).

No artigo 26, o salário do operário mudo para 1 peso 55 (em vez de 1,35).

No novo artigo 10, a menção à transação entre o Conselho de Estado do Açúcar e o Governo haitiano, 1 225 000 dólares, desapareceu. (Apud LEMOINE, 1981, p. 287-91).

Em fevereiro de 1982, quando o presidente estadunidense, Ronald Reagan, apresentou à Organização dos Estados Americanos (OEA), a *Caribbean Bassin Initiative* / Iniciativa da Bacia Caribenha, ele afirmou: “Essa proposta econômica é sem precedência na atual crise do Caribe (...). Ela deixa claríssima a nossa determinação a ajudar nossos vizinhos a crescer.” A CBI apoiava-se em três pilares: 1- ajuda bilateral; 2- taxa preferencial a favor das atividades de negócios estadunidenses no Caribe; 3- acordos comerciais de concessão (*concessionary trade arrangements*). Esse programa para o qual 27 países caribenhos, inclusive o Haiti, foram considerados elegíveis, pretendia transformar o Caribe numa região de produção de mão-de-obra barata. (BAKAN et. Alii, 1993, p.2).

Não é de estranhar que Port-au-Prince, a capital haitiana, se tornou uma metrópole sobrepovoadada e quase totalmente *bidonvilizada* (repleta de favelas ou ela mesma metamorfoseada numa gigantesca favela) nas vésperas de 2010 com cerca de 3 milhões de habitantes enquanto sua arquitetura inicial não previa abrigar mais de 500 000 habitantes.

Enquanto isso, logo após o primeiro grande tremor do inesquecível dia 12 de janeiro, um dos primeiros reflexos das autoridades haitianas foi a elaboração do chamado *Plan d'action pour le relèvement et le développement national d'Haiti*/Plano de Ação para Reerguer e Desenvolver o Haiti(PARDN). Por mais curioso que possa parecer, esse plano dito de “desenvolvimento nacional” está endereçado primeiro e sobretudo à Internacional Comunitária. A primeira frase do documento não deixa lugar para dúvida alguma:

O Plano de ação para a Recuperação e o Desenvolvimento do Haiti que apresentamos aos nossos parceiros da comunidade internacional constitui a expressão das necessidades a serem atendidas para que o terremoto, que tão cruelmente abalou nosso país, torne-se uma janela de oportunidade para uma refundação do Haiti, segundo a expressão do Chefe do Estado (p. 2).

Dois parágrafos mais abaixo, os autores do documento reforçaram:

O plano que lhes é proposto apoia-se num esforço coletivo de reflexão e consulta. No nível diplomático, diálogos intensos e construtivos permitiram sensibilizarmo-nos a respeito das expectativas dos nossos parceiros internacionais e explicarmos-lhes as nossas escolhas para o futuro (PARDN, p. 2).

Neste trecho, a própria expressão “as nossas escolhas” soa retumbantemente falsa. Falar em escolha, com efeito, sugere a ideia de que os dirigentes haitianos teriam se encontrado frente a uma variedade de possibilidades e que teriam analisado-as com toda liberdade até decidir adotar a mais conveniente. É uma declaração que não ilude de maneira alguma nenhum haitiano minimamente sensato que sabe muito bem que nos fatos, o Haiti já deixou, há anos, de ser um país independente e soberano.

O que o PARDN está tentando vender, na verdade, é a ilusória “comunidade ideal de comunicação” de Habermas. Como se as sólidas relações socioeconômicas e políticas de poder que estiveram envolvidas no processo de condicionamento dessa comunicação humanitária em contexto pós-terremoto pudessem se silenciar para dar lugar a um genuíno diálogo entre iguais. E tudo isso, em nome de uma suposta “ética de discussão” e por amor à “verdade” – verdade essa que, seja dita de passagem, só é possível encontrar “por meio de procedimentos de argumentação [dialógica] que nos obrigam a adotar o ponto de vista do outro¹⁹” (Habermas 2007, p.4). Assim, o resultado imposto do diálogo viciado que resultou no PARDN passou a ser chamado de “esforço coletivo de reflexão e consulta”, ou seja, consenso. A pura verdade é que as expectativas contempladas são as “dos nossos parceiros internacionais”. E além do mais, não é isso curioso que o plano de recuperação pós-terremoto do Haiti apresentado pelo seu governo não passa de uma proposta? Ele não é nem uma decisão nem uma resolução. Apenas uma proposta, endereçada aos parceiros internacionais!

Isto é, o peso da Internacional Comunitária no Haiti é tal que se torna impossível entender a realidade haitiana hoje em dia, sem integrar nas análises as instituições econômicas e políticas internacionais e suas ferramentas ideológicas. No mesmo ano 2010, o Sistema das Nações Unidas no Haiti²⁰ elabora o *UN Integrated Strategic Framework for Haiti*/Quadro Estratégico Integrado das Nações Unidas para o

¹⁹ Entre outros, seus livros *A Ética da Discussão e a questão da Verdade* (2007), *Agir comunicativo e razão destranscendentalizada* (2002) e seus dois volumes de *Teoria do agir comunicativo* (2001) advogam todos a favor do uso da argumentação, da razão ou da racionalidade como meio de convencimento na esfera pública.

²⁰ Além da missão de estabilização (a MINUSTAH), integram o famigerado Sistema das Nações Unidas no Haiti: as agências de desenvolvimento e as humanitárias. São ao todo 18 organizações. A sua lista assim também suas áreas de intervenção no Haiti podem ser acessadas aqui: <http://www.onu-haiti.org/agencies-partners/>. Acesso: 26 de jan de 2014.

Haiti, documento no qual se pode ler: “As atividades da ONU serão alinhadas sobre as prioridades do Plano de ação nacional do Haiti para a recuperação e o desenvolvimento”(p. 8) entre outros.

Outra observação: enquanto o documento propõe um “plano de recuperação e desenvolvimento nacional”, cabe destacar que sua maior preocupação é atender “as expectativas dos parceiros internacionais”. Isto é, ele pôde propor nada que estivesse na contramão da vontade do dito internacional.

Para atingir suas metas de desenvolvimento nacional, o PARDN “propõe a criação de uma comissão temporária para a reconstrução do Haiti e que, no momento oportuno, tornar-se-á a Agência pelo Desenvolvimento do Haiti assim como um Fundo Fiduciário Multi Doadores (...)” (p. 5). Para medir a importância dessa proposta, é preciso saber que a Comissão temporária para a reconstrução do Haiti (CIRH, em francês) era co-dirigida pelo ex-presidente estadunidense Bill Clinton, que já tinha sido presente no Haiti a título de Emissário especial do Secretário geral das Nações Unidas. Quanto à administração do Fundo Fiduciário Multi Doadores (FFMD), ela é confiada ao Banco Mundial, a pedido do Haiti (p. 55). Somando a essas duas bizarras, o fato de que o Haiti, desde 2004, está sob o controle de uma força militar estrangeira (a Minustah, chefiada pelo exército brasileiro), fica difícil resistir à constatação de que o Haiti, a partir do terremoto, vem caminhando no rumo de um tipo novo de colônia. Entretanto, o CIRH morreu em silêncio 18 meses depois do seu nascimento enquanto a dita Agência pelo Desenvolvimento do Haiti morreu antes de nascer²¹.

²¹Na observação acima referida, as jornalistas Kathie Klarreich e Linda Polman do The Nation, prosseguiram com a seguinte descrição: “[...] Quando as ONGs chegaram após o terremoto, discursos ecoavam sobre o respeito das necessidades dos haitianos e o escudo do que eles tinham a levar para a mesa [de discussão]. Durante a conferência internacional dos doadores, ‘Towards a new Future for Haiti’ (Rumo a um futuro novo para o Haiti) do dia 31 de março de 2010, 11 semanas após o sismo, 5,3 bilhões USD foram prometidos para a reconstrução do Haiti durante um período de dois anos. Também concordaram em trabalhar com o governo haitiano de modo a seguir os princípios de ajuda eficácia e humanitária que servem de lições adquiridas no passado. Criaram o Interim Haitian Reconstruction Commission (IHRC), ou seja, a comissão interina de reconstrução, também conhecida como a comissão Clinton, de acordo com a figura célebre que devia ajudar a fazer exatamente isto.

Mas à medida que chegava o dinheiro, menos esse sonho de parceria feliz parecia se concretizar. Desde o início, as ONGs têm seguido suas agendas e prioridades pessoais ignorando o governo e a sociedade civil haitiana. Na primeira corrida apressada à ajuda, 1% das doações chegou às mãos do governo, e somente 1,8% dos fundos de reconstrução vindo de outros países foi distribuído para um orçamento adequado. As ONGs

Porém, se a leitura do PARDN pode facilmente desvendar o caráter colonial da nova configuração da hegemonia da Internacional Comunitária nas mínimas como nas grandes decisões que dizem respeito ao Haiti, o risco é esconder as ocorrências sócio-históricas que têm levado a este estado de fato. Daí a necessidade de revisitar a história do Haiti e mostrar como, de 1804 (ano da proclamação da Independência) até hoje, passando pela inauguração das suas relações de país independente com as potências internacionais, em 1825²², a impossibilidade do Haiti a se autogovernar foi saindo passo a passo da esfera filosófico-ideológica para, através dos mecanismos cientemente aplicados, se concretizar no dia-a-dia.

Um historiador norte-americano, Schmidt, relata o seguinte pronunciamento emitido pelo subsecretário do Estado, William Philipps, em relação à República do Haiti: *“Trata-se de um povo inferior, incapaz de manter o grau de civilização que deixaram-lhe os franceses ou de desenvolver a mais mínima aptidão à autonomia que dar-lhe-ia direito ao respeito e à confiança da comunidade internacional”* (Chomsky, 2006)²³. Depois de ter citado esta proclamação feita sem meias-palavras nem sequer minimamente preocupada

haitianas receberam apenas 0,4% da ajuda internacional. Cerca de dois terços do que resta – dos bilhões – permanece nos cofres dos tesouros das organizações que ali estavam presentes antes do terremoto: ONGs internacionais, o Banco Mundial, a ONU, o BID e outras empresas de construções e consultas ocidentais. O dinheiro que conseguiu chegar aos haitianos financiou projetos que não atendem as necessidades dos haitianos. O problema não é que os fundos têm sido desperdiçados ou mesmo roubados, até por que às vezes é o caso, mas o essencial da ajuda não foi gasto no que era mais necessário”. Quer dizer, nem mesmo como parceiro a Internacional Comunitária não tratou o governo e a sociedade civil haitiana.

²² Após 21 anos de condenação à solidão por ter dado “uma tremenda e imperdoável sova nas tropas de Napoleão Bonaparte”, em 1803, a comunidade internacional da época impusera ao Haiti de pagar à França uma indenização de 150 milhões de francos ouros por este seu “delito de dignidade” (GALEANO, 1996). Essa imposição aceita pela classe dominante haitiana em 1825, e paga até o último centavo apenas com o suor e sangue dos camponeses e demais trabalhadores rurais, representava, em 2003, 4 vezes o orçamento público da França. Em troca desse pagamento, a França reconheceu a independência do Haiti em 1825, seguida pela Grã-Bretanha em 1833. Somente em 1862, os Estados Unidos reconheceram a independência do Haiti durante a guerra de Secessão – o presidente Lincoln como outros tendo visto no Haiti um lugar suscetível de absorver os Negros que foram incentivados a deixar os Estados Unidos. (A Libéria foi também reconhecida neste mesmo ano, em parte pela mesma razão) (CHOMSKY, 1994, p. 4).

²³ Havíamos destacado em outro contexto, que na política e nas relações internacionais, a soberania nunca é adquirida uma vez para sempre; ela se merece. E no caso de Haiti, o critério para ter direito ao respeito da Internacional Comunitária sempre pareceu ser a aptidão à ocidentalização. Até por que faz todo sentido a pergunta de Frei Betto (2010): “Findas as ações emergenciais, quem haverá de reconhecer o Haiti como nação soberana, independente, com direito à sua autodeterminação?”.

com o politicamente correto vigente nos tempos de hoje, Noam Chomsky acrescenta o seguinte comentário:

Poucas palavras precisam ser desperdiçadas acerca da civilização deixada a 90% da população [haitiana]²⁴ pelos franceses, os quais, como relatou um ex-escravo, “penduravam as pessoas de cabeça para baixo, afogavam-nas em sacos, crucificavam-nas sobre tábuas, enterravam-nas vivos, esmagavam-nas em almofarizes [...], forçavam-nas a comer merda, [...] descartavam-nas vivos para serem devoradas pelos vermes, ou em formigueiros, ou ainda prendiam-nas firmemente em estacas em pântanos para serem devorados pelos mosquitos, [...] lançavam-nas em caldeirões ferventes de xarope de bengala” – isto, quando “não esfolavam-nas com chicotadas” a fim de extrair a riqueza que contribuiu para dar à França o seu ingresso no clube dos ricos. (CHOMSKY, 2006).

Ressaltar-se-á aqui, mais uma vez, como o desenvolvimento de um é financiado pelo subdesenvolvimento, quer dizer, a pilhagem das riquezas do outro.

No entanto, o julgamento circular do subsecretário de estado conferiu-lhe bastante autoridade para preconizar “uma política de invasão e instauração de um governo militar norte-americano, uma ideia que o presidente Woodrow Wilson adotou logo”

²⁴ Ramón Grosfoguel (2006, pp.56-57) sintetiza uma lista de algumas hierarquias mais importantes observáveis logo que “um homem/europeu/capitalista/patriarcal/branco/heterossexual/masculino [que] chega às Américas [...] estabelece simultaneamente no tempo e no espaço”. São nove:

1) uma específica formação de classes de âmbito global, em que diversas formas de trabalho (escravatura, semi-servidão feudal, trabalho assalariado, pequena produção de mercadorias) irão coexistir e ser organizadas pelo capital enquanto fonte de produção de mais-valias através da venda de mercadorias no mercado mundial com vista ao lucro; 2) uma divisão internacional do trabalho em centro e periferia, em que o capital organizava o trabalho na periferia de acordo com formas autoritárias e coercivas (Wallerstein, 1974); 3) um sistema interestatal de organizações político-militares controladas por homens europeus e institucionalizadas em administrações coloniais (Wallerstein, 1979); 4) uma hierarquia étnico-racial global que privilegia os povos europeus relativamente aos não-europeus (Quijano, 1993, 2000); 5) uma hierarquia global que privilegia os homens relativamente às mulheres e o patriarcado europeu relativamente a outros tipos de relação entre os sexos (Spivak, 1988; Enloe, 1990); 6) uma hierarquia sexual que privilegia os heterossexuais relativamente aos homossexuais e lésbicas (e é importante recordar que a maioria dos povos indígenas das Américas não via a sexualidade entre homens como um comportamento patológico nem tinha qualquer ideologia homofóbica); 7) uma hierarquia espiritual que privilegia os cristãos relativamente às espiritualidades não-cristãs/não-europeias institucionalizadas na globalização da igreja cristã (católica e, posteriormente, protestante); 8) uma hierarquia epistêmica que privilegia a cosmologia e o conhecimento ocidentais relativamente ao conhecimento e às cosmologias não-ocidentais, e institucionalizada no sistema universitário global (Mignolo, 1995, 2000; Quijano, 1991); 9) uma hierarquia linguística entre as línguas europeias e não-europeias que privilegia a comunicação e a produção de conhecimento e de teorias por parte das primeiras, e que subalterniza as últimas exclusivamente como produtoras de folclore ou cultura, mas não de conhecimento/teoria (Mignolo, 2000).

Essas hierarquias estão separadas somente para facilitar a clareza do exposto, mas são indissociáveis e entrelaçadas.

(CHOMSKY, 2006), em 1915, quando, sem nenhuma forma de tergiversação, simplesmente decidiu ocupar militarmente o Haiti.

Eduardo Galeano observa que “a história dos assaltos contra o Haiti que toma um virar bem trágico nos dias de hoje, constitui também uma história do racismo na civilização ocidental”. É ciente disto que, mais de uma década antes dele, Chomsky já tinha alertado para não cometer a ingenuidade de não levar em conta o elemento do racismo na elaboração das políticas, ainda nos dias atuais.

Por isso, não somente será imprescindível esboçar um panorama da atuação da Internacional Comunitária no desempenho da história haitiana, como também será fundamental adentrar nos interstícios da própria lógica que deu à luz o Haiti. Isto é, não poderemos fazer a economia de estudar as relações coloniais no Haiti antes da sua independência no início do século XIX. E estudar a história do Haiti impõe de levantar em conta a precedente observação de Galeano. Dito em outras palavras, é a matriz colonial que se tratará de indagar, sempre lembrando que:

A lógica da colonialidade atua em quatro domínios da experiência humana: 1) econômico: apropriação da terra, exploração da mão de obra e controle das finanças; 2) político: controle da autoridade; 3) social: controle do gênero e da sexualidade, e 4) epistêmico e subjetivo/pessoal: controle do conhecimento e da subjetividade. (MIGNOLO, 2007, p. 36).

Ao adentrarmos na lógica da colonialidade para buscar as raízes da situação atual do Haiti, o que afirmamos é que da invasão de Cristóvão Colombo em 1492 até hoje, a lógica da colonialidade pode ter sofrido mudanças superficiais nas suas proporções e seus agentes. No entanto, permanece a mesma. Em certos momentos, o Haiti goza do estatuto de país livre e independente; em outros, passa sob a administração direta e pessoal do imperialismo, como é o caso nos três períodos de ocupação militar que já sofreu (1915-1934, 1994-2000, 2004-). Porém, num ou no outro o que é constante é que é sempre a precariedade que toma conta da vida do trabalhador haitiano. Atualmente, mesmo os haitianos mais confortáveis e devotos na colaboração com a ocupação falam de soberania entre parênteses do Haiti, ou, na própria linguagem do PARDN, de “caminhada para reconquistar a plena soberania nacional” (p. 6). Ou seja, nos quatro domínios de atuação da

lógica da colonialidade que abrangem a vida, o mínimo que se pode reconhecer, exceto em caso de algum grau de cegueira voluntária, é que o Haiti não é dono do seu destino. O terremoto pode melhor fazer saltar isto aos olhos. Porém, se o PARDN pretende “reconstruir” o país, há de se lembrar de que antes de 2010 já existiam planos de reconstrução do Haiti.

O exemplo mais recente: em janeiro 2009, o Secretário geral da Organização das Nações Unidas delegou ao Haiti um emissário a fim de estudar as possibilidades de “lançar o desenvolvimento econômico” do país, “atrapalhado” pela passagem de quatro furacões em 2008. O relatório deste estudo é conhecido no Haiti como “*Rapport Collier*”, do nome de Paul Collier, professor de economia da Oxford University, que redigiu aquele relatório. Dentro das estratégias propostas pelo relatório Collier para garantir a segurança econômica do Haiti encontram-se “a reconstrução da infraestrutura e a expansão das zonas francas” (Collier, 2009, p. 9). Porém, a “reconstrução” apelada por este relatório quer apontar para “uma estratégia realista” (p.8). Esse realismo por sua vez se expressa na performativa seguinte: não é economicamente racional tentar desencravar as regiões montanhosas do Haiti ao construir uma infraestrutura ligando populações espalhadas nestas regiões. Além de caro do ponto de vista da manutenção, o país não teria capacidade de assumir um cargo tão pesado. (COLLIER, 2009, p.10).

Ou seja, melhor deixar essas populações vis e sem nenhuma importância econômica, dispersadas e espalhadas nas montanhas, na maior precariedade possível, sem nenhum meio de comunicação sequer nem entre si nem com o restante do país! Collier olhou pelas regiões montanhosas do Haiti e não vislumbrou nenhum sujeito histórico. Apenas populações. Por isso, não se preocupa com eventualidade nenhuma de, num dia futuro, ter que prestar conta. O que, pois, é vislumbrado por ele é apenas o seguinte:

- 1- “[Desde] 2007, o Haiti mergulha num clima de segurança, de democracia e de oportunidades econômicas” (p.3);
- 2- “a produção mundial se organiza hoje em zonas de concentração de empresas [...que assim] reduzem mutuamente seus custos” (p.11);
- 3- “a produção de vestuário requer pouco por parte do Estado” (p.12);
- 4- “é muito mais fácil e rápido estabelecer as infraestruturas e serviços dos quais precisa a indústria criando pólos de excelência invés de tentar melhorar estas infraestruturas no conjunto do país” (p. 12).

Pólos de excelência! Outra maneira elegante de dizer Estados dentro do Estado! “Estados paralelos” com têm observado as duas jornalistas.

Observar-se-á que Paul Collier não desperdiça seu tempo com preocupações relativas às condições mais ou menos humanas de trabalho e outras comodidades. A regra, afinal, se resume assim: quanto mais barata a mão-de-obra e menos regulamentado o mercado de trabalho, melhor. Já que “no setor do vestuário, o fator de produção mais caro é a mão-de-obra, o segundo sendo a energia”. A única exigência a ser cumprida pelo Estado haitiano afinal é “que os portos e alfândegas funcionem bem” (p. 12) para facilitar a exportação da produção e a importação dos fatores de produção. Com esse panorama, fica difícil resistir em comparar o Haiti do século XXI, desenhado pelo emissário da ONU com o Haiti do século XVII, regido pelo colbertismo. Com efeito, a nova política econômica mercantil planejada e centralizada por Colbert (ministro da fazenda da França colonial) a partir de 1661, considera as colônias “um fator importante”:

São elas que devem suprir à falta de produtos na Metrópole, fornecê-los a preços muito baixos e fornecer especialmente aqueles que o solo metropolitano é incapaz de produzir. Em contrapartida, devem absorver as mercadorias da Metrópole, os produtos da indústria metropolitana para que a balanço seja favoravelmente mantido. As colônias participam, portanto, direta e estreitamente ao movimento industrial e comercial da Metrópole. Nessa perspectiva, o comércio não pode ser deixado aos caprichos das vontades individuais [de] colonos ou negociantes metropolitanos²⁵. (HECTOR; MOÏSE, 1990, p. 33).

Resumindo, o colonialismo oficialmente acabou para que a colonialidade, a lógica, a concepção colonial nas embalagens modernas seja reforçada. As administrações autoritárias dos países centrais não existem mais para exercer seu controle direto nas periferias, porém, os controles indiretos sobre os Estados-nações da periferia – o

²⁵ Esse tipo específico de capitalismo mercantil aplicado nas colônias francesas a partir do século XVII era extremamente planejado e centralizado: “Primeiro, é preciso organizar as colônias, coordenar as atividades, fazer sentir a influência do Estado a fim de assegurar a produção e a vitalidade das colônias. Em seguida, o comércio colonial será confiado a companhias privilegiadas que o praticarão de acordo com uma série de regras cujo conjunto compõe o que se chama o sistema do exclusivo ou pacto colonial.” (HECTOR; MOÏSE, 1990, p. 33). O relatório Collier se parece tanto com o pacto colonial de Colbert que dá vontade de falar em recolonização do Haiti. A nuance é apenas que o capital transnacional, não um país único, é que toma conta do Haiti hoje.

neocolonialismo apesar de sua sutileza, ou melhor, graças a ela – não perdeu muito de sua eficiência. E como se vê, o PARDN, mais recente documento produzido no contexto do terremoto de 2010, não faz senão atualizar as propostas do relatório Collier que por sua vez atualizou outros relatórios como a CBI (Caribbean Bassin Initiative) que será apontada no capítulo 2.

Na sua seção 4.1.4 intitulada “Os pólos regionais de desenvolvimento”, o *Plan d’action pour le relèvement et le développement national d’Haïti* proclama:

A construção e gestão de grandes equipamentos e infraestruturas de produção (zonas industriais, zonas francas, etc.) ou em apoio à produção (portos, aeroportos, infraestruturas energéticas, de telecomunicação, etc.) necessitarão de investimentos importantes e uma capacidade de gestão adequada. A parceria entre o setor público e o setor privado nacional e internacional será necessária²⁶.

O sucesso da implantação de pólos regionais de desenvolvimento dependerá largamente das incitações ao desenvolvimento industrial, comercial e turístico. Neste assunto, a lei Hope II fornece um primeiro quadro para utilizar as vantagens comparadas do Haiti, para tirar proveito da sua mão-de-obra, a proximidade do mercado norte-americano e o *know-how* do seu setor privado. (...)

O Estado haitiano quer favorecer (...) a instalação de parques industriais e zonas francas (...). (p. 17)

Os trechos reproduzidos aqui mostram que o voto de desenvolvimento nacional do PARDN não vai além de criação de zonas francas – e de infraestruturas para elas adequadas. E essas terão a vocação de atender às demandas do capital transnacional, chamado setor privado internacional na linguagem do *Plan d’action*.

Segundo, entre as vantagens do Haiti, está mencionado o *know-how* (o *savoir-faire*), a experiência especializada do seu setor privado. Seria interessante pesquisar mais profundamente as relações de trabalho nas empresas haitianas. Sabe-se, pois, que em vários momentos, operários e operárias costumam denunciar o fato de que são obrigados a trabalhar em espaços inadequados, sem banheiro, sem água potável... Sem esquecer-se das

²⁶ Por enquanto, a parceria entre “setor privado nacional e internacional” no Haiti tem experimentado apenas uma forma: subempreiteira ou terceirização empresarial ou subcontratação. Pois os empresários haitianos não são considerados competentes o suficiente no mercado mundial, nem que seja para gerenciar uma zona franca no próprio Haiti. Até por que os capitalistas deste tal setor privado são apelidados de “*bourgeois-gérants*/burgueses-gerentes”.

jornadas de trabalho que, muitas vezes, podem chegar até 12 horas sem que as horas extra sejam pagas.

Outra vantagem do Haiti ainda é a sua vizinhança com o mercado estadunidense. Isto é, se o Haiti está inserido num ramo de produção, nada tem isso a ver com as necessidades do seu próprio povo²⁷. É somente porque os Estados-Unidos têm-lhe conferido esse papel na divisão internacional do trabalho.

Partindo dessas observações, perguntamo-nos o seguinte: **até que ponto as promessas de (ajuda à) reconstrução do Haiti podem realmente reconstruir o país?**

Metodologia da pesquisa

Trata-se de uma pergunta que nos coloca o desafio de, entre fatalismo e ilusionismo, optar por apegarmo-nos ao concreto no sentido de investigar o que está sendo e será feito do e no Haiti. A resposta a esta pergunta exige estudar a natureza da sociedade haitiana. Tal estudo é possível somente levando em conta os acúmulos do passado e suas estreitas ramificações no presente. Logo, é preciso já ter claro que ao pretenderem reconstruir o país, as autoridades haitianas assim como os seus parceiros internacionais estão projetando definir o seu futuro partindo justamente de seu presente. Nosso estudo pretende mostrar que, dada a realidade de tipo colonial atualmente vigente no Haiti, desdobramento/redobramento do seu passado, de maneira realista, o melhor que a ajuda internacional pode fazer, se o fizer, é (re)construir apenas as estruturas cujo papel é administrar a ordem colonial no Haiti, fazendo da precariedade a norma do cotidiano e do futuro. É o que se procura estabelecer já desde o primeiro capítulo, o qual apresentará um

²⁷ Nos últimos anos, um dos fatores, entre outros, de produção de lixo no Haiti é a importação de objetos usados de todos os tipos oriundos dos Estados-Unidos, antigamente chamadas de *kenedy*, hoje mais conhecidos como *pèpè*. Já que uma das vantagens do Haiti, na visão dos capitalistas, é o custo baratíssimo da sua mão-de-obra, nem se precisa dizer que os próprios trabalhadores que fabricam as roupas nas zonas francas, mas não ganham o bastante para comprar no mercado das roupas que produzem, estão entre os alvos dessa indústria de importação de objetos usados, inclusive de roupas.

panorama da realidade dos quatro primeiros anos que sucedam o sismo. Um dos aspectos que sobressairá no final deste capítulo poderia ser resumido pelas palavras de Lyonel Trouillot (2010): “O humanitário pode ter parceiros locais, mas ele não tem iguais. Ele conceitua sozinho as necessidades dos outros. Ele assume sozinho a função autoral. Ele sabe o que vem para fazer, o que tem que fazer. Em campo, ele não discute, ele recruta”.

O segundo capítulo procurará desvendar as raízes das relações internacionais no Haiti tentando reconstituir o processo e analisar as condições pelas quais tem se operado o deslizamento do país na tamanha degradação e desumanização das quais padece hoje – o que na linguagem vigente das ciências sociais se chama de subdesenvolvimento. Neste capítulo, propomos argumentar que o desastre de 2010 (e o panorama dele apresentado no capítulo precedente) merece ser inscrito no continuum do que é o Haiti: uma anomalia histórica impensável²⁸ no âmbito do pensamento moderno/colonial/escravista ocidental. Uma vez que o Haiti representa o único exemplo na História²⁹ de um povo escravizado que

²⁸ “Michel-Rolph Trouillot escreve, no seu importante livro *Silencing the past*, que a revolução haitiana ‘se introduziu na história com a característica peculiar de ser impensável mesmo que tivesse acontecido’. É claro que ele está correto ao enfatizar a incapacidade da maioria dos contemporâneos, dadas as suas categorias prontas, ‘para compreender a revolução em curso em suas próprias condições’. Mas há um perigo de juntar dois silêncios ao mesmo tempo, quando se trata da história do Haiti: o do passado e o do presente. Pois, se homens e mulheres no Século XVIII não pensavam ‘a igualdade fundamental da humanidade’ em termos não-raciais, como alguns de nós fazemos hoje, pelo menos sabiam que estava para acontecer; hoje em dia, enquanto a revolução haitiana de escravos poderia ser mais pensável, é ainda mais invisível, devido à construção de discursos disciplinares através do qual o conhecimento do passado tem sido herdado.

Os europeus do Século XVIII estavam pensando na revolução haitiana, precisamente porque ela desafiou o racismo entre muitos dos seus preconceitos. Não precisava ter sido um defensor da revolução escrava para reconhecer seu significado central para o discurso político. ‘Mesmo na era das revoluções, os contemporâneos reconheceram a criação do Haiti como algo de extraordinário’. E até mesmo seus opositores consideraram “este notável acontecimento” ser ‘digno de contemplação dos filósofos’. Marcus Rainsford escreveu, em 1805, que a causa da revolução haitiana era ‘o espírito da liberdade’. O fato de que este espírito podia ser captado, atravessando a linha não só entre raças, mas entre escravos e homens livres, foi precisamente o que tornou possível argumentar, sem reverter para uma ontologia abstrata de ‘natureza’, que o desejo de liberdade era verdadeiramente universal, um evento da história *mundial* e, na verdade, o exemplo de ruptura de paradigma. Antes de escrever *A Fenomenologia do Espírito*, Hegel havia abordado o tema do reconhecimento mútuo de *Sichlichkeit*: criminosos contra a sociedade ou as relações mútuas de comunidade religiosa ou afeto pessoal. Mas agora este jovem professor, ainda apenas em seus trinta anos, adotou a atitude audaciosa para rejeitar estas versões anteriores (mais aceitáveis para o discurso filosófico estabelecido) e para inaugurar, como a metáfora central do seu trabalho, não a escravatura versus algum estado mítico da natureza (como os de Hobbes até Rousseau haviam feito anteriormente), mas escravos versus mestres, trazendo, assim, para o seu texto a realidade que o abrangia como tinta invisível.” (BUCK-MORSS, 2000)

²⁹De acordo com uma citação feita pelo intelectual estadunidense Noam Chomsky, o antropólogo Ira Lowenthal considera o Haiti “a primeira nação livre de homens livres”. A citação diz assim: “Mais de que a segunda mais antiga república do Novo Mundo, mais ainda de que a primeira república negra do mundo

rompeu com os suas correntes e forçou pelas armas uma grande potência colonial/moderna (a França) a recuar. Aí, dado que o impensável já foi produzido em 1804, tudo foi orquestrado para “silenciá-lo” (TROUILLOT, 1995). Porém, mais do que um mero silêncio histórico, o Haiti de hoje apresenta um perfil em muito parecido com um processo de desaparecimento físico. Em trabalho anterior, temos chamado esse fato de “desumanização da vida do povo negro no Haiti” (SEGUY, 2009a, p. 33).

A partir deste background, deste ângulo de visão, o terceiro capítulo estudará as raízes ontológico-filosóficas da desumanização da vida no Haiti. Por isso, iniciará com indagações que examinarão a categoria de modernidade e seu papel na estruturação da sociedade haitiana, realçando principalmente seu lado camuflado – o lado colonial, explorador, como outra parte constitutiva de seu projeto civilizatório dito emancipador. Deste modo, caminhará rumo a um questionamento acerca da matriz eurocêntrico-colonial da historiografia ocidental e sobre o lugar que esta matriz reserva à revolução haitiana, única revolução vitoriosa de uma sociedade escravizada, na contemporaneidade. Ao fazer esse questionamento, procuraremos contribuir para evidenciar a necessidade de construção de uma ontologia do ser social alternativa àquela difundida pelo modelo universal(izado) europeu. Isto nos ajudará a contemplar um dos focos principais deste estudo: (estabelecer) a participação da chamada Comunidade internacional na desumanização da vida no Haiti e como esta preparou a catástrofe de janeiro de 2010 que afundou ainda mais os trabalhadores na mais desumana precariedade imposta, entretanto, como norma de existência. Este capítulo ambiciona mostrar que, a despeito do discurso de modernização/reconstrução vigente no Haiti, é o próprio fato de se desviar do caminho da liberdade traçada em 1804 para adentrar nas estradas da modernidade/colonialidade desde 1806 que explica hoje o estabelecimento do reino da precariedade/desumanização e a conformação do conjunto da classe trabalhadora haitiana como um precariado.

Para ser completa, é imprescindível que a pesquisa preste atenção aos modos pelos quais “os de baixo” têm procurado saídas alternativas à precariedade vigente no país.

moderno, o Haiti foi a primeira nação livre de homens livres a aparecer na constelação nascente das colônias europeias do Ocidente, (mas) resistindo-as”.

É o objeto do último capítulo que, além de recensar as iniciativas de lutas, tenta esboçar as possibilidades ainda não testadas de superação da ordem vigente no Haiti. Nesta altura, optemos por privilegiar a classe operária que parece ser a única a quem nada beneficia nas políticas aplicadas pela Internacional Comunitária.

Não é demais insistir que a pesquisa aqui apresentada lida com um objeto atual. O terremoto atingiu o Haiti em 2010, ou seja, acabou de ser comemorado seu quarto aniversário. Obviamente, o recurso a artigos e relatórios mais facilmente acessíveis pela imprensa tem sido as únicas fontes de informação disponíveis para completar o trabalho de campo. Além do mais, esses quatro anos também coincidem com o período de andamento de nosso doutoramento na Unicamp. Quer dizer, são quatro anos durante os quais estivemos afastados geograficamente do campo de pesquisa, o que ao final pode explicar que possíveis fatos relevantes que mereceriam amplo tratamento nem nos chamaram a atenção. Neste caso, são prováveis lacunas que somente o retorno à terra natal e o remergulho no seu meio ambiente sociopolítico possibilitarão se necessário corrigir.

Acreditamos também que uma das marcas desta tese pode ser identificada nos vários pontos em que toca e que são deixados inconclusos. Com efeito, faz parte das nossas inquietações tocar naqueles pontos, ou mesmo aprofundá-los. Porém, as exigências temporais da academia não nos ofereceram toda a latitude necessária para tal realizar. Por isso, apesar da ousadia de alguns deles, todos devem ser examinados, senão como meros apontamentos, pelo menos como (objetos de) investigações ainda incompletas que se devem pesquisar com calma mais adiante. Fica aqui registrado o reconhecimento público de uma dívida a ser paga futuramente.

Na concepção inicial desta tese, pretendíamos conduzi-la apenas a partir das discussões teóricas e dos relatos elaborados acerca do Haiti – tendo em vista as nossas limitações econômicas impostas pelo alto custo das passagens aéreas Brasil-Haiti. Acreditávamos que isso teria sido suficiente para comprovar não somente a sobrevivência do viés desumano nas opções em pauta assim como o caráter colonial das políticas públicas aplicadas no Haiti, quais afundam o país cada dia mais na mais desesperada precariedade. No entanto, a riquíssima discussão com a banca de qualificação logo não convenceu de que essa concepção primeira teria tido uma eficácia muitíssimo limitada, sobretudo, para um

leitorado não haitiano. Optemos, por essa razão, por começar pelo estudo das condições materiais de existência no Haiti desde o terremoto, pois nelas é que se torna possível explicar a anatomia da sociedade haitiana. Assim, fomos acampar até Caracol em julho do ano passado. Caracol é um pequeno município do Nordeste do país onde foi inaugurado em outubro de 2012, o Parque Industrial da Região do Norte (PIRN), parque este que está sendo propagandeado como o *development engine for the NORTH* / o motor do desenvolvimento do corredor Norte-Nordeste. Através de Caracol, elevado a município em 1886, procuramos estudar como o terremoto tem oferecido mais uma oportunidade dourada à Internacional Comunitária para acelerar suas políticas geradoras de precariedade, mantendo assim a classe trabalhadora haitiana como conjunto na sua condição de precariado. Lá, tivemos a oportunidade de realizar duas entrevistas separadas com dois dirigentes da prefeitura municipal. Tivemos igualmente a possibilidade de discutir amplamente com um conselheiro municipal chamado na nomenclatura haitiana de Conselho de Administração da Seção Comunal (CASEC) – a seção comunal sendo a unidade administrativa mínima do Haiti.

Com a ajuda de Walky, jovem moto-taxista que atuou junto de nós como “guia”, foi-nos possibilitado um riquíssimo encontro com alguns ex-moradores do espaço onde o Parque Industrial de Caracol (PIC) está implementado. A alegria de poder conversar com alguém de fora da região, e a expectativa de que esse alguém possa talvez servir de porta-voz ou canal para levar as suas palavras aonde eles não conseguem chegar fez com que um número maior de expropriados do PIC se dispuseram a dialogar conosco. Assim, o que esperávamos ser uma entrevista acabou virando uma ronda de conversa informal na qual cada um se sentiu à vontade para contar sua versão do ocorrido.

Aproveitamos também a estadia na região para percorrer de motocicleta várias vezes, nos dois sentidos, o trecho entre Fort-Liberté e Limonade, municípios localizados em cada lado de Caracol. Na divisa com Limonade, na encruzilhada Ti Koulin, pudemos apreciar a vasta superfície na qual tomou lugar o projeto EKAM-Caracol, onde são construídas unidades habitacionais inabitadas até o período. Essas seriam destinadas a potenciais operários do PIC. Pela mesma ocasião, aproveitamos para visitar o sítio da Plantation Dauphin. Localizada em Madras, a poucos quilômetros do PIC, a Plantation

Dauphin constitui uma vasta extensão de terra não cultivada do patrimônio estatal. Em Caracol, todos os nossos entrevistados acreditam que, se o compromisso do governo e de seus parceiros da Internacional Comunitária fosse com o bem-estar do povo haitiano, no lugar das terras férteis cobertas hoje de concretos pelo PIC, a Plantation Dauphin em Madras representaria o espaço *par excellence* para construir as fábricas.

Assim, podemos deixar registrado aqui como essa pesquisa nos ensinou sobre a obrigação de partir do concreto antes de nos preocuparmos com a consciência filosófica sobre a realidade, como está resumido na *Introdução à Contribuição à Crítica da Economia Política*. Da mesma maneira, a pesquisa demonstrou para nós a atualidade da descoberta exposta por Marx, desde 1859, no prefácio do mesmo livro:

Do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. É preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. (MARX, 2007, p. 46).

Essa tese origina-se, em parte, de uma história muito pessoal. Quando aconteceu o terremoto que arrasou Porto Príncipe, em janeiro de 2010, eu acabava de defender minha dissertação de mestrado em serviço social pelo Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco (CCSA/UFPE) e, junto à minha família, estava com passagens em mãos para regressar ao Haiti no dia 16 de janeiro. Na verdade, nós nos livramos por pouco do terremoto, pois, não fosse um problema técnico com o cartão bancário, teríamos reservado nossa viagem para o próprio dia 12 e conseqüentemente, teríamos chegado a Porto Príncipe um pouco mais de 130 minutos antes dos primeiros 35 segundos fatais da série de abalos sísmicos.

Logo que começou a se espalharem as primeiras imagens pelo mundo, o Haiti passou a ocupar as manchetes de praticamente todas as grandes redes de informações. A grande comoção na qual resultou essa exposição aos projetores, flashes e... câmeras

acabou impulsionando uma enorme rede de solidariedade ao Haiti³⁰. Governos de toda parte do mundo, quase que espontaneamente, prometeram considerável ajuda ao país caribenho. Entretanto, nos primeiros dias que sucederam o sismo, o Haiti estava cortado do resto do mundo pelas subseqüentes dificuldades de comunicação. E foi neste contexto que o diretor do CCSA, centro onde eu fiz meu mestrado, aconselhado por minha orientadora, Fátima Lucena, resolveu chamar a imprensa pernambucana para uma coletiva comigo com o propósito de informar sobre o Haiti e ajudar a entender o que era susceptível de acontecer no país. Na ocasião, além de passar informações que tinha conseguido graças aos meus próprios contatos jornalísticos, por ter trabalhado na área durante quatro anos, tentei também contextualizar o Haiti através da história, para não me apegar apenas ao factual, ao conjuntural.

Chegou um momento em que boa parte da plateia jornalística se mostrava bastante surpresa com a minha lucidez, e incomodada com a minha postura demasiada analítica, num momento de grande emoção³¹ em que o mundo inteiro estava à cabeceira do meu país agonizante. E o fez saber de várias maneiras. Reiteradas vezes, foram-me feitas perguntas indagando o como de eu ter conseguido ser “tão inteligente e instruído enquanto natural de um país tão pobre” – pelo menos ninguém teve coragem de falar clara e abertamente as palavras “negro de país negro”³². Continuada insatisfeita, uma jornalista me perguntou sobre a minha expectativa para o futuro do Haiti levando em conta a grandiosidade da ajuda que estava sendo prometida ao país. Aí, com a maior frieza do mundo, respondi: “Vai acontecer o que sempre aconteceu (com e) no Haiti!”. Esta resposta soou como um mistério. Uma ducha de água fria. A prova cabal de uma insolência inadmissível. A arrogância máxima... Percebendo isso, e com todas as atenções voltadas para mim, enfatizei:

³⁰ De acordo com dados da ONU, cerca de 3,5 bilhões de dólares foram doados a favor do Haiti em 2010. Porém, em 2012, a ajuda humanitária já era insuficiente. (UN, 2012, p. 4).

³¹ Até aquele momento, eu não tinha conseguido ainda me comunicar com meus parentes em Porto Príncipe.

³² À observação de que “(...) mas, nem todo haitiano tem a chance de ser tão instruído como você, Franck!”, repliquei friamente: “Tampouco, nem todo brasileiro tem a chance de conseguir ser tão instruído como eu!”. Não sei dizer se a plateia entendeu a minha resposta. Já que nem sei porque ser instruído tem que ser uma chance. Também não sei, ou pelo menos, até aquele momento, não sabia que ser natural de país pobre e ser destacadamente inteligente eram antagônicos.

Catástrofes naturais fazem parte do normal do Haiti e de toda a região do Caribe³³. Só para citar exemplos recentes: em setembro de 2004, uma tempestade tropical que varreu a cidade de Gonaïves, centro do Haiti, matou 3 mil pessoas e deixou milhares desabrigadas. Um mês depois, os países ditos amigos do Haiti reuniram-se no Canadá e adotaram uma resolução para reconstruir o Haiti. Dois anos depois, em 2006, na hora do balanço, o primeiro-ministro haitiano declarou que o seu governo havia recebido de todo o dinheiro gasto apenas 2%³⁴. O mesmo cenário se repetiu em 2008 quando quatro furacões varreram o Haiti... Não é porque a amplitude do terremoto é maior e que os danos causados têm proporções inéditas que a mult centenária lógica vigente desta vez vai mudar...Mais uma vez o Haiti terá o papel de Terra Prometida para ONGs³⁵ e demais instituições internacionais se enriquecerem enquanto o empobrecido povo haitiano se afundará ainda mais na miséria e na precariedade.

Depois desta resposta, o clima esquentou. Para os mais diplomáticos, era cedo demais prever o que ia acontecer. Para outros, era simplesmente ingratidão por parte de um haitiano ajudado que não soube agradecer a condescendência do imperialismo humanitário para com os seus. E para fechar, como era apenas três dias depois do sismo, lancei um desafio público. Comuniquei meus contatos (email e telefone) e me coloquei à disposição para quem quisesse tirar um balanço comigo dos primeiros doze meses da intervenção humanitária no Haiti no contexto do terremoto me ligue na hora e no dia que for considerada melhor e mais conveniente. Dispensável dizer que até hoje, ninguém se

³³ “Antes do terremoto de janeiro de 2010, o índice de risco de catástrofes naturais (furacões, ciclones, inundações e terremotos) para o Haiti já estava entre os mais altos do mundo. Cumuladas desde o século passado, as catástrofes naturais causaram a morte de mais de 20.000 pessoas e mais de 6 milhões de vítimas sinistradas, dificultando enormemente os esforços de desenvolvimento e enfraquecendo as instituições locais e as infraestruturas já obsoletas. Além disso, a redução drástica da cobertura florestal (que representa apenas 2% do território haitiano) e a degradação das bacias hidrográficas contribuem para inundações frequentes”. (ISF/UN, 2013, p. 12).

³⁴ No relatório 2012 do Grupo consultivo ad hoc sobre o Haiti para o Conselho econômico e social da ONU, lemos: “O Grupo tem repetidamente defendido que boa parte da ajuda internacional seja gasto mediante o governo haitiano para que ela contribua para o reforço das capacidades nacionais. Infelizmente, este apelo não tem sido muito escutado e, de acordo com o Escritório do Enviado Especial das Nações Unidas, estima-se que apenas 16,4% do total dos fundos destinados à reabilitação foram dados ao Governo através de seus sistemas de financiamento. Estima-se também que as agências multilaterais receberam um quarto dos fundos e organizações não governamentais e outros subempreiteiros e fornecedores particulares, em torno de 50%. No total, 299, 2 milhões de dólares foram dados ao Governo, através do apoio orçamental, ou seja, 9,2% do total dos fundos alocados para a recuperação”. (UN/E/2012/87, p. 5).

³⁵ Um pouco mais de dois meses depois do terremoto, o governo haitiano admite: “As ONGs são as operadoras essenciais para a implementação do PARDN” (PARDN, 2010, p. 53). Ou seja, o governo haitiano aposta nas ONGs para tornar o Haiti um país emergente até 2030.

manifestou para responder ao meu desafio. De qualquer forma, se a afluência de haitianos sem documentos à procura de vida melhor no Brasil não basta para deixar claro que o humanitarismo ONUiano não está construindo um paraíso para a massa dos haitianos no Haiti, pelo menos deveria suscitar dúvidas em relação à verdadeira missão dos bilhões de dólares gastos no país até hoje.

De acordo com o sueco Ian Davis, professor emérito em gestão de riscos ligados às catástrofes para o desenvolvimento sustentável, existem quatro cenários possíveis no processo de recuperação de um país atingido por uma catástrofe da envergadura do terremoto de janeiro de 2010:

No cenário 1, identificam-se inúmeros sinais de *ausência de recuperação*, onde anos após a catástrofe, ainda há evidência abundante de prédios em ruínas, projetos inacabados e falência no cumprimento das promessas;

No cenário 2, destacam-se sinais de *recuperação insuficiente e desigual*: os edifícios podem ter sido reconstruídos, porém não há empregos suficientes, a sociedade permanece fragmentada e as árvores não têm sido replantadas;

No cenário 3, evidencia-se o retorno *ao status quo*, à *situação que antecedeu a catástrofe*, mas infelizmente essa “normalidade” é igualmente a situação da mesma “vulnerabilidade” que gerou a catástrofe;

No cenário 4, no entanto, que é da *recuperação verdadeira*, existem sinais excepcionais de desenvolvimento positivo capaz de produzir um ambiente melhor e mais seguro. (DAVIS, 2012, p.11. Grifos do autor).

Obviamente o cenário 1 esquematiza a pior opção possível enquanto o 4 representa o desejado a ser atingido. Se é verdade que todos os quatro precisam de tempos para se tirar um balanço, podemos desde já, com total segurança, afirmar que, quatro anos após seu terremoto, o Haiti não está de modo algum, e nem de longe, caminhando rumo ao ideal do cenário 4. O título do relatório da Réseau National de Défense des Droits Humains (RNDDH) “*12 janvier 2010 - 12 janvier 2014 : Quatre ans de souffrance avec le spectre d'un sombre avenir*”/quatro anos de sofrimento com o espectro de um futuro sombrio”, divulgado no início deste ano não incentiva ao otimismo. Suas conclusões ainda menos:

Com a saída das organizações humanitárias internacionais, a corrida dos expatriados parou. Estes, especialistas de todas as categorias, se enriqueceram em detrimento da população haitiana que poderia ter se beneficiado destas atividades geradoras de renda para se recuperar.

[...]

Em detrimento das empresas haitianas de construção, as obras recenseadas neste relatório, foram confiadas a empresas estrangeiras, com preferência acentuada para as empresas dominicanas, como se as empresas haitianas existentes não pudessem realizar grandes obras de construção. Ao fazer isso, o governo Martelly / Lamothe reduziu as oportunidades de emprego que poderiam ter beneficiado aos haitianos e abriu o mercado de trabalho, já restrito a estrangeiros. (RNDDH, 2014, p. 12).

Aliás, na ocasião da coletiva com a imprensa recifense na sexta-feira 15 de janeiro de 2010, nossa proposta já partia do pressuposto de que a cooperação internacional nunca mostrou nem capacidade nem vontade de cooperar com os haitianos a erguer o Haiti. E imaginávamos que os nossos interlocutores, que não podiam ter o mesmo pressuposto, pelo menos tiveram (e continuam tendo) as suas legítimas dúvidas. É para contribuir a alimentar essas dúvidas que esta tese foi escrita. Apesar de lidar com fatos quentes, vivos, atuais...e polêmicos, por suposto, ela cientemente procura não lançar moeda falsa e estéril. Esperamos, de preferência, que possa servir como uma falsa nota no meio do harmonioso concerto de mentiras vendidas pelas mídias mais poderosas desde a intervenção da MINUSTAH, em 2004, mentiras essas que procuram convencer de que a ONU e seus países aliados estejam ajudando o povo haitiano a se levantar e reconstruir seu país.

Com o poder cada vez mais universal que goza a mentira nos dias de hoje, dizer a verdade já é em si um ato cada vez mais revolucionário.

I - O precariado haitiano: a cacofonia da reconstrução

Este capítulo apresenta um panorama da chamada *reconstrução* do Haiti. Ele tenta mostrar que as medidas implementadas pelas autoridades haitianas em acordo com os seus parceiros internacionais estão projetando, mediante a ajuda internacional, (re)construir apenas as estruturas cujo papel é administrar a precariedade como norma de vida para a esmagadora maioria dos haitianos.

1.1A doce escravidão no paraíso dominicano

(...)
Eu prefiro ser engolido por um tubarão
Em vez de ser embrulhado
E sepultado
Por uma nuvem de poeira
(...)
Eu prefiro encontrar a morte
Ao buscar a estrada da vida
Em vez de esperar parado
Que vem me segar assim
De olhos fechados.
Wooly Saint-Louis Jean (Kilè n ap di ase ?)

A decisão No. 168/13 do Tribunal Constitucional (TC) da República Dominicana divulga na quinta-feira, 26 de setembro de 2013, arrebatou a nacionalidade aos dominicanos de ascendência haitiana nascidos no país depois de 1929, ou seja, a quatro gerações de pessoas que, durante 8 décadas, foram devidamente registradas como dominicanos, nos termos da Constituição do país e das leis vigentes. Essa sentença, baseada em critérios aberta, exclusiva e essencialmente raciais – por conseguinte racistas –, e considerada por diversas organizações de defesa de direitos humanos³⁶ como uma violação de pelo menos cinco artigos da própria constituição dominicana, prejudicaria um número bastante considerável da população da República Dominicana, de acordo com o Ministério

³⁶ Entre essas organizações estão: Comisión Nacional de Derechos Humanos (CNDH), Centro de Asesoría e Investigaciones Legales (CEDAIL); Movimiento Socio Cultural para Trabajadores Haitianos (MOSCTHA); Fundación Étnica Integral (FEI); Red Jacques Viau, Movimiento de Mujeres Dominico-Haitianas (MUDHA), Centro Cultural Dominico- Haitiano (CCDH), Centro Bonó, Observatorio de Migrantes del Caribe (OBMICA), Movimiento Reconocido; Visión Mundial República Dominicana; Asociación Scalabriniana al Servicio de la Movilidad Humana (ASCALA); Mesa Nacional para las Migraciones y Refugiados (MENAMIRD); Centro de Formación Social y Agraria (CEFASA). (Ver: “Organizaciones de DDHH rechazan sentencia TC y llaman a la solidaridad”. Disponível em: <http://scharboy2009.wordpress.com/2013/10/01/organizaciones-de-ddhh-rechazan-sentencia-tc-y-llaman-a-la-solidaridad/>. Acesso: 02 out. 2013.)

da Economia do país. Um censo recente deste Ministério mostra que cerca de 500 mil imigrantes haitianos vivem no território dominicano, sem indicar com precisão o número de dominicanos de ascendência haitiana³⁷. O Tribunal Constitucional, cujas decisões são inapeláveis, considera que todos os haitianos que entraram na República Dominicana para trabalhar nos canaviais depois de 1929 estão “em transito” e, conseqüentemente seus filhos nascidos no país não podem reivindicar a nacionalidade dominicana a menos que, excepcionalmente, tivessem regularizado seu estatuto migratório.

Como se espera, frente à tamanha aberração, não faltam vozes para denunciar o caráter estranho desta medida. Na própria República Dominicana, o arcebispo emérito da igreja episcopal/anglicana, Telésforo Isaac, destaca:

A maneira deliberada de aplicar a lei, em vez de corrigir o problema que diz respeito aos dominicanos nascidos, criados e permanentes [no país], gera sérios problemas ligados talvez, a uma ou mais das seguintes razões: preconceito social, intolerância racial, antipatia, desprezo cultural, vingança histórica, nacionalismo exagerado, atitude prepotente, indolência desumanizante, temor ou insegurança por percepção mal concebida, e sem fundamento³⁸.

³⁷ “No coração da controvérsia sobre a migração haitiana está a questão das cifras e as definições nas quais se baseiam. Este tema deve ser analisado em detalhe, tendo em vista que nele repousa o mito dos ‘Outros’ segundo o qual, os migrantes haitianos e seus descendentes constituem uma população numerosa e crescente que não conseguiu integrar-se na sociedade dominicana.

Dois fatores complicam a questão. O primeiro é a ausência de informação de censo recente e de dados migratórios confiáveis sobre o número de migrantes no país. O segundo é a falha intencional ou não, de distinção entre migrantes (pessoas nascidas no Haiti) e dominico-haitianos (pessoas nascidas na República Dominicana, com algum grau de ascendência haitiana).

Em consequência, não há consenso sobre o número de indivíduos de origem ou de ascendência haitiana que trabalham e/ou vivem no país. As estimativas oscilam entre 200,000 e dois milhões de pessoas, sendo que aqueles que se sentem mais ameaçados utilizam as cifras mais altas”. Bridget Wooding y Richard Moseley-Williams, 2004, p. 36.

No entanto, de acordo com os resultados do censo (ENI02012), realizado pela Oficina Nacional de Estadísticas, com apoios técnicos e financeiros do Fundo de População das Nações Unidas e da União Europeia, na República Dominicana, residem 534.632 imigrantes provenientes de 60 nações, (5.4% do total da população dominicana, que é de 9.716.940 habitantes) dos quais 458.233 provêm do Haiti, (ou seja, 87,3% do total da população de imigrantes). Esse mesmo censo realizado entre 31 de julho e 30 de setembro de 2012 aponta que no país há 209.912 dominicanos descendentes de imigrantes haitianos. (EL NUEVO DIARIO, 2013).

³⁸ “La Insólita Sentencia del Tribunal Constitucional”. Disponível em: <http://scharboy2009.wordpress.com/2013/09/28/la-insolita-sentencia-del-tribunal-constitucional/>. Acesso em 02 out. de 2013.

A porta-voz da Oficina de Direitos Humanos da ONU, Ravina Shamdasani, também expressa sua preocupação, chamando a atenção para o fato de que “a sentença pode deixar essas pessoas em um vazio constitucional e sem acesso a serviços básicos pelos quais requiere-se documentos de identidade³⁹”.

Em Nova Iorque, líderes de varias organizações dominicanas e pró-migrantes protestaram contra esta decisão qualificada por elas de “xenófoba e genocídio civil”. “É vergonhoso, aberrante e altamente discriminatório” afirmou Miriam Mejía, de Casa Verde Camila que, por ocasião, interveio como porta-voz de uma coalizão de organizações de migrantes dominicanos e dominicanas nos Estados Unidos. Em nome delas, Mejía declarou: “Nós, imigrantes dominicanos e dominicanas nos Estados Unidos que demandamos uma reforma migratória, indignamo-nos de que em nosso próprio país seja negado o direito à cidadania⁴⁰”.

Até o próprio presidente da República Dominicana, antes de assumir abertamente a decisão do Tribunal chegou a reconhecer: “Aqui há um problema humano que temos que resolver. [...] O mínimo que podemos fazer é pedir-lhes desculpas pelo que estão passando”⁴¹. Referia-se aos jovens dominicanos de ascendência haitiana que, depois de concluírem seus cursos secundaristas, não conseguem se matricular em cursos superiores por não possuírem documentos de identidade regularizados.

Alguns dias antes deste imbróglio, no mês de agosto, passamos pessoalmente, por mero acaso, na frente do consulado dominicano em Pétion-Ville, cidade da região metropolitana de Porto Príncipe, historicamente considerada o feudo residencial da burguesia tradicional⁴². Os guardas da segurança eram obrigados a fechar os portões,

³⁹ ONU advierte sobre medida contra haitianos en la República Dominicana. Disponível em: www.un.org/spanish/News/story.asp?NewsID=27634#&Uk28dhDyUyc. Acesso em 02 de out. de 2013.

⁴⁰ Repudian en NYC decisión de RD contra hijos de haitianos. Disponível em: <http://www.eldiario.com/Repudian-decision-dominicana-contra-hijos-de-haitianos-NYC>. Acesso em 02 de out. de 2013.

⁴¹ Disponível em: <http://espacinsular.org/spip.php?article17556>. Acesso em 02 de out. de 2013.

⁴² Em 17 de outubro de 1806, dois anos após a proclamação da Independência, Pétion e Gérin, dois generais do exército da guerra da independência, assassinaram a Jean-Jacques Dessalines, o General-Chefe proclamado presidente após o triunfo da batalha. Em razão das suas origens de classe – Pétion era filho de branco enquanto Dessalines era um antigo trabalhador, isto é negro escravizado – esses dois personagens representam, desde então, as duas classes fundamentais da sociedade haitiana. E a luta de classes no país vem sendo historicamente atravessada pela questão da cor da pele. Pétion-Ville, a cidade de Pétion, portanto, é o feudo

pois não havia mais espaço para o fluxo de haitianos solicitadores do visto dominicano. Menos de 500 metros mais ao leste, na calçada em frente à embaixada do Brasil, havia centenas de haitianas e haitianos solicitantes de visto que esperam um dia, graças ao providencial sésamo no passaporte, senão pisar em um eldorado – o novo paraíso brasileiro – pelo menos, deixar o inferno haitiano. Entretanto, enquanto cada vez mais a obtenção desse visto se complica e vazam denúncias de uma rede de propina operando na embaixada (GIRALDI, 2013), milhares de haitianos optam pela travessia ao Brasil por redes “clandestinas”, recorrendo para isso, aos serviços de coiotes, aliciadores, policiais e atravessadores. A polícia e as autoridades migratórias peruanas estimam que uns 10 000 haitianos entraram pelo Brasil via o Peru em 2012, enquanto a OIM calcula que cerca de 10 165 visas humanitárias foram outorgadas a haitianos pelas autoridades brasileiras (EL PAÍS, 2013).

Pouco informadas da real situação vigente no Haiti, as redes de informação brasileiras, influenciadas pela doxa ambiente, optam pela via mais simplista: *acolhem* o conjunto desses imigrantes como um bloco homogêneo⁴³, considerando todos como vítimas do terremoto de janeiro de 2010, que perderam tudo e, agora buscam a sobrevivência no Brasil. Esses imigrantes “clandestinos” bem visíveis cruzam a fronteira do Brasil com a Bolívia e Peru e estão alojados em diversos municípios de Estados do Norte brasileiro (Roraima, Amazonas...), principalmente no município de Brasiléia, Acre, em abrigos de refugiados, desprovidos de água e banheiros adequados. Já foram produzidos vídeos disponíveis na internet que mostram multidões em torno de 1.300 imigrantes alojados em abrigos adequados para 200 pessoas por vez. Aos 1.300 imigrantes são servidas cerca de

residencial da burguesia cuja cor de pele é também mais clara do que o restante do país. Entre as particularidades desta burguesia, além da sua extrema riqueza comparada à extrema miséria vigente no Haiti, é de conseguir se reproduzir entre si em função do preconceito “racial” e no quadro legal do casamento monogâmico. Nos últimos três anos, houve muitas denúncias de casos de racismo abertamente praticado em Pétion-Ville, segundo as quais o acesso aos supermercados é interditado às pessoas de pele escura carregando mochilas enquanto às de pele clara e cabelos lisos, chamadas de Mulâtres/Mulatos, o acesso é livre em todas as condições, sem ou com mochilas. Esse é o modo de operar do racismo tropical haitiano, pois, independentemente das variações nos tons de peles, o Haiti continua um país de pessoas afro-descendentes!

⁴³ Murilo Salviano, produziu um trabalho de conclusão de curso da Faculdade de Comunicação (FAC) da Universidade de Brasília (UnB) sobre a vinda de haitianos pelo Brasil. Como ele disse, quis ir além dos meros números para ouvir os imigrantes haitianos, conhecer “a dor e o sonho que trouxeram na bagagem”. O resultado da reportagem de Salviano, “*Até breve, Haiti: a história de haitianos traficados ao Brasil*”, está disponibilizado no seguinte link: <http://atebrevehaiti.com/>. (Acesso em 20 de fev de 2014).

2.500 refeições diárias. Todos rezam tanto no sentido próprio quanto no figurado para conseguir documentos brasileiros que os autorizarão a trabalhar. “Profissionais que nos atendem plenamente e que estão prontos para o mercado brasileiro⁴⁴”, diz Frederico Barbosa, gerente operacional na construção do Itaquerão, arena onde trabalham muitos haitianos e que receberá o jogo da abertura da copa do mundo FIFA de 2014. Com efeito, empresas de outros estados do Sul e Sudeste procuram o governo desses estados do Norte em busca desses trabalhadores (BRITTO, 2014).

A situação dos haitianos nos canaviais da República Dominicana – que já descrevemos como uma “doce escravidão no paraíso dominicano (SEGUY, 2009b)” – e as condições nas quais a nova caravana de imigrantes haitianos está sendo recebida no Brasil (ANDRÉ, 2013; ANINEWS, 2014)⁴⁵ podem parecer coincidências. Por isso é que devemos deixar claro que trata-se de uma situação sócio-histórica cujas raízes precisam ser debruçadas. Nenhuma sociedade (inclusive nenhum indivíduo) consegue resolver um problema que ela não se coloca a si mesmo ou se coloca de forma errada. De modo que, se milhares de haitianos estão se resignando à imigração – apesar dos riscos e das piores

⁴⁴ Entretanto, nos chamou a atenção um estudo divulgado no início de outubro de 2013 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), segundo o qual a porcentagem de desempregados brasileiros com mais de onze anos de estudo saltou de 20% em 1992 para 50% em 2012. De acordo com esse relatório, “o que o Brasil sofre é com a escassez de mão de obra desqualificada”. Segundo Marcelo Neri, presidente do Ipea: “Os dados mostraram que a grande falta de mão de obra se registra nas ocupações pouco qualificadas, como por exemplo, agricultura, construção civil, trabalho doméstico”.

(“Metade dos desempregados brasileiros tem mais de 11 anos de estudo”. <http://economia.terra.com.br/metade-dos-desempregados-brasileiros-tem-mais-de-11-anos-de-estudo,7fb62d8df3391410VgnCLD2000000ec6eb0aRCRD.html>. Acesso em 09 out. de 2013). Há de se perguntar se a vinda ao Brasil de imigrantes haitianos, senegaleses em números cada vez mais crescentes nos últimos dois anos não seria uma providência para subsidiar essa escassez ou preencher essa falta.

Como poderia não chamar a atenção o título dessa matéria online da Veja em 2 de fevereiro deste ano: “Sem mão de obra, Santa Catarina importa haitianos”? (<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/sem-mao-de-obra-santa-catarina-importa-haitianos>. Acesso em 04 de fev de 2014). Nela fala-se, entre outros, de dois haitianos: o primeiro, de 30 anos, tem dois diplomas de nível superior – psicologia e serviço social – e fala três línguas – francês, espanhol e inglês. O outro, de 32 anos, tem uma carreira como engenheiro químico e já trabalhou em multinacionais. Há oito meses, ambos começaram a trabalhar como operários da linha industrial de abate de suínos no frigorífico Aurora, na cidade de Chapecó, no oeste de Santa Catarina.

⁴⁵ No final de setembro de 2013, no Paraná, um trabalhador haitiano de 22 anos, Emanès Saint-Louis, foi encontrado morto com pênis amputado e na boca dentro da casa onde morava.

No dia 2 de fevereiro de 2014, o site Aninews relata investigações de The Mirror segundo o qual, trabalhadores haitianos estão sendo escravizados na construção da Arena Amazônia, que está numa corrida contra o tempo para ficar pronta antes do início da Copa do Mundo FIFA-2014. De acordo com a matéria (*Haitian quake survivors used as 'slaves' in building of World Cup stadium in Brazil*), esses haitianos trabalham 10 horas todos os dias por um salário de apenas cinco dólares.

humilhações às quais estão submetidos em praticamente todos os países onde pisam – é imprescindível analisar as condições objetivas de vida de um trabalhador haitiano no Haiti, partindo das raízes destas e procurando as diferentes ramificações que conferem a esta árvore um tronco bastante espinhoso e tenaz. Um conjunto de fatos, conectados de forma intrínseca uns aos outros, devem ser levados em consideração a fim de historicizar a afluência de haitianos para a terra prometida brasileira – sempre lembrando que “Não existe estrada real para a ciência, e apenas aqueles que não temem a subida fatigante de seus caminhos escarpados têm a possibilidade de atingir seus cumes luminosos” (Marx, apud Saad Filho, 2011, p.20).

1.2 A precariedade, norma do futuro

Pode parecer sobremaneira curioso. O Comitê Interministerial de Ordenamento do Território (CIAT, na sigla em francês)⁴⁶, logo após o terremoto, elaborou um documento (*Haiti Demain*, março de 2010) no qual são apresentados os “*objectifs e stratégies territoriales para a reconstrução*” do país. Seu primeiro item – *Transformar a catástrofe em oportunidade* – avaliou o drama que golpeou o Haiti como uma oportunidade para o futuro, desde que se saiba articular entre si as diferentes temporalidades: “O tempo de urgência vital; o tempo ‘transicional’; o tempo dos projetos estruturantes; e o tempo da transformação social” (CIAT, 2010, p.5). O tempo da transformação social – 20 anos – representaria aquele período em que o Haiti se tornaria um país *emergente* (em 2030). Porém, após afirmar: “o tempo dos projetos estruturantes, que começa pelas grandes

⁴⁶ Criado por deliberação do Primeiro Ministro em 30 de Janeiro de 2009, o Comitê Interministerial de Ordenamento do Território (CIAT), é presidido pelo Primeiro Ministro, e reúne os seguintes Ministérios: Ministério do Interior e das Coletividades Territoriais, Ministério da Economia e das Finanças (da Fazenda), Ministério da Planificação e da Cooperação Externa, Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e Ministério do Meio Ambiente. O CIAT tem como missão definir a política do governo no quesito de ordenamento do território, proteção e gestão das bacias hidrográficas, de gestão da água, do saneamento, do urbanismo e do equipamento. Esta instituição foi criada em resposta a uma constatação alarmante e à necessidade de ações coerentes e coordenadas em matéria de ordenamento do território.

infraestruturas⁴⁷, pode imaginar-se em um período de 10 anos” o documento enfatiza: “Esse horizonte junta-se também ao prazo da lei Hope II e aos objetivos da comunidade internacional” (CIAT, 2010, p.5).

A lei Hope II e os objetivos da comunidade internacional: eis duas chaves para entender o uso da mão-de-obra no Haiti hoje pelo capital transnacional e o papel que o país está cumprindo na divisão internacional do trabalho vigente na atualidade.

Foi em dezembro de 2006 que o 109º Congresso norte-americano, de acordo com Hornbeck (2010), especialista em finança e comércio internacional, adotou a *Haitian Hemispheric Opportunity through Partnership Encouragement Act* (HOPE I)/Lei de Oportunidade Hemisférica para o Haiti através do Incentivo de Parceria, cujas regras oferecem acesso preferencial ao mercado dos EUA à produção industrial de vestuário realizada no Haiti. A intenção declarada era a de promover investimentos na indústria do

⁴⁷ Algumas declarações dos dirigentes haitianos são tão esperançosas que, para não se iludir, vale melhor matizá-las com outras declarações mais realistas e menos enganosas. É o caso do relatório Collier que nos diz o seguinte: “Antes de agir, é essencial entender bem as razões da insuficiência de infraestruturas no Haiti. Parece que estas são de dois tipos : o primeiro é que, uma vez construídas, as infraestruturas não são mantidas; o segundo é que não existe uma estratégia que permitiria criar infraestruturas nos devidos lugares a fim de remover os gargalos da economia.

O comportamento dos doadores está no coração da problemática da manutenção das infraestruturas. Os doadores estruturam suas atividades em “projetos”, fórmula à qual a construção de infraestruturas se presta bem: uma estrada pode ser construída por um doador e entregue ao governo. Se depois de dez anos aquela estrada entrar em colapso por falta de manutenção, ela acabará por ser reconstruída, pelo mesmo doador ou por outro. Essa fórmula não somente dissocia o orçamento para investimento do orçamento para funcionamento, mas também, e sem querer, acaba privando o governo de qualquer incentivo para providenciar a manutenção. *Cabe ao doador garantir que toda construção de infraestrutura seja acompanhada por dispositivo de manutenção confiável.* Um esboço de dispositivo deste tipo foi criado no Haiti: *Le Fonds d’entretien routier*/o Fundo de Manutenção de Estradas. Infelizmente, este fundo, neste presente momento, é apenas mais um exemplo do comportamento irrealista por parte dos doadores. Em primeiro lugar, nenhum sistema eficaz permite garantir que o fundo será efetivamente provisionado (por exemplo, a arrecadação automática de receitas, prevista pelo Fundo, não funciona). Em segundo lugar, não há ligação entre as obras de construção e as receitas a serem previstas, até por que à medida que novas estradas serão construídas, os fundos que serão disponibilizados para a manutenção serão simplesmente repartidos entre um número maior de estradas.

A questão da manutenção da infraestrutura é essencial do ponto de vista do número de empregos que podem ser gerados, pois isso depende da escolha das técnicas de construção, a qual determina a qualidade da infraestrutura. Na verdade, as técnicas de trabalho com mão-de-obra intensa produzem infraestruturas de qualidade inferior, que exigem maior manutenção. Se os doadores não puderem garantir uma solução ao problema de manutenção, então dever-se-á optar por técnicas de trabalho com forte intensidade de capital e, portanto, a construção de infraestruturas contribuirá pouco a criar empregos. Dado que é essencial criar rapidamente uma oferta de empregos em todo o país, parece preferível lançar obras públicas que exigem mão-de-obra numerosa”. (COLLIER, 2009, p. 9-10. Grifo do autor). O tom é tão afirmativo que dispensa comentários.

vestuário enquanto elemento chave de um dito plano de crescimento econômico e desenvolvimento do Haiti. Para tanto, HOPE I permitiu a isenção de direitos de importação para roupas específicas fabricadas no Haiti a partir de inputs mais baratos de países-terceiros (por exemplo, fios não regionais, tecidos e componentes). A condição era o Haiti satisfazer as regras de origem e critérios de elegibilidade que exigiam progressos nos quesitos direitos do trabalhador, redução da pobreza e providências anticorrupção. As avaliações iniciais sobre a eficácia de HOPE I, no entanto, foram decepcionantes. Assim, o Haitian Hemispheric Opportunity through Partnership Encouragement Act of 2008 (HOPE II) foi adotado pelo 110º Congresso como respostas devendo corrigir as falhas identificadas na HOPE I. Destarte, a famigerada HOPE II estendeu as preferências acima referidas por 10 anos, ampliou a cobertura da isenção de direitos para mais produtos de vestuário e simplificou as regras, tornando-as mais fáceis. Na avaliação de Hornbeck, evidências preliminares sugerem que a produção de vestuário e as exportações estão respondendo a essas mudanças estimulantes.

Pela mesma ocasião, HOPE II emendou os requisitos de elegibilidade, passando a exigir que o Haiti criasse uma nova Ouvidoria de Trabalho (Labor Ombudsman's Office) independente, assim como estabelecesse o Programa de Assistência e Melhoria Técnica, e Observância de Avaliação e Remediação das Carências (Technical Assistance Improvement and Compliance Needs Assessment and Remediation (TAICNAR) Program). Ainda de acordo com Hornbeck, o programa TAICNAR proporciona à Organização Internacional do Trabalho (OIT) operar inspeção de empresas e um programa de monitoramento para ajudar as fábricas de vestuário do Haiti a cumprirem as normas padrões do trabalho, as leis trabalhistas do país, e as regras de saúde e segurança no trabalho. Esse pacote seria aplicado às empresas que concordarem em se inscrever ao programa como um pré-requisito para a utilização das preferências tarifárias. O programa TAICNAR também é projetado para *ajudar* o Haiti a desenvolver a sua própria capacidade de monitorar a observância por parte dos produtores de vestuário no cumprimento de tais normas laborais padrões.

O terremoto que abalou o Haiti em 12 de janeiro de 2010 causou consideráveis danos à indústria do vestuário. Os dados levantados por Hornbeck apontam

custos de reconstrução deste ramo da indústria estimados em US \$ 38 milhões. São levados em consideração nestes custos: reforma de edifícios danificados, substituição de máquinas e treinamento de novos trabalhadores. O Congresso dos EUA procurou contemplar às demandas da indústria do vestuário, emendando a Lei HOPE com o Programa de Recuperação Econômica para o Haiti/ *Haiti Economic Lift Program (HELP) Act* de 2010 (PL 111-171), o que facilita ainda mais o acesso ao mercado dos EUA para as exportações de vestuário do Haiti. Afirma o nosso especialista em negócio:

Duas considerações importantes nortearam a ação do Congresso, além de uma preocupação de base ampla sobre os problemas econômicos e sociais do Haiti. Em primeiro lugar, a legislação parece enfocar essas regras de preferência que, até agora, têm se mostrado as mais promissoras para promover investimento, produção e exportação de vestuário. Em segundo lugar, o Congresso levou em consideração a possibilidade dos efeitos negativos sobre os produtores e os trabalhadores norte-americanos e, ao fazê-lo, procurou uma coerência política que tenta equilibrar as considerações de política interna e externa (HORNBECK, 2010, p.2).

Economia de mercado, Estado de Direito, nenhuma barreira para os investimentos e comércios dos EUA, políticas de redução da pobreza, políticas de combate à corrupção, proteção dos direitos trabalhistas: se quisermos resumir, essas seriam as cláusulas da Lei HOPE II, cujo compromisso prioritário – como não poderia deixar de ser – se afirma para com “os produtores e os trabalhadores norte-americanos”. Já, para além das maravilhas da letra desta lei, o haitiano comum não demorou antes de descobrir a única equação que condiz com a realidade empírica: Lei HOPE = nenhuma barreira para o investimento e comércio dos EUA; pois todo o resto não passa de discurso sem nenhuma correspondência com a realidade concreta.

Quanto aos objetivos da mal chamada *comunidade internacional* no Haiti, vários documentos contêm riquíssimas informações. Um deles, o relatório Collier, publicado em janeiro de 2009 – isto é, exatamente um ano antes do terremoto – é repleto de precisões sobre o que a Internacional Comunitária tem resolvido fazer do Haiti. Uma das partes que mais deve chamar a atenção leva o título: “*Uma estratégia realista para uma segurança econômica rápida*”. O emprego, nesta parte, é apresentado como fundamental, pois confere “dignidade aos jovens e os permite estruturar a sua vida, [tendo em vista que]

no presente momento, somente uma fração da população ativa tem emprego na economia formal. [De modo que] conseguir um visto para emigrar representa tudo o que os jovens querem, atitude esta que é manifestamente nefasta” (p.9).

Antes de tudo, já se faz necessária uma imediata reserva acerca das pretensões expressas pelo economista da Universidade de Oxford acima referido. A falta de empregos formais evocada como se fosse a causa única da tendência à migração dos jovens haitianos, se for investigada a fundo, pode se revelar no mínimo duvidosa. Por exemplo, estima-se que a proporção de haitianos possuidores de diplomas superiores que estão fora do Haiti está muito acima de 80%. E a tendência é de que até 90% desses jovens continuem deixando o país a cada ano. Trata-se do chamado *brain drain*, a fuga de cérebros (ÖZDEN, 2006, p. 7). Para citar só um exemplo corriqueiro, a política migratória de um país como o Canadá – onde se concentra parte considerável desses haitianos – não oferece quase nenhuma possibilidade para um desempregado obter o visto permanente oferecido desde Porto Príncipe. Em primeiro lugar, só os candidatos titulares de diplomas superiores e/ou universitários são elegíveis. Em segundo lugar, – e é o mais importante – o candidato deve, entre tantos outros requisitos, pagar pelo estudo de seu dossiê, uma taxa de no mínimo 1000 dólares (45.000 gurdes), inacessível a um desempregado sem fonte de renda – só para ilustrar, até meados de 2013, o salário de um professor em regime de tempo integral no ensino universitário público era abaixo de 40.000 gurdes, com a dedução de taxas e impostos. Em seguida, o candidato deve comprovar a capacidade econômica de se manter no Canadá durante os primeiros meses antes de conseguir seu primeiro emprego. Isto é, os haitianos alvos da política migratória canadense, por suposto, não podem ser desempregados.

Dados que têm circulado nos fóruns haitianos apontam que pelo menos 3.000 famílias teriam deixado o Haiti com visto permanente rumo ao Canadá somente durante o ano 2012. Por isso, mesmo que não se trata aqui de um estudo sobre migração, achamos importante ser cauteloso para não considerar que é somente a procura de emprego que motiva a emigração dos haitianos. Não está se negando aqui que esta é, muito provavelmente, o motivo maior; está preferivelmente se afirmando a possibilidade de esse motivo maior se combinar e se cruzar com vários outros que valeriam a pena serem

pesquisados com rigor e paciência. Por enquanto, pode-se seguramente deduzir que os haitianos que emigram para o Canadá fazem parte da seleta categoria de haitianos que têm *bons* empregos no Haiti, mas estão insatisfeitos com as condições gerais de vida no seu país.

Muitos desses imigrantes haitianos teriam se resignado a deixar o país por não aguentarem mais as variadas dimensões da precariedade da vida quotidiana. A um jovem advogado solteiro, que possui mestrado em direito internacional por uma universidade francesa e que emigrou ao Canadá em maio de 2013, perguntamos da razão desta sua “escolha”. A resposta revela-se edificante:

(...) no meu caso, a escolha de migrar é sobretudo social. Eu não fugi da miséria econômica, mas atrás de melhor qualidade de vida. No Haiti, eu tinha um cargo de juiz mais bem pago do que meu atual emprego no Quebec. Eu tinha meu carro, porém em qualquer dia comum podia chegar ao posto de gasolina e ser avisado de que não podia abastecer o carro. Eu tinha dinheiro para o meu lazer, porém passada certa hora da noite, tinha que me trancar dentro de casa porque ao meu redor, a esmagadora maioria das outras pessoas não tinha essa possibilidade; assim quem a tinha acabava tornando-se automaticamente um alvo. Recentemente, em Porto Príncipe, um professor universitário foi assassinado enquanto pegava um ônibus. Ele era seguido pelo bandido que o vigiava enquanto sacava 20 000 gurdês [444 dólares] de um banco, alguns minutos antes. Isto é, no Haiti, você se desfalece, se desgasta trabalhando, mas em meio a tanta miséria e tamanho desespero generalizado, o próprio dinheiro que você ganha no fim do mês pode se tornar a sua principal fonte de estresse e frustração (...). O fornecimento de eletricidade é intermitente. Nos bairros de classe média, o abastecimento em água corrente se dá um em cada dois dias – e por apenas algumas horas (...). Mas nem sempre esse racionamento, que é apenas para os mais felizes e sortudos, é regular. No Haiti você pode até ter um emprego bom, ganhar um salário bom, mas, é a precariedade que imprime um ritmo ao seu cotidiano, em última instância.

A história aqui contada em primeira pessoa do singular, na verdade, reflete a realidade cotidiana de muitos. Ela sugere que analisar a imigração haitiana no seu conjunto apenas como economicamente motivada, não está muito longe do superficial e da generalização apressada. E expressaria uma escancarada preguiça intelectual que sacrifica a

diferença essencial à uniformidade, para não dizer mais⁴⁸. Diz-se que entre os ricos, muitos têm apenas seus comércios no Haiti onde permanecem de segunda até quinta-feira à tarde. Suas famílias residem na Flórida onde se juntam durante os outros dias da semana. Seus proles são educados longe de Haiti. Não é de estranhar que paguem seus impostos nos EUA, não no Haiti. Em 2011, o caso de um rico empresário que foi designado Primeiro-Ministro ocupou as manchetes da atualidade nacional, por ter tido sua ratificação bloqueada pelo parlamento, justamente por ele residir fora do Haiti – embora suas empresas funcionem regularmente no país. A constituição nacional exige, para ser eleito ou fazer

⁴⁸ No seu texto *L'impérialisme humanitaire* (2006), Jean Bricmont alerta contra “uma série de confusões, reflexos ideológicos e boas intenções misturados com falta de análise” que culminam neste tipo de cegueira intelectual coletiva cuja concreta expressão política leva a um alinhamento com o posicionamento dos Estados Unidos da América e da Internacional Comunitária, de modo geral. A indigência reflexiva reinante, a falta de análise séria e mais aprofundada da realidade e a perda da capacidade dos haitianos de se autodefinirem e autodeterminarem, se fossem analisadas nas suas consequências práticas, permitiriam identificar nessas imposturas intelectuais uma contribuição cúmplice às atrocidades que ponderam o balanço do desempenho da Internacional Comunitária no Haiti.

Ian Davis, professor emérito em gestão de riscos ligados às catástrofes para o desenvolvimento sustentável na universidade de Lund (Suécia), nas suas observações sobre o andamento da reconstrução no Haiti após o sismo de 12 de janeiro, citou a José Magloire van der Vossen, integrante de um tal *Haiti Earthquake Disaster Response*, provavelmente uma daquelas estruturas que mais atrapalham que ajudam o povo haitiano. Na opinião deste vanguardista da Internacional Comunitária (cujo pensamento, Davis não citou por acaso), “enquanto o sonho mais querido dos haitianos será tão somente de conseguir um visto para o estrangeiro, nenhuma recuperação será possível”. Justamente a perda da capacidade – e do direito – dos haitianos a se autodizerem, se autoconceituarem pelas suas próprias palavras é responsável por um juízo tão apressado e superficial que só expressa a ignorância sem tamanho do seu autor quanto à história do Haiti, e sua complacência com a nova ordem colonial que recoloca os haitianos na condição de sub-homens. Mas, como todo expatriado em missão no país, o Sr José Magloire van der Vossen, afinal, não é pago para conhecer a história do Haiti. Bastar-lhe-ia, pois, perguntar-se: por que, porventura, é tão difícil aos haitianos conseguirem um visto? Porventura, por que qualquer um como ele pode entrar e circular quando quiser livremente no Haiti sem visto, sem ser incomodado, enquanto os haitianos precisam solicitar visto para viajarem aonde que for, e mesmo assim, para a maioria o pedido de visto é geralmente negado? Bastaria essas duas perguntas simples que van der Vossen já estaria num bom caminho para entender que: enquanto os poderosos *blancs* da Internacional Comunitária continuarão acreditando que, por serem negros, os haitianos são incapazes de se autodirigirem; enquanto seguirão se dando o direito de “reconstruir” o Haiti no lugar dos haitianos em vez de ajudá-los a reconstruí-lo; enquanto seguirão tratando os haitianos como subcontratantes e subempreiteiros na reconstrução de seu próprio país, os haitianos seguirão sonhando ao visto para o estrangeiro e nenhuma recuperação será possível no Haiti.

Enquanto isso, é bom saber que em nota pública em 17 de fevereiro de 2014, a embaixada dos EUA anuncia – por cima do Banco central haitiano – a mudança de sua taxa de câmbio do dólar de 44.00 para 46.00 gurdos. Pela mesma ocasião, foi informado que as taxas de processamento de vistos turísticos, de negócios, de membros da tripulação, vistos de estudante, vistos de trânsito, bem como vistos de intercâmbio cultural passam a 7.360 gurdos; a taxa de processamento de vistos temporários aprovados pela Imigração dos EUA é de 8.740 gurdos; e as taxas de processamento de visto para noivos são de 11.040 gurdos. Então, a pergunta que fica é a seguinte: No Haiti, quem está ajudando quem? Quem financia quem?

parte do governo, que o aspirante esteja morando no país de modo constante e ininterrupto durante certo tempo no momento de sua designação ou candidatura ao cargo.

Quanto às classes médias, elas elegeram há muito tempo a República Dominicana como destino para passar seus fins de semanas, malgrado o reflexo identitário anti-haitianista usual⁴⁹. Por exemplo, na República Dominicana, os terminais rodoviários que fazem o percurso Haiti-São Domingos oferecem atendimento específico aos soldados que atuam no Haiti dentro da Minustah. Espera-se que toda vez que queira gastar alguma coisa do seu gordo salário, o soldado da Minustah irá necessariamente do outro lado da fronteira, pois o Haiti se apresenta como um território para se enriquecer, não para gastar. Isto é, para o haitiano comum, quer dizer a esmagadora maioria, a precariedade é a única regra.

Uma segunda reserva ao diagnóstico de Collier diz respeito a sua compreensão sociológica segundo a qual a falta de emprego na economia formal, isto é, a condição exterior da juventude haitiana à relação salarial seria a razão por esses jovens não conseguirem estruturar a sua vida de maneira digna, ou seja, a explicação da sua precariedade. Esse entendimento levou o professor da Oxford University a apostar na “reconstrução da infraestrutura e expansão das zonas francas industriais ” (p. 10), como

⁴⁹ O livro de Maurice Lemoine, *Sucre amer* (1981), é um documento imprescindível para quem se interessa em estudar a situação dos trabalhadores haitianos vendidos a vil preço pelo governo de seu país ao governo dominicano para serem explorados como escravos nas plantações canaviais da República Dominicana. O título traduzido, *Açúcar amargo*, refere às amargas condições às quais os trabalhadores haitianos estão submetidos para produzir o açúcar dominicano.

Como bem recorda Rachelle Charlier Doucet (2012), desde o século XIX, vigora na República Dominicana uma ideologia anti-haitiana que serve de fundamento ao ultra-nacionalismo mais conservador. Construída pelas classes dominantes e difundida até nas massas, “essa ideologia anti-haitiana se nutre de argumentos histórico, econômico, social, cultural e moral. A tese de conotações racistas que ela defende é simples: ‘O Haiti é um perigo para a segurança nacional e para a própria sobrevivência do povo dominicano. As elites e os dirigentes haitianos sempre acalentaram o sonho imperialista de unificação da ilha. Esses projetos imperialistas haitianos, herdados de Toussaint Louverture e mantidos em todas as Constituições haitianas (Balaguer dixit), são apoiados hoje por um setor da comunidade internacional. Já estão se concretizando mediante uma haitianização progressiva e eficaz do espaço territorial, social e cultural dominicano, através da invasão pacífica de hordas de imigrantes haitianos, que, com sua procissão de males atávicos, ameaçam de poluição e diluição a essência profunda da dominicanidade. O haitiano, que reivindica sua negritude, seu idioma crioulo e sua religião vodu, é a antítese do dominicano, que se define como branco, hispanófono e católico. Em resumo, a barbárie contra a civilização’”. Rachelle Charlier Doucet evoca testemunhos de amigos que confiaram-lhe que apenas três décadas atrás, as famílias dominicanas continuavam ameaçando as crianças desobedientes de chamar “El cuco negro haitiano”, versão dominicana do bicho-papão. E nada indica que isso não vigore na atualidade.

“estratégia realista de geração massiva de empregos produtivos no Haiti”. Bom! Deve-se destacar que bem antes de Collier, Robert Castel (1998) havia apostado na capacidade da relação salarial de substituir a precariedade pela proteção social. No entanto, é preciso deixar claro que, “em decorrência da mercantilização do trabalho, do caráter capitalista da divisão do trabalho e da anarquia da reprodução do capital, a precariedade é constitutiva da relação salarial” (BRAGA, 2012, p. 17). E neste exato caso pesquisado, é preciso afirmar com maior ênfase ainda que, ao reduzir à expansão de zonas francas industriais toda a participação do Haiti na divisão internacional do trabalho, divisão esta que atende apenas a anarquia da reprodução do capital, Collier acabou ratificando a precariedade enquanto condição perenal de existência do salariado haitiano no seu conjunto. E consequentemente, as condições sociais com rosto de *capitalismo epiperiférico*⁵⁰ que estruturam a vida dos

⁵⁰ O trabalhador haitiano hoje é explorado por capitalistas de outras formações sociais que já se encontram na periferia do capitalismo central. Enquanto na primeira experiência de zonas francas no Haiti desde a década de 1960, as empresas norte-americanas mesmas haviam tomado conta do mercado, hoje os EUA têm reduzido seu papel a estabelecerem o quadro jurídico-legal (HOPE I e II, HELP...) para outras empresas de países como Vietnã, Coréia do Sul, República Dominicana etc. atuarem em benefício dos produtores – até mesmo dos trabalhadores da América do Norte.

Enquanto os EUA ocuparam militarmente o Haiti no início do século XX, hoje, quando surge a necessidade de nova ocupação militar, esta é terceirizada a outros exércitos oriundos de formações sociais capitalistas já periféricos. Os batalhões que compõem a Minustah (orçamento de 1º de julho 2013 a 30 de junho de 2014: 576 619 000 dólares) provêm de países asiáticos como Bangladesh, Nepal, Sri Lanka, Filipinas, Tailândia, Indonésia, Jordânia, Kirghizistão, Yemen além de países africanos como Benin, Burkina Faso, Burundi, Camarões, República Centro-africana, Chade, Costa do Marfim, Egito, Guiné, Guiné-Bissau, Madagascar, Mali, Níger, Nigéria, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Togo; e sul-americanos: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, El Salvador, Peru, Paraguai, Uruguai.

Nas últimas eleições presidenciais, vários candidatos teriam tido suas campanhas financiadas por empresários da República Dominicana. De acordo com investigações da jornalista dominicana Nuria Peria, o atual presidente haitiano, na ocasião da sua campanha eleitoral – e após sua eleição – teria recebido mais de 100 milhões de pesos dominicanos (mais de 2,5 milhões de dólares), de apenas um único empresário dominicano, o Senador Félix Bautista. Sua adversária no segundo turno, a constitucionalista e professora universitária Mirlande Manigat, teria recebido um pouco menos do mesmo senador-empresário Félix Bautista. (<http://www.acento.com.do/index.php/news/14740/56/Nuria-revela-que-Felix-Bautista-y-amigos-regalaron-millones-de-dolares-a-Martelly.html>. 2012). Não é de se estranhar que a construção das infraestruturas no Haiti hoje estão beneficiando a empresas dominicanas como Ingenieria Estrella, encarregada da pavimentação de ruas e estradas e da construção do Parque Industrial de Caracol (PIC).

Aliás, durante nossa visita ao PIC, a cozinheira de uma das entidades em funcionamento no PIC contou-nos que até o café haitiano é proibido de ser servido ali. Mesmo os garrafões de água são importados do outro lado da fronteira. As festas nacionais dominicanas são religiosamente guardadas no PIC enquanto, mesmo nos dias de comemoração de eventos históricos haitianos, as atividades de Ingenieria Estrella não param.

Essas observações têm despertado em nós a ousadia de forjar o novo conceito de *epiperiferia* para tentar dar conta da situação do Haiti na atualidade. O Haiti, a nosso ver, é duplamente periférico: está na periferia dos EUA e ao mesmo tempo na periferia de outros que também são países periféricos do próprio EUA. Isso não

trabalhadores haitianos – reforçadas pelas propostas de Collier – os constituem definitivamente como um precariado, isto é, como uma classe trabalhadora dentro de uma formação social cuja norma de existência é, e só pode ser, a precariedade. E os fundamentos para conferir validade ao uso desse conceito não são difíceis de achar.

Com 78% da população em situação de pobreza (menos de 2 dólares por dia) – 54% em pobreza extrema (menos de 1 dólar por dia) – a precariedade não atinge apenas uma parte da sociedade haitiana: ela é a norma cotidiana da existência. O salário mínimo está abaixo de 5 dólares diários. Os grupos mais qualificados e mais bem remunerados (os setores profissionais) não conseguem se garantir uma vida digna e estruturada. Se conseguissem, não deixariam o país com tão grande fluxo, à procura de vida digna e estruturada em outros países, onde são forçados a recomeçar novos percursos profissionais a partir de zero – e muitas vezes, em condições ferrenhas que não aceitariam no Haiti de modo algum⁵¹. Como veremos mais adiante, Paul Collier evocará o caráter pouco regulamentado do Haiti como critério, para incentivar a implementação de zonas francas no seu território. Está claro que, na sua mira, ele teve como alvo o trabalho industrial manufaturado, especificamente a produção do vestuário. No entanto, qual o setor no Haiti no qual os trabalhadores têm seus direitos trabalhistas garantidos?

No campo das ONGs onde o salário é mais consistente, o emprego se obtém a partir de projetos financiados. Ou seja, com exceção dos organismos que integram a

significa que elementos do mesmo tipo não possam estar presentes em outros países, mas chama a atenção a forma em que todas essas relações estão combinadas no Haiti.

⁵¹ Num artigo recente sobre racismo individual e racismo estrutural no Quebec, terra de acolhimento *par excellence*, dos profissionais haitianos que emigram para America do Norte, Yanick Barrette (2014) chama a atenção sobre o seguinte: “O racismo estrutural se orchestra, entre outros, pela inacessibilidade no emprego e na moradia. Primeiro, as dificuldades enfrentadas pelos recém-chegados, para arrumarem um emprego decente e em conformidade com suas habilidades e competências, não são anedóticas. Ao contrário, uma maioria de estudos demonstram que os imigrantes sofrem de discriminação profissional. No entanto, embora sejam mais escolarizados que os quebequenses da ‘gema’ (IRIS), os imigrantes não conseguem obter empregos conformes suas áreas de competência. Na verdade, sua escolaridade não constitui em nada um fator de bonificação para a empregabilidade, o que significa que, no momento da contratação, eles sofrem de uma forma de discriminação silenciosa ou até mesmo simbólica.

Segundo, o racismo estrutural atinge os imigrantes igualmente na acessibilidade à moradia. Alguns bairros são simplesmente inacessíveis aos recém-chegados. Com efeito, em Montreal, opera-se de diversas maneiras, uma segregação sócio-espacial, segundo a qual alguns bairros concentram uma forte maioria de moradores originários da imigração. Nota-se, a este respeito, os bairros Côte-des-Neiges, Parc-Extension, Saint-Michel e Montréal-Nord que nem sempre oferecem as melhores condições de vida aos imigrantes ; as habitações sendo muitas vezes precárias, demasiado pequenas e insalubres”.

ossatura permanente do sistema de cooperação e de intervenção da Internacional Comunitária, todo o restante funciona com base em contratos a tempo parcial. Isto é, apesar do salário invejável, seus contratantes não têm a carreira garantida, por conseguinte, não desfrutam da estabilidade em longo prazo decorrente desta.

Em se tratando da precariedade como norma de existência da esmagadora maioria da sociedade haitiana, deve-se destacar que uma das políticas públicas implementadas no país depois do terremoto diz respeito a programas assistencialistas de distribuição de alimentos. Parte desses programas ocorrem nas regiões mais férteis, renomadas como sendo o celeiro do país. É o caso particularmente dos programas de *combate à fome* implementados na Grand'Anse (sudoeste) com o financiamento da USAID. Trata-se entre outros, de *Tikè Manje* (Vale alimentação) e *Kore Lavni Nou* (sustentar nosso futuro). Isto é, a precariedade é tamanha hoje que abrange a própria subsistência e sobrevivência de facções como os produtores rurais, os quais, apesar das suas humildes condições tradicionais de subsistência, mas por praticarem uma agricultura voltada essencialmente para a própria sobrevivência, são reputados autossuficientes dentro do conjunto social haitiano.

Prestamos bastante atenção à cautelosa abordagem de Ruy Braga que, com destreza, ao se debruçar sobre o caso brasileiro, e seguindo os passos de Marx, procurou diferenciar analiticamente o precariado do pauperismo (e do lumpemproletariado), pois entendeu que “os trabalhadores precarizados são uma parte da classe trabalhadora em permanente trânsito entre a possibilidade da exclusão socioeconômica e o aprofundamento da exploração econômica” (Braga, IBIDEM, p. 19). Por essa abordagem, Braga se afasta de Robert Castel para o qual, de “etapa na trajetória profissional”, a precariedade tende a se transformar em “um regime de cruzeiro, uma condição permanente, ou um registro ‘regular’ da organização do trabalho” (in Le Monde, 29 abr. 2006). Admitindo que o atual regime capitalista, que cria enorme quantidade de riquezas é, ao mesmo tempo, incapaz de garantir o pleno emprego, Castel sinaliza:

esse estatuto paradoxal do “precariado” (ume precariedade permanente) se deve ao fato da existência do não-emprego de massa que não é desemprego propriamente dito, se por desemprego chama-se uma situação

de privação de emprego na qual existem “candidatos a empregos” à espera de conseguir um emprego. Desde os últimos 20 anos tem se constituído na nossa sociedade um conjunto, representando algo em torno de 10% da população ativa, que não tem emprego e que, se tudo permanecer igual, não terá emprego. (IBIDEM).

Ou seja, para Castel (ou na realidade por ele observada), a precariedade toma conta de um conjunto populacional que o capitalismo não consegue integrar no assalariamento. Neste caso, o precariado estaria à margem do proletariado. Já, Braga destaca que a precariedade “nunca deixou de ser a regra na periferia do sistema” (op. cit.), mas diferenciando, dentro do proletariado, o precariado, a fração mais mal paga e explorada, dos *setores profissionais* mais bem remunerados, consequentemente mais estáveis. O caso haitiano, até onde conseguimos acompanhar, não permite estabelecer tais diferenças pelo fato de que no Haiti não há como identificar, seja dentro do proletariado urbano seja nos trabalhadores agrícolas, nenhuma fração bem paga. O papel do Haiti na divisão internacional do trabalho simplesmente não oferece esse luxo ao proletariado haitiano. Sem esquecer também que se o assalariamento fosse o critério, a sociedade haitiana poderia se definir tanto pelo trabalho (vínculo empregatício) quanto pela ausência dele. Quase metade dos jovens haitianos não têm emprego no mercado formal (UN, 2010, p.8). E falar em jovens é falar na maioria da população do país.

Isto é, enquanto para Castel, o precariado é um paradoxo do atual regime capitalista que produz suas riquezas produzindo simultaneamente excluídos da relação salarial; enquanto Braga realça o lugar integrante do precariado no pleno coração do proletariado periférico, nossas observações nos impelem a generalizar esse estatuto ao conjunto do proletariado haitiano, pois é ele a regra geral, ao passo que grupos bem remunerados e tendencialmente estáveis não passam de escassas exceções.

As lutas em torno do salário mínimo, no final do ano passado e início deste ano 2014 ilustram a imposição deste precariado como condição existencial do futuro. Elas deixam claro que a inclusão socioeconômica do proletariado haitiano ocorreu simultaneamente com o aprofundamento da sua exploração econômica e da sua

precarização. De acordo com a lei sobre o salário mínimo publicada no Diário oficial *Le Moniteur*, número 109 da terça-feira 06 de outubro de 2009,

a partir do 1º de outubro de 2012, nos estabelecimentos industriais voltados exclusivamente para reexportação, e cujo pessoal trabalha à peça ou por tarefa, o preço pago por unidade de produção deve ser fixado para que o trabalhador possa realizar por sua jornada de oito (8) horas de trabalho no mínimo trezentos (300) gurdes; o salário mínimo de referência nestes estabelecimentos sendo fixado a duzentos (200) gurdes”(art. 2.2).

Para se ter uma ideia do que esse salário significa, vamos apelar para um estudo da organização *Solidarity Center*. Com base nos dados levantados entre abril e junho de 2010, reverificados entre dezembro 2010 e janeiro de 2011 por um consultor haitiano, a *Solidarity Center* chegou à conclusão de que uma família trabalhadora de 3 membros (1 adulto com 2 crianças a cargo) para levar uma vida digna, isto é, com o estrito mínimo necessário, precisaria ganhar mais de 1000 gurdes por dia. O resultado do estudo diz o seguinte:

Após a tabulação dos resultados finais, o Centro de Solidariedade determinou que as despesas médias mensais de um trabalhador da SONAPI totalizaram 29.971 gurdes haitianas (cerca de 750 dólares⁵²). Portanto, com base no trabalho semanal padrão de 48 horas (oito horas por dia, seis dias por semana), um trabalhador deve receber pelo menos 1.152 gurdes haitianas (cerca de US \$ 29) por dia, ou cerca de nove vezes o salário mínimo vigente, para ganhar um salário digno. (*Solidarity Center*, 3 mar. 2011).

O cálculo da *Solidarity Center* baseia-se em outro projeto de pesquisa realizado pelo *Worker Rights Consortium*⁵³ (WRC) em outubro de 2008, para determinar qual seria o salário mínimo justo a ser aplicado na zona franca industrial de vestuário da CODEVI, em Ouanaminthe. *Solidarity Center* retomou os mesmos itens básicos (aluguel, energia paga em coletivo junto a outros vizinhos, alimentação, roupas, assistência médica, educação, cuidados das crianças, transporte) e os aplicaram a uma família da SONAPI, em

⁵² Na época, o dólar se vendia a 40 gurdes, hoje são 45 gurdes por um dólar.

⁵³ O Consórcio de Direitos dos Trabalhadores é uma organização de monitoramento dos direitos trabalhistas independente que conduz investigações sobre as condições de trabalho nas fábricas ao redor do mundo (<http://www.workersrights.org/>).

Porto Príncipe, partindo da ideia que o trabalhador em questão tenha apenas dois menores dependentes de 8 a 14 anos – um caso não tão comum no Haiti, onde o número médio de crianças por família é de três.

Mesmo assim, em novembro de 2013, o recém-montado Conselho Superior do Salário (CSS), integrado também por um delegado dos operários, determinou 225 gurdes como salário mínimo a despeito da exigência legal de 300 gurdes a partir de outubro de 2012. Enquanto isso, desde bem antes, os operários estavam exigindo 500 gurdes, isto é, menos da metade da quantia de 1.152 gurdes calculada pela *Solidarity Center*. Bem antes, a empresa francesa *Société de Produits Marnier-Lapostolle* (SPML), desde dia 4 de julho de 2013, já havia proposto 500 gurdes de salário mínimo aos operários da sua filial localizada em Cabo Haitiano. Contudo, parece que a política de zonas francas de reexportação aplicada em prol do capitalismo norte-americano pelos Clinton e companhia é que está disposta a fazer de tudo para manter a mais extrema precariedade como norma do futuro.

Para se ter um panorama mais abrangente do nível de precariedade enquanto norma de vida no Haiti, deve-se acrescentar que este país não oferece serviço público gratuito⁵⁴. De todos os serviços públicos, somente a carteira eleitoral (o título de eleitor) é totalmente gratuita. E já que muitos cidadãos não têm nenhum outro documento legal, essa carteira acabou se tornando uma ótima oportunidade para esses finalmente terem um documento e com foto. Enquanto isso, o Estado aproveitou para ampliar o uso desta carteira como documento de identificação nacional. Fora isso, as instituições de serviços públicos oferecem um serviço teoricamente gratuito, mas na prática não passa de um serviço a custo mais barato do que nas instituições particulares. Por exemplo, num hospital público, não se

⁵⁴ Um caso que exemplifica a precariedade extrema do Haiti é a atuação dos Médicos sem Fronteiras (MSF). Desde que iniciou suas atividades humanitárias no país em 2005, o MSF tornou-se quase que a única instituição a oferecer os serviços hospitalares de emergência e pronto-socorro. Hoje em dia, a estrutura de tratamento de queimaduras do MSF tem apenas 31 leitos, porém é o único centro que oferece esse serviço em todo o território do Haiti. No entanto, a vocação do MSF é as situações de guerra e/ou calamidades. Já que não há nenhuma guerra nem calamidade natural no Haiti, o MSF pode a qualquer momento ver o financiamento de suas atividades no Haiti minguar até cessar – e consequentemente fazer de repente as malas. O que advirá do Haiti então? Em um eventual momento como esse é que desmascarar-se-ia melhor o papel perverso e pernicioso das instituições do imperialismo humanitário vigente no Haiti hoje. Pois, uma das características da cooperação internacional no Haiti consiste em não auxiliar os haitianos, mas em substituí-los. Digamos claramente: levando em conta o setor da saúde, a ajuda humanitária contribui muito mais a desestruturar e desregulamentar do que reforçar os serviços já vacilantes existentes anteriormente.

paga o serviço médico mas, os medicamentos são compradas pelo paciente e não doados pelo hospital. Apesar de pago, é de extrema escassez um ou outro serviço cuja qualidade de atendimento não deixa a desejar. Os ricos, quando adoecem, vão procurar tratamento nos Estados Unidos⁵⁵. O próprio presidente do país viaja várias vezes ao ano para suas consultas de rotina. Trata-se da outra cara da velha privatização neoliberal: o Estado privatiza suas empresas comerciais rentáveis a exemplo da Teleco (maior empresa de telecomunicação do país) ao mesmo tempo em que deixa decair as instituições de serviços públicos: saúde, educação, água etc. Assim, o chamado setor privado passa a suprir as carências mercadorizando/comoditizando tudo que lhe é possível.

Uma terceira observação a respeito da falta de emprego formal destacada por Collier exige explicar o porquê desta falta, o que faremos no seguinte capítulo. Assim serão explicadas as artimanhas pelas quais o imperialismo conseguiu destruir a produção nacional para precarizar cada vez mais a vida do trabalhador haitiano, o que agora tem-lhe possibilitado a hipocrisia de pretender criar empregos no país hoje.

Diante dessa precariedade geral que Collier pensa resolver pela implantação das zonas francas, nas quais trabalharão apenas os mais precários do conjunto do precariado haitiano, cada trabalhador obrigado a vegetar nas fábricas prefere encarar sua situação pessoal como transitória. Ele se esforça para trabalhar com a expectativa de juntar um pouco de dinheiro, suficiente para abrir um pequeno comércio: feirante, camelôs etc. Quando se dá conta da impossibilidade de somar o dinheiro esperado, a emigração se impõe como uma das saídas senão a mais desejável ou cobiçada. Esses são o primeiro contingente de imigrantes econômicos que têm fugido do Haiti nas últimas décadas.

Isto é, a menos que prefira se contentar em proferir o discurso da *doxa*, presa na aparência/essência, não há como economizar o esforço ainda laborioso de investigar a

⁵⁵ Ao abrimo-nos à curiosidade sobre o funcionamento do setor da saúde, o que temos descoberto é que, quando uma pessoa adoece, ela vai à clínica particular de um médico da praça. Se o caso precisar de internamento, o médico propõe como referência a esta pessoa alguns centros hospitalares particulares, nos quais ele costuma receber pacientes, e a pessoa escolhe um centro de acordo com sua capacidade para pagar o leito e os demais serviços. Esse hospital só oferece seu espaço, seus funcionários de manutenção e uma enfermeira. No entanto, é o próprio paciente que deve contratar o médico de sua escolha. Isto é, alguém que se apresenta num hospital desse sem seu médico, com um caso de emergência, corre o risco de sair morto – já que se exige o pagamento da entrada, antes mesmo que seja oferecido o pronto socorro. Isso tem nos levado a afirmar que, no Haiti hoje, não existe hospital propriamente dito; o que existe são espaços de locação de serviços hospitalares.

natureza contraditória das relações sociais que motivam a tendência destacada. Todas as observações, até este presente momento, apontam para 3 opções de saídas individuais no Haiti. Para os profissionais diplomados, o emprego mais cobiçado passa pelas ONGs; para a massa dos outros trabalhadores mais precários, a Internacional Comunitária se propõe a impor empregos nas ZFI. Para todos, a terceira opção, alternativa às duas primeiras, é a emigração, mas em direção diferente: o Canadá para os primeiros; as Antilhas (hoje o Brasil) para os segundos. Pois, para não se iludir diante de tanta boa vontade, é bom saber que na cooperação internacional que proclama a quem quiser ouvir que seu papel condescendente no Haiti é apenas para ajudar, a questão se passa mais ou menos assim:

As reuniões para ajudar os haitianos são conduzidas em Inglês ... Os contratos são concedidos às empresas estrangeiras. A ajuda é distribuída a organizações de outros lugares ... independentemente da sua experiência

...
Aconteceu o que devia acontecer... essas empresas estrangeiras, essas ONGs estrangeiras (todas do “primeiro mundo”) recebem fundos, mas, ignorando tudo do país, terceirizam seu trabalho. Um profissional haitiano qualificado (alias é ele que assessora e executa o trabalho) será pago US\$2 000 enquanto um menino de olhos azuis irá de “cluster” em “cluster” onde supostamente se coordena a ajuda (sem jamais conseguir) por um salário três vezes maior. Sim, sim. O salário inicial de um “internacional” é US\$6 000. (Promundia Medica, 2011).

Isto é, dentro do Haiti, jamais um sócio-profissional local titular apenas de passaporte haitiano conseguirá um salário igual ao do “internacional” – fosse este último um menino de 20 anos, de olhos azuis, como se observa cotidianamente no país e tão bem destacado por Promundia Medica. E hoje, esse fato se tornou norma padrão. Por exemplo, *Haiti Demain*, documento já mencionado, foi elaborado pelo Comitê Interministerial de Ordenamento do Território (CIAT) em março de 2010, para apresentar os “*objectifs e stratégies territoriales para a reconstrução*” do país, dois meses depois do terremoto. O capítulo décimo primeiro chama-se “*Quels outils pour la reconstruction?*”/Quais as ferramentas para a reconstrução?”. Por incrível que possa parecer, em nível operacional das ferramentas identificadas, o CIAT (2010, p. 67) propõe: “*recrutamento com salários internacionais de haitianos da diáspora*”. Isto é, o haitiano que sai do país para cursar uma pós-graduação no exterior, e que regressa voluntariamente ao Haiti no final do curso, não

passa de um imbecil das piores espécies. O haitiano inteligente é aquele que, durante sua pós-graduação no exterior, aproveita para arranjar um segundo passaporte (de estrangeiro) e se fincar de vez na sua terra de adoção. Pois isso pode garantir-lhe um salário nobre dentro do Haiti, enquanto seu camarada de turma que, anos atrás, havia feito a escolha de regressar livremente para trabalhar no Haiti, continuará recebendo um salário “nacional”, isto é, de quinta categoria. E justamente, no espetáculo da cooperação internacional vigente no Haiti hoje, há bastantes haitianos da dita diáspora que se usam de seus segundos passaportes para trabalharem no Haiti como expatriados, seja na Minustah ou em outras entidades.

Obviamente, tal atitude é ao mesmo tempo produto e produtora de um agudo complexo de inferioridade. A proposta do CIAT deixou mais claro, caso houvesse dúvidas, que não é apenas o povão que confunde importado com qualidade superior. Ou esses haitianos da diáspora seriam incentivados a voltar trabalhar no Haiti sem morar ali – neste caso ganhariam dinheiro no Haiti, mas continuando a viver, economizar, investir, gastar e pagar seus impostos fora; ou, se fossem incentivados a morar no Haiti, utilizar-se-ia deles para forjar e/ou reforçar um desequilíbrio social entre profissionais com qualificação idêntica. Esse exemplo mostra que emigrar, aos olhos de um haitiano, pode também revestir um caráter de prestígio, independente de sua origem social. Em certos meios esquerdizantes, possuir vistos estrangeiros e, mesmo assim, permanecer no Haiti para trabalhar representa quase que um gesto patriótico enquanto o contrário muitas vezes pode ser percebido como traição à pátria amada. “Assim como era São Domingos no tempo da colônia, o Haiti é um país de trânsito aonde aventureiros de todos os tipos vêm viver unicamente para se enriquecerem sem se embrulharem de considerações éticas”. (PEAN, 2005, p. 84).

Para não insinuar a Paul Collier intenções que de maneira alguma são suas, devemos dar-lhe a oportunidade de definir ele mesmo o que entende por *estratégia realista* na reconstrução do Haiti. Bastamos conferir no trecho seguinte: “Vastas regiões no Haiti são montanhosas. Erguer uma infraestrutura para desencravar populações dispersas nestas regiões suscitaria do ponto de vista da manutenção uma carga que o país não poderia suportar e tampouco seria racional do ponto de vista econômico” (COLLIER, op. cit., p. 11).

Não sobra assim nenhuma dúvida: o programa de *reconstrução*⁵⁶ da *infraestrutura e expansão das zonas francas industriais*, promovido pelo economista da Oxford University não vê racionalidade alguma em tentar desencravar povoações sem nenhuma rentabilidade econômica para o capital. Mas uma questão interessante seria perguntar por que Collier está tão convicto de que apenas a extensão de zonas francas representa a vocação predestinada do Haiti? A resposta está numa combinação de fatores dos quais cabe destacar antes de tudo: a proximidade geográfica com os Estados Unidos⁵⁷ e a “garantia de acesso ao mercado [norte] americano, isento de taxas e sem constrangimento de quotas” que a lei HOPE oferece. Com efeito, Paul Collier (op. cit., p.6) observa:

HOPE II representa uma enorme possibilidade econômica para o Haiti, que se encontra, graças à este programa, numa situação sem igual no mundo, a saber que o país desfruta da garantia de acesso ao mercado americano, isento de taxas e sem constrangimento de quotas, para os próximos nove anos, além disso com regras de origem generosas e respondendo completamente às necessidades do sector do vestuário. A recessão mundial e o fracasso do Círculo de Doha vêm reforçar ainda mais esta vantagem porque os fabricantes das outras regiões do mundo, sem dúvida, temerão que uma subida das pressões protecionistas ameace o seu acesso atual a tal mercado. *Do ponto de vista do acesso ao mercado – elemento importante – o Haiti é hoje o lugar de produção mais seguro do mundo no sector do vestuário.* (Grifo do autor).

Outro incentivo da escolha do território do Haiti como terra prometida para a instalação de zonas francas industriais relaciona-se com o custo baratíssimo da sua mão de obra, a qual, além do mais, apresenta duas vantagens essenciais: é experiente e de boa qualidade. Nas próprias palavras de Paul Collier:

⁵⁶ Pelo bem do presente estudo, observa-se-rá, entretanto, que o uso do conceito de reconstrução no Haiti já estava na moda bem antes de terremoto de 2010. Aliás, em janeiro de 2009, o relatório Collier aponta: “As necessidades de reconstrução do Haiti já eram enormes, antes da passagem dos furacões de 2008” (p. 10).

⁵⁷ “O Haiti tem uma vantagem competitiva no vestuário com base nos seus custos de trabalho relativamente baixos, sua proximidade com o mercado dos EUA, e uma estratégia de nicho com base na produção em massa de artigos. Esse nicho depende largamente de simples operações de montagem (costura e alguns cortes), sofre poucas mudanças de estilo ao longo do tempo, acomoda levemente os prazos de entrega e beneficia de agendas de demanda relativamente previsíveis. A localização da produção muitas vezes não é um fator de decisão crítica para muitos compradores, mas a proximidade ao mercado dos EUA tem se mostrado um importante benefício para o Haiti”. (HORNBECK, 2010, p. 13).

No setor de vestuário, o custo principal é o da mão de obra. O Haiti sendo relativamente pouco regulamentado, o custo da mão de obra aguenta perfeitamente a concorrência com a China, que constitui a referência padrão. A mão-de-obra haitiana não somente é barata⁵⁸, também é de qualidade. Com efeito, dado que a indústria do vestuário já foi anteriormente muito mais desenvolvida do que o é atualmente ali, o Haiti dispõe neste setor de uma importante reserva de mão de obra experiente. (Ibidem).

Além do acesso livre ao mercado norte-americano, o qual oferece ao Haiti o gozo da proximidade geográfica; além de ser um país pouco regulamentado; além de possuir uma mão de obra barata e de qualidade para aquele mercado, o Haiti é escolhido como território de implantação de zonas francas industriais de exportação (também chamadas zonas de processamento de exportação ou áreas de livre comércio) por outra razão que vai além do minúsculo Haiti: trata-se da importância das zonas francas implantadas no Haiti para o mercado mundial. Diz Collier (Ibidem, p. 12):

À escala mundial, a indústria do vestuário é gigantesca e a economia haitiana minúscula [...] a produção mundial organiza-se hoje em zonas de concentração de empresas [...] que assim] reduzem mutuamente os seus custos. Suscitam por exemplo a criação de um reservatório de mão de obra experiente e, juntas, constituem um mercado suficientemente importante para fazer viver os fornecedores especializados dos quais precisam, sobretudo os fornecedores de serviços de manutenção qualificados.

Nesta altura, para se ter uma visão completa do plano proposto pelo professor de Economia da Oxford University, basta lembrar mais três elementos de seu raciocínio já citados anteriormente,: saber : a) “a produção de vestuários demanda pouco por parte do Estado [...portanto b)] é muita mais fácil e rápido construir as infraestruturas e os serviços necessários para a indústria criando apenas alguns pólos de excelência em vez de tentar melhorar estas infraestruturas no conjunto do país”, tendo em vista que c) “o essencial é que os portos e aeroportos funcionem bem, já que a produção deve ser

⁵⁸ Ao ler o natural com o qual Paul Collier relata essa característica da mão-de-obra haitiana como barata dá a impressão de que é um fato natural.

exportada e os fatores de produção importados⁵⁹” (Ibidem, p.13). Mais uma vez, acompanhamos a justeza e a lucidez de Lyonel Trouillot (op. cit.), expressas alguns meses depois do terremoto a respeito da atuação do imperialismo humanitário que, em nome do “empreendedorismo humanitário” já tomava conta do Haiti bem antes de 2010:

O humanitário é baseado na presunção de um *savoir-penser* e um *know-how*, e como toda pretensão que antecede sua prática, está submetido à desobediência do real, seja por se deparar com fatos culturais que não levou em consideração, seja por falta do conhecimento sensível ou da competência social. Situa-se num agir que não pensa as relações, nem sente a necessidade de compreendê-las. Age sobre sociedades, não enquanto sociedades, mas enquanto populações. As “populações” não são sujeitos históricos. Somente as comunidades são. E, a ideia de trabalhar com populações nega às comunidades para as quais trabalha qualquer possibilidade de sanção e avaliação do serviço prestado.

E não seria insensato ver nas prescrições de Collier uma espécie de *taylorismo*⁶⁰ *epiperiférico e tardio*: essas prescrições almejam transformar o Haiti numa sociedade salarial, mas não fordista, pois enquanto deverá produzir em massa, a sua população produtora não deverá ter acesso ao consumo dos produtos gerados pela indústria de produção em massa. Essa população consumirá *pèpè*⁶¹. Dado, porém, que os capitalistas haitianos têm poucas capacidades de tomar conta de uma zona franca, a transformação do Haiti em território de zonas francas necessita a intervenção de capitalistas de outros países já periféricos como a República Dominicana ou a Coreia do Sul. A primeira zona franca

⁵⁹ No mesmo relatório, há um trecho que diz assim: “No presente momento, a indústria de vestuário no Haiti é pequena e está repartida entre dois centros de produção: Porto Príncipe, onde ela parece estar estagnada, e Ouanaminthe, onde é recentemente instalada [2003] e em rápida expansão. Os dois centros de produção já estão tirando proveito das oportunidades de acesso ao mercado oferecidas pela HOPE II, com a importante diferença que diz respeito às infraestruturas. Em Porto Príncipe, o fornecimento de energia elétrica é aleatório e caro, e o porto nacional utilizado pela indústria de vestuário, é o mais caro da região. Ouanaminthe, no entanto, fica na fronteira com a República Dominicana. Essa zona franca compra sua eletricidade do outro lado da fronteira e usa o porto mais próximo, localizado na República Dominicana. Essas vantagens, em termos de infraestruturas, combinadas com o fácil acesso ao mercado, são suficientes para garantir a competitividade internacional das fábricas localizadas em Ouanaminthe” (p. 12).

⁶⁰ Por *taylorismo epiperiférico e tardio*, tentamos dar conta ao mesmo tempo do modo de regulação do trabalho nas novas fábricas no Haiti e do lugar do país na divisão internacional do trabalho – tendo em vista que o taylorismo pode ser considerado a mais radical tentativa de organizar o trabalho industrial em prol da rentabilidade da produção mesmo que isso implique em sacrificar qualquer consideração humana, o homem sendo reduzido a mero apêndice da máquina.

⁶¹ Chama-se *pèpè*, os produtos usados, de meia vida, e todos os tipos de mercadorias importadas dos EUA para serem comercializadas no Haiti.

nova do século XXI, funcionando em Ouanaminthe desde 2003, é administrada pelo Grupo M, propriedade do industrial dominicano Fernando Capellan. Toda a construção do PIC está sendo realizada pela companhia dominicana Ingenieria Estrella enquanto o SAE-Trading coreano é ali o principal empregador. Entretanto, na SONAPI a terceirização empresarial é a regra: os donos produzem para outros fora do Haiti.

Pode se dizer que atrás da proposta de Collier existe cientemente ou não uma escolha sem disfarce: continuar-se-á promovendo o *brain drain*, a fuga de cérebros universitários haitianos enquanto se importa “internacionais” e expatriados com altos salários para cumprirem tarefas que o profissional haitiano forçado a emigrar sem dúvida cumpriria com maior qualidade. Sem esquecer-se de que boa parte desses “internacionais” podem ser haitianos que haviam emigrado para outros países, sobretudo a America do Norte, e que doravante se tornam titulares de segundos passaportes. A inquietação parece ser apenas encontrar um meio para diminuir o fluxo de imigrantes pobres e analfabetos indesejáveis para a America do Norte. O nó do problema talvez seja que o salário oferecido não possui nem de longe a virtude esperada para dissuadir os concernentes a não tomarem os rumos da emigração. De sorte que continua com toda sua validez a letra da música cantada por Woolly Saint-Louis Jean em créole haitiano: “*Pito reken vale m, tan pousyè kouvri m jouk tan li antere m/Antes ser engolido por um tubarão do que ser embrulhado e sepultado por uma nuvem de poeira*”. Isto é, olhando as condições atuais de sobrevivência no Haiti, um salário diário de 5 dólares, em nada pode pretender conferir aos jovens aquela dignidade e estruturação da vida proferidas por Collier como dissuasão à emigração. Entende-se agora por que a emigração se impõe como elemento estruturante da sociedade haitiana.

Na verdade, estamos presenciando um fenômeno que uma sociologia haitiana do trabalho ganharia em estudar profundamente. Por um lado, as zonas francas constituem uma expressão pura da flexibilidade e da mobilidade geográfica do capital que identifica o Haiti como lugar estratégico para transferir algumas de suas fábricas. Por outro lado, os seus apologistas não desejam de modo algum, integrar o trabalhador haitiano no conhecido *american way of life*, isto é, no modelo de organização societal que promove o padrão de consumo correspondente à produção. Avaliamos que a literatura produzida pela

Internacional Comunitária sobre o Haiti e as recomendações nela encontradas incentivam e promovem o aproveitamento da situação geral do país para implementar as técnicas de gestão e de produção do taylorismo-fordismo : produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; trabalho parcelar e fragmentação das funções; separação entre *elaboração* e *execução* no processo do trabalho; unidades fabris concentradas e verticalizadas e constituição/consolidação do *operário-massa*, do trabalhador coletivo fabril etc. (ANTUNES, 2008, p.24). Tudo isso deve ocorrer, porém, sem o modo de vida que vai junto. Concretamente, entende-se implementar a produção *em massa*, típica da *grande indústria* fordista (IBIDEM.), cuidando ao mesmo tempo para não haver produção *de massa* – com o trabalhador haitiano recebendo um salário que o coloca muito aquém da capacidade de ser consumidor do produto por ele próprio produzido⁶². Diríamos, emprestando as palavras de Antonio Gramsci (2001, p. 241), que a Internacional Comunitária hegemônica no Haiti não vislumbra no horizonte nenhuma “necessidade imanente de chegar à organização de uma economia programática” da qual resultam historicamente o americanismo e o fordismo. Entre os motivos que a convencem da não necessidade de medidas preventivas favoráveis ao trabalhador haitiano, provavelmente devemos destacar a aparente ou mesmo a eventual inexistência de lutas anticapitalistas significativas neste país caribenho neste século XXI. Por conseguinte, o próprio capital transnacional avaliaria que, não havendo ameaça contra seu desempenho no país, ele pode orquestrar seu processo de lucratividade sem problema e sem nada temer. Seria, aliás, mera coincidência que Collier houvesse introduzido seu relatório afirmando que, três anos desde o reinado da MINUSTAH, “em 2007, o Haiti gozava ao mesmo tempo de segurança, de democracia e de oportunidades econômicas. Estas bases sendo postas, a etapa seguinte deveria ter sido o anúncio do desenvolvimento econômico”? Ou seja, o aparelho de coerção necessário já está bem instalado, o consenso e a persuasão bem garantidos, – resumindo: sua hegemonia sendo assegurada – a Internacional Comunitária não vê o porquê criar do

⁶² A “Introdução à *Contribuição à Crítica da Economia Política*”, que figura entre os manuscritos deixados por Marx e que foi publicada pela primeira em 1903, por Kautsky, detalha de maneira bem didática a relação entre produção e consumo. Já nos manuscritos econômicos de 1857-1858, os *Grundrisse*, essa relação é estudada. Ver principalmente a Introdução.

nada qualquer “aristocracia operária” à qual ofereceria “altos salários” (IBIDEM, p. 273). Tampouco há necessidade de trabalhadores qualificados adaptados ao sistema de produção que precisaria manter. Apenas quer melhorar o salário médio(...) e ter a garantia de que depois desta MINUSTAH, não vai haver necessidade de outra.

Se não se aproveitar as chances oferecidas hoje, a sociedade haitiana poderia se tornar ainda mais passível de perturbações. O governo haitiano, assim como a comunidade internacional, tem feito consideráveis esforços para trazer a paz social. Esses esforços não devem ter sido em vão. A atuação do governo não deveria resultar num retorno à desordem, e no que diz respeito à comunidade internacional, no final do seu mandato, a MINUSTAH terá custado cerca de 5 bilhões de dólares. Se o Haiti voltar a um estado de fragilidade socioeconômica, será como se este dinheiro tivesse sido gasto em ajuda humanitária ao invés de sê-lo em ajuda ao desenvolvimento. Um esforço internacional hoje, ao mesmo tempo para atender as necessidades descritas em detalhe no Relatório de Avaliação das Necessidades pós-desastre e para implementar o programa de desenvolvimento proposto neste presente relatório, permitirá sem dúvida evitar uma segunda MINUSTAH a qualquer momento durante os 10 anos por vir. *Para manter a ordem social, é preciso que a segurança militar deixe rapidamente o lugar à segurança econômica*⁶³. (COLLIER, op. cit., p. 4. Grifo do autor).

Em outras palavras, a luta de classes no Haiti, em 2004, era tal que para contê-la, tornou-se necessária essa atual MINUSTAH cujo papel não podia ser mais bem explicado que com as palavras de Collier: exercer em cima da classe trabalhadora a pressão

⁶³ Por enquanto, o Relatório 2012(p. 13) do Grupo Consultivo ad hoc sobre o Haiti do *UN Economic and Social Council* conclui-se com a recomendação de que “é essencial que a ONU mantenha uma forte presença no campo [Haiti] através da MINUSTAH e da equipe de países das Nações Unidas, com progressiva transferência uns aos outros”.

Mais recentemente, o *Director of National Intelligence* dos Estados Unidos, James R. Clapper, no seu relatório mundial de 29 de janeiro de 2014, apresenta a situação do Haiti nas seguintes palavras: “A estabilidade no Haiti permanecerá frágil em razão da extrema pobreza e da fraqueza das instituições governamentais. Durante muitos anos, o Haiti continuará necessitando de uma significativa reconstrução e desenvolvimento a longo prazo. O Haiti permanece vulnerável a retrocessos nos seus objetivos de reconstrução e desenvolvimento em razão das possibilidades de desastres naturais. A insegurança alimentar, apesar de melhoria, guarda também seu potencial de fator de desestabilização. [...]

Durante a próxima década, o Haiti permanecerá altamente dependente da assistência da comunidade internacional em matéria de segurança, em particular durante eleições. [...] Embora a Polícia Nacional Haitiana esteja progredindo no seus planos de aumentar seu pessoal de 10,000 em 2011 para 15,000 até 2016, a maior parte da força provavelmente continuará dependendo ainda do apoio da MINUSTAH para sua própria segurança” (CLAPPER, 2014, p. 25). Resumindo: o Haiti não está estabilizado depois de 10 anos de atuação da força militar de estabilização das Nações Unidas (MINUSTAH), pois nenhuma força militar pode estabilizar um país arrasado por calamidades socioeconômicas.

coercitiva imprescindível até a criação e aplicação de programas subsidiários eficazes para manter o consenso e a persuasão (a hegemonia) que permitirá economizar outra MINUSTAH, pelo menos, em um futuro previsível. (O prazo de 10 anos defendido por Collier lança luz sobre a fraqueza das ambições dos projetos da Internacional Comunitária que são apenas ataduras e curativos incapazes de realmente sarar o câncer que representa, aos seus olhos, a luta de classes no Haiti). Por outro lado, a pálida cópia do modelo de acumulação taylorista-fordista, do mesmo modo que terceiriza a produção na subcontratação – terceirização empresarial – terceiriza também até a pressão coercitiva: o Haiti não tendo exército, nem uma polícia militar nacional suficientemente treinada para repressão, a Internacional Comunitária contrata soldados e policiais de outros países do capitalismo periférico de África, América Latina, Ásia... Esse caráter duplamente periférico da realidade do Haiti nos aspectos considerados aqui contribui a reforçar nossa propensão em qualificar o capitalismo vigente no país nesse início de século XXI de *taylorismo epiperiférico*. Até agora, a cautela máxima é de rigor: para sermos afirmativos e categóricos a esse respeito, precisaríamos comparar diferentes trajetórias nacionais da classe trabalhadora no reinado do capitalismo, pelo menos em países periféricos, para apurar a especificidade haitiana. Obviamente, nós não temos condições para levar adiante tal indagação no âmbito desta pesquisa. Nem disposição intelectual para projetar fazê-lo futuramente. De qualquer maneira, resta-nos, por enquanto, as perguntas seguintes: será que estaríamos acompanhando no Haiti a experimentação de outra forma específica de reestruturação produtiva do capital a ser posteriormente (ou já) espalhada em determinados países do planeta, aqueles países periféricos cujo padrão de consumo é mais afastado do modelo central? Ou será que se trata apenas de uma forma muito mais acentuada, ao mesmo tempo mais brutal, da mesma “precarização estrutural do trabalho em escala global”? (ANTUNES, op. cit., pp. 103-109). Enquanto as possibilidades de respostas não se esgotam, acreditamos deter na seguinte avaliação do economista da Oxford University, uma chave de ouro: “De fato, se a comunidade internacional não pode obter sucesso no Haiti, então fica difícil imaginar que possa obter sucesso em outro lugar” (COLLIER, op. cit., p. 5). Ou seja, o Haiti não está longe de servir de laboratório para as experimentações manipuladoras da Internacional Comunitária.

Por enquanto, quem se preocupar em medir esse sucesso deverá levar em conta que, de acordo com Better Work Haiti (2013, p. 15-17), nenhuma empresa em 2013 cumpriu seu dever legal de pagar o mínimo salarial de 300 gurdes ao operário. Enquanto a lei vigente de 2009 sobre o salário mínimo pago nas empresas industriais e comerciais exige o piso de 300 gurdes a partir de outubro de 2012, todas as empresas adentraram no ano 2014 pagando ainda o mesmo salário de 200 gurdes anterior a outubro de 2012, na total impunidade como já foi destacado. Isto é, legalmente os patrões estão devendo dois anos de excedentes salariais atrasados aos operários. Mais do que isto, dado que ao lado do salário mínimo vigora também o regime de trabalho à peça, a BWH relatou que apenas 25% dos operários têm conseguido alcançar um salário diário de 300 gurdes por 8 horas de trabalho. Better Work Haiti relata também casos de fábricas que se recusam em pagar devidamente as horas extra (overtime wages), conforme exigem as leis haitianas. Até por que o Ministério do Trabalho norte-americano do qual depende a BWH se sentiu constrangido a escrever em créole, idioma nacional haitiano, um texto de sete páginas denunciando essa situação como trabalho forçado. O relato da BWH abrange 25 empresas registradas como atuando no setor do vestuário, as quais possuem junto um número de 28.591 trabalhadores sendo 17.887 mulheres, ou seja, cerca de 63% da população operária. Ou seja, as mulheres constituem a maioria das vítimas do capitalismo epiperiférico imposto no Haiti pela Internacional Comunitária.

A situação é tal que até marcas patrocinadoras das quais as empresas locais são gerentes, defendem o respeito do mínimo salarial. É o caso do *Gildan Activewear* cuja sede encontra-se em Montreal que reclama para garantir que milhares de trabalhadores produtores de roupas em fábricas haitianas sejam pagos pelo menos \$ 7,22 por dia⁶⁴. O mesmo pode ser dito do *Fruit of the Loom* que pleiteia junto a sua empresa subcontratante o respeito das 300 gurdes de salário mínimo⁶⁵.

⁶⁴Gildan vows minimum wage for Haitian garment workers. Disponível em: www.thestar.com/news/world/2013/11/18. acesso: 25 dez. 2013.

⁶⁵ Fruit of the Loom Statement in Response to Report Regarding Haiti Minimum Wage Issues. www.fotlinc.com acesso: 25 dez. 2013.

1.3 Além do terremoto: o projeto industrialista e a cacofonia da reconstrução/ desenvolvimento do Haiti

A escolha do município de Caracol para estabelecer a zona franca mais recente⁶⁶ do Haiti se encaixa perfeitamente no modelo colonial descrito pelo economista da Oxford University, de acordo com o que pudemos pessoalmente observar em julho de 2013. E desde já, podemos afirmar que Caracol oferece mais do que “o essencial” requisitado por Collier, pois são 250 hectares de terras cultivadas por famílias campesinas que o governo expropriou para a construção do Parque Industrial de Caracol (PIC).

A paisagem de Caracol apresenta um contraste ensurdecedor. O cenário tem tudo de surrealismo. Ou de uma produção hollywoodiana. Sua contemplação é no mínimo chocante. Da estrada principal até a portaria, o caminho que conduz ao Parque Industrial de Caracol (PIC) exhibe uma beleza romanesca. Expõe uma estética tão rara que parece imagem de *fotoshop*. Uma estrada internacional, como se diz no Haiti. Mas tudo para subitamente até a portaria. Isto é, apenas um quilômetro. A partir do passo seguinte, o visitante mergulha em outra Caracol. De poeira, em estação seca. De lama, em estação chuvosa. De buracos, nas duas. Para adentrar no burgo é preciso seguir caminhos não pavimentados, sem nenhuma manutenção para torná-los praticáveis. Nenhuma infraestrutura de drenagem para impedir que as águas da chuva alagassem as ruas enchendo-as de sedimentos e outros lixos. Nenhum saneamento ambiental⁶⁷. O contraste é

⁶⁶ Uma nova zona de livre comércio foi inaugurado em Carrefour no início de 2013. De acordo com Better Work Haiti (2013, p.9), organismo oficial criado para monitorar a aplicação da Lei HOPE/HELP, e financiado pelo Ministério norte-americano do Trabalho, “os dois edifícios nesta zona de livre comércio são alugados para um fabricante de vestuário coreano, Yu-Jin Vestuário Co.Ltd., que assinou um Memorando de Entendimento/memorandum of understanding (MoU) com o proprietário da zona de livre comércio. A produção está prevista para começar antes do final de 2013”.

⁶⁷ De acordo com o *Plan d'aménagement du Nord/Nord-Est: Couloir Cap-Ouanaminthe*, p.13, documento elaborado pelo mesmo Comitê Interministerial de Ordenamento do Território (CIAT), o segundo desafio a ser enfrentado no intervalo de 2012 até o ano de 2030 chama-se: “*Estruturar as cidades e a urbanização*”. Por enquanto, o acesso aos serviços básicos nas regiões norte e nordeste se apresenta desta forma: “1) acesso à água: 3% [das famílias] têm água corrente em casa; 13% têm uma torneira no quintal; 2% têm acesso a uma fonte protegida; 33% têm acesso a um poço; 40% têm acesso a fontes e quiosques; 9% consomem água em garrafa. 2) acesso a saneamento: 24% têm acesso a fossa séptica; 36% têm acesso a sistemas básicos; 40% não têm acesso a nenhum sistema de saneamento. 3) acesso à energia: a biomassa fornece 70% do consumo

tão chocante que fica difícil acreditar que a mente humana era capaz de conceber essas duas realidades uma limítrofe da outra. É preciso um mergulho na própria realidade interna de Caracol para entender um pouco melhor.

Uma conversa com qualquer morador deste pequeno município de 76 quilômetros quadrados e de um pouco mais de sete mil habitantes convencerá o interlocutor de que Caracol, hoje atração de todos os olhares, era há pouco, um ponto de terra inexistente no mapa. Muito curiosas eram as raras vezes em que um carro qualquer tomava os rumos deste burgo. E de repente, vem janeiro de 2011. Uma delegação da Direção Geral dos Impostos (DGI) desembarca. Vem para informar os moradores da escolha de sua Caracol, por parte do governo para instalar um parque industrial.

Com efeito, no dia 11 de janeiro de 2011, ou seja, um dia antes da comemoração do primeiro aniversário do terremoto, o governo haitiano havia assinado um acordo com a Secretária do Estado norte-americana, Hillary Clinton, junto a representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a companhia de têxtil coreana, Sae-A Trading, em virtude do qual os 366 lares de agricultores que trabalhavam 250 hectares de terras das mais férteis do município precisavam ser expropriados para deixarem o lugar à construção de uma zona dita industrial. Já, nesta altura, é preciso destacar que, no plano apresentado pelo governo como sendo o *Plan d'aménagement du Nord/Nord-Est: Couloir Cap-Ouanaminthe/Plano de Ordenamento do Norte/Nordeste: Corredor Cap-Ouanaminthe* (2012), um dos desafios pretende “Modernizar a agricultura”. E um dos objetivos para dar suporte a este plano consiste em “liberar a mão-de-obra necessária ao desenvolvimento da indústria em planície” (CIAT, 2012, p. 17). Ao ler essa frase, não há como não parar um pouco para pensar no autor d’O Capital, Karl Marx. Para que os donos dessa indústria em planície encontrassem livre no Haiti essa força de trabalho (chamada de mão de obra), precisa-se, pois, liberá-la especificamente no segundo sentido, ou seja, liberá-la de todo e qualquer outro tipo de posseção – o camponês sendo já pessoa juridicamente livre – para que se encontre na necessidade de vender a sua força de trabalho a título de mercadoria:

energético, 39% dos haitianos têm acesso à eletricidade. 4) acesso à comunicação: antenas e quiosques Digicel e Natcom instalados em todas as aldeias”.

Para a transformação do dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro tem de encontrar o *trabalhador livre* no mercado das mercadorias, *livre* no duplo sentido de que ele, como pessoa livre, dispõe da sua força de trabalho como mercadoria sua e de que, por outro lado, não tem outras mercadorias para vender, está isento e disponível, livre de todas as coisas precisas para a realização da sua força de trabalho. (MARX, 1985, p. 131. Grifos do autor)

Ao colocar no papel, em documento oficial, seu objetivo de “liberar a mão de obra necessária ao desenvolvimento da indústria em planície”, o atual governo do Haiti poupa tanto à geração atual quanto às futuras o esforço de debruçarem-se sobre o porquê desses trabalhadores estarem colocando em circulação no mercado das mercadorias a sua força de trabalho⁶⁸. Sendo que, é claro:

(...). A Natureza não produz, por um lado, possuidores de dinheiro ou de mercadorias e, por outro, meros possuidores de forças de trabalho próprias. Esta relação não tem nenhum fundamento natural, nem é sequer uma relação social comum a todos os períodos da história. É manifestamente ela mesma o resultado de um desenvolvimento histórico precedente, o produto de muitas revoluções econômicas, do declínio de toda uma série de formas antigas da produção social. (IBID, p. 132).

Resumindo: o Haiti está caminhando um pouco mais rápido na sua passagem de uma formação pré-capitalista para uma capitalista. Não porque não era já capitalista. É que o capitalismo vigente no Haiti até agora não se incomodava em deixar intactos outros modos de produção pré-capitalistas numericamente majoritários, contentando-se de subsumi-los às leis capitalistas do mercado⁶⁹. Dado que “em todas as formas de sociedade se encontra uma produção determinada, superior a todas as demais, e cuja situação aponta sua posição e sua influência sobre as outras” (MARX, 2007, p. 246),

⁶⁸ “Todo modo de produção, do ponto de vista de sua emergência, significa sempre a passagem do natural para o histórico, portanto, a separação entre natureza e história ou a negação da natureza pelo processo de trabalho. No entanto, Marx observa que nas formas que denomina de pré-capitalistas a natureza é o pressuposto – a ligação do corpo dos homens com a terra como seu ‘corpo inorgânico’ –, enquanto no caso do capitalismo o pressuposto é inteiramente histórico – o trabalho livre e a separação entre o trabalhador e os meios de produção. (...), a forma capitalista ou o modo de produção capitalista é o único histórico de ponta a ponta, nele não sobrando nada que seja natural. Eis porque nele a ideologia tem uma força imensa, pois sua função é introduzir o natural na história, naturalizar o que é histórico.”(CHAUI, 2007, p. 146).

⁶⁹ Jean Anil Louis-Juste, em relação ao Haiti, conceitualiza isso pelo nome de servo-capitalismo. Isto é, um capitalismo acomodado no seu papel servil ao capital estrangeiro do qual depende e acomodado também na exploração e subsunção da pequena produção camponesa da qual igualmente depende. Daí a relação de dupla dependência do servo-capitalismo haitiano.

doravante, o capitalismo do Haiti propõe-se a recorrer mais uma vez a sua antiga estratégia de liberação da mão de obra: expropriação e expulsão de camponeses para plantar concreto. É esse a estratégia encontrada pelo Estado haitiano para dar mais alguns passos gigantes nos trilhos do capital. E foram pelo menos 366 famílias camponesas expulsas em Caracol, município de apenas um pouco mais de sete mil habitantes. Parafraseando Gramsci (op. cit., p. 266), uma parte do velho campesinato está sendo impiedosamente eliminado do mundo do trabalho agrícola ou talvez do mundo *tout court*. Na melhor das hipóteses, esses camponeses serão transformados em operários industriais ou em migrantes. De toda maneira, são doravante mão-de-obra liberada.

Durante uma ronda de conversas improvisada no dia 23 de julho de 2013, por ocasião da nossa pesquisa de campo, um dos expropriados/expulsos, considerado líder natural pelos seus pares, para qualificar a correlação de forças que ocorreu durante o processo de expulsão dos camponeses em Caracol, usa de uma máxima muito familiar aos haitianos, e integrados pelos *de baixo* como estratégia de sobrevivência na luta de classes no Haiti: “*porta de madeira não luta contra porta de ferro*”. Uma maneira simples de deixar claro que os camponeses, mesmo que quisessem, não tinham como impedir o ocorrido. No entanto, as autoridades locais de 2011 (assim como são chamados no Haiti os prefeitos e *conselheiros municipais*) não se limitaram em apenas assistir o espetáculo. A entrevista individual e separada com dois dos agentes nomeados em outubro de 2012 que dirigem por ínterim a prefeitura (La Mairie), e com um dos conselheiros municipais com o qual havíamos também conversado, mostra que essas autoridades só viram, de repente, um grupo de pessoas medindo a vasta superfície de 250 hectares de terras. Nesta altura, os prefeitos da época tentaram impedir o processo de ocorrer. Foi somente neste momento que foram informados do acordo de 11 de janeiro. Contudo, a delegação composta por representantes do gabinete do Primeiro-Ministro e do Ministério Economia e Finanças (Ministério da Fazenda) não teve muita dificuldade em convencê-los expondo as pressões sofridas pelo governo para que a zona franca seja estabelecida em Caracol. A escolha do local foi motivada por ser atravessado por dois rios – o que é imprescindível às empresas de produção de têxtil e de tintas presentes no PIC.

No entanto, uma confissão de um dos três agentes municipais interinos no decorrer da entrevista deixou claro que não sabiam nada da natureza de uma zona franca industrial de exportação. Na véspera dos dias 7 e 8 de julho de 2013, dias da comemoração do aniversário de Caracol, as autoridades locais foram ao PIC solicitar ajuda financeira. Primeiro obstáculo: não puderam atravessar a entrada sem autorização expressa. Já era uma surpresa bastante considerável para um agente municipal que, até aquele momento, se imaginava ser a autoridade máxima no município que administra. Uma vez obtida aquela autorização, eles conseguiram uma audiência com os gerentes das empresas do PIC, os quais responderam positivamente à demanda, oferecendo, além de dinheiro em cheque, um pacote de 2000 camisas para serem distribuídas durante as festividades. Quão enorme não foi a surpresa das autoridades de Caracol quando, ao chegarem à portaria do PIC, foram informadas de que não podiam sair com as camisas sem autorização da Direção Geral das Alfândegas e do Ministério do Comércio! Foi neste momento, como confessou-nos o dirigente, que se deram conta de que “*O PIC está localizado em Caracol, no entanto, não faz parte do Haiti*”. Não foi-lhes fácil engolir que o mesmo produto fabricado no Parque Industrial de Caracol e que tem entrada franca, isenta de qualquer taxa no mercado norte-americano, não pode entrar livremente em Caracol, embora sob forma de doação. O glossário dos *Termos aduaneiros internacionais* da Organização Mundial das Alfândegas define claramente uma zona franca como sendo “parte do território de um Estado no qual as mercadorias que entram são geralmente consideradas como não pertencentes ao território aduaneiro em termos de impostos e taxas sobre as importações e não sujeitas ao controle aduaneiro comum”⁷⁰.

⁷⁰A literatura especializada no assunto define a zona franca desse modo: “Uma zona franca é um enclave no território aduaneiro nacional, geralmente situado perto de um porto e um aeroporto internacional, e no qual entram sem formalidades aduaneiras, bens de capital, componentes e materiais estrangeiros. Estes produtos importados são processados na área e, em seguida, exportados para outro lugar, sem a intervenção das autoridades aduaneiras dos países de acolhimento” (UNCTAD, 1975). Essa definição deixa no vazio a natureza do processador das operações listadas. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) propõe outra definição que realça o lugar das zonas francas no mercado globalizado: “Zonas industriais com incentivos especiais, criados para atrair investidores estrangeiros, nas quais materiais importados sofrem algum grau de processamento antes de serem exportados ou reexportados” (OIT, 2002).

De acordo com observação de Gender Action (2013, p.2), três tipos de zonas econômicas coexistem no Haiti: o Parque Industrial Metropolitano (PIM) em Porto Príncipe, propriedade do próprio Estado e administrado pela entidade autônoma pública, Sociedade Nacional dos Parques Industriais (SONAPI); os parques industriais privados como o SHODECOSA, em Porto Príncipe; a zona franca de Ouanaminthe que pertence à

Pois bem, voltando à imposição do PIC aos habitantes de Caracol, a verdade é cruamente dita pelo nosso conselheiro municipal: “Os integrantes da delegação deram a prova de que estão acima das autoridades locais e que nada, nem ninguém, pode impedi-los de cumprir suas tarefas”. Diante da constatação da real correlação de forças, as referidas autoridades locais não demoraram a subir no último vagão do trem, passando assim para o lado certo. Os atores se transmitem as testemunhas, se revezam no espetáculo: a partir daí, são os prefeitos que convocam os moradores para exporem os benefícios de se desfrutar de uma zona franca na região. E não é sem orgulho que, durante a entrevista, nos contam a ordem comunicada aos camponeses de se organizarem em associação.

Entre as decisões impostas através desta reunião, duas valem a pena ser ressaltadas: 1- as 366 famílias de camponeses e camponesas expropriadas/expulsas de suas propriedades seriam realocadas; 2- ser-lhes-ia destinada uma indenização anual, todo mês de outubro até que a realocação fosse efetivada. Esses dois pontos já são por si só bastante problemáticos. De acordo com os integrantes da nossa ronda de conversas, nunca houve por parte das autoridades estatais nenhum tipo de medição das parcelas específicas do lote. De tal modo que, mesmo sendo de conhecimento de todos que a superfície das terras nas quais o PIC está estabelecido totaliza em torno de 250 hectares, praticamente ninguém sabe dizer, com precisão, o tamanho da parcela de cada uma das famílias expropriadas. Logo, complica-se tecnicamente a aplicação de qualquer indenização justa. Neste sentido, os expropriados com quem havíamos conversado nos arredores da casa do conselheiro municipal acima referido, no dia 23 de julho de 2013, não economizaram palavras para denunciar o prejuízo e a injustiça deste fato.

Outra complicação que diz respeito ao processo de indenização refere-se a sua burocratização. De acordo com o mesmo grupo de expropriados, foi-lhes informado de que serão indenizados à altura de 83 000 gurdes⁷¹ por hectare. E a operação foi anunciada como devendo ser realizada por meio dos bancos. Ao falarem disto, os integrantes da ronda

Companhia de Desenvolvimento Industrial (CODEVI), filial do Grupo M, uma corporação de têxtil da República Dominicana, criada em 1986. O Parque Industrial de Caracol (PIC) é precisamente descrito como uma Zona Econômica Integrada desde que foram iniciadas as atividades da Peintures Caraïbes, companhia cuja produção é orientada ao mercado doméstico.

⁷¹De acordo com informações dos entrevistados, a BID prometeu o dinheiro em dólar, mas os camponeses foram enganados pelo tradutor, já que eles não falam inglês.

de conversas não esconderam que, se fosse realmente assim, estariam forçados a escalar uma verdadeira montanha. É de conhecimento de todos no Haiti que não são poucos os haitianos que nascem, vivem e morrem sem nunca terem sequer um documento de identidade. O próprio sistema das Nações Unidas que hoje é a entidade máxima no país afirma: “Com o nascimento de numerosos haitianos não registrados, a existência de um número desconhecido de cidadãos haitianos não é reconhecida pelo Estado. [...] O Estado haitiano admite que 18% das crianças não estão registrados no Estado civil” (UN, 2013, p. 10). E sabemos que, quanto mais elevada for a faixa etária maior a proporção de haitianos sem nenhum certidão de nascimento. Igualmente, sabemos de que essa proporção é ainda maior nos lugares mais afastados do muito concentrado e centralizado centro administrativo conhecido como “La République de Port-au-Prince⁷²”. Trata-se de uma prática anti-instituição, ou melhor dizendo, uma prática institucionalmente antipopular que revela um caráter das instituições, longe do que seria uma entidade destinada a fornecer serviços, e que ao contrário, dificulta aos cidadãos o acesso a esses serviços. Isso explica porquê o haitiano comum atravessa as portas das instituições burocráticas em busca de serviço, sejam públicas ou privadas, somente quando for a última opção que lhe resta. Não por acaso que todas as instituições públicas haitianas destinadas a serviços de disponibilização de documentos legais (Direction Général des Impôts, Département de la circulation/Polícia Rodoviária, Departamento de Imigração – equivalente da Polícia federal daqui –, Arquivos nacionais) funcionam à base de redes paralelas de propina. De tal modo que, receber a sua indenização por meios dos bancos – instituições que nunca frequentou antes – não é nada fácil para um camponês haitiano.

No entanto, há outro ponto ainda mais árduo a nosso ver. Diante de casos como o de um agricultor que foi expulso de sua terra repentinamente, mas que aguarda, há

⁷² A capital do Haiti é ironicamente chamada de “République de Port-au-Prince” como uma forma de denunciar a centralização e concentração em Porto Príncipe, não apenas da administração do país, mas também de (quase) tudo o que representa o sinal de “progresso social”, de todas as instituições consideradas indícios de modernidade. Por exemplo, qualquer cidadão para tirar um passaporte é obrigado a viajar até Porto Príncipe. A Universidade pública tem onze campi, todos na capital; em algumas outras cidades existem apenas umas faculdades de Direito que acabaram sendo anexadas à Universidade do Estado. Isso vale para qualquer outro tipo de instituições. É compreensível que o apelido de *République de Port-au-Prince* seja no fundo, uma denúncia e um protesto contra este estado de fato. A centralização e concentração em Porto Príncipe são tamanhas que o resto do país – o interior – se chama “pays-en-dehors”/país exterior, país por fora. Esta parte, pois, é literalmente excluído em todos os sentidos.

três anos, uma indenização que o Estado se propõe a lhe fornecer, é preciso se perguntar em que consistirá a indenização em questão. Um agricultor camponês (sobre)vive da lavoura de suas terras. De modo que não é nada exagerado afirmar que, para este agricultor, três anos sem poder lavrar suas terras representam uma condenação à morte. De modo que, uma indenização que se faz esperar todo esse tempo deverá antes de tudo levar em consideração a produção perdida (as colheitas) além do fator terra propriamente dito. De acordo com o grupo de expulsos entrevistados, a promessa inicial era esta: até que as novas terras sejam concedidas, a cada mês de outubro, todo lavrador expropriado receberá um determinado valor para compensar as colheitas perdidas. Aos idosos (acima de 65 anos) foi prometida uma aposentadoria. Contudo, uma vez a expropriação completada e o PIC construído, os camponeses expulsos foram informados de que doravante receberiam uma indenização apenas por suas terras. Mesmo assim, a concretização dessa segunda promessa revisada e rebaixada não parece ser um ponto relevante nas agendas das autoridades estatais.

Outro ponto problemático tem a ver com a realocação anunciada. Os expropriados se mostraram bastante incomodados com a ideia de desalojar outros camponeses para fincar os expulsos do PIC no seu lugar. A ideia testada pelas autoridades estatais era esta: dado que o Estado possuía bastantes terras na região “ilegalmente” ocupadas por outros camponeses, apenas escolheria um desses lugares ilegalmente ocupado, expulsaria os ocupantes e realocaria os expropriados do PIC. É claro que uma medida como esta provocaria mais problemas do que resolveria. A história do Haiti é permeada de suficientes lutas sangrentas envolvendo problemas agrários para dissuadir da aplicação de uma solução desta que, obviamente, teria pouquíssima viabilidade.

Em relação à expropriação e realocação de camponeses, tem chamado a nossa atenção uma nota pública de várias organizações de mulheres, jovens, organizações sócio-profissionais, sindicais das regiões do norte e nordeste do país denunciando, por ocasião da celebração do dia da agricultura e do trabalho, em 1º de maio 2013, o “roubo organizado de terras camponesas nas mais elevadas esferas estatais”. A nota informa:

Observamos que o governo de Martelly-Lamothe tem lançado uma vasta operação de invasão de terras de camponeses onde latifundiários, empreiteiras e multinacionais percorram municípios como Ouanaminthe,

Caracol, Ferrier, Sainte-Suzane, Caris, Borgne, Vaudreuil, Mont-organisé, Mombin-Crochu selecionando terras camponesas que pretendem destinar   implantação de zonas francas, cultivo de jatrofa, mineração de ouro, irídio, níquel, cobre, carbonato bem como outras terras destinadas como reserva para eventuais futuros projetos vindos do mundo todo.

No específico caso do município de Ferrier, chamou-nos a atenção outra nota, desta vez do Ministério de Economia e Finanças (Ministério da Fazenda), distribuída por correio eletr nico⁷³ na data de 26 de novembro de 2013. Trata-se de “um projeto econômico e social” denominado: *Projet Agrovillage Morne Casse*. Este projeto cujo nome apela para o desenvolvimento de uma aldeia agrícola (em Morne Casse), ambiciona a reinserção social de mais de 174 famílias vivendo e trabalhando neste local. Uma das primeiras informações relevantes é o histórico do projeto que remonta, não ao p s-terremoto 2010, mas a novembro de 2002, quando fora concedido o arrendamento de 46,44 hectares   Companhia de Desenvolvimento Industrial S.A (CODEVI⁷⁴). A segunda informação relevante encontra-se nos detalhes do caráter social do investimento estimado pelo MEF em 369 milhões de gurdes. Com efeito, pode-se ler:

- 1) Pagar indenizações aos agricultores trabalhando no local (o que foi feito entre 2002 e metade de 2004);
- 2) Pagar indenizações de expropriação aos proprietários dos terrenos (o que foi feito entre 2002 e metade de 2004);
- 3) Identificar outro local para alojar os deslocados da habitação Pitobert em Morne Casse;
- 4) Construir alojamentos para as famílias deslocadas;
- 5) Distribuir terras aos agricultores para que possam continuar suas atividades.

Observar-se-  que nos dois primeiros quesitos foi afirmado que a indenização já tinha se concretizado desde 2004. No entanto, mais de dez anos após a expropriação e expulsão das famílias, nenhum lugar foi destinado para alocá-las. De tal modo que poder-se-ia perguntar se não se trata de puro cinismo por parte dos dirigentes do

⁷³ No Haiti,   prática comum por parte de instituições tanto públicas estatais ou internacionais quanto de organismos privados procurarem propagandear suas atividades através de correios eletr nicos a pessoas consideradas “diretoras e diretores de opinião”. Apesar de não atuarmos mais como jornalista desde 2006, muitas instituições em Porto Príncipe guardam ainda nosso endereço eletrônico nas suas listas de contatos jornalísticos. Por isso, continuamos recebendo regularmente suas propagandas eletr nicas.

⁷⁴ A CODEVI administra a primeira zona franca estabelecida no Haiti neste início de século XXI.

MEF ao falarem simplesmente em “distribuir terras aos agricultores para que possam *continuar* suas atividades” depois de dez anos de expropriação. Um agricultor que, de repente, se encontra desapropriado de sua terra, deixa portanto de ser agricultor – se, neste intervalo, não deixa de ser *tout court*. A menos que o governo instalado em Porto Príncipe queira considerar esses agricultores expropriados como um *exército campesino de reserva*, ou ainda, como um *lumpen-campesinato*! No entanto, é no conteúdo do projeto que se encontram as informações mais relevantes:

- 0,5 hectare de terras para cada beneficiário (172) com possibilidade de cultivar seu próprio jardim doméstico⁷⁵;
- 100 casas, com espaço reservado para escolas, dispensário, igreja⁷⁶ e outros equipamentos coletivos;
- Criação de uma sociedade anônima entre os beneficiários a fim de produzir bananas orgânicas em 100 hectares;
- 150 hectares reservados para parque industrial;
- Espaços reservados para atividades de transformação de leite e criação de porcos;
- Cerca de 4.000 empregos potenciais.

Se fosse efetivada do modo que está descrita, tratar-se-ia de uma das ditas Zonas Econômicas Integradas. No entanto, essa nota do MEF nos permite recordar que os camponeses de Caracol não são os únicos, nem os primeiros, a serem expulsos de suas terras para implantação de empresas estrangeiras ou multinacionais, neste início de século XXI. No início da década de 2000, em Ouanaminthe, os camponeses passaram por um processo semelhante para possibilitar a implantação da CODEVI.

Feita essa digressão, é necessário prestar atenção a outro elemento fundamental ao nosso olhar: trata-se dos impactos do PIC na região. Por isso, talvez fosse melhor resumir brevemente os seus objetivos declarados.

Com efeito, em 22 de outubro de 2012, não foi sem suntuosidade e pompa que o PIC oficialmente foi inaugurado num país oficialmente aberto ao negócio: “*Haiti is open for business*” é o lema principal do atual governo. E seus doadores que concebem ou

⁷⁵ A ideia de um beneficiário possibilitado de cultivar seu próprio jardim familiar lembra muito outra realidade mais antiga: a dos Places-à-vivres, roçados concedidos pelos mestres de escravos a seus escravizados durante a colonização do Haiti no século XVIII.

⁷⁶ Escolas no plural; igreja no singular: será que o Estado haitiano está se tornando abertamente confessional?

endossam sua política econômica – afinal o governo pós-terremoto foi imposto para isto – projetam o PIC como “*the biggest investment package ever implemented in Haiti* /O maior pacote de investimentos jamais implementado no Haiti”. Como relembra Gender Action (2013, p.6):

De fato, o PIC é visto tanto por haitianos quanto por não haitianos como uma espécie de Phoenix renascendo das cinzas, uma chance de finalmente acabar com “a eterna árdua batalha do Haiti para compartilhar uma narrativa diferente e factual [para além da pobreza e fracasso]: uma chance de capitalizar em cima da oportunidade inexplorada”.

As presenças notáveis naquele dia 22 de outubro de 2012 não deixaram dúvida sobre a importância do PIC para seus promotores. Além do próprio presidente haitiano e do seu primeiro ministro, compareceram também em Caracol o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIB), o diplomata e empresário colombiano Luis Alberto Moreno, a Secretária do Estado norte-americana Hilary Clinton e o próprio Bill Clinton na função de enviado especial do Secretário geral da ONU. Isso nos leva a pensar que, não fosse o politicamente correto vigente de hoje em dia, a República do Haiti, que tem muita mais a cara de uma Sociedade Anônima do que de uma República, já teria mudado de nome para *Clinton-ville* ou *Clinton City*. Aliás, seria mero acaso que um intelectual da envergadura de Lyonel Trouillot se arrisca por sua vez, a falar de “*Consórcio político-econômico multinacional que dirige o Haiti*”⁷⁷? Trata-se exatamente desse consórcio político-econômico multinacional, que Louis-Juste chamou de Internacional Comunitária, e cujo modo de regular a precariedade no Haiti, nós chamamos aqui pelo nome de *taylorismo epiperiférico tardio em pleno neoliberalismo*.

Nos seus *Escritos Latinoamericanos*, durante a sua estadia no México, León Trotsky (2007, p.177) havia apontado para o fato de que “os países coloniais e semicoloniais não estão sob o domínio de um capitalismo nativo senão do imperialismo estrangeiro”. No Haiti de hoje, este domínio do capital estrangeiro já superou um simples

⁷⁷ Lyonel TROUILLOT, « L'Exécutif paiera cette folie de la formation, en violation de tout, d'un prétendu Conseil Electoral Permanent », 19 août 2012. Disponível em : <http://radiokiskeya.com/spip.php?article9062>. Acesso em 09 de fev de 2014.

papel principal para beirar o monopólio. De acordo com dados levantados e apresentados por Gender Action, até agosto de 2013, quase 425 milhões de dólares foram destinados na implementação do PIC, além dos 250 hectares de terra. A USAID e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) são os principais investidores. Deve-se portando dar crédito à expectativa de que, com tudo isso:

O PIC será o maior empregador privado e maior investidor privado estrangeiro no Haiti quando em seu pleno funcionamento (USAID 2011c: 8). Com o gigante do têxtil coreano Sae-A como âncora, espera-se a criação no PIC de 65.000 postos de trabalho até 2020, dos quais 20.000 são esperados no S & H Global (subsidiária do Sae-A no Haiti). O PIC quase duplicaria o número atual de empregos de vestuário no Haiti (Gender Action, op. cit., p.1).

No entanto, não podemos deixar de ressaltar que essa expectativa de 65.000 empregos projetados pelo governo – 75.000 pelo BID – se parece muito com um tipo-ideal, pois baseia-se em uma “estimativa do número médio de metros quadrados por operário observado à luz de instalações de produção através do mundo. Este cálculo simples implica que todo o espaço disponível nas fábricas do PIC seria preenchido e que os ocupantes seriam todos dos mesmos tipos de indústrias” (GAO, 2013, p.12). Notar-se-á, portanto, que essa propaganda de criação massiva de empregos não se baseia em nenhum compromisso por parte das empresas em criarem empregos no PIC. Ou seja, não passa de “compra de gato já empacotado dentro de sacola tampada”, ou seja, de aventuras demasiado arriscadas para as quais não se sabe se vale a pena. Além do mais, de acordo como o Memorando de Entendimento entre a Sae-A e o governo haitiano, em setembro de 2010, “a continuação dos investimentos da Sae-A está condicionada a fatores como ‘ a existência de infraestrutura adequada, de forças de trabalho, de políticas de trabalho, de acesso favorável aos mercados de exportação, de acesso a financiamento necessário’” (GoH, 2010 apud Gender Action, 2013, fn 47). Entende-se, então, por que o governo escolheu expropriar centenas de famílias de camponeses para transformar suas terras férteis em fábricas, enquanto não tão longe do local, existem vastas expansões de terras vazias e não cultivadas, como na Plantation Dauphin, em Madras: precisa-se disponibilizar forças de trabalho em grande quantidade e aposta-se na transformação do camponês em operário. Mesmo assim,

nos gigantescos painéis vistosos que permeiam toda a estrada do corredor “Cap-Haitien/Ouanaminthe”, o Parque Industrial de Caracol é propagandeado como devendo ser o motor de desenvolvimento da grande região do norte. “*Development Engine For the North*”: a legenda está em grande pompa em três idiomas nos painéis gigantes que se sucedem ao longo da rodovia nacional #6, uma maneira de não deixar ninguém de fora⁷⁸. Outra legenda que talvez compete com essa está escrita somente em inglês: “The North is OPEN for business” (grifado nos painéis).

Desde, a aprovação em agosto de 2009, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) do projeto *HA-T1074: Development of the Industrial Park Model to Improve Trade Opportunities for Haiti*, o objetivo principal já estava claro:

Examinar a viabilidade do modelo de parque industrial a fim de melhorar oportunidades de negócio para a indústria do vestuário. A cooperação técnica mapeará lugares, analisará iniciativas existentes e elaborará planos preliminares de negócio para o novo parque industrial, onde a indústria do vestuário, assim como outras indústrias poderiam ser instaladas no Haiti, tornando-se pólos de atração para investimentos tanto privados como públicos, aumentando as exportações e o número de empregos, e assim tirando plena vantagem das cláusulas da HOPE II. (IDB, 2009, p. 2).

Como destaca Gender Action (op. cit., p. 4), as instituições financeiras internacionais – as (IFIs) *International Finance Institutions* – alardeiam a grande esperança das classes dominantes haitianas e de seus governantes no processamento de exportação. Por exemplo, “o Documento de Estratégia de Redução da Pobreza encomendado para o Haiti em 2007 pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), e com o qual todos os países devem se conformar enquanto condição para receber empréstimos das IFIs, identificou a indústria têxtil como um sector prioritário ‘altamente promissor’”. Mais significativo ainda, esse rodapé #17 de Gender Action revela que “para aproveitar ao máximo a nova legislação, o governo haitiano contratou as empresas de lobbying norte-americanas Sorini e Samet & Associates para ajudar a Sociedade Nacional de Parques Industriais (SONAPI) a seduzir o Congresso dos EUA (IBIDEM.)”.

⁷⁸ Ao que tudo indica, parece que se produzem mais documentos em inglês sobre o Haiti desde 2010 do que em qualquer outro idioma.

De acordo com dados citados pela Gender Action (IBIDEM, p.5), dezoito espaços haviam sido avaliados pela Koios Associated, empresa contratada pelo BID para este fim. Dos dezoito, Caracol, Limonade e Fort-Liberté ficaram no topo. Dado que o local de Limonade tem uma drenagem fraca e Fort-Liberté está perto demais de Ouanaminthe onde já opera outra ZFI desde 2003, o de Caracol foi o escolhido. E, desde então, o PIC, construído num terreno banhado pelos dois rios do município, constitui o elemento central do plano de desenvolvimento do Haiti para a região do norte, uma nova oportunidade para o Haiti que deveria permitir aos trabalhadores reinvestirem seus salários nas suas economias domésticas, do mesmo modo que forneceria às mulheres um emprego formal capaz de melhorar a vida de seus filhos.

Com esse panorama, para tirar um balanço do primeiro ano de funcionamento do PIC, os benefícios acima projetados podem fazer ofício de critérios.

Em todas as nossas entrevistas, quer com dirigentes da prefeitura de Caracol quer com o conselheiro municipal ou com os próprios agricultores expulsos das terras onde está implantado o PIC, impõe-se como total a unanimidade em apontar o acesso à eletricidade como o benefício mais visível do PIC para os moradores da localidade⁷⁹. As residências pagam uma taxa fixa de 150 gurdes mensais, mais 4,50 gurdes por quilowatt em consumo de até 30 quilowatt. Quanto aos estabelecimentos de negócios, o preço do quilowatt pode variar entre 11,80 e 13 gurdes, mais a taxa fixa de 150 gurdes⁸⁰. De

⁷⁹ O que, no olhar deles (ou de qualquer haitiano comum), não é pouca coisa, quando leva-se em consideração o fato de que o Haiti é um país onde existe instalação de eletricidade apenas nas cidades mais importantes e que, mesmo assim, a distribuição da eletricidade é assegurada por poucas horas diárias. Na própria região metropolitana de Porto Príncipe, não são raros os bairros recentemente edificadas onde não se instalou ainda nenhum equipamento público de eletricidade. Nesses últimos anos, destaca-se a nova prática por parte das pessoas economicamente mais capacitadas a instalarem nas suas casas seus próprios transformadores elétricos. Assim, não é de se estranhar que, por exemplo, em 10 casas alinhadas uma ao lado da outra, numa mesma rua de um quarteirão, destacar-se-iam 10 transformadores privados nos 10 quintais, enquanto bastaria apenas de um transformador público para alimentar todas as casas da rua.

Meu vizinho, médico, ressaltou que conhece uma clínica particular em Porto Príncipe onde atuam 20 médicos. Cada um desses médicos tem seu próprio gerador elétrico.

⁸⁰ O preço alto da energia elétrica sempre foi uma preocupação para o bom negócio no Haiti. Por exemplo, Paul Collier, no seu relatório de janeiro de 2009 (p. 13), advogou pela “derrogação da produção de eletricidade privada” como solução para os donos de zonas francas. Sua proposta diz o seguinte: “O fornecimento de eletricidade deve ser seguro e de baixo preço, o que não é o caso no momento. Está claro, portanto, que dever-se-á providenciar novas capacidades de produção. No entanto, o custo de produção do quilowatt é de cerca de 6 centavos de dólares no Leste asiático, enquanto no Haiti, de acordo com o programa previsto, será em torno de 18 centavos, custo sem dúvida demasiado alto. É uma situação na

qualquer forma, por ocasião de nossa estadia na região, em julho de 2013, foi possível verificar pessoalmente a instalação de medidores de eletricidade nas casas mais próximas ao PIC, pela primeira vez na história do município. E de fato, nem todas as localidades se beneficiaram deste impacto. Gender Action, que esteve pesquisando também na região, menciona outros bairros sem energia elétrica na circunvizinhança do PIC, o que teria motivado os residentes frustrados, apoiados pelo deputado do município e os agentes municipais interinos, a escreverem para a USAID em janeiro de 2013 perguntando até quando teriam que esperar, antes de usufruírem desse benefício. A resposta parece ter sido prometida para dezembro de 2013, de acordo com o relatório da Gender Action (p. 19).

O nosso conselheiro também salienta que, desde a implantação do PIC, observa-se uma grande valorização do município. Não apenas pelo fato de que os olhos estão cada vez mais voltados a Caracol, mas porque o preço das terras está indo valorizando-se desde então. Aqui não podemos deixar de destacar o antagonismo entre a aparente veleidade mostrada por este nosso conselheiro municipal em defender os agricultores expropriados e seu próprio interesse como dono de terras. Pois, quanto maior sua alegria diante do aumento repentino do preço das superfícies agrícolas, tanto maior o desespero de um agricultor expropriado para quem a expectativa de ser realocado se reduz a cada vez mais como um potenciômetro de tristeza. Doravante, vai ficando-lhe cada dia mais difícil adquirir uma parcela. De sorte que, ao avaliar o encarecimento das terras desde a implementação do PIC como uma consequência positiva, o nosso entrevistado não fez senão revelar o seu posicionamento de classe.

A mesma observação vale para a nota positiva que ele confere ao aumento do preço do aluguel. Já que todas as pessoas que moravam no local onde foi erguido o PIC

qual se faz necessária a definição de um ponto de referência, a saber o patamar a partir do qual se situar para ser competitivo e não embarcar numa estratégia isolada de desenvolvimento do setor nacional de produção de eletricidade. As zonas francas necessitarão de um fornecimento de eletricidade seguro e barato. A solução será provavelmente uma central elétrica privada que funcionará com base em material de ocasião para manter os custos baixos. Essa estratégia permitiria sem dúvida diminuir os custos do kilowatt a cerca de 10 ou 12 centavos, o que seria provavelmente suficiente levando em conta as vantagens que aliás goza o Haiti”. Na base desta observação, Collier recomenda como prioridade: “Isentar as zonas francas das restrições à produção privada de eletricidade destinada à venda (com disposições temporárias que permitiriam aos produtores venderem fora das zonas francas até que a demanda interna esteja suficientemente desenvolvida); criar um quadro jurídico que permitiria aos vendedores e compradores de eletricidade terem confiança nas tarifas”.

e que perderam suas terras perderam também suas moradas. Todavia, a questão colocada aqui pode se revelar de primeira importância quando considerada a expectativa de criar 65.000 empregos no PIC. É certamente prevendo isso que a USAID criou o *Caracol-EKAM Development* onde são construídas 750 unidades habitacionais.

Durante a nossa estadia na região, tivemos a curiosidade de fazer uma visita ao EKAM, porém as tentativas foram vãs. Apenas alguns trabalhadores foram vistos e alguns guardas encontrados nos portões. Nenhuma pessoa encontrada no local tinha autoridade para permitir a entrada de estranhos. As casas não tinham moradores ainda. Nem sequer conseguimos atravessar a portaria. Na verdade, nossa curiosidade era aproveitar o calor do verão em pleno mês de julho para testar na pele a sensação térmica dessas casas construídas numa área deserta onde não há praticamente vegetação nem árvores. Do exterior, observa-se que cada uma dessas unidades habitacionais construída pela empresa de construção civil THOR (de Minnesota) está equipada de uma cisterna de água, o que permite adivinhar que elas também possuem água encanada. No entanto, para além do baixo padrão aparente dessas construções, o que nos chamou a atenção foi a sua grande proximidade com o campus universitário de Limonade recentemente erguido depois do terremoto. Quando fizemos a pergunta relacionada ao possível crescimento de favelas (bidonvilles) nos arredores do campus universitário, o dirigente com quem conversávamos preferiu se esquivar, argumentando que o EKAM encontra-se em outro município, por conseguinte, não se encontra na jurisdição de Limonade⁸¹.

De todo modo, não precisa ser perito em nenhum quesito para temer as possíveis consequências que o PIC acarretará para a região em médio prazo. Basta imaginar um município de 7.625 habitantes em 2013 com uma subida repentina para 70 000 habitantes em 2020, porém com a mesma falta de infraestrutura social básica de agora. Mais do que isso, as unidades habitacionais do Caracol-EKAM Development são oficialmente destinadas a “famílias afetadas pelo terremoto e [outras] famílias consideradas elegíveis”. Não está especificado praticamente nada no tocante aos trabalhadores do PIC. A menos que se parta do pressuposto de que qualquer família atingida pelo terremoto torne-se

⁸¹ O EKAM encontra-se apenas algumas centenas de metros na divisa do departamento norte com o nordeste, entre o município Limonade (norte) e Caracol (nordeste).

automaticamente uma família de potenciais operários para o PIC! Salvo se a noção de “famílias consideradas elegíveis” for uma referência implícita àquelas famílias que queiram se instalar na região para trabalhar no PIC. Até o presente momento, a informação conhecida a respeito dessas moradas avança o seguinte:

Em Caracol-EKAM, 74% das famílias beneficiárias selecionadas [terão] rendimentos mensais acima de 4.000 gurdes. As 26% restantes, com rendimentos mensais inferiores [serão] consideradas famílias economicamente vulneráveis. Embora não finalizado, a USAID afirmou que os pagamentos mensais das habitações serão projetados para serem acessíveis para todas as famílias, incluindo aquelas economicamente vulneráveis (GAO, rodapé 38).

Somente o tempo dirá! Destacamos apenas que o salário diário vigente no PIC – 200 gurdes – totaliza apenas 6.000 gurdes mensais, caso o operário for pago 30 dias por mês – o que nem sempre é o caso.

O outro benefício destacado pelo conselheiro municipal é justamente que muitos desempregados agora têm conseguido empregos. “Embora o salário seja irrisório, é melhor de que nada”, consola-se. Ao que tudo indica, a afirmação do nosso entrevistado não passa de retransmissão repetida do discurso dominante do “*better than nothing*”, ou seja, “*pito nou lèd nou la*”, máxima haitiana que pode ser traduzida por “o essencial é estar vivo, não importa em que condições”. Mas, para além desta postura resignada na patifaria (*dans la crasse*), alguns dados podem ser reveladores. Por exemplo, ao investir cerca de 425 milhões de dólares no PIC, projetava-se a geração de lucros anuais de 360 milhões de dólares (GAO, 2013, p.12). Mais do que isso:

Com o PIC em operação, através do pagamento feito aos trabalhadores em salário mínimo, devemos esperar um aumento de 72% de dinheiro privado e de dinheiro disponibilizado dentro do Corredor Norte (Norte e Nordeste)⁸². A mudança será drástica para toda a economia da região. Para cada dólar pago a um trabalhador, 73% será usado para o consumo básico (demanda por alimentos, moradia, roupas, escolas, saúde).

⁸² Northern Corridor: assim é chamado as regiões do norte e nordeste (Cabo Haitiano até Ouanaminthe), na nova nomenclatura econômica vigente no Haiti sob a ordem das IFIs. O PIC é definido como “um programa em conjunto do BID, do GoH e do US-GOV para estabelecer no Corredor do Norte uma infraestrutura de classe mundial para suportar a descentralização e o desenvolvimento econômico da região do Norte” (IBD, 2012, p.2).

Nesse sentido, se o PIC for bem sucedido, suas atividades proporcionarão um vibrante desenvolvimento econômico no Corredor Norte, e pode ser responsável, nos próximos 5 anos ou mais por mais de 50% do crescimento econômico [da região]. (IBD, 2012, p. 23).

Que o PIC tenha se aproximado ou já tenha conseguido gerar, ou até mesmo superar, o lucro anual de 360 milhões de dólares projetado é algo muito provável, que dificilmente teremos possibilidades de verificar. Contudo, que tenha estimulado o espetacular desenvolvimento econômico anunciado para os trabalhadores, não está visível em nenhuma parte no Corredor do Norte, não está comprovado por nenhum dado e é algo a qual ninguém parece dar fé. E é isso que traduz o sentimento resignado do *better than nothing*. E não podemos deixar de destacar que, ao arrancar de 366 famílias camponesas 250 hectares de terras férteis para construir fábricas têxteis e, agora, apostar no salário gerado nessas fábricas como meio para os camponeses transformados em operários conseguirem alimentos, cai por terra toda e qualquer propaganda em torno da promoção da agricultura do governo ou de seus parceiros da Internacional Comunitária. A realidade mostra que o essencial da política agrícola do atual governo de Porto Príncipe se resume à importação de alimentos. Enquanto o Haiti, três décadas atrás, era autossuficiente em produção de arroz, o qual tornou-se a base da alimentação do país, o atual governo premiou-se a si mesmo por ter diversificado suas fontes de abastecimento ao importar 48 toneladas de arroz “nota 10” do Vietnã⁸³ entre setembro de 2012 e agosto de 2013⁸⁴. Vale recordar que, desde o governo de François Duvalier (1957-1971), o Haiti tem sido incentivado a largar sua produção agrícola em prol do turismo e das indústrias manufatureiras. Esse incentivo nunca foi tão claro como hoje.

⁸³ Seria interessante indagar a relação de tudo isto com o fato de a empresa telefônica nacional – Teleco – ter sido vendida à empresa vietnamita Natcom.

⁸⁴ *Ayiti Kale Je/Haiti Grassroots Watch* cujo trabalho enfoca informar sobre a reconstrução no Haiti, estudou em outubro de 2013, dois programas de *combate à fome* financiados pela USAID: *Tikè Manje* (Vale alimentação) depois *Kore Lavni Nou* (sustentar nosso futuro), na Grand’Anse (sudoeste); e um programa alimentar da ONG World Vision em La Gonave (Oeste) e Savanette (Centro) destinado a mulheres grávidas e crianças. Ressalta-se da enquete de Ayiti Kale Je que esses programas chamados de *ajuda alimentar* a haitianos, na verdade, ajudam aos agricultores norte-americanos. Ver o dossiê *Derrière La faim en Haïti* (Atrás da fome no Haiti) onde são amplamente documentados “os efeitos deletérios da política dos Estados Unidos” sobre o Haiti neste quesito: <http://www.ayitikaleje.org/ayiti-kale-je-kreyl/2013/10/8/derriere-la-faim-en-haiti.html>. Acesso: 27 dez. 2013.

Deve-se destacar igualmente que a tônica na potencialidade das atividades do PIC para proporcionarem “um vibrante desenvolvimento econômico”, em Caracol e arredores, tem como ponto de partida o pressuposto da engenhosidade proverbial dos haitianos das classes populares – sobretudo as mulheres – a empenharem-se em pequenas atividades comerciais, atividades estas que se desenvolvem nas ruas de todas as cidades do país. Durante a nossa ronda de conversa informal (que, aliás, só tinha homens – mas não foi uma escolha nossa, é claro), os integrantes estavam unânimes em comunicar duas informações relevantes: 1- no PIC a grande maioria dos trabalhadores não são moradores de Caracol, informação confirmada nas duas entrevistas com os dirigentes da prefeitura. Até por que, em manifestação pública, moradores do município têm reivindicado sua integração como trabalhadores no PIC. 2- de acordo com nossos entrevistados, “os naturais de Caracol não trabalham no PIC. Apenas algumas mulheres têm conseguido empregos no PIC. Os homens quase nunca. Até para limpeza ou colheita de lixo... contrata-se trabalhadores oriundos de outros municípios”. A constatação deste fato os levou a afirmar: “O PIC é ao mesmo tempo um desenvolvimento⁸⁵ e uma derrota para Caracol”.

Importa aqui destacar que o PIC se implanta já criando seu exército de reserva ao assegurar-se da existência nos seus arredores de trabalhadores potenciais que cobiçam uma vaga. Sabe-se perfeitamente o papel dissuasivo deste exército de reserva na hora dos trabalhadores exigirem qualquer melhoria nas condições de trabalho. Isso não faz senão que fortalecer ainda mais a condição de precariado do conjunto da classe trabalhadora haitiana.

Outro aspecto da aposta parte de outro pressuposto, aquele da reconhecida preferência da indústria do vestuário pela força de trabalho feminino. De acordo com Gender Action, instituição atenta às realidades femininas no PIC, “autoridades do State Department têm assumido publicamente que as mulheres operárias do PIC [cerca de 90% do conjunto operário] beneficiariam de duas fontes de renda nas suas famílias, com os seus parceiros do sexo masculino sendo envolvidos principalmente no trabalho agrícola” (Ibid., fn. 56). Mais uma vez, ressalta-se aqui a aposta da Internacional Comunitária em combinar de modo desigual várias produções dentro da região norte haitiana, com o capital enquanto

⁸⁵ Sobre o papel do conceito de desenvolvimento no Haiti, ver item 4.2.

potência superior, ponto inicial e certamente ponto final. No entanto, de todos os trabalhadores entrevistados, apenas uma jovem assumiu ter conseguido economizar algo do seu salário, pois ela ainda mora na casa dos seus pais, e, por conseguinte, não paga aluguel. Fora esse caso singular, os 200 gurdes são apenas um pouquinho mais que o suficiente para sobreviver. “Melhor do que nada” foi a expressão que mais encontramos durante todas as nossas entrevistas.

Aliás, se em Porto Príncipe já funcionam outras empresas de vestuário que oferecem o mesmo salário mínimo do PIC, por que, porventura, o PIC proporcionaria um vibrante desenvolvimento econômico e aquelas fabricas de Porto Príncipe não? Por que a longa tradição de zonas francas vivenciada pelo país a partir dos anos 1960 não proporcionou tal desenvolvimento? Na verdade, a promoção do PIC como principal componente da reconstrução do Haiti, o qual *deveria* levar a dezenas de milhares de empregos nas fábricas, o que levaria a outros postos de trabalho para, enfim, revitalizar toda a economia da região do Norte não passa da consagração do conjunto da classe trabalhadora haitiana como precariado.

Nos dias de hoje, o precariado é tamanho que frente ao patrão, o trabalhador haitiano encontra-se desamparado de quase tudo. Se todos estão potencialmente sujeitos a trabalhos forçados, a discriminações racistas... as mulheres, no entanto, sofrem particularmente de brutalidades corporais e de assédios sexuais frequentes. Os gerentes de produção não faltam de imaginação na hora de encontrar incentivos para aumentar o ritmo de trabalho no PIC. Gratificações como jaquetas, coca-cola, creme dental etc., fazem parte dos incentivos “*light*” enquanto gritos e outros maus tratos são oferecidos aos que não conseguem acompanhar o ritmo desejado pelos gerentes. Como exemplo de violação de direitos humanos, um dos dirigentes da prefeitura nos contou o caso de uma trabalhadora no seu sétimo mês de gravidez que foi violentamente espancada por um supervisor guatemalteco da S&H Global. O guatemalteco espancou-a a tal ponto de ela entrar instantaneamente em trabalho de parto – o que resultou na morte do bebê. Apesar de o caso ser de conhecimento de todos, inclusive dos agentes municipais (autoridades civis maiores do local), nada foi feito até agora. Gender Action documenta um caso indicando que a trabalhadora havia sido levada para um hospital pela S & H global e recebeu tratamento

médico. Pelo menos um dos dois sindicatos de trabalhadores reconhecidos pelo S & H globais teria apelado pela demissão do supervisor, e o marido da trabalhadora teria iniciado processos judiciais contra o supervisor, de acordo com Gender Action (op. cit., p. 16). Porém não sabemos se trata-se do mesmo caso. No contrato de trabalho preparado pela própria S&H Global, a empresa reproduz no seu artigo 4 as obrigações do empregador encontradas no artigo 31 do Código Haitiano de Trabalho cujo alínea d) estipula que o empregador deve “tratar o trabalhador com respeito tomando cuidado para não infligir nenhum mau trato, tanto verbal quanto fisicamente”.

As conclusões de Gender Action (op. cit., p. 24-5) são tão inspiradas e verdadeiras que, com certeza, possuem uma objetividade e força de persuasão maior do que qualquer dedução parecida de um pesquisador haitiano. Por isso, preferimos citá-las:

Os doadores e investidores escolhem comprometer US\$ 424 milhões no PIC; havia outras opções para esses fundos. O governo do Haiti entrega os 250 hectares de solo agrícola produtivo para construir o PIC. O preço do PIC até o momento poderia pagar mais de três vezes o fosso entre os compromissos pós-terremoto dos doadores e as necessidades de financiamento não atendidas para a educação no Haiti. Poderia financiar quase totalmente os três primeiros anos do Plano Nacional haitiano para eliminar a cólera. US\$ 424 milhões são 1,7 vezes o montante prometido para o financiamento da agricultura haitiana desde o terremoto. O PIC foi uma escolha cara que tem trazido, até agora, poucos benefícios sociais positivos aos olhos daqueles em cujos interesses os financiadores do PIC afirmam agir. O PIC, como todo projeto de “desenvolvimento” financiado por doadores, deve em primeiro lugar e acima de tudo, beneficiar aos pobres haitianos e ao Haiti. Considerando quanto dinheiro foi gasto em apoio ao PIC, a justificativa de que os retornos do PIC para os haitianos são melhores do que nada não é suficientemente convincente.

Para compreender o quão justo é a conclusão de Gender Action, citaremos dados da própria ONU descrevendo a situação estrutural do Haiti.

Números-chave antes do terremoto

78% da população vivia em situação de pobreza (<2 USD por dia).

54% da população vivia em pobreza extrema (< US \$ 1 por dia).

A mais alta taxa de mortalidade entre as crianças menores de cinco anos na região foi de 78 óbitos por mil nascidos vivos.

A taxa de mortalidade materna foi de 630 mortes por 100.000 nascidos vivos, a taxa mais elevada da região.

47,7 % dos jovens estavam desempregados em nível nacional.

Apenas 58 % das crianças eram vacinadas contra o sarampo.

40% das famílias não tinham acesso fiável aos alimentos.

30% das crianças sofriam de desnutrição crônica.

58 % da população não tinham acesso à água potável.

Fonte: UN Integrated Strategic Framework for Haiti, 2010, p. 8.

Cabe ressaltar que esses dados sintetizados pela ONU em 2010 traduzem a realidade de um país oficialmente administrado pela própria ONU desde 2004. Três anos depois, em 2013, ainda atualizando o *UN Integrated Strategic Framework for Haiti*, a ONU confirma:

Além da situação política e humanitária, o Haiti está enfrentando deficiências estruturais persistentes. O Haiti é o país mais pobre do hemisfério ocidental e as desigualdades continuam sendo muito elevadas, com um coeficiente de Gini de 0,53. Mais de 75% dos haitianos ganham menos de EUA \$ 2 por dia, 70 % não têm um emprego estável, 85% das escolas e hospitais são privados e exigem custos muito mais elevados que a média dos haitianos pode pagar. Isso tem o efeito de privar de educação mais de 50 % das crianças. A grande maioria da população (70-80%) não tem acesso à energia elétrica e depende de carvão e lenha para cozinhar (...)Somente 26% dos partos são assistidos por um pessoal qualificado. (UN, 2013, p. 9).

Esses dados ajudam a entender que, longe de qualquer exagero, as conclusões de Gender Action apenas ressaltam o que teria sido feito se o Sistema das Nações Unidas no Haiti estivesse comprometido com o bem-estar da população pobre ao invés de sê-lo com o capital transnacional. O próprio *Plan d'Action* do governo identifica

quatro grandes áreas nas quais se concentraria a “reestruturação/reconstrução”: territorial, econômica, social e institucional. Se a construção do PIC pode se inserir na lógica cruzada da reestruturação territorial e econômica ao mesmo tempo, os pontos indicados por Gender Action teria contribuído significativamente para a chamada reestruturação/reconstrução social que preconiza

Priorizar, antes de tudo um sistema educativo garantindo o acesso à escola a todas as crianças, oferecendo educação profissional e universitária adequadas com a exigência de modernização da nossa economia, um sistema de saúde assegurando cobertura máxima sobre todo o território, uma proteção social para todos os assalariados e os mais vulneráveis. (PARDN, op. cit., p. 9).

Mas, tudo isto é sonhar acordado. A ONU em particular mostrou-se satisfeita com a sua atuação ao ter deixado cair algumas migalhas àqueles que raspam a vida na extrema miséria e precariedade. Enfim, a ONU até felicitou-se de que, “no auge da crise humanitária, 1.5 milhão de haitianos desalojados receberam abrigo, alimentação e cuidados. Boa parte deles tem acesso à água potável e latrinas pela primeira vez da sua vida”. (IBIDEM, p. 6). Isto quer dizer que, o possível já foi feito. A demonstração do que a ajuda ao desenvolvimento realiza concretamente não podia ser mais clara.

A Prefeitura de Caracol. Construção financiada pela USAID. Deve-se prestar atenção ao jogo das cores do US e AID que é ao mesmo tempo um jogo de palavras: US (Estados Unidos) e AID (Ajuda). Foto do pesquisador julho de 2013.



O Banco Interamericano de Desenvolvimento promovendo o desenvolvimento do Haiti através de Zonas francas. Foto do pesquisador julho de 2013.





Portaria da Zona Franca de Caracol. Foto do pesquisador julho de 2013.



GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE D'HAÏTI
MINISTÈRE DE L'ÉCONOMIE ET DES FINANCES

PROGRAMME D'INFRASTRUCTURES
ACCORD DE FINANCEMENT 2552/GR HA

RECEPTION ET EXÉCUTION DES TRAVAUX DES LOTS 1 ET 2 DE



Ficha técnica da primeira etapa do projeto. A empresa dominicana Ingeniaria Estrella é a responsável pela construção. Foto do pesquisador julho de 2013.



Na foto, em primeiro plano, o Primeiro Ministro Haitiano de capacete azul. “O norte é ABERTO aos negócios”. Foto do pesquisador julho de 2013.



Canteiro de obras dentro do PIC. Foto do pesquisador julho de 2013.





Visão panorâmica da parte do PIC já em funcionamento. Foto do pesquisador julho de 2013.



Ponte em cima de um dos dois rios de Caracol que atravessam o PIC. Foto do pesquisador julho de 2013.

Trabalhadores do PIC na hora do almoço. Foto do pesquisador julho de 2013.



Trabalhadores do PIC na hora do almoço. Foto do pesquisador julho de 2013.





Placa do projeto de moradia da USAID em Caracol. Foto do pesquisador julho de 2013.



Visão exterior das moradas. Foto do pesquisador julho de 2013.



O Presidente do Haiti (de camisa) e seu Primeiro Ministro conversando com o enviado especial da ONU Bill Clinton. Quem é o chefe?

Foto recuperada da página facebook do PM, em 2013.



Escola para crianças deficientes. Ajuda de Help For Haiti Project. Entre as crianças e essa escola, quem é o mais deficiente?

Foto recuperada de internet. Fonte desconhecida.



Haitianos solicitando visto na frente da embaixada do Brasil. Foto: Alix Laroche/hpn



2. AS RAÍSES HISTÓRICAS DO PRECARIADO HAITIANO

Neste capítulo procuraremos desvelar as raízes das relações internacionais no Haiti como uma tentativa de apontar para as condições pelas quais tem se operado o deslizamento do país na tamanha degradação e desumanização da vida das quais padece hoje. Neste capítulo, propomos argumentar que o desastre de 2010 respondeu à anomalia histórica impensável que representa o Haiti no âmbito do pensamento moderno/colonial/escravista ocidental: único exemplo na História de um povo escravizado que rompeu com as suas correntes e forçou pelas armas uma grande potência colonial/moderna (a França) a recuar. Indicaremos brevemente como a revolução haitiana foi silenciada até que o país se torne um verdadeiro chamado de emergência.

2.1 Das origens do subdesenvolvimento do Haiti

Em 1789, os dois terços do comércio exterior da França se faziam com sua colônia antilhana de São Domingos [Haiti], a qual representava o maior mercado de tráfico europeu de escravos. A maior colônia do mundo, orgulho da França e objeto de cobiça de todas as outras nações imperialistas, fazia parte integrante da vida econômica da época. Todo esse conjunto se sustentava no labor de meio-milhão de escravos. (JAMES, p. XVI).

Estamos, obviamente, muito longe do Haiti do século XXI cujo nome se impõe cada vez mais como um chamado de emergência. Única revolta de pessoas reduzidas em escravidão que se organizaram para desafiar as nações europeias mais poderosas da época, grandiosa epopeia da batalha e do sucesso revolucionários, o Haiti hoje passa a ser uma sociedade arruinada a tal ponto que sua situação tem sido usada como argumento de chantagem pelos imperialismos para justificar o estrangulamento dos povos autóctones e dissuadir o ardor de outros povos caribenhos a se libertarem. De Pérola das Antilhas, passa a ser considerado o país mais pobre do hemisfério ocidental. Por que e como tudo isso foi possível é o que vai nos preocupar no presente capítulo. Por isso nos parece imprescindível um mergulho ainda que rápido no passado, tendo em vista que, se a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado, a compreensão do caso haitiano é impossível sem o estudo de toda a sua evolução histórica (CASTOR, 1987, p. 9).

O ano 1492 é considerado uma encruzilhada na história da humanidade. É o ano do primeiro contato dos povos ameríndios com a civilização europeia ocidental a partir do qual foram postas as bases da acumulação primitiva do capital que possibilitou anos depois as revoluções burguesas na Europa. Parece-nos relevante destacar que, quando o navegador genovês, Cristóvão Colombo, financiado pela rainha e o rei da Espanha, e os banqueiros de Gênova, desembarcou na sua terra de conquista, logo essa passou a ser chamada convencionalmente de *Novo Mundo* – como se começasse a existir, de repente, tão somente com a invasão europeia. Este ano zero parecia marcar não só a história do dito Novo Mundo, mas também a de todo o planeta. Por exemplo, se hoje é unanimemente reconhecido o progresso científico como fator essencial para o desenvolvimento de um

determinado povo ou uma cultura, ou mesmo da humanidade, também se reconhece 1492 como o evento por excelência que levou à realização subsequente das revoluções científicas. Um texto pertinente editado pela Unesco em 1979, intitulado *La science et les facteurs de l'inégalité. Leçons du passé et espoirs de l'avenir*, e organizado pelo historiador francês Charles Morazé, trata do impacto das ciências modernas sobre o desenvolvimento. Nele é reconhecido sem nenhum equívoco a invasão das Américas por Colombo como sendo o ponto de partida. Isto é, na história humana ocidentalizada existe um antes e um depois de 1492. No entanto, falar de 1492 leva inevitavelmente a falar em “colonialismo e atividades de exploração” (Morazé, 1979, p. 21). Cremos que não há palavra melhor do que hecatombe para resumir a essência deste primeiro contato.

Com efeito, logo de sua chegada, Cristóvão Colombo e os espanhóis anexaram a ilha do Haiti, batizada por eles de *Hispaniola* (Pequena Espanha). Em uma operação chamada *repartimiento*, em nome do rei (Ferdinand) e da rainha (Isabel), sem se embrulharem em protocolos embaraçosos, eles distribuíram entre si, as terras e os habitantes (os índios) para nelas laborarem. Em um piscar de olhos, esses missionários já introduziram o catolicismo romano, o trabalho forçado em minas, o assassinato, o rapto, os cães policiais, as enfermidades estranhas e a fome artificial. Sobre esses benefícios da civilização moderna mais avançada na população indígena, existem vários dados. C. L. R. James (2003 [1938], p. 3) evoca uma redução de “1,3 milhão para 60 000 habitantes em 15 anos”. Etienne Charlier (2009 [1954], p. 30), citando as pesquisas de Charlevoix, observa que “em 1514, sobravam apenas 14 000 índios em Hispaniola”. De todo modo, todos os estudos efetuados sobre a população nativa só confirmam a generalidade da catástrofe demográfica que ali se registrou logo no início do século XVI. De acordo com Gláucio Ary Dillon Soares (1976, p. 20-1), baseando-se nos estudos de Cook e Borah:

Uma *contagem* feita em 1496, para um *repartimiento* chegou a um total de 1.130.000. Entretanto, há dúvida sobre se a contagem se referia à população total ou, como era usual, à população tributável de 14 anos e mais (que em geral, correspondia a 14 ou 15 % da população total). Ademais, não se sabe se a contagem cobria toda a Hispaniola, ou somente o território controlado pelos espanhóis. Em qualquer hipótese, a *débâcle* foi violenta, uma vez que duas contagens feitas em 1509 arrolam 33.528 e 40.000 índios, respectivamente, e outra, em 1510, produziu uma cifra de

46.000. Entre 1516 e 1520, houve várias estimativas e contagens, que oscilam entre 10 mil e 15-16 mil; muito menos, portanto, do que as estimativas de 1509-10 e tremendamente menos do que as estimativas da população pré-colombiana, mesmo das mais modestas. Esses dados indicam uma queda demográfica incrível em poucos anos. [...]. Em 1530, a população original já tinha sido virtualmente eliminada, restando cerca de 100 índios!

O peso deste legado nado glorioso parece obrigar os herdeiros a fabricarem umas propagandas para tentarem corrigir a tabela. Pois, há e sempre haverá pessoas envergonhadas pela conduta de seus ancestrais e que são capazes de proferir (e admitir) qualquer coisa para justificarem o seu orgulho nacional ou acalmarem a sua má consciência (JAMES, op. cit., p. 12). Por exemplo, enquanto um Las Casas tremia diante de tal hecatombe até por que foi pleitear junto à coroa espanhola a abolição da escravidão indígena, em 1776, as fábricas de propaganda já tinham reescrito a história e decidido que Colombo encontrou “nada mais do que um país inteiramente coberto de florestas, não cultivado e habitado por apenas algumas tribos selvagens nuas e miseráveis” (CHOMSKY).

Hegel (2006 [1831], p. 231) mais tarde decretou que “no Novo Mundo (...), o que aconteceu no tempo moderno, é que, embora o país atlântico tivesse tido uma civilização própria quando ele foi descoberto pelos europeus, esta civilização foi destruída logo depois desse primeiro contato: a submissão do país assinou sua perda”. No entanto, não é tanta culpa dos europeus, até porque “tratava-se de uma civilização completamente natural e que, portanto, devia desagregar-se no primeiro contato com o Espírito” (Ibid., p. 232). Por Espírito entende-se aqui, obviamente, a civilização europeia. E não havia alternativa, dado que “a inferioridade daqueles indivíduos em todos os aspectos, até pela altura, se mostra em tudo (...). Mesmo nos animais, encontra-se a mesma inferioridade vista nos homens” (Ibidem, p. 232-3). Dito de outra maneira, os povos nativos das Américas não sobreviveram, pois não mereciam viver! Seleção natural apenas!

Acredita o grande filósofo alemão, essa inferioridade dos autóctones americanos “tinha sido uma das principais razões para a importação de negros”⁸⁶ nas Américas: trouxeram-nos com efeito para explorar, nos labores, suas forças, devido à sua

⁸⁶ Sobre o conceito de “negros/negras”, ver o item 3.2, capítulo seguinte.

melhor aptidão a assimilarem a civilização europeia, quando comparados aos americanos” (Ibid., p. 234).

A busca pelo ouro e ganhos fáceis, únicos motivos dos europeus ávidos de se tornarem ricos o mais rápido possível, teve como consequência a dizimação de toda uma franja da raça humana em menos da metade de um século. A sofisticação dos meios de guerra modernos usados pelos espanhóis, europeus mais avançados daquela época, praticamente liquidou os indígenas. Até porque, desde 1499, já começou a ser observada a presença dos primeiros africanos escravizados no Ayiti (FOUCHARD, 1988, p. 365), pois já era necessário procurar outros braços para o trabalho escravo que a modernidade/colonialidade ali estabeleceu. Tornados negros logo de sua captura desde o continente africano, os cativos africanos⁸⁷ foram levados à América nos navios negreiros, no seio do comércio triangular (Europa-África-América). Chegaram ao Ayiti como braços de substituição dos chamados índios, outros negros vítimas do genocídio realizado pelos portadores da civilização ocidental moderna/colonial.

Depois de saquearem as riquezas, o império espanhol já em declínio não conseguiu assegurar por muito tempo a manutenção da colônia. Pelo Tratado de Ryswick, assinado em 1697, a ilha do Ayiti foi oficialmente fatiada em duas partes. Assim a Espanha ficará com a parte leste (hoje República Dominicana), enquanto cederá a oeste, (a atual República do Haiti) à França. De toda maneira, desde essa época, “São Domingos [o Haiti já] não era uma pátria, mas apenas uma terra de transito aonde se esperava permanecer somente o tempo suficiente para acumular uma fortuna rápida” (PEAN, 2000, p. 84).

À medida que as atividades de pirataria iam diminuindo em rendimento, as diferentes nacionalidades europeias estabelecidas em diversas partes da Ilha tiveram que se adaptar à realidade; por isso, elas começaram a praticar a caça e a agricultura. Assim, foi experimentado o cultivo do cacau, do índigo, do algodão, do café até adotar a cana-de-açúcar. C. L. R. James (op. cit., p. 9) ressalta que somente a extração do suco para produzir o açúcar bruto levava de três a quatro semanas, por meio de jornadas de trabalho de

⁸⁷ Aviso: esta tese não trabalha com a noção de *escravo* por considerar que nunca houve um só escravo sequer em São Domingos. No ângulo de visão desta tese, o que houve foram cativos africanos transformados em negros e escravos. Alguém escraviza outro alguém – isto é tira-lhe a liberdade mediante o uso da força e violência mais brutas.

dezesseis a dezoito horas diárias, durante sete a oito meses por ano. O trabalho começava antes do amanhecer e se prolongava até às onze da noite, quando a iluminação o permitia. Enquanto o *Code Noir* de Luís XIV (1685) teoricamente procurava proporcionar aos trabalhadores escravizados nessas condições, um mínimo de tratamento alimentar, James nos diz que a real ração concedida pelos senhores era tão pouca e tão irregularmente distribuída que muitas vezes os trabalhadores costumavam passar metade de uma semana sem se alimentarem. Num caso como esse, quando se soma todas as formas de torturas habituais, perfeitamente autenticadas pelas testemunhas da época e cujo relato pode ser encontrado em todos os historiadores do período, fica evidente que a população submetida a esse labor não tinha como se manter constante simplesmente pela reprodução. É assim que se entende o ritmo do tráfico negreiro na colônia de São Domingos.

De acordo com as estimativas de Moreau de Saint-Méry, em 1790, dois terços da população de São Domingos teriam nascidos na África (in CASIMIR, 2009, p.87). Basta saber que, em outra colônia das Antilhas como a ilha de Barbados, os cativos nascidos na África representavam 13% da população em 1788, número que caiu para 10% em 1800, para compreender a especificidade do tipo de colonialismo que ocorreu no Haiti. Por isso era necessário importar cada vez mais africanos para serem escravos em São Domingos. De acordo com os dados de C.L. R. James (p. 49),

Nunca fora visto um período comparativamente tão deslumbrante quanto os últimos anos de São Domingos antes da Revolução. Entre 1783 e 1789 a produção havia duplicado. Entre 1764 e 1771 a média das importações de escravos oscila entre 10 000 e 15 000 por ano. Em 1786, importou-se 27 000, e a partir de 1787 a colônia absorvia mais de 40 000 cada ano.

O tráfico negreiro prosperava e de acordo com um censo realizado em 1789, foram tabelados cerca de 500 000 cativos escravizados, produzindo açúcar, café, algodão e índigo. Esse meio-milhão de cativos escravizados, com 30 000 brancos e 27 000 alforriados, além da agricultura de víveres para o consumo quotidiano dos habitantes, mantinha 793 engenhos de açúcar, 3117 de café, 789 de algodão, 3115 de índigo, 54 de cacau, 182 cachaça, 370 fornos de cal etc. Esses produtos alimentavam províncias como Bordeaux, Nantes, Marseille, Havre, La Rochelle, Dunkerque, Saint Malo etc. cujos 1500

navios ancoravam regularmente nos portos de São Domingos. Assim, em 1789, São Domingos produzia 180 milhões de libras de mercadoria, muito mais que todas as colônias inglesas e espanholas das Antilhas, as quais, juntas, produziam por 117 milhões de libras (PEAN, 2000, p. 83).

Esses dados indicam claramente até que ponto, se durante o século XVIII a burguesia francesa era a força econômica da França, o alicerce da riqueza e do poder desta burguesia era nada menos que o tráfico negreiro. O que permite dizer que este tráfico foi a base econômica da própria Revolução francesa. Destaca Jaurès (apud JAMES, p. 42): “Por uma triste ironia da história da humanidade, as fortunas nascidas em Bordeaux e Nantes do tráfico negreiro, deram à burguesia esse orgulho que exigia a liberdade e contribuía à emancipação humana”.

Destarte, evidencia-se que quando o Haiti recebeu o nome de “Pérola das Antilhas”, não se tratava de fruto de uma imaginação literária prolífica. Esses louros, o Haiti os conquistou em reconhecimento do volume excepcional de riquezas que a França havia extraído ali. No texto *Les racines du sous-développement en Haïti*, Benoit Joachim resume as primeiras consequências dessa veia aberta da seguinte maneira:

Enquanto a exploração da terra e dos homens na colônia de São Domingos [atual República do Haiti] havia contribuído a enriquecer a burguesia francesa e acelerado o desenvolvimento do capitalismo na metrópole, em contrapartida o povo que sucedeu aos escravos cujo trabalho pesado havia permitido essa acumulação do capital na metrópole herdou apenas de solos desgastados, superfícies em grande parte carbonizadas, escombros por fim (Joachim, 1979, p. 87).

De acordo com dados de James (Ibid., p.43), no meio do século XVIII, somente as manufaturas de Bordeaux refinavam 10 000 toneladas de açúcar por ano, utilizando por isso cerca de 4 000 toneladas de carvão de madeira. A fraqueza do meio ambiente haitiano não é portanto, simples acaso nem maldição sobrenatural!

Como a história permite observar, porém, longe de ser garantia de estabilidade social, às vezes é a própria prosperidade econômica que cria as condições necessárias para que mudanças profundas pudessem ocorrer. Contra esse regime de colonização e de escravidão estabelecido em São Domingos, os negros e as negras

intratáveis cuja maioria nem nascem na colônia vão se rebelar e conseguir fazer o que é conhecida como a única revolução triunfante de um povo escravizado. Até porque o Haiti será chamado de “Primeira República Negra” do mundo. De todas as lutas de libertação nacional nas colônias deste continente, a Revolução haitiana é historicamente reconhecida como a maior mobilização de massas e a que produz as mudanças econômicas e sociais mais profundas. (CASIMIR, op. cit. p. 88). A partir desta gesta, o Haiti se tornou o símbolo da negação da história de todos os impérios colônias europeus no mundo. Na primeira constituição adotada um ano depois do triunfo desta revolução, em 1805, foi proclamada a eliminação de qualquer diferenciação baseada na cor da pele entre os haitianos, os quais doravante são considerados negros. (Dessalines, artigo 14).

Ao se propor canalizar os sofrimentos de todas as vítimas dos modernos colonizadores e garantir-lhes a liberdade, o novo Estado haitiano comandado por Jean-Jacques Dessalines tomou um itinerário que supera a imaginação do mundo civilizado. Isso explica que a Revolução haitiana seja vista como uma anomalia dentro da ordem moderna colonial, pois “à medida que a Europa aprofunda sua modernidade, a ideia de uma desigualdade profunda entre as raças humanas se generaliza e se aceita como um postulado das ciências sociais⁸⁸ e da boa governança” (CASIMIR, op. cit., p. 86). Daí todo o programa aplicado para silenciar a gesta haitiana (TROUILLOT, 1995), fazendo desta revolução um não evento, apagando de vez esse mau exemplo.

2.2 Na arena das relações internacionais

A forma como nasceu o Haiti enquanto país independente naquele início de século XIX – um conjunto de antigos escravizados negros libertos por seus próprios meios após guerrear contra o exército do mestre branco, o maior da época – o constitui como um objeto de grande preocupação. Sobretudo quando se lembra de que a economia-mundo

⁸⁸ O terceiro capítulo tratará com maior ênfase desta questão.

da época contava essencialmente com a exploração da mão-de-obra servil para financiar a revolução industrial criando as fortunas que fazem a auréola dos países possuidores de colônias, entende-se que esses países, hoje potências mundiais, não podiam optar por deixar o Haiti crescer em paz. Só a determinação dos haitianos a defenderem a sua liberdade e a capacidade para isso demonstrada representavam uma arma de dissuasão.

Já na sua proclamação de General-chefe ao povo reunido em Gonaïves, em 1º de janeiro de 1804, Jean-Jacques Dessalines deixou claro que não bastava “expulsar do país os bárbaros que o ensanguentaram durante dois séculos”; era preciso, “do governo desumano que atém nossas mentes nos torpores mais humilhantes, acabar com toda esperança de nos reescravizar” (DESSALINES, 2006, p. 8). Para isso, os haitianos neste quesito, se sentiam unidos pelo seguinte juramento: “*Juramos perante todo o universo, à posteridade, a nós mesmos, de renunciar para todo sempre à França, e de morrer ao invés de viver sob sua dominação; de lutar até o último suspiro pela independência do nosso país*”. (Ibid., p. 11). Cada primeiro de janeiro, à ocasião da celebração da independência, o presidente do Haiti prestava esse juramento – e foi assim até a assinatura do tratado pelo qual a França reconheceu a independência do Haiti, em 1825.

A questão é que, depois da proclamação da independência, a França mantinha constante a ameaça de uma invasão a fim de restaurar a escravidão no Haiti. A Inglaterra também pretendia invadir o país. Isso acabou levando os haitianos a priorizarem a construção de fortificações para se defender contra a iminência de um ataque armado a favor da restauração da escravidão. A Citadelle Laferrière, orgulhoso e poderoso monumento no topo de um monte no município de Milot (Norte), representa a maior testemunha desta política de fortificação do território. De acordo com Benoit Joachim (Ibid., p. 55), num total de 90 000 homens em capacidade de pegar em armas, 30 000 (um terço) permaneciam constantemente em pés de guerra. “Ao primeiro tiro de canhão de alarme, as cidades desapareçam e a nação se levante!” havia recomendado, logo em 1805, a constituição do Estado, no seu artigo 28 (DESSALINES, op. cit., p. 64). E isso durou até que a França decidisse oficialmente reconhecer a independência.

É que o reconhecimento do direito dos haitianos à existência por parte da “comunidade internacional” da época levou tempo. Tempo, intimidações, ameaças,

negociações ... e dinheiro. Do todo resultou a destruição progressiva e continua do Haiti, e por extensão, sua recolonização hoje. E as primeiras iniciativas de negociação originaram-se da parte haitiana. Ou, para sermos justos, da ala dominante da parte haitiana. Pois, a realização da independência era resultado de uma aliança entre dois projetos antagônicos: de um lado, o projeto das massas – os novos libertos da alforria geral de 1791 oficializada em 1793 – para as quais a independência era sinônima de liberdade, livre disposição de si e dos frutos de seu trabalho. É esse o sentido do lema *Vivre libre ou mourir/viver livre ou mourir* que Dessalines sintetizou pelo conceito de *livre individualidade*, no seu pronunciamento do primeiro de janeiro de 1804. Por outro lado, as classes possuidoras, ao mesmo tempo camadas dirigentes, suspiravam atrás da tranquilidade para usufruir. A esse projeto denominamos *individualismo moderno* (SEGUY, 2009a). Benoit Joachim (op. cit, p. 58-59) observa:

Esta nova oligarquia fundiária, oriunda, essencialmente, do antigo grupo colonial de “gente de cor e negros livres”, manifestava o desejo de conceder importantes benesses aos seus primos da França a fim de “legitimar suas posses”. Neste assunto, **novas pesquisas têm de permitir saber se os negociantes franceses Bonnet, Boyer e Imbert, membros da Câmara de Comércio de Marselha, de 1836, têm vinculação familiar com os altos dirigentes haitianos dos mesmos sobrenomes ou se trata-se de simples homônimos.** É necessário perguntar se a Câmara de Comércio de Marselha está distante da verdade quando, em 1821, (...) defendeu junto ao Ministro das Colônias o reconhecimento do Haiti, da maneira seguinte: “Os habitantes da parte sul desta ilha, apesar de recusarem toda ideia de submissão à França, *não esqueceram que nasceram franceses*, se assim se pode falar. Têm conservado todos os costumes da nossa nação e preferem, em consequência, os produtos manufaturados na França aos que os estrangeiros podem oferecer-lhes”. (O itálico é do autor; o negrito é nosso).

Para não perder a riqueza das informações contidas na citação de Joachim, é preciso uma digressão para fotografar ainda que sucintamente a sociedade colonial que deu à luz o Haiti. Os antagonismos de classes que movem e perpassam a república nascente vêm dali.

2.2.1 Da herança colonial: triunfo do individualismo moderno

A formação social haitiana, na sua gênese, é atravessada historicamente por dois projetos, duas expressões ontológicas que se enfrentam, se imbricam e se excluem mutuamente. No período da colonização, esses dois projetos já se enfrentavam. Tudo tem origem na própria política da administração colonial francesa, na qual estava inscrita a invenção de uma categoria fenotípica de alforriados, sob a base do marcador social – a cor da pele – mais próxima ao branco. Os colonos haviam entendido o papel que as nuances epidérmicas podiam significar para a manutenção da “boa ordem” e do *statu quo* – da boa governança – na colônia. O historiador Gabriel Debien chamou isso de “alta política de cor de uma administração que queria sempre controlar o número das alforrias”. (Apud FOUCHARD, 1988, p. 267). Depois de ter produzido Negros, a manufatura colonial moderna precisava produzir *Mulatos*. Esta política de cor, acrescentou Fouchard, “decorria, sem dúvida, das instruções secretas de Paris e era aplicada a fim de manter o regime e a segurança da colônia”(Ibid). Essa última consistia em deixar crescer, sem regularização, o número de negros livres *de facto* – seu crescimento já tendo sido inegável – mas sem documento legal para comprovar a liberdade. O motivo oculto desta política se situava no medo de legalizar a superioridade numérica dos Negros sobre os Mulatos dentro do grupo de alforriados (pretos e mestiços). Respondia à necessidade de fracionar o grupo dos alforriados, ao criar uma categoria de alforriados legais e outra de “*alforriados que não são*” (libertos sem título), pretos na sua esmagadora maioria, ou seja a base real, mas desconhecida, do grupo juridicamente livre. Tal divisão, não apenas impossibilitou qualquer fusão política entre as duas categorias, senão que também, uma classe de alforriados numericamente dominada pelos Negros teria constituído uma ameaça ao equilíbrio da ordem colonial, pois teria oferecido aos Negros escravizados “uma imagem inoportuna de possibilidades de uma ascensão geral”. (FOUCHARD, 1988, p. 269). Jean Fouchard vê isto claramente ao escrever:

Se o alforriado negro ou mulato, em razão da sua evolução econômica e do seu estatuto de possuidor [era também dono de escravos], podia, um dia, haver interesses comuns com os donos brancos, era diferente para o “liberto [sem título]”, economicamente fraco e que, neste caso, mais facilmente, caminharia junto ao escravo à ocasião de uma eventual movimentação social. Provavelmente, do ponto de vista da cor, era esta a principal objeção. (Ibid., p. 268).

Isto é, esses “alforriados que não são” têm sido tolerados pela Administração, mas foram impedidos de possuir o título jurídico que teria podido permitir-lhes acessar à propriedade. Constituíram uma “classe intermediária” entre a escravização e a alforria (SAINT-MÉRY apud FOUCHARD, Ibid., p. 267). O notário Hillard d’Auberteuil chegou até propor o casamento de todos os negros livres com mulatas e de todos os mulatos com negras livres (Ibidem., p. 268). O objetivo era configurar uma categoria baseada unicamente na cor da pele (mesclada entre negros/ negras e mulatas/ mulatos), cuja existência impediria, a partir daí, “aos negros fugitivos de se passarem por livres”. Isto é, a existência dos mestiços tem sido um fato inegável⁸⁹. Assim como a dos negros livres, ainda em maior número do que os mestiços. Faltava, então, organizá-los em classe, com base na cor da pele, de modo que os mestiços (chamados no Haiti de mulatos) detenham a supremacia, com base na proximidade da sua cor com a dos colonos brancos. Essa supremacia dos mestiços foi reforçada também pela filiação deles enquanto filhos de brancos, o que lhes conferiu uma melhor situação econômica. Apoiou-se, igualmente, na sua educação assegurada na França e na sua liberdade, reconhecida bem mais anteriormente do que a dos negros livres.

A política colonial, que usou-se da cor da pele para dividir as suas vítimas, acabou criando assim um problema muito complexo a ser resolvido. Gerou a divisão entre os mestiços e os negros livres sem documento. O objetivo era assim assegurar os mestiços como grupo-tampão dentro da categoria dos alforriados. Os Negros livres sem título, “alforriados que não são”, sobreviveram graças à prática de algumas pequenas profissões, mas passaram por grandes dificuldades. A situação deles era diferente da dos fugitivos, os

⁸⁹ Os mestiços, chamados mulatos, eram apenas 500, em 1703. Mas, no fim do Século (XVIII), o número de mestiços livres se multiplicou até por trinta ou mais, de acordo com as investigações do historiador Jean Jouchard (op. cit., p. 269). Eram essencialmente filhos de brancos e de negras, na maioria das vezes, frutos daquelas visitas noturnas da casa-grande à senzala, visitas que podem ser consideradas como estupro.

marrons, cuja pretensão à autolibertação nunca foi bem vista por parte da Administração. A ideologia racista da modernidade/colonialidade (ver capítulo a seguir), que configurou a realidade colonial, desempenhou o papel de assegurar a maior exploração possível da força de trabalho em São Domingos denominada “Pérola das Antilhas”, isto é, a colônia mais rica não só da França, mas de todo o mundo colonial. Essa configuração histórica repercutiu no Haiti independente e continua repercutindo até hoje.

Na noite de 14 de agosto de 1791, os marrons e os escravizados das *plantations* organizaram o primeiro congresso político emancipador no qual foi tomada a decisão do levante geral contra a escravização. Com o grito de “*Liberté ou la mort!*” (Liberdade ou morte), eles deram início, na noite do dia 21 de agosto, a uma série de lutas que levou a metrópole francesa a reconhecer, por decreto, dois anos mais tarde, a alforria geral que os escravizados, de fato, já haviam conquistado por iniciativa própria.

A proclamação da alforria geral, por parte do colonizador, deu-se com o intuito de acabar com as lutas, já que a liberdade havia sido conquistada. Não podemos esquecer de que o limite previsto para esses novos livres já estava delineado, como acabamos de assinalar. Isto é, mesmo com a liberdade geral recentemente conquistada, os antigos escravizados negros continuaram se situando no nível mais baixo da hierarquia colonial. Até a sua liberdade era frágil. Sonthonax, ao proclamar o reconhecimento oficialmente da alforria geral para salvar a colônia, aproveitou-se para distribuir 30.000 fuzis a esses recém-libertos com a seguinte recomendação: “Quem procurar tirar as suas armas é que quer vos retroceder à condição de escravo”. A proclamação dos Comissários da metrópole, portanto, não é nada mais senão uma tentativa desesperada de esfriar e recuperar as lutas, diante do fato consumado da abolição da escravização realizada pelos próprios escravizados⁹⁰.

⁹⁰Suzan Buck-Morss, professora de filosofia política e de teoria social na Universidade Cornell (Cornell University), nos Estados Unidos, expressa muito bem esta intenção dos representantes da ordem colonial: “Em 1791, enquanto os mais fervorosos opositores à escravatura no interior do França arrastaram os pés, os escravos de meio milhão em São Domingos, a colônia mais rica não só da França, mas de todo o mundo colonial, tomaram a luta pela liberdade em suas próprias mãos, não através de petições, mas através da revolta violenta, organizada. Em 1794, negros armados de São Domingos forçaram a República Francesa a reconhecer o *fait accompli* [fato consumado] da abolição da escravatura nessa ilha (declarada pelos Comissários coloniais francês, Sonthonax e Polverel, agindo por conta própria) e universalizando a abolição em todas as colônias francesas”. (BUCK-MORSS, 2000).

Só que o cálculo não deu certo, já que apenas a batalha pela Liberdade estava ganha. A da Independência que ainda não começava, iniciou-se exatamente a partir daí, com a liderança de Toussaint Louverture, até a sua deportação para a França⁹¹. Jean-Jacques Dessalines, um dos tenentes de Toussaint Louverture, apanhou o seu legado. No momento em que Dessalines assumiu o cargo de liderar as lutas, as diversas frações estavam ainda dispersas. Daí a razão pela qual o historiador Jean Fouchard evocou a palavra “milagre” para qualificar “a União dos antigos e novos livres, a junção dos escravos e dos alforriados de ontem no Bloco invencível do Sangue”. (Ibid., p. 430, as maiúsculas são do autor).

A verdade é que a necessidade de se juntar para combater o inimigo comum, a metrópole francesa, apenas colocou entre parênteses o antagonismo contido nas frações geradas dentro da ordem colonial. Nas próprias leis promulgadas pelo hoje muito venerado Toussaint Louverture, então governador da parte francesa de São Domingos, em 1801, já estava presente a hegemonia do projeto individualista moderno, cuja essência estava baseada na produção social das riquezas para serem apropriadas de forma individual pela nova oligarquia que estava por se substituir aos colonos franceses. De acordo com o regime agrário louverturiano, os antigos escravizados, tornados soldados-cultivadores, tiveram que ficar nas habitações praticando, quase nas mesmas condições anteriores (exceto as chicotadas da escravidão), o mesmo trabalho contra o qual haviam se rebelado e lutado. Mesmo para sair de um lugar para outro, o trabalhador tinha que solicitar a autorização do comandante estabelecido na sua região. Isto é, no seu próprio país, o trabalhador precisava de um tipo de passaporte com visto para se mover.

Um olhar rápido na Constituição de 1801 deixa à mostra que, entre outros pontos, Louverture procurava 1-consagrar a liberdade e abolir a escravidão (art. 3, 4, 5); 2-organizar a justiça (art. 12, 42, 43, 63, 64, 65, 66 e 75); 3- outorgar o direito individual à

⁹¹ Louis Sala-Molins narra como, em dezembro de 1989, durante uma viagem ao Caribe (não especificou o país), ele encontrava-se, sem conseguir explicar por que, assentado ao lado de um jornalista haitiano. Certo momento, ele resolveu deixar sair a pergunta que queimava-lhe a língua: “A França imperial condenou Toussaint Louverture [o gigante] a morrer de frio e fome no Jura. A França republicana e socialista oferece a Duvalier [o bandido e assassino] um retiro imperial. [Sendo] Haitiano, como você reage a este paradoxo?” Enquanto esperava uma resposta consubstanciada de considerações históricas (no caso de Louverture) e de direito internacional (para o caso de Duvalier), o seu interlocutor haitiano nem demorou dois segundos: “Onde está o paradoxo? A França tem nos feito tanto mal, sempre.” (SALA-MOLINS, op. cit., p. 16).

propriedade privada (art. 13)... Mas não pretendia ir além do jurídico. De acordo com Michel-Rolph Trouillot, aquele que se apresentou a Napoleão como o Primeiro dos Negros, não hesitava em convidar os antigos proprietários brancos franceses a reempossarem-se das suas antigas propriedades coloniais: “Filhos de São Domingos, voltem às suas casas. Não era no meu projeto expropriar-vos. Só a liberdade era a reivindicação dos negros, aquela liberdade a eles outorgada por Deus”⁹². Filhos de São Domingos, as portas da sua casa estão bem abertas, a sua terra pronta para acolher-vos” (TOUILLOT, 1977, p. 171-172).

Louverture, através de sua Constituição, procurava conservar a grande plantação como unidade de produção econômica e a extroversão econômica como forma prioritária de troca (art. 16). E também não se esquecia de proibir o culto religioso popular (art. 6, 7, 8, 9 e 10). No entanto, por não incluir a reforma agrária nas suas cláusulas, e por guardar a dependência dos soldados-cultivadores em relação aos proprietários e por conservar as grandes plantações na linha das medidas já tomadas nesse sentido em 1798 e 1789, (TROUILLOT, 1977, p.171), a Constituição de 1801 é muitas vezes, e com razão, analisada como o calcanhar de Aquiles de Toussaint Louverture. Longe, pois, de atender às reivindicações de liberdade plena dos soldados cultivadores, essa Constituição pronunciava a condenação das práticas de cooperação entre pequenos grupos de soldados-cultivadores que costumavam poupar dinheiro no objetivo de adquirirem terras – proibindo aos notários passarem atas de venda de domínio de tamanho inferior a 64,5 hectares.

Entende-se facilmente que a União não era ainda possível, uma vez que, com Louverture, a liberdade conquistada pelos *marrons*, os cativos que haviam conseguido fugir das *plantations*, viria a ser apenas uma liberdade jurídica, formal. Sem nenhum conteúdo real. O regime das grandes plantações era a negação do direito à propriedade pelas massas. A grande plantação exigia Negros, isto é trabalhadores coloniais, aqueles seres inferiores que só as instituições sociais das colônias voltadas à exploração podem moldar. Dessalines, apesar de ter sido adjunto de Louverture, cultivava uma visão radical da realidade. Os seus próprios inimigos, enviados da metrópole, testemunharam a seu

⁹² Destaca-se rapidamente aqui a alusão ao discurso de Boukman pronunciado no congresso que deu início às lutas pela alforria geral e a independência de 1791. Ver item 3.4.

respeito: “É o único homem capaz de fazer a guerra na colônia, somos apenas alunos de quinto grau com referência a ele...”⁹³ (FOUCHARD, op. cit., p. 433).

Trata-se de um fato documentado pelos historiadores que trabalham este período: Dessalines gozava de uma autoridade intrépida, qual fazia dele o único líder legítimo e aceitável para encabeçar a marcha rumo ao compromisso do primeiro de janeiro de 1804. O Ato proclamado pelos generais no mesmo dia da celebração da Independência, expressa uma ideia da altura do homem que encarou tamanha tarefa:

Nós, generais em chefe dos exércitos da ilha do Haiti⁹⁴, penetrados de reconhecimento das boas ações que havíamos experimentado por parte do general em chefe, Jean-Jacques Dessalines, *o protetor da liberdade* de que goza o povo, em nome da liberdade, em nome da independência, em nome do povo pelo qual ficou feliz, nós o proclamamos Governador Geral Vitalício do Haiti; juramos obedecer cegamente às leis emanadas da sua autoridade, a única que reconhecemos: damos-lhe o direito de fazer a paz, a guerra e de nomear o seu sucessor. (DESSALINES, op. Cit., p. 11-12. Grifo nosso).

Mas, é na própria concepção da liberdade que se situa o antagonismo que dividiu as classes. Desde o primeiro discurso de Dessalines no Haiti independente, ele expõe a sua visão da liberdade:

Indígenas do Haiti [...] ao combater por *sua liberdade*, trabalhei para a *minha própria felicidade*. Antes de reforçar essa liberdade por leis, aquelas que asseguram a *sua livre individualidade*, os comandantes que aqui reúno, junto comigo, devemos dar-lhes todas as provas da nossa abnegação [...]

E tu, povo miserável durante um tempo longo demais, testemunha do sermão que pronunciamos, lembreis que foi com a tua constância e a tua coragem que contei quando escolhi a carreira da liberdade para combater o despotismo e a tirania contra os quais tu estavas lutando há 14 anos; lembreis que sacrifiquei tudo para te defender: parentes, crianças, riqueza, e que, agora, é sua liberdade a minha riqueza. (Ibid., p. 10-11, grifo nosso).

⁹³ Esta declaração é de um oficial do Exército Expedicionário de Napoleão, mandado a fim de restabelecer a escravização no país, em 1802.

⁹⁴ Observem o plural dos “exércitos” assim como a integralidade da ilha, levada em conta aqui. Não se pode esquecer de que a parte oriental estava ainda sob controle da Espanha.

Dessalines era profundamente claro: a liberdade coletiva se consolida imperativamente na livre individualidade de cada um/a. Coloca claramente que, se a concretização da vida é a felicidade, esta passa pela liberdade coletiva que se fundamenta na livre individualidade de cada um/a. Isto é, na visão de mundo do Fundador da Pátria Haitiana, a nova sociedade que acabou de ser fundada tem de ser radicalmente diferente da antiga da qual surgiu.

A ontologia do ser social anunciada por Dessalines em primeiro de janeiro de 1804, enquanto quintessência da revolução haitiana, será elaborada, de forma sistematizada, quarenta e quatro anos depois, quando Engels e Marx escreverão: “Em lugar da velha sociedade burguesa, com suas classes e antagonismos de classe, teremos uma associação, na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos”. (MARX/ENGELS, 2007, p. 90). Se Marx e Engels merecem de ser considerados como os pais da filosofia dialética, Dessalines – e através dele todos os revolucionários haitianos – poderia ter sido reconhecido no mundo como o seu precursor, se não fosse o triunfo tardio do individualismo moderno sobre a livre individualidade e do *establishment* moderno (neo)colonial sobre as classes populares.

Em relação ao projeto de Dessalines, algumas explicações têm sido fornecidas por outro historiador haitiano, Timoléon C. Brutus:

Enquanto cada um interpretava à sua maneira a liberdade da qual gozava, isto é, conforme seu interesse egoísta misturado de fantasia, era imprescindível inventar de toda maneira possível o respeito aos bens da coletividade, e fazer prosperar esses bens graça à cooperação de todos. (BRUTUS, 2006, p. 308).

Só que o governo Dessalines teve que se deparar bem cedo com projetos egoístas que iam à contramarcha do projeto da liberdade coletiva/livre individualidade. Como foi ressaltado por outro historiador haitiano, Jean Alix René (2008, p. 80), a questão essencial do período pós-colonial, e a mais difícil, era a questão agrária. E ainda continua a ser do nosso ponto de vista.

No Oeste e no Sul, principalmente, os *anciens libres*, antigos alforriados, aqueles cuja liberdade já estava legalizada antes da proclamação geral de 29 de agosto de

1793, se apropriavam dos bens deixados vacantes pelos antigos colonos e se passam por proprietários legítimos destes. Mas, nos diz René, “Dessalines queria integrar essas propriedades na esfera do domínio do Estado, na perspectiva de repartição futura. Ordenou a anulação dos contratos de arrendamento de terras emitidos no período de Leclerc⁹⁵ e depois ordenou a verificação dos títulos de propriedades”. (Ibid). Com a independência apenas proclamada, no dia seguinte, 2 de janeiro, Dessalines logo toma as seguintes providências:

O Governador geral proclama: que todos os contratos de arrendamento das habitações são e permanecem cancelados; apela aos administradores principais dos departamentos a executarem prontamente o presente edital, o qual será lido, publicado e colocado em todos os lugares necessários (DESSALINES, op. cit. p. 13).

Longe de atrair o consentimento dos generais que, no dia anterior, tinham jurado obediência a todas as leis emanadas da autoridade de Dessalines, essa decisão suscetível de prejudicar os interesses individualistas ia causar a morte do seu autor. O projeto dos *anciens libres*, antigos alforriados, era movido por outras concepções. Exatamente naquele momento ocorria o que se segue:

Aqueles que entre os generais do Império do Haiti tinham pegado em armas contra os franceses somente com objetivo de aproveitarem-se, logo após o triunfo da causa santa da Liberdade, dos *droits politiques mais amples*, planejarão seu assassinato, incitarão à insurreição as massas descontentes, e os dirigentes contra o fundador da Independência que se tornou tirano. (MADIU, 1989, p. 140. Grifo nosso).

Importa prestar atenção às palavras “mais amplos”. Madiou assinala aqui que se trata dos generais que são *anciens libres*, antigos alforriados, que na sua maioria era donos de trabalhadores escravizados e de *plantations*. Precisavam apenas da ampliação dos seus direitos políticos que lhes fora impedida na colônia por causa da sua cor de pele. O que já teriam conseguido não fosse a captura precoce de Toussaint Louverture. Isto quer dizer que o assassinato de Dessalines não é apenas o de um homem. É a derrota do projeto de

⁹⁵ General francês mandado por Napoleão para fazer retornar os haitianos à escravidão, em 1802. Leclerc era cunhado de Napoleão.

liberdade coletiva/livre individualidade e é, ao mesmo tempo, o triunfo do individualismo moderno pelo qual os antigos alforriados mestiços e negros tomaram o lugar deixado vazio pelos colonos brancos para perpetuarem as mesmas práticas coloniais.

Não discutiremos o juízo pessoal de Madiou segundo o qual Dessalines teria se tornado um tirano, pois isso não impede que ele identificasse, embora não fosse esta a sua intenção, os dois projetos, as duas visões de liberdade em conflito a partir do dia 2 de janeiro de 1804, um dia depois da celebração da Independência. Nem todo mundo havia lutado para que todos desfrutassem. Os generais e a classe que representavam haviam lutado apenas por oportunismo. Um dos documentos que Madiou conseguiu para escrever os seus volumes da História do Haiti tinha como título: “Resistência à opressão”. A visão que orientava esta pretendida resistência se identifica na frase seguinte: “Não é de regra que após ter-se usufruído de um bem durante 10, 20, 30 anos dever-se-ia ser considerado o verdadeiro dono?” (MADIOU, op. cit. p. 391).

Basta saber que essa pergunta-projeto foi tornada clara no dia 16 de outubro de 1806. Isto é, Dessalines estava às vésperas de ser assassinado pelos promotores deste documento. Basta lembrar que a Independência havia sido proclamada apenas 2 anos antes. Trinta ou vinte anos antes de 1806, a esmagadora maioria dos haitianos havia sido submetida à escravização mais feroz que possa ter existido. O regime de labor era tão rigoroso que o Haiti ganhou a láurea de “Pérola das Antilhas”. E isto, exatamente por que a esmagadora maioria encontrava-se escravizada, ou seja, era parte dos bens cujos donos eram os brancos, (que naquele momento já não estavam mais no país), e os antigos alforriados, que se tornavam generais do exército, dirigentes e dominantes no Haiti independente. Seus nomes estão presentes na lista fornecida por Madiou (p. 394).

É preciso destacar que, em enfrentamento com esta visão baseada no individualismo moderno inculcado já no período colonial, se criava o projeto que chamamos – parafraseando Jean-Jacques Dessalines – de Livre Individualidade, projeto este cuja essência se fermenta na Liberdade coletiva, para cada um/uma e para todos/todas. Para consolidar a Livre Individualidade de cada um e a Liberdade coletiva de todos/todas, Dessalines ordenou a anulação dos contratos de arrendamento e a verificação dos títulos de

propriedade emitidos no período colonial. Essa decisão se encontra na base da explicação do seu assassinato. Aos generais que reclamaram, ele respondeu:

Como é que logo após termos mandado os colonos embora, os seus filhos reclamam os seus bens? Os Negros cujos pais estão na África, portanto, não receberão nada... Cuidados a vós Negros e Mulatos, todos nós havíamos combatido contra os brancos; os bens que havíamos conquistado, derramando nosso sangue, pertencem a todos nós; eu quero que sejam compartilhados equitativamente. (RENÉ, 2008, p. 80).

A posição levantada por Dessalines corresponde ao que estava inscrito na bandeira das massas. O mesmo Madiou relatou assim a atmosfera do país na véspera do assassinato de Dessalines:

[...] A questão era: qual é a recompensa daqueles que, pelo seu heroísmo, haviam restabelecido o império da Liberdade, se os antigos opressores, donos de todas as grandes e ricas propriedades, continuarem usufruindo tranquilamente? Perguntava-se também a quem pertencem as terras? Não é àqueles que durante dois séculos as tinham cultivado sem usufruírem e que, à custa do seu trabalho, tinham suportado as mais bárbaras judiações? Será que os castelhanos tornaram-se legítimos donos das terras do Haiti por terem se apropriado destas, exterminando a raça aborígine? Porventura, os africanos que Las Casas, pelos seus conselhos, fez transportar ao Novo Mundo, eram criados para serem escravos dos brancos que, por fingimento, perfídia, violência, os tinham capturado da sua terra natal? De que direito se lhes forçaram a curvarem-se sob o peso da escravidão? Não foi aplicando o direito da força que Cristóvão Colombo passou a ser dono do Haiti? [...] (MADIOU, op. cit., p. 141).

A citação de Madiou é longa, pois fundamental. Ela sintetiza a história do Haiti de 1806 para cá. E nos ajuda a entender a malícia pela qual o projeto perverso de “liberdade, igualdade e fraternidade” conseguiu derrotar o projeto solidário de “Liberdade ou Morte!⁹⁶”. Trata-se da história de uma luta entre a classe dos explorados frente à classe dos exploradores que se têm apropriado de tudo. Trata-se da vitória de um projeto anterior à independência sobre outro projeto que pretendia se estabelecer a partir do primeiro de

⁹⁶ Era o juramento dos lutadores independentistas haitianos durante a Revolução e que estava inscrito na bandeira nacional. Depois do assassinato de Dessalines, o lema mudou para “liberdade, igualdade, fraternidade”.

janeiro de 1807⁹⁷. Portanto, o assassinato de Dessalines, no dia 17 de outubro de 1806 simboliza a derrota do sonho e do projeto popular. Enfim, trata-se do triunfo do individualismo moderno/colonial sobre a livre individualidade solidária. E quando Joachim cita a “nova oligarquia fundiária, composta, essencialmente, do antigo grupo colonial” que tomou a iniciativa de negociar a Independência, está se referindo a estes triunfadores.

2.2.2 O elemento geopolítico: as primeiras cláusulas da recolonização

No obstante, outro elemento contextual a captar diz respeito à situação geopolítica da época. É de fundamental importância recordar o contexto internacional no qual estava mergulhado o Haiti nos primórdios do século XIX para entender o desespero que levou as classes dominantes haitianas a praticamente liquidar a gesta mais importante de toda a história do país.

Quando o Haiti proclamou sua independência, encontrava-se cercado de regimes políticos hostis à ideia de um Estado independente, governado por afrodescendentes. Basta lembrar que no período, os territórios vizinhos como a Martinica ou a Guadalupe eram, alias são ainda, colônias francesas enquanto a Jamaica, Barbados, Cuba, Porto Rico...eram subsumidos pelo colonialismo inglês ou espanhol. De tal modo que, deixar crescer uma república de afrodescendentes livres em pleno coração do mar do Caribe significava para o colonialismo da Europa moderna/colonial cavar o seu próprio túmulo. Mas, não apenas isso. Os traficantes de escravos e outros colonialistas viviam em constante alerta contra o que suspeitavam como a vontade dos revolucionários haitianos em exportar a revolução – reproduzindo outros Haitis nas colônias. E para um panorama mais amplo, deve-se lembrar que foi somente em 1886, que a escravização de Negros foi abolida

⁹⁷Madiou relatou que, durante uma conversa, Dessalines declarou ao general Guillaume Lafleur que a partir do primeiro de janeiro de 1807, todos os tipos de abusos cessariam, que os fundos públicos deixariam de ser desperdiçados e que se estabelecería outro sistema. Mas Dessalines não viveu além do dia 17 de outubro de 1806.

Cuba. O mesmo havia ocorrido nas colônias inglesas em 1834 enquanto as francesas demoraram até 1848 para ver a abolição da escravização dos Negros.

O medo de que os haitianos exportem a revolução pode até ser um pouco exagerado. Mas tinha fatos materiais para alimentá-lo. É verdade que desde a proclamação da Independência, Dessalines se pronunciara contra “o espírito de proselitismo”, advogando que devia “deixar nossos vizinhos respirarem em paz, viverem tranquilamente sob o domínio das suas próprias leis, [que] não vamos, em revolucionários impudentes, nos passar por legisladores das Antilhas, fazer consistir nossa glória em perturbar o repouso das ilhas vizinhas” (DESSALINES, op. cit., p.10). A própria constituição de maio de 1805 deixava claro que a República do Haiti “jamais formará nenhuma conspiração para fazer conquistas nem perturbar a paz e o regime interno das colônias” (artigo 36). Porém, essa postura de bom vizinho refletia apenas os limites objetivos das capacidades do jovem Estado. Pois, em abril de 1804, depois de eliminar os franceses que permaneciam no Haiti e que conspiravam sua retomada pela antiga metrópole, Dessalines, endereçando-se aos martiniquenses, lamenta “não poder socorrê-los e romper as suas correntes”. Mesmo assim, formula o voto de que, “de repente acordados de sua letargia” movidos pelo exemplo haitiano, os martiniquenses “reivindiquem, pegando em armas, seus direitos mais sagrados e imprescritíveis” (Ibid., p. 29-30).

Se não bastam esses exemplos tomados no plano discursivo, há pelo menos dois casos mais concretos para nos convencer. Em 1806, Dessalines recebeu na cidade de Jacmel, o líder venezuelano Francisco Miranda, empenhado nas lutas pela libertação das colônias sul-americanas. Dessalines deixou-lhe claro que o único meio certo de vencer a metrópole colonialista consistia em “koupe tèt, boule kay/ espalhar sangue e fogo por toda parte”. Dez anos mais tarde – em 1816 – Simon Bolívar mesmo é que procurou e encontrou refúgio na mesma cidade de Jacmel. Na ocasião, o presidente Pétion providenciou-lhe toda a assistência que precisava para voltar à luta. Eduardo Galeano, com sua elegância habitual encontrou uma fórmula tão viva para lembrar esse episódio que vale a pena citá-la:

Nem sequer Simón Bolívar, que tão valente soube ser, teve a coragem de firmar o reconhecimento diplomático do país negro. Bolívar havia podido reiniciar a sua luta pela independência americana [independência dos

países da América dita latina colonizados pela Espanha], quando a Espanha já o havia derrotado, graças ao apoio do Haiti. O governo haitiano havia-lhe entregue sete navios e muitas armas e soldados, com a única condição de que Bolívar libertasse os escravos, uma ideia que não havia ocorrido ao Libertador. Bolívar cumpriu com este compromisso, mas depois da sua vitória, quando já governava a Grande Colômbia, deu as costas ao país que o havia salvado. E quando convocou as nações americanas à reunião do Panamá, não convidou o Haiti, mas convidou a Inglaterra. (Galeano, 2010 [1996]).

Ou seja, no congresso dos países americanos em Panamá, convocado por Bolívar, o dito Libertador das Américas, tinha vaga para a Inglaterra, mas não para o Haiti, cujo maior “pecado” tem sido de ter cometido “El delito de la dignidad”!

Deve ser mais fácil agora entender o tremendo isolamento no qual se encontrava o Haiti nos primórdios do século XIX – e consequentemente a dificuldade das novas classes dominantes locais para, em paz, usufruírem sua nova condição. Entende-se, assim, mais facilmente também que delas vem a iniciativa de pagar “diretamente aos antigos colonos cujos bens elas receberam como ‘doação nacional’, uma indenidade equivalente a um ano de renda de antes da Revolução” em troca da desistência dos mesmos a esses bens. Na sequência, o próprio governo, retornando a primeira proposta de indenidade formulada em 1814, pelo então presidente Alexandre Pétion, negociou diretamente com a antiga metrópole uma indenização geral de 150 milhões de francos. Trata-se da mal chamada *Dívida da independência*.

Os termos usados na ordenação do rei Charles X em 17 de abril de 1825 confundem voluntariamente a realidade da nação haitiana independente com a ficção de um São Domingos que ainda teria sido território colonial sob domínio francês. Aquelas e aqueles que, à imagem dos fundamentalistas cristãos ou do próprio cônsul haitiano em São Paulo, por ocasião do terremoto de 2010, acham que o Haiti é um país amaldiçoado por ser composto de afrodescendentes, precisam ler o decreto desta maldição:

Decretamos o seguinte:

Artigo 1º. Os portos da parte francesa de São Domingos serão abertos ao comércio de todas as nações. Os impostos arrecadados nesses portos, quer sobre os navios, quer sobre as mercadorias, tanto na entrada quanto na saída, serão uniformes para todos os pavilhões, exceto o pavilhão francês, em favor dos quais esses impostos serão reduzidos pela metade.

Artigo 2. Os habitantes atuais da parte francesa de São Domingos pagarão à Caixa de Depósitos e Consignações da França (Caisse des Dépôts et Consignations de France), em cinco parcelas iguais, ano por ano, o primeiro vencido no dia 1º de dezembro de 1825, a soma de *cento e cinquenta milhões de francos*, destinada a indenizar os antigos colonos que pedirem alguma reparação de danos.

Artigo 3. Nós concedemos, nessas condições, pela presente ordenança, aos habitantes da parte francesa de São Domingos, a independência plena e inteira de seu governo.

Não é nada exagerado afirmar que temos aqui uma verdadeira carta neocolonial. Ou uma carta de alforria. Em três ocasiões, o Estado moderno/colonial francês ignora o Estado haitiano, preferindo chamá-lo de “Parte francesa de São Domingos”, considerando o Haiti propriedade da França “uma província da França rendendo muito, mas custando nada”, de acordo com os próprios termos do barão de Mackau, ministro da Marinha e das colônias, emissário então encarregado, com uma frota de 14 navios de guerra no momento de impor a ordenança real ao governo haitiano. “Um parlamentar francês estimará, em 1826, que se trata de uma maneira engraçada de emancipar.” (JOACHIM, 1979, p. 81). E a história comprovou que ele estava certo.

2.3A recolonização normatizando a precariedade

A iniciativa de pagar pelo reconhecimento da Independência, ato de desespero à primeira vista, constitui nada menos que uma arma poderosa nas mãos das classes dominantes, na sua luta contra as classes trabalhadoras, composta, na época, por 90% de camponeses. Não se pode esquecer de que, logo após a proclamação da Independência, o próprio fundador da pátria havia sido assassinado por ter se posicionado em favor do direito de todos à terra. Isto é, de 1806 até a aceitação do pagamento do “vergonhoso tributo”, em 1825, as classes dominantes se encontravam obrigadas a enfrentar ao mesmo tempo: a ameaça da restauração da escravidão, a questão dos camponeses que reclamam o seu direito à propriedade e a divisão epidérmica entre as facções das próprias classes dominantes. Ao aceitar pagar a Independência, a facção

mestiça (representada pelos presidentes Pétion, depois Boyer) conseguiu impor a sua hegemonia sobre a outra facção preta. Por esse frio calculo político, ela se garantiu a apreciação das potências mundiais do momento. Se as palavras citadas por Péan forem fieis, o ministro francês da Marinha e das Colônias teria recomendado a um dos seus militares de

Fazer entender ao presidente Boyer, caso manifestasse o desejo de haver um Cônsul Geral em Paris, a conveniência de nomear a este fim um homem cuja cor da pele se diferenciassse o menos possível da dos europeus; ou melhor, ainda, de conferir esse título assim como as funções decorrentes, a um francês recomendável pela sua posição social e que teria um acesso fácil junto do governo do Rei. (PEAN, 2000, p. 241).

De acordo com um historiador como Leslie Manigat, se dependesse apenas das disposições pessoais dos dirigentes da época, o Haiti não teria salvaguardado a Independência. A conservação desta se deve à opinião pública. Nas próprias palavras do historiador: “Hoje somos autenticamente haitianos graças à sobrevivência no povo da conceição dessaliniana de intransigência sombrosa, mesmo após o massacre do fundador” (Apud PEAN, *ibid.*, p. 236). Pois, a fim de consolidar seu poder, a oligarquia dirigida por Boyer estava prestes até a subsumir de novo o país ao jugo da França. Assim, deve-se entender que “a aceitação de pagar a independência oferecia a possibilidade ao governo de Boyer de se concentrar nos desafios internos, entre os quais aquele dos cultivadores era o mais crucial” (Idem).

Nesta altura, vários fatos têm que ser lembrados. Primeiro, logo após o assassinato de Jean-Jacques Dessalines, começaram as lutas autônomas dos e das independentistas cujo projeto havia sido frustrado pelos *anciens libres* (antigos alforriados). A unidade anti-colonial, antiescravista e anticapitalista estava rompida no assassinato do dia 17 de outubro de 1806. Decorreu dali a divisão do país em duas grandes regiões: o general Henri Christophe proclamou o Reino do Norte, enquanto Alexandre Pétion e Gérin estabeleceram a República no Oeste e no Sul. O governo Dessalines foi um campo de conciliação momentânea entre duas grandes tendências dos *anciens libres*: a tendência à monarquia, legada por Toussaint Louverture, agora simbolizada por Christophe; e a da

república, herdada de Rigaud, representada doravante por Pétion e Gérin. Porém, ligados pelos mesmos interesses de classe, os dois partidos concertaram para golpear o governo Dessalines (MADIOU, 1988, p.480). Pétion e Gérin eram quadros do antigo partido de Rigaud, o qual se separou de Toussaint Louverture, em 1799, quando entendeu que Toussaint quis tirar o país da tutela da França e proclamar a independência para estabelecer uma monarquia. Pétion e Gérin, seguindo os passos do seu mestre Rigaud, eram democratas e confiavam na França republicana (Madiou, p. 479). Eles se identificavam com o povo, lutando durante as guerras da Independência, mas apenas para substituírem-se aos antigos colonos. Logo após terem assassinado Dessalines, promulgaram uma lei, no dia 9 de fevereiro de 1807, pela qual eles tomaram posse das terras que Dessalines havia nacionalizado. Nesse quadro os camponeses opuseram um primeiro período de 13 anos de luta, que vai de 1807 até 1820. E é o segundo fato que deve ser enfocado ainda que brevemente para deixar mais claro o significado da aceitação do pagamento da Independência.

Com efeito, nesse mesmo mês de fevereiro de 1807, Jean-Baptiste Perrier, mais conhecido como Goman, antigo marron, isto é, ex-cativo fugitivo acostumado a ser dono de sua própria vontade durante o período colonial⁹⁸, aprofundou a ruptura dos trabalhadores cultivadores com a rivalidade das duas asas da classe dominante. Já no dia 8 de janeiro, alguns cultivadores haviam iniciado um ataque na cidade de Jérémie, departamento da Grand'Anse (região sudoeste), para expressarem sua oposição a Pétion e Gérin e, igualmente, sua condenação do assassinato de Dessalines.

A intelectualidade, visceralmente ligada às classes dominantes, tem discursado muito a respeito das causas das revoltas dos cultivadores⁹⁹. Porém, a chave para

⁹⁸ No que tange a Goman, o historiador Beaubrun Ardouin o apresenta assim: “[...] Eram conhecidos todos os antecedentes desta singular personagem, deste congo (era africano) que sempre tinha sido marron nos bosques durante o antigo regime colonial, no tempo de Toussaint Louverture e dos franceses e que tinha um caráter indócil, lutando incessantemente com seus chefes”. (Beaubrun ARDOUIN apud Michel HECTOR, 2006, p. 117). Michel Hector acrescenta seu comentário pessoal que fazemos nosso: “Sente-se através destas linhas toda a reprovação da ação contestatória de toda uma categoria de rebeldes ao sistema colonial escravista”.

⁹⁹ Um jornal da época, *L'Abeille Haïtienne*, na sua edição do primeiro de maio ao primeiro de junho de 1820 pretende: “A origem da insurreição da Grand'Anse não era bem conhecida de todo o mundo. Tem-se dado ênfase, para o fim, aos efeitos sem prestar atenção em aprofundar a causa”. (HECTOR, Ibid. p. 119). Cabe destacar que a expressão “todo o mundo” aqui, diz respeito apenas ao público do jornal, isto é, da classe dos

compreender as suas lutas está na declaração que fizeram, em 1811, diante de Borgella, representante da ordem, na cidade de Cayes, capital da região Sul. Os rebeldes indicaram claramente “que estavam na miséria, desprovidos de tudo e que vinham reclamar os seus direitos¹⁰⁰” (Hector, 2006, p. 121). Isto é, as revoltas dos cultivadores para condenarem o assassinato de Dessalines não se explicam por motivos emocionais e sentimentais. O assassinato de Dessalines era antes de tudo o assassinato do sonho e projeto deles. Era o assassinato dos seus direitos à posse de terra. Por isso é que, durante 13 anos, eles haviam lutado incessante e intensamente para reclamar seus direitos. O próprio presidente Pétion chegou a admitir, em 1814, que a rebelião tinha sua origem nas relações sociais da época.

O historiador Michel Hector notou que o presidente havia denunciado a atitude dos grandes chefes militares que forçavam os cultivadores a trabalharem nas antigas habitações. Numa carta do dia 9 de janeiro ao general Henri, o chefe de estado escreveu: “Não há dúvida, meu caro general, que este espírito de egoísmo e de injustiça é responsável por mergulhar a região de Grand’Anse no estado em que se encontra neste momento” (Ibid., p. 119).

O presidente Pétion repetiu pelo menos duas vezes essas observações a outros chefes em cargo. Por exemplo, ao comandante Marion, recém-nomeado para a região de Cayes, assinala que os cultivadores daquela região “sempre têm sido tratados de maneira altiva, desdenhosa e injusta” (Idem, p. 120). Dois meses mais tarde, repetirá as mesmas observações ao general Bazalais, comandante da Grand’Anse: “[...] Os cultivadores nunca foram considerados cidadãos ativos da República, sempre foram tratados rigorosamente de maneira mais ou menos injusta. Este estado de abjeção, este sistema mal entendido, é uma das principais causas da insurreição que devora toda esta região” (Ibidem).

Não é necessário comentar as categorias morais utilizadas por Pétion em relação aos cultivadores. O que fica evidenciado é que o estabelecimento da democracia

possuidores. Pois os trabalhadores deixaram claro que haviam pego em armas para defender seus direitos à terra.

¹⁰⁰ Essa declaração é relatada por dois historiadores contemporâneos do evento: B. Ardouin, *Études sur l’Histoire d’Haïti*, Paris, 1856, Tome VII, pp. 93-94 (éditions 1953) e A. Magloire, *Histoire d’Haïti*, Tome I, Imprimerie-Librairie Le Matin, 1909, pp. 144-150.

republicana no Oeste e no Sul¹⁰¹ nada tem a ver com os trabalhadores. As medidas recomendadas pelo presidente para diminuir a miséria dos cultivadores são pautadas pela expectativa de enfraquecer o apoio destes às lutas populares. Isto é, o objetivo de Pétion era manipular os trabalhadores. Nunca quis atender as suas demandas equitativas na repartição das terras, como postas claramente por Dessalines. Pois, na verdade, a luta dos cultivadores da Grand'Anse, encabeçada por Goman, nunca obteve nenhuma tolerância por parte das classes dominantes. Do seu início, em 1807, até sua fase de extinção, em 1820, sempre foi alvo de ofensivas governamentais. Destaca-se, entre outras, uma ofensiva governamental, em 1813, onde uma grande operação visando à destruição da rebelião terminou por uma enorme derrota das tropas governamentais. “Aí estão as explicações acerca da cautela recomendada por Pétion a favor dos cultivadores, justamente no início do ano 1814.”(Ibidem, p. 122).

Quer dizer, o peso da organização dos cultivadores para se defenderem na sua luta contra a nova burguesia democrática moderna e o número dos rebeldes – cerca de 3000 homens – obrigaram as autoridades estatais a fingirem levar em conta as suas demandas, embora de maneira momentânea. Mas, o regime republicano democrático estabelecido não aceitou compor com nenhuma reivindicação popular. Em 1818, morreu Pétion. Jean-Pierre Boyer tomou seu lugar, com meta principal: a eliminação da luta de Goman. As informações obtidas pelo historiador Michel Hector comprovam que, desde o 1819, havia sido anunciado oficialmente o início de uma campanha que devia ser definitiva contra a rebelião. Os dados de Hector comprovam que:

Nesta perspectiva, 6 regimentos são mobilizados e colocados sob a liderança dos generais Lys, Francisque e Borgella. O comando supremo das tropas é confiado a Borgella. A única missão destas consiste em

¹⁰¹ “A partir da queda de Dessalines, o antigo partido de Rigaud, purificado através das chamas da guerra, inteiramente esvaziado de todas suas ilusões em relação à primeira revolução, cheio de experiência, e identificando-se mais com o povo, retomou sua autoridade e velha supremacia tanto no Oeste como no Sul. Os preconceitos de condição que haviam afastado o *ancien libre* (antigo alforriado) do *nouveau libre* (novo liberto) foram reduzidos durante a guerra da independência, e essas duas classes de homens haviam consagrado sua aliança juntando-se, no dia primeiro de janeiro de 1804, sob a denominação genérica de haitianos. Este partido, agora representado por Pétion e Gérin, tinha sido sempre **democrático e cheio de confiança na França Republicana**. Havia se afastado de Toussaint Louverture em 1799, porque este, projetando a independência e a monarquia, havia querido separar-se da França e fazer-se coroar.” (Thomas MADIOU, **Histoire d’Haïti**. Port-au-Prince: Éditions Henri Deschamps, 1989, p. 479. Grifo nosso).

extirpar a revolta por todos os meios. As operações começam, então, no dia 26 de janeiro de 1819 e estendem-se praticamente por todo o resto do ano, para terminarem oficialmente no dia 18 de fevereiro de 1820. Nesta data, com efeito, Boyer, na cidade de Jérémie, anuncia “ao povo¹⁰² e ao exército” a ocupação do Grand Doco, aldeia considerada a capital do território dos rebeldes, e a pacificação total das montanhas da Grand'Anse. (HECTOR, 2006, p. 122, grifo nosso).

Na mesma ocasião, Boyer anuncia oficialmente aos proprietários da Grand'Anse a entrega das suas terras que haviam sido tomadas pelos rebeldes.

Assim acabou uma etapa das lutas autônomas dos independentistas. Devemos reter que o período situado entre 1807 e 1820 representa o mais fundamental no desenvolvimento do Haiti pós-colonial. Corresponde à instauração das estruturas econômicas, políticas e sociais sobre as quais deve se edificar a jovem sociedade nascida das lutas anti-coloniais, antiescravistas e anticapitalistas. Isto é, uma vez realizada a independência, a classe dominante fez a escolha de combater, da maneira mais repressiva possível, qualquer projeto visando o desenvolvimento da livre individualidade de cada um. Porém, a extinção da sedição encabeçada por Goman e seus tenentes Malfait e Malfou não significa automaticamente a extinção das contestações por parte dos cultivadores e das cultivadoras frente ao sistema (semi)colonial explorador e opressivo (re)instaurado. Apenas deram um passo para trás para melhor darem dois passos pela frente no momento certo. Tal momento não ia demorar a se apresentar.

É numa situação tão candente, que, preocupada em usufruir os seus bens, e para não ter que lutar em dois campos simultâneos, a facção mulata da classe dos *anciens libres* decidiu hipotecar definitivamente o futuro do país. Para compreender a importância dos 150 milhões de francos – valor que serviu de acumulação primitiva do capital para financiar a maquinaria francesa em um momento em que a procura de consumo

¹⁰² Cabe destacar aqui que o próprio Michel Hector colocou entre aspas a palavra “povo”, ao qual Boyer pretende dirigir seu anúncio. O historiador não diz nada mais. Mas isso é bastante significativo para chamar a atenção sobre o papel manipulador do discurso oficial que procura dividir os rebeldes do povo para afastá-los das massas. Pois, o verdadeiro anúncio contido no discurso de Pétion é este: jamais o povo teria direito à terra, única fonte de riqueza da época. Quer dizer, na verdade, a luta dos rebeldes é, sobretudo, a do povo em geral, cujos verdadeiros inimigos são os dirigentes estatais e toda a classe possuidora, em geral, cuja política eles aplicam. A ideologia dominante sempre procura o desnorreamento das massas em relação aos seus verdadeiros interesses.

ultrapassava a capacidade de produção na Europa – e suas reais consequências, é necessário perguntar sobre a sua proveniência.

Primeiro, em 1825, no momento da contratação desse indevido, mal chamado de “*dívida da Independência*”, os cofres do governo estavam vazios. Para pagar a primeira parcela, o Estado haitiano emprestou logo da imposição da ordenança, 30 milhões de francos junto dos banqueiros franceses Laffitte, Rotschild, Lapanouze, Hagerman, Blanc-Colin. Deste valor, os credores guardaram 6 milhões (um quinto) como prêmio e passaram diretamente os 24 milhões à *Caisse des Dépôts et Consignations* em Paris. A partir deste momento, o país ingressou na espiral de uma dupla dívida¹⁰³, a qual é, depois da colonização, a principal raiz sócio-histórica que mergulha as classes laboriosas haitianas na precariedade e reiniciou as preparativas para uma catástrofe humana como a de 2010. Dali vem igualmente as raízes mais profundas do processo de recolonização do país.

Incapaz de seguir pagando regularmente, o governo haitiano negociou e conseguiu a redução do valor inicial para 90 milhões de francos, em 1838 – fortuna avaliada em 2003 a cerca de 22 bilhões de dólares – o que representa quatro vezes o orçamento da França na época e 44 vezes o orçamento do Haiti hoje. Mesmo assim, teve que se endividar ainda mais para pagar a primeira dívida – desvestir um santo para vestir outro, como diz a linguagem popular. Depois do primeiro empréstimo, o governo contratou mais dois junto aos banqueiros franceses: 15 milhões em 1874 e 50 milhões no ano seguinte. Todo esse dinheiro, cabe destacar, serve para financiar a recuperação de vários bancos cujo negócio principal era o comércio colonial e que, evidentemente, tinham falido entre 1791 e 1804.

Uma vez atolado neste abismo, o Estado haitiano escolheu as classes trabalhadoras como vaca leiteira. Os camponeses serão os únicos a carregarem o fardo do pagamento da dívida. Logo em 1826, o governo promulga seu código rural que instituiu um regime de semiescravidão conhecido no Haiti como *caporalisme agraire* (coronelismo agrário). O código chamado do nome do presidente, Código rural de Boyer, representa uma

¹⁰³ Sobre o peso da dupla dívida, a dissertação de mestrado de Guisti-Klara Gaillard, premiada pela Société Haïtienne d’Histoire et de Géographie, em 1988, e publicada com o título: *L’expérience haïtienne de La dette extérieure (1990)*, é de leitura imprescindível.

ruptura profunda com as aspirações dos camponeses – 90% da população. Com efeito, eles lutaram justamente para conquistar a liberdade, isto é, usufruir os frutos de seu labor. Agora, esse código os obriga a se fixarem nas grandes habitações exploradas por novos mestres em prol do lucro da burguesia francesa. Retomando os regulamentos promulgados desde a época de Toussaint Louverture (antes da Independência), o Código Rural de Boyer será reproduzido com ligeiras modificações, em 1864, no novo código (de Geffrard) e seguirá regulamentando a vida rural até os anos da primeira ocupação militar pelos norte-americanos de 1915-1934.

Até 1883, todas as leis relativas à questão agrária proibem os notários registrarem ato de venda de parcelas menores de que cinco até 10 hectares. O propósito era combater a vontade dos camponeses que tentavam se associar livremente entre iguais para produzir. Quando, no dia 28 de fevereiro de 1883, o presidente Salomon permitia algumas concessões de superfícies menores que cinco hectares, o objetivo não passa de um subterfúgio para promover o cultivo de gêneros como café, algodão, cana em benefício do Estado, contra os víveres de subsistência dos cultivadores. Os três primeiros artigos proclamam:

Artigo Primeiro: Todo cidadão que se engajar a cultivar os seguintes gêneros: café, cana-de-açúcar, algodão, cacau, tabaco, anil, rami e todos outros produtos de exportação, terá direito a uma posse de 3 a 5 hectares de terra do domínio público, mediante pedido escrito endereçado ao Secretário do Estado do Interior que dará seguimento, o terreno tendo sido medido ao custo do licitante.

Artigo 2: Assim que for constatado por uma comissão nomeada a este fim e após os seguintes prazos: para o café 4 anos, para a cana-de-açúcar 2 anos, para o algodão 2 anos, para o cacau 5 anos, para o tabaco 2 anos, para o anil 1 ano, que três-quartos (3/4) do terreno em cultivo estão plantados em um ou vários desses gêneros, e após uma primeira colheita, o ocupante ou seus dependentes receberão do governo um título de concessão perpetua.

Artigo 3: Caso vencidos esses prazos, o licitante não cumprisse as condições acima estipuladas, o Estado tomará posse mera e simplesmente do terreno que qualquer outro poderá licitar.

Comentando essas condições (obrigação de cultivar gêneros de exportação, pedido escrito, agrimensura ao custo do licitante, prazo de êxito e perda eventual do terreno em caso de insucesso) às quais tinha que se submeter um cultivador para adquirir uma

parcela de terra de 3 a 5 hectares, Benoit Joachim (op. cit., p.126) resume: “não era mais fácil acessar assim à propriedade um pequeno camponês pobre e iletrado, do que passar um camelo pelo fundo de uma agulha”.

Na sua obra, *Les racines du sous-développement en Haïti*, Joachim dedicou todo um capítulo a estudar o que ele mesmo chamou: “A dependência neocolonial” decorrida do pagamento da Independência. Demonstrou, com base nos dados, como o jogo de influência entre as potências imperialistas (França, Inglaterra, Alemanha, Estados- Unidos) castrou a economia haitiana.

A necessidade de liquidar esta dívida levou os dirigentes haitianos a recolherem contribuições que agravavam a situação das massas camponesas. O imposto do quinto sobre o café contribuiu muito para o descontentamento popular contra o governo de Soulouque. Com a queda do Império¹⁰⁴, será substituído – subterfúgio – por um direito fixo (ainda sobre o café), seguido por uma taxa adicional sobre as importações e exportações etc. (JOACHIM, 1979, p. 182).

Citando uma testemunha da época, Joachim informa: “A esses impostos acrescentavam-se as emissões de um papel-moeda desacreditado ‘o qual impedia o cultivador saber o preço exato do produto de seu trabalho’” (Ibid.).

A situação não pareceu ter melhorado, conforme os estudos de Benoit Joachim relativos ao assunto:

As dificuldades de pagamento propiciaram à França a ocasião de afirmar, em 1843, a ideia de ocupar, como garantia, uma parte do território haitiano que seria o Môle [Cais] Saint-Nicolas ou a península de Samana; mas, esta pretensão recusada com vivacidade em Porto-Príncipe, não teve sequência. Mais tarde, em 1850, o credor francês tentará exercer um controle rígido sobre as finanças haitianas, mas o governo de Soulouque, cujo grande banqueiro era Salomon, não se deixará abalar. (loc. cit).

Esse esforço por parte de Salomon, conforme já vimos, não significa que ele estivesse contra o princípio de pagamento. Ao contrário, quando Salomon se tornou presidente da República, ele promulgou a lei de 28 de fevereiro de 1883, pela qual passou a

¹⁰⁴Faustin Soulouque se fez coroar Imperador e passou a chamar-se Faustin Primeiro.

distribuir 3 a 5 hectares de terras às famílias que, em contrapartida, cultivariam produtos para exportação, principalmente o café, conforme já citado anteriormente. Isto significa que as famílias deveriam produzir os gêneros que o próprio Salomon precisava para vender, a fim de pagar a mal chamada dívida da Independência. A seguinte citação de Joachim expressa a verdadeira atitude dos dirigentes frente à situação:

Quanto aos dirigentes políticos, obrigados a levar em conta o sentimento nacional e a fraqueza dos recursos financeiros do Estado, eles endureciam às vezes sua posição em relação a esta questão. Mas, longe de rejeitarem o princípio que os nacionalistas e demais opositores chamavam de “o vergonhoso tributo”, limitaram-se a reclamar no máximo uma diminuição da quantia inicial e novos modos de pagamento. Assim, após longas disputas, o montante foi reduzido, em 1838, a 90 milhões cujo saldo de 60 milhões devia ser pago em 30 anuidades, mas será pago somente em 40 anos, com muitas peripécias. Neste negócio, os dirigentes políticos renderam-se às pressões da antiga metrópole de má vontade. Fizeram isso, não tanto porque estimavam justo compensar os antigos colonos, que não existiam mais nos últimos anos da liquidação, nem realmente porque a população teria temido as demonstrações navais pelas quais o representante francês ameaçava sempre. Curvaram a espinha na medida em que *os seus interesses políticos de grupo social dominante não coincidião com o interesse nacional*. (op. cit, p. 182-183. Grifo nosso).

Trata-se justamente da mesma oligarquia conduzida por Boyer, a partir de 1820, que “por razões diferentes [tinha] os mesmos interesses” (PEAN, 2000, p. 250) que a oligarquia francesa. De qualquer forma, Louis Joseph Janvier, famoso pensador político do Século XIX, teve razão quando se exclamou:

Esta porção de terra cujos donos somos nós, e que guardaremos ciosamente para os nossos bisnetos, pagamos três vezes por ela. Primeiro, a compramos na pessoa dos nossos antepassados e pagamos com dois séculos de lágrimas e suor; seguidamente a pagamos com uma imensidão de sangue, e mais ainda a pagamos por 120 milhões em dinheiro. (Apud JOACHIM, p 171).

O plural no sujeito aqui, não deve ser entendido como um todo indiferenciado. Pois, a final de contas, são as trabalhadoras e os trabalhadores quem pagaram e continuam pagando este vergonhoso tributo:

Obviamente, todas as camadas nacionais reprovavam a dívida colonial. A indenização dos antigos colonos parecia-lhes odiosa, a carga imposta estava pesada demais. As classes possuidoras não eram nem um pouco felizes com a diminuição imposta às suas rendas e seus lucros para satisfazer o apetite da antiga metrópole. As classes populares a odiavam ainda mais, pois, *as classes laboriosas eram as primeiras e, em última análise, as únicas, a suportar realmente o peso.* (Ibid., p. 182. Grifo nosso).

É de fundamental importância enfatizar sobre o imposto sobre o café. Pois apesar dos outros gêneros acima mencionados, o peso do café nas exportações do Haiti para a França durante o século XIX sempre esteve superior a 50%. A percentagem mais baixa (55,8%) foi registrada entre 1837 e 1846. Entre 1887 e 1896, o café representou 82,2% dessas exportações. Cabe entender que o dinheiro obtido da venda não retornava no país para ser investido. Ia diretamente para os cofres dos bancos franceses. Até por que, “em 1846, o cônsul geral francês Levasseur observa que a real moeda do país é o café” (Idem, p. 201), pois é ele que constitui a base e o regulador das transações.

Enquanto isso, e para o bem deste estudo preocupado em estabelecer as origens da catástrofe que abalou o Haiti em 2010, outros dados merecem ser lembrados aqui. Deixamos a palavra mais uma vez a Benoit Joachim:

Outro produto se destaca do conjunto, pela sua importância nas exportações: as madeiras. A expansão sem precedentes das explorações florestais no Haiti no século XIX foi destacada por todas as testemunhas. As madeiras de tingimento (campêche, etc.), de marcenaria (mogno), de construção (pinheiro...) se impuseram pelo seu volume crescente à exportação. Todos os navios que saem dos portos haitianos levavam campêche (madeira vermelha), embora seja como lastro. A variedade “madeira salina”, cujas qualidades tintoriais eram postas em relevância por sua longa imersão de três semanas até dois meses antes de chegar ao porto de embarcação, ia principalmente a Le Havre, enquanto “a madeira de cidade”, de segunda ordem, fora usada na Inglaterra, na Alemanha, nos Estados Unidos. [...]. (IBID., pp. 202-3).

No parágrafo seguinte, o autor nos chama a atenção sobre o paradoxo deste processo: ao mesmo tempo em que as madeiras brutas constituíam a base das exportações em volume do Haiti, os navios norte-americanos descarregavam nos portos haitianos enormes quantidades de pranchas e outros materiais de construção. Afirma o autor: “As serrarias dos Estados Unidos eram as primeiras a tirar proveito dos frequentes incêndios

que devastavam os centros urbanos [do Haiti] e aos quais não escapavam os prédios públicos (com os arquivos), incluindo o palácio presidencial duas vezes destruído por explosão” (Idem). Dizem que para saber quem é autor de um crime basta perguntar a quem se beneficia. De fato, na maioria dos casos, isso se revela verdade.

Assim entende-se melhor que, incapaz de frear a deterioração da riqueza publica, o governo de Fabre Geffrard (1859-1867), aproveitando-se da corrente de pensamento que pregava a revisão da cláusula que bloqueava o apetite imperialista em possuir o sol haitiano, aplica uma política revisionista abrindo as portas para o capital estrangeiro. Em decorrência, a partir de 1862, um comerciante francês estabelecido em Porto Príncipe, Edmond Devèze, obteve por dez anos a concessão de toda a Ilha de La Tortue, enquanto um norte-americano, Saint-Cock Bernard, ganhou uma concessão semelhante para a Ile-à-Vaches (atualmente, o governo está prestes a expropriar os moradores desta ilha para implementar um projeto turístico). Mais tarde a ilha La Gonâve foi concedida em 1866 a Auguste Elie, amigo e ex-ministro de Geffrard. Trata-se das três ilhas adjacentes ao território do Haiti, as quais na época eram cobertas de florestas. Por essa razão mesma, o governo coletava 35% bruto sobre as cortes de madeiras e 1/6 sobre os demais produtos.

A concessão de La Tortue, retomada mais tarde por um anglo-haitiano chamado Maunder casado com a neta do ex-presidente Boyer, terminará mal para o Haiti: como resultado de reclamações diplomáticas apoiadas por uma demonstração naval inglesa, o governo terá que pagar 32 000 libras Sterling de reparo à viúva do concessionário. Por volta de 1898, encontra-se a La Tortue uma companhia estrangeira que explora o mogno e o guáiaço. Quanto a La Gonâve, se depois de Elie ainda é concedida a haitianos em 1890, de fato o grupo financeiro designado para fornecer os fundos para sua exploração é composto em grande parte por comerciantes e banqueiros alemães. (Ibidem, p. 176).

Vê-se como esta dívida, e as ginásticas para pagá-lo, levou a destruição do meio ambiente haitiano e quão grande é sua participação nas catástrofes humanas que vêm resultando de qualquer fenômeno natural que atinge o país nos últimos anos. Porém, é preciso aproveitar o gancho desse segundo tipo de indenização para apontar sobre a utilização deste elemento para extrair dinheiro dos governos haitianos.

2.4 As pilhagens imperialistas

A propensão às pilhagens destacada na citação acima não era nada casual. Era uma ferramenta regularmente utilizada com a pequena economia do Haiti desde a sua independência. A própria história do país se desenrola como o destino de uma vítima das relações internacionais nas quais a dominação e exploração do Norte sobre o Sul representa o principal marcador. Para tratar com os haitianos, a Internacional Comunitária conhece apenas uma linguagem: a da força¹⁰⁵. A onipresença de unidades da marinha dos países imperialistas no porto de Porto Príncipe constitui um dos sinais evidentes. Antes dos Estados Unidos se tornarem hegemônicos no Haiti, nos primeiros momentos os alemães e os franceses se disputaram na pilhagem das riquezas do país: são as famosas indenizações. Um olhar rápido sobre o século XIX revela que, com frequência, as potências imperialistas costumavam exigir indenizações cada vez em que seus comerciantes violavam as leis haitianas. Isto é, qualquer confronto de um norte-americano, um alemão ou um francês com a fisco haitiano era tratado como assuntos entre Estados. Entre múltiplos casos, o de Lüders (Affaire Lüders, como é conhecido no Haiti) é emblemático.

2.4.1 As indenidades

Em 21 de setembro de 1897, Emile Lüders, rico empresário haitiano de origem alemã foi preso por ter se recusado a deixar prender seu cocheiro, Dorléus Présomé, acusado de roubo pela polícia. O próprio Lüders já tinha um histórico de conflito com a polícia, tendo batido em um soldado três anos antes, no dia 7 de fevereiro de 1894.

¹⁰⁵ De 1993 até hoje, o Haiti já recebeu cinco missões de apoio, de manutenção da paz ou de estabilização: a Missão das Nações Unidas no Haiti (MINUAH), a Missão de Apoio das Nações Unidas no Haiti (MANUH), a Missão de Transição das Nações Unidas no Haiti (MITNUH), a Missão de Polícia Civil no Haiti ONU (MIPONUH) e a Missão das Nações Unidas pela Estabilização do Haiti (MINUSTAH) que completa 10 anos em 1º de junho de 2014.

Rapidamente o caso Lüders tornou-se um conflito diplomático germano-haitiano quando o governo alemão começou a exigir que Lüders fosse solto. No seu pequeno e sucinto livro sobre a *História da colônia alemã no Haiti*, o jovem médico Joseph Bernard Jr relata que, “desde sua cela, o acusado mantinha correspondências diretas com o governo alemão dando sua versão dos fatos, salientando que a colônia alemã era a mais maltratada no país” (BERNARD, 2011, p. 73). Mesmo assim, os dois acusados foram condenados a passarem um ano em prisão e a pagarem quinhentos (500) gourdes de multa. A partir deste momento, a situação degenera.

No dia 17 de outubro do mesmo ano, o representante do império alemão, o conde Ulrich von Schwerin irrompeu-se no palácio nacional, em Porto Príncipe, impondo o seguinte ultimato ao governo haitiano:

- 1- *A libertação imediata de Lüders, senão dever-se-ia pagar uma indenização crescente para cada dia de prisão – 1000 dólares para cada um dos 23 dias passados na prisão e 5000 dólares para cada dia depois do ultimato;*
- 2- *a destituição dos juízes que pronunciaram a condenação; e*
- 3- *a demissão dos 5 policiais que prenderam Lüders (estes sendo acusados por ele de violação de domicílio).*

E imediatamente, o representante alemão rompeu as relações diplomáticas com o Haiti. De acordo com um jornal alemão citado por Bernard (Ibid., p. 75), a prisão de Lüders foi tida como “uma ofensa à dignidade da Alemanha, mas igualmente um insulto a seu Imperador”.

Incapaz de lidar com tão fortes ameaças, o governo haitiano saltou Lüders e o exilou a Nova Iorque no dia 23 de outubro de 1897. Mas, logo ele viajou para a Alemanha para pleitear sua causa. Afinal, a Alemanha revisou suas exigências da seguinte maneira:

- 1- *Uma indenização de 20 000 dólares para Emile Lüders (sua prisão devendo assim ser considerada arbitrária);*
- 2- *O retorno de Lüders ao Haiti com a garantia de ser protegido contra eventuais agressões;*

- 3- *Uma carta de desculpa oficial ao Império alemão;*
- 4- *A recepção do conde de Schwerin pelo presidente haitiano numa conversa cordial, uma vez as três primeiras exigências cumpridas.*

No dia 6 de dezembro de 1897, às 6 horas e 35 minutos dois navios de guerra alemães encostaram-se ao porto de Porto Príncipe, lançando um ultimato de 4 horas ao governo haitiano para se curvar diante das exigências da Alemanha. Não somente o governo haitiano teve que satisfazer o ultimato, mas teve que fazê-lo honrando a bandeira alemã com os 21 tiros de canhão que foram acrescentados às primeiras exigências.

As pressões diplomáticas, o racismo internacional, a lógica imperialista vista nas numerosas visitas dos navios de guerra estrangeiros nos portos haitianos são alguns dos elementos significativos de uma tradição de dominação das potências europeias e norte-americanas para impor aos Estados e povos periféricos escolhas interessadas, sob o cavalo de Tróia dos valores universais¹⁰⁶. (PEAN, 2005, p. 323).

Esse histórico de assalto à mão armada na economia do pequeno Haiti permeia todo o século XIX. Podemos mencionar alguns exemplos¹⁰⁷:

- O caso do capitão alemão Batsch, em 1872: o governo haitiano pagou 15 000 dólares a dois comerciantes alemães que alegavam ter sofrido danos nos tempos dos governos anteriores de Geffrard (1859-1867) e Salnave (1867-1869);
- Depois do assassinato do presidente Salnave: 251.275 francos para os residentes franceses, 217.775 para os ingleses e 89.260 dólares para os norte-americanos. Todos pretendiam ter sofrido dano durante o levante que derrotou Salnave;

¹⁰⁶ Os valores universais aqui em questão e que são designados sob o genérico de modernidade serão analisados no capítulo a seguir.

¹⁰⁷ Muitos desses exemplos são extraídos de Jean-Claude Dorsainville. **Manuel d'histoire d'Haïti**. Port-au-Prince : Henri Deschamps, 1957, pp 178-179.

- Em 1879: os Estados Unidos da America exigem 2.466.480 dólares para Pelletier, condenado a cinco anos de trabalhos forçados por ter vendido escravos a Cuba em 1861;
- Em 1883: depois de uma pilhagem em Porto Príncipe, Jules Ferry, então ministro francês das relações exteriores e das colônias, ameaça o Haiti com intervenção militar exigindo 3.000.000 de francos de reparação;
- Em 1893: o Haiti pagou 6.000 piastres (a moeda haitiana da época) por ter prendido Mevs, um contrabandista estadunidense, depois 160.000 à viúva do britânico Maunder;
- 22 de julho de 1911: Emile e Hermann Peters (Affaire Peters) puseram fogo na sua própria empresa de serraria a vapor, em Thomazeau (Oeste), em seguida acusaram um hipotético combate entre tropas do governo e rebeldes da região. Salvo que este combate nunca aconteceu. Mas mesmo que o governo admitisse a culpa, o valor da empresa era estimado entre 30 000 e 50 000 dólares. No entanto, os empresários reivindicaram 393.469,61 dólares. Finalmente, o governo pagou uma indenização de 125.000 dólares a este dois alemães.

Não há como se espantar ao descobrir que no julgamento por corrupção de funcionários do governo em 1903 – o maior julgamento deste tipo na história do Haiti conhecido como *Procès de la Consolidation* – muitos alemães eram envolvidos até o pescoço naquela corrupção.

De acordo com Benoit Joachim (op. cit., p. 187), “em 1883, Louis Joseph Janvier avalia em 80 milhões de francos o montante das somas assim extraídas do Tesouro Público em meio século, ao lado da dívida colonial que absorveu nada menos de 120 milhões. Sem mencionar os pesados juros gerados pelos empréstimos contratados para pagar suas prestações. A espiral da dupla dívida. Ora, nos anos setenta e início de oitenta, a bela época das reclamações e indenidades apenas começava”. Esses números dão uma aproximação do uso da estratégia de indenizações pelas potências que hoje *ajudam* o Haiti

para saquearem dinheiro dos cofres do pequeno país caribenho durante o século XIX. A Alemanha, a França, a Grã-Bretanha, os Estados Unidos todos saquearam dinheiro do Haiti sob o pretexto de seus cidadãos envolvidos em negócios no país terem sofrido danos econômicos. “Sem dúvida, as frequentes punções praticadas no orçamento da jovem nação [...] tornaram infinitamente mais dolorosa a operação sem anestesia de castração do capital nacional e freou ainda mais o desenvolvimento do país” (Ibidem). Isso, obviamente, ajuda esses mesmos países a recolonizarem o Haiti hoje.

Em relação aos alemães, e para insistir mais um pouco neles, a breve crônica apresentada por Joseph Bernard jr sobre o “zênite da influência alemã no Haiti” entre 1890 e 1915 merece ser resumida aqui. Relata ele, pois, que durante esse período, “o rei Guilherme II da Prússia empenhou muitos esforços para acaparar-se do mercado comercial haitiano, e isto em detrimento da França, seu principal inimigo da época” (Ibid., p. 36). Assim, desde 1887, oficiais alemães comissionados pela sociedade alemã de geografia, começaram a redigir relatos mensais ao seu governo acerca do Haiti. Não é demais lembrar que a partir da conferência de Berlim em 1884-85, as potências europeias, em acordo com os Estados Unidos e a Rússia, se autoconferiram o direito de partilhar a África e o resto do mundo entre si, e recolonizá-lo.

Em abril de 1902, [Louis Gentil] Tippenhauer, representando um grupo de capitalistas alemães, engajou-se por meio de um empréstimo a facilitar a chegada de [Cincinatus] Leconte à presidência, em troca da concessão das minas do Haiti e do monopólio exclusivo do carvão de terra estabelecido na região do Cais [Môle Saint-Nicolas]. (Ibid., p. 37).

Importante destacar que nesta época, os banqueiros alemães presentes no país já tinham acumulado bastante força para se impor como principais financiadores tanto do pequeno comércio quanto do próprio Estado haitiano quando o Banco Nacional do Haiti era incapaz de assegurar os financiamentos. E as taxas de juro muitas vezes atingiam 35%. Entretempo, eles obtiveram os contratos de concessões para explorar as minas e construir as ferrovias. Também controlavam as linhas de navegação. Perto de 1904, um terço da produção cafeeira haitiana tinha como destinação o porto de Hamburgo. Em 1914, o Departamento do Estado Norte-americano avaliou que os alemães controlavam 80% do

comércio haitiano. Em virtude de uma convenção comercial firmada em 1908, eles conseguiram uma redução de 25% dos direitos aduaneiros sobre a importação de produtos em proveniência da Alemanha.

Como veremos adiante, essa preponderância alemã na economia haitiana participou das motivações ocultas para a ocupação norte-americana de 1915. A castração da já raquítica economia do país, pois, passava a ser um esporte no qual cada um procurava superar seu adversário. O certo é que todas essas potências imperialistas contribuem para enfraquecer o pequeno país caribenho para as catástrofes que decorrerão de qualquer movimento ou fenômeno da natureza, como ocorreu em 2010, por ocasião do terremoto.

Ricardo Seitenfus, o já citado Representante Especial do Secretário Geral da OEA e Chefe do Escritório da mesma no Haiti durante o período do terremoto, numa entrevista ao jornal suíço *Le Temps*, explica da seguinte maneira a dificuldade de “normalização do Haiti”:

Durante duzentos anos, a presença de tropas estrangeiras tem alternado com a de ditadores. É a força que define as relações internacionais com o Haiti e nunca o diálogo. O pecado original do Haiti, no cenário mundial, é a sua libertação. Os haitianos cometeram o inaceitável em 1804: um crime de lesa-majestade para um mundo conturbado. O Ocidente é naquele tempo um mundo colonialista, escravagista e racista que baseia sua riqueza na exploração de terras conquistadas. Assim, o modelo revolucionário haitiano assustou as grandes potências. Os Estados Unidos vão reconhecer a independência do Haiti em 1865. E a França exige o pagamento de um resgate para aceitar esta libertação. Desde o início, a independência é comprometida e o desenvolvimento do país impedido.

2.4.2 Os 19 anos da primeira ocupação

Dos eventos acima resumidos, um ponto merece ser realçado: antes de conseguir pagar o reconhecimento de sua independência nacional, o Haiti já caiu nos braços do imperialismo estrangeiro. Desde que foi pego na armadilha da dupla dívida, o país não conseguia aguentar as altas taxas de juros. Por isso, quando não tinha mais para onde

correr, o governo adotava a *estratégia* de recorrer à concessão de franquias aduaneiras. (As atuais leis HOPE e HELP não são diferentes). Benoit Joachim observa que :

A partir do último terço do século XIX, essa situação agrava-se. Não somente as mesmas causas de endividamento persistem e tornam-se até mais agudas, mas ainda o governo encontra-se confrontado a imperiosas carências de dinheiro para desinteressar um número crescente de imigrantes europeus e norte-americanos protegidos por seus governos, que alegam serem prejudicados, e para financiar toda uma série de obras públicas. Assim, em 1905, o montante dos empréstimos internos eleva-se a mais de 13 milhões de piastres-ouro. Número em constante aumento. (JOACHIM, op. cit., p. 183).

Esta dívida serviu de pretexto para a primeira invasão estadunidense ao Haiti, em 1915 – isto é, a primeira recolonização militar desde o fim da colonização oficial em 1804. Fieis à tradição da “Doutrina Monroe”, e procurando não permitir que a Europa intervenha nos negócios deste lado do Atlântico, os Estados-Unidos se aproveitam da instabilidade¹⁰⁸ estabelecida no Haiti por causa, entre outras, das dificuldades geradas pela dívida colonial para ocuparem militarmente o país. Ainda mais que já haviam ocupado a vizinha República Dominicana desde 1865.

Analisar o contexto e as consequências desta invasão neocolonial em si já é outra tese – o que estaria, obviamente, muito além das pretensões desta pesquisa. Nos limitaremos, por enquanto, a indicar que o ano 1914, véspera da ocupação, já era um ano de experimentação da ingerência pelo país. Mas, de agora em diante, os protagonistas são os vizinhos bem mais próximos, os norte-americanos, que procuram controlar as finanças do país em contrapartida de uma promessa de ajuda monetária. “Parece-me que o Haiti, no cenário internacional, paga essencialmente a sua proximidade com os Estados Unidos”, disse Ricardo Seitenfus, representante e chefe do escritório da OEA no Haiti em 2010.

De acordo com os arquivos do Quai d’Orsay consultados por Gusti-Klara Gaillard, quando o governo francês, que disputava no Haiti a hegemonia com a Alemanha,

¹⁰⁸ No Haiti, a instabilidade é normatizada a tal ponto que Jn Anil Louis-Juste intitulou um de seus livros : “De la crise de l’Éducation à l’éducation de la Crise/Da crise da Educação à educação da Crise”. Importa observar o uso das maiúsculas que marcam a diferença conceitual estabelecida pelo autor. Uma maneira de dizer que, o que se percebe no Haiti como crise da Educação é, na verdade, uma educação concebida para suportar uma sociedade da qual a Crise impõe-se como uma característica permanente.

foi notificado das veleidades dos EUA, preferiu “pedir uma participação ‘a uma reorganização eventual do Haiti’” (GAILLARD, op. cit., p. 107). Os Estados Unidos, no entanto, já não precisavam da opinião de ninguém para executarem seus planos. Em 17 de dezembro de 1914, os marinheiros (*Marines*) desembarcam e acaparam-se da reserva do Banco Nacional da República do Haiti e transportam-na para o National City Bank of New York. Já desde 1912, o pessoal administrativo da direção do Banco Nacional da República do Haiti era composto essencialmente de cidadãos estadunidenses. A questão é que a espiral da dupla dívida havia criado um caos que deixou o governo haitiano sem saída. Gaillard afirma que “em 1914, apesar do aumento do volume do café exportado, mais de 44% dos recursos haitianos em dinheiro eram dedicados a financiar o serviço da dívida externa” (Ibid., p. 108). No entanto, a partir do momento em que os EUA se apoderam das receitas aduaneiras do Haiti, eles começaram a coletar as receitas sem se preocuparem com os franceses. Até que finalmente, o National City Bank of New York, em 1922, comprou a dívida, o que acabou com a preponderância francesa e consagrando definitivamente a preponderância estadunidense. Isto é, o regaste da dívida atrelou de vez o Haiti na dependência dos EUA.

Acreditamos que está bem claro de que, logo proclamada sua independência, o Haiti já se tornava objeto de desejos e rivalidades entre as quatro grandes potências da chamada “comunidade internacional”: França, Alemanha, Grã-Bretanha e Estados Unidos. O historiador Leslie Manigat (2004, p. 244), numa análise da conjuntura de 1910-1911, nota que um dignitário haitiano suspeitava a Alemanha e a França de “um conjunto de planos para uma ocupação disfarçada do país”. Estes dois países, no entanto, adversários obstinados desde 1870, não tiveram dificuldades para trabalharem juntos logo que se tratava de Haiti. Do mesmo modo, o governo inglês também tinha decidido pôr entre parênteses suas rivalidades com os Estados Unidos para alinhar-se à política norte-americana no Haiti. A seguinte nota enviada pelo governo inglês confirma o perfeito casamento: “A Inglaterra não mais enviará navios de guerra nas águas de Haiti, exceto para proteger os interesses americanos” (Ibid. p, 246).

O mesmo Manigat cita um documento de 1909, firmado pelo embaixador francês no Haiti, no qual, o interessado dirige-se ao Quai d’Orsay na seguinte forma: “Os

verdadeiros adversários dos Estados Unidos no Haiti não eram os franceses, mais os alemães¹⁰⁹” (Idem, p. 245). Não se tratava de mera declaração de beligerantes à tendência belicosa. Foram os próprios estadunidenses que haviam chegado a esta conclusão retomada pelo embaixador francês.

Uma estimativa do oficial do Departamento do Estado Americano feita em 1914 mostrava que [a colônia alemã] controlava 80% do comércio haitiano, possuindo filiais de empresas alemãs administrando serviços públicos como eletricidade em Porto Príncipe e Cabo Haitiano, as linhas de tramway em Porto Príncipe e a sociedade de ferrovias do Cabo Haitiano, sem mencionar o monopólio do cais de Porto Príncipe. (BERNARD, 2011, p. 42).

Ou seja, o Haiti nunca pertenceu aos haitianos. Pior, no seu próprio território, os haitianos nunca foram considerados um real interlocutor¹¹⁰. O Haiti não passa de um campo de jogos de interesses das grandes potências do mundo moderno/colonial que disputam entre si o controle do planeta.

¹⁰⁹ Contudo, a invasão de 1915 é o resultado de rivalidades acirradas entre os quatro imperialismos pelo controle do país. Caracterizando essa época, sobretudo o período 1870-1910, o historiador Leslie F. Manigat explica: “É a grande época a nível mundial, do imperialismo com a separação do mundo entre as grandes potências. A França se agarra a sua preponderância no Haiti, a Alemanha recém-chegada na pedreira afro-asiática, faz incursões interessadas à obtenção de uma base de abastecimento em carvão no Haiti e ao estabelecimento de uma forte penetração econômica, financeira e estratégica no país. Mas os Estados Unidos já deram o tom. A hegemonia hemisférica e, enquanto isso, o controle do mar dos Caribes com as ilhas que o cercam. O Haiti encontra-se no coração desta área cobiçada. A batalha pelo controle do Banco Nacional acabou finalmente, contra toda aparência, numa vitória americana decisiva”. (MANIGAT, 2003, p. 153).

¹¹⁰ Em 2011, por ocasião do congresso anual da Société Québécoise de Sciences Politiques (SQSP), em qual participamos como expoente, uma das temáticas em discussão era “*la mise en place de normes institutionnelles dans les sociétés en conflit*”/ Instaurando normas institucionais nas sociedades em conflito”. Para além das ementas, a chamada estabeleceu em rodapé uma listagem de países em conflito: Haiti (1991-), Geórgia e Ossétia do Sul (1992-), Bósnia-Herzegovina (1995-), Croácia (1996-), Kosovo (1999), Servia e Monte Negro (2001-), Timor oriental (2002-), Etiópia e Eritreia (2000-), Burundi (2004), República democrática do Congo (1999-), República da África Central (2002-), Costa do Marfim (2004-), Libéria (2003-), Serra Leoa (1999-), Afeganistão (2003-), Iraque (2003-). Primeira anotação: o conjunto de países selecionados como sendo em conflito encontra-se seja no continente africano, no Oriente médio ou no Leste europeu, menos o Haiti localizado no Caribe. Isto é, os países nos quais o que a retórica política dominante da Internacional Comunitária desempenha suas intervenções civis e militares se localizam fora da Europa e da América. Quer dizer, fora do epicentro de controle da economia e da política planetárias. Assim, a questão colocada na chamada de comunicação da SQSP: “*Em que medida a tomada e aplicação das decisões sem nenhuma deliberação ou negociação coletiva contribuem ou não a criar nas populações destinatárias um sentimento de indiferença ou mesmo de frustração?*” não questiona uma exceção ou um erro, ainda menos uma negligência. Trata-se da norma das intervenções da Internacional Comunitária de passar por cima da soberania nacional dos povos. Pois, não há como intervir na vida de um povo e se manter sem humilhá-lo sistematicamente. Sem contar que a ONU não passa de uma instituição a serviço do imperialismo.

Entre as diferentes razões pelas quais o Haiti era objeto de tantas cobiças, podemos destacar com Manigat (Ibidem, p. 246-7):

- 1- sua posição geoestratégica no caminho ao canal de Panamá, com o cais [Môle] Saint-Nicolas considerado “o Gibraltar do Novo Mundo”;
- 2- a necessidade de transformação econômica do Haiti (sua liberalização) e de cumprimento do seu papel na divisão internacional do trabalho;
- 3- o controle do seu comércio exterior;
- 4- sua dívida externa;
- 5- a necessidade de comprovar que uma república negra é incapaz de se autogovernar.

Este último ponto parece ser a regra transversal para tratar com o Haiti. Em 1917, na ocasião de uma visita ao Haiti já ocupado pelos Estados Unidos, o subsecretário do Estado da Marinha, Franklin Delano Roosevelt, registrou no seu diário íntimo um comentário de seu companheiro de viagem, o qual se tornou depois o principal responsável civil das forças invasoras. Fascinado pelo ministro haitiano da Agricultura, o companheiro de Roosevelt disse-lhe o seguinte: “não consigo deixar de dizer para mim mesmo que este homem poderia ser vendido \$1500.00 num leilão de Nova Orleans em 1860, para ser usado como garanhão”. E Chomsky, citando o historiador norte-americano Schmidt, acrescenta: “Parece que Roosevelt gostou da história e contou-a de novo ao ministro americano Norman Armour quando da sua visita ao Haiti como presidente em 1934”.

Não podemos deixar de insistir no fato de que, quando em 1915, a Marinha dos Estados Unidos invadiu o Haiti, a administração norte-americana impusera ao pequeno país um documento unilateral chamado de “tratado” pelo qual se pretendia que imposição era feita aos invasores de manterem a ocupação. Entretanto, F. D. Roosevelt orgulhou-se de ter escrito sozinho uma nova Constituição para o Haiti, em 1918. Essa nova constituição anulava todas as leis haitianas que impediam aos estrangeiros tornarem-se proprietários de

terras no Haiti¹¹¹. Isto é, Roosevelt reformou o Direito e a justiça do Haiti para subtrair tudo que, até então, simbolizava a vontade de soberania nacional e autodeterminação do Haiti. A partir deste momento, as sociedades norte-americanas podiam se apoderar de tudo que queriam. A recolonização doravante tinha estrada livre. Assim, a Haytian American Sugar Company (HASCO) não demorou em apoderar-se de 7.532 hectares de terras; a Haytian Products Company, 3.166 hectares; HADC, 4.410 hectares etc. Em 1943, a Sociedade Haitiana de Desenvolvimento Agrícola (SHADA) se apoderou de 12.403 hectares de terras plantadas em sisal. Por isso, a SHADA teve que expropriar 40 000 famílias camponesas. Janil Lwiji (1993, p. 51) observa que “essas terras são localizadas em Cabo Haitiano, Bayeux, Cayes, Grand’Anse, Saint-Marc e Gonaïves”. Quer dizer, nos pólos econômicos mais estratégicos pela sobrevivência do país.

Uma parte das consequências das medidas de Roosevelt e da intervenção do imperialismo norte-americano sobre a utilização das terras férteis nos campos haitianos foi sintetizada por Gérald Brisson da seguinte maneira:

2308 chefes controlam uma superfície de 66,62% das terras adequadas para o cultivo, usando apenas 6,73%. [...] O escândalo mais grave ocorreu quando em agosto de 1942, a Rubber Reserve Corporation decidiu dedicar à produção de borracha 20% das terras em cultivo no Haiti na época. Essa decisão atendia unicamente às necessidades da economia de guerra dos EUA. Nosso país era escolhido para pagar a perda das plantações [norte-] americanas de borracha de Malásia e Indonésia apreendidas pelos imperialistas japoneses. (BRISSON, 1968, p. 24).

Porém, de acordo com Roosevelt, sua Constituição e “os métodos bastante tirânicos para impor sua adoção” eram todas necessárias. Pois, argumenta:

Era evidente que se nossa ocupação devesse ser benéfica ao Haiti e favorecer seu progresso¹¹², era preciso incentivar o investimento de capitais estrangeiros no Haiti [...] dificilmente podia esperar que os [norte-]americanos investem seu dinheiro em plantações e grandes

¹¹¹ Não era raro considerar os haitianos como um povo cujo sentimento nacional era a segunda natureza. Um subsecretário do Estado norte-americano, Elihu Root, descreve esse sentimento como sendo “a principal dificuldade nas relações com esse país”. O nacionalismo haitiano era tal que, logo após a independência, foi estabelecido um tipo de escudo jurídico (cf. Constituição de 1805) que impedia aos estrangeiros possuírem bens e gozarem de facilidades comerciais. Essas mesmas leis impugnavam freios nas atividades das empresas privadas estrangeiras, a fim de impedi-las de interferir nos assuntos internos do país.

¹¹² O conceito de Desenvolvimento ainda não era a moda como hoje.

empresas agrícolas no Haiti se não podiam ser eles próprios proprietários do terreno onde seu dinheiro iam ser gasto. (CHOMSKY, op. cit.).

Outra consequência das medidas de Roosevelt merece ser destacada pela sua semelhança com o que está acontecendo agora no Haiti devido à política de zonas francas, como no caso de Caracol:

Quanto aos habitantes que cultivavam essas terras, foram obrigados seja a se transformarem em cortadores de cana nas plantações norte-americanas na República Dominicana ou em Cuba (é a primeira grande migração política organizada diretamente pelos governos) seja permanecerem para trabalhar como operários agrícolas nas suas próprias terras das quais acabavam de ser expulsos. (LWIJS, op. cit., p. 51).

O êxodo rural resultando dessas medidas explica boa parte das bidonvilles/favelas em Porto Príncipe e o terrível espetáculo de mortos decorrentes do terremoto. Esse desmantelamento uma vez concluído, o Haiti se tornara rapidamente “*a marvelous opportunity for American investment*/uma maravilhosa oportunidade para investimentos [norte] americanos”. O argumento do diário, citado por Chomsky dizia o seguinte: “O haitiano médio é hábil com as mãos, é facilmente dirigido e produz uma dura jornada de trabalho por 20 centavos, enquanto no Panamá, o mesmo trabalho custa três dólares diário”. (CHOMSKY, Ibidem). Essas vantagens ganharam tanto destaque que logo na década de 1960, os investidores estadunidenses destruíram progressivamente o que sobrava da agricultura haitiana para poder realizar os seus investimentos no país. Enquanto que em 1966, tinham apenas 13 empresas no Haiti, em 1981 já passaram a ter 154. Pois, já era disponível justamente a força de trabalho que esperava ser explorada. Trata-se da famosa indústria de terceirização (*sous-traitance*) propulsada pelo liberalismo econômico promovido desde a chegada de Jimmy Carter ao poder.

Em 1982, foi o presidente Ronald Reagan que apresentou à Organização dos Estados das Américas (OEA) um programa chamado *Caribbean Basin Initiative* (CBI) cujo objetivo era transformar a região caribe, principalmente o Haiti, numa bacia produtora de força de trabalho barata (Bakan et al., 1993, p. 2). É exatamente nesse contexto que ocorreu a matança sistemática do rebanho suíno haitiano a fim de acelerar a destruição da agricultura camponesa, providenciar a contratação de haitianos para as plantações de cana,

os *bateys* da República Dominicana e aumentar o exército industrial de reserva em Porto Príncipe. (LEMOINE, 1981).

Neste ponto, o PARDN de 2010 merece ser inserido na tradição da CBI de 1982. É interessante notar que as estratégias deste programa chamado CBI eram baseadas apenas em montadoras e exportações agroalimentares. De acordo com Chomsky, aquela estratégia “teve como consequência dedicar à produção de gêneros de exportação 30% das terras cultivadas para fins de consumo local” (op. cit.). Pois, a USAID quis “*a historic change toward deeper market interdependence with the United States*/uma mudança histórica rumo a uma interdependência mais profunda do mercado [haitiano] com os Estados Unidos”. No entanto, na época da intervenção dos *Marines* (Marinheiros), em 1915, jornais como o New York Times viam apenas uma “intervenção desinteressada, motivada quase que exclusivamente pelo desejo de levar paz a gentes atormentados por repetidas revoluções”. Até por que “o povo da Ilha devia se dar conta de que [o governo dos Estados Unidos] é seu melhor amigo”. E impulsionados por essa doce amizade, os Estados Unidos queriam “corrigir, aconselhar e instruir” o povo haitiano, dando-se assim a garantia de que definitivamente este “seria curado de seu hábito de se rebelar e que aprenderia como trabalhar e viver bem”. (Ibid.).

Além de roubar as terras dos camponeses, os invasores ianques restabeleceram uma lei bastante questionada e cuja aplicação tem sido abandonada: La corvée¹¹³, isto é, o labuto, o trabalho penoso, forçado não remunerado imposto aos camponeses seis dias ao ano. Todo o funcionamento da administração pública e do exército havia sido assegurado a partir do excedente tirado do trabalho do camponês. Isso não bastava. Os generais, nas suas jurisdições respectivas, impunham ao camponês um tipo de trabalho forçado, em virtude do qual, por exemplo, o camponês pode ser chamado para

¹¹³ Trata-se de um costume muito antigo. Na colônia, o mesmo tratamento se aplicava aos presos políticos. Eis uma descrição de Léon Audain, em 1904: “O chefe de bairros rurais [chêfseksyon, em crioulo haitiano] controla as corvées [trabalho forçado realizado por camponeses]. Quando, por exemplo, um grande trabalho nacional, tal como reparação de uma estrada perto da cidade torna-se impraticável, ou uma corvée particular, como a limpeza da cavalaria de um grande chefe ou a preparação de seus jardins, exige o concurso de muitos braços, os chefes de bairros rurais prendem os camponeses. Estes, sob a vigilância de alguns guardas locais, são levados ao lugar onde deve se realizar aquele trabalho, em longas filas de homens apertados e segurando-se uns nos outros pela blusa ou pela cintura da calça. Os homens, durante a corvée, não têm direito nem a retribuição pecuniária nem à comida; trata-se de uma variedade de trabalhos forçados transitórios para inocentes”. (Jean Casimir, *radapé*, p. 130-131). Isto é, um tipo de trabalho escravo.

reparar um caminho ou limpar a cavalaria de um grande chefe. A menor resistência ou sinal de desobediência podia ser assimilada à rebelião política. E nesse caso, era susceptível de prisão. Ser preso era uma das piores coisas a acontecer na vida de qualquer cidadão. Temos um testemunho de um observador da época, relatado por Jean Casimir (op. cit.):

Nenhuma liberdade, nem a liberdade individual, a mais necessária ao homem, existe realmente no Haiti. Pode perfeitamente acontecer que alguém fique anos preso, até morrer, sem ter sido interrogado, se a questão política – e qual está por todos os lados – está em jogo no seu caso (Rodapé, p. 131).

De toda maneira, o que convém destacar é a rapidez com a qual o Haiti logo proclamada sua independência, foi recolonizado. Em certos períodos a recolonização é assumida oficialmente, em outros não. Pelo menos o que é claro é que o Haiti país independente não passa de uma ilusão. Ou melhor, a proclamação de sua independência não significou o fim da colonização. As fundações da colonização estão atuais. O pós-terremoto é apenas uma fase diferente desta colonização. Mesmo brevemente, este capítulo esboçou as suas fundações históricas. No capítulo a seguir, procuraremos indicar o que acreditamos identificar como suas fundações ideológicas e culturais.

3. AS RAÍZES DA DESUMANIZAÇÃO NO Haiti ou FUNDAMENTOS HEURÍSTICOS DA PRECARIEDADE INSTITUCIONALIZADA

Neste capítulo, pretendemos discutir o que, ao nosso ver, pode constituir o fundamento ideológico-cultural do processo de desumanização da vida no Haiti sintetizado pelo conceito de recolonização. Para isso fazer, empenhar-se-á a reflexão sobre o projeto da modernidade e suas implicações na estruturação desta sociedade. Já que, até onde apuramos, esse não é o ângulo a partir do qual se costuma estudar a sociedade haitiana. Os próprios intelectuais haitianos parecem tão atrelados à visão do Ocidente que desconhecem qualquer alternativa. Incapazes de se perguntarem como são vistos pelos ocidentais, os haitianos bem letrados, isto é, ocidentalizados, preferem enxergar-se como amigos das potências ocidentais, as quais por sua vez, enxergam os haitianos como Negros, ou seja, simples escravos em potencial, incluindo os bem letrados. Enquanto a única solução posta para o Haiti é adentrar-se na modernidade política e econômica ou na modernização de suas estruturas mais profundas, pretendemos mostrar que o projeto civilizatório da modernidade é justamente o principal responsável pelo processo de degradação acelerada da vida humana que toma conta do país tal qual é desvelado pelo terremoto de 12 de janeiro de 2010. Portanto, o Haiti põe a nu a face colonial camuflada da modernidade, ao mesmo tempo em que mostra o verdadeiro caráter e os limites do seu projeto civilizatório, os quais são bem visíveis no processo de continuidade da desumanização da vida mais acelerado do que nunca no Haiti de hoje.

3.1 Desvelando a modernidade no Haiti.

Começamos a reflexão sobre a modernidade selecionando alguns exemplos capazes de ilustrar a justeza da escolha de incluir o tema no nosso debate com sendo uma possível chave de entendimento do real haitiano.

1) No final do ano 2012, o Haiti viveu um episódio tão raro de sua história que até um furacão¹¹⁴ que varreu boa parte do país ficou atrás nas manchetes das informações midiáticas. Tratava-se da prisão de Clifford Brandt, empresário de uma riquíssima família tradicional da burguesia haitiana. O acusado Brandt foi preso no dia 22 de outubro por encabeçar uma quadrilha especializada em sequestrar pessoas ricas, geralmente da própria burguesia, para depois negociar altíssimos resgates¹¹⁵. Esse episódio chamado “O Caso Brandt” era de tal envergadura – num país onde não se conhece nenhum caso de prisão de burguês! – que o Federal Bureau of Investigation (FBI) dos Estados Unidos decidiu participar diretamente do inquérito¹¹⁶, qualificado pelo chefe da polícia haitiana como internacional, sem minimamente se preocupar em fornecer nem uma prova sequer do seu caráter internacional. Dentro dos comentários mais elaborados que o caso gerou, chamou-nos a atenção particularmente o de um respeitado estudioso dos esquemas históricos de corrupção no Haiti, economista que fez carreira no Banco Mundial, em Washington, onde cuidou de infraestruturas urbanas, de privatização de empresas públicas e de desenvolvimento econômico. Após relatar a trajetória da família Brandt da Alemanha

¹¹⁴ Entre 23 e 26 de outubro de 2012, o furacão Sandy abalou várias regiões do Haiti. Assim como Cuba e o sul dos EUA. O balanço oficial no Haiti estabelece 54 mortos, 20 desaparecidos e 18 000 famílias desabrigadas.

¹¹⁵ O último sequestro que levou à prisão de Clifford Brandt foi o de duas pessoas da família Moscoso (os irmãos Nicolas e Coralie), outra riquíssima família à qual Brandt tinha exigido um resgate de 2,5 milhões de dólares. A família Moscoso é concorrente de Brandt no mercado de concessionária de carros.

¹¹⁶ Acordo assinado pelo Haiti permite que criminosos apreendidos no Haiti possam ser julgados nos Estados Unidos, na França e no Canadá. Como se o Haiti fosse uma apêndice desses países! A realidade é que nas últimas décadas, as mulheres de famílias burguesas e das classes médias ricas praticamente não dão mais à luz a suas crianças no Haiti. Seus últimos meses de gravidez (o terceiro trimestre), elas os passam prioritariamente no Canadá e nos Estados Unidos onde dão à luz a sua prole garantindo assim que esta possa herdar da nacionalidade decorrente do *jus soli* em vigor nesses países. Enquanto a lei haitiana não admite dupla nacionalidade, vários membros do atual governo, inclusive o próprio presidente, são suspeitos de deter mais de um passaporte.

do século XIX para o Haiti passando pela Jamaica, Leslie Péan faz uma análise da própria sociedade haitiana que concluiu da seguinte forma:

A decolagem do Haiti se dará ao custo de uma **ruptura com a tradição**. Chegou o momento de mostrar a possibilidade de uma justiça igualitária, longe das névoas e espessuras responsáveis por organizar tráficos e influências que bloqueiam ou minam a confiança no Estado de direito. Possa a atenção dada a este julgamento incitar a uma ilustração do bem comum, mostrando o triunfo de uma revolução mental inscrita **no sentido da modernidade**. [...] (PÉAN, 28 de outubro de 2012. Grifos nossos).

Enquanto esta tese está agora a se defender, não somente o julgamento esperado não ocorreu (ainda), porém nem se sabe se o Brandt está ainda preso.

Basta olhar nos livros de Péan, publicados em quatro volumes com o título *Haïti: Economie politique de la corruption*, estudo esse que se estende desde o período colonial (final do século XIX) aos dias atuais, que se descubra como o voto expresso por ele neste trecho apenas atualiza a preocupação que permeia sua rica obra. Com efeito, a obra de Péan foi elaborada com um desejo assumido:

Contribuir à tomada de consciência das falhas de nossa cultura para que possamos recuperar a confiança em nós necessária para operar os ajustes que impõem a globalização e a modernidade [...] e oferecer] uma ferramenta de trabalho para todos aqueles e aquelas que desejam uma mudança no Haiti. (PÉAN, 2005, p. 22).

Entendendo bem, a fonte do *problema haitiano* encontrar-se-ia nas falhas de nossa cultura demasiadamente enraizada, é claro, na tradição, enquanto a globalização e a modernidade impõem outros ajustes mentais e culturais rumo à mudança. E o autor aposta na tomada de consciência dessas falhas a fim de neutralizar a distância entre os dois polos: de um lado, a cultura haitiana e do outro os ajustes (mentais) tornados imprescindíveis pela globalização e pela modernidade. Trate-se claramente aqui de uma leitura antieconomicista do desenvolvimento econômico segundo a qual a cultura “enclausuraria” a economia, anulando as precondições do progresso social. Pelo menos em sociedades periféricas. (cf. BRAGA, 2012, p. 46).

2) A equipe francesa presidida por Régis Debray e enviada, em 2003, (dois anos antes do lançamento dos livros de Péan) pelo Primeiro Ministro Dominique de Villepin para estudar as possíveis relações da França com o Haiti¹¹⁷, logo convida a “*levar em consideração, se quiser se preparar, o desajuste das mentalidades*” haitianas (DEBRAY, 2004, p. 29). Isto é, se não for um mero eco, a abordagem acima referida é, no mínimo, cúmplice de um

processo histórico de imposição colonial-imperial do modelo de vida e de estar na natureza da experiência cultural de Ocidente ao resto dos povos do planeta [...] modelo de conhecimento que ao recusar a validade dos saberes do outro, de todos os outros, nega o direito a suas próprias opções culturais, modo de vida e, com frequência, a próprio vida. (LANDER, 2009, p. 41).

3) Anténor Firmin (1850-1911) é provavelmente o nome mais reluzente da história do pensamento social e político haitiano e ao qual todo haitiano se refere orgulhosamente. Qualquer olhar rápido na sua obra oferece a ocasião de se deparar com ideias iluminadíssimas do tipo:

- Na grande personalidade do Negro Toussaint Louverture¹¹⁸ encontra-se o exemplo mais maravilhoso da **espantosa e pronta evolução** pela qual passaram os africanos trasladados ao Haiti;
- Nosso egoísmo de nos fecharmos aos estrangeiros só nos causou danos ao ficarmos sistematicamente longe daqueles que indiretamente teriam ajudado em **nossos esforços rumo à civilização**;
- [...] Nossas concessões sorridentes para com as **nações ricas e civilizadas** que teriam apenas deixado descer até nós suas condescendências e bondade filantrópica para assegurar **nossa ascensão no meio dos povos cristianizados**;
- Devemos fazer tudo par atrair o estrangeiro e os capitais que pode nos trazer, assim como **seu contato civilizador**;
- etc. (FIRMIN, 1911, et passim p. 80-82, grifos nossos).

¹¹⁷ No dia 7 de abril de 2003, por ocasião da comemoração do bicentenário do aniversário de Toussaint Louverture, assassinado por Napoleão numa prisão francesa, Le Fort-de-Jour, em 1803, o então presidente Jean-Bertrand Aristide lançou publicamente, e pela primeira vez na história, o pedido de restituição do dinheiro pago a título de dívida da independência e reparação pelos danos que este pagamento ocasionou no decorrer da história do Haiti.

¹¹⁸ Desde sempre, a intelectualidade haitiana fez a escolha que é mais conveniente à classe à qual presta seu serviço: supervalorizar o modelo Toussaint Louverture, negociador falido, capturado e praticamente assassinado por Napoleão, em 1803, enquanto Jean-Jacques Dessalines que liderou a luta dos ex-escravizados até a independência, em 1804, isto é, o herói da vitória e símbolo do pouco que nos resta de orgulho nacional é flagelado, denigrado quando não é simplesmente ignorado.

Pois bem: embora não nos detenhamos no moralismo da argumentação de Firmin; na hierarquização já estabelecida da humanidade, ecoada por ele; na afirmação de que alguns povos têm a vocação de civilizar outros etc., destacaremos, no entanto, que este seu último conselho de atrair o capital estrangeiro tem tido um sucesso arrasador junto às gerações sucessivas. Hoje, o Haiti está tão aberto que está sendo leiloado: as regiões de Ile-à-Vache e Môle St Nicolas (além de Caracol já analisada no primeiro capítulo) são exemplos concretos de uma política sintetizada pelo lema “Haiti is open for business”. Também, recordaremos de que até 1860, a própria existência do Haiti era negada pela “comunidade internacional” da época. Somente neste momento, o Vaticano deu o primeiro passo, aproveitando para assinar uma concordata com o governo do Haiti em virtude da qual foi-lhe confiada a educação dos jovens haitianos. Seu exemplo foi seguido 5 anos depois pelos Estados Unidos da América, somente após o fim da guerra de Secessão e da libertação dos escravos no Sul do país. Isto é, os estrangeiros é que se fecharam ao Haiti impondo-o um embargo internacional a fim de destruí-lo. E o capítulo anterior já mostrou o quanto o Haiti era aberto já nos tempos de Firmin. Mesmo assim, não seria, porventura, legítimo perguntar se Firmin, ao não entender a necessidade de os haitianos “se fecharem” aos estrangeiros durante o século XIX, ao não entender quão vital era essa precaução para a sobrevivência do país, ele acabou menosprezando o essencial da história do Haiti? Todavia, nesta altura, não entraremos neste debate para não correr o risco de perder o norte do nosso foco. Pois o que nos preocupa é apenas a comunhão de suas ideias com as de um Jules Ferry¹¹⁹ que, em 28 de julho de 1885, declarava :

Senhores, temos de falar mais alto e mais verdadeiro! Devemos dizer abertamente que de fato as raças superiores têm um direito vis-à-vis as raças inferiores. Eu repito que há para as raças superiores um direito, porque há um dever para elas. Elas têm o dever de civilizar as raças inferiores. Estes direitos foram muitas vezes esquecidos na história dos

¹¹⁹ Jules Ferry, grande pensador do imperialismo francês, foi por duas vezes ministro do governo francês da instrução (1879-1882) e das relações exteriores e colônias (1883-1885). O trecho acima citado é extraído de seu pronunciamento perante a Câmara dos deputados em 28 de julho de 1885 no qual fez questão de expor “os fundamentos da política colonial” francesa. O discurso assim como o debate em volta se encontra no site da Assembleia nacional francesa e pode ser conferido pelo seguinte link: <http://www.contreculture.org/Ferry1885.asp.htm>. Acesso: 01 jan. 2014.

séculos anteriores e, certamente, quando os soldados e exploradores espanhóis introduziam a escravidão na América Central, eles não cumpriam seu dever como homens de raça superior. Mas hoje em dia, eu pleiteio para que os países europeus cumpram com largura, grandeza e honestidade com esse dever superior da civilização.

É ainda mais preocupante quando se leva em consideração que Anténor Firmin é justamente aquele grande intelectual que, em 1885, escreveu *De l'Égalité des races humaines* (Da Igualdade das raças humanas) como valorosa resposta ao racismo do cientista francês Arthur de Gobineau, autor do livro *De l'Inégalité des races humaines* (Da Desigualdade das raças humanas). Porém, o trecho mais memorável da obra de Firmin e que impõe ao seu favor a adesão unânime entres os haitianos e haitianas encontra-se em outro livro publicado em 1911. O trecho, escrito poucos meses antes da sua morte e quatro anos antes da primeira ocupação militar (1915-1934) norte-americana do país, soa como profecia. Disse o seguinte:

[Sendo] homem, posso desaparecer antes de ver amanhecer no horizonte nacional a aurora de um dia melhor. No entanto, mesmo depois da minha morte, terá que ser entre duas coisas uma: seja o Haiti passar sub uma dominação estrangeira, seja ele adotar resolutamente os princípios em nome dos quais sempre lutei e pelos quais me bati [...] (FIRMIN, 2004, p. 68).

A asserção que completa esse trecho e que concluiu definitivamente o conjunto da obra do ilustríssimo homem político é, porém, menos conhecida, mas não menos relevante. Postula: “[...], pois *no século XX e no hemisfério ocidental, nenhum povo pode viver indefinidamente sob a tirania, na injustiça, na ignorância e na miséria*”. (IBID, grifo nosso).

Isto é, Anténor Firmin viu justo ao prever a ocupação militar do país, a qual, aliás, vinha sendo cogitada anos antes¹²⁰. Porém desapareceu deixando ileso o ponto cego

¹²⁰ Na verdade a ocupação norte-americana do Haiti era tão iminente que, em 1892, o Cônsul geral alemão, Heinrich Ernst Göring, utilizava a promessa da proteção alemã ao Haiti em caso da eventual invasão norte-americana como moeda de troca para a realização de uma convenção germano-haitiana. Essa convenção devia dar sequência à primeira reunião organizada em Hamburgo, em 1890, entre comerciantes alemães e um representante do Ministério haitiano das relações exteriores estabelecido em Berlim. A decisão tomada era acentuar a influência alemã nos negócios haitianos. Por isso era previsto um plano de imigração alemã ao Haiti. (Ver BERNARD, 2011, p. 40).

de sua análise: a relação entre a civilização ocidental e a tirania, a injustiça, a ignorância e a miséria. Pois a despeito do postulado de Firmin, qualquer visita à história do Haiti a partir da perspectiva dos de baixo não deixará dúvida nenhuma quanto ao fato de que essa relação é concomitante até mesmo consubstancial.

4) De Firmin (final de 1911) para Péan (outubro de 2012), o que não falta são personagens públicos e instituições dando eco ao postulado de que “a modernidade econômica ou política” ou “a modernização das suas estruturas” é a estrada já trilhada desde imemoriais tempos, que o Haiti tem de meramente seguir rumo a seu desenvolvimento. Por exemplo, no dia 10 de outubro de 1996 saiu no Diário Oficial da República do Haiti, *Le Moniteur*, a Lei sobre a Modernização das Empresas Públicas¹²¹. O artigo primeiro desta lei diz o seguinte:

A modernização das Empresas Públicas faz parte integrante do programa global de reformas visando a **modernizar** o Estado, promover uma alocação ótima dos recursos na economia, favorecer o espírito empresarial, estimular a produção e o crescimento econômico duradouro. (Grifo nosso).

Os processos pelos quais essa modernização transitará são definidos no Artigo três: “o contrato de gestão¹²², a concessão e a capitalização”. Mas, em nenhum momento, em nenhum lugar desta lei se fala na *privatização* que é o seu objetivo real.

Cabe destacar que, entre as considerações para justificar essa pretensa “modernização”, encontram-se:

[...] a crise profunda pela qual passam a sociedade haitiana e suas instituições tanto públicas como privadas;
[...] que convém por consequência ao Estado empreender reformas visando promover e assegurar uma gestão racional e uma utilização ótima dos recursos;

¹²¹ O processo de privatização se iniciou no Haiti em 1995, sob o nome de “modernização das empresas públicas”. A equipe governamental usou uma palavra *light* bem recebida e fluente em todos os lábios. O presidente daquela época havia sido demitido por um golpe de estado que o obrigava a ficar fora do seu cargo por três anos. Conseguiu voltar à presidência à condição de, entre outros, privatizar as empresas públicas. O que justamente foi realizado sob o nome de “modernização”.

¹²² É de fundamental importância lembrar aqui o discurso abusivamente repetido de que “O Estado é mau gestor”.

[...] que convém aumentar a produção nacional pela instauração de um clima de rigor administrativo e estimulação do espírito empresarial;
[...] que convém diminuir as cargas financeiras insuportáveis ao Tesouro Público¹²³ [...];
[...] enfim, que convém **modernizar**¹²⁴ as empresas públicas [...]. (Grifo nosso).

5) O mesmo culto à modernidade civilizatória é professada sem suspeita, por exemplo, pela diretoria de um partido político como a Fusão dos Socialdemocratas que decidiu constituir uma equipe para analisar a Constituição do país a fim de propor emendas a serem feitas nela. Isso porque, dizem esses socialdemocratas, “do nosso ponto de vista, é uma etapa no reforço e na consolidação da democracia”. No resultado que eles distribuíram somente por correio eletrônico, através dos fóruns políticos de discussão, no dia 18 de janeiro de 2009, eles escrevem:

Nós acreditamos que esta Constituição, apesar de suas imperfeições, é um instrumento que teria podido nos permitir levar **o Haiti a entrar na modernidade política** se, durante os últimos vinte anos, nós tivéssemos confiado sua aplicação a verdadeiros democratas. (Grifo nosso).

6) A crise profunda da sociedade haitiana destacada na lei sobre a modernização das empresas públicas é talvez mais aguda na universidade do que em qualquer outro lugar. Igual a todas as outras instituições, a universidade pública discursa bastante sobre a necessária busca da *institucionalização* da sua autonomia e de uma *reforma* profunda nas suas estruturas. Ainda bem, pois aos olhos do historiador Michel Hector, presidente da Sociedade Haitiana de História e Geografia: “A satisfação destas exigências representa, sem equívoco, dois requisitos de uma **verdadeira entrada do país na modernidade econômica e política**”(HECTOR, 2004, p. 4, grifo nosso).

¹²³ A expressão “cargas financeiras insuportáveis ao Tesouro Público” não se refere necessariamente a cargas cujo custo é tão alto que o Tesouro Público não tem como atender. Designa sobretudo, cargas que a economia política neoliberal recomenda que o Estado não mais assume.

¹²⁴ “O ‘moderno’ está se tornando propriedade da reação liberal. A ‘modernização’ do mercado de trabalho significa frequentemente mais direitos para o capital e para os empregadores. A ‘modernização’ dos serviços sociais significa privatização e cortes nos serviços públicos. [...]. Raramente o termo significa mais direitos para empregados, desempregados e pensionistas, menos direitos para o capital ou mais serviços públicos. Se o modernismo socialista fosse uma espécie, ela estaria à beira da extinção”. (THERBORN, 2012, pp.35-36).

7) O professor Sauveur Pierre Étienne, depois de seu pós-doutoramento junto à Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS-CNRS) de Paris, elegeu-se em 2012, coordenador do partido OPL¹²⁵ do qual é também membro-fundador. Entretanto, já tinha publicado em 2007, com o título *O enigma haitiano*, o resultado de sua tese de doutorado apresentada na Universidade de Montreal. Porém, o subtítulo é o que mais nos chamou a atenção: “**Falência do Estado moderno no Haiti**”. E justamente, o livro se introduz com a seguinte afirmação: “Após dois séculos de independência, tropas estrangeiras intervêm no Haiti pela terceira vez, e pela segunda vez em somente 10 anos [1994-2004]. Não há sombra de dúvida que se trata de um país naufragado, um Estado falido. Resumidamente, esse país simboliza a falência” (p. 19). E para explicar essa falência, o autor procura responder à pergunta: “o que explica a não emergência do Estado moderno no Haiti?” (p. 20). Isto é, o Haiti faliu e se enreda no subdesenvolvimento porque não conseguiu se construir um Estado moderno. Ao invés de buscar a arquitetura do Estado na sociedade civil, o autor toma o caminho inverso, procurando explicar “a falência” da sociedade pela “não emergência do Estado moderno”.

8) No entanto, quando o terremoto arrasou o Haiti no princípio de 2010 e que o governo “propõe” seu PARDN, a visão megalomaniaca que o orienta é a da “refundação da Nação haitiana ao transformar a catástrofe de 12 de janeiro de 2010 numa oportunidade para que o Haiti se torne um país emergente até 2030” (p. 8). E essa refundação se materializará em “uma *sociedade moderna* onde vigora o Estado de direito”, “uma *economia moderna*” e “um *sistema universitário moderno*”. (Ibid. Grifos nossos).

Se fosse necessário, poderíamos multiplicar exemplos destes tipos que concorreriam todos a demonstrar que no Haiti, hoje como sempre, dos radicais aos ultraconservadores, é impossível encontrar um grupo que não esteja expressando seus desejos de mudança. Principalmente para as classes dominantes haitianas, não se pode

¹²⁵ Inicialmente Organização Político Lavalas, em seguida, Organização do Povo em Luta, o partido OPL nasceu na calor do movimento de massas que propulsou a eleição do jovem padre de 37 anos, Jean-Bertrand Aristide, à presidência em 16 de dezembro de 1990. O seu principal fundador e primeiro coordenador foi Gérard Pierre-Charles, sociólogo e economista, grande nome da intelectualidade da esquerda latino-americana. Pierre-Charles fez a maior parte de sua carreira intelectual como professor da UNAM no México.

imaginar qualquer tipo de mudança mínima que não se enraíze na modernidade, dotada de uma transcendência atemporal, ou que não passe pela modernização, tida como onipotente.

Tradição, falhas de nossa cultura, revolução mental, egoísmo fechado, desajuste de mentalidades, esforços rumo à civilização, contato civilizador... todas são expressões de um racismo latente transplantado pelos próprios intelectuais haitianos contra os haitianos aos quais se consideram superiores. A isso denominamos de *síndrome do colonizado*¹²⁶. Todas essas expressões procuram de maneira idealista embasar a situação do Haiti em referentes culturais omitindo-se de levar em consideração os referentes culturais como sendo eles também construídos sobre bases materiais. Além do mais, considerar um povo como culturalmente bloqueado somente porque não realizasse determinadas coisas de forma igual a outros povos equivaleria a por fim à história. É considerar de modo linear que alguns são modelos e que os outros só podem imitar e reproduzir – o que seria uma dupla negação ao mesmo tempo da história do povo modelo e da do povo imitador. Trata-se de uma visão racista e de um argumento circular que significa dizer que os haitianos são incapazes de mudanças porque são haitianos.

No entanto, não podemos deixar de levar em consideração que as mudanças dentro de uma sociedade ou a passagem de um modo de organização sociopolítica para outro, de maneira alguma se dão pelo acaso de alguns caprichos, algumas curiosidades ou alguns tipos de gostos de novidades quaisquer. As mudanças sociais têm a sua origem na luta de classes, a qual expressa os diversos interesses contraditórios. É como escreveu Karl Marx, em 1859, no Prefácio a *Contribuição à crítica da economia política*:

¹²⁶ Em texto publicado em agosto de 2010, procuramos argumentar que o escolarizado (autoproclamado intelectual) haitiano padece da síndrome do colonizado devido à eficácia naturalizadora da história ocidental que legitima e universaliza o modelo do colonizador moderno/colonial e o internaliza como sendo natural, superior portanto, como a única possível. A síndrome do colonizado se reproduz mediante a ruptura ontológica de um indivíduo arrancado de sua realidade por ter sido submetido durante muito tempo a ingerir de modo acrítico um conjunto de conhecimentos e saberes separados de seu contexto de produção, os quais são-lhe apresentados como des-historicizados, des-subjetivizados, portanto, universais. Nessa relação didática-pedagógica, seu mestre – o ocidental – deixa de ser um vis-à-vis para tornar-se um superior. E ele próprio, por ter frequentado o mestre, reproduz essa relação hierarquizada em todos seus contatos com seus congêneres. Esse entendimento levou-nos a afirmar que : “Quanto mais escolarizado for o haitiano, menos haitiano ele se torna. Em outras palavras, ele se torna um intelectual-papagaio”. Ver, Franck Seguy, *Imaginaire intellectuel et élection en Haïti*. Wyclef Jean de A à Z. Disponível em :

<http://alencontre.org/ameriques/amelat/haiti/imaginaire-intellectuel-et-election-en-haiti-wyclef-jean-de-a-a-z.html>. Acesso: 01 de janeiro de 2014.

Na produção social da própria existência, os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transtorna mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura. [...]. (MARX, 2007, p. 45-46).

As formas sociais (jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas) de consciência, isto é as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência do conflito que move a sociedade, não são meras especulações. Nem apenas falsas representações. São materialmente ancorada e sustentada. Cumprem papéis fundamentais nas sociedades de classes. No Haiti, a pretensão de tudo fundamentar na modernidade ou de tudo modernizar visa a impor suavemente, nas massas, uma compreensão invertida da sua realidade a fim de fazer acreditar que o Haiti está apenas atrasado, e que para recuperar-se de seu atraso, é preciso aproveitar a “oportunidade de unir os haitianos e as haitianas, todas as classes e origens juntas, num projeto comum de refundação do país sobre novas bases”. (PARDN, p. 5).

É, assim, importantíssimo prestar atenção ao conteúdo do conceito de modernidade, sobretudo à sua retomada pela direita liberal e neoimperialista para o qual a modernização só pode ser sinônima de privatização, cortes nos serviços sociais para os trabalhadores e mais direitos para representantes do capital.

A seguir, focalizaremos, em particular, sobre os fundamentos onto-ideológicos da modernidade. Pretendemos mostrar que o Estado moderno é um sucesso no Haiti, que ele era imprescindível para o processo de recolonização do país depois da proclamação da sua independência e que ele é que é responsável pela tirania, injustiça,

ignorância e miséria que tanto no século XIX quanto no século XX ou XXI ritma o cotidiano do seu povo dentro do hemisfério ocidental.

3.2 A desumanização: essência da ideologia da modernidade¹²⁷

Para captar adequadamente o papel do uso abusivo dos conceitos de modernidade e modernização no Haiti, é preciso recordar-se de que a ideologia dominante, em qualquer formação social de classe, sempre procura dissimular toda “representação objetiva dos principais agentes sociais e seus conflitos hegemônicos [para] fornecer apenas uma explicação *plausível*, a partir da qual se possa projetar a *estabilidade* da ordem estabelecida”. (MÉSZÁROS, 2004, p. 69, grifo do autor). Isso se entende mais facilmente ao lembrarmos de que toda classe cuja intenção é implantar sua dominação tem de apresentar seu interesse como sendo o interesse geral, universal. Esse papel que a ideologia dominante vem assumindo lhe impõe a obrigação de “produzir um quadro categorial que *atenúa* os conflitos existentes e *eterniza* os parâmetros estruturais do mundo social estabelecido. [...] A categoria ‘modernidade’ é um exemplo notável dessa tendência ideológica à atenuação anistórica do conflito”. (MÉSZÁROS, 2004, p. 69, grifo do autor).

István Mészáros observa que “o uso problemático do termo ‘moderno’ se caracteriza pela tendência a *esquecer* da dimensão sócio-histórica, a serviço da ordem estabelecida”. (Ibid. p. 70, grifo do autor). “Esquecer” é apenas um modo de falar, de designar o processo que conferiu ao conceito de modernidade seu caráter atemporal, atemporalidade que se encontra bem enraizada no pensamento de Hegel, o qual identifica o princípio do mundo moderno com o pensamento e o universal, com o eternamente presente.

Com efeito, após ter identificado a modernidade com a universalidade racional, Hegel afirma peremptoriamente:

¹²⁷ Neste item e nos próximos a seguir, retomaremos com certo aprofundamento, a primeira crítica endereçada a Hegel, Weber e Habermas na nossa dissertação de mestrado em serviço social. Ver Franck SEGUY, *Globalização neoliberal e lutas populares no Haiti: crítica à modernidade, sociedade civil e movimentos sociais no estado de crise social haitiano*. 2009. Op. Cit.

O Universal se expressa no Estado, em suas leis, em suas determinações racionais e universais [...] Assim o Estado é o lugar de convergência de todos os demais lados concretos da vida¹²⁸ [...] É somente no Estado que o homem desfruta de uma existência em conformidade à Razão [...] O papel do Estado é fazer com que o substancial permaneça sempre válido, presente e inalterável no conduto real e no espírito dos homens. (HEGEL, 2006, p.135-136).

Assim, não deve ser de estranhar que, para Hegel, “a finalidade de toda educação é que o indivíduo deixe de ser algo de meramente subjetivo a fim de se objetivar no Estado. [Pois] O Estado é a Ideia divina tal como existe na terra” (op.cit., p. 136-137). Ou seja, o Estado moderno é universal e atemporal. Pois é uma emanção divina! Nesta exata encruzilhada, não é nenhum exagero afirmar que estamos dialogando com um filósofo que apenas pressupõe os alicerces de suas afirmações sem minimamente preocupar-se em demonstrá-las de modo argumentativo.

Importantíssimo é destacar que esse universal, tal como é afirmado por Hegel, mascara a luta existente entre as classes sociais para focalizar as nossas mentes em uma ilusão que só pode beneficiar a classe dominante. Pois, na verdade,

Todas as lutas no interior do Estado, a luta entre democracia, aristocracia e monarquia, a luta pelo direito ao voto etc. etc. não são mais do que formas ilusórias das quais as lutas reais das diferentes classes são conduzidas [...], e mais do que isso [...] toda classe que aspire a implantar sua dominação, ainda que esta, como ocorre no caso do proletariado, condicione em absoluto a supra-sunção (*Aufhebung*¹²⁹) de toda a forma da sociedade existente até agora e de toda a dominação em geral, tem de começar conquistando o poder político, para poder apresentar, de sua parte seu interesse como sendo o interesse geral, coisa que em um

¹²⁸ No que diz respeito à propensão absolutista em Hegel, Habermas destaca: “Hegel introduz de maneira sub-reptícia, o que visa demonstrar: primeiro teria de *mostrar*, e não simplesmente *pressupor*, que uma razão, que é mais do que o entendimento absolutizado, também *pode* reunificar de modo igualmente indispensável aquelas oposições que *tem* de desenvolver discursivamente. O que encoraja Hegel a *pressupor* um poder absoluto de unificação são menos os argumentos do que suas experiências biográficas”. (Habermas, 2002, p. 36. Os grifos são do autor).

¹²⁹ O termo filosófico *aufhebung* pode ter duplo sentido na língua alemã significando tanto **conservar, preservar** como **fazer cessar, dar um fim**. Segundo a nota do nosso tradutor, “no português [...] não existe nenhuma palavra capaz de reunir a multiplicidade de sentidos contidos na síntese dialética desse conceito”. Assim, a preferência do tradutor por supra-sunção se justifica pelo fato de que, segundo ele, esse conceito “abrange analiticamente (grosso modo) os distintos níveis de composição do conceito dialético: a superação, a retenção, a sustentação qualitativa do ser que supra-sume”. Veja Marcelo Backes, Nota à tradução in MARX e ENGELS, *A Ideologia alemã*. RJ: Civilização brasileira, 2007, p. 21-23.

primeiro momento se vê obrigada a fazer. Justamente porque os indivíduos apenas buscam seu interesse particular, que para eles não coincide com seu interesse geral, e porque **o universal é sempre a forma ilusória da comunidade**, este torna-se algo “alheio” a eles e “independente” deles, um interesse “geral” mais uma vez peculiar e especial, ou eles mesmos têm necessariamente de se mover nessa cisão, como na democracia (MARX; ENGELS, 2007, p. 57, grifo nosso).

A modernidade posta enquanto *universalidade, eternamente presente, essencialmente agora* não faz melhor do que impor o Ocidente como única civilização ao mundo todo – sendo que o Ocidente conferiu a si mesmo a missão de “civilizar” toda a humanidade. Assim, a modernidade universal serve de sustentáculo para os europeus justificarem a colonização do mundo e a escravização de negros e índios, duas categorias racistas inventadas pela ontologia moderna. A modernidade serve também para impor e manter a dominação da burguesia européia sobre as demais classes sociais das próprias sociedades ocidentais. Disso se deduz a impossibilidade de uma universalidade real dentro de qualquer ordem social de classes, muito menos dentro da ordem burguesa. Uma vez que a burguesia,

É constituída como uma força social inerentemente exclusivista, na forma autocontraditória de “parcialidade universalizada”, isto é, o auto-interesse parcial elevado ao princípio geral organizador da sociedade. Nesse ponto, a burguesia é a particularidade *par excellence*, o antigo Terceiro Estado que se torna “estamento em si e para si” – o princípio dos Estados, o “privilégio definido e limitado” (Engels) mediado através de sua negatividade (isto é, um tipo de privilégio parcial mediado por outros tipos de privilégio parcial) e universalizado como princípio fundamental dominante da sociedade e enquanto expropriação de todo privilégio para si (cf. a conversão da propriedade rural feudal em agricultura capitalista) – mas somente uma “classe em si”. (MÉSZÁROS, 2008, p. 78).

É claro que o universal não pode ser mais de que ilusório dentro da ordem capitalista, onde a divisão social do trabalho e a propriedade privada se impõem como relações sociais antagônicas com as necessidades humanas. De modo que, até que a humanidade chegue à extinção de todas as condições que facilitam a reprodução das contradições inerentes às sociedades de classes, vai continuar reproduzindo particularidades universalizadas (como o Estado) cuja existência bloqueia o desenvolvimento livre de cada um/uma. Isso enfatiza mais a necessidade histórica para que “no lugar da velha sociedade

burguesa, com suas classes e seus antagonismos de classe surja uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um seja a condição do livre desenvolvimento de todos” (MARX/ENGELS, 1983, p. 62).

Não podemos deixar de destacar tampouco que o Universal hegeliano diz respeito apenas à Europa, como ele mesmo escreve: “A história universal viaja do Oriente para o Ocidente, porque a Europa é absolutamente o final e, a Ásia, o começo desta história” (2006, p. 280). Em seu *Filosofia do direito*, Hegel deu mais um passo à frente. Na seção reservada ao Estado, precisamente no segmento C, onde ele fala da História Universal, diz claramente o seguinte: “O princípio nórdico dos povos germânicos é que tem a missão de tal realizar.” (HEGEL, 2003, p. 316). Ou seja, os povos germânicos são aqueles aos quais cabe realizar o princípio da modernidade¹³⁰.

Porventura, não seria esse princípio que tentou realizar Hitler?

Devido à intenção desta pesquisa em buscar entender o papel da modernidade em um país originalmente colonizado e escravizado no dito Terceiro Mundo, não deixaremos de indagar sobre a posição de Hegel a respeito de um ponto crucial: o que os outros povos fora do Ocidente teriam a ver com essa história moderna universal e atemporal? No entanto, em *La raison dans l’histoire*, ele responde assim:

A América não está completa do ponto de vista da sua realidade elementar, ainda menos de sua constituição política. [...] As primeiras manifestações de tal ordem [sólida das coisas] que lá têm aparecido são de natureza europeia. [...] A América é, portanto, o país do futuro onde nos tempos futuros se manifestará, no antagonismo, talvez, da América do Norte com a América do Sul, a gravidade da história universal. (HEGEL, 2006, p. 241-2).

A autoproclamada superioridade europeia encontra-se bem claramente afirmada aqui. Mas, mesmo assim, a América – por ser um apêndice europeu – não deixou de ser o país do futuro. Só resta saber, então, o lugar da África na história. A sentença de Hegel é franca e direta: “O continente África não é muito interessante do ponto de vista da sua história, mas pelo fato de que lá, vemos o homem em um estado de barbárie e de

¹³⁰Mészáros destaca que “em Filosofia do direito, Hegel une o ‘princípio da modernidade’ ao ‘princípio do norte, o princípio dos povos germânicos’ (MÉSZÁROS, 2004, p. 71. Nota de rodapé)”.

selvageria que lhe impede **ainda** de fazer parte integrante da civilização” ¹³¹. (HEGEL, 2006, p. 247. Grifo nosso).

Na frase de Hegel, é obvio que a palavra “ainda” sugere a ideia que a participação do Continente África na “civilização” não chegaria antes da intervenção ocidental. Por isso é que a missão “civilizatória” neste Continente cabe aos pregadores da modernidade. Na parte setentrional da África, observa Hegel:

Saíram, às vezes, alguns povos que são tão bárbaros e selvagens que toda possibilidade de entrar em relação com eles era inimaginável. [...] Hordas de negros penetraram também em Abissínia [...] com a mais insensata desumanidade e a mais repugnante brutalidade. (Ibid, p. 249).

Dotado de uma visão desta, é com a mais obvia naturalidade que Hegel proferiu outra sentença:

Nesta parte principal da África, não pode haver história propriamente dita. O que acontece lá é uma série de acidentes, de fatos surpreendentes. Não existe aqui uma finalidade, um Estado que poderia constituir um objetivo. Não existe uma subjetividade, mas apenas uma massa de súditos que se destroem. (Ibid.).

A história sendo obra de seres humanos, como se pode imaginar uma parte do mundo onde não haveria história quando se sabe que “a primeira premissa de toda existência humana e, portanto, também de toda a história, é a premissa de que os homens, para ‘fazer história’, se achem em condições de poder viver” (MARX/ENGELS, 2007a, p. 50)? Por que a história deveria ser mero privilégio de um grupo quando se sabe que “o primeiro ato histórico é a geração dos meios para a satisfação dessas necessidades [alimentos, moradia, vestimenta etc.], a produção da vida material em si, e isso é, sem dúvida (...) uma condição fundamental de toda história.” (Ibid)? Em qual parte do planeta se encontram a produção e a reprodução da vida, tanto da própria vida no trabalho – categoria fundante do ser social(da humanização) – quanto da vida que se perpetua na

¹³¹ Não se pode esquecer que a colonização do continente que será nomeado América, em homenagem ao navegador Américo Vesúcio, será justificada pela necessidade de civilizar o “Novo Mundo”, da qual faltava principalmente a fé cristã. Por isso mesmo é que são bárbaros. Veja, a respeito, a provocadora análise de Walter D. Mignolo, *La Idea de la América Latina*, Barcelona, Gedisa, 2007, p. 45.

procriação, que não sejam relações históricas no duplo sentido de relação natural e relação social? Então, em nome de qual testamento, uma minoria da humanidade se confere a si próprio o direito de proclamar a história como seu patrimônio exclusivo?

É claro que sem a injeção de ideias como as de Hegel, teria sido praticamente impossível justificar a colonização e a escravização tanto aos olhos do povo colonizador como aos do povo colonizado. Walter D. Mignolo resume isso em uma frase: “A colonização do ser consiste em nada menos que gerar a ideia de que certos povos não formam parte da história, de que não são seres”. (MIGNOLO, 2007 p. 30). Exatamente isso é que Hegel afirma nas linhas seguintes:

De maneira geral, devemos dizer que, na África interior, a consciência não chega à intuição de algo solidamente objetivo, de uma objetividade. [...] Os africanos, por enquanto, ainda não chegaram a este reconhecimento do universal. [...] O homem¹³², na África, é o homem na sua imediação. O homem como homem se opõe à natureza e assim se torna homem. [...] **O negro representa o homem natural em toda sua barbárie e falta de disciplina. [...] Não se pode encontrar nada no seu caráter que combina ao humano.** (HEGEL, 2006 p. 250-251, grifo nosso).

O “negro” hegeliano vive na imediatez. Na espontaneidade. Ou seja, no estado de natureza. Sem religião. Nem cultura. E, como tal, não participa da liberdade. Pois “a liberdade [...] não é um estado natural e imediato, tem que ser adquirida e conquistada, pela mediação infinita da educação do saber e do querer.” (Ibid., p. 142). É por isso que

(...) A escravidão contribuiu para suscitar um maior sentido de humanidade nos negros. [...] Na medida em que ocorre no quadro do Estado, a escravidão é em si mesmo um momento de progresso em relação à mera existência isolada e sensível, um momento da educação, uma espécie de participação a uma vida ética e cultural superior. (Ibid., p. 259-260).

Não se pode inventar maior justificativa para a desumanização! A superioridade ocidental é tão absoluta e desmedida que cabe ao europeu condescender em civilizar o africano e ao branco escravizar o “negro” a fim de educá-lo para que seja capaz

¹³² Parece surpreendente que ele não colocasse aspas.

de gozar da vida ética e participar da cultura. Por exemplo, o historiador haitiano Jean Fouchard (1988, p. 36) relatou como, em 1790, um senhor colonial, filosofando sobre a “sorte” dos escravizados, tinha declarado que, quando um comerciante europeu vai para a África prender um cativo, esse comerciante oferece a seu cativo o único socorro que poderia salvar-lhe a vida. A história humana comprova definitivamente que,

Quando as pessoas exercem seu poder sobre outras, sejam elas patrões, aristocratas, ditadores, monarcas, burocratas ou colonos, elas precisam de uma ideologia justificadora. E a forma abstrata desta justificação é quase sempre a mesma: quando X exerce um poder sobre Y, ele o faz “por seu bem”. Em outras palavras, o poder se apresenta sempre como altruísta. (Bricmont, 2006, p. 37).

Enquanto isso, esse cinismo já não é mais monopólio de Hegel. Em um artigo publicado na Revista *Les Griots*, em 1938, Lorimer Denis e François Duvalier, ambos membros da *Société d'Histoire et de Géographie d'Haïti*, membros titulares do *Institut International d'Anthropologie de Paris* e da *Société d'Ethnologie de Paris*, acreditam dar a maior prova de terem alcançado um grau superior de cultura ao concluírem sobre o que eles chamam de “carência de uma consciência nacional” e “carência de uma consciência moral” no haitiano. Enquanto elogiam a “sinceridade dos nossos [seus] congêneres nas suas tentativas para se integrarem na civilização ocidental [...] se conformarem com os valores tradicionais do Ocidente”(DENIS/DUVALIER, 2004, p.13), eles lamentam o fato de que “a vida do haitiano contemporâneo se revela aos olhos do observador [como] marcada pelo mais perfeito naturalismo. [...] Esse comportamento social provém do mesmo complexo que dificultou a evolução das sociedades da África negra: *a falta de vigor de uma personalidade coletiva*”. (IBID. Grifo do autor). E dando maior eco às ideias de Hegel (o que não implica em necessariamente terem lido o filósofo alemão), eles conclamam seu otimismo “sobre as possibilidades dos povos da África negra subirem na escada da civilização” (p. 5) e sobre os esforços que eles próprios estavam desempenhando “para dar um ponto de apoio espiritual à consciência coletiva do haitiano, ainda presa às contingências da existência imediata” (p. 6). A síndrome do colonizado atinge aqui um dos seus cumes.

Hegel considera que a escravidão não deve continuar existindo eternamente,

embora em certos possa ser “ainda necessária. É um momento de passagem para um grau superior.” (op. cit, p. 261). Apenas isso. Talvez por isso mesmo considere que:

A escravidão é uma injustiça em si e para si, porque a essência humana é a liberdade. Mas para chegar à liberdade, em primeiro lugar, o homem tem de adquirir a maturidade necessária. A eliminação gradual da escravidão é, por essa razão, mais oportuna e mais justa de que a sua abolição brutal. (Ibid., p. 260).

Igual a um mestre em acrobacia, Hegel encontrou filosoficamente uma hábil combinação conceitual para ao mesmo tempo justificar a escravidão, sua continuação e sua abolição. E nesse arranjo, tudo se passa em conformidade com a visão hegeliana do mundo que produz a dialética do amo e do escravo. O que concedeu pela mão esquerda, porém, Hegel já tirou logo pela direita. Na verdade, ele quer mesmo é eliminar no horizonte do raciocínio moderno/colonial a ideia da possibilidade de um povo escravizado (uma “horda de negros”, como ele lhes chama) que se autoliberta. Ao contrário, o escravizado deveria testemunhar da sua gratidão ao colonizador escravocrata por este aceitar cumprir com a divina missão de levar a civilização (educação, vida ética, cultura, evangelho...) e tudo que seja capaz de oferecer àquilo a oportunidade de adquirir a maturidade necessária para chegar à liberdade. Liberdade esta que lhe será concedida apenas quando fosse comprovada a sua capacidade de participar da essência humana que lhe faltava “naturalmente”.

Assim, sem nenhuma dúvida, de acordo com o princípio hegeliano da modernidade, a Revolução Haitiana é uma “anomalia da História”. Composto de “hordas de negros” capturados na África, levados como escravos para a chamada América, e que se rebelam contra os “mestres civilizadores”, o Haiti¹³³, certamente, “não faz parte do mundo

¹³³ Certamente, é para tornar o axioma de Hegel eternamente verdadeiro que o Haiti está pagando ainda o preço da sua auto-libertação brutal. Cabe destacar a unicidade do povo haitiano que é o primeiro e até os dias de hoje, o único a ter desafiado a ideologia da modernidade, ao procurar seu próprio caminho abolindo a escravidão por conta própria e realizando sua independência. Não apenas o Haiti pagou um preço altíssimo – mais de 21 bilhões de dólares, na moeda atual – à França para deixá-lo supostamente buscar seu caminho com tranquilidade, mas toda a história haitiana está cheia de intervenção das potências ocidentais aos olhos dos quais sempre o Haiti foi e continua sendo uma “anomalia na História”. A última ocupação vem ocorrendo no início deste século XXI, em decorrência da qual, são os filhos dos conquistadores europeus que encabeçam a ocupação do país desde 2004, sob a liderança do Brasil, país que vem desde então assumindo abertamente suas pretensões sub-imperialistas. (Ver Joël Léon, Haïti: première victime de la tentation impériale du Brésil, in <http://www.mondialisation.ca/haiti-premiere-victime-de-la-tentation-imperiale-du-bresil/5337637>).

histórico” hegeliano. Pois, disse Hegel: “O que nós chamamos de África, em resumo, é um mundo a-histórico não desenvolvido, totalmente preso do espírito natural e cujo lugar ainda se encontra no limiar da história universal.” (Ibid., p. 269). Ao contrário, os escravizados haitianos cometeram o erro mais colossal de suas vidas ao fugirem da “participação cultural superior” que lhes fora oferecida pelos escravocratas modernos. Assim, perderam a (única) oportunidade de serem educados para chegar a uma humanidade maior. Não é de estranhar então que os apóstolos da modernidade no Haiti estão pregando o Estado moderno, a incondicional entrada do país na “modernidade econômica e política”. Como se o Haiti não estivesse já na modernidade!

Ideias como as de Hegel foram fundamentais para o Universal europeu institucionalizar a escravidão nesta vasta região rica em recursos naturais que será batizada de América¹³⁴. E para que seus descendentes pudessem continuar impunemente a matança de índios e negros como está ocorrendo hoje, em pleno século XXI. Foi indispensável que fosse introduzida na mentalidade europeia a ideia/certeza de que alguns seres são superiores e outros inferiores. Uma vez que “a colonização e a justificação para a apropriação da terra e a exploração da mão-de-obra no processo da invenção da América requereram a construção da ideologia do racismo” (MIGNOLO, 2007 p. 40). Essa invenção passa, entre outros meios, pela introdução da noção do ser índio na mentalidade europeia e a redefinição dos africanos como negros e escravos. Assim criou-se a estratégia necessária para classificar e categorizar a humanidade de acordo com certas especificidades (geográficas, históricas, raciais...). O grande mérito de Hegel é ter conseguido fundamentar essa categorização e classificação como naturais porque “vêm” da maior autoridade que possa

Ninguém pode esquecer que o racismo era e ainda é imprescindível para o capitalismo. Assim também como o patriarcado e o sexismo, dos quais se nutre. Centenas de mulheres já foram estupradas em decorrência da ocupação do país pelos soldados latino-americanos. A atual situação vivenciada pelo Haiti mostra claramente que o racismo tem uma vida longa pela frente.

¹³⁴Esse continente (novo para os europeus) receberá o nome de América, em homenagem ao navegador português Américo Vespúcio, apesar de Cristóvão Colombo, o navegador espanhol, ter chegado lá dez anos antes. O fato é que Vespúcio se deu conta que se encontrava num “Novo Mundo” e não na Índia, como tinha acreditado Colombo. A terminação da palavra Américo foi mudada para América para que fosse análoga à dos continentes não europeus: África e Ásia. Cabe salientar, como lembra Mignolo (op. cit. p. 29), que em tudo isso, os povos indígenas (chamados índios pelos europeus) não foram convidados ao diálogo.

existir e que ninguém tem direito a questionar: “vêm” de Deus¹³⁵. A ideologia dominante não tem papel mais fundamental de que eliminar toda possibilidade de contestação. E, no presente caso, atrás desta sublimação em um universal abstrato proveniente de Deus ou de um ser transcendental, se ocultam a geopolítica e a política corporal, as quais serviram para invadir as terras do chamado Novo Mundo, saquear as riquezas, escravizar as pessoas para explorá-las.

A respeito disto, Walter D. Mignolo assinala justamente que

A hierarquia depende de quem está na posição de poder para decidir o modelo e aonde se situam em respeito a ela. [...] O modelo de humanidade renascentista europeia se converteu em hegemônico, e os índios e os escravos¹³⁶ africanos passaram à categoria de seres humanos de segunda classe, e isto, quando são considerados seres humanos. Trata-se dos cimentos históricos, demográficos e raciais do mundo moderno/colonial (2007, p. 41).

Importa sublinhar que nem os “Índios” nem os Africanos poderiam objetivamente classificar os povos do planeta e nem sequer estavam interessados em fazê-lo. Não somente porque faltavam-lhes os meios político-militares para tal desempenho; por sua vez, não é de absoluta certeza que os povos europeus também teriam desenvolvido a concepção hierarquizada do mundo bem antes de possuírem os meios necessários para envolver-se na sua verdadeira hierarquização. É uma das teses sustentadas por Christopher Baly, na sua obra *The birth of the modern world/O nascimento do mundo moderno*, que não cabe discutir aqui. O que importa, por enquanto, é destacar que os “Índios” e os “africanos”

¹³⁵ O trecho citado anteriormente se lê assim: “De maneira geral, devemos dizer que, na África interior, a consciência não chega à intuição de algo solidamente objetivo, de uma objetividade. Por objetividade sólida entendemos Deus, o eterno, o justo, a natureza, as coisas naturais. Na medida em que está em relação com uma entidade semelhante bem consistente, o espírito sabe que depende desta, mas, ao mesmo tempo, na medida em que se eleva até esta, sabe também que ela é um valor. Os africanos, por enquanto, não chegaram ainda a este reconhecimento do universal. A natureza deles é o fechamento sobre si. O que nós chamamos de religião, Estado, realidade existente em si e para si, válida absolutamente, tudo isso ainda não existe para eles. Os abundantes relatórios dos missionários não deixam possibilidade de duvidar a respeito disso. A única via que em certa medida aproxima os negros da cultura é o Islã. [...] O que caracteriza os negros, é precisamente que sua consciência não chega à contemplação de qualquer objetividade sólida como, por exemplo, Deus, a lei, à qual possa aderir a vontade do homem e pela qual possa chegar à intuição da sua própria essência. O homem, na África, é o homem na sua imediação. O homem como homem se opõe à natureza e assim se torna homem. [...] O negro representa o homem natural em toda sua barbárie e sua falta de disciplina. [...] Não se pode encontrar nada no seu caráter que combine ao humano”. (HEGEL, 2006, p. 250-251).

¹³⁶ Será que o uso da palavra “escravos” nesta frase é necessário?

não procederam à hierarquização do mundo pela razão simples que esse exercício não fazia parte da sua concepção de mundo. Gilberto Freyre nos oferece um trecho que, talvez, illustre esse antagonismo de cosmogonia. Após ter descrito as funções da casa-grande patriarcal dos tempos coloniais, Freyre ressalta:

Por segurança e precaução contra os corsários, contra os excessos demagógicos, contra **as tendências comunistas dos indígenas e dos africanos**, os grandes proprietários, nos seus zelos exagerados de privativismo, enterraram dentro de casa as jóias e o ouro do mesmo modo que os mortos queridos. [...] Às vezes dinheiro dos outros de que os senhores ilicitamente se haviam apoderado. (FREYRE, 2007, p. 40, grifo nosso).

Não podemos deixar de ver aqui que os indígenas e os africanos não estavam dispostos a fazer qualquer classificação dos seres humanos, ainda menos classificação racista. Pois eram “comunistas”, isto é, não conheciam ainda outro modo de conviver senão o de liberdade para todos, igualdade e solidariedade entre todos. A classificação da humanidade só ia ter lugar dentro do contexto da “necessidade” do capitalismo moderno de escravizar o “outro” para justificar a pilhagem de riquezas. Por isso mesmo é que a ideologia racista ia contribuindo à construção da modernidade/colonialidade, inventada para assegurar a expansão do capital fora do seu foco de nascimento – a Europa. É também por isso que “é conveniente considerar a ‘modernidade/colonialidade’ como duas caras da mesma moeda e não como duas formas de pensamento separadas: *não se pode ser moderno sem ser colonial*”. (MIGNOLO op. cit., p. 32, grifo nosso).

E vale muito destacar a importância de procurar entender a modernidade partindo das ideias de Hegel. Com efeito, a contracapa da versão francesa de seu livro *La raison dans l’histoire*, o apresenta justamente como “o centro da filosofia hegeliana, no qual se baseia *todo pensamento moderno*” (grifo nosso). E não é demais destacar que nossa crítica a Hegel se baseia neste seu texto, e não no conjunto da sua obra. Uma crítica à vasta obra de Hegel não somente não caberia dentro de uma simples tese de doutorado como também estaria bem além das nossas capacidades.

3.3 A modernidade e sua força mais significativa: o capitalismo

A modernidade na perspectiva dominante é entendida como a direção da história cujo objetivo e modelo é a Europa¹³⁷. É esta a definição de Max Weber, um dos mais influentes sociólogos dos tempos atuais, nesse sentido, seguidor de Hegel. A introdução do seu bem conhecido livro *A ética protestante e o espírito do capitalismo* desempenha esse papel de estabelecer, recorrendo à fala competente¹³⁸, a superioridade passada, presente e futura da moderna civilização europeia. Já no primeiro parágrafo, Weber afirma:

No estudo de qualquer problema da história universal, um produto da moderna civilização europeia sempre estará sujeito à indagação sobre qual combinação de fatores a que se pode atribuir o fato de na civilização ocidental, e somente nela, terem surgido fenômenos culturais dotados (como queremos crer) de um desenvolvimento *universal* em seu valor e significado. (WEBER, 2003, p. 7, grifo do autor).

Daí ele vai afirmando a suposta e autojustificada superioridade moderna ocidental na ciência, na historiografia, na arte, na arquitetura, na organização política e social até encerrar, não sem orgulho, que: “O mesmo ocorre com a força mais significativa de nossa vida moderna: o capitalismo” (Ibid., p. 9).

¹³⁷ “Tem bastantes fatos para comprovar o caráter excepcional do desenvolvimento histórico da Europa no sentido de que o dinamismo europeu, e não desenvolvimentos inerentes às outras sociedades, deu origem à transformação do mundo. Não poderia ser negado, aliás, que a ‘modernidade’ foi, no sentido próprio como no sentido figurado, transmitida ao mundo nas roupagens ocidentais.” Esta afirmação vem do historiador inglês Eric J. Hobsbawm, quem escreveu o prefácio do livro publicado em 2004 sob o título, *The Birth of the Modern World 1780-1914*, por Christopher C. Bayly, professor titular da Cadeira de história imperial e naval na Universidade de Cambridge. O trecho citado aqui foi traduzido por nós da versão francesa, *La naissance du monde moderne*, do mesmo livro publicado em 2007 (p. 12).

¹³⁸ Em relação a essa noção, Marilena Chaui (2007, p. 19) diz o seguinte: “O discurso competente é aquele que pode ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro ou autorizado (estes termos agora se equivalem) porque perdeu os laços com o lugar e o tempo de sua origem [...] O discurso competente é o discurso instituído. É aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância. O discurso competente confunde-se, pois, com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, isto é, com um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram predeterminados para que seja permitido falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua própria competência”.

Antes de tudo, cabe chamar a atenção de que justamente “o principal obstáculo que se eleva frente à via de uma história universalizada é a ideia bem ancorada de uma superioridade europeia (ou para falar como os americanos, ‘ocidental’)” (HOBSBAWM, 2007, p. 10. Esse mito da superioridade ocidental “fazia da Europa a fonte única de todo crescimento histórico dinâmico, da mudança e dos progressos científicos e técnicos, e, por conseguinte, de valores morais e de instituições superiores [...] (IBID)” Cabe, entretanto, ressaltar que a ideologia segundo a qual os europeus são os senhores da espécie humana acabou conferindo a estes o direito e o dever unilateralmente proclamados de civilizar a humanidade. Até por que, “o [próprio] conceito de ‘civilização’ tornou-se sinônimo de ‘civilização ocidental’ (IBID, p. 11)”. Assim, como assinala Christopher Bayly, “os europeus tornaram-se rapidamente os melhores a partir do momento em que se trata de matar”. (HOBSBAWM apud BAYLY, 2007, p. 13).

Em relação a Weber, é importante sublinhar como ele busca naturalizar como atemporal e, sobretudo, universalizar o capitalismo que ele mesmo apresentou como a força mais significativa da modernidade. Defende ele:

O “impulso para a aquisição”, a “ânsia do lucro”, o “quanto mais dinheiro melhor” não tem nada a ver em si com o capitalismo. Esse impulso existiu e existe [...] em todo tipo de gente e classe social, em todas as épocas e nações [...]. No entanto, o capitalismo, pela organização capitalista permanente e racional, equivale à procura do lucro, de um **lucro sempre renovado**. Só pode ser assim (WEBER, p. 9, grifo do autor).

Ou seja, Weber identifica economia mercantil com economia capitalista. Assim, ele acabou encontrando capitalismo até mesmo na antiguidade.

Deve-se destacar, entretanto, aqui a persistência em Weber da mesma tendência à atemporalidade observada em Hegel. Conforme o pensamento de Weber, diríamos que o capitalismo se caracterizaria pela procura sempre renovada de lucro, cuja ânsia sempre existiu em todas as épocas. E é isso sua profunda intenção, como ressaltou Mészáros: decretar “a impossibilidade fundamental de superar o capitalismo enquanto ordem socioeconômica e política” (2004, p. 148).

Na citação de Weber, é fundamental destacar que ele desconsidera os meios mediante os quais o lucro se renova. Se os tivesse considerado, ele seria forçado a reconhecer 1) a falsidade da sua pretensão de que “esse impulso existiu e existe em todo tipo de gente e classe social, em todas as épocas e nações”; 2) o papel do trabalho como antagonista estrutural do capital 3); portanto, a possibilidade da alternativa hegemônica do trabalho à ordem social do capital; e, finalmente, 4) que o lucro se renova mediante a exploração de uma classe sobre as outras e que então apenas a primeira está à procura de lucro sempre renovado. Ora, o conceito de trabalho é exatamente aquele que Weber não deseja mencionar.

Em um dos seus textos mais famosos, *Metodologia das ciências sociais*, Weber deu mais uma definição do capitalismo que chama a atenção. O capitalismo weberiano seria uma “cultura” “na qual o princípio norteador é o investimento de capital privado”. Antes de analisar as funções ideológicas que desempenha esta última definição weberiana do capitalismo, é preciso deixar claro que a intenção de Weber é nada menos de que construir um instrumento “neutro” de análise da realidade social, que ele chama de “tipo ideal”, o qual “não tem absolutamente nenhuma conexão com juízos de valor, e não tem nada a ver com nenhum tipo de perfeição, a não ser aquela puramente lógica (WEBER apud MÉSZÁROS, 2008, p. 19)”.

Não deveria ser necessário assinalar o caráter inteiramente quimérico do programa de Weber, pelo simples fato de que um instrumento de análise nunca pode ser radicalmente neutro em relação ao objeto ao qual se aplica. Mas é preciso enfatizar que, em nenhum momento, Weber foi descuidado nas suas escolhas. O primeiro ponto a ser ressaltado é que, quando Weber afirma que o capitalismo é uma cultura, é preciso ver que ele evita cuidadosamente outros termos apropriados como “formação social” ou “modo de produção”. Está claro que a interpretação que estes últimos sugerem não é aquilo ao qual predispõe o termo cultura quando se trata da expansão da formação social capitalista. Por exemplo, a formação social haitiana, em situação periférica capitalista, tem sido sempre uma terra fornecedora de matérias-primas e de mão-de-obra barata. Hoje, na sua situação reforçada de epiperiferia e de recolonizado, o Haiti continua sendo uma terra fornecedora de forças de trabalho baratíssimas, que seja internacionalmente na forma de trabalho

migrante, ou localmente na sua metamorfose em território de zonas francas industriais prioritariamente de têxtil.

Também é preciso observar, em segundo lugar, que o capitalismo weberiano se caracteriza por um “princípio norteador”. Mas, essa caracterização se deu “sem nenhuma tentativa de explicação dos fundamentos – se houver algum – dessa estranha entidade metafísica” (Ibid., p. 20). Assim, estamos diante de uma projeção a-histórica da forma mais desenvolvida do capitalismo que retrocede ao passado, se considerarmos que o “princípio norteador” precisa se evidenciar em todos os estágios. Porém, essa projeção a-histórica não ocorre por acaso. Faz parte integrante da intenção de Weber. Por exemplo, na introdução de *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, ele afirma que “o capitalismo e as empresas capitalistas [...] existiram em todos os países civilizados da Terra [...] na China, na Babilônia, no Egito, na Antiguidade Mediterrânea e na Idade Media, tanto quanto na Idade Moderna” (op. cit. p. 10). Isto é, tendo certeza de já ter preparado nosso espírito, ele apenas deixa para concluirmos que o capitalismo sempre existiu, e, como corolário, sempre existirá.

Vê-se, então, a necessidade de chamar a atenção de Weber e de seus seguidores sobre o fato de que

A época capitalista se caracteriza pelo fato de que a força de trabalho adquire para o trabalhador, a forma de uma mercadoria que lhe pertence, e seu trabalho, por conseguinte, toma a forma de trabalho assalariado. Além disso, só a partir desse momento a forma mercadoria dos produtos de trabalho se torna a forma social dominante (MARX, 1985, p. 384)¹³⁹.

Quer dizer, antes que ocorresse o processo que permitisse ao possuidor de dinheiro encontrar no mercado o trabalhador livre – livre tanto como pessoa dispondo da sua força de trabalho sob a forma de mercadoria quanto como possuidor de mercadoria que não tem absolutamente mais nenhuma outra mercadoria que a sua força de trabalho para vender a fim de sobreviver (Ibid., p. 131) – teria sido impossível existir “o capitalismo e as empresas capitalistas”.

¹³⁹ Se trata da nota 4 referente ao capítulo VI d'O Capital, Compra e venda da força de trabalho.

Em terceiro lugar, Mészáros ressalta que o artifício de Weber, ao definir “o investimento de capital privado” como o princípio norteador do capitalismo, desempenha a função de bloquear “de modo conveniente a questão absolutamente crucial do inter-relacionamento estrutural entre o capital e o *trabalho*” (op. cit. p. 20, grifo do autor). Justamente, o grande ausente da definição weberiana do capitalismo é o termo trabalho. Essa conspícua ausência se explica por que todo reconhecimento da presença do trabalho no processo de desenvolvimento capitalista obriga a admitir que a “expectativa de lucro” não se realiza apenas “mediante a utilização das oportunidades de troca¹⁴⁰”, mas, sobretudo e essencialmente, através da extração de mais-valia.

A ausência tão conspícua do campo do trabalho na definição weberiana do capitalismo “proporciona, convenientemente, a justificativa necessária e a legitimação para a persistência do modo de produção capitalista, contra as reivindicações do trabalho expropriado” (Ibid., p. 21). Este é o quarto ponto da análise de Mészáros acerca da definição do princípio norteador do capitalismo como o “investimento de capital privado”. Pois, o capitalismo também se caracteriza por sua tesourização do capital excedente, ou seja, por não se investir. Este é o quinto ponto da sua análise. Assim, definir “o investimento de capital privado” como princípio norteador do capitalismo não pode cumprir outra função de que a de bloquear “com êxito, uma área fundamental de pesquisa: especificamente um questionamento crítico do caráter extremamente *problemático* do tipo capitalista de investimento, na medida em que está *necessariamente* associado a crises e convulsões” (Ibid. Grifo do autor).

Em sexto lugar, definir o “investimento de capital privado” como “princípio norteador do capitalismo” “é válido – com as restrições feitas acima – somente para uma determinada fase histórica do desenvolvimento capitalista e, de forma alguma, como um ‘tipo ideal’, no seu sentido weberiano” (Ibid.). E, em último lugar, mas nem por isso menos importante, com uma definição tão estática, que nocauteia o trabalho fora do ring antes da luta se iniciar, Weber espera eliminar todo o

¹⁴⁰ “Chamaremos de ação econômica ‘capitalista’ aquela que se baseia na expectativa de lucro mediante a utilização das oportunidades de troca, isto é, das possibilidades (formalmente) pacíficas de lucro”. (Weber, 2003, p. 9).

inter-relacionamento estrutural fundamental entre o capital e o trabalho e [substituí-lo] pela entidade metafísica congelada, o “princípio norteador”, [excluindo assim] todo dinamismo do cenário. Assim, não apenas não haverá espaço para uma avaliação dinâmica da verdadeira gênese e do desenvolvimento da formação social capitalista, como já vimos, mas também – e esse é o ponto no qual se torna óbvia a função ideológica do modelo estático – não haverá espaço para uma possível dissolução e superação do capitalismo por um novo tipo de formação social (Ibid.).

No capitalismo moderno ideal-típico weberiano, desaparece toda possibilidade de contradições dinâmicas que, apesar de Weber, não param de agitar o capitalismo real, cujas crises constituem testemunhos vivos. Trata-se de um capitalismo diante do qual a humanidade tem de se curvar, pois seu princípio norteador está inscrito na continuidade – logo no consenso. Não é surpreendente que o capitalismo seja “a força mais significativa de nossa vida moderna” e que “pela organização capitalista permanente e racional (WEBER, 2003, p. 9)”, por parte das empresas,

Na era moderna, o Ocidente desenvolveu um tipo completamente diverso de capitalismo nunca antes encontrado: a organização capitalista racional do trabalho livre. [...] [Até porque] a própria organização do trabalho escravo só alcançou um certo grau de racionalidade nas plantações (Ibid., p. 11).

A mesma glorificação da escravidão promovida por Hegel continua, *a posteriori*, em Weber. Tudo isso, em nome da racionalidade gerada pela modernidade.

Para um melhor entendimento dos possíveis efeitos arrasadores das definições weberianas, é necessário fazer algumas observações. Primeiro, que a pretensão de Weber é de formular *A metodologia das ciências sociais*. Mas que, de acordo com essa sua Metodologia, “o domínio do trabalho científico não tem por base as conexões ‘objetivas’ entre as ‘coisas’, mas as conexões conceituais entre os problemas” (Weber, 2001, p. 121). Apenas conexões conceituais! Ou seja, a realidade concreta é deixada de lado. Idealismo assumido!

Segundo, que a Metodologia weberiana é construída no espírito de levar à morte a “concepção materialista da história”, que, do ponto de vista dele, “talvez apenas subsista nas mentes de leigos ou diletantes” (Weber, 2001, p. 121). Por isso, ele estima

absolutamente “necessário demonstrar que esta interpretação, nos dias de hoje, está pelo menos ultrapassada” (Weber, 2001, p. 123).

Não é talvez desnecessário chamar a atenção sobre o entendimento weberiano do que seria a “concepção materialista da história”: nas suas próprias palavras, trata-se daquela que consiste em “manter, apesar de tudo, a supremacia do econômico, [...] em interpretar as constantes cooperações e interações dos diferentes elementos da vida cultural como dependendo uns dos outros, ou melhor, de um único elemento: o econômico” (Weber, 2001, p. 123).

Observa-se que a “concepção materialista da história” que Weber se propõe a desconstruir e que atribui a Marx não tem absolutamente nada a ver com o pensador da dialética, que sempre concebe os fenômenos como existindo a partir de relações dialéticas. E que, igualmente recomenda de tudo provar empiricamente, sem especulação nem mistificação. Relembremos o que, junto com Engels, Marx escreveu, na *Ideologia alemã*:

O fato é o seguinte, portanto: determinados indivíduos, que são ativos na produção de determinada maneira, contraem entre si essas determinadas relações sociais e políticas. A observação empírica tem de, necessariamente, provar empiricamente e sem nenhum tipo de mistificação ou especulação, em cada caso concreto, a relação existente entre a estrutura social e política e a produção. A estrutura social e o Estado brotam constantemente do processo de vida de determinados indivíduos; mas esses indivíduos tomados não conforme possam se apresentar ante a imaginação própria e alheia, mas sim, tal como realmente são, quer dizer, como atuam, como produzem materialmente e, portanto, tal como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, premissas e condições materiais, independentes de seu arbítrio (MARX/ENGELS, 2007a, p. 47-48).

Para a grande decepção de Weber, ele tem que procurar o verdadeiro pai da “concepção materialista da história” que desejaria tanto criticar. Pois, como se pode claramente ver nesta citação, no materialismo histórico que diz respeito a Marx e Engels, não sobra o menor espaço para nenhum tipo de catecismo, para nenhuma verdade absoluta e atemporal.

Como destaca Lukács (1979, p. 15): “o fato de que a economia seja o centro da ontologia marxiana não significa, absolutamente, que sua imagem do mundo seja fundada sobre o ‘economiscismo’. (Isso surge apenas em seus epígonos, que perderam toda

noção do método filosófico de Marx)”. Pois o que Marx fez foi destacar “a exigência de levar em conta, concreta e materialisticamente, todas as relações da vida humana e, antes de mais nada, as relações histórico-sociais” (Ibid). E aí, como Marx sempre se preocupou com a produção e a reprodução da vida humana como problema central, aparece sem equívoco na sua ontologia o trabalho como categoria central, condição de existência do homem independente de todas as formas de sociedade. Pois é essa necessidade natural que mediatiza a vida do homem, isto é, seu intercâmbio com a natureza.

Observa-se, entretanto, que aos olhos de Weber, a vida é apenas “cultural”: “A realidade empírica é ‘cultura’ para nós porque e na medida em que a relacionamos com ideias de valor. Ela abrange aqueles e somente aqueles componentes da realidade que através desta relação tornam-se significativos para nós” (WEBER, 2001, p. 127). Conforme já vimos, o capitalismo weberiano não é nada mais que “uma cultura”. Nesta altura, faz todo sentido perguntar se é necessário ler um intelectual como Leslie Péan através de Max Weber, ou seja, procurar descobrir se, ao apontar para a necessidade do “triunfo de uma revolução mental¹⁴¹ inscrita no sentido da modernidade” ou “das falhas de nossa cultura [haitiana]” como handicap aos ajustes impostos pela modernidade, ele se refere, como disse Weber, à necessidade desta cultura, “força mais significativa da vida moderna: o capitalismo” possa obter uma melhor internalização, um maior triunfo no Haiti.

Terceira observação: a pretensão de Weber é de exercitar uma ciência social em conformidade à realidade. As suas procuras, porém, apenas têm a ver com o “específico”, pois “apenas um fragmento limitado dessa realidade [infinita] poderá constituir de cada vez o objeto de compreensão científica e de que só ele será ‘essencial’ no sentido de ‘digno de ser conhecido’” (Weber, 2001, p. 124).

A realidade weberiana, portanto, não é uma unidade nem uma totalidade. É o arbitrário do pesquisador que, de acordo com o seu método, escolhe, dentro do fragmento (os pós-modernos diriam do “diverso”), o que lhe parece “essencial” ou “digno de ser

¹⁴¹Leslie Péan é citado aqui somente por ser um autor contemporâneo bem conceituado e bastante lido no Haiti. Pois se prestar atenção à produção intelectual haitiana no decorrer da história, não será difícil observar a frequência da tendência de recorrer ao estudo da mentalidade para entender a sociedade haitiana. Por exemplo, em 1901, Justin Devot lança um livro intitulado: *Considérations sur l'état mental de la société haïtienne/Considerações sobre o quadro mental da sociedade haitiana*.

conhecido”. Isto é, o pesquisador e seu método enquanto critério de verdade, são todopoderosos. A realidade é que tem de curvar-se à vontade subjetiva deles.

A nossa quarta e última observação para um melhor entendimento dos possíveis efeitos arrasadores das definições circulares de Weber tem a ver com seus princípios para isolar e selecionar os seus fragmentos que são, em si mesmos, o que ele chama de “tipos ideais”, os quais pretendem “conferir a ela [à realidade] meios expressivos unívocos (Weber, 2001, p. 137)”. Exatamente a categoria de tipo ideal é a que permite a Weber definir o capitalismo moderno como “uma sociedade organizada segundo o princípio da troca, da livre concorrência e de uma ação estritamente racional” (Ibid.). Ele, pois, se autoconfere toda a latitude para fragmentar o capitalismo escolhendo representá-lo somente através do lado específico que lhe é conveniente.

Observando a circularidade do procedimento teórico seletivo e claramente tendencioso do grande sociólogo “pós-marxista”, não deveria ser surpreendente que sua definição acaba escondendo “uma das características mais óbvias do sistema capitalista (sistema que está longe de ser harmoniosamente “racional”) – sua determinação estrutural irremediavelmente *exploradora de classe* e antagônica” (MÉSZÁROS, 2004, p. 73, grifo do autor). Mas, o grande sociólogo não nos deixa procurar mais longe. Ele próprio admite:

Este quadro de pensamento reúne determinadas relações e acontecimentos da vida histórica para formar um cosmo não contraditório de relações pensadas. [...] Obtém-se um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menos número, ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuadas, a fim de se formar um quadro homogêneo de pensamento. É impossível encontrar empiricamente na realidade este quadro, na sua pureza conceitual, pois trata-se de uma utopia. (WEBER, 2001, p. 137-8).

Definitivamente quem se preocupa com a realidade material com a qual lidamos pouco tem que aprender com as abordagens weberianas, pois as contradições vivenciadas todos os dias dentro das relações sociais exploradoras do capitalismo moderno, as crises que sempre questionam a validade deste sistema cada vez mais insustentável, Weber as resolve no estreito esquema das convivências ideológicas do seu pensamento. E é

preciso enfatizar, esse pensamento mostra-se mais interessado em fenômenos isoladamente dados, mais preocupado em construir utopias impossíveis de serem encontradas na realidade. Ou seja, Weber se transpõe num universo mental no qual praticamente os únicos interlocutores significativos são colegas ou pupilos próximos o suficiente para não perturbar as premissas básicas do trabalho.

Diante de tal postura, como poderemos deixar de concordar com a seguinte crítica de Mészáros?

Weber justifica sua “análise científica tipológica” a partir de sua pretensa “conveniência”. Sua cientificidade só existe, porém, por definição. De fato, a aparência de “cientificidade tipológica rigorosa” surge das definições “inequívocas” e “convenientes” com que Max Weber sempre empreende a discussão dos problemas selecionados. Ele é um mestre sem rival nas definições circulares, justificando seu próprio procedimento teórico em termos de “clareza e ausência de ambiguidade” de seus “tipos ideais” e da “conveniência” que, segundo se diz, eles oferecem. Além disso, Weber nunca permite que o leitor questione o conteúdo das próprias definições nem a legitimidade e validade científica de seu método, construído sobre suposições ideologicamente convenientes e definições circulares “rigorosamente” auto-sustentadas (MÉSZÁROS, 2004, p. 72).

Não há espaços para se estender sobre as pretensões a-históricas das caracterizações de Weber. Queremos apenas enfatizar o fato de ele ter reconhecido a perfeita convivência do racionalismo capitalista moderno com a escravidão. Já que ele foi claro: “O que nos interessa na história universal da cultura [...] são, antes, as origens desse sóbrio capitalismo burguês, com sua organização racional do trabalho livre” (WEBER, 2003, p. 12). Mais uma vez, o sistema capitalista moderno saído da cabeça de Weber é tão harmoniosamente “racional” que sua determinação estrutural irremediavelmente exploradora de classe e antagônica – está tendenciosamente ausente. Weber, porém, não tentou esconder a compatibilidade do capitalismo ideal-típico moderno que se caracteriza pela “organização racional do trabalho livre”, com o próprio trabalho escravo. A observação das condições de trabalho no Haiti hoje torna relevante a atenção dada ao pensamento de Weber, pois as condições nas quais trabalham os operários explorados pela Internacional Comunitária no contexto do terremoto ou bem antes, lembra bastante a escravidão e o capitalismo descrito pelo sociólogo alemão.

Mas, é preciso procurar em outras obras de Weber para ver os seus artifícios para absolver explicitamente as práticas exploradoras da racionalização capitalista moderna. Em *General Economic History*, ele sentenciou:

A acumulação de riquezas, tal como se deu com o comércio colonial, possui escassa importância para o desenvolvimento do capitalismo moderno, afirmação que fazemos em oposição a W. Sombart. O comércio colonial permitiu, na realidade, uma ampla acumulação de riquezas; mas, em compensação, não estimulou **a organização do trabalho, à maneira especificamente ocidental**, uma vez que se apoiava no princípio espoliativo, e não no de cálculo de rentabilidade baseado nas **possibilidades [operações] de mercado**. [...]

O término da forma capitalista de exploração nas colônias coincide com a *abolição da escravidão*¹⁴². (WEBER, 1968, p. 268-269, o itálico é do autor, os negritos são nossos).

Weber pode falar o que quer, uma vez que ele não se preocupa com as conexões objetivas e reais entre as coisas, mas apenas com as **conexões conceituais** entre os problemas. Pode até negar o caráter espoliativo do capitalismo moderno ocidental para caracterizá-lo apenas pelo “cálculo de rentabilidade baseado em operações de mercado”. Mas os fatos concretos da realidade estão lá para revelar a verdade, a qual sempre existe bem antes e apesar das conexões conceituais e das caracterizações ideal-típicas. Por exemplo, durante a colonização francesa do Haiti (séculos XVII e XVIII), todos os portos importantes da França: Nantes, La Rochelle, Le Havre, Bordeaux, Lorient, Marseille, Saint-Malo e Honfleur participaram do comércio. Inúmeros navios negreiros foram construídos nesses portos famosos por seus estaleiros navais. O sociólogo haitiano Jean Casimir citou os negociantes de Nantes cuja monografia é reproduzida por Luciano Franco. Nela se pode ler o seguinte:

Hoje em dia, as riquezas das nossas colônias são o objeto principal do nosso comércio e, o da Guiné¹⁴³ [dos negros] é de tal modo a base que, se

¹⁴² O resto da citação não faz parte da caracterização weberiana do seu capitalismo “à maneira especificamente ocidental”, porém, devido às informações que contêm uma importância histórica, consideramos relevante reproduzi-la em rodapé: “Esta [a abolição da escravidão], somente em parte, obedeceu a motivos de caráter moral. A única seita cristã que de modo constante e regular combateu a escravidão foi a dos ‘quaquers’, enquanto que nem os calvinistas nem os católicos nem nenhum outro grupo atuou de modo consequente e constante para lograr sua abolição”.

os comerciantes franceses abandonarem esta parte do comércio, nossas colônias serão aprovisionadas de negros pelos estrangeiros e de maneira inelutável de todos os produtos da Europa que consomem, de maneira que, não somente o Estado perderia a vantagem da exportação, mas igualmente dos produtos das colônias necessários para o seu próprio consumo; isto é, do abandono do comércio de Guiné decorreria inevitavelmente a perda do comércio das colônias; daí, o fato para nós de que *nenhuma parte de comércio é tão importante dentro do Estado que o comércio da Guiné, e que jamais se poderá fazer o bastante para protegê-lo*. (FRANCO, 1966, p. 123 apud CASIMIR, 2006, p. 23-24, grifo nosso).

Um intelectual da altura de Weber tem a latitude de tomar os seus sonhos e desejos como se fossem a realidade. Pode até, por meio de discurso competente, estabelecê-los como ciência. Mas, para os negociantes que lucravam com os dividendos do comércio colonial, nunca houve a sombra da menor dúvida de que as riquezas acumuladas através do tráfico de pessoas negras têm uma ampla e imprescindível significação para o desenvolvimento do capitalismo moderno ocidental – pois era sua parte mais significativa. Por isso é que, à luz da definição típico-ideal weberiana, podemos analisar a sua citação para desmascarar os estratagemas do grande sociólogo alemão em suavizar a racionalidade do capitalismo moderno. O simples fato – decretado – de que o comércio colonial não “estimulou” uma forma de organização do trabalho especificamente ocidental, tira deste comércio toda a sua importância aos olhos de um sociólogo que prega a “neutralidade axiológica” nas ciências sociais e econômicas¹⁴⁴. Apesar de esse comércio colonial tornar possível a acumulação de riqueza em enorme extensão. Porém, o mais interessante é observar a oposição inteiramente idealista que, baseando-se nos seus próprios pressupostos, ele tenta estabelecer entre as “operações de mercado” e a “exploração”. Também tenta ocultar a colonialidade que não é nada mais que a outra face da modernidade. Não há

¹⁴³ Boa parte das pessoas reduzidas à escravidão no Haiti era da Guiné, até por que a expressão “comércio da Guiné” é outra forma de traduzir o tráfico negreiro. Porém, o balanço do Tráfico Nегreiro em Saint-Domingue (o Haiti) no final do período colonial leva o historiador Fouchard (Ibid, p. 177) à conclusão de que, dos três grupos: sudanês (Senegal, Gambia), guineense (Costa da Guiné e Costa de Ouro) e banto (congos, angolenses, moçambiques), “os ancestrais mais próximos da comunidade seriam portanto na maioria escravos do grupo banto que vem reforçando e dominando as importações de negros do grupo guinês e as contribuições em declínio do grupo sudanês”.

¹⁴⁴ Ver principalmente o capítulo X da sua obra *Metodologia das ciências sociais*, onde ele prega como fundamental a separação entre o conhecimento de natureza puramente lógica ou empírica e a avaliação valorativa.

dúvida: quem aprende o que é o capitalismo moderno, a partir das lições ensinadas pelo mestre Weber através de suas definições típico-ideais, vai acreditar que o capitalismo moderno, baseado nas “operações de mercado”, é incompatível com a exploração. E que a exploração tange apenas ao comércio colonial. Como se realmente fosse!

As críticas ao pensamento de Weber esboçadas aqui não tiveram nenhuma pretensão de abranger o conjunto da obra do renomado sociólogo que ele é. Procuram apenas salientar a necessidade de lidar com cuidado ao adentrar nos esquemas de seu pensamento. A influência de Max Weber na formação intelectual das lideranças haitianas é perceptível. As faculdades haitianas de ciências humanas são as principais fornecedoras de quadros às ONGs que, antes ou depois do terremoto, aplicam a política da Internacional Comunitária e a sociologia weberiana representa uma das ferramentas principais das quais esses quadros são equiparados. No nosso modo de entender, era imprescindível destacar que sua intenção, no que diz respeito ao ponto em discussão, não passa da neutralização de toda veleidade de analisar as relações sociais promovidas pela modernidade e o capitalismo – seu produto mais acabado, sua força mais significativa – como relações sociais de classe e exploradoras.

Isto não é um fato sem importância. Anos depois, um grande filósofo, Jürgen Habermas, abertamente seguidor de Weber, declarou, sem nenhum constrangimento, que categorias como *exploração* não são mais aplicáveis às condições das “sociedades industriais avançadas”. Poder-se-ia não prestar muita atenção a Habermas, apesar do fato de que as inumeráveis greves mais recentes nos países ocidentais já comprovaram o grau agudo da abominável exploração à qual são submetidas/os as trabalhadoras e os trabalhadores europeus e norte-americanos – e mundiais. Mas Habermas teve a coragem de afirmar que a categoria *exploração* teria pouca utilidade, mesmo nos países chamados de Terceiro Mundo. São declarações bastante espantosas e que não seriam compreensíveis se não se leva em conta o que move o filósofo nas suas análises. Por exemplo, Perry Anderson e Peter Dews, fizeram a Habermas a seguinte pergunta:

A tradição da Escola de Frankfurt como um todo concentrou sua análise nas sociedades capitalistas mais avançadas, à custa de qualquer consideração do capitalismo como um sistema global. Em sua opinião, as

concepções de socialismo desenvolvidas no decorrer das lutas anti-imperialistas e anticapitalistas no Terceiro Mundo têm algum significado para as tarefas do socialismo democrático no mundo capitalista avançado? Reciprocamente, sua própria análise do capitalismo avançado tem alguma lição para as forças socialistas do Terceiro Mundo?¹⁴⁵

Tal pergunta gera automaticamente a expectativa de que Habermas elaborasse sobre a profundidade da análise da Escola de Frankfurt e, da sua própria, para o “mundo subdesenvolvido”, como solicitado. Contudo, apesar da enorme importância teórica e prática desta questão, a resposta do sábio não excede três frases extremamente simples: *“Estou tentado a responder ‘não’ para ambos os casos. Tenho consciência de que esta é uma visão eurocêntrica, limitada. Eu preferiria não responder a esta pergunta”*. (HABERMAS apud MÉSZÁROS, 2004, p. 79).

Muito mais do que a resposta em si, é a formulação das perguntas que merece maior atenção. Primeiro, a tradição da Escola de Frankfurt e o próprio Jürgen Habermas têm concentrado suas análises apenas “nas sociedades capitalistas mais avançadas”. O que, como primeira consequência, levou a negligenciar de considerar o capitalismo como um sistema global. Mas, há um segundo elemento que merece ser destacado : na visão de Habermas, os eventos ocorridos no Terceiro Mundo não revestem significado para o mundo capitalista mais avançado. Da mesma maneira que a análise do mundo do capitalismo avançado tem nada que contribuir para o Terceiro Mundo. Habermas, devemos ressaltar, não corrigiu seus interlocutores quando apontaram as lacunas das análises da Escola Frankfurt, as quais são também do próprio Habermas.

Comentando a lapidária resposta do filósofo alemão “a esta questão da maior importância teórica e prática”, István Mészáros observa:

Uma resposta que soa como: “parem o mundo, que eu quero descer”. O que é particularmente problemático aqui é que um pensador que afirma ter formulado a “ciência reconstrutiva do pragmatismo **universal**”¹⁴⁶, seja capaz de imaginar a realização de seu projeto sem prestar a menor atenção à situação difícil de 90% da população mundial (Ibid. Grifo do autor).

¹⁴⁵ O trecho que citamos desta entrevista é reproduzido por Mészáros no seu livro *O poder da ideologia* (op. cit. p. 79). Porém, a entrevista foi organizada e apresentada por Peter Dews, in Habermas, *Autonomy and Solidarity*, Londres, Verso, 1986, p. 187.

¹⁴⁶ É a mesma pretensão dos precedentes pensadores da modernidade (Hegel e Weber).

Como é possível tamanha pretensão de formular a “ciência do pragmatismo universal”, isto é, uma teoria geral, só levando em conta 10% da população mundial? Como é possível pretender entender o capitalismo moderno negligenciando 90% dos habitantes do planeta que, justamente, são os que mais sofrem os efeitos devastadores e abomináveis deste sistema? Como é possível pretender analisar um sistema tão global apenas com pressupostos fundamentados estreitamente em “uma visão eurocêntrica” – isto é – etnocêntrica?

Ora, justamente é nessa insuperável contradição entre sua posição inerentemente “eurocêntrica”¹⁴⁷ e suas pretensões universalistas que se estreita sua concepção de “modernidade” baseada, por sua vez, em uma hipotética “competência comunicativa universal da espécie” capaz de levá-la à emancipação. Isto é, uma pura ficção que não tem a menor base na realidade concreta. Porém, “não é de modo algum accidental que neste tipo de teorização não haja lugar para a dinâmica objetiva do desenvolvimento histórico capitalista global, do qual é absolutamente impossível excluir os problemas candentes do ‘mundo subdesenvolvido’” (Ibid.).

A verdade, como acrescenta Mészáros, é que o pensamento de Habermas está preso da “política de consenso” do pós-guerra. É por isso que ele aposta na onipotência da racionalidade do capitalismo burguês moderno, esperando que as antigas lutas de classe tradicionais nunca mais terão lugar, pois “na sociedade capitalista avançada, os grupos desfavorecidos e privilegiados já não se confrontam como classes socioeconômicas”. (HABERMAS, 1968, p. 54). Essa afirmação nada tem de surpreendente, já que o pensador alemão acredita que “a categoria de *exploração* não é mais aplicável às condições das ‘sociedades industriais avançadas’, mas também, apesar das esmagadoras e dolorosas provas em contrário, que ela teria pouca utilidade mesmo no Terceiro Mundo”. (Mészáros, 2004, p. 78. Grifo do autor).

¹⁴⁷Mészáros acrescenta, entre parênteses, as palavras seguintes após a palavra “eurocêntrica”: “Ou, mais precisamente, “etnocêntrica” ocidental”. Na verdade, um crítico citado por Mészáros já fez a mesma observação: “Seria melhor ser *francamente* etnocêntrico [...]”. Trata-se de Richard Rorty, (apud Mészáros, p. 81).

Visto que toda a preocupação de Habermas, igual aos seus antecessores, diz respeito às sociedades capitalistas avançadas, ele não somente acredita que a Agir comunicacional (Ação comunicativa) tem de se tornar o centro do “mundo da vida”, como doravante decreta que “a ciência e a técnica se tornam a força produtiva principal”, o que torna caduque toda a teoria do valor-trabalho. O que significaria dizer que a força de trabalho ou o trabalho, a classe trabalhadora não pode mais cumprir a função de antagonismo do capital (dos capitalistas). Assim, a classe social que suporta o trabalho, portanto a classe antagônica ao capital, perde sua vocação histórica. É nesse sentido que deve ler as seguintes citações: “A sociedade capitalista vem se transformando de tal maneira que, em decorrência da dupla evolução tendencial acima referida, não é mais possível aplicar diretamente duas categorias fundamentais da teoria marxiana a saber o conceito de luta de classe¹⁴⁸ e o de ideologia” (HABERMAS, 1973, p. 49).

Após ter decretado o fim da luta de classe, o autor continue:

No lugar do antagonismo entre as classes que vem se tornando apenas virtual e colocados à parte os conflitos de disparidades que se situam na periferia do sistema, uma nova zona de conflitos só pode aparecer aonde por meio de uma despolitização da massa, da população, a sociedade capitalista avançada deve imunizar-se contra o questionamento de sua ideologia tecnocrática implícita: a saber no seio do próprio sistema de uma opinião pública manipulada pelas *mass media* (Ibid, p. 70).

Pode-se perguntar se o maior sucesso dos catequizadores da modernidade não é o de ter conseguido apresentar o seu catecismo ofuscando, ou deixando em segundo plano, suas vinculações socioeconômicas e geopolíticas específicas. Pois assim, intelectuais de países do Terceiro Mundo, nacionalmente renomados – pelo menos, é o caso no Haiti – sem duvidarem em nenhum momento dos pressupostos ideológicos nos quais se fundamenta o pensamento de alguns autores etnocêntricos ocidentais, livram-se repetindo com afobação e acriticamente, o mesmo discurso de modernidade/colonialidade. Como se

¹⁴⁸ Não há como se estender aqui sobre a crítica de Habermas ao “paradigma do trabalho” e os limites das suas tentativas em substituir a centralidade do trabalho pela centralidade da esfera comunicacional ou da intersubjetividade. Referimos apenas à exposição feita por Ricardo Antunes (2009, p.135-164) sobre esse assunto.

as formações históricas descritas como modernas não tivessem as suas próprias trajetórias temporais. Acabam se tornando assim intelectuais-papagaios do discurso da ideologia da modernidade inacabada a ponto de que todo o propósito de suas bem sucedidas obras volta para o ajuste das mentalidades aos requisitos da modernidade. Como se as formações sociais periféricas não tivessem legitimidade para pretender trilhar seus próprios percursos.

Mészáros observa que

A concepção hegeliana de ‘modernidade’ – definida como a ‘universalidade racional’ do ‘Estado alemão moderno’ (isto é, a Europa imperialista dominante) que representa ‘absolutamente o final da história’ – resume-se à eternização ideologicamente motivada da ordem dominante, transformando a dinâmica histórica de um processo de desenvolvimento sem fim na permanência atemporal de uma entidade metafísica congelada, a serviço da atenuação dos conflitos (MÉSZÁROS 2004, p. 71).

A Modernidade, com efeito, é projetada de forma não dialética pela ideologia dominante como uma ruptura à Antiguidade. Isto desempenha o papel de camuflar melhor as suas continuidades com a antiga sociedade classista e exploradora que se reforça ainda mais no capitalismo. Nesta altura, Engels e Marx deixaram claro:

A sociedade burguesa moderna que surgiu das ruínas da sociedade feudal não aboliu os antagonismos de classe. Ela só fez estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta no lugar das antigas. [...] ela simplificou os antagonismos de classe. A sociedade como um todo está cada vez mais se dividindo em dois campos hostis, em duas grandes classes que se enfrentam diretamente uma contra outra: a burguesia e o proletariado (MARX e ENGELS, 1983, p. 31).

O discurso da ideologia dominante sobre a modernidade, que recitam admirativa e deslumbrantemente respeitados intelectuais do Terceiro Mundo, tem o papel de fazer com que esses antagonismos não sejam visíveis, a fim de acabar por nunca mais falar em classes sociais¹⁴⁹ – sendo que as categorias que utilizamos para caracterizar a nossa realidade não são meras palavras. São, sobretudo, marcadoras de como nós nos

¹⁴⁹ Alguns slogans vigentes em alguns países são muito reveladores. Por exemplo, no Brasil: “Brasil, um país de todos”; no Haiti: “Nou tout fè youn (Nós todos somos um)”. Assim, desaparecem as diferenças e esmagadoras desigualdades (de classe, de gênero, de raça, de geração etc.).

organizamos seja para nos curvamos diante da realidade opressiva seja para a ela resistirmos.

Justamente, a modernidade se refere historicamente ao período do Renascimento europeu. Esse período é exatamente o mesmo da introdução do colonialismo na chamada América. Na linguagem de Jürgen Habermas (2002. P. 9), “a descoberta do ‘Novo Mundo’ assim como o Renascimento e a Reforma, os três grandes acontecimentos, por volta de 1500, constituem o limiar histórico entre a época moderna e a medieval”. A modernidade então vai se estruturando de acordo com a lógica colonial. Pois, “a colonialidade é a lógica do domínio no mundo moderno/colonial” (MIGNOLO op. cit. p.33) pouco importa qual seja o país que a põe em aplicação. Assim, é de extrema urgência deixar claro que “*não é com a modernidade que se superará a colonialidade, pois é precisamente a modernidade que necessita e produz a colonialidade*”. (Ibid., p.37, grifo do autor).

Não se podia prescindir de uma crítica a Habermas e seus inspiradores, pois sua teoria da Ação Comunicativa, teoria de consenso *par excellence*, faz um sucesso político arrasador no Haiti. Contra o que vem sendo identificado como a divisão entre os (políticos) haitianos – como se tratava-se de membros de uma mesma família – passa-se a se pregar por toda parte as virtudes da razão comunicativa para *modernizar e desenvolver* o país. É verdade que o próprio Habermas admite que “mesmo em condições favoráveis, nenhuma sociedade complexa poderia corresponder ao modelo de relações puramente comunicativas” (Apud ANDERSON, 2012, p. 147). Até por que, na prática, “soluções de compromisso compõem o grosso dos processos decisórios políticos” (Habermas), as quais, como ressalta Perry Anderson, “são resultado de barganhas entre interesses rivais, não de discurso intersubjetivo”. Mas, mesmo assim, na opinião de Habermas, em situações “em que as relações sociais de poder não podem ser neutralizadas da maneira como o discurso racional pressupõe [o princípio do discurso ainda pode] regular o processo de barganha a partir do que é justo, [garantindo que haja] distribuição equitativa de poder de barganha entre as partes”. (IBID).

Perry Anderson, após citar o filósofo alemão, acrescenta o seguinte comentário: “Em outras palavras, não importa quão desigual seja o equilíbrio de poder

entre [...] capital e trabalho, o resultado legal de um processo de barganha entre eles será ‘justo’, desde que lhes sejam dadas oportunidades iguais para que conversem entre si”. (IBID).

Qualquer olhar atenta à arena política haitiana deve permitir captar a influencia das ideias de Habermas (sem que isto implique, é claro, que as partes envolvidas tenham jamais lido este autor). Por exemplo, o PARDN, texto elaborado em março de 2010, dois meses depois do terremoto, já no seu quarto parágrafo justifica assim sua pertinência: “Essa proposta é haitiana, pois apesar do calendário muito curto, os principais setores da sociedade haitiana foram consultados”. Os atores na arena presumem ou induzem claramente aqui a aprovação dos que estão nas arquibancadas – aprovação esta imprescindível para exercer qualquer influência na política do espetáculo.

3.4 A Modernidade e seus desdobramentos no Haiti

O papel central da sociologia nos indica a resposta intelectual de interpretação e compreensão das mudanças trazidas pela transição da antiga sociedade tradicional para uma nova ordem industrial, urbana, democrática, isto é, moderna. Assim sendo, nos parece interessante procurar entender a modernidade a partir das propostas da sociologia.

Ao buscar definir analiticamente a modernidade pela descoberta de suas características, o próprio Auguste Comte, fundador da sociologia,

Indicou várias características da nova ordem social: 1) a concentração da força do trabalho nos centros urbanos; 2) a organização do trabalho guiada pela eficácia e pelo lucro; 3) a aplicação da ciência e tecnologia à produção; 4) o surgimento de um antagonismo latente ou manifesto entre patrões e empregados; 5) contrastes e desigualdades crescentes; e 6) um sistema econômico com base na livre empresa e na competição aberta (SZTOMPKA, 2005, p. 134).

Tomando essas características indicadas por Comte para além do pé da letra, chama-se a atenção, por exemplo, que “a organização do trabalho guiada pela eficácia e pelo lucro” não é nada mais nada menos que a invenção de uma classe de gente despossuída e forçada a trabalhar pelo lucro da minoria que se apoderou individualmente de todas as riquezas produzidas socialmente. A exploração é, então, um dos componentes fundantes da modernidade. Antes da invenção da modernidade capitalista, não havia essas duas classes de pessoas livres: uma estando livre juridicamente e livre de qualquer possessão, com então apenas a sua força de trabalho para vender a fim de sobreviver; a outra, detentora dos meios de produção e também livre para comprar a força de trabalho encontrada livre no mercado. Pois, o que gera o lucro é exatamente a produção – o trabalho produtivo – que não atende e nem tem a vocação de atender às necessidades da reprodução humana. Importante é deixar claro, que “a organização do trabalho guiada pela eficácia e pelo lucro” não diz respeito à sociedade toda, mas apenas à classe dos capitalistas modernos que está à procura de lucro.

Igualmente, no que tange à ciência e à tecnologia que se aplicam na organização do trabalho, vêm desempenhando o papel ideológico de manter silenciados os sofrendores e explorados da ordem sócio-metabólica do capital. Não somente porque ciência e técnica são também ideologia – fato que reconhece e admite até Habermas (cujo livro é intitulado *Ciência e técnica como ideologia*) – mas porque são agora elevadas “à condição de primeira força produtiva”. (TEIXEIRA, 1996, p. 31). Assim, é o próprio Habermas que, a fim de recusar a teoria do valor que julga historicamente superada, toma pretexto das chamadas “transformações radicais por que passaram os processos de produção e a emergência de novas práticas e poderes do Estado (Ibid.)”, para decretar os conhecimentos técnico-científicos como atividade fundante “em oposição ao trabalho rotineiro, repetitivo e desqualificado (Ibid.)”. Conforme comprovado no item anterior, trata-se de mero estratagema mistificador para nocautear as lutas dos oprimidos e explorados (90% do planeta) que entregues à miséria produzida pela ordem metabólica do capital, e para fazer com que eles aceitem a sua miséria como providencial e imutável, ao mesmo tempo em que coabitam com a extrema abundância e o desperdício!

Esta pesquisa justamente se propus a indagar sobre os mecanismos pelos quais se deu a concretização da primeira característica da modernidade tal como indicada por Comte: a concentração da força de trabalho nos centros urbanos haitianos e que resultou na morte de mais de 300 000 pessoas nos 35 segundos fatais do dia 12 de janeiro de 2010. Se Anténor Firmin fosse vivo hoje, teria observado como, não somente durante todo o século XX, mas também em pleno século XXI, no hemisfério ocidental, e em decorrência de sua política, muitos povos estão vivendo numa tal injustiça e miséria que, em 2012, a Assembleia Geral das Nações Unidas acabou reconhecendo essa miséria como vergonha:

Em um mundo caracterizado por um grau sem precedente de desenvolvimento econômico, meios tecnológicos e recursos financeiros, o fato de milhões de pessoas viverem na extrema pobreza suscita uma profunda indignação moral. [...] A pobreza não é apenas um problema econômico, mas um fenômeno multidimensional que abrange ao mesmo tempo a ausência de renda e a inexistência de capacidades de base necessárias para viver na dignidade. (ONU/HRC, 2012, p. 4).

Seja registrado aqui que a busca dessa dignidade é o primeiro motivo da emigração haitiana em pauta hoje.

Piotr Sztompka (2005) enumera os aspectos gerais, estruturando a modernidade através dos cinco princípios fundamentais seguintes: 1- o individualismo, 2- a diferenciação, 3- a racionalidade, 4- o economicismo e 5- a expansão¹⁵⁰. O individualismo expressa “o triunfo do indivíduo” como a mais central das “megatendências” da época moderna. Isto é, no lugar da comunidade, da tribo, do grupo ou da nação, o indivíduo passa a desempenhar o papel central na sociedade. Sobre o princípio da diferenciação, diz ele:

É mais significativa na esfera do trabalho, onde aparece um grande número de ocupações e profissões estritamente definidas e especializadas, as quais exigem diversas habilidades, competência e treinamento. Mas é nítido também na esfera do consumo, onde se apresenta diante de qualquer potencial consumidor. (p. 139).

¹⁵⁰ Cabe destacar aqui que se trata de aspectos gerais que expressam o ponto de vista dos promotores da modernidade, e apenas deles.

O princípio da racionalidade é “o cálculo e a despersonalização do trabalho em organizações e instituições” (Ibid.), o que Weber chama de burocracia, uma das características fundamentais da modernidade. Com o economicismo, “toda a vida social passa a ser dominada pelas atividades econômicas, por fins econômicos e por critérios econômicos de aquisição” (ACANDA, 2006, p. 52). E, por fim, a expansão diz respeito a essa tendência inerente à modernidade de “estender sua abrangência, no espaço, antes de tudo, e este é o significado do processo de globalização [...] isto é, ela tende a abranger áreas geográficas cada vez maiores e, em última instância, a abarcar todo o globo.” (SZTOMPKA, 2005, p. 139-140). Essa tendência já foi assinalada por Marx e Engels no Manifesto Comunista, quando escreveram: “A necessidade de expandir constantemente o mercado para seus produtos impele a burguesia para toda a superfície do globo. Ele precisa se estabelecer em todo lugar, explorar em todo lugar, criar conexões em todo lugar” (MARX/ENGELS, 1983, p. 36).

Nada mais que isso é a modernidade. Deve sua emergência e sua expansão no mundo às grandes revoluções¹⁵¹ e grandes “processos de mudanças sociais na estrutura econômico-produtiva, na organização político-institucional e em seus paradigmas simbólicos legitimadores, bem como na interação entre esses processos.” (ACANDA, 2006, p. 51). Esse novo sistema tem o nome de capitalismo. Quer dizer:

O tipo de organização social na qual o mercado ocupa o lugar central e determinante na estruturação das relações sociais, erigindo-se em elemento mediador de toda relação intersubjetiva (ou seja, das pessoas entre si) e objetual (das pessoas com os objetos de sua atividade, sejam materiais ou espirituais). (Ibid., p. 54).

Concordamos, por conseguinte, com Acanda: “A tendência crescente de conversão em mercadoria de todos os objetos e de todas as atividades humanas define a modernidade capitalista.” (Ibid., p. 55). Enfatizamos que essa modernidade tem suas raízes

¹⁵¹“As revoluções americana e francesa forneceram o quadro político-instrumental da modernidade: a democracia constitucional, o governo da lei e o princípio da soberania dos Estados-nação. A revolução Industrial inglesa forneceu a base econômica: produção industrial através da força de trabalho livre em cenários urbanos, engendrando o industrialismo e o urbanismo como novos modos de vida e o capitalismo como nova forma de apropriação e distribuição.” Sztompka, p.134. Vale um acréscimo à citação de Sztompka: a revolução haitiana forneceu um quadro prático concreto que faz sobressair as limitações intrínsecas da modernidade.

no Humanismo e no Renascimento, nascidos na Itália nos Séculos XV e XVI. É preciso levar em consideração esse fato para melhor entender o papel da modernidade no Haiti, por exemplo. Pois, a modernidade tão prezada pelas classes dominantes haitianas e seus intelectuais não é um processo uniforme – ainda menos uniformizável. De acordo com o sociólogo sueco radicado em Cambridge, Göran Therborn (2012, p. 105):

Podemos distinguir quatro grandes caminhos para a modernidade: a guerra civil e o conflito interno da Europa; o povoamento do Novo Mundo, com seus Outros pré-modernos – tanto o país corrupto de origem quanto os nativos; a via traumática da conquista colonial e do nacionalismo anticolonial; e a ‘modernização reativa’ pelo alto, iniciada no Japão.

É claro que os arautos da modernidade no Haiti suspiram após o quarto caminho, só que eles esquecem que foi pelo mesmo navio, junto com a colonização e a escravidão que a modernidade chegou ao Ayiti¹⁵². Para quem quer falar em modernidade neste singular pequeno país é preciso lembrar que a modernidade, a colonização e a escravidão foram os três pilares sob os quais se edificou o capitalismo. Isto é, foi pelo terceiro caminho, o da via traumática da conquista colonial, que o Ayiti adentrou-se na modernidade. E, conforme Walter D. Mignolo (2007, p. 36):

A lógica da colonialidade atua em quatro domínios da experiência humana: 1) econômico: apropriação da terra, exploração da mão-de-obra e controle das finanças; 2) político: controle da autoridade; 3) social: controle do gênero e da sexualidade, e 4) epistêmico e subjetivo/pessoal: controle do conhecimento e da subjetividade.

E para que não subsista o menor mal entendido, Mignolo acrescenta: “A lógica da colonialidade tem existido desde a conquista e colonização do México e Peru até depois da guerra do Iraque, se bem que nos últimos 500 anos de história sofreu mudanças superficiais nas proporções e nos agentes da exploração/controle.” (Ibid.).

¹⁵² Trata-se da ortografia original. Significa “Terras montanhosas”. Ayiti é o nome que os habitantes originais deram a seu país antes da invasão dos europeus. Depois do triunfo da Revolução vitoriosa de 1803, os Haitianos recuperaram o nome como prova de reconhecimento e de homenagem ao povo indígena.

Neste exato ponto, o discurso de Victor Hugo¹⁵³ sobre a África é bastante revelador. Esse discurso pronunciado na ocasião do 31º aniversário da abolição da

¹⁵³ As partes traduzidas são extraídas da versão original em francês aqui:

“Messieurs,

Je préside, c'est-à-dire j'obéis; le vrai président d'une réunion comme celle-ci, un jour comme celui-ci, ce serait l'homme qui a eu l'immense honneur de prendre la parole au nom de la race humaine blanche pour dire à la race humaine noire: Tu es libre. Cet homme, vous le nommez tous, messieurs, c'est Schoelcher. Si je suis à cette place, c'est lui qui l'a voulu. Je lui ai obéi.

Politiquement, vous le pressentez, je n'ai pas besoin de vous le dire. Géographiquement, permettez que je me borne à cette indication, la destinée des hommes est au sud.

(...)

Le moment est venu de donner au vieux monde cet avertissement : il faut être un nouveau monde. Le moment est venu de faire remarquer à l'Europe qu'elle a à côté d'elle l'Afrique. Le moment est venu de dire aux quatre nations d'où sort l'histoire moderne, la Grèce, l'Italie, l'Espagne, la France, qu'elles sont toujours là, que leur mission s'est modifiée sans se transformer, qu'elles ont toujours la même situation responsable et souveraine au bord de la Méditerranée, et que, si on leur ajoute un cinquième peuple, celui qui a été entrevu par Virgile et qui s'est montré digne de ce grand regard, l'Angleterre, on a, à peu près, tout l'effort de l'antique genre humain vers le travail, qui est le progrès, et vers l'unité, qui est la vie.

La Méditerranée est un lac de civilisation; ce n'est certes pas pour rien que la Méditerranée a sur l'un de ses bords le vieil univers et sur l'autre l'univers ignoré, c'est-à-dire d'un côté toute la civilisation et de l'autre toute la barbarie. Le moment est venu de dire à ce groupe illustre de nations: Unissez-vous! Allez au sud. Est-ce que vous ne voyez pas le barrage? Il est là, devant vous, ce bloc de sable et de cendre, ce monceau inerte et passif qui, depuis six mille ans, fait obstacle à la marche universelle, ce monstrueux Cham qui arrête Sem par son énormité - l'Afrique.

Quelle terre que cette Afrique! L'Asie a son histoire, l'Amérique a son histoire, l'Australie elle-même a son histoire; **l'Afrique n'a pas d'histoire**. Une sorte de légende vaste et obscure l'enveloppe. Rome l'a touchée, pour la supprimer; et, quand elle s'est crue délivrée de l'Afrique, Rome a jeté sur cette **morte immense** une de ces épithètes qui ne se traduisent pas : *Africa portentosa* ! (Applaudissements) C'est plus et moins que le prodige. C'est ce qui est absolu dans l'horreur. Le flamboiement tropical, en effet, c'est l'Afrique. Il semble que voir l'Afrique, ce soit être aveuglé. Un excès de soleil est un excès de nuit.

Eh bien, cet effroi va disparaître.

Déjà les deux peuples colonisateurs, qui sont deux grands peuples libres, la France et l'Angleterre, ont saisi l'Afrique; la France la tient par l'ouest et par le nord; l'Angleterre la tient par l'est et par le midi. Voici que l'Italie accepte sa part de ce travail colossal. L'Amérique joint ses efforts aux nôtres; car l'unité des peuples se révèle en tout. L'Afrique importe à l'univers. Une telle suppression de mouvement et de circulation entrave la vie universelle, et la marche humaine ne peut s'accommoder plus longtemps d'un cinquième du globe paralysé.

De hardis pionniers se sont risqués, et, dès leurs premiers pas, ce sol étrange est apparu réel; ces paysages lunaires deviennent des paysages terrestres. La France est prête à y apporter une mer. **Cette Afrique farouche n'a que deux aspects : peuplée, c'est la barbarie; déserte, c'est la sauvagerie**; mais elle ne se dérobe plus; les lieux réputés inhabitables sont des climats possibles; on trouve partout des fleuves navigables; des forêts se dressent, de vastes branchages encombrant çà et là l'horizon; quelle sera l'attitude de la civilisation devant cette faune et cette flore inconnues? Des lacs sont aperçus, qui sait? Peut-être cette mer Nagaïn dont parle la Bible. Cet univers, qui effrayait les Romains, attire les Français.

(...)

Aux faits populaires viennent s'ajouter les faits humains; la forme définitive s'entrevoit; le groupe gigantesque se devine; et, pour ne pas sortir des frontières que vous vous tracez à vous-mêmes, pour rester dans l'ordre des choses où il convient que je m'enferme, je me borne, et ce sera mon dernier mot, à constater ce détail, qui n'est qu'un détail, mais qui est immense: __au dix-neuvième siècle, **le blanc a fait du noir un homme**; au vingtième siècle, l'Europe fera de l'Afrique un monde (Applaudissements.)

escravidão, em Paris, no dia 18 de Maio de 1879 (quem se lembrou de que a escravidão havia sido abolida no Haiti desde 1791?), desvela o que significa para o Ocidente modernizar o mundo:

Chegou a hora de dar ao velho mundo esta advertência: é preciso ser um novo mundo. Chegou a hora de chamar a atenção da Europa, de que ela tem ao seu lado a África. Chegou a hora de dizer as quatro nações de onde vem a história moderna, a Grécia, a Itália, a Espanha, a França, que elas ainda estão lá, *sua missão se modificou sem mudar*, elas ainda têm a mesma situação responsável e soberana na beira da Mediterrânea, e que, se acrescentar-se um quinto povo, aquele que foi vislumbrado por Virgílio e mostrou-se digno desse grande olhar, a Inglaterra, temos, praticamente todo o esforço do antigo gênero humano rumo ao trabalho, que é o progresso, e para a unidade, que é a vida. (Grifo nosso)

No mesmo discurso, Victor Hugo acrescenta que “o Mar Mediterrâneo é um lago de civilização; com certeza, não é por acaso que o Mar Mediterrâneo tem por um lado das suas margens o velho universo e no outro o universo ignorado, isto é, *de um lado toda uma civilização, e do outro toda uma barbaridade*” (Grifo nosso). Bom! Não pode haver dúvida acerca do que está em cada lado, posto que:

[...] A Ásia tem a sua história, a América tem a sua história, a própria Austrália tem a sua história que data do seu começo na memória humana; *a África não tem história*; uma espécie de legenda vasta e escura a embrulha. [...] *Esta África selvagem tem apenas dois aspectos: povoada, é a barbaridade; deserta, é a crueldade*, mas não se esconde mais. [...] No século dezenove, *o Branco fez do Preto um homem*; no século vinte, a Europa fará da África um mundo. Refazer uma África nova, *tornar a velha África manejável à civilização*, tal é o problema. A Europa o resolverá. *Vão, Povos! Apropriem-se desta terra. Tomem-na. A quem? A ninguém. Tomem esta terra a Deus. Deus dá a terra aos homens. Deus dá a África à Europa. Tomem-na*”. (Grifos do autor)

Refaire une Afrique nouvelle, **rendre la vieille Afrique maniable à la civilisation**, tel est le problème. L'Europe le résoudra.

Allez, Peuples! emparez-vous de cette terre. Prenez-la. A qui ? A personne. Prenez cette terre à Dieu. Dieu donne la terre aux hommes, Dieu offre l'Afrique à l'Europe. Prenez-la.

Versez votre trop-plein dans cette Afrique, et du même coup résolvez vos questions sociales, changez vos prolétaires en propriétaires. Allez, faites ! Croissez, colonisez, multipliez ! ». Victor Hugo et l'Afrique ou le mépris paternaliste. Disponível em : <http://www.africultures.com/php/?nav=murmure&no=6206>. Acesso 03 de março de 2014.

Essas declarações bastariam por si só. Mas, sabendo que alguns têm uma capacidade que nós afrodescendentes feitos negros, não temos, – a capacidade de colocar distancia entre seu ser e sua história, e de levar à história o olhar sereno e frio, isto é, do branco (SALA-MOLINS, 2008, p.18); sabendo que para alguns, 1879 é muito distante, que essa pretensa distancia e as mudanças superficiais ocorridas no intervalo poderiam servir de álibi para tentar situar Victor Hugo no passado como se o presente fosse diferente, precisamos citar também a atualização deste discurso no século XXI. Com efeito, a atualização do discurso de Hugo, sintomático de seu tempo, ocorreu em 26 de julho de 2007, durante a primeira viagem ao Senegal, do então presidente da França, Nicolas Sarkozy. Sem nenhum pingô de hipocrisia, o presidente francês expressa, num discurso competente, o também espírito de seu tempo, clamando a sua vontade de mudar o estado de inferioridade em que se encontra ainda o africano: *“O drama da África é que o Homem africano ainda não tem entrado bastante na história”¹⁵⁴*.

O pronunciamento de Sarkozy proferido no muito simbólico recinto da Universidade Cheikh Anta Diop de Dakar, obriga os intelectuais contemporâneos que consideram anacrônico criticar o racismo de um Hegel, um Ferry ou um Victor Hugo pelo simples fato de eles serem do século XIX a rever seus (pré)conceitos. Se assim fosse, pois, até a crítica ao próprio ex-presidente francês de 2007 mereceria ser desqualificada como anacrônica. A acusação de anacronismo lançada em contra qualquer crítica ao racismo dos civilizadores coloniais/modernos do século XIX se parece bastante, na verdade, com um

¹⁵⁴ O discurso de Sarkozy, de aproximadamente 50 minutos, é doravante removido do site oficial do governo francês elysee.fr onde aparece a mensagem “Page non trouvée”. No entanto, está disponível no site [afrik.com](http://www.afrik.com) via o seguinte link: <http://www.afrik.com/article12199.html>. Acesso: 03 de março de 2014. Sua parte mais marcante é a seguinte “[...] **Le drame de l’Afrique, c’est que l’homme africain n’est pas assez entré dans l’histoire.** Le paysan africain, qui depuis des millénaires, vit avec les saisons, dont l’idéal de vie est d’être en harmonie avec la nature, ne connaît que l’éternel recommencement du temps rythmé par la répétition sans fin des mêmes gestes et des mêmes paroles.

Dans cet imaginaire où tout recommence toujours, il n’y a de place ni pour l’aventure humaine, ni pour l’idée de progrès.

Dans cet univers où la nature commande tout, l’homme échappe à l’angoisse de l’histoire qui tenaille l’homme moderne mais l’homme reste immobile au milieu d’un ordre immuable ou tout semble être écrit d’avance.

Jamais l’homme ne s’élance vers l’avenir. Jamais il ne lui vient à l’idée de sortir de la répétition pour s’inventer un destin.

Le problème de l’Afrique et permettez à un ami de l’Afrique de le dire, il est là. Le défi de l’Afrique, c’est d’entrer davantage dans l’histoire. C’est de puiser en elle l’énergie, la force, l’envie, la volonté d’écouter et d’épouser sa propre histoire.[...]”

argumento de autoridade, uma tentativa desesperada de limpeza de consciência por parte de filhos envergonhados por carregar uma maldita herança dos pais mesmo estando usufruindo desta. A ontologia do ser social desenvolvida por Dessalines e que serviu de matéria-prima para a elaboração da dialética de Hegel¹⁵⁵ mostra que nunca houve nenhuma fatalidade histórica predestinando qualquer ator sequer do século XIX a ser racista. A ideologia racista, na verdade, não perdeu nem um til do sua soberba. Permanece intata até os dias de hoje, embora tenha mudado de retórica conforme destacado por Mignolo:

Cada um dos domínios [anteriormente citados] se entrecruza com os demais: a apropriação da terra e a exploração da mão-de-obra vinculam-se com o controle das finanças, a autoridade, o gênero, e o conhecimento e a subjetividade. O funcionamento da matriz colonial pode passar inadvertido, e quando sai à superfície, se explica por meio da retórica da modernidade, assegurando que a situação pode “corrigir-se” com “desenvolvimento”, “democracia” ou uma “economia forte”, por exemplo. O que alguns consideram “mentiras” do governo dos Estados Unidos são na realidade parte de uma “retórica da modernidade” codificada, que promete a todos a salvação e, assim, se distrai a atenção das consequências opressivas da lógica da colonialidade. (Ibid., p. 36-37).

Quando a expedição de Cristóvão Colombo, em 1492, se aproximou das costas do Ayiti, abriu-se para o moderno capitalismo europeu o que seus missionários chamaram de “Novo Mundo” – quer dizer, todo o continente “América”. A civilização europeia será, assim, imposta como a única civilização – qualquer outra sendo considerada selvageria, barbárie ou estado de natureza¹⁵⁶. Em nome dessa civilização moderna/colonial/escravista, milhões de Caribes, Arawacks e Ciboneys que povoavam o

¹⁵⁵ Ver Suzan Buck-Morss, op. cit.

¹⁵⁶ Para responder à pergunta muitas vezes proposta como uma poderosa objeção: “Em quais lugares, e quando os homens estão ou estiveram neste estado de natureza?”, John Locke respondeu: “[...] Mas o estado de natureza, que existe realmente, tem lugar entre os que, mesmo unidos com alguns outros por uma sociedade particular, juntos têm nada em comum senão a qualidade de criaturas humanas, e não devem nada uns aos outros que não seja o que se pode exigir precisamente enquanto homem”. No mesmo parágrafo 14, ele deu um exemplo de estado de natureza: “As promessas e as convenções feitas, por exemplo, para um troco, entre dois homens na Ilha deserta de que fala Garcilasso de la Vega, na sua história do Peru; ou entre um suíço e um índio, nos desertos da América, são pactos que não se permite romper, e são coisas que devem ser pontualmente executadas, mesmo que esses tipos de indivíduos estejam, nesta ocasião, no estado de natureza em relação de um ao outro”. John Locke (1690), Ensaio sobre o Governo Civil, p.24. Exceto indicação contrária, as citações de Locke foram traduzidas por nós da versão francesa, *Traité du Gouvernement civil*, e tiradas da edição eletrônica de sua obra, realizada por Jean-Marie Tremblay, no quadro de “Les classiques des sciences sociales”. Disponível em: <<http://www.uqac.quebec.ca>>.

Ayiti no momento da invasão de Colombo – ensinada, porém como descoberta¹⁵⁷ – foram destruídos. Até porque, desde o início do século XVI, já era necessário procurar outros braços para o trabalho escravo que a modernidade/colonialidade estabeleceu no Ayiti.

Os espanhóis que chegaram junto a Colombo não demoraram muito antes de controlar o país com suas armas modernas de destruição massiva. Já em 1496 (SOARES, 1976, p. 20), estes invasores procederam à repartição das terras e dos habitantes – os índios¹⁵⁸ – como bens imóveis e móveis entre eles. Os alunos haitianos ainda hoje estudam esse processo de distribuição de terras e de pessoas sob o nome de “*repartimiento*”, repartição de terras e pessoas entre os invasores.

O papel do Ayiti na acumulação primitiva do capital moderno/colonial/escravista, nesse sentido, é incontestável. Os invasores espanhóis, com esse *repartimiento*, vão reduzir à escravidão os primeiros habitantes encontrados nesse território – os índios. Os povos reduzidos à escravidão vão trabalhar na agricultura, mas, sobretudo, sucumbirão em massa na busca de ouro em benefício dos invasores. Quando os índios conseguiram fugir, o governador Bobadilla ordenava que fossem perseguidos por cães adestrados na caça de fugitivos. A crueldade dos moderno-coloniais escravistas não demora antes de destruir, por genocídio, os milhões de indígenas repartidos entre os cinco departamentos Magua (Norte), Marien (Noroeste), Xaragua (Sudoeste), Maguana (Centro) e Higuey (Nordeste).

O genocídio dos povos indígenas ayitianos foi tão rápido – como o comprovam as estimativas da época, principalmente os estudos de Cook e Borah já citados no capítulo anterior – que não se registraram muitas coisas da sua história. Alguns nomes de indígenas, porém, ficaram célebres, no Haiti, pela resistência memorável das suas lutas

¹⁵⁷HECTOR, Michel ; MOÏSE, Claude. *Colonisation et Esclavage en Haiti : Le régime colonial français à Saint-Domingue (1625-1789)*, Port-au-Prince et Montréal, Éditions Deschamps et CIDIHCA, 1990, p.15. Nunca foi essa invasão uma descoberta, até porque Colombo nomeou índios, os nativos do Ayiti, pensando que estava chegando à Índia.

¹⁵⁸ Cristóvão Colombo pensava que estava chegando à Índia, então nomeou índios os habitantes da terra invadida. Porém, “senhores dos mais avançados conhecimentos náuticos, geográficos e cartográficos da época, os navegantes e os ‘colonizadores’ portugueses não participaram dos desatinos geográficos de Colombo. Desde o início, eles sabiam que o navegador genovês não chegara à Índia, mesmo não sabendo onde havia chegado.” (CARBONI/MAESTRI, 2008, p. 68). Até porque o continente será nomeado América, em homenagem ao navegante português Américo Vespúcio, que havia chegado às mesmas terras 10 anos depois de Colombo.

indígenas daquele período. É o caso, por exemplo, de Anacaona, Rainha de Xaragua (região sudoeste). A cidade de Léogane, estabelecida naquela região, é conhecida como “A cidade de Anacoana”. Seu irmão, Guarionex, Rei da região de Marien, no noroeste, é também famoso. Guacanagaric é outro indígena que ficou celebre por ter combatido vitoriosamente a expedição de Bobadilla, governador espanhol que tomou posse da ilha. Contudo, devido à sofisticação dos meios de guerra modernos usados pelos invasores, os indígenas não resistiram por muito tempo. Até porque, desde 1499, já começou a ser observada a presença dos primeiros africanos escravizados no Ayiti (FOUCHARD, 1988, p. 365). Capturados desde o continente africano, eles foram levados à América nos navios negreiros, no seio do comércio triangular (Europa-África-América). Chegaram ao Ayiti como braços de substituição dos chamados índios vítimas do genocídio realizado pelos espanhóis.

Um pouco mais tarde, a Espanha vai partir o Ayiti (a ilha do Ayiti) com a França, em decorrência do Tratado de Ryswick, assinado em 1697. Assim a Espanha ficará com São Domingos, a parte leste (chamada hoje de República Dominicana), enquanto cederá a oeste, (a atual República do Haiti) à França.

Contra esse regime de colonização e de escravidão estabelecido em São Domingos (antigo nome da região ocupada pela França), os escravizados/as vão se rebelar e conseguir fazer o que é conhecida como a primeira e única revolução triunfante de um povo escravizado. Até porque o Haiti será chamado desde então de “Primeira República Negra” do mundo¹⁵⁹.

Bem antes das lutas armadas que testificam do recuso da epistemologia moderna/colonial, cabe destacar que várias formas de resistência têm sido experimentadas na colônia de São Domingos – o atual Haiti.

É preciso ressaltar que as críticas feitas, até aqui, sobre a crueldade e o caráter abominável da modernidade e do seu produto mais acabado, o capitalismo, não têm nenhum objetivo moralizante nem moralista. Expressam apenas a nudez do inferno que a invasão dos modernos capitalistas europeus escravocratas estabeleceu no país. Para ter-se

¹⁵⁹ O que é incontestável é que o Haiti foi o primeiro país a se tornar independente na América Latina, e onde ocorreu a única revolução de escravizados no mundo.

uma ideia de um período que pode parecer distante, os jornais da época podem ser de uma ajuda considerável. Esse trabalho foi brilhantemente feito pelo historiador haitiano Jean Fouchard. No seu livro dedicado ao estudo do fenômeno chamado de *marronage*¹⁶⁰, ele inventariou trinta anos de jornais coloniais – as provas mais confiáveis sobre os acontecimentos na colônia. Com base nesses levantamentos, comprovou:

Quando a imprensa de São Domingos fala dos negros, assimilando-os sem constrangimento às bestas das plantações, traduz fielmente a realidade colonial. Corresponde a uma maneira de pensar e de escrever que, na época, prestava menos atenção às preciosidades, desafiava mais e mais a honestidade e o pudor, sem mascarar a verdade [...] (FOUCHARD, 1998, p. 17-18).

E já vimos como durante todo o século XIX e parte do século XX a preocupação de mascarar a verdade, recorrendo às preciosidades, ainda no era tão forte no pensamento dominante. Por isso, Fouchard pôde deparar-se nos jornais com uma linguagem descontraída que não procurou disfarçar a realidade, revelando assim o desempenho da modernidade no Haiti. Como afirma o historiador: “Nenhum documento da história colonial permite uma abordagem mais precisa do escravo.” (FOUCHARD, 1998, p. 27). Eis uma amostra:

Vende-se na barra da sede real do Cabo 80 negros sem nenhuma hipoteca e seis negras das quais, uma com três meninos que serão vendidos juntos ou separados.

À venda já anunciada dia 6 deste mês, o Sr Galtier, que mora em Léogâne, próximo ao correio, juntará um bom gado de 18 cabeças de negros e negrinhos nascidos no país, uma negra prestes a parir, um mulato, excelente cabeleireiro, vaqueiro e um pouco violonista, quinze cordeiros, seis mulas, um gado de vacas leiteiras prenhas e prestes a parir, um burro, dezessete cabritos [...] todos com capacidade de trabalhar, até mesmo os negrinhos. A quem pagar à vista será feita consideração especial.

Vende-se uma negra, 40 anos, boa faxineira, e seu filho mulato crioulo, de 20 a 22 anos [...]

Vende-se, por causa de viagem, um pacote de móveis, cadeiras e camas, três negros domésticos e outros objetos. (FOUCHARD, 1998, p. 19).

¹⁶⁰ O *marronnage* é o fato de os cativos africanos no Haiti fugirem das plantações para se refugiarem nas montanhas. Lá, eles se organizam numa sociedade alternativa até guerrear com o sistema escravista e arrancar a alforria geral e a abolição da escravidão em 1793. São eles as pontas de lança e cérebro da Independência do Haiti, proclama em 1º de janeiro de 1804. Corresponde mais ou menos aos quilombos no Brasil.

São apenas alguns casos selecionados, por acaso, em meio aos vários casos relatados por Jean Fouchard. Para quem propender em acreditar que se trata de macabra fantasia, Fouchard indica que “não existe imagem mais autêntica da crueldade da escravidão que esses anúncios”. (FOUCHARD, 1998, p. 23-25).

Não é preciso chamar a atenção sobre o fato de que nesses anúncios de venda não se estabeleceu diferenças entre seres humanos, animais e móveis. As três categorias são relativas ao mesmo título de propriedades de um senhor moderno/colonial, que precisa delas apenas para garantir o mesmo e único fim: a produção mediante a qual espera tirar o seu lucro. Era a lógica universal dos poderosos modernos na colônia. Observamos, por exemplo, este anúncio publicado no *Supplément des Affiches Américaines*, pelo Sacerdote Brard, no dia 25 de fevereiro de 1784:

O Abade Brard, Missionário Apostólico regularizado, da Ordem dos Capuchinhos por Bulas papais, Cartas patentes do Rei e Sentenças do Parlamento de Paris e do Conselho Superior de Porto Príncipe, antigamente Cura do Cabo Dame-Marie, tendo disposto para negócios sua viagem para Versailles dia 12 deste mês, tem para vender dois bonitos e novos negros estampados ¹⁶¹a seu nome [...] (FOUCHARD, 1998, p. 188).

Acrescentando seu comentário pessoal, Fouchard assinala:

Revolta-se atrasadamente diante de tal desenvoltura por parte de um discípulo do manso Nazareno quem ensina ao mundo o Amor e a Fraternidade.

Isso só esquecendo que estamos em São Domingos. No país onde, para comer os negros e moer seus ossos, os senhores coloniais ignoraram até a pausa que fazem as feras para sua digestão. (Ibid.).

Esses trechos são resgatados aqui no objetivo de enfatizar o fato de que na desumanização empreendida pelos senhores modernos/coloniais/escravocratas na sua corrida atrás da riqueza, seu apetite insaciável tem de igual apenas o seu supremo desdém e

¹⁶¹Estampar: escrever nos corpos dos seres humanos escravizados a ferro aceso na fôrnalha de fogo ardente, os nomes dos seus escravizadores! Era a maneira de assegurá-los como propriedade privada de tal senhor colonial. E esses escravizados eram novamente marcados cada vez que eram vendidos a novos senhores. O capitalismo moderno não freia diante de nenhum horror!

ignóbil preconceito. Já foi destacada, neste trabalho, a importância de gravar nas mentes a certeza autofundamentada de que alguns seres não são seres, isso não apenas nas mentes colonizadoras, mas também nas mentes dos escravizados. No pronunciamento de um dito Sr. Poucignon à Assembleia colonial de São Domingos, em maio de 1792, no que tange à providencial e definitiva supremacia branca, ele diz o seguinte:

A escravidão é mantida apenas mediante a força do sentimento inato no negro da superioridade da espécie branca. Mas a fim de manter essa força moral mais poderosa, mais eficaz que a força física, é absolutamente necessária a classe dos alforriados, é até imprescindível que os descendentes destes alforriados, a favor de uma mescla continuada com a espécie branca, possam participar do exercício de direitos políticos, apenas em decorrência do grau onde a nuança da pele não pode materialmente assimilá-los ao sentido grosseiro do escravo. (Ibid., p. 270).

A ideia de uma classe de alforriados (mestiços “mulatos” e negros), incubida da função de servir de classe-tampão entre os que mandam e os que são condicionados a obedecer, teve o papel de impor como definitiva a supremacia branca. Era uma imagem das vantagens às quais podiam sonhar os escravizados, conforme o exemplo desses mestiços que, apesar da superioridade social de sua cor, mas em consequência mesma da marca inapagável da sua origem, tinham de viver no mais escrupuloso respeito aos senhores brancos.

Cabe destacar, porém, que esta epistemologia moderna/colonial/escravista nunca conseguiu tomar completamente posse das mentes dos doravante negros e negras. Assim sendo, é de fundamental e legítima importância perguntar se jamais havia existido um só escravo no Haiti. Como se sabe, tal denominação foi criada pela classe escravizadora moderna/colonial e retomada acriticamente por praticamente toda a historiografia contemporânea. Não obstante,

Tal procedimento acrítico é compreensível quando se trata de cientistas sociais com vínculos ideológico-culturais com as classes escravizadoras do passado. Ele não o é, definitivamente, no caso daqueles que procuram interpretar as sociedades escravizadoras a partir da ótica que permita ultrapassar suas aparências fenomenais, em direção de suas determinações essenciais. (CARBONI/MAESTRI, 2008, p. 76).

E quando se procura ir além da epistemologia através da qual os modernos opressores qualificaram as suas vítimas, vê-se que as/os trabalhadoras/es escravizadas/os foram todas/os cativos, mas jamais tinham sido escravos. Do mesmo modo que,

Na África, até a chegada dos europeus, não havia, nos fatos, “negros” e “pretos”, mas africanos de múltiplas e variadas tradições culturais que não se distinguiam ou se identificavam essencialmente pela cor da pele. Os africanos, de múltiplas cores, tornam-se “negros” apenas em relação aos europeus dominadores e “brancos” (Ibid., p. 94).

“Negro/Negra”, assim como “escravo/escrava”, são conceitos da ideologia socialmente racista dos “brancos”, missionários voluntários da modernidade/colonialidade para construírem seu prestígio nas mentes dos trabalhadores escravizados. O sociólogo Octavio Ianni observa justamente que é “Na América Latina e no Caribe, [que] o **africano** transformou-se em **negro e mulato**” (IANNI, 1978, p. 51 apud DIMENSTEIN, 2008, p. 44, grifo do autor). Mas, esses trabalhadores não se enxergam através da ótica dos modernos e não abdicam tampouco da sua liberdade. As múltiplas formas de resistência desenvolvidas em São Domingos testemunham esta vontade de sempre recusar a escravidão. Bem antes das lutas revolucionárias que abriram o caminho para a independência, os trabalhadores experimentaram formas de rebelião como suicídio individual e coletivo, sabotagem, táticas de incêndio, de envenenamento, uso do aborto... O aborto era praticado pelas negras, tanto as grávidas quanto as parteiras, a fim de evitar que a sua descendência conhecesse a modernidade desumana e desumanizante que se utilizava do estupro da mulher negra escravizada.¹⁶² Mas a forma de rebelião mais poderosa que inventaram os trabalhadores escravizados para enfrentar o sistema colonial/moderno até superá-lo foi a *marronnage*¹⁶³.

¹⁶²“A mortalidade infantil é excessiva. As crianças são criadas sem cuidados – as mães, apenas acabando de dar à luz, já estavam “no campo”, trabalhando. Uma criança que sabe apenas andar, já está colocada a serviço, se, ainda bebê, tiver sorte de não ser vítima de caprichos das crianças brancas às quais era oferecida como brinquedo ou se, ainda menininha, o senhor não a estuprou ou perverteu ou treinou, tornando-a vítima prematura dos piores deboches, no abismo da prostituição.” (FOUCHARD, p. 100).

¹⁶³ Chama-se *marronnage*, a multiplicação constante de fugitivos que deixaram as *plantations* para se refugiar nas montanhas onde organizaram a resistência à escravidão.

“A marronnage é, ao longo de três séculos de colonização, nos seus tropeços, seus recessos e seus impulsos, a realidade histórica mais patética deste passado amargo.” (FOUCHARD, 1988, p. 25). Essa forma de rebelião era tão importante que os jornais, desde o primeiro ano de existência em Saint-Domingue, em 1764¹⁶⁴, até a libertação geral, em 1794, consagram continuamente uma rubrica especial à marronnage dentro dos aspectos que tocam à vida colonial.

Jean Fouchard faz todo um histórico do que foi para o colonialismo um mal que vem crescendo. A maneira pela qual ele introduz o capítulo sobre o “Histórico da marronnage” retrata a amplitude do fenômeno. Apesar de ser longo, esse trecho merece ser reproduzido aqui:

Apesar das revoltas armadas, das rebeliões sucessivas, da constante multiplicação dos *marrons*, os senhores coloniais através de suas correspondências, a administração como também os historiógrafos da época sempre manifestaram a tendência de esconder a imensidão das perdas¹⁶⁵. Para cá e para lá, filtraram algumas confidências sugestivas. Fala-se das inquietudes. Mas, às recrudescências das evasões presta-se pouquíssima atenção, como se não fosse uma preocupação de grande importância ou como se, pelo passar do tempo, se habituassem às perturbações permanentes como parte integrante das dificuldades, misérias e perigos da vida colonial. A prova estabelecida é que o mal vai crescendo, quando se vê a multiplicação das proibições e interdições a fim de frear a marronnage, a organização e manutenção de milícias permanentes para perseguir os fugitivos, a extraordinária abundância de refúgios levando nomes de chefes marrons ou indicando a marronnage em todas as regiões do país [...], a longa resistência durante um século no

¹⁶⁴ O primeiro jornal impresso e distribuído na colônia foi a “Gazette de Saint-Domingue”. Mas uma ordenança real, do dia 18 de novembro de 1767, obrigou a mudar esse nome para “Affiches Américaines”. A denominação “Gazette de Saint-Domingue” sugeria certo espírito de independência que a Metrópole francesa não quis tolerar.

¹⁶⁵ No que tange à marronnage, os “anúncios bissemanais contêm, às vezes quarenta e até cinquenta nomes de negros fugitivos. Ademais, nada comprova que todos os senhores coloniais utilizavam a imprensa para assinalar os casos de fugas [...]”. (FOUCHARD, 1988b, p. 32). Cabe destacar, para melhor se ter uma ideia mais próxima da realidade, que a imprensa colonial ficou concentrada apenas nas grandes paróquias. Sobre os cantões mais longe, não se soube nada. “Não vale a pena mencionar que os escravos fugitivos, por numerosos que sejam nos avisos de fugas, não expressam a existência de uma taxa real e definitiva do número de fugitivos dentro da massa servil. O que implica que talvez, para uma estimativa correta, deveria dobrar, senão triplicar o número dos marrons declarados pelos mestres com o crescimento dos fugitivos que não foram denunciados pelos senhores coloniais residentes nos cantões de longe, os escravos não registrados – muito numerosos – e cujos donos não podiam assinalar a fuga sem denunciar, ao mesmo tempo, sua posse sem declaração legal, os negros fugitivos buscados apenas pelos caçadores, os que foram enforcados ou enterrados vivos, como punição, os por fim que foram mortos pela milícia ou devorados pelos cães cativados e dos quais não mais se falava.” (FOUCHARD, 1988, p. 28-29).

Bahoruco [refúgios de índios desde os tempos dos espanhóis] e a obrigação de negociar com os rebeldes oferecendo-lhes um Tratado de paz entre potências iguais, a busca contínua pela extradição de fugitivos ao espanhol [na outra parte da ilha], os testemunhos de pilhagens e devastações cometidas pelos marrons, as grandíssimas listas de fugitivos denunciados pelos próprios senhores coloniais e, por fim, as grandes revoltas armadas que superaram pela sua amplitude todos os movimentos espontâneos observados nas Antilhas vizinhas [...] (Ibid., p. 352-353).

O chauvinismo francês, porém, nunca admitiu que sua administração pudesse ser desafiada. Por isso, sempre foi reticente em reconhecer a importância da *marronnage*. Iniciada desde a colonização espanhola, o fenômeno foi a reação permanente do escravizado contra a exploração dos modernos capitalistas espanhóis, substituídos pelos seus congêneres franceses. A primeira grande revolta de negros escravizados ocorreu em 1522. E, a partir daquele momento, nasceu a *marronnage*. O índio Cacique Henri (que recebeu o nome de Enriquillo quando do seu batismo forçado no catolicismo) é bastante famoso nos manuais de história do Haiti por ter resistido aos espanhóis, catorze anos (1519-1533), na montanha do Bahoruco, onde se refugiou com suas tropas. O historiador Jean Fouchard forneceu uma abundância de dados, coletados através dos jornais coloniais, sobre as continuadas lutas e rebeliões de marrons, que vão da chegada dos primeiros africanos (1499), até o reconhecimento por parte da administração colonial da libertação geral (1793) e o início da maior luta que levou à independência.

O testemunho dessas lutas traduz, sobretudo, a recusa da epistemologia da modernidade. Os missionários modernos/coloniais podem sempre estabelecer para si mesmo a certeza auto-sustentada de que as cativas e cativos são “naturalmente” escravos/escravas. Mas, para aqueles/aquelas que viveram na colônia, sabe-se que os/as escravizados/as nunca foram escravos. Sabe-se que Las Casas¹⁶⁶ foi o mais entusiasta em pleitear junto à Coroa real de diminuir o sofrimento dos índios pela importação de negros

¹⁶⁶ “Las Casas proporcionou uma classificação dos ‘bárbaros’ que, fica claro, era uma classificação racial apesar de que não levou em conta a cor da pele. *Era racial porque classificava os seres humanos numa escala descendente que tomava os ideais ocidentais cristãos como critério para a classificação.* A categorização racial não consiste simplesmente em dizer ‘és negro ou índio, portanto, és inferior’, senão em dizer ‘não és como eu, portanto, és inferior’, designação que em escala cristã da humanidade incluía os índios americanos e os negros africanos. Las Casas fez uma contribuição chave ao imaginário racial do mundo moderno/colonial quando descobriu quatro classes de ‘bárbaros’ na última parte da sua *Apogética História Sumária* (1552)”. (MIGNOLO, 2007, p. 43).

da África. Estava cinicamente subentendido que o crime seria menos crime por se tratar de africanos/africanas e não mais de índios/índias. Enfatizava-se muito sobre as vantagens de importar negros da África, pois eles eram reputados robustos e aptos a fornecer um rendimento seis vezes maior do que o dos índios. Assim, obtendo ganho da sua causa, em 1517, saiu a primeira Ordenação do Rei autorizando a transferência de quatro mil negros. Foi uma vitória política contra Nicolau Ovando, governador da ilha desde 1501. Desde 1503, este governador havia se posicionado contra a opção: “que enviasse negros nas Índias, por ter observado que os primeiros negros que já haviam passado na ilha Espanhola tinham se refugiado em meio aos ilhéus, aos quais ensinavam todo o mal possível e que tornaram mais difíceis de ser submetidos”. (FOUCHARD, 1988b, p. 33-34). Esse mal de que fala Ovando era: o **orgulho natural dos negros e o espírito de revolta** que ensinaram aos índios. (FOUCHARD, 1988, p. 368). Assim, entende-se melhor porque Fouchard tira essa conclusão:

O mais óbvio ensinamento da história da marronnage seguido passo a passo, ano por ano, leva a descobrir nas suas raízes e ver crescendo a árvore indivisível da Liberdade. Aquela mesma que é a nossa árvore genealógica dominada pelos perfis dos marrons e a cara angustiada do escravo de Saint-Domingue, ancestrais da comunidade haitiana. (Ibid., p. 365).

Por isso é que afirmamos que as lutas desenvolvidas no seio do capitalismo colonial no Haiti demonstram cabalmente os limites do projeto civilizatório da modernidade/colonialidade. Pois, se não dá para apagar as características positivas e progressistas do produto mais acabado da modernidade (o capitalismo) tal como a industrialização, a urbanização, a alfabetização das massas..., também não é menos nocivo e perigoso tentar esconder a colonização, a exploração, a alienação humana, a mercadorização, a desumanização da vida humana, o imperialismo que são inerentes ao processo de modernização (THERBORN, op. cit. p. 61).

O discurso de Boukman ao nosso ver, em um dos mais importantes congressos políticos já realizado contra a visão do mundo promovida pela ideologia da modernidade/colonialidade, o Congresso de Bois-Caïman, na noite de 14 de agosto de

1791, é de uma profundidade notável. Cabe lê-lo para melhor ver a diferença radical entre essas duas visões de mundo: a da modernidade/colonialidade e a da livre individualidade:

*O Bom Deus que criou o sol que nos ilumina do alto
Que subleva o mar e faz retumbar o trovão
Escutai bem, vós:
Este Bom Deus escondido nas nuvens está olhando para nós
Ele vê o que estão fazendo os brancos.
O deus dos brancos só quer crime,
O nosso quer apenas bem-estar.
Mas este Deus tão bondoso ordena a vingança!
Ele guiará os nossos braços, nos assistirá.
Jogai fora a imagem do deus dos brancos que está com sede de nossas
lágrimas
E escutai a voz da Liberdade que está falando ao nosso coração!*

Para quem não fala o créole haitiano como língua nativa, pode ser um pouco difícil perceber na sua profundidade a emoção contida nesse discurso. O seu conteúdo político e sua visão de mundo podem em si só ser objeto de tese por seu significado social anunciando abertamente a revolta e abrindo o caminho da grande Revolução que se concretizou no dia primeiro de janeiro de 1804.

Sabe-se perfeitamente o papel que desempenha a religião na manutenção da escravização na colônia. Aliás, em certo momento da história, a religião aparecia como a única instituição capaz de manter os cativos na condição de escravos e conter as fugas, isto é, controlar a mente, o conhecer e a subjetividade. O epistemológico, já colocamos, é um dos quatros domínios a serem controlados para possibilitar a inserção da lógica da modernidade/colonialidade. “Desde o século XVI, a retórica da modernidade tem se nutrido da linguagem da salvação [...]”. (MIGNOLO, 2005, p. 370). Na colônia de São Domingos, esse monopólio de salvação pertencia aos padres, os únicos que obtiveram também outro monopólio de abrir escolas para educar. Educar é outro nome da obra de salvação. Mas é bem curioso saber que era proibido aos negros aprender a ler. O essencial da educação dos Negros se resumia ao catecismo que deveriam memorizar e rezar para *obter a salvação*. O historiador Jean Fouchard escreveu outro livro sobre as lutas dos marrons, os fugitivos,

para aprenderem a ler na clandestinidade. Cabe também destacar, como ele mesmo escreveu no livro, *Les marrons du syllabaire*:

Os religiosos eram donos de escravos. Estavam muito mais preocupados em aumentarem suas riquezas do que com seus deveres religiosos ou simplesmente educativos [...] [pois] os sacerdotes aos quais foi confiada a evangelização dos negros se transformavam, pelo favor do Rei, em donos de escravos e de bens móveis e imóveis [...]. (FOUCHARD, 1988b, p. 71-72).

Talvez seja interessante apontar o significado do título do livro de Fouchard: *Les marrons du syllabaire*. Syllabaire vem da palavra francesa “syllabe”, equivalente da palavra portuguesa “sílabas”, vogal ou reunião de fonemas que se pronunciam numa só emissão de voz. O syllabaire, silabário, é o conjunto de sinais usados para representar sílabas inteiras da língua. O syllabaire era, no Haiti, um livro pequeno que continha as sílabas que o iniciante deveria aprender silabando. Mas, na colônia, o silabário era proibido, pois, no entendimento da administração francesa: “a instrução é incompatível com a existência das colônias”. (FOUCHARD, 1988, p.395).

A única instrução à qual tiveram direito os negros foi a religiosa. Pois era concebida como apta a inculcar a resignação diante da miséria. Sobretudo, era julgada apta a frear a marronnage. Eis um sermão de um sacerdote, Padre Fauque de Cayenne, a um grupo de fugitivos, relatado por ele mesmo:

Lembram-se, meus queridos filhos, dizia-lhes, que apesar de serem escravos, vocês são cristãos; que a partir de seu batismo, vocês professam a mesma religião que eles [os escravizadores], a qual lhes ensina que os que não vivem cristãmente caíam, depois da sua morte, nos infernos. Que dano para vocês se, após terem sido escravos dos homens neste mundo e através do tempo, vocês se tornariam escravos do demônio durante a eternidade! Esse dano, por enquanto, acontecerá infalivelmente se vocês não satisfizerem o seu dever, porque vocês estão em um estado habitual de danação: pois, sem falar nos danos que causam aos seus amos ao privarem-nos do seu trabalho, vocês não ouviram mais a missa nos dias santos; vocês não tocaram mais nos sacramentos... Venham, portanto, a mim, meus queridos amigos. (FOUCHARD, 1988, p. 394-395).

Esse sermão é típico da epistemologia colonial moderna, ensinada aos fugitivos, esperando dissuadi-los de praticarem a fuga, pelas ameaças dos horrores do

inferno. No entanto, esses fugitivos entenderam que os que se pretenderam seus amos eram criminosos tentando se passar por mensageiros de Deus, encobrindo-se do lençol de um discurso divino para perpetuar a escravidão, o pior horror que se pode imaginar pela mente humana. Boukman sintetiza tal concepção de anti-modernidade/colonialidade no seu pronunciamento do congresso de Bois-Caïman. “*O Deus dos brancos só quer crime, O nosso quer apenas bem-estar.*” E, o nosso “*Bom Deus que criou o sol que nos ilumina lá do alto, Que agita o mar e faz rugir a tempestade (...). Este Bom Deus escondido nas nuvens está olhando para nós, Ele vê o que estão fazendo os brancos.*” Por isso é que “*este Deus tão bondoso ordena a vingança!*” Não apenas ordena vingança, mas “*Ele guiará os nossos braços, nos assistirá.*” Então, a única coisa que restava aos fugitivos e demais cativos escravizados era esta: “*Jogai fora a imagem do Deus dos brancos que está com sede de nossas lágrimas, E escutai a voz da Liberdade que está falando ao nosso coração*”.

A recusa da modernidade/colonialidade não poderia ser mais categórica. Mas é importantíssimo colocar que esta recusa não se iniciou no congresso. Era tão radical que os cativos de São Domingos criaram a sua própria religião, o Vodou (vodu), apesar de serem forçados a adotar a religião dos senhores coloniais e batizados como católicos apostólicos romanos. Justamente, o discurso foi pronunciado no meio de uma cerimônia vodou (vodu), a religião da resistência e sempre perseguida¹⁶⁷ do povo haitiano.

¹⁶⁷ O Vodou é constantemente reprimido. Dentro deste processo, houve dois momentos particulares nesses últimos anos: em 1941, a Campanha de Recusa dos praticantes do Vodou, conhecida como *campagne des rejetés* e, em 1986, por ocasião da queda da ditadura. Em 1941, a caça aos adeptos do vodou era oficialmente organizada pela igreja católica, com apoio oficial do governo nacional. Em 1986, a queda da ditadura deu lugar à caça aos *Tontons macoutes* (bichos papões). Aproveitou-se para caçar os *hougans* (padre, no vodou), sob a acusação de que eram *Tontons macoutes*. Na verdade, era mero pretexto para destruir os templos vodus. O hougán podia ser tonton macoute como qualquer um. Ser tonton macoute, no entanto, não era monopólio dos hougans, e nem todo hougán era automaticamente tonton macoute. É preciso afirmar antecipadamente aqui que a caça ao vodou sempre é uma luta oficiosa, de forma escondida, contra os camponeses e os mais pobres no seio da formação social haitiana, um tipo de guerra cultural na qual tudo que vem das raízes do povo – e que lembra a África – é negado, até a sua própria língua. Assim, o estrangeiro pouco avisado acredita que o Haiti é bilíngue. Às vezes, o haitiano declara ao estrangeiro “sem pensar mentir, que este povo é bilíngue. E o diz em francês, com uso perfeito dos verbos irregulares”. (TROUILLOT, 1986, p. 92). Hoje, o vodou já é recuperado e utilizado também por grupos dominantes.

No período da primeira ocupação militar do Haiti, pelos Estados Unidos (1915-1934), houve um movimento intelectual chamado “Indigenista” que procurava fundamentar o pensamento social haitiano nas suas bases reais que é a cultura vodou. Os intelectuais burgueses fizeram uma guerra contra este movimento literário, como se faz ao verdadeiro inimigo. Em 1938, Dantès Bellegarde, ministro da educação, porta-voz da francofilia acima da medida, escreveu a propósito de Jean Price-Mars, fundador do movimento indigenista: “Claro que, M. Price-Mars, ao escrever seu livro, o faz como cientista e não como proselitista: jamais um

Outro ponto a destacar é que o discurso de Boukman não se deu na língua do escravizador, mas na língua de resistência dos trabalhadores escravizados – a língua KREYÒL – o créole haitiano. Talvez não seja demais ressaltar que o Haiti é o único antigo país colonizado onde o povo não fala a língua do antigo colonizador. Não é fato de pouca importância¹⁶⁸. Assim sendo, as exigências epistemológicas da colonização obrigam o colonizador a impor a sua língua como única – as demais sendo relegadas, quando sobrevivam, ao domínio de dialetos. Talvez não seja demais recordar aqui que apenas seres humanos têm língua (falada e escrita). E, os brancos europeus, por terem considerado os negros como não sendo seres humanos, se carregavam de fundar a crença de que eles não tinham língua própria, mas apenas dialetos¹⁶⁹.

Ressaltamos aqui o compromisso ideológico-cultural com a dominação e o colonialismo/racismo desses intelectuais que pretendem, em nossos dias, recuperar o legado da Revolução haitiana ao mundo em luta, para incorporá-lo como sendo produto da revolução dos modernos burgueses franceses de 1789¹⁷⁰. A dificuldade desses intelectuais

haitiano de tão alto valor intelectual poderia ter imaginado preconizar o Vodou como religião nacional”. (HOFFMANN, 1990, p.189). Dalencour, outro intelectual do mesmo tipo de Bellegarde, escreveu, quatro anos mais tarde: “Há algum tempo, sob o pretexto de folclore, de etnologia, estamos assistindo a uma nova vergonha nacional, quando vemos alguns intelectuais manifestarem simpatia [...] por nossas taras africanas [e] falarem de Vodou como religião nacional oficial: nossas festas nacionais seriam, neste caso, celebradas com os ritmos lúgubres e lúbricos do tambor cônico e no meio das bacanais históricas. Parece que numa grande escola no interior, a inconsequente diretora fez os alunos cantar algumas cantigas do vodou! Foi abominável...”. (Ibid., p. 190). Não dá para se espantar ao ler a seguinte informação: “Quando foi, questão em 1950, construir um Museu do Povo Haitiano, os antropólogos propuseram colocar um altar vodou. Isso gerou uma enorme confusão!” (Ibid., p. 192).

Não dá para acreditar inocentemente, porém, que todo discurso favorável ao Vodou é favorável ao povo e à sua cultura. Muitos se apoiam numa aparente comunhão com o Vodou para iludir o imaginário popular a fim de tomar e guardar o poder político. Era o caso do ditador François Duvalier (1957-1971), também membro do movimento indigenista. “Ao enaltecer o vodou na frente da cena, o discurso indigenista (de Duvalier) exorciza, de maneira mais radical, a irrupção das classes exploradas desta mesma cena. Os estudos do vodou/folclore, promovidos pela Faculdade de Etnologia [da Université d’Etat d’Haïti], visarão promover, de fato, não a cultura popular, mas o voyeurismo perante essa cultura: torna-se mero objeto de estudo e perde toda consistência neste processo”. (HURBON, 1979, p. 99).

O mínimo que podemos afirmar, no espaço estrito deste trabalho, é que o Vodou, certamente, foi um dos catalisadores das lutas revolucionárias que levaram à Liberdade e à Independência no Haiti.

¹⁶⁸ É verdade que até a nova constituição de 1987, o francês sempre foi a única língua oficial do Haiti, mas esse fato era produto da vitória pós-combate da modernidade sobre a Revolução Haitiana.

¹⁶⁹ Até hoje, em certas escolas, como as congreganistas, as alunas e os alunos são impedidos a falar em créole. O aluno surpreendido falando créole é habitualmente repreendido assim: “Expressa-te!” Quer dizer, falar créole não é expressar-se.

¹⁷⁰ O slogan da revolução burguesa de 1789 era: “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”. O da Revolução Haitiana (1791-1806) era: “Liberdade ou morte!”

moderno-coloniais-racistas é admitirem que possam existir na face da terra outras perspectivas que não sejam pensadas e concebidas dentro da ontologia colonial moderna racista. Apenas podem aceitar possibilidades de outras interpretações, desde que dentro da mesma estrutura de poder do mundo colonial moderno racista. (MIGNOLO, op. cit. p. 39).

Para além da perspectiva dos racistas-modernos-coloniais, a Revolução seguiu o seu caminho. Sete dias depois do Congresso, como estava combinado, na noite de 21 de agosto, ao sinal dado, os cativos e fugitivos executaram o seu plano de combate. Queimaram duzentas unidades de produção açucareiras e 1 800 usinas cafeeiras. Além de cortarem a garganta de um milhar de brancos. (FOUCHARD, 1988, p. 413). A partir daquele momento, a sorte fora jogada. Ninguém voltaria atrás. Juraram para jamais voltarem à escravidão. Até que conseguiram proclamar a independência do Haiti, no primeiro de janeiro de 1804. Mostrando, assim, o limite da modernidade capitalista e das revoluções burguesas.

4. A Política do precariado ou A Busca por saídas da precariedade

Pode parecer bastante pessimista, para quem acompanhou o fio condutor desta pesquisa até aqui, a visão nela projetada e assustadoras até sombrias as perspectivas do futuro delineadas. Na verdade, os fatos que acompanhamos, quer aqueles relatados neste trabalho quer outros não mencionados, todos apontam para um horizonte pouco reluzente para o Haiti dentro do âmbito das políticas ali aplicadas pela Internacional Comunitária. Parece-nos que qualquer alternativa deve ser buscada do lado dos sofrendores, ou seja, dos trabalhadores. No entanto, é preciso recordar uma informação importante: de independente, a República do Haiti guarda apenas a palavra. Trata-se hoje de um país cuja perda de soberania beira a totalidade.

A situação do Haiti parece tão singular que às vezes inspira medo de ousar analisá-la. O risco, pois, das conclusões sugerirem a desqualificação do pesquisador como um amante de excentricidades ou coisa parecida não é mínimo. Na verdade, o esforço empenhado nesta pesquisa não é outro senão a busca de um entendimento adequado do Haiti. É neste sentido que se insere a alerta de Guy Débord (1997, p. 150): “Os que realmente desejam abalar uma sociedade estabelecida devem formular uma teoria que explique de modo fundamental essa sociedade; ou que, no mínimo, tenha a aparência de fornecer-lhe uma explicação satisfatória”. É demasiado cedo assumirmos ter formulado uma teoria que explica a sociedade haitiana de modo fundamental, porém, não negaremos ter tentado, do início até o fim, encontrar uma explicação satisfatória à desconcertante realidade deste país caribenho. Melhor uma interpretação polêmica do que a assombrosa ausência de discussão atual. Ao tentar identificar as saídas já exploradas pelo precariado haitiano de modo geral, chamou-nos a atenção essa análise do revolucionário russo León Trotsky (2007, p. 170):

Nos países industrialmente atrasados o capital estrangeiro desempenha um papel decisivo. Daí a relativa debilidade da burguesia nacional em relação ao proletariado nacional. Isso cria condições especiais de poder estatal. O governo oscila entre o capital estrangeiro e o nacional, entre a relativamente débil burguesia e o relativamente poderoso proletariado.

Isso confere ao governo um caráter bonapartista *sui generis*, de índole particular. Este se eleva, por assim dizer, por cima das classes. Na realidade, pode governar ou bem se convertendo em instrumento do capital estrangeiro e submetendo o proletariado às amarras de uma ditadura policial, ou manobrando com o proletariado, chegando inclusive a fazer-lhe concessões, ganhando deste modo a possibilidade de dispor de certa liberdade em relação aos capitalistas estrangeiros.

Essa observação enunciada por Trotsky, em 1940, no México, esboçava um panorama geral da situação de sociedades industrialmente retardatárias como o México, a Argentina, a Bolívia ou o Brasil. No entanto, ela nos chamou a atenção principalmente pelas dificuldades que teria a ser usada como parâmetro de entendimento da singular, temerária e insubmissa realidade haitiana sobre a qual estamos nos debruçando.

Começamos por assumir abertamente que seria demasiado generoso por parte de um analista conceder que o capital estrangeiro esteja apenas desempenhando um papel decisivo no Haiti: o capital estrangeiro está se tornando monopolístico no país. Desde que a Internacional Comunitária tem decidido fazer do Haiti um território de zonas francas, os nossos governos têm obedecido ao mesmo desejo pela *livre e espontânea* vontade. A declaração de política geral do primeiro chefe de governo pós-terremoto, apresentada diante da Assembleia Nacional, no dia 15 de outubro de 2011, pretendia “assentar nossa política de emprego e criação de riqueza sobre os nossos principais pontos fortes, ou seja: a agricultura e o valor agregado das mulheres e dos homens do campo; a moradia e a reconstrução; o turismo; o desenvolvimento transfronteiriço; o vestuário e a indústria leveira; a cultura e as indústrias criativas e culturais¹⁷¹” (CONILLE, 2011, p. 42). A partir da abrangência deste programa, a expectativa era alcançar “um forte aumento de emprego formal criando um milhão de empregos diretos e um milhão e meio de empregos indiretos em até cinco anos, em comparação com os 186.000 empregos atuais”(IBIDEM, p. 44). E para tudo isto, projeta-se construir muitas infraestruturas: estradas, prédios, portos, aeroportos, redes de irrigação e drenagem, redes elétricas etc.

¹⁷¹ Estamos citando aqui a versão eletrônica da declaração de política geral do Primeiro-ministro haitiano, Garry Conille, lido diante da assembleia nacional no dia 15 de outubro de 2011. Ela tinha sido distribuída por correio eletrônico pelo serviço de imprensa do gabinete do premiê.

Até onde conseguimos apurar, o pilar principal deste grandioso projeto passa pela instalação de Zonas Econômicas Integradas (ZEI), renovando a dinâmica de pólos de empresas através do território nacional “a fim de garantir que o crescimento econômico seja social e geograficamente equitativo” (IBIDEM). Interessante destacar, porém, o motivo desta aposta tão otimista do Primeiro-Ministro¹⁷²: “As necessidades de empregos sendo tão importantes hoje, o Haiti não pode se dar ao luxo de rejeitar as demandas de instalação de empresas que atendem os mercados de massa e exigem salários baixos” (IBIDEM, p. 57). A política geral do governo proclama sua vontade de criar empregos, e a instalação de zonas francas constitui o seu motor. No entanto, as zonas francas fitam o olhar só no capital estrangeiro – os capitalistas haitianos não sendo considerados competentes no mercado mundial. Parece que o papel maior esperado da parte dos capitalistas haitianos se restringe a serem gerentes ou subcontratantes dos capitalistas centrais que continuarão aproveitando-se das vantagens oferecidas pelas leis HOPE e HELP.

Observações como essas, apontadas desde o início, conferem validade ao conceito de *servo-capitalismo*¹⁷³ para dar conta da especificidade do capitalismo haitiano, na medida em que esse capitalismo parece tão satisfeito com seu papel servil em relação ao capital estrangeiro que não manifesta nenhuma vontade de barganhar uma autonomia mesmo relativa. Nos séculos passados, o servo-capitalismo haitiano forçava o campesinato (a maioria da população) a produzir gêneros para exportação (ver capítulo 2). Hoje, todas as suas medidas almejam estabelecer o melhor quadro possível para o capital estrangeiro, na fiel aplicação do “*Haiti is open for business*”. Até o sonho de remobilizar o extinto exército

¹⁷² Antes de se tornar Primeiro-Ministro, o médico Garry Conille integrava a equipe de quadros das Nações Unidas. Quatro meses depois de ter tomado posse, ele se demitiu em 24 de fevereiro de 2012, mas permaneceu no cargo até a posse de seu sucessor no dia 14 de maio de 2012. Ao que tudo indica, sua demissão se deve à sua vontade de auditar os contratos realizados com empresas estrangeiras, particularmente dominicanas, em inconformidade com as normas do mercado, no âmbito da reconstrução do país. Esse seu hiato não foi tolerado. Desde o dia 13 de janeiro de 2014, esse ex-premiê atua como novo diretor do Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projetos (UNOPS) Regional no continente Africano. Antes, ele era Conselheiro principal da presidente do Libéria, Ellen Johnson Sirleaf, na sua função de co-presidente do Grupo de alto nível das Nações Unidas sobre Programa de Desenvolvimento para o período após 2015.

¹⁷³ Ver Jn Anil Louis-Juste. “Réforme Universitaire et Révolution Éthico-politique : Pour une nouvelle pratique intellectuelle en Haïti”. Disponível em : <http://www.alterpresse.org/spip.php?article1323#.Uw9j2IV6HI0>. Acesso em 27 de fev de 2014.

haitiano (dissolvido desde 1994) ambiciona, entre suas principais metas, a substituição da MINUSTAH no seu papel de segurança para o investimento do capital estrangeiro. Isto é, após cálculo dos custos-benefícios, se a Internacional Comunitária achar mais rentável para ela remobilizar o extinto exército haitiano, não devemos nos estranhar que o fizesse. Alíás, a nova propaganda em torno de retirada gradual e organizada da MINUSTAH, pode ter esse objetivo. A não ser que se optaria por treinar a polícia nacional do Haiti até que seja tão repressiva quanto a MINUSTAH.

Um segundo aspecto que vale destacar é o papel do capital estrangeiro no financiamento do próprio Estado. Depois do sismo de 2010, até 67% do orçamento do Estado haitiano, às vezes, provêm de capitais estrangeiros. Em 2011, por exemplo, a contribuição internacional no orçamento do Estado haitiano¹⁷⁴ era de 66%, ou seja 2/3 dos gastos públicos eram financiados pelo capital estrangeiro, sendo 46,34% de doações; 9,39% de empréstimos e 8,07% do Fundo Petro-Caribe¹⁷⁵. Esse inusitado contrassenso, imaginável apenas num país epiperiférico como o Haiti, se reproduz a cada ano. Desta observação decorre todo o resto.

O governo haitiano, tanto a equipe atual quanto as anteriores, não oscila entre o capital estrangeiro e o nacional. Na verdade, os governos haitianos só contam com os bons auspícios do capital estrangeiro. A probabilidade de uma barganha contra o capital estrangeiro não está e não pode estar em pauta. O último a acalantar tal pretensão talvez foi o Jean-Bertrand Aristide na primeira parte da sua presidência¹⁷⁶ (1991-1996). A questão é

¹⁷⁴Diferentes orçamentos são acessíveis através do site do Ministério da Economia e das Finanças: www.mefhaiti.gouv.ht. O orçamento de 2011 aqui referido é disponível através do seguinte link: http://www.mefhaiti.gouv.ht/Documents/PDF/exercice_2010-201112-december-2012_08-51-32.pdf. Acesso em 13 de fev de 2014.

¹⁷⁵Petrocaribe é uma aliança de cooperação energética (sobretudo o petróleo) entre 14 países do Caribe (entre eles o Haiti) com a Venezuela. Essa organização nascida em 29 de junho de 2005, na cidade de Puerto La Cruz, como iniciativa do então presidente Hugo Chavez, prossegue o objetivo de integrar os países caribenho mediante o uso soberano dos recursos naturais energéticos em benefício dos seus povos. O Acordo de Cooperação Energética denominado Petrocaribe permite a cada país integrante comprar o petróleo venezuelano (até 185.000 barris por dia) em condições de pagamento preferencial. (Cf. Petrocaribe: Solidaridad e integración en marcha. Disponível em: <http://www.pdysa.com/interface.sp/database/fichero/publicacion/581/14.PDF>. Acesso em 17 de fev de 2014). Doravante, a dívida do Haiti ao Venezuela via Petrocaribe já teria alcançado um bilhão de dólares.

¹⁷⁶Eleito em fevereiro de 1991, Aristide foi deposto por um golpe militar em 30 de setembro do mesmo ano. Por três anos ficou exilado nos Estados Unidos, antes de ser reinstalado no poder em 15 de outubro de 1994

que nunca houve uma industrialização (muito menos acelerada) que proporcionaria qualquer crescimento do proletariado. Por exemplo, o que proporcionou certa urbanização do Haiti não foi a industrialização, mas o êxodo rural decorrente de fatores que não têm muito que ver com a industrialização. Desse modo, podemos afirmar, com algumas nuances, que existe um considerável proletariado urbano no Haiti, mas que o seu proletariado industrial é numericamente fraco. Tal cenário tem suas consequências políticas como veremos mais adiante (Item 4.4).

4.1 Legados do século XIX

Na nossa avaliação, a maneira como tem ocorrido a urbanização do país é um elemento poderoso a considerar se quisermos nos deter sobre a política do precariado ou suas buscas por saídas dessa precariedade que constitui seu cartão de visita. Qualquer olhar histórico rápido mostrará que, além de sociologicamente fraco, nosso proletariado se revela também politicamente inexperiente e internamente pouco organizado. E uma das explicações ao nosso ver pode ser encontrada na própria estrutura do país. Estudando a crise de 1867-1869, uma das várias que abalaram a jovem sociedade haitiana do século XIX, o historiador André Georges Adam apresenta o Haiti como sendo:

Uma sociedade onde predomina o elemento camponês tanto do ponto de vista numérico como no plano econômico. Com efeito, o único produtor nesta sociedade semifeudal é o camponês haitiano. Sua reivindicação principal, durante toda a primeira metade do século XIX se resume ao seu desejo de possuir a terra ou à necessidade de garantir sua pequena propriedade. (ADAM, 1989, p. 67).

Para que essa observação fique mais clara, vale a pena recordar que o Haiti se tornou independente em 1804. Em 17 de outubro 1806, ocorreu o assassinato de Jean-

pela administração de Bill Clinton, terminando assim seu mandato que corria até 7 de fevereiro de 1996. Elegeu-se de novo em 2001, mas seu mandato de 5 anos foi interrompido em 29 de fevereiro de 2004 por intervenção dos EUA em cumplicidade com a França e o Canadá. Um golpe de Estado.

Jacques Dessalines, fundador da pátria que, no momento da partilha das terras, reivindicou uma parte para os pobres camponeses que também haviam derramado suor e sangue nas batalhas para a conquista da Independência. Logo após terem assassinado a Dessalines, as classes dirigentes promulgaram uma lei, no dia 9 de fevereiro de 1807, que lhes garantiu a apropriação das terras que Dessalines havia nacionalizado (MADIOU, 1989, p. 491). Não é exagero por parte de André Georges Adam quando destaca a importância da questão agrária da forma seguinte:

A única fonte de riquezas explorada nesta sociedade semifeudal é a terra. É a partir dela que se deve estudar toda a história haitiana. É este problema de aquisição das terras que está no centro de todas as perturbações que marcaram a história do Haiti durante toda a primeira metade do Século XIX. [...] A questão camponesa permanece a questão social por excelência. (ADAM, op. cit., p. 67).

Assim, a historiografia haitiana não registra nenhuma luta social durante o século XIX que não envolvesse a questão agrária. A primeira que eclodiu logo depois da medida adotada pela lei acima referida, no departamento da Grand'Anse (região sudoeste) e encabeçada por Jean-Baptiste Perrier, deixou claro que a miséria era a principal causa das reivindicações. (HECTOR, 2006, p. 119). E diante do empenho desses camponeses que o desafiaram por 13 anos (1807-1820), o presidente Alexandre Pétion, principal conspirador do assassinato de Dessalines, se viu forçado a se queixar, mesmo que hipocritamente, da atitude dos grandes chefes militares que forçavam os cultivadores a trabalharem nas antigas plantações. Numa carta do dia 9 de janeiro de 1811 ao seu general Henri, o democrata¹⁷⁷ chefe de Estado reconheceu que a injustiça aos cultivadores era responsável por eles pegarem em armas contra o governo. O presidente Pétion chegou até a admitir que os

¹⁷⁷ “A partir da queda de Dessalines, o antigo partido de Rigaud, purificado através das chamas da guerra, inteiramente esvaziado de todas suas ilusões em relação à primeira revolução, cheio de experiência, e identificando-se mais com o povo, retomou sua autoridade e velha supremacia tanto no Oeste como no Sul. Os preconceitos de condição que haviam afastado o *ancien libre* (antigo alforriado) do *nouveau libre* (recém liberto) foram reduzidos durante a guerra da independência, e essas duas classes de homens haviam consagrado sua aliança juntando-se, no dia primeiro de janeiro de 1804, sob a denominação genérica de haitianos. Este partido, agora representado por Pétion e Gérin, tinha sido sempre democrático e cheio de confiança na França Republicana. Havia se afastado de Toussaint Louverture em 1799, porque este, projetando a independência e a monarquia, queria se separar da França e fazer-se coroar.” (MADIOU, 1989, p. 479. Grifo nosso)

cultivadores nunca foram considerados cidadãos ativos da República e que isso era uma das principais causas da insurreição que abala toda esta região sul do país. Mas, isso não impediu ao Estado mobilizar a força máxima para acabar com o movimento dos camponeses.

O mesmo pode ser dito a respeito da segunda grande luta que ocorreu de 1843 até 1848, na vigência do Código Rural do presidente Jean-Pierre Boyer. Este movimento liderado pelo camponês Jean-Jacques Acaau, tinha como pauta: “ modificar favoravelmente o lugar e o papel reservados aos camponeses na sociedade global. Em outras palavras, o objetivo [era] mudar a relação das forças políticas e sociais a favor do ‘povo sofredor’”. (HECTOR, 2006, p. 125). Seus líderes eram, na maioria, cultivadores de pequenos propriedades. Hector (IBIDEM, p.140) observa: “Esta população rural comporta alguns pequenos proprietários, mas [são] majoritariamente não-proprietários constituídos por agricultores, meeiros, trabalhadores agrícolas e domésticos”. No entanto, cabe destacar que, apesar das mobilizações coletivas terem ocorrido, sobretudo, no meio rural, não podemos deixar de ressaltar a participação das classes populares urbanas. Não se trata de fato sem importância que 3000 pessoas tenham se reunindo, no dia 3 de fevereiro de 1843, numa praça da cidade de Jérémie (Grand’Anse), bastião da revolta, para expressarem seu apoio às novas autoridades abertamente opostas ao poder central (loc. cit). A apenas alguns quilômetros da capital, na cidade de Léogâne, um grupo de mulheres ajudaram os rebeldes no transporte das peças de canhão. Igualmente em Porto-Príncipe,

Mulheres reunidas em grande número impedem numa primeira ocasião a saída de novas tropas governamentais para irem combater os insurgentes. Na segunda ocorrência, é o Presidente Boyer pessoalmente que, no mesmo dia, na sequência de uma saída de inspeção, “é sitiado por um novo motim”, conduzido mais uma vez por um grupo imponente de mulheres, mas desta vez, no bairro de Morne-à-Tuf. (loc. cit.).

Essas mulheres são, principalmente, parentes de pessoas vítimas das ações governamentais, na cidade de Léogâne. Participam da vasta categoria dos e das que têm de lutar duramente a cada dia para assegurar sua sobrevivência. Benoît Joachim ressalta que esses lutadores e lutadoras “démunis”, isto é, desprovidos, carentes, aos quais falta quase

tudo, sobreviviam nas cidades em “condições miseráveis”. Eles são “claramente minoritários em comparação ao povo do campo e das montanhas, mas francamente majoritários em relação às pessoas de vida fácil e aos privilegiados”. (JOACHIM, 1989, p.133).

Um pouco mais tarde, na segunda metade do século, o elemento popular se levantara de novo ainda com mais força. Segundo André Georges Adam (1982, p. 28), o único historiador a escrever um livro sobre esta fase, durante a crise de 1867-1869, o movimento camponês será mais considerável pelo fato de que, desta vez, não está mais localizado no Sul. Apesar de desunido, o campesinato, no seu conjunto, desempenhou um papel durante a crise, porém, com as suas particularidades regionais:

Enquanto no Sul, os grandes proprietários de terra agiriam em relação aos camponeses de acordo com a mentalidade colonial, como se nada tivesse mudado (daí a importância da questão social desde 1844), parece que os do Norte se revelariam mais flexíveis estabelecendo relações paternalistas correspondentes ao regime semifeudal. Seria este o papel do sistema “*de moitié*” [meeiro]. (Ibid. p, 118).

O que Adam está destacando aqui é que a participação das classes populares rurais na Independência nacional em nada mudou a sua situação socioeconômica. Ocorreu apenas a substituição dos seus antigos senhores franceses por novos senhores locais. Os camponeses continuam sendo o único grupo produtor nesta sociedade que alguns passam a qualificar de semifeudal. Mas, o nível de consciência dos camponeses não era homogêneo. Adam nos diz que os camponeses do Nordeste, chamados de “Cacos”, eram usados pelos generais contra Sylvain Salnave, popular general-presidente da conjuntura de 1867-1869, apresentado como um “mulato perigoso”. Quanto aos camponeses do Sul, chamados “Piquets”, “com um passado de luta social [, eles] tinham uma ‘consciência lúcida’, isto é, sua tomada de posição ao lado de Salnave decorria da sua situação social.” (IBID.). No entanto, o acerto da observação de Adam acerca da profundidade e dos reais significados dessa divisão é que vale um destaque maior:

As designações de “piquets”, “cacos” não serviam apenas para designar as duas partes do campesinato pobre desunido, permitiam também

destacar as partes em luta. Todos aqueles que defendiam ou apoiavam a causa de Salnave (camponeses, gentes do povo, grandes e pequenos funcionários, padres, diplomatas etc..) eram chamados de “Piquets” e todos os que lutavam contra Salnave (haitianos ou estrangeiros) eram designados como “Cacos”. São denominações cômodas que nos servirão nesta análise histórica. Provam realmente que, se em tempos de paz distinguem-se numa sociedade várias camadas, não é do mesmo modo em período de crise social aguda quando a sociedade está dividida em dois grupos bem distintos. (p. 29).

Contudo, é a partir deste momento que algo terá mudado na distribuição das cartas políticas. Pois, apesar deste forte apoio por parte dos camponeses do Sul, as classes populares urbanas eram os verdadeiros pilares do edifício de Salnave. Trata-se da entrada em cena dos elementos populares que o regime de Toussaint Louverture (em 1801) chamava de “preguiçosos” e “vagabundos” a fim de reprimi-los. Toussaint Louverture, foi o líder das lutas anti-escravistas que decretou, em 1801, a autonomia política de São Domingos. Mas, enquanto promovia a liberdade geral das pessoas e uma autonomia administrativa do território, ele procurava conservar intocável a estrutura colonial das grandes plantações. Interessante ressaltar que um manual de ensino de história, (o de J.C. Dorsainvil) evoca a “tendência à ociosidade da maior parte dos negros livres” para se referir a estes elementos populares que se recusavam a permanecer nas estruturas das *plantations*. Isto é, Dorsainvil adota “uma tese racista para justificar as punições que o regime feroz de Toussaint aplicava contra eles [...]”. É apenas uma explicação psicológica e racista que falseia a realidade histórica, evitando buscar as causas objetivas do fenômeno de ‘emancipação rural’”. (ADAM, op. cit, p. 30).

Esses sujeitos sociais que a ideologia dominante racista haitiana tinha indexado como ociosos ou preguiçosos são camponeses rebeldes à ordem semifeudal estabelecida. Em rebelião contra o regime agrário de trabalho forçado que os limitava até nas seus deslocamentos, eles conseguiram fugir do campo, mas não encontraram nas cidades um mercado capitalista pronto a consumir essa nova força de trabalho que estava a se colocar à venda. Por isso, quando em 1865 eles irromperam no cenário político, a partir da resistência do bairro popular La Fossette, em Cabo Haitiano (segunda região mais importante do Haiti, depois de Porto-Príncipe), foram caracterizados como uma “massa de sem-trabalho”. Daí em diante, passaram a ser tão fortes em outros bairros populares como

Raboteau (Gonaïves), Croix-des-Bossales, Bel-Air e Morne-à-Tuf (Porto-Príncipe), além do próprio La Fossette, que, “no dia do julgamento do general Salnave, era preciso usar as forças armadas contra o povo que manifestava em seu favor”. (IBIDEM., p. 32).

É importante destacar que, na primeira ocupação militar do país entre 1915 e 1934 pelo exército dos Estados Unidos, os camponeses, sob a liderança de Charlemagne Péralte¹⁷⁸ (1886-1919), foram os primeiros a pegarem em armas¹⁷⁹. Enquanto isso, as classes dominantes dedicavam sua confiança à Ocupação. (IBID., p. 173). Isso explica que, “pela sua bravura, a sua tenacidade e a sua devoção indomável à causa da libertação do país, os *Cacos* representaram, sob a Ocupação, a expressão heróica e acabada da consciência nacional” (MANIGAT apud CASIMIR, 2006, p. 179). E não é supérfluo chamar atenção sobre a identidade das lutas populares contra as classes dominantes locais e contra a Ocupação, pois, revela-se uma luta só: a mesma luta.

Este olhar rápido deve evidenciar vários elementos¹⁸⁰. Primeiramente, a mais antiga tradição de lutas no Haiti é um legado do campesinato e estas sempre envolveram a questão agrária. Todo o século XIX comprova esse fato. E as lutas contra a Ocupação militar de 1915-34 constituem mais uma prova. Aliás, a aceleração do êxodo rural para a capital, Porto Príncipe, e para a emigração se deu naquele período. Trata-se de camponeses cujas terras foram roubadas *manu militari* pelos estadunidenses. Segundo os

¹⁷⁸ Originário de uma rica família da cidade de Hinche (Plateau Central), Péralte foi o principal líder revolucionário nacionalista que encabeçou o movimento dos *Cacos*, camponeses em armas contra a primeira ocupação norte-americana do país. Traído e vendido pelo tenente Jean-Baptiste Conzé, em troca de dois mil dólares e de uma promoção de oficial na Gendarmerie d'Haïti (o exército haitiano controlado pelos Marines dos Estados Unidos), Péralte foi assassinado no dia 1º de novembro de 1919.

¹⁷⁹ Entre as razões que levaram os camponeses a pegarem em armas, além do roubo das suas terras pelos invasores norte-americanos, vale destacar o reestabelecimento de uma sempre controversada lei chamada *la corvée* cuja aplicação tinha sido abandonada, há alguns tempos. Tratava-se de um trabalho penoso, forçado, imposto aos camponeses como se aplicava aos presos políticos nos tempos coloniais. Eis uma descrição de Léon Audain, em 1904: “O chefe de bairros rurais [*chêf seksyon*, em crioulo haitiano] controla as *corvées* [trabalho forçado realizado por camponeses]. Quando, por exemplo, um grande trabalho nacional, tal como reparação de uma estrada perto da cidade que se torna impraticável, ou uma *corvée* particular, como a limpeza da cavalaria de um grande chefe ou a preparação de seus jardins, exige o concurso de muitos braços, os chefes de bairros rurais prendem os camponeses. Estes, sob a vigilância de alguns guardas locais, são levados ao lugar onde deve se realizar aquele trabalho, em longas filas de homens apertados e segurando-se uns nos outros pela blusa ou pela cintura da calça. Os homens, durante a *corvée*, não têm direito nem à retribuição pecuniária nem à refeição; trata-se de uma variedade de trabalhos forçados transitórios para inocentes”. (Jean Casimir, *radapé*, p. 130-131). Inocentes se refere às pessoas que não tinham suspeito de envolvimento político.

¹⁸⁰ Os outros elementos serão analisados no item 4.4.

dados de Laënnec Hurbon (1987, p. 28), “de 1912 a 1928, isto é, durante o período da ocupação americana (que vai de 1915 até 1934), milhares de camponeses, expropriados pelo invasor e submetidos à corvée, emigram como cortadores de cana nos canaviais americanos da República Dominicana e de Cuba”.

A situação piorou tanto que, em 1937, a burguesia dominicana havia organizado o massacre de mais de 30 mil trabalhadores haitianos, com a cumplicidade da burguesia haitiana. O racismo da ultradireita dominicana, como foi demonstrado através da Sentença No. 168-13 do Tribunal Constitucional, alimenta constantemente o temor de que a presença haitiana não se revelasse demasiada significativa em termos quantitativos na República Dominicana. Assim sendo, Laënnec Hurbon observou uma parada no processo de emigração rumo à República dominicana, devida ao massacre. Mas logo depois, este voltou a ocorrer com maior velocidade como é comprovado na citação seguinte:

Perto dos anos 1950, fala-se em 19.000 haitianos ainda presentes na República Dominicana, mas a partir de 1964, a população haitiana é avaliada em cerca de 60.000 e, em 1970, a 300.000 pessoas. [...] Nos Estados-Unidos, mesmo para os anos 50, a presença haitiana é praticamente insignificante. Para os anos 60 e 70, os trabalhadores imigrantes haitianos são cerca de 200.000, mas os serviços da imigração não podem mais controlar as chegadas.(HURBON, op. cit., p. 28)

Esse êxodo não se realiza apenas do Haiti para outros países. Deu-se igualmente dentro do próprio país. Por exemplo, “Em 1970, previa-se para 1972 um aumento de 15,8% da população de Porto Príncipe, e que chegaria a uma taxa recorde de 20%, somente em 1982. Ora, este limiar foi atingido já desde 1971”. (HURBON, op. cit. p. 29). Evidencia-se assim que a urbanização, no país, se deu de forma anárquica sem planejamento. É dali que se explica as pesadas construções anárquicas que se observam em Porto Príncipe, e consequentemente a tragédia que resultou em 12 de janeiro de 2010 por ocasião do terremoto.

4.2 A saída pelo desenvolvimento de comunidade

Entretanto, deve-se observar que em relação aos camponeses, eles continuam vendo suas terras roubadas para dar lugar à instalação de zonas francas, do mesmo modo que isso foi feito por ocasião da primeira ocupação de 1915-1934. O caso do PIC exemplifica essa tendência. O caso mais recente, no entanto, concerne a região de Ile-à-vache¹⁸¹, onde o governo se prepara a expropriar milhares de habitantes. Os camponeses de hoje, porém, não reagem da mesma forma como os seus antepassados do início do século XX. A razão é bastante simples: as zonas francas são propagandeadas como ponta de lança do desenvolvimento do Haiti e, há tempos, os camponeses vêm enxergando no desenvolvimento, particularmente no desenvolvimento da comunidade, a panacéia a todos os seus problemas. Essa nova percepção não se instalou por acaso: trata-se do fruto do trabalho ideológico que vem sendo realizado no país desde a criação das ONGs pela ONU, isto é, a partir da fundação das instituições que integram o que Jean-Anil Louis-Juste denomina a Internacional Comunitária.

O que a Internacional Comunitária tem conseguido com a introdução dos projetos de desenvolvimento de comunidade não é fato corriqueiro. Até o momento do início da experimentação destes projetos, as lutas no Haiti sempre colocavam no seu centro, o questionamento da apropriação das riquezas pelas classes dominantes, apropriação que

¹⁸¹ Ile-à-vache é uma pequena ilha situada a 13 quilômetros ao sul da cidade Les Cayes (Sul) à qual é integrada administrativamente. Cerca de 15 000 moradores vivem ali. No âmbito da transformação do país em paraíso para o capital estrangeiro, o governo declarou Ile-à-vache “zona de desenvolvimento turístico” em maio de 2012. O mesmo decreto governamental declarou as terras “posseção do Estado”, o que não deixa de provocar forte descontentamento nos camponeses, que desde então, estão em pés de guerra. (Ver Haïti-Tourisme : Entre manifestation et inauguration sur l’Ile-à-Vache. 21 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://www.alterpresse.org/spip.php?article16041#.UwkrfIVd8v0>. Acesso em 23 de fev de 2014). Entre outras, A *Konbit òganizasyon peyizan Ilavach*/União das Organizações Campesinas de Ile-à-vache denuncia o desmatamento da única floresta da ilha para dar lugar à construção de um aeroporto.

O projeto lançado em 20 de agosto de 2013, inclui a construção de um aeroporto internacional com uma pista de 2,6 quilômetros, a construção da estrada que leva a ela, a dragagem do porto, a eletrificação e iluminação da área circundante e a construção de vários hotéis-molas (1.000 quartos), assim como 2.500 vilas, um centro comunitário, uma rádio comunitária, um centro de emergência, e o estabelecimento de infraestruturas agrícolas. O custo do projeto é avaliado a mais de 230 milhões de dólares.

Das últimas notícias revela-se que o mundialmente conhecido jogador de futebol inglês, David Beckham, tenha manifestado seu interesse em investir em Ile-à-vache, porém, não foi especificada a exata natureza do seu possível investimento.

acaba condenando as classes subalternizadas ao pauperismo. A partir da destilação da ideia do desenvolvimento, houve uma inversão no entendimento das classes sociais que passaram a ser enxergadas como uma comunidade na qual todos têm que cooperar para superar as carências, as quais são apresentadas como se fossem produtos da natureza. Neste ponto específico, cremos que Walter D. Mignolo (2007, pp. 36-37) acertou na maneira como procurou ressaltar o entrecruzamento entre os quatro domínios da experiência humana (econômico; político; social; e epistêmico e subjetivo/pessoal) nos quais opera a lógica da colonialidade.

Cada um desses domínios se entrecruza com os demais [...]. O funcionamento da matriz colonial pode passar inadvertido, e quando sai à superfície, é explicado por meio da retórica da modernidade, assegurando que a situação pode “corrigir-se” com “desenvolvimento”, “democracia” ou com uma “economia forte”, por exemplo.

Uma leitura atenta da sociedade haitiana convencerá do papel dessas categorias. Nos meios rurais, os camponeses apostam toda sua expectativa no desenvolvimento de comunidade enquanto as classes médias intelectualizadas fazem da democracia o seu carvalho de combate. Mas, será que essas apostas condizem com as propostas da Internacional Comunitária?

A dispersão da maior parte da população haitiana nos meios rurais sempre nos obrigará a prestar especial atenção à política dos camponeses, ou seja, às maneiras escolhidas por uma categoria sofredora para buscar saídas da precariedade ou dar respostas às políticas discriminatórias das quais padece. Foi isso que nos levou a analisar, já na nossa dissertação de mestrado¹⁸², a postura política de *Tèt Kole Ti Peyizan Ayisyen* (União dos pequenos camponeses haitianos). Escolhemos a *Tèt Kole* por ela ser parceira da Plataforma de Advocacia em prol de um Desenvolvimento Alternativo/ *Plateforme haïtienne de plaidoyer pour un développement alternatif (PAPDA)*, cujos principais dirigentes integram o *Pati Kan Pèp la* (Partido Campo do Povo – esquerda), que por sua vez integram a dita *Inisyativ MPDP* (Iniciativa pela construção do Movimento Patriótico Democrático e

¹⁸² Ver: Franck SEGUY. *Globalização neoliberal e lutas populares no Haiti*. Crítica à modernidade, sociedade civil e movimentos sociais no estado de crise social haitiano. Universidade Federal de Pernambuco, 2009. 218p.

Popular). A própria PAPDA se define como sendo uma plataforma de organizações da sociedade civil organizada, como pode ser lido no seu site¹⁸³. Nossa escolha foi também motivada pelo fato de *Tèt Kole* ser considerado pela esquerda como a vanguarda das organizações camponesas. Vamos, a seguir, reproduzir partes da análise em questão.

No dia 6 de julho de 2005, uma plataforma de organizações camponesas foi apresentada ao público sob o nome de *Platfòm Nasyonal Òganizasyon Peyizan Ayisyen (PLANOPA)* / Plataforma Nacional das Organizações Camponesas Haitianas. Quatro organizações se agregavam nesta plataforma: *Tèt Kole*, MPP (Movimento dos Camponeses de Papaye, região do Centro)/MPNKP (Movimento Campesino Nacional Congresso de Papaye), KPN (União de Camponeses de Nippes, região do sul) MOREPLA (Movimento Reivindicativo dos Agricultores da Artibonite, região Centro-oeste). Seis meses depois (24 de janeiro de 2006), foi publicado um comunicado pelo qual o *Tèt Kole* justificou sua saída da plataforma. O comunicado em questão diz o seguinte:

No final do mês de setembro de 2005, isto é, menos de quatro meses após a constituição da plataforma, nós de *Tèt Kole* ti *Peyizan Ayisyen*, recebemos uma facada por trás das mãos dos dirigentes do MPP/MPNKP quando fomos surpreendidos com a notícia da aliança entre MPP/MPNKP, KONBA¹⁸⁴ e Charles Henri Baker a fim de apoiar a candidatura do último às eleições. Em verdade, ao ouvirmos essa notícia através das mídias pela boca de Chavannes Jean-Baptiste, líder do MPP/MPNKP, em verdade, nós fremimos. [...] Recebemos esse golpe como uma gigantesca traição (ALTER PRESSE, 24 de jan de 2006).

Assim sendo, o *Tèt Kole* justificou sua saída da PLANOPA pela impossibilidade de afiançar politicamente a aliança entre seus parceiros MPP/MPNKP que se tornaram também parceiros de Charles Henri Baker, segundo maior dirigente do Grupo 184, qualificado de representante oficial do setor mais reacionário do país:

O objetivo real do projeto do Grupo 184 é derrotar as reivindicações dos camponeses e dificultar as lutas dos camponeses valorosos e de todo o

¹⁸³ Conferir especialmente o documento: **Déclaration des organisations de la société civile haïtienne**. Disponível em: <<http://www.papda.org>>. Acesso em: 6 de Nov. 2009. É bom destacar que a PAPDA faz parte das ONGs chamadas alternativas que compõem o universo de estudo da tese de Jean Anil Louis-Juste sobre a “solidariedade de espetáculo no desenvolvimento da comunidade no Haiti”.

¹⁸⁴ KONBA é um dos múltiplos partidos que povoam a paisagem política haitiana.

povo. Tèt Kole ti Peyizan Ayisyen estima que a aliança MPP/MPNKP, KONBA e Charles Henri Baker, candidato à presidência e representante do setor mais reacionário da burguesia do país, é a mais perigosa aliança contra os interesses populares. (Ibid.).

Um dos fatos mais curiosos a destacar: a questão agrária não é explicitamente colocada entre os objetivos destas plataformas de organizações camponesas. Isso vale tanto para a nota acima, como para o que se segue, relativa à criação das plataformas conforme revelado numa entrevista¹⁸⁵ na qual a questão foi explicitamente colocada pelos repórteres. À questão de saber os objetivos de Tèt Kole ti Peyizan Ayisyen, a resposta dos dirigentes foi esta: “O primeiro objetivo de Tèt Kole é processar as carências de todos os seus membros. O segundo é lutar para superar o sistema de exploração. O terceiro é fazer com que um dia, cada camponês possa reivindicar seus direitos, a satisfação de suas necessidades frente a qualquer partido político ou governo”. (JOSEPH et alii, 2008, p. 70).

Observar-se-á que, para uma organização camponesa considerada entre as mais avançadas, nenhum dos seus objetivos aponta a questão agrária. Vale lembrar essa observação de Gérald Brisson (1968, p. 3): “O problema agrário no Haiti sempre chamou a atenção dos que se interessam ao nosso país. As organizações políticas de vanguarda são as únicas a reivindicarem uma reforma agrária radical para refundar as relações sociais vetustas no campo”. Igualmente, nenhum objetivo de Tèt Kole aponta o seu inimigo. A menos que o inimigo não for mais a classe dos capitalistas, mas os partidos políticos e o governo que gerencia a serviço dos capitalistas. Em se tratando de uma organização parceira de ONGs esquerdizantes, torna-se bastante interessante observar que os camponeses são abordados como seres portadores de carências que a organização pretende processar. O sonho de Tèt Kole é também que cada membro da organização possa reivindicar. Reivindicar o que? Seus direitos. Apenas direitos! E, neste último caso, caberá aos partidos políticos e ao governo satisfazerem essas reivindicações. Mais adiante, na

¹⁸⁵ Trata-se de uma entrevista realizada e publicada pela revista Desalinyen, da Asosyasyon Inivèsitè ak Inivèsitè Desalinyèn (ASID), em novembro de 2008. Essa publicação da revista foi concebida para dar uma idéia do peso da sociedade civil e da implicação das suas organizações na desorientação das lutas populares. O título já resume a intenção: “Òganizasyon Popilè ak Sosyete Sivil nan Batay Politik an Ayiti/ Organização Popular e Sociedade Civil nas Lutas Políticas no Haiti”.

mesma resposta, lemos: “Tèt Kole não é um partido político, e sim um movimento reivindicativo das necessidades sociais capazes de garantir uma vida decente: água, saúde, educação, documentos de identidade para camponeses, registro de cartório etc.” As relações sociais geradoras dessas carências sendo definitivamente esquecidas, as carências se tornam “produtos da natureza”.

Os repórteres ofereceram mais uma oportunidade aos entrevistados através da pergunta: “Qual o principal foco de luta de Tèt Kole, hoje?” A resposta elimina toda e qualquer possibilidade de dúvida: “Salvar o meio ambiente [...] investir na produção agrícola dos camponeses, enquadrá-los, oferecer-lhes ferramentas, sementes, educá-los a valorizarem as árvores” (IBIDEM, p. 71). Fica assim claro que para Tèt Kole, os problemas dos camponeses não têm nada a ver com a política; são apenas problemas técnicos que a educação comunitária pode facilmente resolver. Ou são carências sociais que o governo, ou até os partidos políticos, têm de reconhecer legalmente como direito do camponês. Neste pacote, o segundo objetivo de “lutar para superar o sistema de exploração” soa eminente e manifestamente vazio.

Assim, pode-se melhor entender o que aconteceu quando, no dia 17 de dezembro de 2007, saiu na imprensa um comunicado de quatro organizações: KROS, MPP, MPNKP e Tèt Kole. Um parágrafo deste monumental documento diz o seguinte: “Reconhecemos termos cometido muitos erros, dentro os quais a divisão e a falta de comunicação entre nós. Reconhecemos também alguns erros particulares de alguns de nós, quer na luta para ajudar na edificação de Lavalas¹⁸⁶ [...] quer nas nossas relações com outros setores políticos engajados na luta pelo poder” (ALTER PRESSE, 17 de dezembro de 2007).

Para se adivinhar o resto, basta ler o título do comunicado: “Quatro organizações camponesas decidem acabar com as suas divisões”. Assim, como se fosse

¹⁸⁶ Não podemos discutir aqui a edificação do poder Lavalas, mas cabe destacar que a candidatura de Jean-Bertrand Aristide, e sua eleição em 16 de dezembro de 1990, representavam naquela época não uma alternativa entre outras, mas a alternativa do setor popular. Isto é, avaliar essa eleição 19 anos depois e considerar como erro de ter participado da sua edificação tem a aparência do princípio burguês “Os fins justificam os meios”. No palco político haitiano, até o golpe de Estado de 1991, ser adversário de Lavalas era sinônimo de ser adversário da causa popular. Assim sendo, resistimos com dificuldade a nos perguntar se este comunicado não infundira mais força à aliança do MPP/MPNKP com a burguesia grandonarquica, ao ter considerado um erro ter estado do lado de Lavalas no momento da sua edificação.

pelas virtudes de uma varinha mágica, as posições antagônicas de classes denunciadas anteriormente vêm sendo apenas erros e divisão que podem ser resolvidos com um “bom sistema de comunicação”. Não será surpreendente que, num dia por vir, o Tèt Kole também irá se aliar à posição da burguesia.

O que se operou no Haiti por mais assustador que pareça, é bastante simples de explicar. Desde a queda oficial da ditadura em 1986, a paisagem política vem conhecendo novos movimentos sociais. O mesmo vale para o meio rural. No entanto, seus objetivos demonstram que esses movimentos não têm filiação com as lutas históricas do século XIX e início do século XX. Esses novos movimentos sociais, como veremos mais adiante, não passam de instituições de gestão de projetos de desenvolvimento de comunidades chamados desenvolvimento alternativo. Quando, por exemplo, os líderes de Tèt Kole definem seu terceiro objetivo: treinar cada camponês a poder reivindicar seus direitos e a satisfação de suas necessidades diante dos partidos políticos e do governo, nada fazem senão reivindicar a exclusividade do controle ideológico sobre a mente dos membros de Tèt Kole. É justamente para garantir essa exclusividade que se faz necessário cumprir com o primeiro objetivo: “processar as carências de todos os seus membros”. Nesta altura, não deveria surpreender ninguém quando os líderes de Tèt Kole afirmam: “Somos um movimento profissional, mas ao mesmo tempo, um movimento camponês” (JOSEPH et alii. p. 72). Como uma organização política poderia satisfazer as necessidades de seus membros senão transformando-se em instituição profissional de gestão de projetos ou em organismo de microcrédito, como se observa no Haiti? Qualquer haitiano bem imbuído das práticas desempenhadas pelas ONGs sabe que a declaração precedente apenas traduz a reprodução intra-sistêmica dos dirigentes em questão.

Além do mais, enquanto o problema da propriedade da terra continua sendo uma questão fundamental na sociedade haitiana, eis que uma organização que goza do tratamento de vanguarda prefere “educar os [pequenos] camponeses a valorizarem as árvores” – camponeses que, devemos enfatizar, nem terras têm para plantar árvores. Em que os profissionais de Tèt Kole se diferenciam afinal de outras instituições burguesas que infantilizam os camponeses, considerados pessoas sem educação no que diz respeito à

proteção do meio ambiente? Tèk Kole não é um movimento profissional e campesino ao mesmo tempo, na verdade ela é um movimento de profissionais educando camponeses.

A respeito do treinamento dos camponeses para que saibam reivindicar frente aos partidos políticos e o governo, é bom destacar que, no Haiti, nem o governo nem os partidos políticos contribuem em abastecer financeiramente as organizações sociais. Pelo contrário, o governo e os partidos políticos são concorrentes das organizações camponesas, pois as três categorias sobrevivem de financiamento direto da Internacional Comunitária, distribuído através das ONGs parceiras encarregadas da solidariedade do espetáculo. Não deveria ser difícil entender, nesta altura, que saber reivindicar frente aos partidos políticos, ao governo ou ao Estado não significa de nenhum modo uma competência importante a ser adquirida por um camponês. As revoltas de Goman (1807-1820); as lutas agrárias conduzidas por Jean-Jacques Acaau (1843-1848); os massacres de camponeses executados por *grandon-burgueses* apoiados por dirigentes estatais, contra os camponeses de Piatre ou de Jean-Rabel (1987) podem facilmente testemunhar que os pequenos camponeses são mais do que mestres na arte de saber reivindicar. A questão profunda é que tanto as ONGs da sociedade civil quanto os movimentos sociais, até as organizações de bairros urbanos e o próprio movimento camponês contemporâneo, quando se organizam, o fazem com o intuito de se metamorfosear em instituições de gestão de projeto de desenvolvimento, em vez de colocar a questão agrária – questão fundamental – na agenda político-ideológica.

Como afirmaram os nossos entrevistados de Caracol em relação à instalação da luz elétrica nas suas casas pela primeira vez, graças ao PIC, qualquer conversa rápida com camponeses haitianos já coloca em relevo que o seu voto passa a ser hoje o desenvolvimento de sua comunidade, o que implica escolas para seus filhos, hospitais e centros de saúde, estradas pavimentadas, eletrificação de suas aldeias, abastecimento das mesmas com água...enfim, tudo que não há, que nunca houve, e que, se depender da Internacional Comunitária nunca haverá, como já foi demonstrado através do *Rapport Collier*. É necessário resgatar, pois, que a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e sua efetivação em políticas sociais residuais (denominadas projetos de desenvolvimento) definidas pela Internacional Comunitária, principalmente pelo Banco Mundial, como padrão de enfrentamento de problemas sociais a ser aplicado pelas ONGs no âmbito da

cooperação internacional, estão na total contramão do desenvolvimento das potencialidades dos sujeitos sociais aos quais são relacionados – sujeitos que a APD reduz à sua dimensão de membros de comunidade, sem história nem trajetória de vida. Ao dar-se conta disso, Louis-Juste (2007, p. 164) destaca:

O elemento-chave da Internacional Comunitária chama-se ONG na era do desenvolvimento via aplicação indiscriminada de tecnologia ou tecnologismo, com fins abertamente privados. [...] Entre a Internacional Comunitária e as ONGs estabelece-se uma relação de complementaridade traduzida em termos de divisão de trabalho: a primeira define as áreas de intervenção prioritárias em conformidade com os interesses do capital; as segundas processam carências a partir desse direcionamento.[...] Nessa divisão do trabalho, a ONG desempenha papel de destaque no processamento de carências para operar programas de assistência social compensatória, uma vez que o Estado foi desacreditado e desmontado¹⁸⁷.

A ajuda ao desenvolvimento concedida pela Internacional Comunitária e sua implementação em projetos de desenvolvimento realizada pela ONGs só podem caminhar na contramão do movimento socialista, entendido aqui como reapropriação pelos seres humanos de sua história, isto é, sua atuação como sujeito epistêmico, ético e político do processo de sua produção e reprodução social. Mas na peleja contra essa possibilidade justamente é que consiste a tarefa dos *Economist Hit Men* (EHM: Economistas Mercenários), em missão para a Internacional Comunitária, de acordo com a própria confissão de um deles:

Eis o que de melhor fazemos enquanto economistas mercenários: construímos um império global. Representamos um grupo elitista (homens e mulheres) que [utiliza] as organizações financeiras internacionais para criar condições que fazem com que outras nações [se] tornassem subservientes da corporatocracia que dirigem mega-empresas, nosso governo e nossos bancos. Em contrapartida, na Máfia, os EHM oferecem favores. Estes tomam a forma de empréstimos voltados para o desenvolvimento de infraestrutura elétrica, rodovias, portos, aeroportos ou parques industriais. A condição desses empréstimos é que as empresas de engenharia e construção do nosso país devem executar todos esses

¹⁸⁷De acordo com François Houtart, “a existência das ONGs tomou importância, não somente porque o seu número aumenta, mas, sobretudo, porque se desenvolve a ideia de que elas são a **ponta de lança da sociedade civil**. Em alguns domínios, aparecem até como verdadeiros substitutos do Estado que, precisamente, a filosofia política neoliberal quer enfraquecer”. (in CENTRE TRICONTINENTAL, 1999, p. 5, grifo nosso).

projetos. Na realidade, a maior parte do dinheiro nunca sai dos Estados Unidos; apenas é transferido de caixas de Banco de Washington para construtoras de Nova York, Houston ou São Francisco. (John PERKINS apud LOUIS-JUSTE, op. cit., p. 162).

De acordo com informação de Louis-Juste, que citou o Economist Hit Men John Perkins, o autor dessa confissão, este, desde 2006, tornou-se proprietário de ONG.

Não é por mero acaso que a expectativa dos camponeses haitianos em relação ao desenvolvimento tem se revelado tão distante do conteúdo real dos projetos de desenvolvimento acionados pelas ONGs que têm invadido o campo rural. No próprio surgimento do conceito de desenvolvimento já são pautadas suas intenções reais. Deve-se prestar devida atenção ao fato de que, somente no período dito de pós-guerra e de descolonização, a ideia do desenvolvimento dos chamados “países subdesenvolvidos” fez sua aparição, apesar de existir antes. A associação desse conceito com os países do dito terceiro-mundo coincide com a criação das instituições de Bretton Woods, pelas quais os Estados-Unidos decidiram definir a nova ordem econômica. E essas são os pilares do desenvolvimento. Criados em decorrência da conferência convocada em 24 de julho de 1944, O Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Organização Mundial do Comércio (OMC) passaram a ser o núcleo das relações internacionais reificadas entre os países imperialistas e os do dito terceiro-mundo¹⁸⁸.

Quando as Nações Unidas, na década de sessenta, lançaram o programa de descolonização, a difusão do desenvolvimento serviu como meio ideológico-político de controle das lutas populares independentes, bastante influenciadas pelo comunismo ou

¹⁸⁸ O período de pós-guerra e de descolonização coincide com o confronto entre dois mundos: o mundo capitalista, reagrupado sob a liderança dos Estados Unidos da América do Norte e o mundo das burocracias chamadas socialistas, encabeçado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Essa confrontação entre dois mundos constitui um dos componentes maiores da ajuda que o mundo capitalista fornece ao Terceiro-Mundo (os não-alinhados), na perspectiva do desenvolvimento. O objetivo dessa ajuda foi, evidentemente, neutralizar a ameaça que representava o comunismo. Era o início da Guerra Fria das décadas de 1960 e de 1970. Isto é, do cúmulo das confrontações no Vietnã, em Cuba... com as ditaduras da Ásia, da América Latina, as quais “construíam seu poder sobre a doutrina da segurança nacional frente ao perigo comunista criando, simultaneamente, uma internacionalização do capital, pela redução ao silêncio das classes populares, a supressão dos direitos civis e de todas as atividades políticas” (Centre Tricontinental, op. cit., p. 12). Foi o período no qual coincidem a Guerra Fria e o discurso do subdesenvolvimento. Foi igualmente o período durante o qual a chamada Ajuda Pública ao Desenvolvimento cresceu muito sem, porém, fazer nenhum questionamento a respeito da exploração das economias centrais sobre as economias chamadas periféricas.

propensas a vislumbrar nele possibilidades de saída. Isto é, o desenvolvimento serviu como forma de transição por cima, um tipo de adaptação preventiva ao perigo de uma provável e iminente situação revolucionária que representava a Internacional Comunista. Este desenvolvimento não funciona sem as instituições chamadas a colocá-lo em prática. Assim, assistir-se-á à criação de instituições públicas internacionais, assim como de instituições privadas com a incumbência de distribuir o excedente alimentar aos países ditos subdesenvolvidos.

O desenvolvimento, assim entendido, consiste em atraso dos países do terceiro-mundo em relação aos países ocidentais desenvolvidos, ou seja, industrializados. Para se recuperarem deste atraso, os países do Terceiro-Mundo têm apenas que imitar o padrão ocidental rico. Ao mesmo tempo, o Ocidente se coloca no dever (moral) de “ajudar”, por sua vez, o Terceiro-Mundo neste caminho, ao “pegá-lo pela mão”. Essa concepção considera o desenvolvimento um imperativo para o Terceiro-Mundo, e o Ocidente, o padrão que têm de seguir todos os países que desejam compensar seu “atraso”. “Este projeto era baseado na industrialização por substituição, sob o pacto social com o setor popular e sob o populismo político e social” (CENTRE TRICONTINENTAL, 1999, p. 11). É justamente esse modelo, que é conhecido na América Latina sob o nome de *desarrolismo*, desenvolvimentismo, e que foi dirigido pela comissão da ONU, dita Comissão Econômica para América Latina (e o Caribe) – a Cepal¹⁸⁹.

Quanto às instituições cujas incumbências são garantir a distribuição dessa ajuda – as famosas Organizações Não-Governamentais – elas não se definem sobre qual concepção do desenvolvimento abraçar. Em algumas persiste a ideia do desenvolvimento como um atraso a compensar. Outras se inscrevem nas perspectivas ideológicas da luta anticomunista. Porém, “a ideia do desenvolvimento concebido como liberação faz também seu caminho” (IBIDEM, p. 13). Isto é, as contradições sociais originadas nas situações políticas e militares acabaram por introduzir no universo cultural dessas ONGs a dimensão política do próprio conceito de ONG, levando algumas delas a “apoiar movimentos sociais populares e contribuírem na conscientização da população” (Ibid.).

¹⁸⁹ Conferir também a esse respeito, François HOUTART, *Le défi de la mondialisation pour le Sud*, Port-au-Prince: Cresfed, s.d. Ler principalmente o primeiro capítulo.

Mas, desde o fim da Guerra Fria, o mundo seguiu a direção da unipolaridade.

Com efeito, trata-se de bem mais que apenas um mecanismo de funcionamento da economia. Trata-se do projeto social de uma burguesia, que conseguiu construir as bases materiais de sua existência à escala mundial, graças às novas tecnologias que só ela controla e utiliza ao seu favor. (Ibid., p.15).

A partir de então, o neoliberalismo e seus catequizadores parecem ser os únicos gabaritados a dar ritmo à cadência do mundo. Os países do Terceiro-Mundo são, portanto, arrastados para dentro da “economia de mercado”. O desenvolvimento é restabelecido no seu sentido único técnico de novas tecnologias a injetar do Norte para o Sul. Jean Anil Louis Juste (2007, p. 120) observou que

A APD [ajuda pública ao desenvolvimento] acompanhou esse progresso até 1975, ano em que o setor financeiro privado transnacional investiu no ramo para imprimir-lhe a sua própria racionalidade econômica de lucro imediato. Porém, antes da privatização da ajuda ao desenvolvimento, nasceu a economia do desenvolvimento como uma especialização no domínio da Ciência Econômica.

Cabe destacar que, para compreender os mecanismos do desenvolvimentismo e da ajuda ao desenvolvimento, é preciso prestar atenção aos mecanismos pelos quais os países ditos desenvolvidos haviam chegado ao nível onde estão. São antigas potências coloniais que haviam construído suas riquezas através da pilhagem e do roubo dos recursos dos países nomeados de Terceiro-Mundo, a partir da Conferência do Não Alinhamento, em abril de 1955, em Bandung. Aqueles que não foram antigas potências coloniais – os Estados Unidos, por exemplo – não se incomodam em substituir as antigas metrópoles, sobretudo na América Latina e na África, transformando-se em nova potência colonial tão feroz como as antigas. Até porque poderíamos argumentar que os países considerados subdesenvolvidos hoje têm sido historicamente os provedores do desenvolvimento dos países ocidentais ditos desenvolvidos. Um conjunto de quatro autores, Gérard Cachat, Robert Kenan, Marx Beauté, José del Pozzo e da autora, Danielle Leduc, compartilham esse ponto de vista:

Nesse contexto, alguns autores afirmam que o fenômeno do subdesenvolvimento começou já na época colonial, como resultado da exploração pelas metrópoles europeias. [...] Assim, a América Latina tem cooperado com o desenvolvimento da Europa, pois as suas riquezas forneceram colossais capitais não apenas à Espanha e a Portugal, senão também à Inglaterra, à França, à Holanda (CACHAT et alii, 1976, p. 194).

Podemos dizer que o subdesenvolvimento do Haiti, nesse sentido, tem uma história de mais de 500 anos, isto é, se iniciou com a invasão da modernidade colonial introduzida pelos espanhóis e seguida pelos franceses. Mas, como já destacamos, o desenvolvimento passou a ser o paradigma das relações internacionais, as quais se tornaram um exercício de “cooperação para o desenvolvimento”. Vira, assim, a ser o pulmão da nova ordem econômica internacional.

O Haiti faz parte dos primeiros países no mundo a experimentar a cooperação pelo desenvolvimento. Desde 1948, as Nações Unidas implantaram o primeiro projeto deste tipo em Kochongra (Marbial), município do Sudeste do Haiti. Jean Anil Louis Juste (1997, p. 14) destacou que esse projeto visava “promover a vulgarização de técnicas agrícolas modernas, a higiene comunitária e a alfabetização dos camponeses”. Tais objetivos dizem respeito à prática do desenvolvimento comunitário, o qual “se confunde com a difusão de tecnologias modernas em meio ao campesinato. Daí, a vulgarização agrícola tornou-se um meio de fazer adotar as técnicas culturais novas”. (IBIDEM, p. 29).

Depois dessa volta rápida, entende-se facilmente que o imperialismo, recorrendo ao desenvolvimento para perpetuar as relações coloniais, não podia deixar de introduzir o desenvolvimento comunitário no Haiti. Pois, o país era essencialmente rural. Hoje em dia, com mais de 50% de sua população no campo, continua sendo rural. Por isso é que o desenvolvimento comunitário está tão presente nos meios camponeses, e as chamadas ONGs alternativas, as esquerdizantes, estão entre as mais ativas nesses meios, propondo-se implementar o “desenvolvimento alternativo”. Mas, a retórica de desenvolvimento alternativo só ilude a quem se esquecer da organicidade destas ONGs na estratégia da Internacional Comunitária.

De direita ou de esquerda, conservadora ou progressista, não há ONG intervindo no campo que não esteja atuando à base de projeto de desenvolvimento. Isso implica que aqueles trabalhadores de ONGs, que se autoproclamam militantes progressistas, não compõem uma livre associação com os sujeitos sociais sobre os quais eles intervêm. Não! Esses militantes agem dentro de uma lógica institucional, no âmbito de projetos financiados para processar carências predeterminadas, eventualmente sem congruidade com a realidade concreta. Conforme as observações empíricas de Jean-Anil Louis-Juste que estudou a atuação das chamadas ONGs alternativas e/ou progressistas no Haiti, estamos diante de um limite até agora insuperável:

A lógica institucional do Projeto de Desenvolvimento faz com que [seus] técnicos não sejam capazes de intervir eficazmente para colocar intervenções que correspondessem a atuações de livre desenvolvimento, porque não previstas no projeto financiado. Nessa condição, têm que administrar os projetos conforme os parâmetros definidos e comprovados pelo organismo financiador ou operador de projeto. [...]

Essa lógica rígida, linear e exclusivista transforma o coordenador [do Projeto de Desenvolvimento] em máquina-projeto ou processador de carências que produz mulheres e homens assistidos, isto é, seres incapazes de entender as causas sociais das carências. (LOUIS-JUSTE, 2007, p.165).

Em outras palavras, o velho ditado de que “o financiador é quem manda” guarda toda a sua validade no desempenho do Projeto de Desenvolvimento. Por consciente e progressista que possa ser o *militante* de ONG alternativa, ele não tem latitude institucional para pegar o dinheiro do organismo financiador e usá-lo contra ele. Isso seria desvio de verbas. O *militante* pode até aproveitar da sua imersão no campo para tentar destilar alguns pingos de um trabalho ideológico-político de conscientização, no entanto, como poderia produzir reais seres politicamente conscientes se ele próprio é apenas um animador social que não mora no lugar de trabalho que é por ele visitado somente durante o tempo da sua animação? Qual a possibilidade de um discurso conscientizador produzir seres politicamente conscientes fora do calor das lutas políticas concretas? Contudo, não há nenhuma possibilidade de que as ONGs alternativas, enquanto projetos de desenvolvimento e processadoras de carências, transformem as relações sociais de alienação do capital que a Internacional Comunitária quer manter e reproduzir a todo custo.

Por não termos pesquisado empiricamente as ONGs, somos obrigados a sermos cautelosos neste quesito. No entanto, Louis-Juste que dedicou toda sua tese de doutorado a atuação das ONGs autoproclamadas alternativas, chegou a algumas conclusões das quais duas chamam a nossa atenção. A primeira diz respeito aos militantes progressistas: “o projeto de desenvolvimento representa um novo lugar de realização da ascensão social, isto é, da materialização da ideia de mobilidade social que [os trabalhadores de ONG] não rejeitam apesar da sua pretensão de luta transformadora” (LOUIS-JUSTE, 2007, p. 280). Isto é, a busca de saída através das ONGs não faz senão reproduzir e aprofundar as já vigentes desigualdades sociais ao mesmo tempo em que reforça a velha ideia burguesa de mobilidade social pela educação – pois os trabalhadores de ONGs são, no geral, jovens universitários oriundos das faculdades de ciências humanas. E parece que as próprias ONGs sabem que não podem resolver nenhum problema real na medida em que, desde o início das suas atividades no Haiti, em 1948, até hoje nunca foi registrada uma só ONG que se autodissolve por ter resolvido o problema que justificou a sua criação. Na verdade, logo que uma ONG é fundada, um dos seus primeiros êxitos consiste no fato de que, ao declarar querer processar as específicas carências por ela apontadas, esta ONG justifica a sua própria existência. Doravante, vai trabalhando mais e mais no sentido de continuar justificando sua existência, agrupando argumentos eficazes a convencer os operadores ou agências financiadoras a seguir sendo generosas.

Um pouco mais adiante, analisa Louis-Juste:

Com a retórica progressista e a prática desenvolvimentista, produzem-se subjetividades atreladas ao capital, sendo que esse tipo de discurso se justapõe às realidades concretas [das quais] não decorre. Este se constitui em modismo metropolitano. Assim sendo, os novos conscientizados não têm possibilidade a seu alcance para experimentarem concretamente o poder político da sua nova potencialidade ideológica. Na maioria dos casos, animadores terminaram se tornando promotores da melhoria das suas próprias condições de vida.

A empreitada desenvolvimentista consegue, portanto, controlar os descontentamentos populares, orientando-os [a] se expressarem nas atividades de desenvolvimento e/ou canalizando-os [a] votarem em partidos socialdemocratas que buscam legitimidade para se tornarem concorrentes de partidos de direitos na gestão consensual da contradição capital-trabalho. [...]. O desenvolvimentismo alternativo tampouco permite a aglutinação dos novos conscientizados em forças sociopolíticas

autônomas, [pois] é uma experiência de luta ideológica fora do âmbito de luta política concreta. (IBIDEM, p. 278)

Esta segunda conclusão de Louis-Juste já tem sete anos, mas continua sendo pertinente à realidade social haitiana. Segundo um artigo do site *Alter Presse*, diante dos desafios que pautam a ordem de dia no Haiti, os dirigentes de ONGs alternativas agrupadas em partidos políticos não têm nada melhor senão “um projeto político-eleitoral” para apresentar como alternativa. Um tipo de frente ou de “consenso entre todos os partidos de esquerda emergentes e os movimentos sociais” (ALTER PRESSE, 10 de fev de 2014).

4.3 As metamorfoses do movimento social

Falando em movimentos sociais, devemos logo lançar luz sobre a declaração acima para que ninguém se engane. Os partidos emergentes e movimentos sociais em questão não são nada mais de que aqueles que compõem a já citada nova plataforma chamada *Inisyativ MPDP* (Iniciativa pela construção do Movimento Patriótico Democrático e Popular), qual congrega mais de 30 organizações e agrupamentos de organizações da sociedade civil atuando em prol do desenvolvimento e da democracia, especialmente. Cada uma mais nova que a outra, todas essas organizações são partidos de esquerda e novos movimentos sociais nascidos depois da queda oficial da ditadura em 1986. Ora, é de fundamental importância entender o corte que representa o ano de 1986 nas atuações dos movimentos sociais haitianos. Não é por mero acaso que a plataforma de organizações feministas, *Coordination nationale de plaidoyer pour les droits des femmes* (CONAP)/Coordenação Nacional de Advocacia em prol dos Direitos das Mulheres – que tem, pelo menos, uma das suas organizações integrando a *Inisyativ MPDP* – apropria-se da seguinte observação de uma representante da Agência Canadense pelo Desenvolvimento Internacional (ACDI):

A ex-diretora do Fonds Kore Fanm/Fundo de Apoio às Mulheres acredita que entre 1986 e 1998, ocorreram mudanças na dinâmica das relações Estado/sociedade civil e essas mutações são caracterizadas nos discursos e nas práticas passando **da contestação à negociação e ao diálogo**. (CONAP, 2008, p. 68, grifo nosso).

Enfatizando mais a observação de Cathy Mangonès, a CONAP argumenta:

Com efeito, durante a conjuntura pós-duvalieriana, uma nova etapa foi cruzada. As e os militantes e as organizações da sociedade civil interpelam o Estado e tentam redefinir as relações Estado e sociedade civil. O desafio consiste a criar novas práticas institucionais para além das ações individuais. (IBID.).

Antes de expor algumas das consequências dessa revelação, precisamos esclarecer o uso particular do conceito de sociedade civil no Haiti. De modo geral, poucos conceitos sofrem, no campo intelectual, com tantas imprecisões – e consequentemente com deformações e mistificações – como o de sociedade civil. O filósofo cubano Jorge Luis Acanda, observa:

Três usos fundamentais diferentes, mas que se interpenetram, da ideia da sociedade civil. O primeiro é sua utilização como slogan político, não só pela esquerda, mas também pela direita [...]. O segundo uso é como conceito sociológico analítico para descrever formas de organização social [...]. Em seu terceiro uso, ‘sociedade civil’ é também um conceito filosófico com caráter não apenas descritivo, mas normativo, vinculado a reflexões sobre as esferas de ação simbólica e da formação e funcionamento de valores e crenças (ACANDA, 2006, p.17).

A ideia de sociedade civil foi forjada pelo pensamento liberal como bandeira da burguesia na luta dos modernos contra os antigos. Mas, seu retorno “ao imaginário político contemporâneo está vinculado aos complexos processos que se desencadearam no mundo a partir do fim dos anos 1970” (Ibid.). Isto é, a ideia de sociedade civil voltou a se expandir exatamente no mesmo período da promoção da privatização do Estado desenvolvimentista, período em que o setor financeiro privado transnacional passou a investir no ramo da Ajuda Pública ao Desenvolvimento para imprimir-lhe a sua própria racionalidade econômica de lucro imediato. Quer dizer, o retorno da ideia de sociedade civil ocorreu no período em que se promovia a saída do Estado dos setores dos serviços

públicos vitais, o mesmo período da expansão das chamadas Organizações Não Governamentais. Uma frase de Acanda (Ibid., p.19) sintetiza isso: “A ideia de sociedade civil foi utilizada como base teórica da projeção política do neoliberalismo”.

Quanto à relação direta entre a privatização da economia e o desenvolvimento da sociedade civil, Acanda cita um artigo de Steven Fish, dedicado à transição da Rússia para o capitalismo, no qual o autor havia previsto uma “verdadeira classe média de pequenos proprietários”, sendo que “a diferenciação socioeconômica provocada pela privatização e por outras reformas econômicas produziu uma sociedade mais diversificada, uma sociedade cujas características estruturais podem com maior intensidade levar ao crescimento de organizações sociais intermediárias”. (Ibid., p. 20). Também cita Iliya Harik, professor de ciência política na Universidade de Indiana, que estima que “a melhor maneira de ajudar a sociedade civil é reforçar a privatização das organizações culturais e sociais. [...] A privatização das áreas antes mencionadas é essencial para fortalecer a qualidade da democracia”(Ibid.).

Do nosso lado, postulamos que a estreita relação entre a ideia de sociedade civil e a privatização da economia tem as suas raízes no pensamento de John Locke, conhecido como o principal pensador do liberalismo. Na sua obra-chave *O Segundo Ensaio sobre o Governo Civil* (ou *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*), publicada em 1690, Locke deixou claro que sua proposta era identificar a verdadeira origem do poder político, do Estado. Ou seja, explicar a passagem do chamado estado da natureza para a sociedade civil. No capítulo VII, Locke não deixou dúvidas a respeito do fim da sociedade política ou civil: *regimentar e proteger a propriedade privada*. E o papel das leis será exatamente este. Este papel vem se ampliando com as revoluções americana e francesa que forneceram a democracia constitucional, o governo da lei e o princípio da soberania dos Estados-nação como quadro político-instrumental da modernidade, enquanto a revolução industrial inglesa vem fornecendo a sua base econômica: produção industrial através da força de trabalho livre em cenários urbanos, engendrando o industrialismo e o urbanismo como novos modos de vida e o capitalismo como nova forma de apropriação e distribuição (SZTOMPKA, p.134).

O próprio Acanda (2006, p. 105) ressalta que “para Locke, o que caracteriza o poder *político*, diferentemente de outras formas de poder, é sua finalidade de estabelecer leis obrigatórias e de exercer a força para obrigar que todos as cumpram, a fim de regular e preservar a propriedade privada”. Por isso mesmo é que ele destaca que, o liberalismo, quer seja o inicial ou o atual, se caracteriza pela vinculação da “política com a preservação da ordem econômica estabelecida por meio das relações de propriedade. O *político* e o *civil* são idênticos entre si e, por sua vez, são idênticos ao *burguês*” (Ibid. Os grifos são do autor).

Quanto à identidade desses últimos termos, Acanda fez uma observação de primeira importância para o entendimento da essência da sociedade civil. Após ter assinalado a diferença estabelecida por Kant entre cidadãos “ativos” e “passivos” – pois apenas os proprietários, isto é, os burgueses, eram cidadãos ativos, por alcançar a garantia econômica da sua autonomia, dado que isso é uma condição para poder participar nas estruturas das atividades políticas “que os ingleses denominaram com o termo *civil*” – o filósofo cubano acrescenta (Ibid., p. 111):

Não é de estranhar que, na ausência de um termo idêntico, no alemão, para traduzir o adjetivo inglês *civil* (o que não acontece no francês, no espanhol e no português), os tradutores alemães anteriores a Kant das obras de Hobbes, Locke e dos autores da ilustração escocesa tenham escolhido o termo *bürgerliche*. A *civil society* foi traduzida por *bürgerliche Gesellschaft*, ou sociedade dos *bürgern*, daqueles que vivem nas cidades, os burgueses – ou seja, o termo utilizado significava, em essência, *sociedade burguesa*. É uma tradução que capta adequadamente não apenas a essência lógica da ideia de *civil society*, mas também sua essência histórica. (Grifos do autor).

Dessa forma, é preciso destacar que a tradução do adjetivo *civil* em inglês para *bürgerliche* e a utilização por parte dos liberais alemães da *bürgerliche Gesellschaft* como equivalente da *civil society* não são meramente idiomáticas, mas, sobretudo, semânticas, revelando a própria dinâmica da sociedade civil que não é senão a sociedade dos burgueses.

Assim sendo, do nosso ponto de vista, em relação ao retorno do uso do conceito de sociedade civil, o que há de “novo” na ofensiva neoconservadora a partir dos

anos 1970, não é o fato de igualar a promoção da sociedade civil com a privatização da economia – pois já era o caso desde Locke –, mas de conseguir forjar uma ideia nova de sociedade civil contraposta à política e ao Estado, ou seja, um tipo de organização atuando na esfera pública enquanto oposta ao Estado e ao governo estabelecido. Um professor canadense de filosofia, J.-Claude St-Onge, encontrou uma fórmula que sintetiza perfeitamente a essência da ofensiva neoconservadora da nossa época, chamada de neoliberalismo:

A novidade do neoliberalismo é apenas uma ilusão. Seu quadro conceitual é fundamentalmente o mesmo que aquele dos fundadores do liberalismo clássico. [...] Conseguiu, portanto, [...] substituir as ideias de ontem pelas de anteontem e apresentando-as como as de amanhã. (ST-ONGE, 2000, p. 16-17).

Porém, admitimos com Acanda, a necessidade de também prestar atenção ao fato de que a especificidade do contexto histórico das décadas de 1970 e 1980 na América Latina levou alguns setores, inclusive de esquerda, a oferecerem uma recepção positiva à ideia da sociedade civil. Isso se explicava pelo fato de que o subcontinente estava mergulhado em plenos regimes ditatoriais, até porque “o termo ‘civil’ adquiriu um significado simples e concreto: representava tudo o que se opunha às arbitrariedades do regime militar e à reconstrução de laços associativos que visassem restabelecer a ação política¹⁹⁰” (ACANDA, op cit, p. 21). Mas também:

Nas décadas de 1970 e 1980, período das ditaduras militares pautadas pela doutrina de ‘segurança nacional’, o ataque ao Estado e a menção à sociedade civil pelos grupos progressistas e revolucionários latino-americanos expressou [sic] a rejeição a uma política que impunha não apenas o programa neoliberal, mas também a destruição das formas associativas nas quais tradicionalmente se havia manifestado a resistência popular. Ao contrário da interpretação neoconservadora, a sociedade civil foi entendida por esses grupos como uma nova força, capaz de exigir do Estado não somente a diminuição da repressão, como maior responsabilidade social. O objetivo não era a eliminação das funções sociais, econômicas e redistribucionistas do Estado, e sim o seu fortalecimento. (Loc., cit.).

¹⁹⁰ Ação política no sentido de que as ditaduras “não eliminaram a sociedade civil; eliminaram apenas aqueles setores nos quais se organizava a resistência popular à exploração e à marginalização”. (ACANDA, rodapé, p. 21).

Nem tudo nesta última observação a respeito da América Latina coincide, no entanto, com a nossa leitura da realidade haitiana. Especialmente em relação à menção do conceito de sociedade civil por grupos progressistas e revolucionários. Um conjunto de fatores combinados pode estar na base desta diferença. Gérard Pierre-Charles, na sua radiografia da ditadura de Papa Doc, assinalou que, quando no meio do ano 1968, as duas principais organizações que compuseram a oposição à ditadura: o Partido Entente Populaire (PEP) e o Partido Union des Démocrates Aïtiens (PUDA), juntaram-se para formar o Partido Unificado dos Comunistas Haitianos (PUCH), Duvalier se sentiu ameaçado. Frente à atuação dos opositores, o governo reforçou sua repressão que atingiu os dirigentes e quadros do PUCH, principalmente. Cabe destacar que o governo se beneficiou do serviço de Frank Eyssalem, agente da CIA, que conseguiu se infiltrar na comissão militar do PUCH. Pierre-Charles (1973), constatou:

Com efeito, o golpe que recebeu o PUCH constitui um dos mais eficazes realizados pela CIA contra movimentos revolucionários latino-americanos. O Miami Herald relatou, a esse respeito, no seu número do dia 24 de janeiro de 1973, que cerca de 200 comunistas foram mortos nesta ocasião. (p. 150).

Não é preciso acrescentar o quanto “esta vitória sobre os comunistas modificou o panorama político e a dinâmica da luta anti-duvalierista. [Pois] Duvalier se libertou da força opositora mais perigosa” (loc. cit) para a estabilidade do seu governo. Isso facilitará ao ditador fazer da propaganda e da repressão anticomunista a principal atividade do seu governo. Assim, as lutas revolucionárias perderam seus elementos mais comprometidos. Resultou desta situação um vazio a ser preenchido, e isso foi feito através de uma séria campanha a favor dos direitos humanos promovida pelo governo Carter, a partir de 1976.

Outro fator também é o fato de que, até a queda da ditadura, a esquerda revolucionária nunca pôde sair da clandestinidade. Apesar do discurso de direitos humanos do governo Carter, mesmo os progressistas de direita foram massacrados e/ou exilados. Por exemplo, na sexta-feira, dia 9 de novembro de 1980, 5 dias depois da eleição do

republicano Ronald Reagan, a assembleia da *Ligue des droits humains* (Liga dos Direitos Humanos) foi suspensa pelos capangas do regime que espancaram todo mundo, inclusive os diplomatas e o próprio presidente da *Ligue*, Gérard Gourgue. O que foi considerado o golpe final ao movimento democrático que se apoiou no democratismo de Carter. Pois, como observou o historiador Claude Moïse, Jean-Claude Duvalier ficou persuadido de que “a liberalização não deve excluir a vigilância” (MOÏSE, 1990, p. 422). Esses fatores explicam que, no Haiti, os primeiros sinais do desempenho formal das ideias e dos discursos explicitamente referenciados à sociedade civil, de modo geral, não tinham sido observados antes do ano de 1986, ou seja, do fim dos 29 anos da ditadura que se perpetuava de pai para filho. Apesar de que, enquanto realidade concreta, a sociedade civil já atuava desde a década de 1970.

Importante lembrar que o fim oficial da ditadura dos Duvalier chegou no dia 7 de fevereiro de 1986, em decorrência de um conjunto de circunstâncias, dentro delas, de uma forte mobilização popular. Mas quem assumiu a direção após o fim daquela ditadura foi um conjunto militar (o Conselho Nacional de Governo – CNG), enquanto o exército era um dos pilares da ditadura. O setor popular, nessa situação, não demorou a entender que a ditadura, na prática, não havia acabado. Ou que o fim da ditadura não significava o fim de suas instituições. A mobilização popular ia continuar nas ruas, com o apoio dos dirigentes políticos, sobretudo, dos comunistas que se precipitaram para voltar ao país – pois, a ditadura não havia tolerado a presença dos comunistas. O decreto de 28 de abril de 1969, por exemplo, considerava crime contra a segurança do Estado o fato de ser comunista – até mesmo a profissão de fé comunista, feita no âmbito privado. Quer dizer, foi um verdadeiro terror contra o comunismo.

Então, com a queda oficial da ditadura, o movimento popular foi ganhando uma presença aberta para continuar a sua grande tradição histórica de luta. O slogan “Baboukèt la tonbe/ caiu a focinheira” expressa essa abertura. Essa nova fase da luta se conduz sob o leitmotiv radical de “*rache manyòk*”¹⁹¹. Para resfriar o ardor deste

¹⁹¹ Literalmente: Desenraizar mandioca. A mandioca é conhecida como uma planta cujas raízes são firmes, as quais podem ir se reproduzindo mesmo que os produtos estejam colhidos. O leitmotiv *Rache manyòk* (desenraizar mandioca) traduz a consciência de que a ditadura não havia acabado, que o Conselho Nacional de Governo (CNG), encabeçado por três generais, era raiz desta. Igualmente, esse slogan expressa a vontade

movimento, um homem muito poderoso, detentor de uma influência muito forte sobre o povo, ia criar uma nova organização cujo nome era *Onè respè pou konstitisyon an*¹⁹². Era o Padre Antoine Adrien. O seu assessor nessa organização era René Préval, que se tornou Presidente do país por duas vezes (1996-2001 e 2006-2011). Esses dois vão drenar a energia das massas para outra coisa, ao introduzirem uma mudança no leitmotiv radical “*Rache manyòk*”, que eles desorientarão e desmancharão em “*Rache manyòk nan eleksyon / desenraizar a mandioca através das eleições*”. No entanto, se for fiel o testemunho de Victor Benoit, dirigente histórico da social-democracia haitiana, Préval, em 1987, estava oposto à ideia de organizar um congresso político que juntaria as forças democráticas. Seu argumento era exposto pela seguinte declaração: “Pois é, vocês vão ao congresso, vão matar o impulso democrático. O congresso de vocês sufocar o impulso popular”. (BENOIT in BRUTUS, 2011, p. 32).

O discurso ideológico explicitamente referenciado à sociedade civil no Haiti deve sua origem a essa conjuntura¹⁹³. Por causa disso, – e é importantíssimo assinalá-lo – o adjetivo *civil* naquela época era o oposto do *militar*, não do *político*. Mas durante este tempo, a queda da ditadura ia acabar com a resistência contra o livre mercado, promovido já durante a segunda metade da década 1970 a partir da presidência de James Carter. O capital já não precisava mais dos regimes ditatoriais, na medida em que:

No início dos anos setenta foi registrada uma mudança gradual na política externa dos Estados Unidos, os quais iam, progressivamente, fazer dos direitos humanos e da democracia representativa, o eixo fundamental do seu apoio político e da sua ajuda econômica aos países beneficiários. (ETIENNE, 1999, p. 67)

As ideias promovidas pela administração Carter não iam demorar em encontrar seu eco no Haiti. Jornalistas, intelectuais e demais grupos vão rapidamente

de acabar não apenas com a ditadura, mas também com as relações sociais decorrentes dela e das quais era gerente.

¹⁹² Literalmente: Honra e respeito à Constituição (de 29 de março de 1987). Desnorteamento legalista do movimento cuja saída era incerta.

¹⁹³ Mas, na verdade, algumas das organizações desenvolvimentistas mais fortes no Haiti atualmente, as ONGs, já estavam presentes desde o segundo período da ditadura quando, sob o impulso do discurso de democracia do Presidente Jimmy Carter, nos Estados Unidos, na década de 1970, Jean-Claude Duvalier falava também em democracia.

captando o discurso e pondo-o em prática¹⁹⁴. Até porque vai se criando em plena ditadura a Ligue des droits humains (Liga de direitos humanos), em 1978, a qual irá até pedir ao presidente que renuncie ao poder a fim, justificou ela, “de facilitar o país na sua única chance de continuar no caminho da liberalização e da democratização” (MOÏSE, op. cit., p. 423). Deve-se enfatizar que é em nome da liberalização e da democratização que caiu a ditadura no Haiti. No entanto, se a liberalização tem se sucedido com êxito, o mesmo não se pode dizer da democratização.

O cenário político haitiano vai conhecendo, depois, diversas organizações que vão se proclamando da sociedade civil. Pode-se mencionar rapidamente, entre os primeiros: o Front national pour le changement et la démocratie (FNCD)/ Frente Nacional pela Mudança e pela Democracia – que vai promover a primeira candidatura de Jean-Bertrand Aristide, em 1990; a Plateforme des organisations haïtiennes des droits humains (POHDH)/ Plataforma das Organizações Haitianas de Direitos Humanos; a Plateforme haïtienne de plaidoyer pour un développement alternatif (PAPDA)/Plataforma Haitiana de Advocacia em prol do Desenvolvimento Alternativo; o Kolektif Solidarite Idantite ak Libète (KSIL)/ Coletivo Solidariedade, Identidade e Liberdade; a Platfòm Nasyonal Òganizasyon Peyizan yo/ Plataforma Nacional das Organizações Camponesas; a Coordination nationale de plaidoyer en faveur des droits des femmes (Conap)/ Coordenação Nacional de Advocacia pelos Direitos das Mulheres; a Association nationale des médias haïtiens (ANMH)/ Associação Nacional das Mídias Haitianas; a Initiative de la société civile/ Iniciativa da Sociedade Civil; o Groupe des 184/ Grupo das 184 etc.

Estudando o conceito de hegemonia no pensamento político de Antonio Gramsci, Jorge Luis Acanda (2005) escreveu: “A linha de ‘defesa’ mais sólida da burguesia encontra-se na sociedade civil” (p. 197). Em trabalho similar, a respeito do pensamento político do filósofo italiano, o professor de ciência política na Université Du Québec à Montréal, Jean-Marc Piotte (1970, p. 124), ressalta:

¹⁹⁴ O impacto dessa nova ideologia de direitos humanos sob a imprensa haitiana e a prática do jornalismo no país já foi analisado numa dissertação de sociologia, na Faculdade de ciências humanas da Université d’Etat d’Haïti (UEH), por Franck Seguy (2006), sob o título: **Sociologie de la pratique du journalisme à Port-au-Prince**.

As organizações pelas quais se elaboram e se difundem a ideologia e a ideologia em si mesma são o que Gramsci chama de sociedade civil. É no seio desta que a classe economicamente dominante buscará cumprir sua hegemonia sobre o conjunto das outras classes sociais a fim de obter seu consentimento para a direção que imprime à sociedade¹⁹⁵.

Hoje em dia, para qualquer observador lúcido da sociedade haitiana, é óbvio que a classe economicamente dominante, os grandons-burgueses, apoiados financeira e militarmente pela Internacional Comunitária, tem o controle da direção da sociedade. Importaria aprofundar a análise do papel de todos os tipos de organizações que colaboram para captar o consentimento das classes exploradas pela ideologia dominante. Atualmente, o papel das mídias, por exemplo, é super importante para inculcar o passivismo e a despolitização das classes antigamente lutadoras¹⁹⁶. Apenas esta tese esboça o papel das ONGs¹⁹⁷. Porém, está bastante claro que a ideologia de desenvolvimento comunitário desmonta e desnorteia as lutas por qualquer mudança na sociedade *epiperiférica* haitiana.

O desenvolvimentismo transforma toda mulher e todo homem em indivíduo egoísta e todo membro de classe social em cidadão. Acaba por diluir o caráter político dos problemas sociais fundamentais transformando-os em questões econômico-técnicas, até porque quando chega uma catástrofe – como aconteceu na ocasião do terremoto de janeiro de 2010 ou da epidemia de cólera de outubro do mesmo – é sob a forma de ajuda humanitária que as ONGs e demais organizações internacionais tentam abordar o problema. Com essa *setorialização* do real (MONTAÑO, 2007, p 185), os portadores de necessidades se tornam os responsáveis pela sua situação de carência da qual o Estado nada tem a ver. O fenômeno em questão é “a alteração de um padrão de resposta social à ‘questão social’ (típico do welfare State), com a desresponsabilização do Estado, a desoneração do capital e

¹⁹⁵ Jean-Marc Pottie. **La pensée politique de GRAMSCI**. Edição eletrônica disponibilizada em “Les classiques des sciences sociales”, via o link: <<http://www.uqac.quebec.ca>>

¹⁹⁶ Em *Sociologie de la pratique du journalisme à Port-au-Prince* (op. cit.), havíamos analisado o papel das mídias no desnorreamento das classes populares, sobretudo, a formação da “opinião pública” dominante por produtores e produtoras igualmente dominados/dominadas na sociedade haitiana. Também, na nossa dissertação de mestrado, *Globalização neoliberal e lutas populares no Haiti: crítica à modernidade, sociedade civil e movimentos sociais no estado de crise social haitiano*(op. cit.), procuremos analisar a participação dos aparelhos ideológicos a serviço do capital na criminalização das Organizações Populares (as OP).

¹⁹⁷ Mais uma vez, nos referimos à tese de Jean Anil Louis Juste, op. cit.

auto-responsabilização do cidadão e da comunidade local para esta função (típica do modelo neoliberal ou funcional a ele)”. (Ibidem.).

Esse aparente desvio nosso foi necessário para podermos questionar sobre o porquê deste casamento entre a sociedade civil haitiana e o Estado, tal como relatado pela CONAP, uma vez que a sociedade civil deveria estar enfrentando o Estado. É, na nossa maneira de ver, um caso sério para se pensar: por quais mecanismos a sociedade civil haitiana tornou-se parceira do Estado? Não se pode menosprezar o fato de esta sociedade civil ter se sentido tão confiante que ela mesma tem tomado a iniciativa de interpelar o Estado e propor redefinir as suas relações. Ainda mais importante é ressaltar que, do lado da sociedade civil, saiu a maravilhosa indicação de que, desde a liberalização do país, não se faz mais necessário contestar nada que venha do Estado. Tudo se resolve através da negociação e do diálogo. Diálogo e negociação são as palavras-chave do programa de *plaidoyer*/advocacia que se aplica no seio da sociedade civil haitiana. Após ter autoelogiado sua liderança em relação as suas ações de *plaidoyer*/advocacia junto ao Estado, a CONAP (Ibid., p. 69) declara: “Esta abordagem por parte de uma organização da sociedade civil não é unilateral. Igualmente há vontade e veleidade do lado dos representantes do Estado haitiano”. Avançando um pouco mais,

No entanto, é bom destacar que, a advocacia, e de maneira particular a componente negociação com o Estado, não pode se materializar senão em **um contexto de democracia**. Portanto Não é por acaso que as ações de tipo relacional Estado/movimento social não puderam se cristalizar durante o golpe de Estado de 1991-1994 ou durante o segundo mandato do governo de Aristide. (Loc. cit., grifo nosso).

É bastante enfático esse elogio ao caráter democrático de um Estado controlado por Washington. Com efeito, foi o próprio Presidente norte-americano Bill Clinton que, no dia 15 de outubro de 1994, restabeleceu Jean-Bertrand Aristide, pela segunda vez, nas suas funções presidenciais, após este ter sido forçado a ficar três anos fora do país, em decorrência do golpe de Estado do dia 30 de setembro de 1991. Ele voltou, organizou novas eleições, colocando seu gêmeo político no poder para assegurar sua volta

em 2001. Tudo isso se realizou sob os olhos vigilantes da MINUHA (Missão das Nações Unidas no Haiti).

Após ter lido o documento da CONAP, a única conclusão possível é que no Haiti se encontra um Estado democrático, tão democrático que a sociedade civil não tem nenhuma razão de se queixar. Se por acaso existirem alguns problemas a resolver, como ocorre até nas melhores famílias, bastará as instituições dos dois lados (que não são mais que um) dialogarem e negociarem para que tudo entre em ordem – a mesma velha ordem. Ou seja, se não for o mais poderoso, pelo menos o *plaidoyer* é assumido como um dos mecanismos pelos quais a sociedade civil haitiana se tornou parceira do Estado. Através dele, as práticas de contestação se institucionalizaram em negociação e diálogo. Ora, a partir do momento em que as práticas tornam-se institucionais ou institucionalizadas, elas tendem a dispensar-se da necessidade de concertação, perdendo consequentemente seu caráter de ação coletiva. Entretanto, Erik Neveu alerta sobre a extrema dificuldade de falar em movimento social onde teria desaparecido “a forma de ação coletiva concertada a favor de uma causa, [a qual] supõe a identificação de um adversário [...]”. Pois, “nisto um movimento social se distingue a priori do grupo de pressão ou de lobbying” (DORVIL, 2007, p. 5).

Na verdade, para quem não é nostálgico dos tempos ante-1986, essa eclipse da contestação deveria ter sido um motivo de tristeza. Pois, foi por preço de sangue, detenções, prisões, espancamentos, exílios, desaparecimentos sem traços e outras monstruosidades da mesma espécie que o progressistas haitianos tinham conseguido construir um movimento democrático conquistando assim o direito à contestação. Em livro-relato, *Le mouvement démocratique en Haïti 1971-1986/O movimento democrático no Haiti 1971-1986*, Jean-Robert Hérard, jornalista no Le Petit Samedi Soir entre 1975 e 1980, evoca como a partir de 1980,

os partidários da democracia tornavam-se cada vez menos medrosos e mais ousados.. nas cidades e nos campos, os movimentos de desobediência civil e/ou de protestações abertas tendiam a se tornar mais frequentes. Esse novo contexto nascido da contestação vindo das profundezas do país havia mudado as regras do jogo tradicional: *a submissão havia deixado seu lugar à contestação*. (HERARD, 2005, p. 201. Grifo nosso).

Ao prestar atenção à afirmação da CONAP, poderia imaginar que o desaparecimento da contestação coincide com o desaparecimento das causas de contestação. Acreditamos ter descrito a situação de uma maneira que faz saltar aos olhos bastantes causas e razões que teriam as organizações sociais haitianas para contestar a presente ordem de coisas no país. Por enquanto, a plataforma feminista prefere elogiar o desempenho do ministério à condição feminina e aos direitos das mulheres (MCFDF, na sigla em francês) criado em 1995 como conquista dos movimentos sociais e da sociedade civil, ministério este que atuou na linha da frente para a “renovação de um movimento focado principalmente sobre práticas contestatórias a práticas de diálogo e de construção” (CONAP, op. cit., p. 69).

À luz da afirmação desta plataforma feminista, de certo modo, representativa do movimento social haitiano que elegeu “o plaidoyer/advocacia e em particular sua componente negociação como o Estado” como sua ferramenta privilegiada, torna-se difícil contestar que uma metamorfose, no mínimo, lamentável tenha ocorrido por dentro do movimento social no Haiti. E que esta se realizou por cima, como medida preventiva visando a frear toda e qualquer veleidade em tomar algum rumo revolucionário. Ou seja, Duvalier conseguiu dizimar totalmente a liderança do PC o que explica que a oposição dos anos 70 se fazia a partir dos direitos humanos de Carter e da sociedade civil. Depois da queda de Duvalier (em 1986), o movimento popular foi dizimado. O que sobrou a título de movimentos sociais/sociedade civil passou da contestação à negociação e ao diálogo. No momento em que os mestres de canto da sociedade civil e a esquerda voltada à advocacia nos apresentam o Estado como democrático, torna-se urgente entender o que representa a advocacia. O *Manuel de formation au plaidoyer*, elaborado pela instituição *Droits et Démocratie*, instituição canadense que mantém uma filial no Haiti, propõe a seguinte definição em um quadro, para focalizar a atenção:

O plaidoyer/a advocacia é concebido como um esforço organizado de cidadãos/cidadãs, para influenciar a formulação, adoção e implementação de Políticas públicas e programas, isto desenvolvendo argumentações susceptíveis de interpelar e convencer as autoridades estatais.

A abordagem é oponível a qualquer outra estrutura que se encontra em situação de poder decidir sobre uma questão que diz respeito à vida de uma comunidade qualquer. (s/d, p. 4).

Partindo dessa definição, parece-nos justificado considerar que uma instituição ou organização que elege o plaidoyer enquanto ferramenta de ação:

1. nega o papel da luta de classes dentro da sociedade;
2. ignora o caráter essencialmente classista do Estado ao elegê-lo como arbítrio entre as partes;
3. banaliza a história dos operários que têm conquistado alguns direitos mediante longas e dolorosas lutas durante as quais muitos foram maltratados e perderam as suas próprias vidas;
4. baseia-se na ideia de que a outra parte adota suas posições por ignorância e que bastaria convencê-la para que se torne razoável e adapta até mesmo mudar sua posição; portanto
5. negligencia o caráter essencialmente classista das relações sociais capitalistas: trata-se de esforço organizado da parte de cidadãos/cidadãs;
6. faz de tudo para evitar o enfrentamento, as buscar de preferência o consenso (nem que seja mínimo), enquanto que a sociedade encontra-se profundamente partida por antagonismos;
7. promove o attentisme/esperancismo e o imobilismo. Por exemplo, a organização não lança candidato às eleições, não se alia a nenhum candidato, nem vota em um candidato (pois, todos eles são vistos com desconfiança e suspeita)... Uma vez realizadas as eleições, porém, a organização inicia um processo de diálogo e negociação com esses eleitos na esperança de influenciar suas decisões.

Será que alguém já concebeu “argumentações susceptíveis de interpelar e convencer as autoridades estatais” a adotar de preferência a posição dos operários – por exemplo na luta por um salário mínimo de 500 gurdes ao invés dos 225 que os patrões

querem pagar, em violação da lei? Em março de 2004, após uma campanha de vacinação cujo objetivo declarado era combater a tétanos, mas cujo objetivo real era a esterilização forçada das operárias e dos operários¹⁹⁸, o Sindicato dos Operários da CODEVI em Ouanaminthe (SOKOWA, na sigla em créole) desencadeou um movimento de protesto dentro da CODEVI. Fernando Capellan, o industrial dominicano dono da companhia apelou aos bons auspícios do exército da República Dominicana para espancar os operários dentro do próprio território da República do Haiti (em março 2004 não havia ainda a MINUSTAH que só chegou três meses depois, em junho). Será que houve um plaidoyer suficientemente eficaz para impedir que o Estado haitiano e a burguesia haitiana se posicionassem do lado do dono da CODEVI? Não é o mesmo Estado ao qual são endereçados os *plaidoyers* que regularmente manda a policia e/ou a MINUSTAH reprimir os operários em período de reivindicações salariais, por exemplo? Por que nenhum plaidoyer se revela suficientemente convincente para levar as autoridades estatais a respeitar a lei do salário mínimo, a qual exige que desde outubro de 2012 os operários fossem pagos 300 gurdes? Já que até agora continuam recebendo apenas 200 gurdes, será que algum plaidoyer poderá convencer os patrões a pagar as diferenças como salários atrasados?

Tomamos o exemplo da respeitada Plataforma Haitiana de Advocacia para o Desenvolvimento Alternativo (PAPDA), a qual é organizada em torno de quatro programas de advocacia: “Programa de Advocacia para a Soberania Alimentar; o Programa de Integração Econômica Alternativa; o Programa de Democracia Participativa e o Programa da Dívida Externa”. Poderíamos, se quiséssemos ir mais fundo, fazer a pergunta: por que, de 2004 até o presente momento, isto é, depois de dez anos de ocupação militar da MINUSTAH, nem a PAPDA nem qualquer outra plataforma da esquerda haitiana tem integrado em sua agenda um programa de advocacia para a desocupação militar de

¹⁹⁸ Em decorrência desta campanha de vacinação que não teve a autorização do ministério da saúde, foram registrados casos graves como: óbitos fetais no útero, abortos, ameaças de abortos, impotência sexual nos homens. Também, casos moderados como: distúrbios do ciclo menstrual e da menstruação nas mulheres e desregulação hormonal nos homens foram registrados. Ao que indica a enquete da Union des Médecins Haïtiens, em julho de 2004 (ver em anexo), nesta campanha da vacinação foi administrado aos operários e operárias o *depoprovera* entre outras substancias esterilizantes e abortivas.

território – contando que a PAPDA particularmente é abertamente contra a ocupação militar do país? Obviamente, nenhum doador financiaria tal Advocacia.

De todo modo, entre, de um lado a oposição sociedade civil/Estado defendida pelos neoconservadores, e do outro lado, os progressistas no Haiti que se congratulam por ter conseguido fazer da sociedade civil uma parceira do Estado – embora em algumas circunstâncias, quando o Estado se mostra tendencialmente mais ditatorial como agora, esse discurso pode mudar-se um pouco – o que seguramente pode-se afirmar é que as duas posições favorecem amplamente a reprodução do sistema orgânico do capital (Mészáros)¹⁹⁹, com o qual estão profundamente comprometidas. Ambas estão em sintonia com a Internacional Comunitária, enquanto muitos dos direitos democráticos conquistados desde 1986 são abertamente ameaçados com esse governo neo-duvalierista em função desde 2011.

Contra tal concepção, é preciso colocar em primeiro plano a questão da transição para além do capital como a **única** resposta historicamente viável para a “destruição democrática” dos direitos democráticos que estamos assistindo. Ou, em outras palavras, o terreno do Estado é, hoje, o mais apropriado para a destruição dos direitos democráticos, não o contrário. (LESSA, 2007, p. 169, grifo do autor).

¹⁹⁹ De acordo com o filósofo húngaro István Mészáros (2002, p. 917), capital e capitalismo são fenômenos distintos. O “sistema sociometabólico do capital” antecede o capitalismo ao mesmo tempo em que é-lhe posterior. Para Mészáros, o capitalismo representa uma das formas possíveis de realização do capital, isto é, uma das suas variantes históricas. O capital mercantil, por exemplo, existiu bem antes da generalização do sistema de produção de mercadorias. Da mesma forma, o capital pode sobreviver bem depois da derrubada do capitalismo. “De fato, como as evidências históricas do século XX demonstraram, os sistemas pós-capitalistas se concretizaram com a derrubada dos seus respectivos Estados capitalistas; mas ainda assim eles permaneceram sob o domínio do capital, porque o trabalho pós-capitalista manteve sua postura defensiva e reativa no processo de controle da ordem socioeconômica e política pós-revolucionária”. Mais especificamente, em suas variedades capitalista e pós-capitalista, o sistema orgânico do capital reúne três componentes inseparavelmente entrelaçados que são: “

- CAPITAL, representando não só as condições materiais alienadas de produção, mas, também – na qualidade de *personificação* dos imperativos materiais do capital, inclusive o imperativo-tempo [...] –, a subjetividade que comanda e se opõe ao trabalho;
- TRABALHO, estruturalmente privado do controle das condições necessárias de produção, reproduzindo o capital em uma escala ampliada, ao mesmo tempo em que, como sujeito real da produção e *personificação* do trabalho, *confronta defensivamente* o capital; e
- ESTADO, como a estrutura global de comando político do sistema *antagônico* do capital que oferece a garantia final para a *contenção* dos antagonismos inconciliáveis e para a submissão do trabalho, já que o trabalho retém o poder potencialmente explosivo da resistência, apesar da compulsão econômica inigualável do sistema” (Grifos do autor).

Se Sérgio Lessa acabou de afirmar neste trecho uma verdade que quase todas as sociedades estão experimentando hoje a um grau ou outro, no Haiti, pouco importa o domínio escolhido, o Estado se impõe como o destruidor de tudo que foi conquistado como democrático até aqui. Inclusive o direito à dignidade humana para os mais humildes²⁰⁰. Para aquelas e aqueles que se encontram do lado desfavorável da barricada, nosso Estado exerce apenas sua função policial de detentor do monopólio da violência legitimada²⁰¹. Por isso o consideramos um Estado forte mais do que nunca, ao contrário do discurso ideológico e propagandista que enfatiza apenas seu lado fraco. De sorte que, a dimensão da tarefa a ser cumprida pode ser colocada da seguinte maneira:

Enfrentar a intensificação das alienações do capital com uma clara e definida estratégia socialista, que coloque a questão da propriedade privada no seu núcleo decisivo. Isso significa não mais privilegiar a participação e a resistência nos terrenos estatal, governista, no parlamento e nos órgãos públicos, nas instituições da “sociedade burguesa” e de seu Estado “político” (Marx) e deslocar o centro de gravidade para o terreno extra-parlamentar. (LESSA, loc. cit.).

Como implementar tal programa na atual conjuntura haitiana? Somente o calor da luta concreta responderá a esta pergunta. O certo é que uma parte considerável do movimento social haitiano abandonou o terreno da luta para jogar naquele da negociação e do diálogo. Salvo se no Haiti negociação e diálogo (ou seja, plaidoyer/advocacia) são promovidos como variante convencional ou institucionalizada de luta. Reconhece-se, por enquanto, que “o fato de estar em luta é justamente o que leva ser ‘movimento’” (MOUTERDE, 2002, p. 144). Tudo isso tem nos levado a fazer a seguinte pergunta : tratar-se-ia de uma reconceitualização do movimento social em curso no Haiti ou mera e simplesmente de seu desaparecimento? Confessamos francamente que nossas observações

²⁰⁰ Basta recordar a complacência do Estado com a força militar de ocupação que , aliás, o próprio Estado usa quando necessário para reprimir seu próprio povo.

²⁰¹ A *composante militar* da força pública que o governo da direita radical néo-duvalierista instalado em Porto Príncipe se proporia a lançar « para substituir a MINUSTAH, [será chamada a] assegurar a defesa do território e o controle das fronteiras, criar um ambiente de segurança propício aos investimentos tanto nacionais quanto estrangeiros, garantir a proteção do meio ambiente e **prestar apoio à Polícia quando for necessário** ». Ou seja, seu inimigo não virá do lado de fora das fronteiras.

nos dão mais elementos para caminhar no sentido da segunda opção²⁰². Por isso, levamos em consideração como uma advertência a seguinte afirmação de Piotr Sztompka (2005, p. 479):

Uma sociedade que pretenda tirar partido de seu próprio potencial criativo, que queira formar e reformar a si mesma em benefício de seus membros, tem de permitir e mesmo encorajar a livre operação dos movimentos sociais, obtendo como resultado um rico e variado SMS [setor de movimentos sociais]. É a “sociedade ativa” [...]. Uma sociedade que reprime, bloqueia ou elimina os movimentos sociais destrói seu próprio mecanismo de autoaperfeiçoamento e autotranscendência. Com um SMS restrito ou inexistente, ela se torna uma “sociedade passiva”, de pessoas ignorantes, indiferentes e impotentes, às quais não é dada nenhuma chance de cuidar de seu próprio destino e que, por conseguinte, deixarão de cuidar de tudo o mais. A única perspectiva histórica de um tal sociedade é a estagnação e a decadência.

Para que a advertência da última frase não ecoe e golpeie como fatalidade, é preciso que aquelas e aqueles que desejam transformar a sociedade tomem consciência da amplitude da tarefa e da luta a travar. E uma das componentes será a edificação da organização revolucionária do proletariado. A esquerda haitiana, porém, está longe de entender o potencial do proletariado. A seguir, analisaremos isso.

4.4 A opção preferencial pelo proletariado

Na tentativa de sintetizar o legado do século XIX em termos de luta (item 4.1), havíamos afirmado que vários elementos merecem destaque. O segundo deles, após a tradição de luta que vem do campesinato, reside na colocação em relevo da formação recente do proletariado haitiano. Numa cronologia em três etapas do movimento operário

²⁰² Não nos propomos aprofundar sobre os movimentos sociais nesta pesquisa, pois, entre outros, já tentamos fazer isto na já citada dissertação de mestrado. No entanto, ressaltaremos com Lilian Mathieu (2004, p. 20) que “inúmeras definições dos movimentos sociais associam, segundo combinações variáveis, esses diferentes traços constitutivos que seriam uma dimensão perturbadora, uma exclusão do jogo político ‘legítimo’ ou ‘institucional’ e um recorrer privilegiado às camadas sociais ‘dominadas’”. Sem se esquecer de que as ações dos movimentos sociais “têm um grau relativamente alto de espontaneidade, assumindo formas não-institucionalizadas e não-convencionais”. (SZTOMPKA, 2005, p. 465).

haitiano, o historiador Michel Hector destaca, entre outros, durante a primeira etapa (1860-1915):

- Primeira eclosão das relações capitalistas. O *capital estrangeiro*, dominante até então no grande comércio e fortemente solicitado por certos setores das camadas dominantes nacionais, começa a se manifestar em outros domínios da atividade econômica: bancos, ferrovias, agricultura, indústria.
- Instala-se sobretudo pequenas e médias empresas contratando entre 10 e 50 operários. Somente alguns raros estabelecimentos utilizam mão-de-obra de 200 a 300 trabalhadores. Embora tenha surgido certo número de proletários industriais, ainda é a época da existência de um “*pré-proletariado*”. (HECTOR, 1989, p.171. Grifos do autor).

Considerando a situação haitiana de hoje, não é supérfluo enfatizar que na época acima referida, o Haiti era a terra de acolhimento de artesãos e operários das ilhas vizinhas, particularmente de Cuba. São, aliás, esses imigrantes da circunvizinhança que reimpulsionaram a prática de pequenos negócios e pequenas profissões: carpintaria, chapelaria, sapataria e fabricação de utensílios, em algumas áreas urbanas e rurais.

Terceiro elemento destacado pela revisita da história das lutas do século XIX e que nos interessa consiste na especificação da natureza do nosso proletariado urbano. Se considerarmos os números citados pelo então Primeiro-Ministro acima mencionado, atualmente o número total de empregos formais estaria em torno de 186.000 trabalhadores e trabalhadoras. Mesmo não havendo o número exato de trabalhadores industriais, o já citado relato da BWH abrangendo 25 empresas que possuem junto apenas 28.591 trabalhadores deixa claro que o proletariado urbano no Haiti não é industrial. Na verdade, o que qualquer visitante, mesmo desatento, pode observar no país é o recrudescimento de pequenos comércios ambulantes (camelôs) se impondo como principal ramo de atividades que têm mantido viva a maioria das populações urbanas. Em outras palavras, o que existe de proletariado no Haiti não é um produto gerado pela industrialização do país, mas pelo roubo e expropriação das propriedades dos camponeses, sobretudo, por ocasião da primeira ocupação militar dos EUA e pelas lutas entre oligarquias locais, aquelas que Louis-Juste

denomina grandonarquia²⁰³ (grandonarquo-burguesia), burguesia de terratenentes que se apoderaram das terras por intermédio da monopolização do Estado inaugurada a partir de 1806.

Quarto elemento a acentuar: enquanto a tradição de lutas camponesas é tão velha quanto à própria sociedade haitiana, a tradição de lutas operárias dentro do Haiti não pode ser buscada antes dos anos 1930. Somente a partir deste ano é destacada a formação de uma central, a *Confédération Nationale d'Ouvriers et de Paysans*, a qual teve certa influência nos meios de operários, artesãos e camponeses (HECTOR, 1989, p.178). Ressaltar-se-á a esse respeito, que o Partido Comunista Haitiano (PCH) foi fundado também na mesma época. E justamente, ao reeditar o considerado manifesto deste partido, os editores apontaram dois grandes problemas no desenvolvimento do movimento comunista haitiano:

O primeiro é próprio à formação social haitiana. Trata-se do baixo nível de desenvolvimento do proletariado haitiano, de sua relativa juventude e do baixo nível das suas lutas. [...]. O segundo problema é relacionado ao movimento comunista internacional. [...], o movimento comunista internacional teve influências – certas negativas, outras positivas – sobre o movimento comunista haitiano. Entre as influências negativas, pode-se recordar as teses defendendo a aliança do proletariado com as burguesias autóctones para melhor “combater o fascismo”. O que levou o PCH de Jacques Roumain à colaboração de classe com os representantes das classes dominantes e dos imperialistas. (In ROUMAIN, 1999, pp. 23-24)

O proletariado, hoje, não é tido como relevante para armar os processos de lutas, justamente por ser fraco numericamente. Na esquerda haitiana fortemente influenciada pelo pós-modernismo, a estatura raquítica do proletariado constitui um empecilho para que fosse visto como potencial sujeito de transformação social. Isto é, há

²⁰³ Esta expressão é de Jn Anil Louis-Juste para qualificar a especificidade capitalista haitiana. No Haiti, é difícil encontrar um burguês que não seja ao mesmo tempo dono de terras (grandon, em crioulo haitiano). Mas, essas terras não são inseridas na produção capitalista, e sim trabalhadas por alguns camponeses e trabalhadores rurais, os quais têm que pagar ao dono em renda. Quanto aos burgueses, se encontram envolvidos principalmente nas atividades comerciais de importação/exportação. Assim, esses burgueses donos de terras são, na verdade, “grandons-burgueses” ou “burgueses-grandons”. Pessoalmente, designamos com a expressão de *grandonarquo-burguesia* as práticas desses burgueses-grandons. Falamos de *grandonarquia* a fim de chamar a atenção de que a classe dos grandons-burgueses ou dos burgueses-grandons é fundamentalmente um tipo de família de pouquíssimas pessoas que controlam o monopólio da economia nacional e da servil política como se fosse um patrimônio.

um real problema de subjetividade ativa que obriga a justificar teoricamente qualquer veleidade de opção preferencial pelo proletariado. Na verdade, faz sentido o questionamento de Eduardo Grüner (2007, p. 110):

Por que precisamente o *proletariado* – e não, por exemplo, a fração intelectual mais teoricamente avançada ou ilustrada da burguesia ou pequena burguesia (à qual pertencia o próprio Marx, e a imensa maioria dos filósofos e pensadores modernos, incluindo os mais “revolucionários”)? Por acaso, não sabemos, pelo mesmo Marx, que em virtude de sua própria exploração o proletariado é uma classe “alienada”, e em consequência incapacitada para alcançar por si mesma o Saber universal? [...].

Essas perguntas e tantas outras de mesmo tipo, Grüner não faz para duvidar do proletariado, ciente que ele é, de que essa classe social representa um coletivo social no seio do capitalismo que realiza a atividade transformadora, o trabalho produtor do novo, que produz o mais-valor da qual se acapara – e não pode deixar de acaparar-se – o capitalista para realizar sua riqueza. O proletariado é a única classe cuja reprodução depende obrigatoriamente da venda de sua força de trabalho e que, deste modo, não terá nada a perder se este sistema baseado na propriedade privada dos meios de produção veia a desfalecer-se. E por essa razão que este é a única classe capaz de transformar a ordem capitalista e substituí-lo por outra. Salvo que o proletariado, não como categoria teórica, mas como realidade sociológica, está prisioneiro da cisão sujeito/objeto, é uma classe em si, mas não ainda para si. “O proletariado, como disse Lukács, enquanto sua situação histórico-concreta o reduz a pura força de *trabalho* – isto é, a ‘mercadoria’ – começa por viver a si mesmo como objeto (como um puro ‘em-si’), e tem de *transformar-se* em sujeito (em ‘para-si’)” (GRÜNER, op. cit., p. 116. Grifo do autor). Isso por si só, já é um enorme programa. Ora, Jean-Marc Pottier ressalta que “mesmo um proletariado 100% consciente de sua função histórica não poderia, por suas próprias forças, derrubar a burguesia. [De modo que trata-se de uma imperativa] necessidade para o proletariado ganhar o consenso das classes subalternas na sua luta contra o ordem estabelecida” (PIOTTE, op. cit., pp. 86-87).

Ao constatar que, no Haiti chega-se a esta mesma compreensão teórica acima exposta, sente-se uma sensação de alívio. Em 1999, por ocasião da reedição do

*Analyse schématique 1932-1934*²⁰⁴, tido como o manifesto do PCH da época, a editora *Idées Nouvelles Idées Prolétariennes* (INIP) coloca a publicação “no foco das nossas lutas para a construção do Partido Revolucionário do Proletariado Haitiano”. Por isso, atualizou a análise do âmbito global dos problemas aos quais a formação social haitiana se depara:

Crise generalizada, particularmente do Estado, o todo sob uma ocupação destinada a suprir a incapacidade das classes dominantes. Diante disso, deslocamento das tarefas dos comunistas haitianos de uma luta dentro da “esquerda” (que perdeu seu peso, seu significado – o conceito de esquerda haitiana sendo amplamente ultrapassado) e desenvolvimento considerável das exigências do trabalho de *implantação na massa dos trabalhadores, mais particularmente a classe operária*²⁰⁵. (In ROUMAIN, 1999, p. 7. Grifo nosso).

Neste século XXI, porém, a referência à classe operária nem sempre é bem-vinda nem bem vista no Haiti – até mesmo entre os melhores intelectuais revolucionários e os militantes políticos mais combativos. E com toda certeza, Jean-Anil Louis-Juste várias vezes citado como ponto de apoio nesta tese, aparece na linha de frente dos intelectuais e militantes políticos mais à esquerda dentro da esquerda haitiana. Mesmo assim, leiamos como ele reagiu diante do acima referido posicionamento da INIP:

O que explica a opção privilegiada para a classe operária? Para além do enfraquecimento sociológico e político da classe operária no mundo, não é o condicionamento da transição do geral ao específico que explica essa opção? No Haiti, a indústria nunca foi uma malha da economia nacional; trata-se sempre de uma excrescência colocada sobre o cultivo de gêneros exportáveis; nenhum funcionamento orgânico entre a agricultura e a indústria se destaca aqui. O desenvolvimento histórico dessa extravasão se desenhou a partir da apropriação privada das terras desocupadas pelos colonos franceses. Assim, a industrialização do país nunca aconteceu. Então, de onde vem a realidade concreta que justifica a opção privilegiada para os operários na luta para o livre desenvolvimento de todos os indivíduos? (LOUIS-JUSTE, 2004).

²⁰⁴ L’*Analyse schématique 1932-1934* est l’œuvre du grand intellectuel et militant communiste haïtien, Jacques Roumain, connu surtout pour son roman *Gouverneurs de la rosée*. L’*Analyse schématique* est un texte produit à la naissance du mouvement communiste haïtien vers la fin de l’occupation étasunienne d’Haïti (1915-1934), et est pour cela assez souvent considéré comme une sorte de texte fondateur, même s’il n’est pas et n’a jamais prétendu être une analyse de la formation sociale haïtienne.

²⁰⁵ Lire l’Introduction à l’édition de 1999 de l’*Analyse schématique 1932-1934* publiée par les Editions Idées Nouvelles Idées Prolétariennes.

Todas as considerações colocadas por Louis-Juste em relação ao Haiti nesta citação são corretas – menos a correspondência funcional do “funcionamento orgânico entre a agricultura e a indústria” como condição para que ocorram certa forma de industrialização e a proletarização do país. Nossa pesquisa tem identificado alguns dos mecanismos pelos quais o Haiti está se proletarizando, assim como ela tem apontado as projeções feitas sobre o futuro pela Internacional Comunitária, projeções essas que convergem todas no sentido de acelerar essa proletarização e industrialização. E isso está projetado para ocorrer sem que haja “nenhum funcionamento orgânico entre a agricultura e a indústria”. Não vamos retomar isso, ainda mais que não é isso que nos importa neste momento. Tampouco discutiremos o estreito e apressado condicionamento da classe operária à indústria, como se a classe operária só pudesse ser industrial, da maneira como se sobressai na análise de Louis-Juste. O que queremos destacar, por enquanto, é que a pequenez sociológica da classe operária no Haiti constitui o argumento principal em nome do qual é contestada sua centralidade política na estratégia revolucionária até por aqueles e aquelas que reconhecem a centralidade do trabalho na sociabilidade humana.

Em relação à tese do “enfraquecimento sociológico e político da classe operária no mundo” advogado pelo professor Louis-Juste, chamaremos a atenção sobre a seguinte observação de Mészáros (2009):

(...), até mesmo a afirmação do que houve uma grande redução da classe dos **trabalhadores manuais** é bastante equivocada, se considerarmos a questão em termos globais, ao invés de limitar cegamente a discussão aos países do “capitalismo avançado”. Pois nos últimos cinquenta anos o número total de trabalhadores manuais cresceu significativamente na força de trabalho – mediante cortes de custos criminosos e até por medidas de segurança elementares cinicamente econômicas, como a transferência das indústrias poluidoras para o chamado Terceiro Mundo, que produziu catástrofes como a que se viveu em Bopal, na Índia. (p. 9. Grifo do autor).

Quando, em 1864, foi decidido fundar a Associação Internacional dos Trabalhadores, o ponto de partida era :

Considerando,
Que a emancipação das classes operárias tem de ser conquistada pelas
próprias classes operárias; que a luta pela emancipação das classes

operárias significa não uma luta por privilégios e monopólios de classe, mas por direitos e deveres iguais e pela abolição de toda a dominação de classe;

[...];

Que a emancipação econômica das classes operárias é, portanto, o grande fim ao qual todo o movimento político deve estar subordinado como um meio²⁰⁶.

Mais de um século depois, com base nas mudanças registradas na realidade social, o que era óbvio vira objeto de discordância.

Entre as divergências ocorridas a respeito do trabalho, duas chamam particularmente nossa atenção. A primeira, de natureza ontológica, toca à categoria trabalho como divisor de água entre as classes sociais, categoria essa que vem sendo questionada nesses dias quando considerada à luz das novas transformações produzidas nos processos de trabalho. Daí decorre um problema político expresso através do questionamento acerca do papel do trabalho na estratégia revolucionária. Neste campo recenseia-se tanto uma parte do militantismo de esquerda das últimas décadas quanto a intelectualidade contemporânea, na sua maioria. A outra divergência, de natureza sociológica, e ligada à primeira, diz respeito à maneira de caracterizar o proletariado, dadas as mutações em curso no mundo do trabalho. Essa segunda divergência implica principalmente teóricos e pensadores marxistas interessados à questão do trabalho e que advogam sua centralidade na sociabilidade humana.

As teses que questionam a centralidade do trabalho na sociabilidade humana provêm do que se chama “reestruturação produtiva” do capital. Esta, por sua vez, se fundamenta na ideia de que o toyotismo teria introduzido basicamente uma ruptura com o taylorismo/fordismo à escala global da produção capitalista. As evidências que sustentam essa posição se baseiam no fato de que em todos os ramos da produção industrial, novas tecnologias têm sido introduzidas que tornam possível a ruptura com as práticas taylorizadas substituídas por trabalho flexível. O vetor dessa alegada grande mutação seria “a revolução das NTIC” (Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação). De acordo com Michel Husson, as principais características dessa revolução são assim enumeradas por Yann Moulier Boutang: papel crescente do imaterial; “virtualização” da economia; papel da

²⁰⁶ Ver os Estatutos Gerais da Associação Internacional dos Trabalhadores.

informação e da Internet; captação da inovação social pela empresa e pelo mercado; papel das NTIC; invalidação do modelo clássico (“smithiano”) da divisão do trabalho; retroação entre consumo e produção; dissolução das linhas de separação entre capital e trabalho homogêneo ou entre qualificados e não-qualificados; surgimento da sociedade em rede; declínio do paradigma “energética e entrópica” na produção de riquezas; papel dominante das economias de aprendizagem na concorrência; importância dos saberes implícitos não codificáveis e irredutíveis ao maquinismo; globalização da performance; especificidade do bem informação quanto a seu uso e sua apropriabilidade; generalização do fenômeno de externalidades. (HUSSON, 2008, p. 106).

As características acima enumeradas levam Yann Moulier Boutang a recorrer à noção de *capitalismo cognitivo* para se referir a que, aos olhos de muitos, seria uma nova forma histórica do capitalismo, sucedendo ao capitalismo mercantil e ao capitalismo industrial. Nas palavras de Boutang :

A tese defendida será a de uma nova “grande transformação” (para retomar a expressão de Karl Polanyi) da economia e portanto da economia política [...]. Certamente, não é uma ruptura no modo de produção pois estamos ainda no capitalismo, mas as componentes deste último são tão renovadas quanto as do capitalismo industrial puderem ser em relação ao capitalismo mercantil (em particular no estatuto do trabalho dependente que passa da segunda servidão e escravidão ao salariado livre). Para designar a metamorfose em curso recorreremos à noção de *capitalismo cognitivo* como terceira espécie de capitalismo. (Apud HUSSON, op. cit., p. 105. Grifo do autor).

Michel Husson não hesitou em denunciar essa corrente “cognitivista” e a tese do fim do trabalho que advoga como “deriva”. A avaliação proposta por ele é suficientemente esclarecedora para merecer um acentuado destaque:

A corrente do capitalismo cognitivo é muito representativa de um método que consiste em querer ser moderno e inovador a qualquer custo, tomando o risco de alfinetar um aspecto da realidade estudada. Tal empreendimento é de modo geral acompanhado de certo ecletismo consistindo em mobilizar tudo o que poder caminhar na direção da novidade. [...] O mais difícil é adotar uma análise dialética que visa avaliar corretamente o alcance de que é novo enquanto examina se esse novo não reproduz o velho e até mesmo o muito velho. [...] O ponto de vista justo parece-nos precisamente aquele: a modernidade capitalista

permite reproduzir as formas mais antigas de servidão salarial. A tese do fim do trabalho extrapola os ganhos de produtividade em setores de alta tecnologia, para concluir que o trabalho torna-se uma espécie em extinção. (IBIDEM, pp. 107-108).

Com base em derivas desta espécie, autores dos mais respeitados passam a decretar o fim da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. O próprio trabalho em si deixaria de ser a condição natural perpetua da vida humana. Assim, um pensador renomado como Jürgen Habermas (1968, p. 55) chegou a apresentar “o progresso científico e técnico como a principal força produtiva”. Assim, Habermas decidirá que “o quadro conceitual no qual Marx desenvolveu as hipóteses fundamentais do materialismo histórico necessitaria ser reformulado em termos novos. Precisaria substituir a dupla forças produtivas VS relações de produção por aquela, mais abstrata, de trabalho e interação” (IBIDEM, p. 59). Do mesmo modo se regozijará de que “[...] o antagonismo entre as classes [...] tem se tornado virtual, [...] os conflitos de disparidades se situam na periferia do sistema [...] Nem o tradicional antagonismo de classes nem as situações subprivilegiadas de tipo novo contêm potenciais protestadores”. (IBIDEM, p. 70).

Bastaria recordar que o próprio Habermas declarou que suas elaborações acerca do capitalismo limitam sua abrangência apenas às sociedades capitalistas mais avançadas, desconsiderando o capitalismo como sistema global. E que tais elaborações não pretendem conter ensino nem significado nenhum para as forças que lutam pela transformação das sociedades do Terceiro-Mundo. Pode ser uma boa maneira de se desresponsabilizar por qualquer eventual prejuízo resultado da referência a sua obra por parte de pesquisador do terceiro mundo que se alimentariam nela para tentar estudar suas próprias sociedades.

O que está em jogo aqui, devemos ressaltar, não é apenas a negação da centralidade do trabalho, mas sobretudo, o desejo de proclamar o esgotamento do papel revolucionário de toda a *classe-que-vive-do-trabalho*²⁰⁷, pensando assim “refutar” a teoria de Marx. Essa tendência já percorreu várias décadas de vida. De acordo com Mészáros:

²⁰⁷ Cunhada por Ricardo Antunes com o propósito de uma noção ampliada de classe trabalhadora, a expressão “ ‘classe-que-vive-do-trabalho’ [...] tem como primeiro objetivo conferir *validade contemporânea* ao conceito marxiano de *classe trabalhadora*. Quando tantas formulações vêm afirmando a *perda da validade*

Já em 1925 Karl Mannheim, em seu famoso livro *Ideologia e utopia*, afirmava que “as classes estão se fundindo uma na outra” porque, de acordo com uma ideia muito mais antiga que ele tomou emprestada de Max Scheler, nós vivemos “numa era de equalização”. O objetivo de tal projeção era, desde o início, afastar a inconveniente realidade do trabalho como antagonista do capital, negando a própria existência de uma força social capaz de instituir uma alternativa hegemônica para a ordem estabelecida. (In ANTUNES, 2009).

Essa breve volta pelas literaturas não leva a afirmar que a tendência mais recente a se apoiar no toyotismo, ou seja, nas *novas* tecnologias em vigor nos chamados países capitalistas avançados para decretar uma alegada redução do número de trabalhadores manuais necessários à produção capitalista, não faz senão atualizar uma velha tentativa consistindo em eliminar conceitualmente o proletariado na chamada era pós-moderna. Entretempo, estudos empíricos têm demonstrado que essas novas transformações constituiriam nada mais de que um momento de *maturação e universalização* do capitalismo, e não um trânsito da modernidade para a “pós-modernidade” (IBIDEM, p. 50). As mutações iniciadas, pois, nos anos 70 do século passado – multifuncionalidade, polivalência, maior qualificação, maior participação do trabalhador – de maneira nenhuma significam uma nova organização do trabalho. Apoiando-se sobre um desenho crítico de Tomaney resumindo várias pesquisas realizadas na Inglaterra, Ricardo Antunes ressalta que as especializações flexíveis não necessariamente têm trazido benefícios para o trabalho. “Ao contrário tem sido possível constatar exemplos crescentes de *intensificação do trabalho* onde o sistema *just in time* é implantado” (IBIDEM, p. 51. Grifos do autor).

Do mesmo modo, Antunes resgata resultados de novas pesquisas comprovando tendências diferenciadas e que obrigam essa “nova ortodoxia” a revistar seus postulados. Pois fica cada vez mais acentuado que:

analítica da noção de classe, nossa designação pretende *ênfatizar o sentido atual da classe trabalhadora, sua forma de ser*. Portanto, ao contrário dos autores que defendem o fim das classes sociais, o fim da classe trabalhadora, ou até mesmo o fim do trabalho, a expressão *classe-que-vive-do-trabalho* pretende dar contemporaneidade e amplitude ao *ser social que trabalha*, à classe trabalhadora hoje, apreender sua *efetividade sua processualidade e concretude*”. (ANTUNES, 2009, p. 101. Grifos do autor).

- 1) onde tem sido introduzida a tecnologia computadorizada, estão não vem acarretando, como consequência, a emergência de trabalho qualificado. Mais ainda, tem havido a consolidação da produção em larga escala e das formas e acumulação intensiva;
- 2) as teses defensoras do “pós-fordismo” superestimam a amplitude das mudanças, particularmente no que diz respeito ao trabalho qualificado e mais habilitado, o que leva o autor a concluir que as mudanças no processo capitalista de trabalho não são tão profundas, mas exprimem uma contínua transformação dentro do mesmo processo de trabalho, atingindo sobretudo as formas de gestão e o fluxo de controle levando frequentemente à intensificação do trabalho. (IBIDEM).

Resumindo, as famosas novas tecnologias não têm alterado as relações de produção na sua substância. Bem ao contrário! Elas tornam possível uma mais intensa busca por estratégias para extrair maior mais-valor, reforçando ainda mais a propriedade privada dos meios de produção.

Podemos, agora, realçar as nuances que esta pequena volta nos proporcionou descobrir:

- 1. Nas sociedades capitalistas tidas como avançadas, para eliminar conceitualmente o proletariado enquanto sujeito revolucionário, toma-se apoio sobre a introdução das novas tecnologias que tornam mais eficiente a extração do mais-valor enquanto se utiliza menos forças de trabalho manual. Nas sociedades periféricas do tipo Haiti, a pequenez sociológica ou a debilidade quantitativa da classe operária combinada com a quase ausência de industrialização – portanto de classe operária consistente – é que justifica essa mesma atitude;*
- 2. Enquanto que nos países capitalistas avançados, o argumento contra a centralidade do proletariado em particular, a classe-que-vive-do-trabalho no geral, serve para proclamar a ordem capitalista como insuperável, eterno; no Haiti, essa postura é adotada por aqueles mesmo que são os mais comprometidos e engajados na busca de alternativas ao sistema orgânico do capital.*

Resumindo, podemos afirmar com total segurança e tranquilidade que no Haiti hoje, nenhuma alternativa à altura da circunstância foi esboçada. A burguesia e seu

Estado estão em lua de mel com a ocupação que os garante tranquilidade política sabendo que qualquer iniciativa em busca de alternativa vindo de baixo será impunemente reprimida. Aqueles grupos autoproclamados de sociedade civil, há tempo se convertem ONGs que funcionam todas com base em financiamento da Internacional Comunitária. De sorte que não são capazes de levantar nenhuma advocacia/plaidoyer contra o controle total da mesa Internacional Comunitária sobre o país. Aliás, a energia para contestar a ordem vigente, eles usam para negociar e dialogar. Na verdade, no imediato, deve ser muito mais gratificante. E a centralidade no trabalho já foi deslocada, como acabamos de ver. Em uma situação dessas, quais as possíveis saídas? Que fazer?

Considerações finais

Esta tese, cujos primeiros jorros surgiram de imediato após o terremoto, parte do pressuposto de que a cooperação internacional é visceralmente incapaz de reconstruir o Haiti. O que nos levou, desde o início, a emitir a hipótese de que dificilmente a Internacional Comunitária poderia realizar no Haiti algo que esteja em benefício do povo haitiano. E que objetivamente mereceria ser chamado de reconstrução. O melhor que poderia realizar, afinal, não passará de construção (sem “re”) das infraestruturas necessárias para que o capital transnacional pudesse explorar a força de trabalho haitiana, já identificada antes do terremoto como sendo a mais barata existente na atualidade. A partir desta colocação, procuramos desvelar, com base no estudo do Parque Industrial de Caracol que o governo haitiano e seus parceiros da Internacional Comunitária têm apresentado como o *Development Engine for the North*, os verdadeiros sentidos da cacofonia da reconstrução no Haiti.

A partir de um trabalho a caráter etnográfico cujo eixo é o PIC, a pesquisa procurou lançar luz sobre as artimanhas assombrosas através das quais o Haiti se encontra hoje na situação de um país colonizado que foi não somente o primeiro a proclamar sua independência logo no início do século XIX, porém, que ainda hoje vive uma realidade que pode, sem exagero, ser qualificado de colonial. O *Plan d'action pour La reconstruction et le développement national* (PARDN) elaborado dois meses depois da catástrofe de janeiro de 2010, e que deveria ter sido a resposta do Estado haitiano junto à Internacional Comunitária a essa catástrofe, quando analisado, revelou-se a atualização de estudos anteriores ao terremoto, principalmente aquele realizado pelo economista da Universidade de Oxford a pedido do Secretário Geral da Organização das Nações Unidas. Por sua vez, o relatório do economista Paul Collier (pois é dele que se trata), quando analisado, não deixa dúvida sobre a vocação conferida ao Haiti na divisão internacional do trabalho: servir de zonas de concentração de empresas do vestuário, as quais, além de reduzirem assim seus custos de produção, gozarão também da maior liberdade para explorar a força de trabalho baratíssima que será disponibilizada no Haiti; aproveitarão de sua proximidade geográfica

com os grandes mercados mundiais, tendo em vista o caráter pouco regulamentado deste país em relação às leis trabalhistas e o quadro jurídico-legal oferecido pelas leis HOPE I, HOPE II e HELP.

Também, já no primeiro capítulo, procuramos deixar claro que, pelos menos desde 2009, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), através do projeto *HA-T1074: Development of the Industrial Park Model to Improve Trade Opportunities for Haiti*, empenhou-se em colocar em prática as recomendações do estudo da economista da Universidade de Oxford. De modo que, podemos afirmar com ênfase que o terremoto de 12 de janeiro de 2010 não fez senão que oferecer à Internacional Comunitária uma oportunidade de ouro de reconfigurar sua hegemonia no Haiti para de vez recolonizar o país. Nesse sentido, e com base na abundância de provas disponíveis, a tese procurou denunciar o discurso midiático da ajuda internacional ao Haiti como uma grande mentira. O que se vê no Haiti não passa da transformação do país em uma nova forma de colônia. Não nas formas clássicas antigas de colônia de uma metrópole, mas é uma colônia do capital transnacional.

A ajuda do Haiti aos países que clamam ajudá-lo reveste formas diferentes. Em um primeiro momento, o dinheiro enviado ao Haiti pelos países que se apresentam como seus amigos vai aos cofres das ONGs destes países que atuam no território haitiano. Essas ONGs desempenham no Haiti o papel que elas mesmo se autodefinem. Sem prestar nenhuma conta ao governo haitiano ou a qualquer outra entidade haitiana. Têm o campo livre para causar ao país todo tipo de danos.

Segundo, como foi documentado pela RNDDH em seu relatório já citado na introdução, as migalhas do dinheiro da ajuda à reconstrução que passam pelo governo haitiano vão prioritariamente parar nos cofres de empresas estrangeiras “com preferência acentuada para as empresas dominicanas”. Isto é, no “Haiti open for business” clamado pelos delegados políticos locais da Internacional Comunitária, as oportunidades de emprego beneficiam às empresas estrangeiras em primeiro lugar.

Há de se destacar também que o Haiti serve de campo de treinamento para jovens expatriados diplomados fazerem suas primeiras experiências. Vale lembrar a preciosa revelação de Promundia Medica segundo a qual o salário inicial de um cooperante

internacional no Haiti é de 6,000 dólares. E que “os meninos de olhos azuis” que recebem esse salário inicial, para repetir as palavras de Promundia Medica, andam de “cluster” em “cluster” coordenando um trabalho muito acima de sua capacidade. Enquanto isso, os profissionais haitianos qualificados que são terceirizado para executar a tarefa são pagos 2,000 dólares. Resumindo: o Haiti serve de laboratório para esses meninos adquirirem experiências. E serve também para que os países possam encontrar um mercado onde podem oferecer maior salário e melhor condição de vida a seus expatriados. O Haiti contudo ajuda a desarmar a bomba que representaria para esses países uma coorte de jovens diplomados universitários sem perspectivas de futuro. Tudo isso constitui oportunidades oferecidas pelo terremoto de 2010 e muito bem aproveitadas pela Internacional Comunitária, sobretudo. Quer dizer, o haitiano como emigrante, ocupa os postos de trabalho mais mal pagos. No seu próprio país também, os melhores empregos são destinados não a ele, mas a cidadãos de países estrangeiros – sendo eles não migrantes, senão expatriados. Aonde quer que ele for, o haitiano sempre é subalternizado. E o terremoto oferece claras oportunidades para isso.

Um dos esforços empenhados nesta tese foi justamente de deixar claro que a catástrofe que resultou do terremoto de grau 7,2 não é fruto da intensidade do terremoto em si. Trata-se do resultado de uma construção sócio-histórica cujas raízes temos procurado desvendar. O pagamento do indevido mal denominado *dívida da independência*, 150 milhões de francos-ouro equivalente a quatro vezes o orçamento da França na época e quarenta e quatro vezes o orçamento do Haiti hoje, representa a raiz mais profunda desta construção sócio-histórica, qual comprometeu a independência do país e impediu qualquer possibilidade do seu desenvolvimento. No plano interno, no entanto, as estratégias utilizadas pelos sucessivos governos haitianos a fim de conseguir o dinheiro necessário para pagar o indevido constitui o seu corolário imediato. Da independência até o ano 1922, ou seja sete anos depois da primeira ocupação militar norte-americana, as classes dominantes não contribuíram nem com um centavo neste valor – apesar da dívida. Os governos se contentaram em sugar das veias dos camponeses – os únicos produtores reais desta sociedade essencialmente agrícola – tudo o que precisavam para acertar as suas contas. Entre os interesses políticos dos governos e da classe dominante a serviço da qual se

colocavam e o interesse nacional, a enormidade do fosso era demasiadamente grande para permitir qualquer junção.

Por outro lado, com o assassinato de Jean-Jacques Dessalines em 1806, o projeto dos soldados-cultivadores foi derrotado. A partir deste momento, perderam toda possibilidade de ser donos das terras que lavravam. Isso acabou colocando-os numa situação onde eles trabalham para o lucro de outrem – contrariando assim o seu objetivo principal que era de liberdade coletiva para poderem usufruir os frutos do seu labor. O conjunto desses fatores levou ao estabelecimento no país de uma prática conhecido como *demwatye* ou *deux-moitiés* (duas metades): o camponês recebe do latifundiário (o *grandon*) uma parcela de terra para trabalhar; ele investe sua força de trabalho e suas economias para cultivá-la, e na hora da colheita, ele chama o *grandon* que recebe metade da colheita. A insegurança do camponês em relação às terras que ele lavora acabou levando o país à prática de uma agricultura bastante desfavorável à proteção do meio ambiente – o camponês sendo forçado a cultivar apenas os gêneros mais fáceis e rápidos de brotar e render. E esse tipo de cultivo em terras montanhosas como o Haiti é demasiadamente propício à erosão das superfícies cultivadas.

Procuramos também mostrar como a rivalidade entre os imperialismos francês, alemão, inglês e norte-americano que, sem exceção, têm todos enxergado o Haiti como uma vaca leiteira, levou esses países a uma corrida desenfreada pela pilhagem do pequeno país caribenho. Esses jogos de influência que inaugurou um ciclo repetitivo de ocupações militares do território do Haiti teve uma contribuição considerável tanto na destruição física do país quanto na bancarrota de suas finanças. Não por acaso que um diplomata brasileiro, Ricardo Seitenfus, Representante de uma organização continental, a OEA, teve a coragem de driblar o famigerado “*jeitinho brasileiro*” até denunciar publicamente que “é a força que define as relações internacionais com o Haiti e nunca o diálogo”. Por isso, a tese buscou argumentar que as trágicas narrativas trazidas à tona através das grandes redes de comunicação por ocasião do terremoto de 2010 constitui a síntese de uma história de assaltos contra o Haiti orquestrada com base no racismo da civilização ocidental.

Uma vez a situação descrita e suas raízes históricas desveladas, procuramos indagar sobre a concepção do mundo que serviu-a de sustentáculo, a qual gerou medidas políticas que têm levado à desumanização da vida no Haiti. Escolhemos dedicar uma crítica à visão ontológica expressa no conceito de modernidade. Nossa escolha foi motivada por uma constatação simples: todos os *lados* políticos acordam tacitamente em advogar a entrada do Haiti na modernidade econômica e política como única saída da sua pouca invejosa situação. Isso seria a única via pelo qual chegará a ser um país desenvolvido. Era imprescindível buscar identificar os fundamentos desta ideologia de modernidade. Hegel, o principal autor com o qual dialogamos, por ser o mais relevante sobre o tema – seu livro *La raison dans l’histoire*, sendo considerado “o centro de sua filosofia, no qual se baseia todo o pensamento moderno” – mostrou-se de um racismo extremamente brutal e violento contra os africanos.

Com base na ideologia colonial/moderno justificada por respeitados autores como Hegel, o ocidente se autoconferiu o direito e o dever de colonizar o mundo, civilizar todo o restante do planeta. Desumaniza e animaliza os africanos considerados como uma categoria que não fazia parte do gênero humano. Daí a escravidão foi teorizada por esses conceituados pensadores ocidentais como sendo uma contribuição para suscitar nos africanos o sentido de humanidade. Uma oportunidade para adquirir a educação necessária à sua entrada na história universal. Deste modo, não é de estranhar que toda a contribuição dos revolucionários haitianos, como diáspora africana, à história do mundo seja silenciada de todas as maneiras. Tudo diverge entre os haitianos e o ocidente. Suzan Buck-Morss, professora de filosofia política e de teoria social, no departamento do Governo, na Universidade Cornell (Cornell University), nos Estados Unidos, expressa muito bem a primeira divergência :

Em 1791, enquanto os mais fervorosos opositores à escravatura no interior do França arrastaram os pés, os escravos de meio milhão em São Domingos, a colônia mais rica não só da França, mas de todo o mundo colonial, tomaram a luta pela liberdade nas suas próprias mãos, não através de petições, mas através da revolta violenta, organizada. Em 1794, negros armados de São Domingos forçaram a República Francesa a reconhecer o *fait accompli* da abolição da escravatura nessa ilha (declarada pelos Comissários coloniais francêss, Sonthonax e Polverel,

agindo por conta própria) e universalizando a abolição²⁰⁸ em todas as colônias francesas. (BUCK-MORSS, 2000).

Não há como estender-se aqui sobre a concepção de liberdade proposta pelos revolucionários haitianos e aquela teorizada, por exemplo, por Hegel. Basta prestar atenção aos adjetivos usados por Hegel em relação a abolição da escravidão: “A eliminação gradual da escravidão é mais oportuna e mais justa de que a sua abolição brutal”. Isto é, na própria concepção da liberdade já se identifica o antagonismo. Desde o primeiro discurso de Dessalines no Haiti independente (1º de janeiro de 1804), ele expõe a sua visão da liberdade:

Indígenas do Haiti [...] ao combater por *sua liberdade*, trabalhei à *minha própria felicidade*. Antes de reforçar essa liberdade por leis, aquelas que asseguram a *sua livre individualidade*, os comandantes que aqui reúno, junto comigo, devemos dar-lhes todas as provas da nossa abnegação [...] E tu, povo miserável durante um tempo longo demais, testemunha do sermão que pronunciamos, lembreis que foi com a tua constância e a tua coragem que contei quando escolhi a carreira da liberdade para combater o despotismo e a tirania contra os quais tu estavas lutando há 14 anos; lembreis que sacrifiquei tudo para te defender: parentes, crianças, riqueza, e que, agora, é sua liberdade a minha riqueza. (DESSALINES, 2006, p. 10-11, grifo nosso).

Jean-Jacques Dessalines era profundamente claro: a liberdade coletiva se consolida imperativamente na livre individualidade de cada um/a. O revolucionário haitiano coloca claramente que, se a concretização da vida é a felicidade, esta passa pela liberdade coletiva que se fundamenta na livre individualidade de cada um/a. Isto é, na visão de mundo do Fundador da Pátria Haitiana, a nova sociedade que acabou de ser fundada tem de ser radicalmente diferente da antiga da qual surgiu.

Ao nosso modo de ver, a filosofia anunciada por Dessalines em primeiro de janeiro de 1804, enquanto quintessência da revolução haitiana, ia ser elaborada, de forma

²⁰⁸“Poucas pessoas infelizmente recordam-se que o Haiti foi o primeiro país verdadeiramente livre das Américas, livre do poder colonial, livre igualmente da escravidão. Hoje, ainda, as enciclopédias dizem que a Inglaterra foi a primeira nação a abolir este infame tráfico de carne humana, e as enciclopédias mentem: a primeira, fora o Haiti.” Eduardo Galeano, Carta à Comissão de inquérito internacional sobre a situação do Haiti e dos atos de violência – e estupros – imputados à mal nomeada Missão das Nações Unidas para a Estabilização de Haiti (Minustah, em francês). Montevidéu, 11 de setembro de 2009.

sistematizada, quarenta e quatro anos depois, quando Engels e Marx iam escrever: “Em lugar da velha sociedade burguesa, com suas classes e antagonismos de classe, teremos uma associação, na qual *o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos*”. (MARX/ENGELS, 2007, p. 90. Grifo nosso). Se Marx e Engels merecem de ser considerados como os pais da filosofia dialética, Dessalines – e através dele todos os revolucionários haitianos – poderia ter sido reconhecido no mundo como o seu legítimo precursor, se não fosse o triunfo tardio do individualismo moderno sobre a livre individualidade e do *establishment* moderno colonial sobre as classes populares.

Sobre isto, pensamos ser importante destacar a contribuição da professora Suzan Buck-Morss, em relação ao impacto da revolução haitiana, no momento histórico em que estava acontecendo. Considerando que “a revolução haitiana foi o cadinho, a prova de fogo para os ideais do Iluminismo francês. E todos os europeus que faziam parte da leitora pública dos ideias burgueses sabiam disso”, ela comprova mencionando um artigo publicado em 1804, num diário alemão, *Minerva*,²⁰⁹ que assegurou: “Os olhos do mundo estão agora focados em São Domingos”.

Esta citação não era apenas uma mera operação de marketing. *Minerva* se dedicou a cobrir os acontecimentos de São Domingos desde 1792, o mesmo ano da sua fundação. Já em 1794, dois anos após sua fundação, *Minerva* havia estabelecido sua reputação como o melhor diário político de seu gênero. Os testemunhos recolhidos por

²⁰⁹ “*Minerva*, diário fundado por Archenholz, vinha cobrindo a revolução francesa desde o seu começo e relatando sobre a revolução em São Domingos desde 1792. Durante um ano completo, de 1804 ao final de 1805, *Minerva* publicou uma série contínua, num total de mais de cem páginas, incluindo documentos originais, resumos de notícias e testemunhos, que informaram seus leitores não só da luta final para a independência desta colônia francesa – sob o estandarte de Liberdade ou Morte! – mas igualmente de dez anos de acontecimentos anteriores. Archenholz criticou a violência desta revolução (como era o terror jacobino na metrópole), mas chegou a apreciar Toussaint-Louverture, publicando como parte da sua série, em tradução alemã, um capítulo do novo manuscrito por um Capitão britânico, Marcus Rainsford, que elogiou o caráter da Toussaint, sua liderança e humanidade em superlativo.

O diário de Archenholz contou livremente com fontes inglesas e francesas, de maneira que seu relatório reflete notícias amplamente informativas ao público leitor europeu e os artigos de *Minerva* foram, por sua vez, reproduzidos por “inúmeros jornais” (uma situação de comunicação aberta e cosmopolita, apesar das restrições de propriedade intelectual, que talvez não tenha sido correspondente até a internet rápida) (JWA, p. 62). Embora houvesse censura na imprensa francesa após 1803, jornais e periódicos no Reino Unido (também nos Estados Unidos e na Polônia) destacaram os acontecimentos das lutas revolucionárias finais em São Domingos – o *Edinburgh Review*, entre outros. William Wordsworth escreveu um soneto intitulado “Para Toussaint Louverture”, publicado no *The Morning Post*, em fevereiro de 1803, no qual ele lamentou o restabelecimento do *Code Noir* [código negro] nas colônias francesas.

Suzan Buck-Morss apresentam este diário assim: um meio de comunicação que se esforça “para ser não partidário, objetivo e factual, interessado na ‘verdade histórica instrutiva aos nossos netos’”. O lema inglês do Minerva o apresentou como tendo o objetivo de “mostrar a própria idade e o organismo do tempo na sua forma e pressão”. Já em 1798, segundo os dados coletados por Buck-Morss, a sua tiragem era de três mil exemplares (respeitável em nossos dias para um diário intelectualmente sério), e este número era estimado duplicado em 1809, o que fez do Minerva o diário mais importante da virada do século, tanto em termos de qualidade do conteúdo, escrito por correspondentes regulares (que eram importantes figuras públicas em sua própria área), como pela qualidade dos leitores, entre os quais havia algumas das pessoas mais influentes na Alemanha: O rei Friedrich Wilhelm da Prússia, Goethe e Schiller leram Minerva (este último se correspondia com Archenholz), bem como Klopstock (que contribuiu para o diário), Schelling e Lafayette. “E – porque vos escondê-lo mais tempo? – outro leitor regular de Minerva, como sabemos a partir de suas cartas publicadas, foi o filósofo Georg Wilhelm Friedrich Hegel”. (BUCK-MORSS, 2000).

A pergunta sobre “De onde provem a idéia de Hegel sobre relação entre o senhor e o escravo?”, era repetitiva entre os conhecedores de Hegel, sobretudo no que diz respeito à famosa metáfora da “luta de morte” entre o amo e o escravo. Tal metáfora de Hegel tendo sido elaborada na Fenomenologia do Espírito, em Jena, em 1805-6 (primeiro ano de existência da nação haitiana), e publicada em 1807 (o ano da abolição britânica do comércio de escravos).

Sobre esta pergunta, a professora Buck-Morss insistiu: “De onde, na verdade?” Ela procura a resposta seguindo o princípio dialético segundo o qual as ideias verdadeiras surgiam da luta contra as ideias falsas. A professora relatou o caso dos historiadores intelectuais da filosofia alemã, que têm apenas **um** lugar para procurar a resposta: os escritos de outros intelectuais. Isto representa a falha maior das grandes especializações do conhecimento: quanto maior a especialização, mais avançado o nível de pesquisa, mais longa e venerável a tradição da escola, mais facilmente os fatos discordantes são silenciados, negados.

A propósito da pergunta: “De onde provém a ideia de Hegel sobre a relação entre o senhor e o escravo?”, Suzan Muck-Morss observa:

Talvez fosse Fichte, escreve George Armstrong Kelly, “embora o problema da senhoria e da escravidão seja essencialmente Platônico”. Judith Shklar leva o roteiro comum de conexão da discussão de Hegel a Aristóteles. Otto Poggeler – e não existe nenhum nome mais fino na escola alemã sobre Hegel – afirma que a metáfora nem vem dos antigos, mas é um exemplo totalmente “abstrato”. *Apenas um estudioso, Pierre-Franklin Tavarès, fez, alguma vez, realmente a conexão de Hegel com o Haiti, baseando seu argumento em provas de que Hegel teria lido o abolicionista francês, o Abade Grégoire.* (Sua obra, escrita em 1790, até onde eu sei, tem sido eloquentemente desconhecida pela establishment de Hegel.) Mas mesmo Tavarès se enfrenta com Hegel mais tarde, após a concepção da dialética do amo-escravo. (BUCK-MORSS, 2000, grifo nosso).

Como está posto claramente nesta citação, nenhum especialista do *establishment* ousou imaginar a possibilidade de que a dialética do amo e do escravo fosse compreendida por Hegel, em Jena, nos anos 1803-1805, ao ler fatos reais, nos diários e jornais, muito menos, a possibilidade de que esses fatos pudessem dizer respeito a uma massa de escravizados. Mas, como relatou Buck-Morss, o próprio Hegel fez a seguinte observação:

Ler o jornal de manhã cedo é uma espécie de oração secular matinal. Uma orienta a sua atitude contra o mundo e em direção a Deus; a outra em direção ao mundo como ele é. A primeira dá a mesma segurança que esta última, a partir do momento em que se sabe onde se posiciona. (ROSENKRANZ, 1844 apud BUCK-MORSS, 2000).

Corajosamente, a professora Buck-Morss coloca as duas únicas alternativas a partir das quais temos que escolher:

Hegel era o mais cego de todos os filósofos cegos da liberdade na Europa do Iluminismo, ultrapassando de longe Locke e Rousseau, na sua capacidade de bloquear a realidade posta na frente do seu nariz (impressão direita na frente do seu nariz à mesa de café da manhã); ou Hegel sabia – conhecia reais revoltas com êxito de escravos, contra verdadeiros mestres, e ele elaborou sua dialética de senhor e escravo deliberadamente dentro deste contexto contemporâneo. (Ibid.)

Isto é, a dialética hegeliana do amo-escravo não é mera especulação sem nenhuma vinculação com a realidade. Diz respeito à luta dos revolucionários haitianos – e

também das revolucionárias haitianas silenciadas pelo *establishment* da história científica oficial. Apesar de que, nas próprias palavras de Marx(1985b, p.223)²¹⁰, “para Hegel, o processo do pensamento que ele transforma mesmo em um sujeito autônomo sob o nome de Ideia, é o demiurgo do real, que forma apenas o seu fenômeno exterior” e que, para Marx, “inversamente, o ideal não é senão o material transposto e traduzido na cabeça do homem”, isso não impediu a Marx de confessar-se “abertamente discípulo daquele grande pensador”. Igualmente, afirmou claramente que:

A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel de modo nenhum impede que tenha sido ele a expor, pela primeira vez, de um modo abrangente e consciente, as suas formas de movimento universais. Nele, ela está de cabeça para baixo. Há que virá-la para descobrir o núcleo racional no invólucro místico. (Ibid., p. 224).

Isto é, Hegel não viu na luta dos revolucionários e revolucionárias haitianos contra a morte , os seus próprios desejos de liberdade. Viu apenas o braço da Ideia agindo, uma vez que o seu racismo não propiciou o conhecimento da participação de pessoas negras na História. Assim, acabou silenciando a fonte do seu pensamento. Participou desse modo, da conspiração do pensamento dominante para o qual a revolução haitiana se introduziu na história com a característica peculiar de ser impensável, embora tenha efetivamente acontecido.

Talvez seja tarde afirmá-lo, mas, ao virar a dialética hegeliana dos pés à cabeça, Marx não fez senão recolher uma lição que foi ensinada à humanidade através das lutas libertadoras e independentistas envolvidas na revolução haitiana, revolução levada a cabo sob a liderança de Jean-Jacques Dessalines. Só que Marx o fez sem saber, pois o seu mestre Hegel não havia revelado explicitamente a sua fonte. Esse legado foi silenciado, pois, era inconcebível pelo pensamento moderno/colonial/escravista ocidental uma revolução vitoriosa conduzida por afrodescendentes.

Uma vez este trabalho realizado, nos colocamos como último desafio identificar a política do que chamamos ao longo da tese de precariado haitiano. Ou seja,

²¹⁰ À ocasião do posfácio à segunda edição (1872) alemã do Primeiro volume de “O Capital”.

tentamos dar conta da busca empreendida pelas classes sociais sofredoras para encontrar saídas da precariedade que ritma o cotidiano do país. Saídas tanto antes quanto depois deste terremoto que, em 35 segundos, interrompeu abruptamente a vida de 300 mil pessoas e deixou outras mais de 1,5 milhão desabrigadas.

Mais uma vez essa preocupação nos levou a visitar novamente a história do país desde o século XIX. E o que ficou claro foi que a tradição de lutas por mudança nas condições de vida no Haiti é um legado do campesinato, uma vez que a questão agrária foi e talvez até hoje é a questão fundamental neste país cuja população rural está em torno de 60%. Enquanto todas as lutas sociais se travavam em volta da questão agrária, a partir da segunda metade do século XX, essa questão vem perdendo terreno sistematicamente. Até por que hoje, a reivindicação principal dos camponeses é o desenvolvimento da comunidade. Quando indagamos sobre o que aconteceu neste período susceptível de explicar tal mudança qualitativa, a pista mais credível leva diretamente para a implementação das ONGs no país.

Com efeito, desde a experimentação pela ONU do primeiro projeto de desenvolvimento da comunidade em Marbial, sudeste, projeto que promovia a alfabetização dos camponeses, a higiene comunitária, e a vulgarização de técnicas agrícolas modernas para ensinar aos camponeses a cultivarem a terra, o pedido pelo desenvolvimento de comunidade tomou o lugar da reivindicação pela reforma agrária. É que de lá para cá a matriz colonial vigente nesta sociedade se apoderou da retórica da modernidade para promover o desenvolvimento como correção à injustiça de 1806. As ONGs, de direita ou de esquerda, todas financiadas pela Internacional Comunitária para disseminar o desenvolvimento (inclusive aquele chamado de alternativo), contribuem a esvaziar as contradições sociais de sua dimensão política. Doravante estas são tratadas como carências a ser processadas de modo consensual. E os sujeitos sociais são reduzidos a meros membros de comunidade sem origem nem trajetória social de vida. Ou seja, indivíduos assistidos desprovidos da capacidade de entender as causas sociais das carências que pautam sua vida.

Essa observação contribui a conferir validade à análise que considera as ONGs como instituições de gestão de projetos de desenvolvimento. E quando essas ONGs

se autodefinem como de esquerda ou procuram não se registrar no ministério do planejamento e da cooperação exterior como ONGs, os projetos que gerenciam são denominados pelo genérico de desenvolvimento alternativo. A realidade é que, de direita ou de esquerda, as ONGs que atuam no Haiti funcionam graças a financiamento da Internacional Comunitária. A esta, todas têm de prestar conta ao risco de perder a renovação do financiamento dos projetos.

Foi essa análise que nos levou a entender que ao mesmo tempo em que o campesinato deixa de procurar saída pela reivindicação agrária, a busca de saída pela no desenvolvimento comunitário por meio das ONGs só é capaz de propiciar a ascensão social dos funcionários destas. E o *novo-rico* é projetado e vislumbrado como se, ao custo de muitos esforços, todos tivessem a possibilidade de se transformar igualmente em novo-rico. Na verdade, é a desigualdade social já gritante que se agrava.

No decorrer desta pesquisa, prestamos atenção também aos movimentos sociais. Aqueles que se tornam conhecidos desde a queda oficial da ditadura, em 1986. Nesse quesito, porém, o que foi-nos permitido identificar resume-se na metamorfose do movimento social haitiano como conjunto. Enquanto a economia se privatizou, as organizações que compõem o que se chama comunmente no Haiti de “sociedade civil organizada” abandonou o campo da contestação para se refugiar na negociação e no diálogo. Passou a preocupar-se em fazer aquela incidência política designada em francês pela palavra de *plaidoyer*/advocacia. Para os movimentos que compõem essa sociedade civil, praticamente não há mais antagonismo com o Estado de classe burguês, unicamente por esse ter passado de ditatorial a democrático. Como o Estado, ditatorial ou democrático, jamais perdeu um til de sua natureza burguesa, só resta entender que a própria sociedade civil passou a assumir abertamente seu índole burguês.

Vale a pena destacar que o momento histórico – o pós-ditadura a partir de 1986 – em que essa sociedade civil adotou o *plaidoyer* como via *par excellence* para influenciar, interpelar e convencer as autoridades estatais em matéria de políticas públicas, corresponde ao momento em que as Organizações Populares cuja contestação era o cavalo de batalha nas lutas para mudar a sociedade foram dizimadas. De tal modo que, ao nosso

ver, só resta buscar a saída do lado do proletariado. Não negaremos, porém, que a opção preferencial pelo proletariado precisar ser argumentativamente demonstrada.

Acreditamos que salta aos olhos o envolvimento desta pesquisa em buscar um conhecimento da realidade social haitiana e sua tentativa de analisar as condições nas quais se desempenham as lutas de classes neste país. Sem dizê-lo nomeadamente, os editores agrupados na INIP propuseram sua resposta aos “problemas candentes do nosso movimento”²¹¹ caracterizado pela “crise generalizada, particularmente do Estado”: “deslocamento das tarefas dos comunistas haitianos de uma luta dentro da ‘esquerda’ e desenvolvimento considerável das exigências do trabalho de implantação na massa dos trabalhadores, mais particularmente a classe operária”. Eis pelo que se propuseram começar. Pois bem, há bastante matérias aqui para longas discussões. Na falta de examiná-las em todos os seus contornos, levantaremos apenas a seguinte pergunta: Por que “a esquerda haitiana” encontra-se tão distante “da massa dos trabalhadores” a ponto de os comunistas precisarem “se deslocar” de um canto para o outro?

A presente pesquisa tem procurado mostrar que não somente a Internacional Comunitária identifica uma força de trabalho baratíssima no Haiti, mas está resoluta a não economizar esforços para explorá-la. Localmente, nossa burguesia e seu governo fazem questão de tomar todas as medidas necessárias para que essa operação se realize de maneira natural. Pois, a única vantagem que têm se resume a sua capacidade de vender seus trabalhadores em troca dos mais baixos salários possíveis. De sorte que, não somente as possibilidades de lutas são reais e o serão cada dia mais, mas igualmente estas são projetadas para se realizarem em torno do proletariado como sujeito político central.

No contexto haitiano, essa última afirmação é tida como ousada. Por isso, deve ser firmemente sustentada teórica e empiricamente.

Primeiramente, o processo de proletarianização do qual falávamos antes não se restringe apenas os trabalhadores industriais. Ele diz respeito a

como, pela proletarianização da sociedade, um número cada vez maior de pessoas é proletarianizado. Assim, é o processo de proletarianização – inseparável do desdobramento global do sistema do capital – que define e

²¹¹ É o subtítulo do livro de Lenine, *Que fazer?*

em última instância estabelece o problema. Ou seja, a questão é como a maioria esmagadora dos indivíduos cai em uma condição na qual perde todas as possibilidades de controle sobre sua vida e, nesse sentido, torna-se proletarizada. (Mészáros, 2007, p. 70).

Ou seja, visto que o que está em jogo é o controle do processo de reprodução social, a questão colocada é a do agente social da transformação. Ao olhar de perto pelo processo de proletarianização tal que destacado pelo filósofo húngaro, é em termos globais que a lógica que governa o sistema de reprodução metabólica do capital (a lógica do capital) deve ser enfrentada. E se for assim, a tarefa cabe apenas à lógica emancipatória e auto-emancipatória do trabalho, “lógica esta instituída pela totalidade do trabalho e não por uma parcela particular do estrato sociológico do trabalho”. (MÉSZÁROS, 2009, p. 9). Em texto anterior, o autor enfatizou:

O sujeito da emancipação não pode ser arbitrária e voluntaristicamente predefinido. Ele só estará apto para criar as condições de sucesso se abranger a totalidade dos grupos sociológicos capazes de se aglutinar em uma força transformadora efetiva no âmbito de um quadro adequado. O denominador comum ou o núcleo estratégico de todos esses grupos não pode ser o “trabalho industrial”, tenha ele colarinho branco ou azul, mas o *trabalho como antagonista estrutural do capital*. Isto é o que combina objetivamente os interesses variados e historicamente produzidos da grande multiplicidade de grupos sociais que estão do lado emancipador da linha divisória das classes no interesse *comum da alternativa hegemônica do trabalho à ordem social do capital*. Pois todos esses grupos devem desempenhar seu importante papel ativo na garantia da transição para uma ordem qualitativamente diferente. (MÉSZÁROS, 2004, p. 51).

Partilhamos da advertência do filósofo húngaro de que não podemos arbitrária e voluntaristicamente predefinir o sujeito da emancipação. Não temos reserva nenhuma quanto ao fato de que esse sujeito deve poder embarcar na sua estratégia a totalidade dos grupos sociológicos capazes de se juntar e defender os mesmos interesses. Não temos dúvida de que o trabalho e não necessariamente o trabalho industrial representa o denominador comum ou núcleo estratégico de todos esses grupos. O problema não é teórico, ele é empírico. Isto é, ele diz respeito à realidade haitiana francamente insubmissa. Por exemplo, em se tratando da categoria trabalho, poderia se perguntar até que ponto as

assalariados haitianos têm consciência de que são trabalhadores. A questão é provocativa, mas nem por isso inútil nem vaidosa.

Em 2006, no quadro de uma pesquisa sociológica, pessoalmente fizemos uma enquete no meio jornalístico. Entre outros, nosso interesse buscava captar a ordem na qual os jornalistas classificariam as suas prioridades se fossem chamados para fazê-lo. Como esperado, a reivindicação de salário melhor ficou no topo para todos os entrevistados. No entanto, à questão de definir uma estratégia capaz de levar à satisfação dessa reivindicação, as respostas foram: a- boa colaboração com a direção da mídia: 13% dos entrevistados; b- construção de um sindicato de jornalistas: 20%; c- construção de uma associação agrupando apenas jornalistas: 6,7%; d- criação de uma grande organização juntando jornalistas e patrões de mídias: 60%. (SEGUY, 2006, p. 85). (A diferença do item b- para o c- é que no Haiti torna-se frequente antigos jornalistas que se tornam patrões de mídias sem deixar de praticar ativamente a profissão. Na ocasião da pesquisa, procuremos enfatizar essa diferença e medir até que ponto era levada em consideração pelos jornalistas). O que revelam essas respostas? Somente 6,7% dos jornalistas entrevistados tinham consciência de pertencer a uma categoria cujos interesses eram antagônicos com os dos seus patrões. Daí havíamos enfatizado:

Entende-se até que ponto os repórteres, assalariados que são, carregam na sua mente a consciência do patrão. [...] Neste caso, estamos diante de uma categoria social quase totalmente inconsciente da contradição principal da sociedade que coloca frente a frente o capital e o trabalho. Na mente desses jornalistas, os patrões cujo lucro máximo constitui o objetivo primeiro vão voluntariamente, de sua própria iniciativa, diminuir sua margem de lucros para oferecer um salário melhor e melhores condições de vida a seus trabalhadores, sem que isso leve ao aumento da produtividade da empresa. Pode-se agora entender por que, por exemplo, os trabalhadores da imprensa jamais marcam a data do 1º de maio²¹², mais fazem sempre questão de comemorar o dia 3 de maio²¹³. (IBID, p. 86).

Então, os jornalistas haitianos são trabalhadores? Claro que é uma pergunta retórica, pois sabemos que não se julga o indivíduo a partir da ideia que ele tem de si, mas a

²¹² Dia internacional dos trabalhadores.

²¹³ Dia internacional da liberdade da imprensa.

partir das suas reais condições de existência. Fica claro, porém, que os jornalistas haitianos não se concebem como trabalhadores que podem reivindicar. Eles ainda nem chegam ao nível de “elaborar uma consciência trade-unionista, ou seja, uma convicção de que é preciso reunir-se em sindicatos, lutar contra os patrões [...] etc.” (LENINE, op. cit.). Aliás, durante a enquete, um deles havia claramente afirmado que não se deve organizar sindicatos dentro de empresas privadas. Num período histórico chamado de neoliberal, isto é, onde as empresas são privadas, entende-se que os trabalhadores profissionais não estão prontos a se organizarem. Eis porque hoje, pode recensear, por exemplo, associações patronais como a *Association des Industriels d’Haïti* / Associação dos Industriais do Haiti (ADIH), a *Association nationale des distributeurs de produits pétroliers* / Associação Nacional dos Distribuidores de Produtos Petroleiros (Anadipp), a *Association des professionnels de banques* / Associação dos Banqueiros (APB), as diferentes câmaras de comércio etc., porém, é impossível identificar um sindicato de bancários ou de frentistas, por exemplo.

Ao olhar mais de perto, parece que no Haiti, essa questão de trabalhadoras e trabalhadores organizados em sindicato, só se encontra em fábricas, aonde majoritariamente se usa a força física, braçal para produzir mercadorias. Exceto as fábricas, somente nos organismos estatais autônomas e nas empresas públicas que empregam força de trabalho pouco qualificada encontra-se sindicatos. E ainda assim, esses sindicatos, nos raros casos que existem, são oficialmente apolíticos. Como se os problemas que desejam resolver pudessem ser resolvidos por fora da política. Em outras palavras, a partir do momento em que o haitiano começa a usar gravata e sapatos sociais, mexer em computador, dirigir carro privado etc., ele não vê no tipo de organizações chamado sindicatos algo digno de sua participação. Provavelmente os patrões haitianos já entendem isso há tempos, e por isso se mostram dos mais rigorosos em relação à vestimenta dos funcionários. Provavelmente é isso que explica que até um membro de um comitê de bairro periférico não deixará de vestir-se com gravata e terno logo que vai aparecer em um programa de televisão. De modo que, olhando para a realidade haitiana, a boa e velha recomendação metodológica de Engels e Marx (2007, pp. 47-48), contida na *Ideologia alemã*, renova cabalmente toda sua validade:

Determinados indivíduos, que são ativos na produção de determinada maneira, contraem entre si essas determinadas relações sociais e políticas. *A observação empírica tem de, necessariamente, provar empiricamente e sem nenhum tipo de mistificação ou especulação, em cada caso concreto, a relação existente entre a estrutura social e política e a produção.* A estrutura social e o Estado brotam constantemente do processo de vida de determinados indivíduos; mas esses indivíduos tomados não conforme possam se apresentar ante a imaginação própria ou alheia, mas sim tal como **realmente** são, quer dizer, como atuam, como produzem materialmente e, portanto, tal como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, premissas e condições materiais, independentes de seu arbítrio. (O negrito é dos autores; o itálico é nossa).

A recomendação de provar empiricamente e sem nenhum tipo de mistificação ou especulação, em cada caso concreto, a relação existente entre a estrutura social e política e a produção nos leva, então, à seguinte pergunta: Como articular no Haiti uma luta capaz de aglutinar objetivamente, a grande multiplicidade de grupos sociais que, apesar de seus interesses variados e historicamente produzidos, podem estar do lado emancipador da linha divisória das classes no interesse comum da alternativa hegemônica do trabalho à ordem social do capital? A pergunta mereceria ser aprofundada pois, “capital e trabalho são as *únicas* classes na sociedade contemporânea cujo ser social pode constituir a base de sistemas reprodutivos alternativos, globalmente viáveis” (MÉSZÁROS, 2004, p. 525. Grifo do autor). Por onde começar, então? A confusão está no tamanho raquítico do proletariado industrial, como já foi analisado. Nesta altura, o exemplo da China pode ser esclarecedor. Em 1926, a situação da China era assim: um campesinato de 500 milhões de pessoas e apenas 2 milhões de operários industriais. Na época, enquanto Mao Tsé-tung salientava “a importância fundamental de se basear a luta revolucionária na força elementar do campesinato que estava despertando [...], não hesitou em vincular esta visão profética à afirmação estratégica igualmente penetrante de que ‘a principal força em nossa revolução é o *proletariado industrial*’” (IBIDEM, p. 526. Grifo do autor). Mao Tsé-tung não chegava a essa conclusão por *obrerismo*. Apesar do baixo número dos trabalhadores industriais, a dedução do dirigente chinês se baseava em duas observações primorosas:

A primeira razão pela qual os operários da indústria desempenham um papel tão importante na revolução chinesa é a sua concentração. Nenhum

outro setor da população pode competir com eles deste ponto de vista. A segunda razão é que eles estão em uma situação economicamente inferior. (ZEDONG [TSÉ-TUNG], 1926, p. 10).

Destacar-se-á que as especificidades sociológicas do contexto sócio-histórico – quer o baixo número dos trabalhadores industriais quer a esmagadora grandeza quantitativa do campesinato – em nada levou o dirigente chinês a desprezar o papel de cada classe. Pois, essas especificidades, como analisa Mészáros (2004, p. 526),

não importa quão monumentais fossem em proporção, não poderiam alterar radicalmente o antagonismo hegemônico fundamental entre capital e trabalho em termos históricos globais, ainda que exigissem uma avaliação muito realista das formas e dos instrumentos de mediação – anteriormente imprevisíveis mas, nas novas circunstâncias emergentes, singularmente apropriados – para a realização dos objetivos escolhidos. Era impossível *generalizar* o modo camponês de produção, mesmo em seu aspecto mais dinâmico, como uma *alternativa global* para o sistema capitalista dominante. (Grifos do autor)

Tampouco no Haiti, a generalização do modo camponês de produção está em pauta. Primeiro, porque o Haiti, ao contrário da China de Mao, não vive um período de revolução nem de longe um período de disputa de hegemonia. Segundo, porque mesmo com uma maioria populacional camponesa, a generalização de um tal modo de produção não teria viabilidade. Terceiro, porque a industrialização através de 42 zonas francas industriais de exportação projetada pela Internacional Comunitária, se for efetivada, encurralará o campesinato a murchar enquanto que produzirá um proletariado industrial cada vez mais forte numericamente. Politicamente, não seria pouca coisa esta terceira observação, pois, já vimos como a falta de um proletariado industrial consistente levou àquela confusão teórica cuja consequência prática se traduz no abandono do nosso já fraco proletariado pelo seus aliados naturais, e num verdadeiro desvio ao popular/populismo.

Não se pode negar que outros grupos sociais têm acompanhado os operários nos momentos de lutas abertas com a burguesia. As lutas em prol do reajuste do salário mínimo em 2009 constituem um vibrante testemunho. Exceto que esse acompanhamento se revela esporádico e distante. Isso explica por que os benefícios políticos do movimento de 2009 não foram colhidos para serem convergidos rumo a uma capacitação maior de luta. A

pequena-burguesia esquerdista haitiana, por radical que possa ser intelectualmente, se satisfaz com posições populares enquanto se recusa a dar um passo adiante rumo à etapa da posição proletária.

Com efeito, o populismo, de direita ou de esquerda (sobretudo de esquerda) representa um grande freio a uma luta real em prol de real transformação das condições de vida no Haiti. E ele tem contribuído significativamente para impedir ou pelo menos dificultar a construção de uma organização revolucionária autônoma, capacitada a colocar em pauta a ruptura das correntes da escravidão salarial. O essencial das organizações que a esquerda haitiana tem construído ao fio das décadas do século XX tem se desmanchado no ar do popular. O PCH (Partido Comunista Haitiano) de 1932, pioneiro do comunismo haitiano, rachou-se para gerar de um lado o PSP (Partido Socialista Popular), em seguida o PDP (Partido Democrático Popular) e do outro lado, o PDPJH (Partido Democrático Popular da Juventude Haitiana), o PPLN (Partido Popular de Libertação Nacional) e o PEP (Partido da Aliança Popular) etc. Em 2013, a mais recente plataforma de organizações esquerdistas apresentada chama-se Inisyativ MPDP (Iniciativa para um Movimento Patriótico Democrático e Popular). Por que o popular fascina tanto a esquerda haitiana? Para nós, a razão está na baixa quantidade de operários industriais, pois é ela que levou os intelectuais da esquerda a deslocar a centralidade política da luta contra o capital e a favor da livre individualidade do proletariado para outros sujeitos sociologicamente mais numerosos. Salvo se não se importa em lutar contra o capital. Neste caso, sua “luta” com base apenas no popular visa disputar com a direita as possibilidades de administrar o capital. Assim entender-se-ia melhor a já referida última sua proposta de projeto político-eleitoral. Se for a primeira leitura, entendemos que, numa sociedade com cerca de 60% de população rural e cuja maioria dos habitantes das cidades sobrevivem graças à prática de pequenas atividades por conta própria, fica fácil deslizar para os camponeses ou as classes populares em geral. É como se fizesse-se a anatomia de um ser humano para deduzir que sua perna é mais importante de que seu cérebro, por aquela ser muito maior que isto!

Se o proletariado continua a afirmar-se como o sujeito central da revolução, pouco importa o número de indivíduos que o compõem numa formação social específica, é justamente porque é o único sujeito político que não tem interesse nenhum para preservar

se o sistema do capital tivesse que ser derrubado. Pode até parecer repetição de formulas envelhecidas ou de respostas seguras, mas no Haiti não é demasiado repeti-lo. Pois, a esquerda haitiana até hoje prefere pensar ou sonhar com as massas. Não que seja isso ruim. A própria realidade empírica confere com a visão de Antonio Gramsci:

As massas laboriosas, tomadas no seu conjunto, têm elas uma vontade? O Partido comunista deve “obedecer à vontade das massas em geral”? Não. Existe no conjunto das massas laboriosas várias vontades distintas: existe uma vontade comunista, uma vontade maximalista, uma vontade reformista, uma vontade democrática-liberal [...]. O partido comunista “representa” os interesses da inteira massa laboriosa, mas “atualiza” a única vontade de uma parte determinada da massa, desta parte mais avançada (o proletariado) que quer, pelos meios revolucionários, derrubar o regime existente para fundar o comunismo. (In PIOTTE, op. cit., p. 83).

Como podia ser diferente se o comunismo é o movimento real da libertação do proletariado? Pois, as massas populares não existem : existem apenas a classe operária, a classe camponesa etc. De modo que, organizar o campo popular, o campo do povo, as massas populares ou qualquer outro conceito equivalente, não dispensa da obrigação de uma análise de classes e portanto de diferenciar entre as diferentes classes que compõem o campo popular. “Massas populares” é um termo coletivo que serve a designar as diferentes classes não dominantes. Mas, no Haiti, esse termo coletivo serve de trampolim para abandonar os operários à sua condição, ou para *socorrê-lo* esporadicamente, como evidenciado pelo grande e valioso reforço dos estudantes da Université d’Etat d’Haïti e outros intelectuais nas lutas a favor do reajuste salarial de 2009. Mas, desde então, nenhum partido de esquerda se preocupa em apanhar os benefícios para construir juntos um movimento proletário e tentar organizar o proletariado haitiano em classe para si. No entanto, este episódio mostrou que a luta operária é a única que coloca em perigo os interesses da burguesia no Haiti. Pois, é esta classe que produz a mercadoria a partir da qual o mais-valor é tirado. E é ela que vem explorar a Internacional Comunitária. Todas as outras categorias de trabalhadores da Internacional Comunitária são contratadas para ajudar na exploração do proletariado. E outro fato relevante, os proletários industriais são até agora os únicos grupos sociais para os benefícios dos quais o humanitarismo não desenvolve praticamente nenhum programa de assistência específica.

Podemos considerar o exemplo de 2009 e todos os outros como oportunidades desperdiçadas. Pois, as reivindicações dos operários devem ser consideradas embriões da luta de classes, embora não passem de embriões. Lenine deixou claro que os operários nem sequer podem ter consciência revolucionária, a qual só pode ser introduzida de fora:

A história de todos os países comprova que a classe operária, valendo-se exclusivamente de suas próprias forças, só é capaz de elaborar uma consciência trade-unionista, ou seja, uma convicção de que é preciso reunir-se em sindicatos, lutar contra os patrões, cobrar do governo a promulgação de umas e outras leis necessárias aos operários etc. (LENINE, 2010 [1902], p. 89).

Esta citação de Lenine provem do seu livro *Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento*. Em várias partes do mesmo, ele insiste sobre o fato de que “a consciência política de classe não pode ser levada ao operário *senão do exterior*, isto é, de fora da luta econômica, de fora da esfera das relações entre operários e patrões” (IBIDEM, p. 145. Grifo do autor). E ele procurou deixar claro que “a única esfera de onde se poderá extrair esses conhecimentos é a esfera das relações de *todas* as classes e camadas com o Estado e o governo, na esfera das relações de *todas* as classes entre si” (IBIDEM. Grifo do autor). E ninguém melhor colocado para tal tarefa do que as plataformas ou frente de esquerda onde podem se congregiar bastante intelectuais, os quais têm suas entradas na burguesia²¹⁴! “Os próprios fundadores do socialismo científico moderno, Marx e Engels, pela sua situação social, pertenciam à intelectualidade burguesa”. (IBIDEM, p. 90).

Deve-se destacar que, por ser uma sociedade onde a maioria dos indivíduos, sobretudo nas cidades, professam atividades classificadas informais pela economia neoclássica, isto é, atividades um pouco à margem do controle direto do capital sobre o trabalho, não se pode falar em fortes concentrações de trabalhadores no Haiti. Mas, não é isso o problema. A questão é que nos diferentes ramos de atividades professadas pelos

²¹⁴“Contra a ilusão do intelectual sem apegos nem ‘raízes’, que é de certo modo a ideologia profissional dos intelectuais, recordo que os intelectuais são, enquanto detentores de capital cultural, uma fração (dominada) da classes dominantes e que muitas das suas tomadas de posição, em matéria de política por exemplo, devem-se à ambiguidade de sua posição de dominados entre os dominantes”. (BOURDIEU, 1984, p. 70)

trabalhadores de colarinho-branco, estes não existem politicamente. Enquanto isso, os operários, que são quantitativamente menores, são as únicas que existem politicamente como trabalhadores, embora não tenham nenhum partido no palco político democrático burguês. Marx e Engels (1983, p. 45) não se enganaram ao perceberem que, antes mesmo de um triunfo da causa operária, “o verdadeiro resultado da sua luta é menos o sucesso imediato que a união cada vez mais ampla dos trabalhadores”. No Haiti, antes de pensar nesta união, primeiro é necessário levar aos trabalhadores a consciência de que são trabalhadores, de que têm um interesse egoísta e imediata a defender diante dos seus patrões e que somente de modo solidário é possível defendê-lo. Realçamos: no Haiti em 2014, dentro da classe trabalhadora de maneira ampla, carece até a mais primária consciência *trade-unionista*, aquela etapa conhecida na literatura gramsciana como econômico-corporativa, primeiro tempo do primeiro momento das relações de forças que permite enxergar minimamente uma possível práxis revolucionária capaz de desembocar numa transformação social²¹⁵. Não por acaso que o caráter laborioso e dócil do trabalhador haitiano é destacado praticamente em todos os países onde ele emigra²¹⁶. E que no Brasil, por exemplo, a força de trabalho do migrante haitiano é cobiçada por inúmeras empresas que se dobram numa corrida rápida para ver quem consegue primeiro do Ministério do Trabalho, o direito de contratar trabalhadores haitianos. De modo que, os proletários industriais constituem o único grupo social que já teve na sua existência um grau de desenvolvimento de uma práxis revolucionária. Ainda assim, o historiador Michel Hector (1989, p. 4) destaca:

No Haiti, o combate operário propriamente dito, quer dizer, aquele que se desenvolve em um quadro organizado para a construção de uma capacidade de intervenção cada vez maior na vida política e social, é um fenômeno muito recente que data somente de uns cinquenta anos. Além disso, esse movimento teve no seu desenvolvimento diversos momentos

²¹⁵ EM *Catharsis et transformation sociale dans la théorie politique de Gramsci*, Ernst Jouthe (1990, p. 68) identifica três momentos ou graus fundamentais da relação de forças: o momento econômico, o momento político-ideológico e o momento político-militar.

²¹⁶ A matéria mais recente sobre a docilidade dos trabalhadores haitianos, em data de 27 de fevereiro de 2014, encontra-se disponível no seguinte link: <http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/127777/Les-Haitiens-un-exemple-pour-les-peuples-de-la-Caraibe.html#>. Acesso em 02 de mar. de 2014.

mais ou menos longos de solução de continuidade. Está portanto longe de adquirir essa consistência que confere uma certa permanência na ação.

Neste contexto, é normal que carece de referências de uma cultura operária haitiana. Igualmente, uma posição ideológica-política centrada na classe operária pode realmente ser interpretada como sectarismo até mesmo eurocentrismo, se não for simplesmente desqualificada como obreirismo. No entanto, o eurocentrismo autêntico consiste de preferência em rejeitar a centralidade política do proletariado haitiano com base de sua pequenez sociológica, de sua fraca proporção quantitativa. O que coloca em pauta a candente questão das relações entre correntes sindicais e movimentos políticos. E que interpela a superar a estranha originalidade que representa a constatada ausência de vínculo reconhecível entre o movimento sindical e as organizações da “esquerda haitiana”.

A referência à centralidade da classe operária faz problema. Enquanto isso, a história de sua luta durante todo o século XX se confunde com a do movimento comunista no país. Como podia ser diferente se “o comunismo é a doutrina das condições de libertação do proletariado”? O abandono da luta operária pela esquerda haitiana não significa em si o abandono do próprio comunismo? Ao isso fazer, não seria outra maneira de evidenciar definitivamente o fim da esquerda revolucionária no Haiti? O período histórico deste abandono não é a mesma durante o qual a sociedade civil e o movimento social deixaram a contestação em favor da negociação e do diálogo? Não é durante o período em que o movimento operário encontra-se ainda “engajado numa luta difícil para seu simples direito à existência” (HECTOR, IBID, p. 8) que a sociedade civil e o movimento social passaram a ser parceiros do Estado? Este período não é o mesmo em que se dá a proliferação dos partidos políticos, tanto da direita quanto da esquerda?

Para alimentar mais a reflexão, não é sem importância registrar que na época em que a luta da organização comunista se realizava na clandestinidade, esta guardava vínculos estreitos com a classe operária. A partir da abertura democrática de 1986, porém, esse vínculo tornou-se irreconhecível, se considerarmos as organizações políticas abertamente presentes no cenário político. Ao nosso humilde ângulo de visão, isso se deve ao fato de que, há momentos na luta nas quais um ou mais elementos podem constituir denominador comum para congregar todas as diferentes classes de um determinado campo.

A necessidade de lutar contra a repressão dos Tontons Macoutes tinha mobilizado o conjunto das classes dominadas que compõem o que consensualmente denomina-se o campo popular. Embora que, a despeito de sua combatividade e seu engajamento, os movimentos sociais que conduziram essa luta, como não tinham clara estruturação de classe, acabassem misturando e confundindo tudo o mundo. A confusão ideológica sempre é nefasta para as lutas emancipatórias. Leva unicamente ao rumo do “popular” de maneira ampla, ao invés de colocar o problema das classes e definir o tipo de relações, de colaborações possíveis e desejáveis entre as diferentes classes do campo popular. A consequência é esta: uma ausência de linha política-ideológica clara, o que facilita à pequena-burguesia radicalizada controlar os movimentos e daí desnorteá-los longe do objetivo de emancipar o campo do trabalho da exploração do capital.

A opção preferencial pelo proletariado nunca é simples no Haiti. Vimos como a pequenez sociológica do proletariado levou a contestar a opção privilegiada para a classe operária na luta para o livre desenvolvimento de todos os indivíduos. Assim, não foi difícil entender por que não foi esboçada nenhuma alternativa à altura da precariedade que rege a vida dos trabalhadores haitianos. E que cada vez mais, os trabalhadores vêm encontrado na emigração a única saída para alcançar um pouco de dignidade e estruturação da sua vida. Tudo isso não podia deixar de culminar para a pergunta mais difícil de todas: “QUE FAZER?”

Realçamos a nossa concordância com Mészáros de que o antagonista estrutural ao capital é o trabalho, não apenas “o trabalho industrial”, tenha ele colarinho branco ou azul. Por isso mesmo é que o sujeito da emancipação só pode ser empiricamente definido. É daí que deve-se perguntar-se : que diz a realidade haitiana? Resumidamente, ela diz os seguintes:

- Que o proletariado haitiano não é majoritário – se deixarmos de considerar como parte dele as massas dos trabalhares e trabalhadoras informais que sobrevivem de pequenas atividades desenvolvidas por conta própria;
- Que a classe operária é extremamente minoritária em relação ao conjunto da sociedade;

- Que, se a Internacional Comunitária consegue levar a cabo todo seu projeto para o Haiti, sobretudo as zonas francas a serem construídas, a tendência do futuro será uma proletarização cada vez maior da sociedade. A título de exemplo, vale lembrar que a nova zona franca inaugurada em Caracol, em 2012, ambiciona criar entre 65,000 e 75,000 empregos.

Tendo em conta esse último ponto, acreditamos ser realista apostar na organização do proletariado como sujeito político, sob a direção (das reivindicações) da classe operária. Assumimos essa posição com a clara consciência de que: “Hoje mais do que nunca, os homens precisam esclarecer teoricamente sua prática social e regular conscientemente suas ações como sujeitos da história”. (VASQUEZ, 2007, p. 57), em vez de apenas levantar questões conceituais a respeito de quadros de explicação considerados grandes relatos. Não somente essa atitude abertamente pós-moderna possui os ingredientes para levar ao esquecimento das conexões entre os problemas reais, mas ela é propícia a encorajar o imobilismo político. No Haiti pós-terremoto, a exigência dos sujeitos sociais esclarecerem teoricamente sua práxis é ainda maior. Ela envolve como desafio: 1- arrancar o direito à existência do movimento operário – o que por si só já é um programa quando considerar a facilidade com a qual os patrões haitianos, ao desprezo de leis já desfavoráveis aos operários, recorrem à repressão sindical, demitindo sistematicamente qualquer operário que ousa correr o risco de se sindicalizar; 2- acelerar o longo processo de construção da organização potencialmente portadora do futuro: a organização revolucionária do proletariado haitiano – pois atualmente nada parece poder impedir ao capital estrangeiro continuar seu processo de proletarização do Haiti, sobretudo em nome de reconstrução pós-terremoto; 3- combinar o movimento e a atividade política de classe do proletariado haitiano, os quais são caracterizados por uma forte tendência a se dissociar e se desentender; 4- propulsar esse movimento como força histórica para a classe operária e todas as outras classes oprimidas da formação social haitiana.

É uma tarefa que pode ser lucidamente definida e engajada. Por enquanto, não estamos caminhando rumo a ela.

BIBLIOGRAFIA

ACANDA, Jorge Luis. *Sociedade Civil e Hegemonia*. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2006.

ADAM, André Georges. *Une crise haïtienne: 1867-1869*. Sylvain Salnave. Port-au-Prince: Prix Deschamps, 1982.

ALTER PRESSE. “Haïti-Tourisme : Entre manifestation et inauguration sur l’Ile-à-Vache”. 21 de fev de 2014. Disponível em: <http://www.alterpresse.org/spip.php?article16041#.UwkrfIVd8v0>. Acesso em 23 de fev de 2014

_____. “Haïti – Histoire : Des défis pour la poursuite de la lutte, 28 ans après la chute de la dictature duvaliériste”. 10 de fev de 2014. Disponível em : <http://www.alterpresse.org/spip.php?article15962#.UwV7FIV6Hl3>. Acesso em 20 de fev de 2014.

_____. Ayiti: 4 òganizasyon peyizan deside fini ak zizani nan mitan yo. 17 de dez de 2007. Disponível em: <http://www.alterpresse.org/spip.php?article6766#.UwesSIVd8v0>. Acesso em: 6 nov. 2009.

_____. Ayiti: Tèt Kole ti Peyizan Ayisyen “sètoblje retire kò l” nan Platfòm Nasyonal Òganizasyon Peyizan Ayisyen (PLANOPLA). 24 de janeiro de 2006. Disponível em: <http://www.alterpresse.org/spip.php?article3998#.UweeYIVd8v0>. Acesso em: 6 nov. 2009.

ANDERSON, Perry. *Espectro: da direita à esquerda no mundo das ideias*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

ANDRÉ, Jadson. Haitiano é encontrado morto com pênis na boca. www.parana-online.com.br/editoria/policia/news/696061/?noticia=HAITIANO+E+ENCONTRADO+MORTO+COM+PENIS+NA+BOCA. Acesso: 23 set. 2013.

ANINEWS. Haitian quake survivors used as 'slaves' in building of World Cup stadium in Brazil. Disponível em: <http://www.aninews.in/newsdetail6/story153151/haitian-quake-survivors-used-as-039-slaves-039-in-building-of-world-cup-stadium-in-brazil.html>. Acesso em 3 de fev de 2014.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

_____. *Os sentidos do trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

Ayiti Kale Je/Haiti Grassroots Watch. “Derrière La faim en Haïti”. Disponível em: <http://www.ayitikaleje.org/ayiti-kale-je-kreyl/2013/10/8/derriere-la-faim-en-haiti.html>. Acesso em 27 de dez. de 2013.

BAKAN, Abigail B.; COX, David; LEYS, Colin.- *Imperial power and regional trade: the Caribbean Basin Initiative*. Ontario: Wilfrid Laurier University Press, 1993.

BARRETTE, Yanick. Du racisme... Où ça? Au Québec?. Disponível em : http://quebec.huffingtonpost.ca/yanick-barrette/du-racisme-ou-ca_b_4717334.html?just_reloaded=1&utm_hp_ref=fb&src=sp&comm_ref=false#sb=1638878b=facebook. Acesso em 11 de fev de 2014.

BAYLY, Chistopher. A. *La naissance du monde moderne (1780-1914)*. Paris: Les Éditions de l’Atelier/Éditions Ouvrières, 2007.

BENOIT, Victor. Un homme de couloir, un tacticien de cuisine. In : BRUTUS, Fred (org.). *100% Préval*. Port-au-Prince : Editions c3 group, 2011, p.29-41.

BERNARD, Joseph jr. *Histoire de la colonie allemande d’Haïti*. Port-au-Prince: Henri Deschamps, 2011.

BETTER Work Haiti (BWH). “Better Work Haiti: Garment Industry 7th Biannual Synthesis Report Under the HOPE II Legislation” http://betterwork.org/global/wp-content/uploads/HOPE-II-FINAL_merged1.pdf. 16 Out. 2013. Acesso em: 25 dez. 2013.

BETTO, Frei. “O Haiti existe?” Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=44651>. Acesso em 12 de jan de 2011.

BOURDIEU, Pierre. *Questions de sociologie*. Paris : Les éditions de Minuit, 1984/2002.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo editorial, 2012.

BRICMONT, Jean. *L’impérialisme humanitaire*. Québec : Lux Éditeur, 2006.

BRISSON, Gerald. *Les relations Agraires dans l’Haïti contemporaine*. Port-au-Prince: sem ed. 1968

BRITTO, Patrícia. “Acre pedirá fechamento de fronteira para conter entrada de haitianos”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/01/1398077-acre-pedira-fechamento-de-fronteira-para-conter-entrada-de-haitianos.shtml>. acesso: 16 jan. 2014.

BRUTUS, Timoléon C. *L'Homme d'airain*. L'éveil d'une nation. Port-au-Prince : Éditions Presses Nationales d'Haïti, 2006.

BUCK-MORSS, Susan. *Hegel and Haiti: Critical Inquiry*. Vol. 26, No. 4. (Summer, 2000)

Cadet Carl-Henry, jeudi 28 juillet 2011, « Haïti et Cambodge: un triste tableau », in *Le Nouvelliste*, # 38561.

CACHAT, Gérard et alii. *Notre monde actuel*. Montréal: Van Horne, 1976.

CARBONI, Florence e MAESTRI Mário. *A linguagem escravizada*. São Paulo: expressão popular, 2008.

CASIMIR, Jean. *La culture opprimée*. Port-au-Prince: Média-texte, 2006.

CASTEL, Robert. Et maintenant, le “précarier”... Disponível em : http://www2.univ-paris8.fr/fcastaing/IMG/pdf/Microsoft_Word_-_precarier.pdf. Acesso 12 de fev. de 2014.

CASTOR, Suzy. *L'occupation américaine d'Haïti*. Port-au-Prince: CRESFED, 1987.

CENTRE tricontinental. *Les ONG: instruments du néo-libéralisme ou alternatives populaires*. Paris et Montréal: L'Harmattan, 1998.

CHARLIER, Etienne. *Aperçu sur la formation historique de la nation haïtienne*. [1954]. Montréal : Les éditions DAMI, 2009.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

_____. A história no pensamento de Marx, in Atilio A. Boron et. alii (orgs), *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas*. São Paulo: CLACSO / Expressão Popular, 2007.

CHOMSKY, Noam. *Year 501: The Conquest Continues*. Boston: South End Press, 1993.

CINCIR, Amos. “Les Haïtiens, un exemple pour les peuples de la Caraïbe”. 27 de fev. de 2014. Disponível em: <http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/127777/Les-Haitiens-un-exemple-pour-les-peuples-de-la-Caraibe.html#>. Acesso em 02 de mar. de 2014.

CLAPPER, James R. “Statement for the Record Worldwide Threat Accessment of the US Intelligence Community”. Senate Select Committee on Intelligence. Disponível em: <http://www.intelligence.senate.gov/140129/clapper.pdf>. Acesso em 09 de fev de 2014.

COLLIER, Paul. “Haïti: des catastrophes naturelles à la sécurité économique”. Rapport au Secrétaire général de l’Organisation des Nations Unies. Disponível em: http://www.haitimonde.com/capsules/IMG/pdf/Collier_Rapport_sur_Haiti.pdf. Acesso em 22 de jan de 2010.

COORDINATION NATIONALE DE PLAIDOYER POUR LES DROITS DES FEMMES. *Pour la cause des femmes, avançons!* Quebec, 2008.

DAVIS, Ian. “What is the Vision for Sheltering and Housing in Haiti?” 2012. Disponível em: http://onuhabitat.org/index.php?option=com_content&view=article&id=836:what-is-the-vision-for-sheltering-and-housing-in-haiti-main-report&catid=221:noticias&Itemid=527. Acesso em 27 de jan de 2014.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*: Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1997.

DEBRAY, Régis. *Haïti et la France*. Paris : Editions La Table Ronde, 2004.

DESSALINES, Jean-Jacques. *Lois et actes sous le règne de Jean-Jacques Dessalines*. Port-au-Prince : Les Presses Nationales d’Haïti, 2006.

DIMENSTEIN, Gilberto. *Dez lições de sociologia para um Brasil cidadão*. São Paulo: Editora FTD, 2008.

DORSAINVIL, Jean-Claude. *Manuel d’histoire d’Haïti*. Port-au-Prince : Henri Deschamps, 1957

DORVIL, Henri. L’intervention sociale, in Henri Dorvil (sous la direction de). *Problèmes sociaux. Tome IV : Théories et méthodologies de l’intervention sociale*. Québec : Presses de l’Université du Québec, 2007.

DOUCET, Rachelle Charlier. “Ce que tout Haïtien devrait savoir sur la République Dominicaine”. 2012. Disponível em: <http://haiti-refondation-org.over-blog.com/2014/01/ce-que-tout-ha%C3%8Ftien-devrait-savoir-sur-la-republique-dominicaine.html>. Acesso em 07 jan. de 2014)

DOURA, Fred. *Economie d’Haïti : dépendance, crise et développement*. Québec : Ed. Dami, 2003.

DOYLE, Mark. “Haiti cholera epidemic 'most likely' started at UN camp - top scientist”. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/world-latin-america-20024400>. Acesso em 26 de fev. de 2013.

EL PAÍS. “Peru segue sendo rota para entrada de imigrantes haitianos no Brasil”. 2013. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2013/11/18/internacional/1384785504_301622.html. acesso em 02 de fev de 2014.

EL DIARIO. “Repudian en NYC decisión de RD contra hijos de haitianos”. <http://www.eldiariony.com/Repudian-decision-dominicana-contr-hijos-de-haitianos-NYC>. Acesso em 02 de out. de 2013.

EL NUEVO DIARIO. “En RD residen 458 mil 233 inmigrantes haitianos, según censo”. Disponível em: <http://elnuevodiario.com.do/app/article.aspx?id=328676>. Acesso em 12 de jan. de 2014.

ESPACINSULAR. <http://espacinsular.org/spip.php?article17556>. Acesso: 02 out. 2013.

ÉTIENNE, Sauveur Pierre. *L'énigme haïtienne*. Échec de l'État moderne en Haïti. Québec : Mémoire d'encrier/Les Presses de l'Université de Montréal, 2007.

_____. *Haïti : misère de la démocratie*. Paris: Ed. L'Harmattan, 1999.

EVANGELISTA, João Emanuel. *Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno*. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

FERRY, Jules. “Les fondements de la politique coloniale”. Discours prononcé à la Chambre des députés : le 28 juillet 1885. Disponível em: <http://www.contreculture.org/Ferry1885.asp.htm>. Acesso: 01 jan. 2014

FIRMIN, Anténor. *L'effort dans le mal*. Port-au-Prince : Les Éditions Fardin, 2004.

FOUCHARD, Jean. *Les marrons de la liberté*. Port-au-Prince: Editions Henri Deschamps, 1988.

_____. *Les marrons du syllabaire*. Port-au-Prince: Editions Henri Deschamps. 1988b.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. São Paulo: Global editora. 2007.

Fruit of the Loom Statement in Response to Report Regarding Haiti Minimum Wage Issues. Disponível em: www.fotlinc.com. Acesso: 25 dez. 2013.

GAILLARD, Gusti-Klara. *L'expérience haïtienne de la dette extérieure*. Port-au-Prince : Henri Deschamps, 1990.

GALEANO, Eduardo. “Cinco siglos de prohibición Del arcoiris en el cielo americano”. 02 nov. 2010. Disponível em: <http://www.lahaine.org/index.php?p=48952&lhsd=3>. Acesso: 09 dez. 2010.

_____. “Haití: Los pecados de Haití”. 20 jan. 2010 [1996]. Disponível em: <http://servindi.org/actualidad/opinion/21526>. Acesso : 09 dez. 2010.

GENDER ACTION. “Caracol Industrial Park: Social and Gender Impacts of Year One of Haiti’s newest IFI-funded Industrial Park”. Disponível em: <http://www.genderaction.org/publications/caracol.pdf>. Acesso em 10 de dez de 2013.

Gildan vows minimum wage for Haitian garment workers. Disponível em: www.thestar.com/news/world/2013/11/18. Acesso: 25 dez. 2013.

GIRALDI, Renata. “Patriota manda apurar informação sobre cobrança de propina em embaixada no Haiti”. 22 ago. 2013. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-08-22/patriota-manda-apurar-informacao-sobre-cobranca-de-propina-em-embaixada-no-Haiti>. Acesso: 02 out. 2013

GOUVERNEMENT de la République d’Haïti. *Plan d’action pour le relèvement et le développement d’Haïti*, março 2010.

_____. http://www.mefhaiti.gouv.ht/Documents/PDF/exercice_2010-201112-december-2012_08-51-32.pdf. Acesso em 13 de fev de 2014.

GRAMSCI, Antonio. *Caderno do Cárcere vol 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Grosfoguel Ramón, 2006, « Les implications des altérités épistémiques dans la redéfinition du capitalisme global. Transmodernité, pensée frontalière et colonialité globale », in *Multitudes* 26 : 51-74

GRÜNER, Eduardo. “Leituras culpadas. Marx(ismo) e a práxis do conhecimento”, in Atilio A. Boron et ali. *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas*. São Paulo : CLACSO/Expressão popular, 2007.

HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *La technique et la science comme « idéologie »*. Paris : Gallimard, 1968.

_____. *Teoría de la acción comunicativa, Vol I*. Racionalidad de acción y racionalización social. Madrid: Taurus Humanidades, 2001.

_____. *Teoría de la acción comunicativa, Vol.III. Crítica de La razón funcionalista*. Madrid: Taurus Humanidades, 2001.

_____. *A Ética da Discussão e a Questão da Verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *Agir comunicativo e razão destranscendentalizada*. Rio de Janeiro: Edições tempo brasileiro ltda, 2002.

HECTOR, Michel. *Crises et mouvements populaires en Haïti*. Port-au-Prince: Presses Nationales d'Haïti, 2006.

_____. *Syndicalisme et socialisme en Haïti : 1932-1970*. Port-au-Prince : Editions Henri Deschamps, 1989.

_____. Présentation. *Itinéraires*: Revista do Centre de recherches historiques et sociologiques (Crehso), Faculté des sciences humaines/Université d'état d'Haïti. Port-au-Prince: Édition spéciale Bicentenaire, p.3-9, 2004.

HECTOR, Michel; MOÏSE, Claude. *Colonisation et Esclavage en Haïti : Le régime colonial français à Saint-Domingue (1625-1789)*. Port-au-Prince et Montréal : Éditions Deschamps et CIDIHCA, 1990.

HEGEL, Georg W. F. *La raison dans l'histoire*. Paris: 10/18, 2006.

_____. *Princípios da Filosofia do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HÉRARD, Jean-Robert. *Le temps des souvenirs*. Le mouvement démocratique en Haïti 1971-1986. Port-au-Prince : Le Natal, 2005.

HERVÉ, Jean Michel. « Gouvernement Préval/Bellerive: Dans l'exclusion des bailleurs de fonds! », in *Haïti Liberté* Vol. 3 No. 30. 2010. Consulté le 14 octobre 2011

HOBBSBAWM, Eric. Préface, in BAYLY, Chistopher. A. *La naissance du monde moderne (1780-1914)*. Paris : Les Éditions de l'Atelier/Éditions Ouvrières, 2007.

HOFFMANN, Léon-François. *Haïti: Couleurs, Croyances, Créole*. Port-su-Prince: Deschamps, 1990.

HORNBECK, J.F. "The Haitian Economy and the HOPE Act". Congressional Research Service Report for Congress. 24 jul. 2010. Disponível em: <http://fpc.state.gov/documents/organization/145132.pdf>. Acesso: 01 out. 2013

HOUTART, François. *Le défi de la mondialisation pour le Sud*. Port-au-Prince: CRESFED, s.d.

HUGO, Victor. Victor Hugo et l'Afrique ou le mépris paternaliste. Disponível em : <http://www.africultures.com/php/?nav=murmure&no=6206>. Acesso 03 de março de 2014.

HURBON, Laënnec. *Culture et dictature en Haïti*. Paris: L'Harmattan, 1979.

HUSSON, Michel. *Un pur capitalisme*. Lausanne : Éditions Page deux, 2008.

IDB. HAITI. *Development of the Industrial Park Model to Improve Trade Opportunities for Haiti. (HA-T1074). Plan of Operations*. 2009. Disponível em: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=2105389>. Acesso: 27 de dez de 2013.

IDB. Caracol Industrial Park (Phase II). “Productive Infrastructure Program (HA-L1076): Evaluation of the financial and economic viability: Preliminary report”. 2012. Disponível em: <http://www.iadb.org/projectDocument.cfm?id=36850836>. Acesso em 27 de dez de 2013.

INSTITUT HAITIEN DE STATISTIQUE ET D'INFORMATIQUE (IHSI). *Population totale, population de 18 ans et plus, menages et densités estimés en 2009*. Março 2009.

ISAAC, Telésforo. La Insólita Sentencia del Tribunal Constitucional. Disponível em: <http://scharboy2009.wordpress.com/2013/09/28/la-insolita-sentencia-del-tribunal-constitucional/> . Acesso: 01 out. 2013.

JAMES, Cyril Lionel Robert. *Les jacobins noirs*. Toussaint Louverture et la révolution de Saint-Domingue [1938]. Port-au-Prince : Editions Fardin, 2003.

JOSEPH, Marlyne Jenny et alii. Mouvman peyizan ak Sosyete Sivil an Ayiti. *Desalinyen*. Revista da Asosyasyon Inivèsitè ak Inivèsitè Desalinyèn – ASID, Pòtoprens, n. 5, p. 66-75, Nov/des. 2008.

JOUTHE, Ernst. *Catharsis et transformation sociale dans la théorie politique de Gramsci*. Québec : Éd. des presses de l'Université du Québec, 1990.

KLARREICH, Kathie; POLMAN, Linda. The NGO Republic of Haiti. 31 out. 2012. Disponível em: <http://www.thenation.com/article/170929/ngo-republic-haiti#>. Acesso: 29 nov. 2012

LANDER, Edgardo. “Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntricos”:11-40, in Edgardo LANDER (compilador), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires : Clacso, 1993.

LEMOINE, Maurice. *Sucre amer: esclaves aujourd'hui dans les Caraïbes*. Paris : Encre, 1981.

LENINE, Vladimir Ilitch. *Que fazer ? Problemas candentes do nosso movimento*. São Paulo: Expressão popular, 2010.

Léon, Joël. Haïti: première victime de la tentation impériale du Brésil, in <http://www.mondialisation.ca/haïti-premiere-victime-de-la-tentation-imperiale-du-bresil/5337637>. Acesso: em 03 de março de 2014.

LOCKE, John. *Traité du Gouvernement civil*. Edição eletrônica de sua obra realizada por Jean-Marie Tremblay no quadro de "**Les classiques des sciences sociales**". Disponível em: http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html. Acesso:

LOUIS-JUSTE, Jean Anil. *Internacional Comunitária: ONGs chamadas alternativas e Projeto de livre individualidade Crítica à parceria enquanto forma de solidariedade de espetáculo no Desenvolvimento de comunidade no Haiti*. 2007. 353 f. Tese (Doutorado em serviço social). Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

_____. "Université et Citoyenneté en Haïti". Disponível em: <http://www.alterpresse.org/spip.php?article798#.Utx99LTJ1LM>. 15 out. 2003a. Acesso : 08 ago. 2009.

_____. "Crise sociale et Internationale Communautaire en Haïti". Disponível em: <http://www.alterpresse.org/spip.php?article643#.Utx987TJ1LM>. 08 ago. 2003b. Acesso : 08 ago. 2009.

_____. "Nos « ancêtres » communistes" . 17 de dez. de 2004. Disponível em : <http://www.alterpresse.org/spip.php?article2018#.Uw1TN4Vd8v0>. Acesso 25 de fev. de 2014.

_____. "Réforme Universitaire et Révolution Éthico-politique : Pour une nouvelle pratique intellectuelle en Haïti". 11 de abril de 2004. Disponível em : <http://www.alterpresse.org/spip.php?article1323#.Uw9j2IV6Hl0>. Acesso em 27 de fev de 2014.

_____. *Sociologie de l'Animation de Papaye*. Port-au-Prince: FASCH, 1997.

_____. *De la crise de l'Éducation à la Crise de l'éducation*. Port-au-Prince : Imprimeur II, 2003.

LWIJIS, Janil. *Entè /OPD: Kalfou Pwojè*. Port-au-Prince : Imprimeur II, 1993.

MADIOU, Thomas. *Histoire d'Haïti*, tome III (1803-1807). Port-au-Prince: Éditions Henri Deschamps, 1989.

_____. *Histoire d'Haïti*, tome VIII (1843-1846). Port-au-Prince: Éditions Henri Deschamps, 1991.

MANIGAT, Leslie. Da hegemonia francesa ao imperialismo americano: 243-253, In Marc Ferro (org.). *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

_____. *Introduction à l'étude de l'histoire de la diplomatie et des relations internationales d'Haïti*. Port-au-Prince : Média texte, 2003.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo : Expressão popular, 2007.

_____. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. *Le Capital. Livre I, sections I à IV*. Paris: Champs/Flammarion, 1985.

_____. *Le Capital. Livre I, sections V à VIII*. Paris: Champs/Flammarion, 1985b.

_____. Estatutos Gerais da Associação Internacional dos Trabalhadores. Disponível em: <http://marxists.org/portugues/marx/1871/10/24.htm>. Acesso em 26 de fev. de 2014.

_____; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia alemã*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

_____. *Le Manifeste du parti communiste*. Paris: Éditions sociales, 1983.

MATHIEU, Lilian. *Comment lutter ? Sociologie et mouvements sociaux*. Paris: Les éditions Textuel, 2004.

MÉSZÁROS, István. As tarefas à nossa frente. Entrevista István Mészáros. *Debate socialista*, #5, p. 4-21, maio-julho 2009.

_____. *Filosofia, ideologia e ciência social*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

_____. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo editorial, 2007.

_____. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. *Para além do capital*. Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo editorial, 2002.

“Metade dos desempregados brasileiros tem mais de 11 anos de estudo”. Disponível em: <http://economia.terra.com.br/metade-dos-desempregados-brasileiros-tem-mais-de-11-anos-de-estudo,7fb62d8df3391410VgnCLD2000000ec6eb0aRCRD.html>. Acesso: 09 out. 2013,

MINGOLO, Walter D. *La Idea de América Latina*. La herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: gedisa, 2007.

MOÏSE, Claude. *Constitutions et luttes de pouvoir en Haïti*, Tome 2 : De l’occupation étrangère à la dictature macoute (1915-1987). Montréal : Cidihca, 1990.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social*. Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Ed. Cortez. 2002.

MORAZÉ, Charles. *La science et les facteurs de l’inégalité. Leçons du passé et espoirs de l’avenir*. Paris : Unesco, 1979.

MOUTERDE, Pierre. *Quand l’utopie ne désarme pas*. Les pratiques alternatives de la gauche latino-américaine. Montréal: Éditions Écosociété, 2002.

NATIONAL Intelligence Concil. “Global Trends 2030: Alternative Worlds”. Dezembro de 2012. Disponível em: <http://globaltrends2030.files.wordpress.com/2012/11/global-trends-2030-november2012.pdf>. Acesso em 05 de agosto de 2013.

NOUVELLISTE (LE). # 38560, mercredi 27 juillet 2011 ; #38561, jeudi 28 juillet 2011 ; # 38569, jeudi 11 aout 2011 ; #38578, vendredi 26 aout 2011 ; e #38675, 27 janvier 2012.

NURIA revela que Félix Bautista y amigos regalaron millones de dólares a Martelly. Disponível em: <http://www.acento.com.do/index.php/news/14740/56/Nuria-revela-que-Felix-Bautista-y-amigos-regalaron-millones-de-dolares-a-Martelly.html>. 02 abr. 2012. Acesso: 02 jan. 2014.

ORGANIZACIONES de DDHH rechazan sentencia TC y llaman a la solidaridad. Disponível em: <http://scharboy2009.wordpress.com/2013/10/01/organizaciones-de-ddhh-rechazan-sentencia-tc-y-llaman-a-la-solidaridad>. Acesso : 02 out. 2013.

ONU. “ONU advierte sobre medida contra haitianos en la República Dominicana”. Disponível em: www.un.org/spanish/News/story.asp?NewsID=27634#.Uk28dhDyUyc. Acesso: 01 out. 2013.

ÖZDEN, Çağlar. “Brain drain in Latin America”. 5 February 2006. Disponível em : https://www.un.org/esa/population/migration/turin/Symposium_Turin_files/P10_Ozden.pdf . Acesso: 01 de janeiro de 2014.

PDVSA. “Petrocaribe: Solidaridad e integración en marcha”. Disponível em: <http://www.pdvs.com/interface.sp/database/fichero/publicacion/581/14.PDF>. Acesso em 17 de fev de 2014

PÉAN, Leslie J. R. *Économie politique de la corruption*(T.2). L’État marron (1870-1915). Paris : Maisonneuve et Larose, 2005.

_____. *Économie politique de la corruption*. (De Saint Domingue à Haïti 1791-1870). Port-au-Prince : Éditions Mémoire, 2000.

_____. Haïti : L’effet Clifford Brandt junior. Disponível em: <http://www.alterpresse.org/spip.php?article13610#.Us8yzbTiF4s>. Acesso : 28 out. 2012.

PIARROUX, Renaud. Rapport de mission sur l’épidémie de choléra en Haïti. Disponível em : http://medias.lemonde.fr/mmpub/edt/doc/20101210/1452027_1b80_cholera_haiti_rapport_pr_piarroux.pdf. Acesso em 4 de março de 2014.

PIERRE-CHARLES, Gérard. *Radiographie d’une dictature*. Montréal : Presse de L’imprimerie GgÉ Ltée, 1973.

PIOTTE, Jean-Marc. *La pensée politique de GRAMSCI*. 1970. Edição eletrônica de sua obra realizada por Jean-Marie Tremblay no quadro de "Les classiques des sciences sociales". Disponível em: [web:http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html](http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html). Acesso em 10 de abril de 2006.

POGGI, Gianfranco. *A evolução do Estado moderno: uma introdução sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

Promundia Medica. *Le drame d’Haïti : Aide humanitaire... ! Qui en bénéficie ?* 21 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.alterpresse.org/spip.php?article11919#.UsYWS7TiF4s>. Acesso : 02 jan. 2014.

RENÉ, Jean Alix. Hommage à Jean-Jacques Dessalines, Fondateur d’Haïti (à l’occasion du 200ème anniversaire de son assassinat). *Desalinyen*: Revista da Asosyasyon Inivèsitè ak Inivèsitèz Desalinyèn – ASID, Pòtoprens, n. 4, p.64-83, septanm/oktòb 2008.

REPUBLIQUE D'HAÏTI. Comité Interministériel d'Aménagement du Territoire (CIAT). *HAÏTI DEMAIN* : objectifs et stratégies territoriales pour la reconstruction, março de 2010.

_____. *Plan d'aménagement du Nord/Nord-Est* : Couloir Cap-Ouanaminthe. Dezembro de 2012.

RÉSEAU National de Défense des Droits Humains (RNDDH) “12 janvier 2010 - 12 janvier 2014 : Quatre ans de souffrance avec le spectre d'un sombre avenir”. Disponível em: <http://rnddh.org/content/uploads/2014/01/S%C3%A9isme-12-janvier-2014.pdf>. Acesso em 09 de fev de 2014.

ROBERT, Arnaud. “Haïti est la preuve de l'échec de l'aide internationale”. Disponível em : http://www.letemps.ch/Page/Uuid/2a1b8ad0-0bb8-11e0-91f4-4e4896afb502/Ha%C3%AFti_est_la_preuve_de_l%C3%A9chec_de_laide_internationale. Acesso em 4 de mar. de 2014.

ROUMAIN, Jacques. *Analyse schématique 1932-1934*. Editions Idées nouvelles, Idées prolétariennes, 1999.

ROUZIER, Philippe. *Dieux, marchandises et pouvoir: Métamorphoses de la société civile haïtienne*. In Cary HECTOR et Hérard JADOTTE (Sous la dir. de). *Haïti et l'Après-Duvalier : Continuités et ruptures*. Port-au-Prince : Editions Henri Deschamps/CIDIHCA, 1991.

SAAD Filho, Alfredo. *O valor de Marx*. Editora da Unicamp, Campinas, 2011.

SALA-MOLINS, Louis. *Les misères des Lumières*. Sous la Raison l'outrage. Paris : Homnisphères, 2008.

SALVIANO, Murilo. Até breve, Haiti: a história de haitianos traficados ao Brasil. Disponível em: <http://atebrevehaiti.com/>. Acesso em 20 de fev de 2014.

SARKOZY, Nicolas. Allocution de Nicolas Sarkozy, prononcée à l'Université de Dakar. 26 de julho de 2007. <http://www.afrik.com/article12199.html>. Acesso: 03 de março de 2014

SCHÜLER, Stephanie. Haïti, quatre ans après le séisme. Disponível em: <http://www.rfi.fr/ameriques/20140110-haiti-quatre-ans-apres-le-seisme-port-au-prince>. Acesso em 12 de jan de 2014.

SEGUY, Franck. *Globalização neoliberal e lutas populares no Haiti: crítica à modernidade, sociedade civil e movimentos sociais no estado de crise social haitiano*. 2009. 218f. dissertação (Mestrado em serviço social). Universidade Federal de Pernambuco, 2009a.

_____. El terremoto del 12 de enero y su construcción sociohistorica. Disponível em <http://www.anarkismo.net/article/15917>. jan.2010. Acesso: 01 de janeiro de 2014

_____. Haïti: Le séisme du 12 janvier et sa construction socio-historique. <http://alencontre.org/ameriques/amelat/haiti/le-seisme-du-12-janvier-et-sa-construction-socio-historique.html>. jan. 2010. Acesso: 01 de janeiro de 2014

_____. Imaginaire intellectuel et élection en Haïti. Wyclef Jean de A à Z. Agosto de 2010. <http://alencontre.org/ameriques/amelat/haiti/imaginaire-intellectuel-et-election-en-haiti-wyclef-jean-de-a-a-z.html>. Acesso: 01 de janeiro de 2014

_____. Les douceurs de l’esclavage au paradis dominicain. Maio 2009b. Disponível em: http://www.breche.ch/Ecran/HaitiStDom05_09.html ou em: http://anarkismo.wsm.ie/article/13096?author_name=Franck+Seguy&. Acesso : 01 de janeiro de 2014

_____. *Sociologie de la pratique du journalisme à Port-au-Prince*. 2006. 142 f. (dissertação de sociologia). Université d’état d’Haïti, 2006.

SERMEÑO, Ángel y Estela SERRET (coordinadores). *Tensiones políticas de la modernidade*. Retos y perspectivas de la democracia contemporánea. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2008.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A questão agrária na America Latina*. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1976.

SOLIDARITY CENTER. “A post-earthquake living wage estimate for apparel workers in the SONAPI Export Processing Zone”. March 3, 2011. http://www.solidaritycenter.org/Files/haiti_livingwagesnapshot030311.pdf. Acesso: 02 jan. 2014.

ST-ONGE, J.-Claude. *L’imposture néolibérale: marché, liberté et justice sociale*. Montréal: Les éditions écosociété, 2000.

SYSTEME des Nations Unies en Haïti. *Cadre stratégique intégré des Nations Unies pour Haïti*. 2013-2016. Disponível em: <http://www.onu-haiti.org/wp-content/uploads/2011/07/FINAL-Document-ISF-2013-2016.pdf>. Acesso em 26 de jan de 2014.

SZTOMPKA, Piotr. *A Sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

TEIXEIRA, Francisco J. S., OLIVEIRA Manfredo Araújo de (orgs.). - *Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez Editora e Fortaleza: Uece, 1996.

THERBORN, Göran. *Do marxismo ao pós-marxismo?*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

TROTSKY, León. *Escritos latinoamericanos*. Buenos Aires: Ediciones Del IPS. CEIP :León Trotsky”, 2007.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Les racines historiques de l'état duvaliérien*. Port-au-Prince: Deschamps, 1986.

_____. *Silencing the Past. Power and the Production of History*. Boston: Beacon Press, 1995.

_____. *Ti Difé Boulé sou Istoua Ayiti*. Nouyòk: Edisyon Lakansiel, 1977.

TROUILLOT, Lyonel. Haïti : “le Bien et le Mal...” Disponível em : <http://humanitaire.revues.org/881>. Acesso em 31 de jan de 2014.

_____. “L’Exécutif paiera cette folie de la formation, en violation de tout, d’un prétendu Conseil Electoral Permanent”. 19 de ago. de 2012. Disponível em : <http://radiokiskeya.com/spip.php?article9062>. Acesso em 09 de fev de 2014.

UE. L’Union Européenne aide les Caraïbes à prévenir et répondre aux désastres. Disponível em:

http://eeas.europa.eu/delegations/haiti/press_corner/all_news/news/2014/2014_01_29_fr.htm. Acesso em 01 de fev de 2014.

UN Economic and Social Council. Report of the Ad Hoc Advisory Group on Haiti. 2012. Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=E/2012/87. Acesso em 22 de jan de 2014.

UNITED NATIONS System in Haiti. UN Integrated Strategic Framework for Haiti. 2010. Disponível em: <http://www.onu-haiti.org/wp-content/uploads/2011/07/ISF-ENGLISH-VERSION-FINAL-FOR-WEBSITE-v2.pdf>. Acesso em 26 jan de 2014.

_____. UNITED NATIONS in Haiti. Agencies and Partners. Disponível em: <http://www.onu-haiti.org/agencies-partners/>. Acesso em 26 de jan de 2014.

US Government Accountability Office (GAO). Haiti Reconstruction: USAID Infrastructure Projects Have Had Mixed Results and Face Sustainability Challenges. Disponível em: <http://www.gao.gov/assets/660/655278.pdf>. Acesso em 27 de dez de 2013.

VEJA. “Sem mão de obra, Santa Catarina importa haitianos”? Disponível em:
<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/sem-mao-de-obra-santa-catarina-importa-haitianos>.
Acesso em 04 de fev de 2014.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

_____. *Metodologia das ciências sociais*. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

_____. *História geral da economia*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968.

VASQUEZ, Adolfo Sanchez. *Filosofia da práxis*. São Paulo: Expressão popular, 2007.

WOODING, Bridget ; Richard MOESELEY-WILLIAMS. *Inmigrantes haitianos y dominicanos de ascendencia haitiana en la República Dominicana*. Santo Domingo: CID y SJR, 2004

ZEDONG [Tsé-tung], Mao. “Analyse des classes de la société chinoise”. Março de 1926. Disponível em : <http://classiques.chez-alice.fr/mao/analyse.pdf>. Acesso em 28 de fev de 2014.

Anexo 1- Trecho da política geral (páginas 42-58) do primeiro gabinete governamental pós-terremoto, em outubro de 2011, dirigido por Garry Conille.

5.3- EMPLOIS

5.3.1- La stratégie

Mesdames, Messieurs les Parlementaires,

L'emploi couvre le troisième E du quartette du Président Michel Joseph Martelly. Au vrai, on ne stimulera l'emploi qu'en dynamisant l'économie dans tous ses aspects et secteurs d'activité. Il s'ensuit que nous ferons reposer notre politique d'emploi et de création de richesses sur nos principaux atouts, c'est-à-dire :

- l'agriculture et la valeur ajoutée des femmes et des hommes du milieu rural ;
- le logement et la reconstruction;
- le tourisme ;
- le développement transfrontalier ;
- le vêtement et l'industrie légère ;
- la culture et les industries créatives et culturelles.

Longtemps considéré comme le pays le plus pauvre de l'hémisphère occidental, Haïti, à l'heure actuelle, est un pays en crise et cumule des records peu flatteurs en termes de développement humain. Et cette crise économique, sociale, morale et nationale, jointe à l'affaiblissement, la désarticulation et le dysfonctionnement des institutions de l'État et de la société, accentue encore plus le degré de vulnérabilité globale du pays et met à mal toute politique d'emploi envisagée.

L'absence d'une politique économique réelle a surtout engendré une destruction nette des richesses et des emplois, facilité les partenaires commerciaux du pays et conduit à la quasi-disparition de la classe ouvrière et à la massification de la pauvreté en milieu urbain comme en milieu rural.

En outre, la situation de crise qui prévaut au niveau international a déjà eu pour conséquence une baisse des transferts des Haïtiens vivant à l'étranger vers le pays. Cette donnée supplémentaire devra être prise en compte lors de la définition et la mise en œuvre d'un schéma de développement viable devant concilier les aspects économiques, sociaux, culturels et environnementaux.

Ces défis auxquels Haïti doit faire face dans la poursuite des Objectifs du Millénaire pour le Développement (OMD) impliquent que nous redressions l'économie de notre pays, durement atteinte par ces crises à répétition et par les mauvais résultats sociaux, financiers et budgétaires des dernières années. Mon gouvernement entend redynamiser l'ensemble des territoires de la République pour les transformer en milieux économiquement actifs. Toutes

les politiques publiques seront conçues et mises en œuvre de manière à maximiser la création d'emplois durables sur la totalité du territoire et dans tous les secteurs clés. Elles viseront également à garantir les solidarités essentielles à notre société et mieux assurer la place d'Haïti dans la région.

Un des piliers de cette stratégie sera l'établissement de zones économiques intégrées (ZEI). Il s'agira d'apporter un renouveau à la dynamique de pôles d'entreprises dans tout le pays, en favorisant le maillage économique des territoires. Tous les départements seront ainsi valorisés dans une logique de complémentarité et de coopération avec la politique des pôles de compétitivité et celle des pôles d'excellence rurale.

Cette stratégie vise à générer des milliers d'emplois en lançant une révolution de la croissance inclusive.

Les secteurs prioritaires seront supportés par les piliers transversaux suivants:

- La construction et les infrastructures : routes, bâtiments, ports, aéroports, réseaux d'irrigation et de drainage, les réseaux électriques, etc.
- Les Technologies de l'Information et de la Communication (TIC) en tant que moteur de la compétitivité ;
- L'éducation et la formation ;
- La mise en place d'un cadre propice aux affaires, grâce à un partenariat privé-public (PPP) à travers des réformes de politiques publiques et la promotion systématique de l'entrepreneuriat.

Dans ce domaine, mon Gouvernement s'est donné les objectifs suivants:

- Un taux de croissance économique dépassant 9 % l'an en moyenne sur les cinq prochaines années ;
- Un taux d'inflation inférieur à 10%;
- Une forte augmentation de l'emploi formel en créant un million d'emplois directs et un million et demi d'emplois indirects au bout de cinq ans, comparativement à environ 186.000 emplois actuels ;
- La réduction de moitié du nombre de personnes vivant avec moins de deux (2) dollars US par jour;
- La réduction d'un tiers du déficit de la balance commerciale en pourcentage du PIB.

Pour atteindre ces objectifs, mon Gouvernement entreprendra les actions spécifiques suivantes :

- Réforme de l'administration publique haïtienne, en particulier les structures d'appui au système productif ;
- Mise en place des dispositifs financiers susceptibles d'aider à canaliser une partie de l'épargne des Haïtiens vivant à l'étranger et d'autres ressources non encore explorées vers des projets stratégiques rentables ;

- Création des Zones Economiques Intégrées dans le souci de s'assurer que la croissance économique soit socialement et géographiquement équitable ;
- Définition et mise en œuvre d'une politique de développement des compétences (formation technique et professionnelle) de la main d'œuvre et des petits entrepreneurs, en fonction de la demande latente du marché. Cette action devait déboucher sur une réduction sensible du taux de chômage, l'amélioration de la productivité et la compétitivité des entreprises;
- Restructuration de la SONAPI (Société Nationale de Promotion des Investissements) ; création de parcs industriels départementaux avec toutes les commodités nécessaires à leur bon fonctionnement ;
- Adaptation et modernisation des capacités d'appui-conseil des structures de l'Etat, et des instruments de promotion des investissements privés ;
- Accompagnement de la mutation institutionnelle, technique et financière du secteur informel par la mise sur pied d'un vaste programme visant la formalisation des micro-entreprises évoluant dans ce secteur ;
- Elaboration avec le secteur privé, de concert avec les présidents de toutes les chambres de commerce régionales, d'un plan de travail concerté.

Honorables Parlementaires de la 49^e législature,

Ce souci de renforcer les entreprises évoluant dans les secteurs à caractère hautement économique et de faire du dialogue public-privé une passerelle privilégiée pouvant stimuler la croissance de l'économie nationale se traduira par des actions visant à :

- Simplifier les procédures administratives en vue d'encourager l'initiative privée et relancer l'investissement ;
- Moderniser le droit des affaires ;
- Réajuster le dispositif fiscal et douanier ;
- Actualiser le Code des Investissements ;
- Accélérer la résolution des litiges commerciaux ;
- Renforcer la concertation et la communication sur les réformes à entreprendre.

Par ailleurs, le Gouvernement soutiendra la création de nouvelles entreprises industrielles dans les filières porteuses, en accompagnant les promoteurs dans la concrétisation de leurs idées de projet et en favorisant l'émergence des « grappes Industrielles » ou clusters dans les Zones prioritaires ciblées. Dans cette perspective, il s'entretiendra avec le secteur privé pour trouver de nouvelles formules pouvant stimuler l'initiative privée et attirer les investissements directs étrangers.

5.3.2- Agriculture et milieu rural

Distingués Parlementaires

L'agriculture demeure au pays le secteur fort de l'emploi. Après avoir été pendant longtemps le secteur le plus performant de par sa contribution au PIB, le secteur agriculture a

connu, ces dernières années, un déclin progressif et quasi continu. En effet, l'analyse des indicateurs macro-économiques permet de constater de profondes mutations au niveau de ce secteur. Certaines entreprises agro-industrielles relativement florissantes pendant les années quatre-vingt ont dû, sous l'influence d'une combinaison de facteurs internes et externes, cesser leurs activités.

La dégradation continue de l'appareil productif haïtien, tel qu'observée particulièrement dans ce secteur devenu incapable de satisfaire la demande locale de produits agro-alimentaires, a eu comme conséquence une nette progression des importations de produits dérivés depuis le début des années 80. La part de ceux-ci dans les importations totales est en effet passée de 18.3% en 1981 à 26.8% en 2004. Ce taux avoisine les 40% et atteint jusqu'à 80% pour certains produits à l'heure actuelle. Ce déclin a évidemment entraîné un net recul du secteur privé formel qui avait pourtant consenti d'importants investissements dans ce secteur.

En effet, disposant de très peu de capitaux, l'agriculture haïtienne est aujourd'hui faiblement productive et compétitive. Le peu de ressources disponibles est exploité de façon anarchique, alors que la croissance démographique annuelle est d'environ 2,5% dans un secteur où le taux global d'inactivité a été estimé (en 2009) à 51,1%. Les données précédentes continuent malheureusement de s'aggraver. En l'absence d'une politique agricole nettement définie qui tienne compte de ces différents paramètres, la pression s'intensifiera sur les exploitations paysannes et les parcelles ne cesseront pas d'être morcelées. La dispersion de la production et la précarité des infrastructures agricoles rendent pour le moins difficile la valorisation des produits desservant les marchés.

Par ailleurs, durant ces dernières années, l'offre nationale de produits alimentaires a peu varié. La contribution de l'agriculture, de la sylviculture, de l'élevage et de la pêche s'est maintenue autour de 3,3 milliards de gourdes, soit près de 25% du PIB. Haïti importe près de 60 % de ses besoins alimentaires. Le riz qui constitue la base de notre ration alimentaire est importé à près de 80%. Une telle dépendance expose évidemment le pays aux variations de prix des commodités alimentaires sur les marchés internationaux.

De plus, à l'heure actuelle, la pauvreté est deux fois plus élevée en milieu rural qu'en milieu urbain. Le revenu per capita à la campagne n'est que de \$ 400 l'an, comparé à \$ 800 en milieu urbain. La majorité de la population rurale a faiblement accès à l'éducation, aux soins de santé, à l'eau potable et à l'électricité. Des trois (3) millions de personnes souffrant d'insuffisance alimentaire, 77% vivent en milieu rural.

Ce constat navrant de l'échec de l'agriculture traditionnelle a fait l'objet d'études et de propositions de solutions par le dernier gouvernement, travaillant de concert avec la communauté internationale. Il en est sorti la publication d'un document intitulé Politique de développement agricole (2010-2025), assorti d'un plan national d'investissement agricole couvrant la période 2010-2015.

Soulignons que la vision du Président ne se démarque nullement des grandes lignes de la politique agricole proposée. Toutefois, il est important de noter qu'elle est guidée par un autre paradigme, positif et dynamique, à savoir CREER LA RICHESSE au lieu de simplement « lutter contre la pauvreté » comme le propose le DSNCRP.

Élu sous la bannière du parti « Repons Peyizan », le Président Martelly est particulièrement sensible au renforcement du secteur agricole. Il est clair que l'agriculture haïtienne ne peut pas encore, en l'état, générer les ressources propres pour relancer sa croissance. Pour faciliter le décollage de ce secteur et encourager l'investissement privé, un financement externe des investissements agricoles garanti par l'État haïtien sur une période d'au moins dix (10) ans est envisagé.

Mon gouvernement à promouvoir un système de production agricole rentable pouvant garantir un revenu acceptable aux producteurs. Dans cette perspective, la priorité sera accordée à l'agriculture au sens large, pour accélérer la croissance, lutter plus efficacement contre la pauvreté et la cherté de la vie. A cet égard, mon Gouvernement prévoit la mise en place d'un dispositif qui structure l'ensemble des programmes agricoles et assure la valorisation du potentiel des différentes zones agricoles. Une emphase particulière sera mise sur la reprise des activités de la Banque de Crédit Agricole, comme outil de financement des activités et de renforcement des capacités des producteurs.

Enfin, un important soutien logistique et financier sera également apporté au développement des chaînes de valeur agricoles, (transport, engrais, équipements agricoles etc.). Ceci aura la vertu d'encourager le développement des pôles de croissance et des zones économiques spéciales, en tenant évidemment compte des caractéristiques des Zones (climat, produits), dans le but de faciliter à ces produits l'accès au marché et maximiser les externalités positives et les liens intersectoriels. Ces zones économiques spéciales auront un statut juridique particulier qui les rende plus attractives pour les investisseurs tant nationaux qu'étrangers et offriront des facilités aux entreprises qui s'y installeront.

Cette valorisation des immenses potentialités des diverses régions du pays aboutira indubitablement à la création massive d'emplois et de richesses, au désengorgement des villes et à la réduction de la délinquance.

Objectifs spécifiques. Afin d'assurer aux populations une alimentation en quantité et en qualité suffisantes et aux producteurs de denrées alimentaires des revenus décents, le Gouvernement s'est fixé entre autres les objectifs spécifiques suivants :

- Eliminer les blocages au niveau du foncier surtout dans les zones de conflits terriens à répétition par la révision du cadre juridique et réglementaire en matière foncière ;
- Augmenter de 50% le revenu per capita rural;
- Réduire de 25% la dépendance alimentaire pour atteindre un taux d'autosuffisance de 60% au bout des cinq prochaines années;
- Accroître la productivité des populations rurales par le renforcement de l'organisation et de la capacité des acteurs ;

- Mettre en œuvre un Plan global de mécanisation agricole ;
- Encourager un partenariat actif entre les producteurs agricoles et les micros, petites et moyennes entreprises agro-industrielles ;
- Faciliter l'accès au crédit des promoteurs agricoles et des groupements de jeunes désirant se lancer dans l'agriculture en développant des mécanismes innovants de nantissement des titres de propriété ; renflouer les banques de crédit agricole par des fonds de garantie et de contre-partie suffisants ;
- Réaliser des infrastructures hydro-agricoles (grande et petite irrigation) dans la perspective d'une augmentation significative de la production agricole d'ici 2015 ;
- Augmenter la production locale de riz de manière à couvrir les deux tiers (2/3) de la consommation nationale.

Principales actions. Pour atteindre ces objectifs, le gouvernement s'assurera de :

- Promouvoir l'intensification de la production dans les zones appropriées particulièrement en plaine ;
- Augmenter la valeur ajoutée des produits agricoles issus des filières porteuses ;
- Faciliter la croissance des filières génératrices d'emploi et de richesses ;
- Améliorer l'organisation, la sécurisation et le développement des marchés agricoles ;
- Protéger l'environnement et la biodiversité ;
- Améliorer la gouvernance du secteur ;
- Transformer le cadre réglementaire et légal et adapter le cadre macroéconomique ;
- Encourager la mécanisation des outils agricoles ;
- Fournir un accompagnement financier aux producteurs agricoles.

Mon Gouvernement misera sur le développement des infrastructures agricoles

Les infrastructures hydro-agricoles. Les infrastructures d'irrigation et les systèmes de gestion des périmètres irrigués seront améliorés et étendus. En effet, des systèmes d'irrigation dégradés couvrant 30,000 ha seront réhabilités, tandis que de nouveaux seront construits sur 40,000 ha. Dans la perspective de rétablir un certain équilibre territorial, ces nouveaux périmètres sont déjà identifiés principalement dans des régions du pays traditionnellement laissées pour compte telles que : Savane Diane dans le Centre; la Plaine de Maribaroux, la Plantation Dauphin dans le Nord-est; la Plaine des Baconoix dans les Nippes; le Farwest dans le Nord-ouest.

La superficie totale des terres arrosées passera de 50,000 à 120,000 ha à la fin des 5 années du mandat présidentiel. Dans les nouveaux périmètres, l'implantation de colonies agricoles sera encouragée. Ces structures permettront d'offrir progressivement les services de base à la population rurale (électricité, école, eau courante, etc.).

Les systèmes d'irrigation fonctionnels seront entretenus par un curage des canaux d'irrigation et un drainage régulier. Vu l'importance stratégique de la vallée de l'Artibonite (34,000 ha de terres irriguées), il sera réalisé le drainage de la partie aval de cette région, le dragage du delta du fleuve et le curage de la rivière Salée. Ces travaux sont indispensables pour freiner la salinisation des terres et améliorer la productivité des sols. En réduisant les inondations surprises, on améliore la sécurité des vies et des biens, notamment dans la zone de Grande Saline. Ces travaux, pourtant indispensables, n'ont jamais été réalisés depuis l'aménagement de ces systèmes entre 1950 et 1954. Or, à eux seuls, ils permettront d'augmenter l'offre agricole de la région de plus de 30% globalement.

Des centaines de lacs collinaires, des milliers de citernes individuelles et des dizaines de barrages de retenue sur les rivières surplombant des espaces exploitables seront aménagés pour renforcer l'aquaculture et développer l'agriculture intensive.

Amélioration et extension des voies d'accès agricoles. Afin d'augmenter la rentabilité des exploitations et d'éliminer progressivement le gaspillage des produits agricoles qui pourrissent sur les sites de production, faute d'accès rapides aux lieux de commercialisation, il sera entrepris un vaste programme de réhabilitation et de percement de routes, de pistes agricoles et de chemins muletiers majoritairement sur la base de travaux à haute intensité de main d'œuvre (HIMO). A cet égard, 850 km de routes agricoles seront réhabilités dans tout le pays ; 1500 km seront construits, dans les zones d'intervention suivantes : les plaines du Nord-est, du Nord, le Plateau Central, le grand périmètre de l'Artibonite, le Sud-est, les Nippes, le Nord-ouest, le Sud-ouest.

Le Développement des Filières constituera un autre élément clé de notre politique agricole. La mise en valeur des réserves foncières du pays (Nord, Nord-est, Plateau Central) par la création d'exploitations agricoles modernes sera fortement encouragée. Les exploitations agricoles importantes qui sont délaissées depuis quelques années (plaine des Cayes/Cavaillon, Léogane/Cul-de-Sac/Arcahaie, Plaine du Nord) seront reprises.

Toutes les filières en rapport avec la production agricole seront adressées : les céréales, l'agroforesterie, l'élevage, la pêche et l'aquaculture, etc. Et par voie de conséquence nous prendrons les dispositions pour assurer la promotion de l'agro-industrie et ouvrir aux planteurs l'accès à la mécanisation et aux intrants agricoles.

5.3.3- Tourisme

Si Haïti a été l'un des premiers pays de la région Caraïbe à avoir compris l'importance du tourisme dès le début des années 1950, il n'a fait depuis lors qu'accumuler du retard par rapport à ses voisins. A l'heure actuelle, ce secteur d'activité ne contribue que très peu au PIB, comparativement aux autres pays de la Caraïbe. Pourtant, Haïti se trouve au cœur de la région, entre quatre pays (Les Bahamas, Cuba, La Jamaïque et la République dominicaine) qui reçoivent cumulativement par an plus de quatorze millions de visiteurs y dépensant dix-sept milliards de dollars américains.

Les multiples convulsions politiques, la mauvaise image projetée au reste du monde, les conseils négatifs aux voyageurs émanant des pays émetteurs, ont grandement contribué à éloigner de nos côtes les touristes étrangers et même une grande partie des compatriotes vivant à l'étranger

A partir de 2007, cependant, nous avons observé un certain regain de l'activité touristique avec l'arrivée dans le pays de près de 300 000 touristes de séjour provenant en grande partie de la diaspora haïtienne. Cette timide relance a subi un arrêt brutal avec notamment les « émeutes de la faim » d'avril 2008 qui ont été suivies de quatre cyclones meurtriers. Le séisme du 12 janvier 2010 a tout fait basculer. De nombreuses chambres d'hôtels ont été détruites, notamment à Port-au-Prince et à Jacmel.

Par contre, le site de Labadie dans le Nord continue d'attirer beaucoup de croisiéristes venus de partout. En 2011, Labadie recevra près de 600.000 excursionnistes qui généreront des redevances de l'ordre de six (6) millions de dollars pour le Trésor Public.

Des mesures incitatives doivent être prises pour encourager les investissements dans des secteurs porteurs et complémentaires au Tourisme qui, par leur effet multiplicateur, seront créateurs d'emplois et de richesses. Avec un tourisme florissant, l'agriculture, l'artisanat et la construction immobilière seront prospères. Ces industries étant liées, elles deviendront des piliers de développement réel si elles peuvent bénéficier d'un encadrement de l'État.

En dépit de nos contre-performances, Haïti a un produit touristique unique et peut se bâtir des avantages concurrentiels de taille dans la Caraïbe. En effet, plus d'un s'accorde à penser qu'à travers un tourisme alternatif à caractère plus historique, plus culturel, plus social et plus écologique, Haïti peut innover et devenir une destination fascinante.

Le gouvernement entend faire du tourisme un pilier du développement durable d'Haïti. A cette fin, nous nous engageons à encourager et à mettre en œuvre des projets innovants, axés sur les fondamentaux de l'humain et de l'écologique.

Par des actions concrètes, nous allons renforcer la capacité des professionnels du secteur, valoriser le potentiel des différentes régions du pays et promouvoir le tourisme responsable* comme vecteur de développement des collectivités territoriales.

Honorables parlementaires,

Le tourisme est aujourd'hui une industrie en pleine expansion à l'échelle internationale, en dépit des nombreuses crises économiques et financières qui ont secoué la planète au cours de cette dernière décennie. Mais, c'est aussi un marché très compétitif. Pour qu'Haïti se positionne favorablement comme destination dans la zone Caraïbe, il nous faudra non seulement attirer beaucoup d'investissements directs étrangers pendant ces quatre (4) prochaines années, notamment dans le secteur de l'hôtellerie*, mais surtout renforcer les structures organisationnelles du secteur. En ce sens, un Office du Tourisme sera mis en place dans chaque département géographique, d'ici 2012, afin de faciliter une meilleure

gouvernance, une meilleure coordination des actions et une meilleure définition du rôle des acteurs au niveau du secteur. Dans le cadre d'un partenariat public/privé/ associatif, une (1) Ecole Supérieure de Formation pour les Métiers du Tourisme sera ouverte, d'ici 2015, dans les quatre grandes régions/ destinations, privilégiées dans le Plan Directeur Tourisme à savoir, le Sud-est, la Côte des Arcadins, le Grand Nord et la Côte Sud. Ce qui devra permettre une amélioration continue des compétences et des services au niveau du secteur.

Honorables parlementaires,

Le tourisme exige de la planification qui suppose aussi l'accès à l'information. Or, l'un des plus grands problèmes auxquels est confrontée Haïti en matière de compétitivité c'est justement le déficit d'information. C'est pourquoi, sous l'impulsion du Ministère du Tourisme, un Observatoire National du Tourisme sera créé dès 2013 avec pour mission essentielle de suivre et d'étudier l'évolution du secteur à l'échelle nationale.

De plus, un encadrement systématique sera fourni aux associations locales travaillant dans les domaines de l'éco-tourisme et de l'économie solidaire. Des projets de construction de villages agro-touristiques dans les zones rurales seront soutenus et encouragés afin de stimuler l'économie locale. Des aires protégées seront construites dans des zones à fort potentiel touristique et agricole de manière à créer de nouveaux sites d'attraction à partir des actions de réhabilitation et de protection de l'environnement.

Honorables parlementaires,

Les actions qui seront mis en œuvre par le gouvernement permettront de replacer, de manière durable, Haïti sur la carte touristique mondiale.

Les projets prioritaires

- Mise en place d'un Office du Tourisme dans chaque département géographique du pays.
- Ouverture de 4 Ecoles supérieures de Formation pour les Métiers du Tourisme
- Création de l'Observatoire National du Tourisme
- Construction dans le cadre d'un partenariat Ministère du Tourisme/ Ministère de l'Environnement de deux (2) aires protégées dans la zone de la Côte des Arcadins et dans le département de la Grand'Anse dans une perspective de préservation des éco-systèmes marins de ces régions.

Objectif général. L'objectif général du prochain gouvernement sera de faire d'Haïti une destination touristique de choix et de capter une part du marché touristique des Grandes Antilles.

Objectifs spécifiques. Les objectifs spécifiques du gouvernement seront:

- L'augmentation sensible du nombre de touristes visitant Haïti en captant 10%

du marché touristique des Grandes Antilles.

- Le développement de trois pôles touristiques dans les régions à fort potentiel touristique qui seront organisées en Zones Economiques Intégrées (ZEI) : le Nord, le Sud-est, le Sud et la Grande Anse, en créant de nombreux autres petits pôles comme Belle Anse, Aux Ananas, Pestel, Aquin, Abricots, Gelée, Port-Salut, Ile à Vache, Grotte Marie-Jeanne de Port-à-Piment, Petite Rivière de l'Artibonite, Forêt des Pins, Seguin, Chouchou Bay, Phaéton, Plaine du Bord, etc.

5.3.4- Le Logement et la reconstruction

Honorables parlementaires,

Les problèmes d'Haïti en matière de logement, tant en quantité qu'en qualité, n'ont pas débuté avec le tremblement de terre. Bien avant cette catastrophe, le droit des citoyens à un logement décent, tel que stipulé dans l'article 22 de notre Constitution, n'était pas concrétisé. Certains facteurs, dont le cadre légal, le cadastre, le non-respect des droits de propriété, le faible pouvoir d'achat, ont découragé les entreprises en développement immobilier et encouragé la prolifération d'abris de fortune, particulièrement dans les zones métropolitaines de nos principales villes, ne respectant aucune norme de gestion de risques et désastres, mettant ainsi la vie de nos concitoyens en danger perpétuel.

Pour bien saisir les enjeux de la reconstruction, il faut partir du fait que les estimations les plus réalistes donnent un ordre de grandeur d'un besoin de construction de 300 000 logements qui permettraient, d'une part, de résorber les logements insalubres et, d'autre part, de faire face à la croissance démographique.

A la réalité des chiffres, il faut ajouter un autre élément qui accentue le défi. L'ancien « système » de production de logement a livré des produits de qualité approximative et ceci dans tous les segments du marché de l'habitat : celui des faibles revenus, celui des revenus moyens et celui des revenus élevés, ce qui explique que la catastrophe ait frappé tout le monde.

Le défi est de créer un nouveau système de production de logements pouvant fournir à la population des unités de logement adéquates, parasismiques et résistants aux cyclones de catégorie 4 et 5. Ces logements doivent être localisés dans des espaces protégés des inondations, éboulements et autres catastrophes naturelles.

Le nouveau système de production de logements devra reposer sur les quatre (4) principes suivants :

- Développement économique ;
- Durabilité ;
- Equité ;
- Accessibilité

Face à ces défis, le Gouvernement de la République s'est fixé des objectifs ambitieux dans le court, le moyen et le long terme et a défini des stratégies permettant de les atteindre.

Mon Gouvernement offrira un cadre de vie décent à l'ensemble de la population haïtienne et un cadre de travail agréable pour les fonctionnaires publics. A ceux qui auront souffert des conséquences du séisme ou d'autres catastrophes naturelles, il s'agira de fournir les moyens de reconstruire en mieux leurs communautés respectives et d'y apporter enfin la fourniture de services, i.e. eau et assainissement, drainage, électricité, police, sans oublier les opportunités de gagner un revenu. A ceux situés sur les parties du territoire qui n'ont pas été atteintes, nous voulons offrir la possibilité d'améliorer leur habitat, en leur apportant lesdits services.

Objectifs spécifiques. Les objectifs spécifiques qui seront poursuivis sont les suivants :

- Retourner les personnes déplacées, estimées à 600,000, vers leurs communautés d'origine ou vers de nouvelles communautés ;
- Fournir des logements sociaux de qualité à la population soit en appuyant les familles à reconstruire mieux ou bien en créant des incitations ;
- Créer de nouveaux quartiers, villages et villes en périphérie de la zone métropolitaine de Port-au-Prince et dans d'autres communes du pays, particulièrement dans les zones économiques intégrées ;
- Réhabiliter des quartiers existants ;
- Encourager l'investissement privé dans les grands projets de développement immobilier ;
- Créer de l'emploi et de l'expertise dans le domaine de la construction de logement.

Principales actions. Il conviendra :

- De finaliser le déblaiement de débris
- D'élaborer une politique claire de (re)construction sans laquelle aucun programme d'envergure ne peut fonctionner.
- De mettre en place une entité en charge de la préparation des normes et règlements devant régir la chaîne de valeur de construction de bâtiments, de l'application de ces normes et règlements, de la certification des intervenants dans cette chaîne de valeur, de la régulation et de la supervision du secteur.
- D'appuyer le **projet pilote 16/6** visant à relocaliser, de manière humaine et digne, les déplacés de six camps pour un nombre de personnes estimé à plus de 30 000, en vue de bien maîtriser le processus pour pouvoir l'étendre à tous les déplacés
- De reconduire, réaménager et de renforcer la Commission Intérimaire pour la Reconstruction d'Haïti afin qu'elle puisse pleinement remplir son rôle.

Mon Gouvernement s'attachera à la restitution des missions premières de certaines institutions comme l'ONL ou Office National du Logement, l'EPPLS ou Entreprises

Publiques de Promotion des Logement Sociaux, etc. et incitera les Banques d'Epargne et de Logements (BEL) à jouer pleinement leur rôle de promoteurs de l'investissement immobilier.

5.3.5- Vêtement et Industrie Légère

Il y a encore quelques décennies, les secteurs manufacturiers et industriels étaient sources d'emplois pour Haïti, que ce soit dans le textile, l'électronique, les mines, l'agro-industrie, etc... Des années d'instabilité et de crises politiques et sociales ont entraîné une nette réduction au niveau de ces secteurs de l'économie du pays, tant en pourcentage du produit intérieur brut qu'en nombre d'emplois formels.

Durant les trente dernières années, Haïti n'a pas pu profiter des avantages commerciaux qui lui ont été accordés dans le cadre d'accords bilatéraux et multilatéraux ou dans le cadre de son statut de pays moins avancé. Les législations « Haitian Hemispheric Opportunity through Partnership Encouragement » (Hope) et « Haïti Economic Lift Program (Help) avec les Etats-Unis et les Accords de Partenariat Economique (APE) avec l'Union Européenne comportent des bénéfices qu'il conviendrait pour Haïti de bien exploiter.

Les principaux obstacles au développement du secteur de l'habillement sont :

- l'indisponibilité d'espaces de production
- la déficience en infrastructures modernes (portuaires, routières, aéroportuaires et énergétiques) tant à la capitale que dans toutes les villes de province
- l'absence d'entreprises de production de matières premières en amont et en aval de la confection (tissu, teinture, fil, élastique, étiquettes, rubans, cintres, emballages, etc.)
- la déficience dans la qualité des services de base sur toute l'étendue du territoire (écoles, hôpitaux, pompiers, loisirs, etc...) notamment dans les villes de province.

Les besoins d'emplois étant tellement importants aujourd'hui, Haïti ne peut se payer le luxe de rejeter les demandes d'établissement d'entreprises desservant les marchés de masse et exigeant de bas salaires. Cependant, il est indispensable que nous ayons une stratégie sur le moyen terme qui visera à faire progresser notre industrie de sorte qu'elle devienne créatrice, novatrice, intégrée et compétitive, ciblant des marchés de moyenne ou de haute gamme, payant par conséquent des salaires nettement plus élevés. Par ailleurs, c'est l'effet d'entraînement de l'industrie de masse qui favorisera les investissements en amont et en aval de la confection pour assurer cette transition jusqu'à la commercialisation.

Nous ne saurions terminer cette section sans nous adresser aux problèmes des réseaux des petits métiers.

Le nombre de tailleurs, de cordonniers, de couturières s'est considérablement réduit depuis l'invasion des « pèpès ». Les vraies victimes de cette réduction sont les employés des ces micro-entreprises.

L'un des piliers de la politique économique de ce gouvernement étant la création d'emplois, nous orienterons notre politique commerciale avec l'objectif de renforcer la production locale. Les tailleurs, les couturières et les maîtres cordonniers sont des micro-entrepreneurs. Nous les encouragerons à s'organiser en réseaux à travers le pays et à créer de véritables filières. Nous leur assurerons des incitations à l'investissement à travers un accès privilégié aux intrants, aux équipements, à la formation technique, au financement et surtout aux marchés.

Anexo II- Leilão público a favor de MOLE ST NICOLAS



**APPEL PUBLIC A MANIFESTATION
D'INTERET POUR LA VALORISATION
ECONOMIQUE DE LA ZONE DU MOLE
ST NICOLAS (Nord-Ouest, Haiti)**

Les propositions des promoteurs/investisseurs intéressés devront être déposées le **lundi 24 mars 2014** avant 15 heures au siège du Ministère de l'Economie et des Finances (MEF) sis au numéro 5, Avenue Charles Sumner, Port-au-Prince, Haiti

**APPEL PUBLIC A MANIFESTATION
D'INTERET POUR LA VALORISATION
ECONOMIQUE DE LA ZONE DU MOLE ST
NICOLAS (Nord-Ouest, Haiti)**

Port-au-Prince, le jeudi 9 janvier 2014

L'Etat haïtien, représenté par le Ministère de l'Economie et des Finances (MEF), lance un appel public à manifestation d'intérêt pour la sélection de promoteurs / investisseurs privés désireux de s'engager dans un plan de valorisation économique de la zone du Mole St Nicolas, incluant l'aménagement et la gestion d'un port en eau profonde, d'un parc industriel, d'installations et d'activités touristiques, de zones agro-écologique, de facilités énergétiques et de services connexes.

Les promoteurs / investisseurs sont invités à soumettre une ou

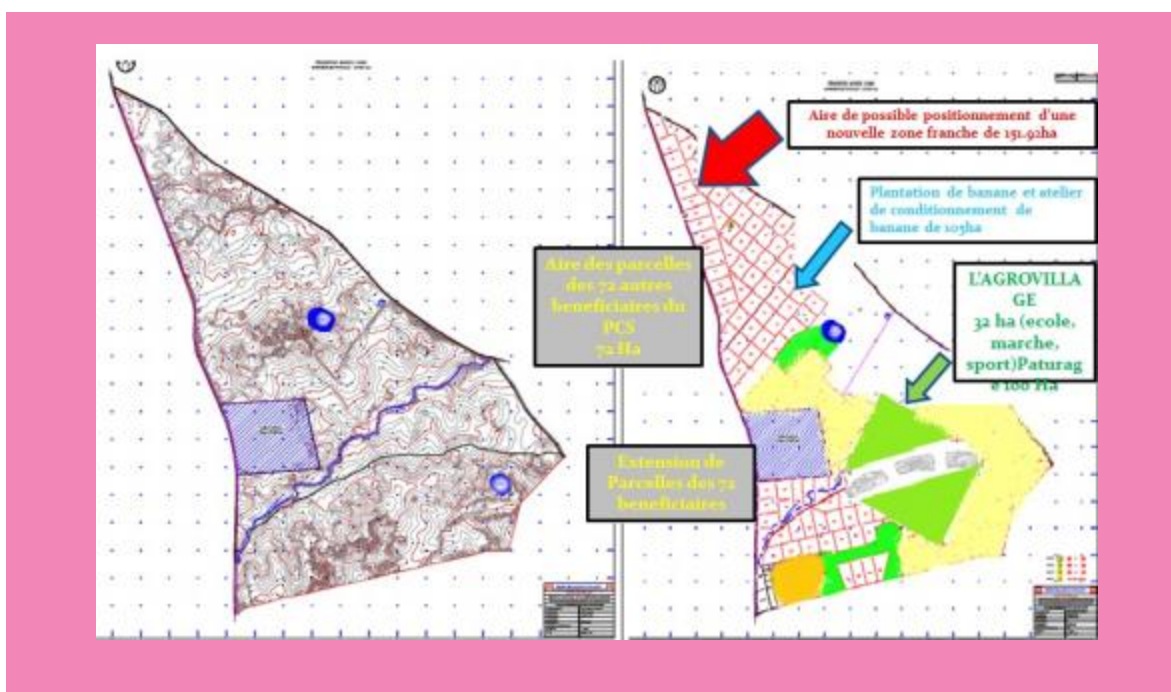
plusieurs de ces options d'investissement, inspirées de l'esquisse d'aménagement proposé ci-dessous.

Le document d'orientation stratégique, élaboré à l'intention des demandeurs, peut être consulté à la Direction des Affaires Juridiques du Ministère de l'Economie et des Finances (MEF) ou sur le site internet www.mefhaiti.gouv.ht

Les propositions des promoteurs/investisseurs intéressés devront être déposées le lundi 24 mars 2014 avant 15 heures au siège du Ministère de l'Economie et des Finances (MEF) sis au numéro 5, Avenue Charles Sumner, Port-au-Prince, Haïti

Wilson LALEAU
Ministre de l'Economie et des Finances (MEF)

ANEXO III- Projeto econômico e social Morne Casse



**Morne Casse, Commune de Ferrier (Nord-Est) un
projet économique et social**

**PLAN DE COMPENSATION SOCIALE:
PROJET AGROVILLAGE MORNE CASSE**

Historique du Projet:

- Novembre 2002, octroi d'un bail à ferme sur 46ha 44 à la Compagnie de Développement Industriel S.A.

- Caractère social de l'investissement consistant en la réinsertion sociale de plus de 174 familles travaillant et vivant sur le site, à savoir :

- 1) Payer des indemnités aux agriculteurs travaillant sur le site (ce qui a été fait de 2002 à mi -2004)

- 2) Payer des indemnités d'expropriation aux propriétaires des terrains (ce qui a été fait de 2002 à mi -2004)

- 3) Trouver un autre site pour loger les déplacés de l'habitation Pitobert à Morne Casse

- 4) Construire des logements aux familles déplacées.

- 5) Distribuer des terres aux agriculteurs pour pouvoir continuer leurs activités.

Contenu du projet:

- 0.5 hectare de terres pour chaque bénéficiaire (172) avec possibilité de créer son propre jardin familial

- 100 maisons , avec espace réservé pour écoles, dispensaire, église et autres équipements collectifs

- Création d'une société anonyme entre les bénéficiaires pour produire de la banane organique sur 100 hectares

- 150 hectares réservés pour parc industriel

- Espaces réservés pour activités de transformation du lait, élevage de porcs

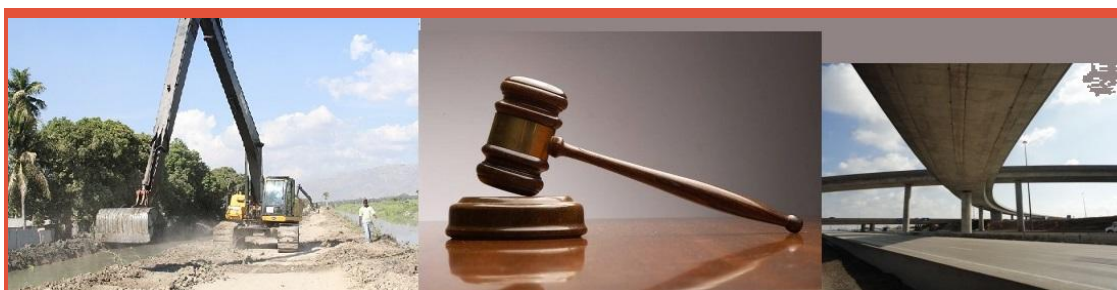
- 4000 emplois potentiels environ

Montant estimé des investissements : 369 millions gdes

Avancement a date:

- Validation de l'étude avec les bénéficiaires et les autorités régionale et départementale
- Engagement pris par l'UCLBP et la FAES en vue de la construction de 100 maisons
- Validation en cours par le CNE pour commencer avec le relevé topographique et le terrassement
- Société anonyme des bénéficiaires est en cours de formation
- Société déjà en liste pour développer un grand Parc Industriel sur les espaces réservés pour un projet de micro parc-industriel

Anexo IV- O Ministério da Fazenda explicando as expropriações em curso no país



Le Ministère de l'Economie et des Finances
fait le point sur le processus d'expropriation
en cours à travers le pays, de manière à
activer l'exécution des travaux
d'infrastructure associés.

Port-au-Prince, le 5 Decembre 2013

Le Ministère de l'Economie et des Finances, et le Comité
d'expropriation Coordonné par le Secrétaire d'Etat à la Réforme

Fiscale, M. Ronald Décembre, ont effectués une rencontre de travail ce 5 Décembre 2013 avec la firme Dominicaine Estrella, le Ministère des Travaux Publics Transports et Communication, représenté par son Secrétaire d'Etat M. Philippe Cineas, et M. Michel Présumé, l'ingénieur du Comité, pour passer en revue la gestion de la firme Estrella et aborder les problèmes d'expropriation liés aux projets d'infrastructures en cours.

Cette réunion a été l'opportunité de faire un état des lieux des divers projets en cours de réalisation à travers le pays :

1- L'Aéroport des Cayes (Sud) dont le montant d'expropriation s'élève à 435 millions de Gdes, est en cours depuis plusieurs mois. Cette rencontre a été l'opportunité de trouver avec toutes les parties prenantes une formule qui permettrait de réduire le cout de l'expropriation et établir des mécanismes à mettre en œuvre pour activer les travaux.

Malgré les divers efforts des autorités locales pour sensibiliser la population à la méthodologie utilisée pour exécuter légalement les expropriations partagées en quatre (4) blocs, certains riverains non détenteurs de titres de propriétés légaux ralentissent l'expropriation du bloc B. Le bloc A, déjà exproprié, a couté à l'Etat haïtien 40.5 millions de Gdes, tandis que le bloc C et D devrait avoisiner un décaissement de 214 millions de Gdes en indemnités.

Le 11 Décembre, une commission spéciale du MEF sera dépêchée aux Cayes pour un dernier état des lieux.

2- Le Viaduc de Carrefour, où 88 propriétaires de maisons sont à indemniser pour un total de 60 millions Gdes. Le processus enclenché le 28 Octobre est en cours et les lettres de notification aux propriétaires déjà distribués pour exiger le dépôt des titres chez un Cabinet de notaire de la place pour analyse, avant toute autorisation de décaissement du montant d'indemnisation.

Une séance publique est prévue pour le samedi 14 Décembre à 10AM à la Mairie de Carrefour, afin d'informer les riverains de la grille adoptée pour l'évaluation de la fixation des montants.

3- Le Viaduc de Delmas, où une centaine de maisons sont concernées par l'expropriation déjà en cours, et qui a été évaluée à 194 millions Gdes. A cet effet, les lettres de notifications sont en train d'être distribuées.

Pour les riverains réticents à la procédure de déguerpissement,

un délai ne dépassant pas le 11 janvier 2014 a été fixé pour finaliser le processus. Par conséquent, le lundi 11 Décembre 2013 une ordonnance sera envoyée par voie d'huissier en guise de dernière injonction, le démolissage des maisons étant prévu pour le 14 Janvier 2014.

4- La portion de route Hinche – St Raphael, dont le processus d'expropriation est à sa deuxième phase, et pour lequel 114 millions Gdes ont déjà été mobilisés. Les lettres aux propriétaires ont déjà été livrés et les fonds déjà disponibles à la Direction Départementale de Hinche du MEF pour exécuter les indemnités, moyennant une stricte vérification de l'authenticité des titres déposés.

5- La portion de route Gonaïves (Carrefour Joffe) – Bigot, pour laquelle l'évaluation d'indemnisation est déjà faite par le Comité d'Expropriation. Le processus légal sera mis en branle prochainement, de manière à avancer rapidement avec l'expropriation et libérer les travaux d'infrastructure.

Reference:

le Comité d'Expropriation a été créé par la Loi du 5 Avril 1987 et est composé par le Ministère des Travaux Publics Transport et Communication (MTPTC), la Direction générale des Impôts (DGI), le Ministère de l'Economie et des Finances (MEF), le Ministère de l'Intérieur et des Collectivités Territoriales (MICT), le Maire de la Zone concernée et le Ministère de l'Agriculture, des Ressources Naturelles et du Développement Rural (MARNDR)

Anexo V- Exemplo de leis expropriando camponeses em prol do capital transnacional



NUMÉRO SPÉCIAL

SOMMAIRE

- ARRÊTÉ DÉCLARANT ZONE RÉSERVÉE ET ZONE DE DÉVELOPPEMENT TOURISTIQUE LE TERRITOIRE DE LA COMMUNE DE L'ÎLE-À-VACHE.
- ARRÊTÉ DÉCLARANT D'UTILITÉ PUBLIQUE, DANS LES COMMUNES DES CAYES, DE CAMP-PERRIN, DE DUCHITY, DE BEAUMONT, DES ROSEAUX ET DE JÉRÉMIE, LA SURFACE DÉLIMITANT LE TRONÇON DE ROUTE RELIANT LES CAYES À JÉRÉMIE.
- ARRÊTÉ DÉCLARANT D'UTILITÉ PUBLIQUE, DANS LES COMMUNES DE PETITE RIVIÈRE DE NIPPES, ANSE À VEAU ET PETIT TROU DE NIPPES, LA SURFACE DÉLIMITANT LE TRONÇON DE ROUTE RELIANT PETITE RIVIÈRE DE NIPPES À PETIT TROU DE NIPPES.
- ARRÊTÉ DÉCLARANT D'UTILITÉ PUBLIQUE, DANS LA COMMUNE DES GONAÎVES, LA PORTION DE TERRAINS DEVANT SERVIR À LA CONSTRUCTION DU TRONÇON DE ROUTE RELIANT BIGOT À CARREFOUR JOFFRE.
- ARRÊTÉ DÉCLARANT D'UTILITÉ PUBLIQUE, DANS LES COMMUNES DE DELMAS ET DE TABARRE, L'ESPACE SITUÉ À L'INTÉRIEUR DU CORRIDOR DE CENT MÈTRES (100m) DE LARGEUR SUIVANT LES COORDONNÉES TOPOGRAPHIQUES INCLUSES.
- ARRÊTÉ DÉCLARANT D'UTILITÉ PUBLIQUE UN CORRIDOR D'UNE LARGEUR DE CENT MÈTRES À DROITE DE L'AXE DE LA ROUTE NATIONALE NO 2, À MARIANI, EN ALLANT VERS GRESSIER, SUIVANT LES COORDONNÉES TOPOGRAPHIQUES INCLUSES.
- ARRÊTÉ DÉCLARANT D'UTILITÉ PUBLIQUE, DANS LES COMMUNES DE LASCAHOBAS ET BELLADÈRE, LA SURFACE DÉLIMITANT LE TRONÇON DE ROUTE RELIANT LASCAHOBAS À BELLADÈRE JUSQU'À CACHIMAN (FRONTIÈRE).
- ARRÊTÉ DÉCLARANT D'UTILITÉ PUBLIQUE, DANS LA COMMUNE DE TABARRE, LE CORRIDOR SE DÉPLOYANT DANS LE PROLONGEMENT DE L'AXE DE LA RAVINE MILLET SUIVANT LES COORDONNÉES TOPOGRAPHIQUES INCLUSES.

LIBERTÉ**ÉGALITÉ
RÉPUBLIQUE D'HAÏTI****FRATERNITÉ****ARRÊTÉ****MICHEL JOSEPH MARTELLY
PRÉSIDENT**

Vu les articles 52-1, 136, 138, 253 et 254 de la Constitution ;

Vu le Décret-Loi du 27 novembre 1941 sanctionnant la Convention pour la Protection de la Flore, de la Faune et des Beautés Panoramiques Naturelles des Pays de l'Amérique ;

Vu le Code Civil ;

Vu le Code Rural ;

Vu le Décret du 23 juillet 1963 établissant des règles spéciales relatives à l'habitation, l'aménagement des villes et des campagnes en vue de développer l'urbanisme ;

Vu le Décret du 22 septembre 1964 sur le fermage et les loyers des biens du domaine privé de l'État ;

Vu le Décret du 18 mars 1968 déclarant « Parcs Nationaux », « Sites Naturels » toutes étendues de terre boisée ou pas sur lesquelles sont établies des monuments historiques ou naturels ;

Vu la Loi du 23 mars 1971 sur l'Urbanisme ;

Vu le Décret du 27 octobre 1978 réglementant l'exercice du droit de pêche en Haïti et subordonnant les particuliers, étrangers, sociétés et coopératives à l'autorisation d'un permis délivré par le Secrétaire d'État de l'Agriculture, des Ressources Naturelles et du Développement Rural ;

Vu le Décret du 13 mars 1987 modifiant celui du 31 octobre 1983 portant réorganisation du Ministère de l'Économie et des Finances ;

Vu le Décret du 17 mai 1990 fixant les règles appelées à définir l'organisation et le fonctionnement du Ministère de l'Intérieur ;

Vu La Loi du 28 janvier 1995 créant le Ministère de l'Environnement ;

Vu la Loi du 18 avril 2002 portant création du Ministère du Tourisme ;

Vu la Loi organique du Ministère du Tourisme du 18 avril 2002 ;

Vu la Loi du 9 septembre 2002 portant sur le Code des Investissements modifiant le Décret du 30 Octobre 1989 relatif au Code des Investissements ;

Vu le Décret du 17 mai 2005 portant organisation de l'Administration Centrale de l'État ;

Vu le Décret du 12 octobre 2005 portant sur la Gestion de l'Environnement et de Régulation de la Conduite des Citoyens et Citoyennes pour un Développement Durable ;

Considérant qu'il y a lieu de promouvoir le tourisme durable en Haïti ;

Considérant qu'aux termes de l'article 443 du Code Civil les îles et les îlots font partie du domaine public de l'État et ne sont pas susceptibles d'une propriété privée ;

Considérant selon les dispositions de l'article 39 du Code des Investissements une entreprise touristique peut être autorisée à utiliser les terres du domaine public de l'État pour la réalisation de son projet ;

Considérant que l'île à Vache constitue une zone à fort potentiel touristique ;

Considérant qu'il y a lieu de préserver la faune et la flore de l'île à Vache ;

Considérant qu'il convient dès lors d'en faire une zone dédiée au développement du tourisme durable ;

Sur le rapport des Ministres de l'Intérieur et des Collectivités Territoriales, de l'Économie et des Finances, de l'Agriculture, des Ressources Naturelles et du Développement Rural, du Tourisme, de l'Environnement ;

Et après délibération en Conseil des Ministres,

ARRÊTE

- Article 1^{er}.**- Est déclarée zone réservée et zone de développement touristique le territoire de la commune de l'Île à Vache ainsi que toute l'étendue du territoire maritime comprise dans ses limites.
- Article 2.**- Des investissements touristiques peuvent être autorisés sur l'île à Vache selon les procédures établies dans le Code des Investissements. Ils intègrent le paramètre environnemental et sont dédiés au tourisme durable.
- Article 3.**- Les services de développement touristique ainsi que les entreprises de service à caractère touristique autorisés à fonctionner sur l'île à Vache bénéficient des privilèges prévus par le Code des Investissements et par les lois sur le Tourisme et notamment des avantages douaniers et fiscaux énumérés à l'article 38 dudit Code.
- Article 4.**- Le Ministère du Tourisme est chargé de la définition du Plan d'Aménagement de l'île à Vache en concertation avec le Ministère de l'Environnement, la municipalité de l'Île à Vache et le Ministère de l'Intérieur et des Collectivités Territoriales en tenant compte de l'impératif de la préservation des éléments de l'écosystème.
- Il veille à ce que les projets touristiques agréés soient conformes à ce plan et à ce que les règlements d'accès à l'île en tiennent compte.
- Article 5.**- Il est créé une Commission Technique d'Aménagement et de Surveillance de l'île à Vache chargée de statuer sur le Plan d'Aménagement ainsi que sur tout projet d'investissement ou de développement de l'île et de veiller à leur mise en œuvre.

- Article 6.-** La Commission Technique d'Aménagement et de Surveillance de l'Île à Vache est composée des membres désignés par le Ministère du Tourisme. Elle peut s'adjoindre au besoin des consultants externes.
- Article 7.-** L'exploitation des ressources halieutiques dans les eaux adjacentes à l'île à Vache se fait conformément aux prescrits du Décret du 27 octobre 1978 réglementant l'exercice du droit de pêche en Haïti sur la base de l'impératif de préservation des espèces.
- Article 8.-** L'occupation d'espaces sur l'île à Vache se fait conformément au Plan d'Aménagement y relatif et aux dispositions législatives et réglementaires en la matière.
- Toute construction sur l'île est entreprise sur autorisation du Ministère du Tourisme et doit répondre à la vocation de l'île.
- Article 9.-** Les Ministères et autres Organismes de l'Etat contribuent, chacun en ce qui le concerne, à l'exécution du Plan d'Aménagement de l'île à Vache.
- Article 10.-** Le présent Arrêté, auquel est annexé le Plan d'Aménagement de l'île à Vache, sera imprimé, publié et exécuté à la diligence du Premier Ministre et de tous les Ministres, chacun en ce qui le concerne.

Donné au Palais National, à Port-au-Prince, le 15 avril 2013, An 210^e de l'Indépendance.

Par :

Le Président



Michel Joseph MARTELLY

Le Premier Ministre



Laurent Salvador LAMOTHE

Le Ministre de la Planification
et de la Coopération Externe



Laurent Salvador LAMOTHE

ANEXO VI- Posição da União dos Médicos Haitianos sobre a campanha de vacinação da CODEVI, na zona franca de Ouanaminthe, em março e abril de 2004

**SCANDALE AUTOUR « DES CAMPAGNES DE VACCINATION »
ENTREPRISES PENDANT LES MOIS DE MARS ET D'AVRIL PAR LE GROUPE
CODEVI DANS LA ZONE FRANCHE DE OUANAMINTHE**

*PRISE DE POSITION
DE L'UMHA*

OUANAMINTHE, JUILLET 2004

PLAN

A- INTRODUCTION

B- MISE EN CONTEXTE

C- COMMENT AVONS-NOUS PROCEDE ?

D- ETAT DES LIEUX

1-De la Zone Franche

2-Les Faits

F- RECOMMANDATIONS

G-CONCLUSION

H-ANNEXE

A- But de l'enquête

Alertée par l'organisation Batay Ouvriye et d'autres secteurs de la population, l'UNION DES MEDECINS HAITIENS avait décidé de conduire une enquête sur l'état de santé des travailleurs de la zone franche à la frontière Haïtiano-dominicaine à Ouanaminthe suite aux campagnes de vaccination menées par la clinique de la zone franche : « Clinica CODEVI ». A la suite de ces campagnes plusieurs ouvriers disent avoir présenté des troubles de la menstruation, perturbations sexuelles et des menaces d'avortements et même des avortements. Selon nombre d'entre eux la vaccination contre le tétanos toxoïde serait un prétexte pour les contraindre à la stérilisation.

Pour faire la lumière sur cette situation singulière l'UMHA a mis sur pied une commission de trois membres constituée de :

Dr Iresmick SAMPEUR Obstétricien / Gynécologue

Dr Cherro GERMEIL Interniste

Dr Armel DEMORCY Chirurgien / Médecin légiste

B- Mise en contexte

La commission arrive à Ouanaminthe commune du département du nord-est dans un contexte de crise née de la création de la zone franche CODEVI suite à un accord entre les gouvernements haïtien et dominicain.

La zone franche CODEVI est une industrie textile d'assemblage créée par le groupe M, un consortium dominicain dans le cadre de l'établissement de fonds de financement de projets à partir de la reconversion de la dette de ces deux pays envers les bailleurs de fonds bilatéraux, notamment les Etats -Unis.

Selon cet accord cette entreprise devrait constituer le premier maillon d'une chaîne de zones franches qui devraient s'étendre le long de la frontière. La pose de la première pierre réalisée le 8 avril 2002 va susciter et suscite encore une série de contestations au sein de la classe politique et de certaines organisations de la société civile. Ces prises de position visaient à dénoncer l'initiative du gouvernement Lavalas qui finalement engage l'intégrité d'une partie du territoire sans la moindre consultation au préalable.

La question d'installation de la zone franche dans une zone fertile constituait un élément de plus de ce contentieux.

Sur ce fond de crise motivée par des sensibilités d'ordre patriotique et politique vont se greffer les premières manifestations du dysfonctionnement de ce système : conflit d'intérêt entre patron et syndicat ouvrier.

En effet depuis la formation du syndicat des ouvriers de la zone franche CODEVI au mois de février 2004, les revendications d'abord individuelles et isolées prennent une allure plus organisée.

Les rapports entre administration de Codevi et ouvriers se détériorent rapidement surtout après les vagues de licenciements des ouvriers particulièrement les syndiqués soldées par d'abord l'intervention brutale et humiliante des militaires dominicains sur le territoire Haïtien puis de l' « Armée Rebelle ».

C'est au cours de cette période l'administration décida de mettre sur pied la première campagne de vaccination.

Ainsi la commission dut travailler dans une ambiance de méfiance :

D'une part des ouvriers sur qui pèsent la menace de licenciement s'ils sont syndiqués et d'autre part des responsables de CODEVI soucieux d'offrir une image clémente et juste de l'entreprise au premier visiteur.

C- COMMENT AVONS-NOUS PROCEDE ?

Les informations ont été recueillies à partir :

- de différentes entrevues tenues avec : des ouvriers (syndiqués ou non), un responsable sanitaire de l'institution, des médecins de la clinique de la Zone Franche , des témoins privilégiés: des médecins du département du Nord-est (Institutions publiques ou privées), une religieuse dont la congrégation assiste les travailleurs, le curé de la paroisse.
- Des dossiers des ouvriers présentant un malaise ou une maladie motivant une consultation soit dans une institution publique, soit privée, ou à la clinique de la zone franche
- Visite de la zone franche et des institutions sanitaires de la région

La sélection des intervenants a été réalisée sur la base de leur disponibilité et leur intérêt à participer à l'enquête, le séjour des membres de la commission ne se limitant qu'à seulement deux jours.

Des questionnaires ont été préparés de façon à soumettre aux mêmes questions les individus d'une même catégorie socioprofessionnelle

Avec les ouvriers l'entretien s'est porté sur les points suivants :

Identité
Origine
Date des campagnes de vaccination
Forme de présentation des substances injectées
Antécédents médicaux chirurgicaux, obstétrico-gynécologique et/ou urologiques
Symptômes après les injections
Date d'apparition de ces symptômes
Evolution et/ou complications

Avec le Personnel Soignant l'entrevue s'est limitée aux points suivants :

Identité
Origine
Date des campagnes de vaccination
Objectif des campagnes de vaccination
Forme de présentation des substances injectées
Nombre de patient consulté après ces campagnes et pour quels motifs
Certificat médical
Ces informations recueillies ont été comparées aux opinions enregistrées auprès des témoins privilégiés de la région.

D-ETAT DES LIEUX

D1- LA CLINICA CODEVI

Au plan sanitaire la zone franche dispose d'une clinique « Clinica de CODEVI » dirigée par un médecin haïtien qui sera remplacé 3 à 4 jours après la deuxième campagne de vaccination par un médecin dominicain pour des raisons jusqu'ici assez troubles.

Le médecin est assisté d'une infirmière (de nationalité dominicaine) de deux auxiliaires (de nationalité Haïtienne).

La clinique reçoit les cas de santé mineurs et délivre au besoin des certificats médicaux.

La clinique n'a aucun rapport administratif formel avec le système sanitaire haïtien. Elle dépendrait directement des structures sanitaires du bureau central du groupe M à Santiago.

Aucune assistance sanitaire des ouvriers par le Ministère des Affaires Sociales bien que l'ONA prélèverait sur chaque ouvrier une contribution à la fin de chaque semaine.

Les malades dont leurs cas nécessiteraient une consultation spécialisée ou une hospitalisation doivent eux-mêmes faire face aux coûts. Ils doivent dans ces conditions avoir recours aux services soit d'une institution sanitaire publique ou privé du département soit d'une institution sanitaire de la république dominicaine.

D2-Les Faits

Des entretiens avec les différents secteurs concernés par cette problématique vaccinale, on ne pourrait souligner qu'une chose, c'est le caractère contradictoire des points de vue et des différentes positions affirmées par des différents groupes. De cet état d'esprit il s'avère très difficile d'établir les faits voire de dégager leur véracité. La question à savoir : Est-ce qu'il y a vraiment eu des campagnes de Vaccination ? Qui paraît être la plus simple à répondre aux yeux du commun des mortels, semble nécessitée toute une gymnastique intellectuelle pour susciter une réponse.

Avant de relater le point de vue des différents secteurs consultés sur cette question, essayons de souligner le contexte dans lequel ont eu lieu ces dites campagnes de vaccination.

1°) La compagnie a ouvert ses portes au mois d'août 2003, malgré l'opposition de la population de Ouanaminthe et d'autres secteurs avisés de la population haïtienne. Peu de temps après l'ouverture, la direction de la compagnie devrait faire face aux revendications des ouvriers sur la question salariale et les conditions de fonctionnement. Des ouvriers sont révoqués en masse et le malaise entre patrons et ouvriers devenait chaque jour plus évident au moment même de ces dites campagnes de vaccination

2°) Le pays traversait une crise politique assez singulière après le départ d'Aristide du pouvoir. On venait juste de mettre en place les bases d'un nouveau gouvernement. L'Etat haïtien n'était pas opérationnel .On vivait une situation quasi chaotique. Et c'est dans ce contexte singulier que la direction de l'entreprise a choisi de "vacciner" leurs ouvriers.

Est-ce qu'il y a vraiment eu des campagnes de vaccination ?

On sait que toute campagne de vaccination de masse nécessite au préalable le respect des conditions ou procédures suivantes

1°) L'autorisation du Ministère de la santé publique et de la population.

2°) Une Campagne de sensibilisation et de motivation des personnes à vacciner.

3°) La date des opérations.

4°) La nature de la substance ou des produits utilisés.

5°) Une carte de vaccination.

1°) De l'autorisation du Ministère de la Santé Publique et de la Population :

Toutes les personnes et les secteurs interrogés (Les Travailleurs, les Médecins de Ouanaminthe, les responsables de la clinique CODEVI) sont unanimes à reconnaître que la Clinique CODEVI n'avait pas l'autorisation du Ministère de la Santé Publique et de la Population (MSPP) pour entreprendre ces campagnes de "vaccination" et d'ailleurs, il n'existe aucune relation aucune entre la Clinique CODEVI et le MSPP. Le représentant direct du Ministère de la Santé Publique et de la Population dans le Nord-Est, Le Dr Jean-Denis, aurait été touché de la question environ deux mois après les opérations. Et pourtant dans cette situation chaotique, la clinique de la zone franche, ne pouvait absolument avoir l'autorisation du MSPP, car le Ministère était quasi dysfonctionnel.

Dans ce contexte où les ouvriers et la direction de la compagnie étaient à couteau tiré, le contrôle de ces activités "vaccinales" par un représentant du Ministère de la Santé ou un représentant du Ministère des affaires sociales aurait été très nécessaire. Cette simple précaution, si elle était consciemment prise, permettrait d'éclaircir beaucoup de points obscurs. La question qu'on se pose, est-ce que les responsables de la clinique CODEVI ont choisi consciemment de se dérober à tout contrôle des autorités médico-sanitaires haïtiennes pour avoir les coudées franches afin de se servir d'ouvriers sans défense comme espèces d'expérimentation ?

2°) De la Campagne de sensibilisation et de motivation des ouvriers à se faire vacciner

Cette campagne de vaccination nécessiterait au préalable une campagne de sensibilisation et de motivation des ouvriers en leur expliquant le mobile de cette vaccination, les procédures et l'intérêt qu'ils ont à se faire vacciner. Sur cette question, les points de vue des travailleurs, des responsables de la clinique CODEVI et des médecins de Ouanaminthe diffèrent.

Le Dr Alejandra Anido, responsable de développement et des Ressources humaines du Groupe M, responsable des activités de la clinique CODEVI, nous a souligné que la clinique avait entrepris une campagne de sensibilisation des ouvriers une semaine ou deux avant les opérations. Le Dr Claude Joazard, un Médecin haïtien qui travaillait à l'époque à la clinique Zone Franche, était chargé de cette campagne de vaccination et de motivation des ouvriers.

Le docteur Anido a précisé que cette campagne a bien eu lieu.

Le Dr Claude Joazard, auditionné sur ce problème, nous a déclaré qu'il était bien au courant de la campagne de vaccination et nous a précisé qu'il était effectivement chargé de la sensibilisation des ouvriers. D'ailleurs il y a lui-même participé activement, étant allé personnellement vers les femmes enceintes pour les porter à se faire vacciner. Une campagne de sensibilisation était bien faite avant la vaccination selon lui.

Les autres médecins consultés à Fort-Liberté et à Ouanaminthe étaient au courant de cette campagne de vaccination par la course des informations après l'apparition des troubles médicaux chez les ouvriers ou en recevant ces victimes en consultation à leurs cabinets médicaux.

Les religieux et les autres notables interrogés sur cette question n'étaient pas non plus au courant de ces campagnes de vaccination. Ils en étaient au courant seulement quand les ouvriers commençaient à présenter des problèmes médicaux.

Les travailleurs auditionnés ne sont nullement des avis des Docteurs Joazard et d'Anido. Ils sont tous unanimes à reconnaître qu'il n'étaient pas touchés de la question, qu'ils étaient au courant de cette campagne de "vaccination" le jour même de la première opération "vaccinale". Ils étaient de préférence contraints à se faire vacciner sous peine de se faire révoquer s'ils refusaient de participer à ces campagnes. Il n'y avait absolument aucune campagne de sensibilisation ni de motivation et d'ailleurs, les ouvrières se rappellent du contenu de leurs rares entrevues avec le Docteur Claude Joazard qui indiquait aux femmes la manière de se nettoyer, comment se laver les régions axillaires pour qu'elles ne dégagent pas de mauvaises odeurs. Il n'était jamais question de sensibilisation ni de motivation pour une quelconque campagne de vaccination.

3°) De la date des opérations

On ne comprend pas trop les différents sur cette simple question. Pourquoi, on ne peut pas avoir un consensus entre les différents protagonistes sur ce point qui paraît simple, banal. Pourquoi d'un côté, on a voulu occulter la vérité sur les dates des campagnes de vaccination.

Selon le Dr Anido Alejandra, représentante de la clinique CODEVI, la première campagne de vaccination a eu lieu le 15/04/2004, ils ont vacciné 690 personnes dont 372 femmes et 318 hommes. La deuxième campagne de vaccination a eu lieu le 19 Mai 2004, 350 personnes ont été vaccinées dont 179 femmes et 171 hommes.

Pour les ouvriers victimes de ces campagnes de vaccination, la première campagne d'injection a eu lieu au mois de Mars 2004. La deuxième campagne d'injection a eu lieu le 19 Avril 2004. Ils sont fermes sur ce point: il n'y a pas eu de campagne de vaccination au mois de mai 2004. Ils ont donné différents points de repère chronologiques pour étayer leur point de vue.

Le Dr Claude Joazard, sur ce point n'a pas tergiversé, s'il ne se souvient pas exactement de la date de la première campagne de vaccination à laquelle il avait pris une part active, il reste convaincu qu'il n'y pas eu de campagne de vaccination le 15 mai 2004. *A cette date, il n'était plus Médecin à la clinique CODEVI. Lorsqu'on avait réalisé la deuxième campagne de vaccination, il n'y avait pris part mais il était encore Médecin-Employé de la clinique CODEVI. Ce jour, il était affecté à la consultation et non à la vaccination.*

Quel intérêt on a à la dissimulation des dates réelles de ces campagnes de vaccination ?

Il faut souligner que les troubles majeurs ont commencé à faire leur apparition environ 2 semaines après la deuxième campagne de vaccination, surtout les cas d'avortement, de mort in utero, et de menace d'avortement. Les cas documentés avec une sonographie pelvienne ou un dossier médical plus ou moins bien montés l'ont été avant le 15 mai. Si la deuxième campagne de vaccination a eu lieu le 15 Mai et non le 19 Avril 2004, il n'y aurait aucun rapport entre le Vaccin et ses troubles majeurs. Donc la clinique CODEVI n'aurait pas une trop grande responsabilité dans cette tragédie. Si au contraire, la deuxième campagne de vaccination a eu lieu le 19 Avril 2004, on pourrait aisément établir le rapport entre la deuxième campagne de vaccination et les troubles majeurs développés par les ouvriers et la responsabilité de la clinique CODEVI dans une telle tragédie.

4°) De la nature du vaccin ou des produits utilisés.

C'est la question la plus mystérieuse et la plus épineuse de toute cette histoire. C'est le point de divergence le plus marqué entre les différents protagonistes.

Pour le Dr Anido Alejandra, ils ont entrepris une campagne de vaccination contre le Tétanos pour la santé des travailleurs et les besoins de la compagnie. Les travailleurs utilisent des machines pour la confection des habits. Ils peuvent facilement se piquer et contacter par la suite le tétanos, une pathologie mortelle. C'est la raison pour laquelle qu'ils ont entrepris ces campagnes de vaccination pour immuniser les travailleurs afin de les protéger contre cette maladie très grave. Pour cela, ils ont utilisé le Tétanos Toxoïde, recommandé par l'organisation mondiale de la Santé (OMS). Le Vaccin se présente sous forme d'un flacon de 5cc contenant une substance transparente. Son administration ne nécessite pas de mélange. Le Dr Anido n'arrive pas à comprendre pourquoi les travailleurs se disent présenter des troubles pathologiques à la suite de l'administration de ces vaccins. *Lorsqu'on lui avait demandé un à examiner un échantillon, le Dr Anido nous a déclaré qu'il fallait se rendre jusqu'à Santiago pour en avoir un. Pour le respect de la Chaîne de froid, les vaccins sont stockés à Santiago, car à la clinique CODEVI, les critères de stockage ne sont pas respectés.*

Le point de vue du Dr Joazard est quasi similaire à celui du Dr Anido sur cette question. Il a souligné qu'il avait pris une part active à la première campagne de vaccination. Il participait également à l'administration du vaccin. Il avait vérifié les échantillons, la date d'expiration des vaccins, il ne se souvenait pas trop de la couleur du contenu des flacons, pour lui, il s'agissait bien de tétanos toxoïde. Il se souvenait également du mélange effectué à partir de deux flacons par le biais d'une seringue à insuline avant l'injection finale. *Il n'avait pas pris part à la deuxième campagne de vaccination.* Il ne voit pas pour quelle raison on aurait utilisé un produit autre que le tétanos toxoïde. A la question est-ce qu'il avait vérifié les échantillons lors de la deuxième campagne de vaccination dont il avait été écarté ? Il a souligné qu'il n'avait pas été écarté des opérations, il a été tout simplement affecté à la salle de consultation des malades et il n'avait aucune raison au monde de vérifier les échantillons des produits puisqu'il savait déjà qu'on allait administrer du Tétanos Toxoïde.

Les travailleurs victimes de ces campagnes de vaccination semblent être d'un autre avis. Certains ont précisé qu'ils n'avaient pas vérifié la nature des substances, ils avaient eu peur, ils se fermaient les yeux en se faisant piquer. D'autres ont souligné qu'ils ne sont des expert

ni en biochimie, ils ne sont non plus des médecins, une chose dont ils sont surs, *on leur avait injecté un mélange de deux substances : l'une blanchâtre, laiteuse en apparence, l'autre transparente*. C'est avec le développement des troubles médicaux qu'ils ont pensé de manière rétrospective à l'injection de substances abortives ou stérilisantes. Ils pensent avoir reçu du Dépoprovera.

Effectivement, le vaccin tétanos toxoïde est un vaccin sans trop grande innocuité qui peut-être administré à tous les âges, à tous les groupes d'individus : Hommes ou Femmes enceintes ou non, sauf chez les personnes qui ont une sensibilité connue ou un terrain allergique à ce produit. L'idée d'entreprendre des campagnes de vaccination pour protéger les travailleurs contre cette grave maladie reste louable. *S'agit-il vraiment du mobile réel et du véritable objectif de la direction de CODEVI à travers ces campagnes de vaccination ? A-t-on vraiment utilisé du tétanos toxoïde au cours de ces campagnes de vaccination ?*

Remarquons que si les points de vue des Docteurs Anido et Joazard se rencontrent sur la nature de la dénomination de la substance mais ils divergent sur la présentation.

Si le Tétanos toxoïde a été le seul produit utilisé au cours de ses campagnes de vaccination, il demeure curieux de dénombrer autant de cas à la même époque dans une population d'ouvriers aussi restreinte.

Conclusion

Initialement la commission s'est donnée comme mission de répondre aux questions suivantes :

Quel a été le but réel de cette campagne de vaccination ?

La nature exacte du ou des produits injectés ?

Les effets secondaires de ces produits ?

Les plaintes des victimes sont elles fondées et réelles ?

Les liens de causalité entre les plaintes des victimes et les produits administrés.

A l'issue de cette mission, grande est la frustration de la commission de ne pas pouvoir toujours répondre de manière exhaustive à chacune de ces interrogations.

Cependant à partir des témoignages et visite des lieux, consultation des dossiers la commission a pu constater les faits suivants:

1- Il existe une clinique à la zone franche de CODEVI pour les ouvriers, dont le fonctionnement est régi uniquement par les institutions sanitaires de la République Dominicaine sans aucun rapport, voire un certain contrôle du MSPP ou du Ministère des Affaires Sociales.

2- Tous les ouvriers ainsi que le médecin (Dr Joazard) de la clinique CODEVI affirment à l'unanimité que les campagnes de vaccination ont lieu aux mois de mars et avril 2004, contrairement au calendrier fourni par le responsable de la clinique CODEVI.

3- L'absence d'un carnet de vaccination précisant la date, la dose et la nature du vaccin administré.

4- La plupart des plaintes des ouvriers portent sur les organes génitaux et apparaissent entre une semaine à un mois après la deuxième campagne de vaccination.

5-A coté du tétanos Toxoïde qu'on a pensé avoir été administré dans la grande majorité des cas, il faut accentuer les recherches pour éliminer l'utilisation de substances à visée abortive, contraceptive voire stérilisante au cours de ces campagnes de vaccination (les prostaglandines).

RECOMMANDATIONS

1-Urgente nécessité pour l'Etat haïtien via le Ministère de la Santé Publique et de la Population de se manifester et d'assumer ses responsabilités pour faire luire la lumière sur les points suivants:

@- les objectifs réels et les modalités de ces campagnes de vaccinations

@- nature exacte des produits utilisés au cours de ces campagnes. Les tests immunologiques et la chromatographie seraient indiqués dans ces conditions vu les délais de ces injections.

2- Nécessité de contrôle et de renforcement des services sanitaires fournis aux ouvriers par le MSPP et le Ministère des affaires Sociales.

3- Assistance psychologique aux ouvriers présentant des plaintes à l'issu de ces campagnes de vaccination.

4- Mise en place d'un plan de surveillance à moyen et à long terme de l'état de santé des ouvriers présentant des troubles qui seraient liés aux campagnes de vaccinations.

ANNEXE

- Témoignage des travailleurs

De l'entretien avec les travailleurs victimes de ces campagnes de « vaccination », ils sont tous unanimes à reconnaître les points suivants :

1°) Les Campagnes de « vaccination » à la clinique zone Franche ont eu lieu au mois de Mars et le 19 Avril 2004.

2°) Ils ont été contraints à la« vaccination » le jour même de la campagne sous peine d'être révoqués.

3°) Ils ont reçu à l'épaule un mélange de deux substances prélevées dans deux flacons différents.

4°) Ils ont commencé par présenter des troubles médicaux majeurs une semaine après la deuxième campagne de« vaccination ».

5°) Ils n'avaient jamais présenté ces troubles avant la réception de cette espèce de vaccin ; Qu'il s'agisse de Femmes enceintes ou non ; Qu'il s'agisse des Hommes.

Nous avons répertorié une trentaine de cas qu'on a regroupé en :

I - Troubles sévères

II - Troubles modérés

III- Troubles mineurs.

I- Les Cas sévères ou Troubles sévères.

Nous avons regroupé sous ce label : les morts foetales in utero, les avortements, les menaces d'avortements et les impuissances sexuelles chez les hommes.

Nous avons répertorié :

7 cas graves suite à ces campagnes de« vaccination »

2 cas de Morts in utero,

2 avortements,

2 Menaces d'avortement et 1 cas d'impuissance sexuelle.

1er Cas sévère :

Il s'agit de Madame JEAN-BAPTISTE Evelyne, âgée de 32 ans, G3P3A0Ev2 (3 Grossesses antérieures, 3 Accouchements, 2 Enfants vivants). Elle n'avait jamais présenté de problèmes médicaux au cours des deux grossesses antérieures. La date de ses dernières règles, avant sa dernière grossesse remontait au mois de septembre 2003. Elle avait une grossesse évolutive de 6 mois quand elle avait reçu la première dose de la dite campagne de vaccination entreprise par la clinique CODEVI. Elle avait reçu la deuxième dose le 19 Avril 2004. Quelques jours plus tard, elle devenait dyspnéique ou essoufflée, elle présentait une augmentation de volume des membres inférieurs. Le 9 mai, elle nota des douleurs abdominales; inquiète, elle se présenta au Centre de Santé de Ouanaminthe où l'on avait mis en évidence une élévation de la pression artérielle systolique à 240 mm Hg pour une normale à 120 mm Hg. Le 10 Mai, elle expulsa un fœtus mort-né, de sexe féminin, et présenta une hémorragie importante du post-partum. Elle n'a pas succombé, elle est sortie vivante de l'hôpital. Elle est belle et bien enregistrée aux cahiers d'enregistrement du centre de santé de Ouanaminthe mais son dossier numéroté au 2-01-04 n'a pas été retrouvé au cours de notre passage en vue de consultation.

La question qu'on devrait se poser : est-ce que Madame Jean-Baptiste Evelyne aurait présenté ce tableau classique de Pré-Eclampsie sévère si elle n'avait pas reçu ce prétendu Vaccin ?

2ème Cas sévère :

Madame Deshomme Azilia, âgée de 33ans, G4P3A1Ev3 (4 grossesses antérieures, 3 Accouchements, 1 Avortement, 3 Enfants vivants). Elle n'avait jamais présenté de problèmes médicaux au cours de ses trois grossesses antérieures. La date de ses dernières règles, avant sa dernière grossesse, remontait au 22 Janvier 2004. Elle a eu une visite prénatale, chez le Dr Claude Joazard, à 1 mois de grossesse. Elle était en parfaite santé. Elle a participé aux deux campagnes de vaccination. Elle a reçu la deuxième dose de cette hypothétique immunisation le 19 Avril 2004. Elle avait eu une grossesse évolutive de 3 mois quand elle a reçu cette deuxième dose de ce hypothétique vaccin. Elle commença par présenter des symptômes majeurs au début du mois de Mai 2004, environ 2 semaines après la deuxième campagne. Elle avait présenté des douleurs abdominales hypogastriques et était devenue dyspnéique. Elle a été en consultation à la « clinica CODEVI » de la zone Franche, où elle a un dossier muni du résultat de la sonographie pelvienne qui a été demandé par un médecin de la clinique. La sonographie, réalisée le 11 mai 2004, a mis en évidence une mort fœtale. Par la suite, elle a été hospitalisée au centre de santé de Ouanaminthe. Le 14 Mai 2004, elle a expulsé un fœtus mort-né. Elle est sortie de l'hôpital le 15 mai 2004. Elle est encore affectée du point de vue psychologique par cet événement tragique qui lui est arrivé.

3ème Cas Sévère :

Il s'agit de Madame Michel Bertele, âgée de 27ans G4P3A1(3 grossesses antérieures,3 Accouchements,1 Avortement). Sa date des dernières règles remonterait au mois de

Décembre 2003. Elle était enceinte de 4 mois quand elle avait reçu la deuxième dose de cette dite campagne de vaccination, le 19 Avril 2004. Elle a eu une chute à bicyclette à cause des vertiges et un état asthénique liés, selon elle, aux effets secondaires du produit qu'elle avait reçu à la suite de la deuxième campagne de vaccination. Après la chute, elle s'est rendue en consultation à la clinique de la zone Franche, le Médecin était absent. Le 28 Avril 2004, elle présenta des douleurs abdominales hypogastriques et au niveau de la région lombaire et constata le passage de sang noir par le vagin. Par manque d'argent, elle ne s'est pas rendue en consultation chez un Médecin. Elle a choisi de se faire soigner à domicile de façon empirique. Elle continue à présenter des troubles du cycle menstruels à titre de polyménorrhées : des règles qui surviennent 2 fois le mois.

4ème Cas sévère :

Il s'agit de Madame Auréus Claudette qui aurait avorté à la suite de ces campagnes de « vaccination ». Notre délégation n'avait pas eu l'opportunité de la consulter. Son cas était si grave qu'elle est rentrée à Port-au-Prince pour se faire soigner. Personne ne pouvait nous donner ses références à Port-au-Prince afin d'être consultée.

5ème cas sévère :

Il s'agit de madame Ephraüs Louna, âgée de 22ans, G2P1A0Ev1(2 Grossesses, 1 accouchement, pas d'Avortement, 1 Enfant vivant). Elle n'avait pas présenté de problèmes majeurs au cours de sa grossesse antérieure. Sa date des dernières règles remonte au 5 Janvier 2004. Elle avait pris part aux deux campagnes de "vaccination". Après avoir reçu la première dose au mois de Mars 2004, elle présenta des troubles mineurs à type de douleurs à l'épaule gauche et de sensation de chaleurs au niveau du bras gauche où elle avait été piquée. A cause de ses troubles, elle n'avait pas voulu participer à la deuxième campagne de "vaccination", tenue à la clinique CODEVI le 19 Avril 2004. Ce jour, elle alla se plaindre auprès du directeur des ressources humaines, Monsieur Moise Joanis, pour lui souligner qu'elle avait présenté des problèmes après la réception de la première dose de ce "vaccin" et qu'elle n'avait pas l'intention de se faire vacciner à nouveau car elle ne savait pas la nature du vaccin qu'on voulait lui injecter. Le directeur lui déclara : « *Je ne sais pas moi-même la nature du vaccin qu'on administre, mais tous les ouvriers doivent se faire vacciner sinon ils seront révoqués* ». Pas peur d'être révoquée, elle avait finalement décidé de se faire vacciner. En se faisant injecter la piqûre, elle demanda à l'infirmière la nature de l'injection qu'elle lui administra, elle lui fit savoir qu'il s'agit d'un vaccin antitétanique pour protéger les ouvriers contre le tétanos.

3 jours après avoir reçu la deuxième dose de cette hypothétique immunisation, elle présenta des douleurs abdominales au niveau de la région hypogastrique. Elle avait peur de déclarer son malaise à la direction par peur d'être révoquée. Ensuite apparurent d'autres troubles à type de dysurie, de pollakiurie. Trois semaines plus tard, les douleurs abdominales intermittentes devenaient de plus en plus importantes, elle était bien obligée de déclarer son malaise au superviseur, Monsieur Raynal Olivar, en vue d'une consultation à la clinique de la zone franche mais la direction refusa de lui accorder ce permis de consultation,

soulignant qu'elle n'était pas vraiment malade et qu'elle simulait de fausses douleurs pour ne pas travailler. Après avoir présenté un épisode de perte de connaissances au bureau du directeur, et après maintes tergiversations, on se rendit compte de la sévérité de son malaise, on décida alors de lui accorder le permis de consultation médicale. Après avoir été examinée par le médecin de la clinique de la zone franche, une sonographie abdominale lui a été demandée pour menace d'avortement. La patiente a été placée sous substance Tocolytique: Salbutamol ; buscopan et antibiotique: Erythromycine.

La sonographie abdomino-pelvienne réalisée 48 heures plus tard avait mis en évidence un fœtus normal. Avec le résultat de cette sonographie, et les résultats des autres examens biologiques réalisés en une clinique privée de Ouanaminthe, on lui déclara qu'elle présentait une faible infection urinaire, une anémie à l'hématologie. En plus de la médication antérieure, on lui accorda une semaine de repos. Malgré la présentation du certificat médical émanant d'un médecin diplômé et licencié du Ministère de la Santé Publique et de la Population, la direction des ressources humaines de la compagnie décida d'accorder une semaine de congé **sans solde** à la femme enceinte. Après cette période de repos, les troubles majeurs disparurent mais au cours de notre entrevue persistèrent encore des céphalées et des troubles oculaires.

Effectivement toutes les données médicales soulignées par Madame Ephraïm ont pu être vérifiées au cours de nos entrevues avec des Médecins de Ouanaminthe : à la clinique Ricardo et des médecins de la clinique Zone Franche.

Elle a un dossier gardé aux archives de la clinique Zone franche, dont le numéro de référence est le 52811MD. De ce dossier, nous avons pu extraire les informations suivantes : Elle avait au moment de la consultation au mois de Mai 2004, un poids de 107 Lbs, une hauteur de 163cm, une pression artérielle de 80/50 mmhg. Elle avait une aménorrhée de 4 mois. Le résultat de la sonographie abdomino-pelvienne réalisée le 21 Mai 2004 avait mis en évidence une grossesse évolutive de 17,1 semaines et un bien-être fœtal conservé. La date probable de l'accouchement a été calculée au 24 Octobre 2004.

Au cours de notre entrevue, Louna reste persuadée que tous ses problèmes médicaux ont un certain rapport avec ces campagnes de "vaccination" et qu'il ne s'agit pas d'une simple infection urinaire ou d'une simple anémie. Son histoire de grossesse aurait tourné en tragédie, et elle aurait connu le même sort que les autres femmes enceintes qui ont perdu leurs fœtus ou leurs embryons : Madame Jean-Baptiste Evelyne, Madame Deshommes Azilia, Madame Auréus Claudette et Madame Bertele Michel, si elle n'avait pas eu le support psychologique et financier de Soeur Lydia, une soeur colombienne de la congrégation Saint-Jean qui travaille à Ouanaminthe, pour payer les examens, les médicaments et les honoraires des Médecins. Avec son salaire de pitance de femme ouvrière, elle n'aurait pas pu payer tant d'argent et sauver son fœtus.

6ème cas sévère :

Il s'agit de Madame Joaza Roseline, âgée, de 27ans, G1P0A0Ev0 (1 Grossesse, pas d'Accouchement, pas d'Avortement, pas d'Enfant). Sa date des dernières règles remonte au mois de Février 2004. Elle venait d'être enceinte quand elle recevait la première dose de ce "vaccin antitétanique". Après réception de ce produit, elle présenta des épisodes de

vomissements, de céphalées, associés à des douleurs abdominales hypogastriques. A cause de ses troubles, elle avait refusé de se faire vacciner lors de deuxième campagne. Ses troubles persistèrent plus d'un mois. Pensant à une menace d'avortement, elle se présenta en consultation au cabinet du Dr Claude Joazard à Ouanaminthe. Une sonographie abdominale lui a été demandé. L'examen, réalisé le 22 Mai 2004 à la Fundacion S.S.M hospital Damon Matias Frontera Dajabon, avait mis en évidence une grossesse gémellaire de 11,6 semaines et états embryonnaires normaux. La date probable de l'accouchement est prévu au 5 Décembre 2004. Les troubles ont régressé après quelques jours de repos.

7ème cas sévère :

Il s'agit de Monsieur Henry Claude Boisvil, âgé de 34 ans. Après avoir reçu la deuxième dose de cette dite campagne de vaccination, il présenta des douleurs scapulaires, des épisodes de fièvre à type de troubles mineurs, mais son problème majeur est la présentation d'une impuissance sexuelle, apparue deux semaines après la réception de la deuxième dose de cette hypothétique immunisation. Il est en constante discussion avec sa femme qui l'accuse d'infidélité conjugale. Sa vie a complètement basculé avec cette histoire de vaccination. Il pense qu'il est trop jeune pour présenter un tel problème. Il ne sait pas à quel saint se vouer pour résoudre ce problème.

II -Les Cas Modérés ou Troubles Modérés :

Nous avons regroupé sur ce label les troubles du cycle menstruel, les troubles de la menstruation chez les femmes, les troubles en rapport avec les dysrégulation hormonale chez les hommes :

Nous avons répertorié 20 cas modérés à la suite de ces campagnes de vaccination : 8 cas en rapport avec un trouble du cycle associé à un trouble de la menstruation, 3 cas en rapport avec un trouble cycle seul et 8 cas en rapport avec un trouble de la menstruation seule chez les femmes, et un cas de galactorrhée chez les hommes.

1er Cas Modéré :

Il s'agit de Madame Irélia Saint-Vil, d'âge non déterminé, nulligeste. Elle a insisté sur l'absence de campagne de sensibilisation, de motivation et la pression exercée par la direction de l'usine pour porter les ouvriers à se faire vacciner. Elle avait participé à la première campagne de vaccination au mois de Mars 2004. Après la première dose, elle aurait constaté une irrégularité du cycle menstruel, à type d'absence de règles au mois d'avril. A l'époque, elle n'établissait pas encore le rapport entre son trouble du cycle menstruel et la campagne de vaccination. Elle se faisait immuniser lors de la deuxième campagne. Le 19 Avril 2004. Le 4 Mai, elle aurait constaté la réapparition des règles avec passage de sang visqueux par le vagin, non fluide. Elle aurait fait le même constat avec raccourcissement de la durée des règles le premier juin 2004, qui normalement durent 4 jours. Elle ne fut pas en consultation médicale. Elle préféra se faire soigner de façon empirique à domicile. Face à la persistance des symptômes et à la survenue de douleurs

abdominales hypogastriques, et d'une pollakiurie à la fin du mois de juin 2004, elle décida de se rendre en consultation médicale. Le médecin, se basant sur le résultat des examens des urines, aurait porté le diagnostic d'infection urinaire.

2ième Cas Modéré :

Il s'agit de Madame Phistin Lucienne, âgée de 22 ans, nulligeste. 8 jours après la première dose de cette dite campagne de vaccination, elle aurait présenté un prurit généralisé accompagné de fièvre de douleurs au bras gauche et des crampes au membres inférieurs associés à des troubles visuels, et des épisodes de Dyspnée et une hyperménorrhée (règles abondantes et émission de sang coagulé). Après la deuxième dose, elle aurait constaté une polyménorrhée (augmentation de la fréquence des règles) associée à des troubles visuels et des céphalées. Elle n'a pas été en consultation médicale, elle a préféré se faire soigner de façon empirique à domicile.

3ième Cas Modéré :

Il s'agit de Madame Linda Béliard, âgée de 26 ans, G1P0A0Ev1(1 Grossesse antérieure, pas d'Accouchement, pas d'Avortement, Enfant vivant 1), une section césarienne il y a 2 ans. Elle n'avait jamais eu des troubles du cycle, ni de la menstruation. La durée de ses menstrues avant cette histoire de vaccination était de 4 jours. Après la deuxième dose vaccinale, elle aurait un raccourcissement du cycle menstruel et un allongement de la durée des règles à 6 jours associés à des douleurs hypogastriques et des vertiges. Elle n'a pas eu de visites médicales.

4ième Cas Modérés :

Il s'agit de Madame Florvil Clotilde d'âge non déterminé, nulligeste ; elle aurait présenté un épisode de fièvre après la première dose "vaccinale" en Mars 2004. Après la réception de la deuxième dose, elle aurait présenté des épisodes de vertiges et constaté l'apparition d'une polyménorrhée (augmentation de la fréquence des règles) associée à des douleurs hypogastriques à type de dysménorrhées, et un état d'asthénie. Madame Florvil n'avait pas été en consultation médicale. Selon elle, elle n'avait jamais présenté ces espèces de troubles.

5ième Cas Modéré :

Il s'agit de Madame Joazard Funise, d'âge indéterminée, nulligeste; elle aurait présenté, après réception de la première dose "vaccinale", un raccourcissement du cycle menstruel et une hypoménorrhée (diminution du flux des règles). Après la deuxième dose, elle constaterait une aggravation de ces troubles. Elle souligne qu'elle n'avait jamais présenté de tels troubles avant la réception de ces "vaccins".

6ième Cas Modéré :

Il s'agit de Madame Mathieu Diélène, âgée de 26 ans. Elle n'avait jamais présenté des troubles du cycle menstruel, ni de la menstruation avant la réception de cette hypothétique immunisation. Après la deuxième dose "vaccinale", elle commença par présenter des troubles du cycle menstruel à type d'irrégularité du cycle menstruel, également les troubles de la menstruation à type d'hypoménorrhée. Aucune visite médicale n'a encore été effectuée pour faire la lumière sur la nature de ces troubles du cycle et de la menstruation.

7ième Cas Modéré :

Il s'agit de Madame Patrice Jeantilia, âgée de 23 ans, G1P1A0Ev0 (1 Grossesse antérieure, 1 Accouchement, pas d'Avortement, 1 Enfant vivant), qui aurait présenté après réception de la première dose des épisodes de lombalgie, une irrégularité du cycle menstruel à type de polyménorrhée (augmentation de la fréquence des règles), des vertiges, des céphalées ou maux de tête, et des troubles de la menstruation à type d'hyperménorrhée (Règles abondantes). Pour toutes ces raisons, elle avait évité de se faire vacciner lors de la deuxième campagne. Jusqu'à présent, elle n'a pas été en consultation médicale.

8ième Cas Modéré :

Il s'agit de Madame Germinal Miclage, âgée de 29 ans, nulligeste. Elle aurait présenté des céphalées (maux de tête) après la réception de la première dose de cette dite campagne de vaccination. Après la deuxième dose, elle aurait présenté des épisodes de picotement, des éruptions cutanées au point d'injection de la substance, une irrégularité du cycle menstruel à type de raccourcissement du cycle associée à des troubles de la menstruation à type de ménorragie (augmentation de la durée de l'écoulement des règles au delà de 8 jours). Elle aurait présenté également des épisodes de dysménorrhée, et constaté une modification de la qualité du sang de ses règles, qui devient noir et visqueux, et une brûlure mictionnelle vient compliquer ce sombre tableau clinique. Depuis cette mésaventure vaccinale, elle présente des problèmes psychologiques, constate une perte de poids importante et pense qu'elle n'est atteinte ni de SIDA, ni d'autres MST (Maladies Sexuellement Transmissibles). Elle souligne qu'elle n'a aucune vie sexuelle active. Pour elle, la base essentielle de ses problèmes est l'injection de ces substances mystérieuses au cours de ces campagnes de "vaccination". Il faut souligner qu'aucune visite médicale n'est encore effectuée. Donc pas de dossier médical.

9ième cas Modéré :

Il s'agit de Madame Pierre Guirlène, âgée de 28 ans, G3P3A0Ev3 (3 Grossesses antérieures, 3 Accouchements, aucun Avortement, 3 Enfants vivants). Après la réception de la première dose "vaccinale", elle aurait présenté des troubles visuels et des épisodes de vertiges. Après la deuxième dose, elle présente une aménorrhée (absence de règles de 3 mois) sans se

plaindre des troubles de grossesse : nausée, vomissement. Pour elle, elle n'est pas enceinte, son aménorrhée est en rapport avec la ou les substances qu'elle avait reçu au cours de ces dites campagnes de vaccination. Il faut souligner qu'elle n'a pas encore eu de consultation médicale pour établir une relation entre une aménorrhée secondaire aux substances vaccinales ou une aménorrhée secondaire à une grossesse par la réalisation d'un gravindex et d'une sonographie abdominale.

10ième Cas Modéré :

Madame Estinvil Marie Mercier, âgée de 24 ans, nulligeste, se plaint de céphalées, de vertiges, de limitation fonctionnelle des membres supérieurs et inférieurs et d'une aménorrhée depuis la réception de la première dose de "vaccin", c'est à dire depuis le mois de mars 2004. Jusqu' à présent, aucune visite médicale n'est encore effectuée pour savoir si cette aménorrhée est liée à une grossesse via un gravindex et ou d'une sonographie abdominale ou si cette aménorrhée est secondaire aux substances reçues lors de ces campagnes "vaccinales". De toute façon, Madame Estinvil reste persuadée que ses troubles n'ont qu'une cause: les substances qu'ont lui a injecté au cours de ces campagnes de vaccination.

11ième Cas Modéré :

Madame Philémon Monique, âgée de 26 ans, nulligeste, aurait présenté après réception de la première dose "vaccinale" des douleurs hypogastriques et une légère impotence fonctionnelle du membre supérieur gauche. Après la réception de la deuxième dose, elle aurait présenté des douleurs hypogastriques des céphalées associées à des brûlures mictionnelles et une irrégularité du cycle menstruel à type de raccourcissement du cycle. Elle souligne qu'elle n'avait jamais présenté ses troubles antérieurement. Aucune consultation n'a encore été effectuée pour établir un dossier médical.

12ième Cas Modéré :

Madame Alexis Flomène, âgée de 24 ans, nulligeste, aurait présenté des épisodes de douleurs abdominales inférieures ou hyogastriques, des épisodes de fièvre de vertiges, de lipothymie et de dysurie une semaine après injection de la deuxième dose "vaccinale" .Elle aurait été en consultation en République Dominicaine. Depuis le mois de mai, elle aurait constaté des troubles de la menstruation à savoir une hyperménorrhée (règles abondantes). On n'a pas eu le temps de consulter son médecin en République Dominicaine puisque la frontière était fermée après avoir auditionnée cette victime de ces campagnes vaccinales.

13ième Cas Modéré :

Madame Julienne Charles d'âge non déterminé, nulligeste, aurait présenté après réception de la deuxième dose "vaccinale" des épisodes de lipothymie et une ménorragie de 10 jours avec

altération de la qualité du flux menstruel. Avant cette malheureuse histoire, la durée de ses règles n'était que de 5 jours.

14ième Cas Modéré :

Madame Magalie Joseph, âgée de 21 ans, aurait présenté des douleurs scapulaires droites après la première dose de cette dite campagne de vaccination. Après la deuxième dose, elle aurait constaté un prurit généralisé et présenté, une semaine plus tard, des éruptions cutanées associées à des épisodes de prurit, de fièvre intermittente. Elle aurait été en consultation en un cabinet médical à Ouanaminthe, le Médecin lui aurait prescrit de la lotion de calamine et de antipyrétiques. La fièvre a été amendée. Mais, à la fin du mois de mai 2004, elle aurait été en consultation à l'hôpital de Fort-Liberté pour des douleurs hypogastriques et des troubles de la menstruation à type d'oligoménorrhée (diminution de la durée de l'écoulement des règles). La durée de ses règles serait passée de 5 jours habituels à 2 jours. A cette oligoménorrhée s'associerait une diminution de la qualité de l'écoulement des règles à type de pâleur inhabituelle.

15ième Cas Modéré :

Madame Borgella Louissane, âgée de 33 ans, G2P2A0v2 (2 Grossesses antérieures, 2 Accouchements Antérieurs, pas d'Avortement, 2 enfants vivants), aurait présenté, après la réception de la deuxième dose de cette dite campagne de vaccination, des céphalées (maux de tête), des douleurs lombaires, des douleurs épigastriques associées à une hyperménorrhée (règles abondantes). Elle aurait été en consultation à la clinique CODEVI et bénéficié d'une injection de nature non déterminée. Son dossier médical n'a pas été consulté, car on a pu auditionner ce cas juste après notre visite à la clinique CODEVI.

16ième Cas Modéré :

Madame Philemon Simonique, âgée de 21 ans, nulligeste, aurait présenté, après la première dose, des douleurs scapulaires ; et constaté après réception de la deuxième dose : des troubles visuels, des épisodes de fièvre accompagnés de frissons, des troubles de menstruation à type d'hypoménorrhée (diminution du flux des règles) associés à des douleurs hypogastriques(douleurs au bas ventre). Madame Philémon affirme qu'elle n'avait jamais présenté ces troubles avant la réception de ce singulier vaccin.

17ième Cas Modéré :

Madame Jules Maguy, âgée de 22 ans, nulligeste, aurait présenté, après sa participation à la deuxième campagne de "vaccination", des épisodes de dysménorrhée pour la première fois de sa vie avec émission du sang des règles en petite quantité, en goutte à goutte. Ces troubles se seraient répétés en deux fois au mois de mai et au mois de juin.

18ième Cas Modéré :

Madame Bazile Linda, âgée de 32 ans, pas d'enfant ni notion de grossesse antérieure, aurait présenté des troubles mineurs après réception de la première dose "vaccinale". Après la deuxième dose, elle aurait constaté des troubles menstruels auxquels elle n'était pas familière.

19ième Cas Modéré :

Madame Saintilma Théusma, nulligeste, aurait présenté des douleurs scapulaires après réception de la deuxième dose associées à des douleurs hypogastriques et des troubles de la menstruation à type d'hypoménorrhée, des problèmes qu'elle n'avait jamais expérimentés au cours de sa vie.

20ième Cas Modéré :

Monsieur Cénat Ronald, âgé de 29 ans, aurait présenté des douleurs scapulaires droites après la réception du premier "Vaccin". Après la deuxième dose, il a développé une adénopathie (augmentation de volume ganglionnaire) axillaire droite. Il a été en consultation à la clinique CODEVI où il a bénéficié d'une prescription d'Ibuprofène le 15 mai 2004 ; ensuite apparaît une galactorrhée (écoulement de lait) par le mamelon droit qu'on a pu vérifier. Monsieur n'a jamais expérimenté de tels problèmes.

III- Troubles ou Cas mineurs :

Nous avons regroupé sous ce label les effets secondaires classiques immunitaires ou mécaniques de toute injection vaccinale comme des douleurs au point d'injection ou au niveau du membre, des épisodes de prurit ou de picotement et ou des épisodes de fièvre et d'autres plaintes.

Nous avons répertorié 8 cas légers dont 1 Femmes et 7 Hommes

1ier Cas Mineur :

Madame Jean Elourdes, âgée de 31 ans, aurait présenté après la deuxième campagne de "vaccination" des éruptions cutanées, vésiculeuses regroupées en bouquet au niveau de la région thoracique gauche. On dirait un zona thoracique gauche. Elle aurait été en consultation en un clinique aux environs de Fort-Liberté et également à la clinique Union Médicale de Madame Milou. Au cours de notre entrevue, les signes et symptômes avaient disparu.

2ième cas Mineur :

Monsieur Toussaint Chivans, âgé de 33 ans, aurait présenté après réception de la première dose des épisodes de céphalée ou maux de tête accompagnés de troubles urinaires, de fièvre et de frissons. Il aurait été en consultation à la clinique CODEVI et le médecin lui aurait administré 2 comprimés de nature indéterminée. Les troubles auraient duré 3 jours. Ils se seraient amendés avec une auto-médication personnelle à base de comprimés de Valodon, d'Odon, de Chloramex et d'Ampicilline 500 qu'il aurait acheté dans une Pharmacie.

3ième Cas Mineur :

Monsieur Bernadin Daniel, âgé de 31 ans, aurait présenté après la première dose des douleurs scapulaires gauches et après la deuxième dose des épisodes de picotement. Il aurait été en consultation à la clinique CODEVI et aurait reçu des comprimés et une injection intra-musculaire de nature non précisée, et une prescription de savon contre le prurit. Par la, constaté des troubles urinaire à type de pollakiurie et le passage d'une substance blanchâtre par le méat urétral.

4ième Cas Mineur :

Monsieur Joseph Sather, âgé de 30 ans, aurait présenté après avoir reçu la première dose de cette dite campagne de vaccination, des douleurs scapulaires gauches, une limitation fonctionnelle du membre supérieur et des épisodes de fièvre. Une semaine après la deuxième dose, il aurait présenté des douleurs épigastriques associées à des épisodes de palpitations. Il n'avait pas jugé nécessaire de consulter un médecin pour déterminer la cause de ses troubles.

5ième Cas Mineur :

Monsieur Sainvil Drunel, âgé de 32 ans, n'avait absolument présenté aucun problème après réception de la première dose vaccinale. Après la deuxième dose, il aurait présenté une symptomatologie faite de fièvre, de céphalées ou maux de tête, accompagnée de prurit et d'anorexie. Aucune consultation médicale n'a été effectuée, faute de moyens économiques.

6ième Cas Mineur :

Monsieur Jean Séonus, âgé de 31 admis comme ouvrier la zone franche le 15 Avril 2004, aurait pris part à la deuxième campagne de "vaccination" et présenté des douleurs au niveau de la région lombaire et des prurits. Pour ces troubles mineurs, il n'avait pas jugé nécessaire de consulter un Médecin.

7ième Cas Mineur :

Monsieur Moravia Elie, 29 ans, aurait présenté, 15 jours après la réception de la deuxième dose "vaccinale", des douleurs au niveau de la région inguinales droites associées à une augmentation de volume du testicule droit (Epididymite) et une pollakiurie, il aurait présenté

les mêmes symptômes après 1 mois. Faute d'argent, aucune consultation médicale n'avait été effectuée. Les troubles auraient été amendés tout naturellement sans aucune médication.

8ième Cas Mineur :

Monsieur Délonis Sainphorin, 26 ans, aurait présenté des douleurs lombaires et des douleurs localisées au niveau du membre inférieur gauche après réception des deux doses "vaccinales". Il aurait préféré se faire soigner à domicile pour ses troubles mineurs plutôt que de se faire examiner par un médecin pour raison économique.

Anexo VII.- Posição do Ministério do Trabalho dos Estados Unidos (Department of Labor/United States of America) sobre trabalho forçado e sobre Direitos trabalhistas no setor têxtil no Haiti



**List Pou Verifikasyon Respè Règleman Konsènan Travay Fòse:
Kontèks Sektè Abiman ann Ayiti**

Gen prèv ki montre genyen anpil ka ovètaym (ou lè sipleman) fòse nan sektè abiman Ayiti an, e pratik sa yo pa an akò avèk prensip fondamantal ki aplike kont travay fòse, men ki gen rapò dirèk e ki konfòm avèk lwa Ayiti sou travay la. Pwodiktè yo dwe konfòme yo avèk prensip ak regleman sa yo, dapre Lwa Emisferik ki bay Ayisyen Opòtinite atravè Lwa sou Pwomosyon Patenarya (Lwa HOPE II) ki te vote an 2008 la.

Dapre temwayaj kèk anplwaye, yo travay yon kantite èdtan ovètaym ki depase limit tan lalwa fikse ann Ayiti. Nan pi fò ka yo, anplwaye yo fè sa nan yon efò pou yo resevwa yon bonis lè yo ranpli yon kota pwodiksyon ke tout yon ekip dwe remèt. Souvan patwon yo pa peye kantite èdtan ovètaym sa yo tankou tan travay regilye, e se raman yo peye salè ovètaym pot sa. Si anplwaye yo pa rive ranpli kota pwodiksyon an, nan pi fò ka yo, yo pa resevwa okenn lajan pou èdtan ovètaym yo fè. Nan kèk ka tou, gen anplwaye ki di yo sibi menas sanskyon, tankou pa egzanp sispansyon oubyen revokasyon, si yo pa aksepte travay ovètaym ki depase limit la epi/oubyen yo pa ka kite faktori an anvan yo fin travay tan sipleman an, paske gadyen bare yo oubyen baryè travay la ki fèmen a kle, anpeche yo sòti anvan yo fin fè ovètaym nan.

HOPE II fè pwodiktyè yo obligasyon pou yo konfòme yo avèk "prensip fondamantal sou travay epi avèk kòd travay Ayiti an ki, li menm, an rapò dirèk avèk e an konfòm avèk prensip fondamantal sou travay yo." HOPE II gen ladan l eliminasyon tout kalite travay fòse kòm prensip fondamantal sou travay.

Le 4 mas 1958, Ayiti te ratifye Konvansyon 29 Òganizasyon Entènasyonal sou Travay la (OIT) ki konsène Travay Fòse. Ratifikasyon sa a fè Konvansyon an antre nan lwa peyi d Ayiti, selon konstitisyon Ayiti a. Konvansyon 29 OIT a egzije peyi yo pou yo "elimine itilizasyon travay fòse oubyen travay obligatwa kèlkeswa jan li prezante" e li defini travay fòse ou travay obligatwa kòm "nenpòt travay oubyen sèvis yo oblije yon moun fè anba menas nenpòt pinisyon, e si moun sa a pat pote tèt li kòm volonte pou l fè travay la."

Ovètaym obligatwa an pa konfòm avèk prensip entènasyonal sou travay fòse lè yo oblije yon anplwaye fè li anba menas sanskyon e san li pat mande fè li ap pwòp volonte li. Pami prèv ki montre vyolasyon prensip sa a, kapab genyen, pa egzanp, sityasyon kote moun sèvi ak menas pou fè anplwaye travay yon tan sipleman ki depase limit lalwa fikse a, epi anplwaye yo tèlman san pwoteksyon, pratikman yo pa nan yon pozisyon kote yo kapab refize. Pami menas yo, kapab genyen menas kredib pou revokasyon oubyen sispansyon epi/oubyen itilizasyon gadyen oubyen bayè ki fèmen a kle-pou anpeche anplwaye yo sòti nan travay la. Pami prèv ki montre anplwaye yo ekspozè, genyen, pa egzanp, siveyans mèt-travay la sou travayè yo, gwo sanskyon grav pou yon ti vyolasyon règleman yo, limit sou libète mouvman nan travay la, limit nan posiblite pou anplwaye bwè dlo oubyen ale nan twalèt, ovètaym ki pa peye ase oubyen ki pa peye ditou, epi lòt sityasyon ki ta montre mèt-travay la egzèsè yon kontwòl ki depase limit epi enkapasite anplwaye yo pou yo refize sa mèt-travay la ap mande a.

Pou evite mele nan kalite pratik sa yo ki pa ann akò avèk prensip fondamantal travay ki konsène travay fòse e ki an rapò dirèk e an konfòmite avèk kòd travay Ayiti a, pwodiktè kap evolye nan sektè abiman Ayiti an dwe veye pou:

1. moun pa eksplwate mank pwoteksyon anplwaye yo avèk menas revokasyon, sispansyon oubyen nenpòt ki lòt kalite sanksyon lè anplwaye yo refize fè travay ovètaym ki depase limit lalwa fikse a, sètadi ovètaym ki depase 80 èdtan pa trimès oubyen ki pa resevwa apwobasyon ekspres Depatman Travay;
2. gadyen, manm pèsònèl faktori a, baryè ki fèmèn ak kle ou kadna, oubyen nenpòt ki lòt mwayen pa sèvi pou anpeche anplwaye yo pati kite faktori a lè yo fini tan travay nòmal yo, plis nenpòt ki tan ovètaym ki fèt nan limit la lwa fikse a;
3. moun pa itilize pyès mwayen ki pa rezonab oubyen ki ka kreye pwoblèm pou anplwaye yo, pou anpeche yo sòti nan faktori a an tout libète apre yo fini tan travay nòmal yo plis nenpòt ki tan ovètaym ki fèt nan limit lalwa fikse an;
4. Sèvi ak mwayen efikas pou fè anplwaye avèk manadjè konnen lè gen nenpòt chanjman nan politik, metòd operasyon yo, oubyen kondisyon yo pou korije pratik ki parèt nan seksyon 1, 2 ak 3. Kominikasyon sa a kapab fèt avèk fòmasyon epi materyèl ekri ki apwopriye.

Anplis de sa, pwodiktè kap evolye nan sektè abiman an ann Ayiti dwe evite konpòtman ki eksplwate oubyen agrave mank pwoteksyon anplwaye yo. Men kèk egzanp konpòtman sa yo, men kapab genyen lòt ankò:

1. pa peye anplwaye yo omwen salè minimòm la lwa fikse a pou 8 premye èdtan travay yo bay chak jou, epi yon fwa edmi salè minimòm lalwa fikse a pou tan ki depase 8 tèdtan travay pa jou oubyen 48 èdtan travay pa semèn;
2. tabli oubyen aplike yon orè pou travay, ki gen ladan n brek nan travay la ak travay nan wikenn, e ki vyole lwa Ayiti sou ovètaym;
3. limit ki eksèsif oubyen ki pa rezonab sou mouvman anplwaye yo nan travay la, pa egzanp mete siveyans sou yo oubyen limite posiblite pou yo itilize twalèt;
4. pa mete dlo potab a dispozisyon anplwaye yo nan travay la;
5. vyolans seksyèl (kadejak), asèlman seksyèl ak lòt kalite eksplwatasyon seksyèl.

Pou garanti dirabilite pratik ki konfòm avèk prensip fondamantal travay ki konsène travay fòse epi ki an rapò dirèk e konfòm avèk kòd travay Ayiti a, mèl-travay yo fè anplwaye yo ak manadjè yo konnen dwa anplwaye yo genyen pou yo pa sibi pratik ki dekri pi wo yo. Mèl-travay yo kapab fè sa gras ak seyans fòmasyon avèk animatè pou anplwaye yo ak manadjè yo, epi gras ak avi ki afiche nan atelye faktori a.



Respe pou Dwa pou Fòm Asosyasyon ak Dwa pou Fè Negosyasyon Kolektif: Nan Kontèks Domèn Konfeksyon Rad ann Ayiti

Gen prèv ki demontre, ann Ayiti, nan domèn konfeksyon rad la, gen pratik jeneral ki anpeche, epi nan kèk sikonstans, ki menm vyole prensip fondamantal pou travay ki bay travayè dwa pou fòm ak rantr nan asosyasyon ak dwa pou fè negosyasyon kolektif. Travayè yo rapòte tout yon seri konpòtman ki entèdi, san yo pa bliye revokasyon ki baze sou aktivite pou òganize travayè, diskriminasyon nan anboche travayè ki yon reyaksyon kont sendika; "mete travayè sou lis move je"; patwon ki siveye aktivite pasifik travayè yo pou òganize tèt yo; epi refize bay lidè sendika k ap chèche reprezante manm li yo aksè nan anviwonman travay la.

Lwa sou Amelyorasyon Opòtinite ki Genyen nan Emisfè a pou Ayiti pa mwayen Ankourajman pou Fòm Patenarya ki te pase nan ane 2008 (lwa HOPE II) egzije pou fabrikan yo respekte "prensip fondamantal travay yo ak lwa sou travay ann Ayiti ki gen rapò dirèk epi ki konsekan ak prensip fondamantal travay yo." Lwa HOPE II gen ladan li dwa pou travayè fòm ak rantr nan asosyasyon ak dwa pou fè negosyasyon kolektif kòm yon pati nan prensip fondamantal sa yo.

Ayiti te ratifye Konvansyon nimewo 87 sou Òganizasyon Entènasyonal pou Travay (OIT) konsènan Libète pou Fòm ak Rantr nan Asosyasyon ak Pwoteksyon Dwa Travayè Genyen pou Òganize Tèt yo, ansanm ak Konvansyon nimewo 98 nan ILO konsènan Dwa Travayè Genyen pou Òganize Tèt yo ak dwa pou fè negosyasyon kolektif nan dat 5 jen 1979 ak 12 avril 1957, nan lòd sa a. Kifè, dapre konstitisyon Ayiti a, Konvansyon sa yo fè pati lwa Ayiti yo. Pou rezon sa yo, fabrikan rad ann Ayiti dwe respekte lwa sa yo dapre lwa HOPE II.

Dokiman sa a fèt prezizeman pou kesyon dwa travayè genyen pou fòm ak rantr nan asosyasyon ak dwa pou fè negosyasyon kolektif ki konsène pi plis domèn konfeksyon rad ann Ayiti. Pa konsekan, dokiman sa a pa yon diskisyon konplè sou prensip fondamantal pou travay.

Dwa pou fòm ak rantr nan òganizasyon

Dwa a: Patwon yo ak travayè yo gen dwa pou fòm ak pou rantr nan Òganizasyon pou defann enterè yo.

Patwon yo ak travayè yo gen dwa pou fòm ak rantr nan òganizasyon yo chwazi pou defann enterè yo, san apwobasyon davans gouvènman an. Sipèvizè yo gen dwa sa a tou, malgre yo ka entèdi yo rantr nan menm sendika ak travayè yo depi yo ka etabli pwòp òganizasyon pa yo pou sipèvizè.

Dwa pou òganize a pa rete nan fòm ak rantr nan sendika oswa asosyasyon ofisyèl sèlman. Ladan li gen dwa pou reyini nòmman pou defann enterè tout moun, pa egzant salè ak kondisyon travay.

Travayè yo gen dwa pou pale sou oswa ankouraje sipò pou òganize tèt yo, ak pou distribye dokiman ekri, nan lè yo pap travay ak nan zòn kote yo pap travay.

Òganizasyon travayè yo gen dwa jere tèt yo epitou yo gen pou yo toutafè endepandan de gouvènman an ak patwon yo. Yo fèt pou fonksyonè san patwon yo ak gouvènman an pa mele. Lè nou pale de entèferans ki entèdi, sa vle di aksyon patwon yo oswa gouvènman an ka fè pou domine oswa kontwòle òganizasyon travayè yo, pou fè sanblan y ap siveye oswa anreyalite ap siveye aktivite pasifik sendika oswa aktivite pasifik travayè k ap òganize tèt yo; epi mannèv pou enfluyansè chwa travayè yo pou yon sendika anpatikilye.

✓ Òganizasyon travayè yo gen dwa pou fè avanse ak pou defann enterè manm yo san pwoblèm. Antan òganizasyon, reprezantan travayè yo gen dwa jwenn aksè nan anviwonman kote manm yo travay pou yo ka fè travay yo kòm reprezantan.

Diskriminasyon kont sendika konpwomèt dwa travayè yo genyen pou fòm ak rantr nan asosyasyon epi se yon bagay ki entèdi. Patwon yo dwe gen prensip endepandan nan konpayi a konsènan sendika, pa egzant prensip ki kontwòle distribisyon deplyan ak itilizasyon telefòn, epi yo dwe mete yo an pratik menm jan kit se kont travayè ki sipòte yon sendika kit se kont travayè ki pa sipòte yon sendika. Patwon yo pa dwe anpeche ni entèfere nan aktivite travayè yo ap mennen pou òganize tèt yo, yo pa dwe itilize anmèdman, entimidasyon oswa entèwogasyon sevè pou fè sa. Patwon yo pa dwe degrade, transfere, mete nan yon lòt plas, refize anboche travayè, "mete travayè sou lis move je", revoke, sispans, redui avantaj, oswa, mete presyon sou travayè yo pa mwayen menas oswa enpoze konsekans negatif poutèt travayè yo manm sendika oswa poutèt travayè mennen aktivite pou òganize tèt yo. Menm jan an tou, patwon yo pa ka pwomèt ni bay travayè pwomosyon, ogmantasyon salè, oswa ogmantasyon lòt benefis pou dekouraje travayè yo òganize tèt yo oswa pou dekouraje yo sipòte sendika. Yo pa dwe itilize pretèks pwogram "nesesite ekonomik" oswa "rediksyon nan pèsònèl" pou bay otorizasyon pou fè diskriminasyon kont sendika; olye sa, lè y ap fè rediksyon nan pèsònèl la, priorite yo dwe pou kenbe lidè ak reprezantan sendika yo.

✓ Lè rezon pou revokasyon travayè yo baze sou diskriminasyon kont sendika, solisyon an se pou reprim travayè yo nan pòs travay yo oswa nan yon pòs travay ki konparab ak sa travayè yo te genyen anvan, san yo pa pèdi okenn salè ("peman pou tan yo pat travay la"), avantaj, oswa dwa pou ansyènte ak privilèj. Si li pa posib pou reprim travayè yo nan pòs travay yo, travayè yo dwe resevwa konpansasyon total poutèt revokasyon ki baze sou diskriminasyon kont sendika.

Negosyasyon Kolektif

Dwa a: Òganizasyon travayè yo gen dwa pou yo fè negosyasyon ak patwon yo konsènan kondisyon travay yo epi pou yo chwazi pwòp reprezantan pa yo nan negosyasyon yo.

Òganizasyon travayè yo, kit yo enskri ofisyèlman kit yo pa enskri ofisyèlman, gen dwa pou fè negosyasyon kolektif ak patwon yo konsènan kondisyon travay yo ak dwa pou yo chwazi delege pou reprezante yo nan negosyasyon kolektif san pwoblèm. Patwon yo ak sendika travay yo dwe negosye ak tout bòn fwa yo epi yo dwe fè tout efò pou rive jwenn yon akò tout moun dwe respekte, san delè. Patwon yo pa dwe modifye anyen poukont yo ni egzije pou renegosye akò sa yo.

Negosyasyon dirèk ant patwon ak reprezantan travayè ki pa òganize ka konpwomèt dwa òganizasyon travayè yo genyen pou fè negosyasyon kolektif, espesyalman si kondisyon yo ofri pou kontra patikilye yo pi favorab pase kondisyon yo ofri pou yon akò kolektif. Negosyasyon dirèk sa yo bon sèlman lè pa gen òganizasyon travayè ki egziste nan yon anviwonman travay.

Dwa pou fè grèv

Dwa a: Travayè yo ak òganizasyon travayè yo gen dwa pou fè grèv pasifik.

Kòm konsekans dwa pou òganize a, travayè yo ak òganizasyon travayè yo gen dwa pou yo fè grèv pasifik nan sèvis "ki pa esansyèl" yo (sèvis ki pa t ap mete lavi, sekirite pèsonèl, oswa sante nan danje si pat genyen yo), pa egzanp domèn konfeksyon rad la. Dwa pou fè grèv la vle di kanpe travay, ralanti travay, epi grèv kote travayè chita nan travay la san yo pa fè okenn travay. Nenpòt entèvansyon lapolis oswa lòt fòs ki bay sekirite nan aktivite ki gen rapò ak grèv dwe fèt pou mentni lòd piblik sèlman.

Gouvènman an ka enpoze kèk pwosedi legal ak kèk kondisyon pou deklare grèv, depi yo pa tèlman konplike oswa tèlman difisil pou yo mete anpil limit nan deklare grèv oswa pou menm anpeche yo deklare grèv.

Obligasyon pou fè abitraj oswa entèvansyon otorite gouvènmantral pou rezoud yon grèv konpwomèt dwa pou fè grèv la, amwenke se toude pati ki pa antann yo a ki mande sa. Menm jan an tou, fè egzijans pou "tounen nan travay" ak mete lòt limit sou kantite tan grèv ka dire nan sèvis ki pa esansyèl yo, ladan yo gen delè 24 èdtan pou grèv pou ralanti travay epi 1 èdtan pou grèv kote travayè chita nan travay la san yo pa fè okenn travay ak grèv pou kanpe travay, vyole dwa pou fè grèv la tou.

Revokasyon travayè poutèt yo òganize tèt yo oswa poutèt yo patisipe nan yon grèv lejitim, pasifik se diskriminasyon kont sendika epi se yon bagay ki entèdi. Se menm jan an tou, yo entèdi revokasyon travayè pou vyolasyon kondisyon nasyonal pou grèv, ki pa konfòm ak prensip fondamantal pou travay ki bay travayè dwa pou fòme ak rantre nan asosyasyon.

Responsablite pou pwouve diskriminasyon kont sendika

Byen souvan, lè se travayè yo ki gen responsablite pou pwouve yon zak ki te fèt se konsekans diskriminasyon kont sendika, sa konn prezante anpil difikilte pou anplwaye yo pwouve kalite diskriminasyon sa a ak pou yo jwenn konpansasyon yo merite a. Pa konsekans, swa lalwa oswa pratik jeneral yo dwe pran mezi pou rezoud difikilte sa yo, pa egzanp bay patwon an responsablite pou pwouve yon zak pat gen rapò ak aktivite sendika oswa etabli yon opinion an favè travayè a.

EGZIJANS POU RESPEKTE DWA TRAVAYÈ GENYEN POU FOME AK RANTRE NAN ASOSYASYON AK FÈ NEGOSYASYON KOLEKTIF

Dwa yo:

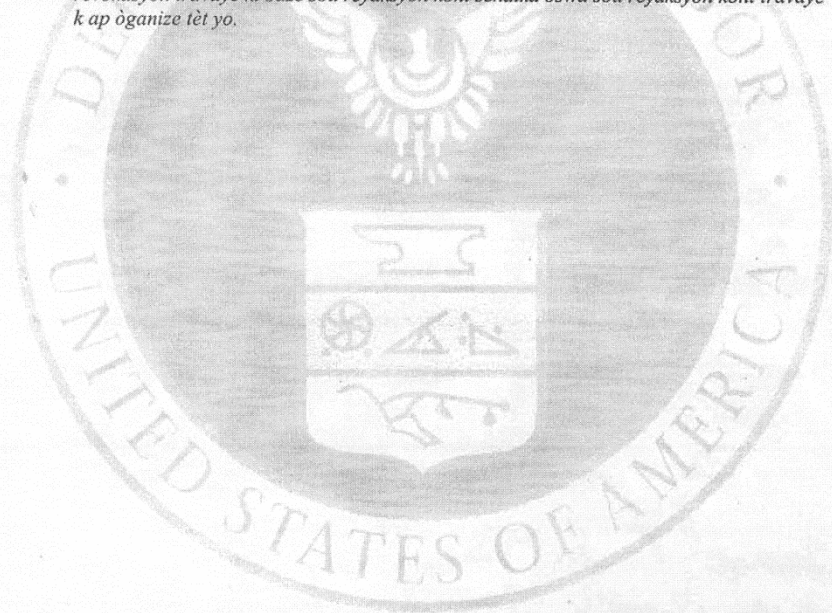
- Patwon yo ak travayè yo gen dwa pou fòme epi rantre nan òganizasyon pou defann enterè yo.
- Òganizasyon travayè yo gen dwa pou fè negosyasyon ak patwon yo konsènan kondisyon travay yo epi pou yo chwazi pwòp reprezantan pa yo nan negosyasyon yo.
- Travayè yo ak òganizasyon yo gen dwa fè grèv pasifik.

Pou evite vyolasyon prensip fondamantal pou travay ki bay travayè dwa pou fòme ak rantre nan asosyasyon ak dwa pou fè negosyasyon kolektif epi konfòmman ak lwa travay ann Ayiti, fabrikan rad ann Ayiti pa dwe:

- Degrade, transfere, mete nan lòt plas, revoke, sispann, refize anboche travayè, "mete sou lis move je", redui avantaj, oswa andotretèm mete presyon sou travayè pa mwayen menas oswa enpoze konsekans negatif poutèt travayè yo manm sendika oswa poutèt travayè mennen aktivite pou òganize tèt yo;
- Entèfere oswa anpeche travayè fè aktivite pou òganize tèt yo, yo pa dwe itilize anmèdman, entimidasyon, oswa entèwogasyon sevè pou fè sa;
- Pwomès oswa bay pwomosyon, ogmantasyon salè, oswa lòt ogmantasyon nan avantaj pou dekouraje anplwaye yo òganize tèt yo oswa sipòte sendika;
- Siveye oswa fè sanblan y ap siveye aktivite travayè ap mennen pou òganize tèt yo oswa aktivite ki gen rapò ak sendika;
- Entèfere, domine, enfluyans, oswa andotretèm kontwole oswa eseye kontwole òganizasyon travayè yo;
- Modifye poukont yo oswa egzije pou renegosye yon akò kolektif;
- Negosye akò dirèk ak travayè ki pa òganize lè gen yon sendika ki egziste nan anviwonman travay la;
- Revoke oswa andotretèm pran vanjans kont travayè yo poutèt yo òganize tèt yo oswa poutèt yo patisipe nan yon grèv lejitim, pasifik;
- Itilize fòs sekirite pandan yon grèv pou nenpòt rezon apa mentni lòd piblik;
- Pase travayè ki nan grèv lòd pou tounen nan travay apre yon periòd tan ki etabli davans;

Pou evite vyolasyon prensip fondamantal pou travay ki bay travayè dwa pou fòme ak rantre nan asosyasyon ak dwa pou fè negosyasyon kolektif epi konfòmeman ak lwa travay ann Ayiti, fabrikan rad ann Ayiti dwe:

- Pèmèt travayè yo fòme epi rantre nan òganizasyon yo chwazi pou defann pwòp enterè yo;
- Pèmèt travayè yo pale oswa ankouraje sipò pou òganize oswa fòme sendika, sa vle di distribye depliyon ki gen rapò ak sendika, nan lè yo pap travay ak nan zòn kote yo pap travay;
- Bay reprezantan travayè yo aksè nan anviwonman travay kote manm yo anplwaye pou yo ka fè travay yo kòm reprezantan;
- Fè negosyasyon kolektif ak tout bòn fwa ak reprezantan travayè yo chwazi pou fè negosyasyon pou yo pandan y ap fè efò pou jwenn yon kontra tout moun dwe respekte dapre kondisyon travay yo;
- Repran travayè ki revoke nan pòs travay yo, san yo pa pèdi okenn salè, pou rezoud ka revokasyon travayè ki baze sou reyaksyon kont sendika oswa sou reyaksyon kont travayè k ap òganize tèt yo.



Anexo VIII.- Contrato de trabalho entre a S&H Global S.A. e os trabalhadores do PIC

S&H Global S.A.

Parc industriel de Caracol No. 14

Département du Nord - Est 10 2340 Haiti

Tel: 509-4799-7270

1706072

CONTRAT DE TRAVAIL

Entre

1) **S & H GLOBAL S.A.**, Une compagnie ayant son siège social au Parc Industriel de Caracol, route de Caracol No.14 Département du Nord'Est, Ht 2340, Haiti, identifié et patenté aux No 000-571-169-9, représenté dans ce contrat par Cheong, Su Wan, administrateur, dûment autorisé à cette fin, d'une part, référé comme étant l'employeur, &

2)

_____ résidé(e) et domicilié(e) Celibataire
_____ de sexe Feminin de nationalité Haïtienne

Né(e) le 15/02/79 et état civil Celibataire identifié(e) au numéro 04-09991979-020000 référé(e) comme étant l'Employé(e) d'autre part;

Il a été convenu ce qui suit:

Article 1. - But du Contrat

L'employé décrit ci dessus consent mettre ses compétences au service de l'employeur à titre de (d') Opératrice. Toutefois, ce titre d'emploi peut-être changé d'un moment à d'autre suivant la volonté des deux parties.

Article 2. - Documents du Contrat

Partie Intégrale de ce contrat:

- a) Le texte de ce contrat avec la signature de chacune des parties
- b) Les règles internes de l'institution

Article 3. - Obligations de l'Employé

Sous ce contrat, les obligations de l'Employé sont: (Selon l'article 30 du Code du Travail Haïtien)

- a) se conformer à l'horaire en vigueur à l'établissement de travail et collaborer à l'observance la plus stricte des dispositions légales ou réglementaires sur le travail;
- b) exécuter le travail avec soin, compétence et diligence, selon les stipulations du contrat;
- c) tenir son patron au courant des déficiences qu'il aurait pu constater dans les matières premières ou dans l'outillage, et qui seraient susceptibles de causer un préjudice à l'entreprise;
- d) traiter son patron et ses camarades de travail avec respect;
- e) obtempérer aux indications, ordres et instructions du patron ou de la personne chargée de la direction du travail;
- f) ne pas divulguer les secrets de production, de fabrication ou de commerce de l'entreprise, ne pas faire concurrence à son employeur, et se comporter de manière loyale envers lui;
- g) indemniser le patron pour tous les préjudices qu'il aurait causés par sa propre faute aux locaux, aux matières premières et à l'outillage ou aux cultures;
- h) remplir toutes les autres obligations qui seraient spécifiquement stipulées au contrat.

Article 4. - Obligations de l'employeur (Selon l'article 31 du Code du Travail haïtien)

déterminer par des règlements intérieurs les conditions de travail et les porter à la connaissance du travailleur;

- b) mettre à la disposition du travailleur des locaux de travail appropriés ainsi que des machines et des outils dans les conditions d'hygiène voulues, de sécurité et de bon fonctionnement;
- c) verser intégralement au travailleur et à échéance la rémunération prévue au contrat, après déduction faite de toute charge légale et conventionnelle conformément aux articles 143 et 147 du code du travail haïtien;
- d) traiter le travailleur avec respect en ayant soin de ne lui infliger aucun mauvais traitement, verbal ou de fait;
- e) remplir toutes les autres obligations strictement stipulées au contrat.

L'employeur s'engage à:

- a) Payer à l'employé un salaire selon les termes de l'article 5,
- b) Fournir un support administratif nécessaire pour la bonne exécution des tâches.
- c) Mettre en application toutes les obligations imposées par la loi, les règlements et ce contrat

Article 5. - Rémunération et Termes de Paiement

L'Employé recevra un salaire journalier de 2,100 Gourdes "Chaque 14 jours".

La compagnie paie toutes les 2 semaines.

Les Taxes et les taxes sur salaire tell l'impôt sur le revenu, l'ONA et les contributions aux fonds de Gestion des autorités locales totalisant 6%/mois seront payées du salaire de l'employé, selon le code du travail haïtien. L'Employé aura droit sans perte de son salaire aux congés légaux et aux congés déclaré par arête présidentiel.

Article 6. - Les Heures de Travail

Les heures de travail Effectifs sont de huit (8) heures par jour et 48-heure par semaine (Lundi au Samedi). L'horaire est de 7-12 AM et 13-16 pm (12-13, Pause déjeuner). Selon la décision de la compagnie, l'horaire peut varier, ils aviseront dans ce cas les employés.

Les heures supplémentaires ne sont pas une obligation).

Article 7. - Durée du Contrat

Ce contrat est pour une durée indéfinie et commence le 03 Aout 2012. Cependant, Les trois premiers mois seront considérés comme une période de probation pendant laquelle l'employeur se réserve le droit de résilier les services de l'employé sans responsabilité et sans négociation de salaire. L'employeur peut, à l'échéance de la date de signature ou a n'importe quel autre moment, renégocier les termes du contrat. En cas de désaccord sur les nouveaux termes après Huit (8) jours de négociation, l'une ou l'autre des parties peut mettre fin au contrat sans aucune obligation ou responsabilité exceptée celle relative a la notice.

Article 8. - Lieu d'Exécutions

Les taches seront exécutées partout sur le territoire haïtien selon les besoins identifiés par la Direction générale.

Article 9. - Conditions Générales

a) L'employée recevra une assurance de l'OFATMA qui couvre, les accidents de travail et l'invalidité de l'employé.

b) Conformément au code du travail haïtien l'employeur est chargé de payer le Congé Annuel, boni, Congé maladie, Congé maternité & Congé nationaux à l'employé(e):

1. Congé Annuel (article 132 CT)
2. Boni (article 154 CT)
3. Congé Maladie (article 123 CT)
4. Congé Maternité (article 321 CT)
5. Congé nationaux (article 110 CT)

Toute autres absences seront déduites du salaire journalier, a moins d'une approbation au préalable de la Directions ou d'une absence justifiée a l'aide de certificat d'une institution officielle expliquant l'absence.

Article 10. - Cet accord est régi par la législation haïtienne. Toute dispute entre les parties, faute de trouver d'un accord amical sera rapportée devant les autorités haïtiennes compétentes.

Fait au Parc Industriel de Caracol, departement Nord-Est HT 2340, en double original en bonne foi, le 03 Aout 2012

SU WAN CHEONG

Employeur



Scot P. ...

Employé(e)